

JAN-JUN/2022

Dossiê temático:

Serviço Social internacional

CAPA / PINTURA: "City Building" from "America Today" (1930-31), Thomas Hart Benton

VOLUME 22

NÚMERO 1

ISSN 1980-8518

REVISTA DA FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL - UFJF
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

ON LINE

LIBERTAS

REVISTA

LIBERTAS^{ON LINE}

Revista de Serviço Social
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação em Serviço Social
Universidade Federal de Juiz de Fora

ISSN 1980-8518

DOSSIÊ:

Serviço Social internacional

VOUME 22

NÚMERO 1

JANEIRO-JUNHO

ANO 2022

EXPEDIENTE

FOCO E ESCOPO

A **Revista Libertas**, criada em 2001, é uma publicação semestral da Faculdade de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Seu objetivo é estimular o intercâmbio da produção intelectual, de conteúdo crítico, produzida a partir de pesquisas empíricas e teóricas, no âmbito brasileiro e internacional, sobre temas atuais e relevantes da área do Serviço Social e das Ciências Sociais e Humanas, com as quais mantem interlocução.

EDITORES

Dr^a. Carina Berta Moljo, Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil. Editora Chefe

Dr. Alexandre Aranha Arbia, Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil. Editor Adjunto

Dr. Ronaldo Vielmi Fortes, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil. Editor Adjunto

CONSELHO EDITORIAL

Alcina Maria de Castro Martins, Instituto Superior Miguel Torga, Portugal; Carina Berta Moljo, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil; Caterine Reginensi, Ecole Nationale Supérieure Agronomique de Toulouse, França ; Elizete Menegat, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil; Íris Maria de Oliveira, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil; José Paulo Netto, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil; Margarita Rozas Pagaza, Universidad Nacional de La Plata, Argentina; Maria Aparecida Tardim Cassab, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil; Maria Beatriz Abramides, Pontifícia, Universidade Católica de São Paulo, Brasil; Maria Patricia Fernandes Kelly, Princeton University, EUA; Maria Rosângela Batistoni, Universidade Federal de São Paulo, Brasil; Marilda Vilella Iamamoto, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Brasil; Nicolas Bautes, Université de Caen Normandie, França; Olga Mercedes Paez, Universidad Nacional de Córdoba, Argentina; Roberto Orlando Zampani, Universidad Nacional de Rosario, Argentina; Rosângela Nair Carvalho Barbosa, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Brasil; Silvia Fernandes Soto, Universidad Nacional de Tandil, Argentina; Xabier Arrizabalo Montoro, Universidad Complutense de Madrid, Espanha.

Faculdade de Serviço Social – UFJF
Programa de Pós-graduação em Serviço Social

Editores:

Carina Berta Moljo (editora-chefe)
Alexandre Aranha Arbia
Ronaldo Vielmi Fortes

Editores de Leiaute:

Alexandre Aranha Arbia
Ronaldo Vielmi Fortes

CAPA/PINTURA: CAPA / PINTURA: Pessoas pobres juntando carvão em uma mina esgotada; Nikolai Kasatkin, 1894.

ARTE CAPA: Ronaldo Vielmi Fortes
Juiz de Fora/MG, Junho, 2022

FICHA CATALOGRÁFICA

Revista Libertas / Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Curso de graduação em Serviço Social. – n.1 (abril, 2001) – .
– Juiz de Fora, ano 2022 –
v.22 nr. 1.
Semestral
Resumo em português e inglês
Vinculada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social e ao Curso de Graduação em Serviço Social.
Versão online ISSN 1980-8518

1. Serviço Social. 2. Periódico. I. Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. II. Universidade Federal de Juiz de Fora, Curso de Graduação em Serviço Social.

Publicação indexada em:



Dossiê:

Serviço Social internacional

| | |
|--|-----|
| A História pelo Averso: uma pesquisa internacional “em rede” de pesquisadores/as Claudia Mônica dos Santos, Marilda Villela Iamamoto | 01 |
| Rede Ibero-Americana de Investigação em Serviço Social: diálogos, cooperação e produção de conhecimento Yolanda Guerra, Alcina Martins, Virginia Carrara | 16 |
| Serviço Social na Espanha: aproximações com a ética profissional Tatiana Reidel, Laís Duarte Corrêa, Maria Luiza Mendo | 36 |
| Elementos do passado-presente na relação entre o Serviço Social Estadunidense e o Serviço Social Brasileiro Franqueline Terto dos Santos, Valéria Coelho de Omena | 60 |
| Serviço social internacional e ditaduras: notas sobre o surgimento e a institucionalização do serviço social no Brasil e na Espanha sob o contexto ditatorial André Luciano Silva | 82 |
| Trabajo Social no Paraguai: os caminhos da formação profissional Filipe Silva Neri, Mabel Mascarenhas Torres | 97 |
| La posicionalidad geopolítica en la investigación bajo las exigencias del capitalismo cognitivo: análisis de las trayectorias de investigación de trabajadoras/es sociales en Chile Gianinna Munoz Arce, Gabriela Rubilar Donoso | 123 |
| A ABEPSS na internacionalização do Serviço Social do Brasil Ramiro Marcos Dulcich Píccolo | 144 |

Artigos Fluxo Contínuo

| | |
|---|-----|
| Financiamento da assistência social em Belém: um estudo sobre fundo municipal entre 2006 e 2017 Zaraia Guará Ferreira | 156 |
|---|-----|

| | |
|--|-----|
| A trajetória das políticas sociais para a população idosa e a imagem social das velhices | 179 |
| Melina Sampaio de Ramos Barros; Angela Vieira Neves | |
| A morte por Covid-19 bate à porta das/os assistentes sociais no Brasil | 194 |
| Fabiola Xavier Leal; Maria Lucia Garcia, Mylena C.P. Silva; Nina G. M. Moises | |
| Reunião multiprofissional na alta complexidade: perspectiva do usuário em sua integralidade | 212 |
| Amanda Caroline da Fe Pereira; Ana Paula Barboza Dantas; Ilka De Lima Souza | |
| Trajatórias criminais e reinserção social de ex- reclusos/as: uma revisão da literatura | 234 |
| Eva Raquel Xavier De Melo Gil Chaves Clara Maria Rodrigues Cruz Silva Santos Vera Mónica da Silva Duarte | |
| Contribuições da teologia da libertação para a reconceituação do serviço social | 254 |
| Guilherme Costa dos Reis; José Fernando Siqueira da Silva | |
| Karl Marx diante da miséria e da constituinte alemãs em 1848 | 274 |
| Vitor Bartoletti Sartori | |
| ----- ENTREVISTA ----- | 289 |
| La Federación Internacional de Trabajadores Sociales (FITS) e los trabajadores sociales en el mundo | |
| Entrevista com Silvana Martinez | |
| ENTREVISTADORA: Carina Berta Moljo | |
| ----- TRADUÇÃO DOS CLÁSSICOS ----- | 302 |
| A liberdade comunitária como alternativa ao retrocesso institucional | |
| Franco Basaglia | |
| TRADUÇÃO: Ronaldo Vielmi Fortes | |



"City Building" from "America Today" (1930-31), Thomas Hart Benton's magisterial 10 panel mural cycle at the Metropolitan Museum of Art

Editorial

Apresentamos ao público um novo número da Revista Libertas, que tem como tema central o Serviço Social internacional. Mas, antes de adentrarmos na apresentação da Revista, não poderíamos deixar de mencionar alguns dados sobre o Brasil, onde a publicamos, ainda no contexto de pandemia. Queríamos chamar a atenção para os últimos dados sobre o crescimento da fome. Conforme os dados da ONG Brasil sem fome¹, mais de 33 milhões de pessoas passam fome, hoje, no país. Pesquisa realizada pelo Observatório Brasileiro de políticas públicas com a população em situação de rua, da UFMG², mostram que no Brasil, em maio de 2022, 47 milhões de pessoas vivem em situação de extrema pobreza e 75 milhões de brasileiros vivem com meio salário-mínimo ou menos. Seguindo a lógica do capitalismo depredador e de lei geral da acumulação capitalista, há tantos anos desvendada por Marx³, temos que, ao mesmo tempo em que cresce de maneira exponencial a pobreza, cresce a acumulação da riqueza em “poucas mãos”. Os dados oficiais mostram que os ganhos do agronegócio cresceram exorbitantemente nos últimos anos. Conforme os dados do governo⁴, o agronegócio teve saldo positivo de US\$ 43,7 bilhões no acumulado do ano de 2022. Na mesma linha, temos o desmatamento no Brasil que vem crescendo nos últimos anos em uma escala sem precedentes, produzindo queimadas e amplificando ainda mais a violência em torno da terra. O Brasil é considerado o quarto país mais violento e perigoso para ambientalistas. No momento em que escrevemos este editorial, o mundo está consternado pelo brutal assassinato do jornalista inglês Dom Phillips e do indigenista e funcionário da FUNAI Bruno Pereira, reconhecidos defensores da Amazônia e de seus habitantes originários. Do outro lado do mundo, a Guerra na Ucrânia, iniciada em fevereiro de 2022 e sem previsão de desfecho. Assim questionamos quanto vale a vida humana? A que ponto da banalização da vida humana chegamos! O que vem mudando em termos geopolíticos? Sem dúvida estamos num mundo “globalizado”, “mundializado” e as respostas daqueles que

¹ <https://www.brasilsemfome.org.br/> acessado 15 de junho de 2022.

² <https://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2022/06/15/75-milhoes-de-brasileiros-vivem-com-meio-salario-minimo-ou-menos-diz-levantamento.ghtml>, acessado no dia 16 de junho de 2022.

³ MARX, K. *O Capital. Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital.* Cap XXIII. São Paulo: Boitempo, 2013

⁴ <https://www.gov.br/pt-br/noticias/agricultura-e-pecuaria/2022/05/agronegocio-tem-saldo-positivo-de-us-43-7-bilhoes-no-acumulado-do-ano>

nos importamos com a vida humana, com a exploração, também deverão ser globais ao mesmo tempo que locais. É necessário ter um olhar atento ao mundo, às transformações em curso, para poder compreender como se expressa hoje a Questão Social, conforme analisa Iamamoto a radicalização da Questão Social⁵. A profissão de Serviço Social surge justamente para responder às expressões da Questão Social, portanto, é o espaço privilegiado de atuação profissional. Sabemos das diferenças e tensões que existem ao interior do Brasil sobre a compreensão da profissão e seus fundamentos, mas ainda, muito resta por conhecer, não só com relação ao Brasil “profundo”, mas no diálogo que nossa forma peculiar de vida e existência estabelece com América Latina e o Caribe, assim como com outros países do mundo.

Desta forma, este número da Revista está destinado justamente ao Serviço Social internacional, ainda pouco conhecido em todos os seus fundamentos teórico-metodológicos, ético e políticos pelos assistentes sociais brasileiros. Diversos motivos, que não cabem aqui debater, levaram historicamente a este “desconhecimento”; a questão da língua portuguesa no Brasil e espanhola na maioria de América Latina pode ser uma das explicações, mas, sem dúvida, existiram outros que merecem uma pesquisa aprofundada, no momento em que nos encontramos em um processo de internacionalização do Serviço Social brasileiro, incentivado pela própria internacionalização das diversas ações de pós-graduação. Mas é bom explicitar que o “processo de internacionalização” ou ainda, a integração do Serviço Social de América Latina não é uma “novidade”, sendo anterior ao movimento indicado: ela vem sendo construída desde a década de 1960, como expressa o Movimento de Reconceituação de América Latina⁶.

Como é sabido, o Serviço Social surge no Brasil na década de 1930, já influenciado pela doutrina social da igreja católica, especialmente pelas correntes franco-belga (IAMAMOTO, 1986) que, ante o processo de laicização do mundo, e especialmente das classes operárias, buscavam estratégias para revertê-lo. Conforme a mesma autora, será na década de 1940 que se processará, no caso do Serviço Social brasileiro, o arranjo teórico-doutrinário com a decisiva influência do pensamento positivista, sobretudo estadunidense na profissão. Na década de 1950,

⁵ IAMAMOTO, M. V. Serviço Social em tempo de capital fetiche – Capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez Editora, 2007

⁶ O Primeiro artigo do Dossiê expressa as produções atuais sobre o Movimento de Reconceituação e as interlocuções internacionais. Conferir IAMAMOTO, M. V.; Santos, Claudia Mônica dos (orgs). **A história pelo avesso – a reconceituação na América Latina e interlocuções internacionais**. São Paulo: Cortez Editora, 2021; EIRAS, A A L T S (Org.); MOLJO, C, B (Org.) ; Duriguetto, M L (Org.) . **Perspectivas histórico-críticas no Serviço Social: América Latina, América do Norte e Europa..** 1. ed. JUIZ DE FORA: UFJF, 2022. v. 500. 176p . Este último livro pode ser acessado de forma gratuita: https://www2.ufjf.br/editora/wp-content/uploads/sites/113/2022/03/PERSPECTIVAS-HISTORICO-CRITICAS_BA04.pdf

já sob os influxos do pós-guerra e o pensamento desenvolvimentista, o Serviço Social processará no nosso continente um período de maior integração, que pode ser observado nos congressos pan-americanos⁷, nos encontros Regionais da América do Sul (1965), nas “missões das Nações Unidas” procurando “modernizar” os Programas das Escolas de Serviço Social no continente⁸, sendo ainda menor o quase inexistente a integração com os países europeus. Na década de 1960, fruto do contexto internacional de grande “agitação social e política”, mas também de um esgotamento de um modelo de acumulação, temos movimentos de resistência e de contrarrevoluções preventivas pelo mundo todo. Se, por um lado, temos as Revoluções cubana, chinesa, e os movimentos de libertação do terceiro mundo, também temos a onda de ditaduras na América do Sul, na Europa entre outros. A realidade tensionava o Serviço Social, assim como as outras profissões, a compreender o contexto no qual se desenvolviam, entendendo que as nações imergiam em um mundo “globalizado”, mesmo que dividido pela Guerra Fria.

O Serviço Social não foi imune a este processo, como sinalizamos no começo deste editorial. No Brasil, a profissão nasce sobre a influência de várias correntes de pensamento internacional e é na década de 1960 que começa a construir a sua identidade latino-americana, influenciada pelo Movimento de Reconceituação de América Latina (1965-1975), que recebeu os influxos dos marxismos, da teologia da libertação, da teoria da dependência, da pedagogia de Paulo Freire, dentre outras. A crueldade e a violência das ditaduras na América Latina acabaram por "atrasar", mas não impedir o processo de integração que vinha se processando⁹. Com o retorno das democracias no Cone Sul, o Serviço Social da nossa região se fortalece e continua seu caminho de cooperação. Temos, em 1996, a criação do comitê Mercosul de organizações profissionais de Serviço Social (MANSILLA, 2011), assim como a cooperação no campo da pós-graduações, no qual o Brasil terá um papel fundamental¹⁰. Podemos afirmar que o Serviço Social do nosso continente vem se integrando e construindo uma agenda de pesquisa, de formação e de organização profissional no campo do Serviço Social Crítico e

⁷ O Primeiro Congresso Panamericano de Serviço Social foi realizado no Chile em 1945, sobre esta influência que fundado no Brasil o Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais – CBCISS em 1946, que será o responsável pela organização dos famosos encontros de Araxá (1967), teresópolis (1970), Sumaré (1978) e Alto da Boa vista entre outros.

⁸ CF ALAYON (2007) MOLJO (2005)

⁹ Lembremos que o CELATS foi fundado em 1975(Centro Latinoamericano de Trabajo Social, promovendo linhas de pesquisa, documentação e docência de Serviço Social para toda América Latina, inclusive o Primeiro Mestrado em Serviço Social da América Latina criado pelo CELATS em 1978 em Honduras. A Revista Acción Crítica da Alaets-Celats, desde 1979

¹⁰ Pensemos nos acordos de cooperação internacional da PUC/SP com a universidade Nacional de La Plata em 1995 que instauraram o primeiro mestrado em Serviço Social da Argentina.

comprometido com a classe trabalhadora há muitas décadas. O ano de 2012, revela este processo, quando no encontro realizado no Rio de Janeiro, (Declaração de Rio de Janeiro), é debatida e defendida a concepção de um Serviço Social Crítico, a ser apresentado no Congresso Mundial de Serviço Social em Estocolmo; esta foi a definição de profissão defendida na assembleia mundial realizada no mesmo ano¹¹. O Congresso Mundial organizado pela FITS (Federação Internacional de Serviço Social) propiciou um importante diálogo e articulação política com diferentes países, especialmente com os de língua inglesa, que vêm defendendo o Serviço Social Radical, com similitudes e diferenças com o que aqui denominamos Serviço Social Crítico. Sem dúvida, os anos 2000 foram um período de debates internacionais, que propiciaram as agendas de pesquisas e cooperação internacionais que temos na atualidade. O Serviço Social no mundo é muito diferenciado entre si, não só no interior da América Latina, mas também na Europa ou nos Estados Unidos, nos países da África e da Ásia. Ainda pouco sabemos das experiências de formação e trabalho profissional do Serviço Social em países como Austrália; portanto, temos um importante caminho a percorrer e este número da Libertas, busca justamente apresentar, mesmo que de forma inicial esta diversidade.

Como mencionamos, há mais de 30 anos vem se processando a integração do Serviço Social no continente, mas também com o Serviço Social de outros continentes. É com esse objetivo que a Revista Libertas buscou apresentar ao público brasileiro algumas das experiências e tendências do Serviço Social internacional. Assim, abrimos a Revista Libertas com o artigo *A História pelo Avesso: uma pesquisa internacional “em rede” de pesquisadores/as*, de autoria das professoras Cláudia Mônica dos Santos e Marilda Villela Yamamoto. Neste artigo, as autoras apresentam a exitosa experiência de trabalho em rede na pesquisa denominada “O Movimento de Reconceitualização do Serviço Social na América Latina: determinantes históricos, interlocuções internacionais e memória (1960- 1980)”. Experiência de cooperação internacional, cujos frutos se expressaram para além das publicações de livros, artigos, seminários, colóquios e *lives*: eles se mostram no fortalecimento da pesquisa internacional, que envolvendo instituições nacionais e internacionais alarga-se para outros países não contemplados na primeira etapa, dando continuidade ao processo de internacionalização das pós-graduações

O segundo artigo que compõe o Dossiê, denominado *Rede Ibero-Americana de Investigação em Serviço Social: diálogos, cooperação e produção de conhecimento*, de autoria

¹¹ Na entrevista realizada com a professora Silvana Martinez, que consta nesta revista, a entrevistada analisa este processo.

das professoras Yolanda Guerra (Brasil), Alcina Martins (Portugal) e Virginia Carrara (Brasil), apresenta outra experiência de pesquisa expressa na Rede Iberoamericana de Serviço Social. O Artigo questiona a lógica positivista de pesquisa presente nos órgãos internacionais, que se contrapõe a rica e fecunda experiência de pesquisa que a rede iberoamericana apresenta. O artigo, além de fornecer uma análise do que implica hoje a internacionalização, apresenta os dados sistematizados sobre a Rede Iberoamericana na atualidade e seus desafios.

O terceiro artigo do Dossiê, fruto do processo de internacionalização das pós-graduações e da realização do estágio pós-doutoral de uma das autoras, denominado *Serviço Social na Espanha: aproximações com a ética profissional*, de Tatiana Reidel, Laís Duarte Corrêa e Maria Luiza Mendo, analisa dimensão da ética profissional no Serviço Social espanhol, especialmente como se particulariza na formação dos assistentes sociais espanhóis. A pesquisa analisou os Planos de Ensino de 38 instituições universitárias de Serviço Social, concluindo que existe um ecletismo no trato da ética profissional na Espanha.

O quarto artigo do Dossiê, denominado *Elementos do passado-presente na relação entre o Serviço Social Estadunidense e o Serviço Social Brasileiro*, de autoria de Franqueline Terto dos Santos e Valéria Coelho de Omena, trata sobre a gênese e desenvolvimento do Serviço Social estadunidense, assim como seu desenvolvimento posterior e configuração atual. Finalmente o artigo busca construir um diálogo crítico entre o Serviço Social brasileiro e o estadunidense.

O quinto artigo do Dossiê, denominado *Serviço social internacional e ditaduras: notas sobre o surgimento e a institucionalização do serviço social no Brasil e na Espanha sob o contexto ditatorial*, de autoria de André Luciano Silva, analisa o Serviço Social nos dois países, especialmente seus desenvolvimentos em períodos ditatoriais. O autor apresenta elementos que evidenciam similitude e divergências, permitindo compreender a história da profissão em ambos os lugares.

O sexto artigo do Dossiê, denominado *Trabajo Social no Paraguai: os caminhos da formação profissional*, de autoria de Filipe Silva Neri e Mabel Mascarenhas Torres, traz uma contribuição inédita sobre a formação profissional naquele país, analisando os Planos de Estudos, bibliografia e documentos presentes na literatura paraguaia. Os autores apresentam a perspectiva crítica presente na formação a partir dos anos 2000, subsidiados na legislação, normativas e código de ética.

O sétimo artigo do dossiê, denominado *La posicionalidad geopolítica en la investigación bajo las exigencias del capitalismo cognitivo: análisis de las trayectorias de investigación de trabajadoras/es sociales en Chile*, de autoria das professoras chilenas

Gianinna Munoz Arce e Gabriela Rubilar Donoso apresentam a experiência de um grupo de pesquisa vinculado a uma universidade chilena. O grupo de pesquisa tem como supostos teóricos de trabalho a teoria crítica, o pensamento decolonial, perspectivas interseccionais, *critical race theory* e teorias de posicionamento indígena. As autoras analisam a trajetória de pesquisa de diversas assistentes sociais e questionam como foram construindo as suas trajetórias, apresentando a noção de posicionalidade geopolítica.

Finalmente fechando o Dossiê sobre o Serviço Social internacional, temos o artigo *A ABEPSS na internacionalização do Serviço Social do Brasil*, de Ramiro Marcos Dulcich Píccolo, atual coordenador de Relações Internacionais da ABEPSS. O artigo reflete sobre as linhas de trabalho e os desafios contemporâneos das relações internacionais da ABEPSS, no contexto caracterizado pela ofensiva do capital que se apoia em setores ultraconservadores, defensores de doutrinas e valores neofascistas e neonazistas.

Abrindo os artigos de *Fluxo Contínuo* temos o nono artigo denominado *Financiamento da assistência social em Belém: um estudo sobre fundo municipal entre 2006 e 2017*, de Zaraia Guará Ferreira, que traz uma análise teórica e empírica sobre o financiamento de assistência social em Belém. Sem dúvida, uma grande contribuição para a análise do financiamento público.

O décimo artigo denominado *A trajetória das políticas sociais para a população idosa e a imagem social das velhices*, de autoria de Melina Sampaio de Ramos Barros e Angela Vieira Neves, analisa as políticas sociais destinadas à população idosa e a imagem que socialmente construída sobre essa população. Partindo de análise documental, as autoras concluem que a sociedade civil trata a velhice a partir de uma lógica assistencialista e familiar. Com relação ao Estado, as autoras percebem significativo atraso no trato dos direitos.

O décimo primeiro artigo, denominado *A morte por Covid-19 bate à porta das/os assistentes sociais no Brasil*, de Fabiola Xavier Leal; Maria Lúcia Garcia, Mylena C.P. Silva e Nina G. M. Moisés, apresenta um estudo documental embasado nos dados do CFESS e da ABEPSS sobre a morte de assistentes sociais pelo Covid-19. O artigo conclui que a maioria das mortes foram de mulheres entre 40 a 61 anos que atuavam no SUS e que não tiveram acesso à vacina.

O décimo segundo artigo, denominado *Reunião multiprofissional na alta complexidade: perspectiva do usuário em sua integralidade*, de autoria de Amanda Caroline da Fe Pereira, Ana Paula Barboza Dantase e Ilka de Lima Souza, buscou analisar a reunião multiprofissional como instrumento a ser utilizado na perspectiva de qualificar o cuidado integral aos usuários

internados num hospital universitário, ainda mostra a necessidade de educação permanente da equipe multidisciplinar, buscando uma maior capacitação e integração da equipe e desta com os usuários.

O Décimo terceiro artigo, denominado *Trajelórias criminais e reinserção social de ex-reclusos/as: uma revisão da literatura*, de autoria de Eva Raquel Xavier De Melo Gil Chaves, Clara Maria Rodrigues Cruz Silva Santos e Vera Mónica da Silva Duarte, analisa, a partir da revisão de bibliografia em bases de dados internacionais, a questão da reincidência criminal, considerando fatores da trajetória de vida e de trajetória criminal dos indivíduos. As autoras sinalizam “a necessidade de uma leitura crítica sobre as trajetórias de vida dos indivíduos”, e salientam a “existência de lacunas no acompanhamento dos reclusos/as em contexto prisional que podem apresentar-se como um obstáculo à reinserção social destes indivíduos”.

O décimo quarto artigo denominado *Contribuições da teologia da libertação para a reconceitualização do serviço social*, de Guilherme Costa dos Reis e José Fernando Siqueira da Silva, apresenta os resultados de uma pesquisa cujo objeto de análise foi a teologia da libertação na América Latina e a sua influência para o Serviço Social. Trata-se de um estudo teórico referenciado em diferentes fontes bibliográficas nacionais e internacionais

Finalizando esta sessão, temos o artigo de Vitor Bartoletti Sartori, *Karl Marx diante da miséria e da constituinte alemãs em 1848*, onde o autor, com o rigor da leitura imanente, analisa as diferenças entre o Manifesto Comunista e os artigos da Nova Gazeta Renana, em uma fecunda proposta de compreensão das elaborações concretas de Marx a respeito da política, mais precisamente, da situação alemã.

Fechando a revista, temos na seção de **entrevistas** a importante contribuição da professora argentina, presidente da FITS, Silvana Martinez, entrevistada pela professora Carina Berta Moljo, denominada *La Federación Internacional de Trabajadores Sociales (FITS) e los trabajadores sociales en el mundo*. Nesta entrevista, a professora analisa a trajetória da FITS, desde a sua gênese, até os dias atuais, destacando o ano de 2012, no qual se articula uma nova concepção de Serviço Social internacional, e o ano de 2018, em que, pela primeira vez, a Região de América Latina e Caribe chegam a presidência da FITS. Finaliza a entrevista apresentando os desafios atuais. E a seção *Tradução dos Clássicos*, que traz o texto de Franco Basaglia, *A liberdade comunitária como alternativa ao retrocesso institucional*, traduzido por Ronaldo Vielmi Fortes e com revisão de Alexandre Arbia. Um dos principais expoentes mundiais da luta antimanicomial, Basaglia atuou ativamente na problematização que levou à reformulação da política de saúde mental na Itália. O texto em questão, de elevado valor histórico e heurístico, traz uma pequena amostra da contribuição de Basaglia no “calor da hora” – sua análise crítico-

positiva sobre as comunidades terapêuticas, seu empedernido combate contra o modelo manicomial e sua genial compreensão dos vínculos entre o modelo hierárquico dos manicômios e a própria hierarquia social. Basaglia compreendeu, muito rapidamente, que qualquer reformulação positiva da saúde mental não poderia ser pensada sem uma problematização mais ampla, da própria sociedade na qual a relação entre médicos e pacientes estavam inseridos.

Boa leitura!

Os editores

Referências

- ALAYÓN, Norberto. *Historia del Trabajo Social en Argentina*. Espacio Editorial, Buenos Aires, 5ta. Edición. 2007.
- IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche – Capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez Editora, 2007.
- IAMAMOTO, Marilda & CARVALHO, Raul. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. 5 ed. São Paulo: Cortez, Lima: CELATS, 1986.
- MANSILLA, S. A. Una aproximación crítica e histórica de la organización política de los trabajadores sociales de argentina y de la provincia de Neuquén. *Revista de Trabajo Social Plaza Pública*, Tandil, Argentina, FCH – UNCPBA, n 5 p.7-37, 2011.
- MARX, K. *O Capital. Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital*. Cap XXIII. São Paulo: Boitempo, 2013
- MOLJO, C, B.. Considerações sobre o Serviço Social na América Latina. *Praia Vermelha* (UFRJ), v. 24, p. 403-421, 2016.
- MOLJO, C. B. *Trabajadores sociales en la historia. Una perspectiva transformadora*. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2005.

A História pelo Avesso: uma pesquisa internacional “em rede” de pesquisadores/as

History in Reverse: an international research “in a network” of researchers

Cláudia Mônica dos Santos*
Marilda Villela Yamamoto**

Resumo: Esse artigo tem por finalidade apresentar a pesquisa intitulada “O Movimento de Reconceitualização do Serviço Social na América Latina: determinantes históricos, interlocuções internacionais e memória (1960-1980)”, que traz grande inovação no desenvolvimento de uma pesquisa “em rede”, em âmbito nacional e internacional. A pesquisa em rede possibilita e fortalece as relações de cooperação e intercâmbio entre as universidades e países envolvidos. Igualmente, ela é crucial para o processo de internacionalização dos Programas de Pós-Graduações e para aperfeiçoamento do projeto de profissão de Serviço Social no Brasil tanto na formação acadêmico - profissional quanto no trabalho dos Assistentes Sociais. Vem assim contribuir à integração entre ensino de graduação e pós-graduação, ao envolver pesquisadoras/es docentes e discentes de ambos os níveis de ensino. Esse artigo consta de (1) apresentação da proposta de pesquisa; (2) explicitação da trajetória da pesquisa e (3) considerações finais e prospectivas.

Palavras-chaves: Pesquisa em Rede; Serviço Social; Internacionalização.

Abstract: This article aims to present the research entitled “The Movement for Reconceptualization of Social Work in Latin America: historical determinants, international dialogues and memory (1960-1980)”, which brings great innovation in the development of a “network” research, at a national and international level. Network research enables and strengthens cooperation and exchange relations between universities and countries involved. Equally, it is crucial for the process of internationalization of Postgraduate Programs and for the improvement of the Social Work profession project in Brazil, both in academic-professional training and in the work of Social Workers. It thus contributes to the integration between undergraduate and graduate education, by involving researchers/teachers and students from both levels of education. This article consists of (1) presentation of the research proposal; (2) explanation of the research trajectory and (3) final and prospective considerations.

Keywords: Network Research; Social Work; Internationalization

Recebido em: 25/04/2022
Aprovado em: 03/06/2022



© O(s) Autor(es). 2018 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

* Assistente Social; doutora em Serviço Social pela ESS/UFRJ; Professora convidada do PPGSS/UFJF.

** Assistente Social; doutora em Ciências Sociais pela PUC/SP; mestre em Sociologia Rural pela USP/USP; Professora do PPGSS/UERJ.

Introdução

O presente artigo tem por finalidade apresentar a pesquisa intitulada “O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina: determinantes históricos, interlocuções internacionais e memória (1960-1980)”¹, que traz grande inovação no desenvolvimento de uma pesquisa “em rede”, em âmbito nacional e internacional. A pesquisa “em rede” é mais do que um agregado sistemático de pesquisadores/as em torno de uma temática comum e geograficamente delimitada. São pesquisadores/as reunidos/as num *mesmo projeto de pesquisa central*, - que partilham de seu objeto de estudo, delimitação temporal, orientação teórico-metodológica e de procedimentos de coleta de dados de pesquisa. Esse projeto central desdobra-se em subprojetos temáticos que abrangem dimensões das temáticas em suas particularidades internacionais, nacionais e ou regionais. A pesquisa em rede assim compreendida possibilita e fortalece as relações de cooperação e intercâmbio entre as universidades e países envolvidos. Igualmente, ela é crucial para o processo de internacionalização dos Programas de Pós-Graduações e para aperfeiçoamento do projeto de profissão de Serviço Social no Brasil tanto na formação acadêmico - profissional quanto no trabalho dos Assistentes Sociais. Vem assim contribuir à integração entre ensino de graduação e pós-graduação, ao envolver pesquisadoras/es docentes e discentes de ambos os níveis de ensino.

2

O objeto dessa pesquisa destaca o intercâmbio com pesquisadores de alguns países da América Latina e de países europeus. Um de seus diferenciais é o fato de que, desde a formulação de seu projeto fundador, tem como propósito o trabalho em rede, com participação internacional, congregando: Brasil Chile/ Colômbia e Portugal. A importância de constituição de um grupo de pesquisadores internacional, desde a elaboração do projeto, foi registrada no projeto submetido ao Conselho Nacional de desenvolvimento científico e tecnológico (CNPq), como uma das metas da pesquisa: “Criação de uma Rede Internacional de Pesquisa em Fundamentos do Serviço Social com a participação de 15 instituições universitárias de quatro países latino-americanos (12 instituições) e dois europeus (03 instituições)” (IAMAMOTO *et al.*, 2016), conforme detalhado no corpo desse artigo.

Entretanto a ideia de “rede de pesquisa” foi sendo amadurecida e superada para a concepção de “pesquisa em rede”, tal como vem ocorrendo: uma pesquisa de interesse comum, desenvolvida por pesquisadores/as de várias regiões do Brasil, demais países da América Latina

¹ Pesquisa apoiada pelo CNPq, edital Processo: 421744/2016-2 Chamada Pública: Universal 01/2016 e pela CAPES, através dos Programas de Pós-Graduações integrantes da pesquisa e de verba do PAEP, processo: 88881.289531/201801, para organização do IV Simpósio Internacional de pesquisadores/as, ocorrido, em 2019, na UFJF.

e do continente europeu, contudo garantindo seus diferentes interesses em torno dessa temática comum e, portanto, reconhecendo a especificidade de cada subprojeto que a constitui, identificados ao final deste artigo.

Sem dúvida alguma sabemos que uma “pesquisa em rede” possibilita a criação de uma “rede de pesquisadores”: que desenvolver uma pesquisa com diferentes instituições, países e continentes’ enriquece e aprofunda estudos sobre o Serviço Social na histórica como ângulo de leitura dos fundamentos do Serviço Social, inaugurando um caminho para a criação de uma “rede de pesquisadores sobre os fundamentos do Serviço Social”.

Desde a década de 1960, o Serviço Social vem salientando a importância da investigação sobre a realidade vivida pela população que necessita de seus serviços. Na década de 1990 essa recomendação se expressa nas diretrizes de nosso projeto de formação acadêmico-profissional em Serviço Social reconhecendo sua transversalidade a todo o currículo. Na atual conjuntura brasileira, afirmamos a centralidade da investigação na formação e no exercício profissionais, visto que, além de possibilitar uma fecunda integração entre o ensino de graduação e pós-graduação, contribui para a afirmação do Serviço Social enquanto profissão socialmente reconhecida e legitimada e enquanto área de conhecimento ou disciplina ante a comunidade científica. A integração entre investigação, ensino e exercício é decisiva para imprimir padrões de excelência à formação universitária, indo mais além da mera transmissão de conhecimentos e da formação de mão-de-obra especializada voltada exclusivamente para atender as demandas do mercado de trabalho.

Nosso pressuposto é de que a investigação é fecunda na criação de canais de comunicação entre graduação e pós-graduação e, também, um instrumento que possibilita a internacionalização dos programas, mediante estudos e trabalhos coletivos, na direção de um projeto profissional crítico. E a “pesquisa em rede” é uma grande aliada do fortalecimento político do Serviço Social no âmbito internacional.

É preciso destacar que vivemos tempos de expansão de ideias ultraconservadoras, expressão do fortalecimento dos interesses da grande burguesia, sob a hegemonia das finanças, em escala mundial num contexto de crise estrutural do capital e de pandemia do Covid 19. Nos E.U.A., o governo de Donald Trump alinhou-se a posturas radicais de ultradireita e xenofóbicas contra imigrantes latino-americanos, perdendo as eleições em 2020. Na Europa, o avanço de partidos neonazistas cumpre perspectiva semelhante. No Brasil, a vitória do presidente Jair Bolsonaro, apoiada por grandes grupos econômicos na defesa de seus interesses, assenta-se no fundamentalismo religioso e obscurantista, no anticientificismo, no irracionalismo, fazendo apologia ao retorno da ditadura empresarial-militar no país. Tais posições colidem com o

pensamento crítico, afetando diretamente a liberdade de pensamento e da pesquisa.

Esses tempos áridos e difíceis confirmam a importância de pesquisas que reconstruam criticamente o passado, contribuindo com a compreensão do presente e com estratégias de resistência política. Nessa resistência o trabalho coletivo é fundamental para unir forças progressistas e evidenciar afinidades e divergências entre pesquisadores/as de distintos países envolvidos na pesquisa.

No sentido de apresentar essa fecunda experiência, esse artigo consta de (1) apresentação da proposta de pesquisa; (2) explicitação da trajetória da pesquisa e (3) considerações finais e prospectivas.

Compartilhando a trajetória da pesquisa

As bases desse projeto de pesquisa foram lançadas no seminário comemorativo dos cinquenta anos do Movimento de Reconceituação Latino-americano (MRLA), ocorrido na Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), no ano de 2015. Esse seminário foi organizado pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PPGSS) e pelo Centro de Estudos Otávio Ianni (CEOI), sob a coordenação da professora Marilda Vilella Iamamoto. O seminário contou com renomados/as conferencistas brasileiros/as e de outros países da América Latina. Nos debates, ficou explícita a necessidade de retomar os estudos sobre o MRLA, criando-se um grupo formado por pesquisadores/as docente e discentes oriundos do Brasil, da Colômbia e do Chile para elaboração de uma proposta. A escolha inicial dos três países citados deveu-se às articulações internacionais já existentes por meio de intercâmbios de docentes e discentes do PPGSS-UERJ e PPGSS-UFJF. No decorrer da pesquisa, os interesses e os contatos com outros países latino-americanos foram se ampliando. Criar e fortalecer articulação em rede internacional de pesquisadores/as, em torno do Serviço Social na História como ótica de abordagem dos fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social, envolvendo docentes e discentes de ensino pós-graduados e de iniciação científica, além de constituir o processo metodológico de todo o desenvolvimento da pesquisa, foi, uma das principais metas da pesquisa. Pretendia-se potencializar e socializar os avanços científicos acumulados, além de fomentar a interlocução entre o Serviço Social brasileiro e o dos demais países participantes.

Há consenso na historiografia do Serviço Social, em afirmar, que o MRLA é geograficamente bem definido e historicamente datado: 1965-1975. Entretanto, como a intenção era abranger particularidades, antecedentes, expressões e desdobramentos do

Movimento de Reconceituação, assumidos em cada país latino-americano, além de interlocuções com países europeus e do norte da América, o período a ser estudado foi alargado para 1960-1980.

É importante recuperar que a necessidade de retomar estudos sobre o MRLA, destacando as particularidades dos diferentes países e a heterogeneidade desse movimento, bem como a interlocução com países da Europa e da América do Norte, já se fazia sentir no *Centro Latinoamericano de Trabajo Social* (CELATS) desde a década de 1980, quando alertava que:

A história surge como temática específica de estudo quando se constata a insuficiência de teorizar a América Latina como um todo homogêneo, generalizável, sem levar em conta os contextos específicos de cada formação econômico social (CELATS, 1986, p. 17).

O CELATS também destacava ser

igualmente importante sublinhar a necessidade de retomar as relações com os materiais e as experiências que se fazem nos países capitalistas desenvolvidos (europeus, EUA, Canadá) – aí existe muito o que assimilar, não só quanto a desenvolvimentos alternativos das ciências sociais, mas também no que se refere ao Serviço Social mesmo e a novas profissões vinculadas à problemática do social” (CELATS, 1986, p. 30).

Nesse sentido, a pesquisa constituiu-se em dois grandes eixos: (i) estudos sobre o MRLA, considerando seus determinantes históricos, memória e particularidades nacionais; (ii) estudos sobre as interlocuções internacionais que esse movimento estabeleceu com demais movimentos contestatórios do Serviço Social, ocorridos nesse mesmo período histórico, em outras partes do mundo. Aqui foram priorizados, em um primeiro momento, E.U.A. e Canadá, na América do Norte, além de Portugal, Espanha e Inglaterra, na Europa.

Alguns critérios orientaram a escolha desse conjunto de países. E.U.A. e Inglaterra foram os expoentes do denominado Serviço Social Radical (SSR). Entretanto, no desenvolver da pesquisa, optou-se por estudar o SSR em todo o Reino Unido (Inglaterra, Irlanda do Norte, Escócia e País de Gales), tendo em vista os estudos indicarem que esse movimento não se centrou apenas na Inglaterra. A inclusão do Canadá foi impulsionada pela proeminência do assistente social brasileiro Vicente de Paula Faleiros, que, durante a ditadura empresarial-militar exilou-se inicialmente no Chile, de onde foi obrigado a sair e migrou para o Canadá, a convite de um grupo de Assistentes Sociais críticos. Devido à grande complexidade desse estudo ele foi adiado para outro momento da pesquisa. Portugal e Espanha foram incluídos não só na condição de colonizadores da América Latina, com afinidades linguísticas e culturais, mas também pelo apoio e solidariedade ao acolher profissionais perseguidos e exilados durante os regimes autocráticos latino-americanos, o que aproximou o Serviço Social desses países. Deve-se lembrar que Portugal e Espanha também viveram longos períodos de ditaduras, que se

encerraram em 1974 – pela Revolução dos Cravos – e em 1978, respectivamente.

A divisão da pesquisa em dois eixos é meramente operacional, visto que se encontram intimamente imbricados, com nuances distintas e similitudes em um momento histórico de efervescência mundial de grandes manifestações e lutas sociais, promovendo mudanças societárias e conjunturais, que incidiram de forma diferenciada no Serviço Social dos diferentes países e continentes.

Conforme consta no projeto da pesquisa (IAMAMOTO *et al.*, 2016), em nível mundial, no âmbito do Serviço Social, desconhece-se um movimento de amplitude e organicidade similares às do MRLA. Ele é conhecido por sua abrangência estritamente latino-americana e por sua efetivação diversa em cada país que compõe essa região geopolítica.

Produções e elaborações teóricas de autores/as estadunidenses e europeus contemporâneos ao MRLA² entretanto fazem referência a outros movimentos críticos ao capitalismo e ao Serviço Social Tradicional. Essa constatação foi fundamental para que esse projeto também investigasse se houve ou não uma efetiva relação desses outros movimentos contestatórios do Serviço Social europeu e norte-americano com o MRLA e em que bases essa relação poderia ser descrita.

O período de 1960-1980 foi de grande importância mundial. Ele é marcado não só pelo domínio e hegemonia do imperialismo norte-americano nas três “décadas de ouro do capital” (1945-1973), como também pelas contradições que surgem no seio desse processo, culminando com a crise estrutural do capital e medidas de ajuste e restauração das taxas de lucro nas décadas de 1970-1980 na América Latina.

Nos Estados Unidos, há grandes impactos decorrentes do fortalecimento de movimentos sociais que lutam por melhores condições de vida e reivindicam uma sociedade mais igualitária. O assassinato do líder negro Martin Luther King, em 1968, marca uma onda de protestos organizados pelo movimento racial estadunidense. Também ganham força o feminismo, os movimentos pacifistas (contra a guerra do Vietnã), os movimentos culturais (psicodélico e *hippie*). São marcos de questionamento ao poder tradicional e ao modo de vida sob o capital.

A Europa, por sua vez, assiste a um grande movimento dos/as estudantes e dos/as trabalhadores/as, no conhecido “Maio de 1968”, que vai igualmente de encontro à ordem do capital. Iniciou-se em Paris e foi se espraiando para outros países da Europa, extrapolando fronteiras. Perry Anderson (2004, p. 115) registra a força e extensão desse momento:

Ademais, a revolta na França não foi uma experiência isolada. Os anos que se seguiram assistiram a uma ampla onda internacional de insurreições operárias

² Dentre eles, podemos citar dois autores traduzidos no Brasil: o norte-americano Galper e o inglês Peter Leonard.

no mundo imperialista, diferente de tudo o que ocorrera desde o início da década de 1920. Em 1969, o proletariado italiano desencadeou a maior onda de greves que o país conheceu; em 1972, a classe operária inglesa lançou a mais bem-sucedida ofensiva industrial em sua história, paralisando a economia nacional; em 1973, o movimento trabalhista japonês realizou o seu maior ataque contra o capital até hoje. Em 1974, a economia capitalista mundial entrou em sua primeira recessão generalizada desde a guerra.

Como se destaca no projeto (Iamamoto *et al.*, 2016), nesse mesmo período, o Estado é forte, a democracia episódica, as ditaduras recorrentes e as lutas permanentes. Os/as trabalhadores/as também se organizam em movimentos de luta a favor dos “oprimidos” (na esteira do educador brasileiro Paulo Freire), contra o imperialismo e a dependência dos países capitalistas centrais.

Marcados pela crise do padrão de acumulação produtiva, América Latina, Portugal, Espanha, Inglaterra e E.U.A. possuem diferentes inserções econômicas no capitalismo internacional. América Latina, Portugal e Espanha, mesmo que de forma diferenciada, colocam-se na condição de países dependentes, pertencentes ao denominado “capitalismo periférico”. Já E.U.A. e Inglaterra, na condição de países do primeiro mundo, de caráter imperialista, pertencentes ao polo do “capitalismo central”. Como descreve Anderson (2004, p.122), “os universos da mais rica classe imperialista e a mais antiga classe operária do mundo”. Para Eiras *et al* (2022, s/p):

Na perspectiva dessa análise relacional, E.U.A. e Reino Unido, no início dos anos 1960, estão na ponta do desenvolvimento capitalista, configurando-se como regiões que concentram capital e alto índice de produtividade (trabalho e tecnologia), combinando riqueza e desenvolvimento econômico (agricultura, indústria e serviços). Em ambos, havia baixos índices de desemprego e pobreza, acesso a direitos trabalhistas e a serviços estatais de qualidade, no âmbito da educação, saúde e previdência, além de estruturas de serviços para a assistência social. E.U.A. e Reino Unido constituem o grupo que detém as prerrogativas de deliberação acerca da ordem econômica mundial e, obviamente, o poderio militar capaz de garantir tais deliberações, subordinando países e regiões aos interesses de reprodução do capital.

A América Latina encontra-se no outro polo, subordinada aos interesses constituídos na ordem econômica mundial, dependente dos investimentos de capital e da importação de equipamentos e tecnologia de ponta, tornando difícil a competição dos países dessa região no mercado internacional.

Diante desse cenário, configura-se como fundamento para análise do objeto deste estudo a compreensão da profissão do Serviço Social inscrita na sociabilidade capitalista. Isso significa dizer que uma profissão é compreendida como um produto histórico, adquirindo sentido e inteligibilidade na história da sociedade da qual é parte e expressão. De outro modo, ainda, uma profissão se explica no movimento histórico, em um processo mais amplo e global. Assim, o ponto de partida para a análise histórica que a pesquisa se propõe é a expansão capitalista e seus

determinantes estruturais. Como registrado no projeto (Iamamoto *et al.*, 2016, s/p), uma profissão somente existe “em condições e relações sociais historicamente determinadas”, e essas condições “são a concretização da dinâmica das relações sociais vigentes na sociedade em determinadas conjunturas históricas”.

Nessa direção, a conjuntura econômico-política e social, em franca ebulição no mundo entre 1960-1980, não permitiu ao Serviço Social passar imune a ela. Na América Latina, isso se expressa no Movimento de Reconceituação, questionando a ordem do capital, bem como a influência do Serviço Social estadunidense nessa parte do continente americano, considerando as particularidades históricas dessas regiões. Ou seja, o MRLA vai pôr em xeque as teorias exógenas à realidade latino-americana, seus fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos, além da própria direção socio-política impressa ao Serviço Social.

Considerando as interlocuções que a pesquisa vai estabelecer entre o movimento de reconceituação e outros movimentos contestatórios, deve-se lembrar, ainda, outras dimensões do cenário mundial. Segundo Silveira *et al.* (2020, s/p), Portugal e Espanha:

Durante o período de transição democrática e do processo de consolidação do Estado de Direito, no Serviço Social espanhol se manifesta uma tensão entre posições profissionais conservadoras e outra marcada por uma militância política de cunho progressista. A participação destas assistentes sociais em distintos foros e movimentos de resistência franquista era evidente e segundo Domènech (2013) nas Conferências profissionais desenvolvidas nos anos de 1970 era obrigatório para superar o desamparo teórico e ideológico na profissão, ler os documentos que faziam referência ao processo reconceptualizador da profissão na América Latina, bem como os textos da pedagogia conscientizadora de Paulo Freire. Com a instauração em 1978 da Constituição Espanhola inicia-se um processo de garantia de direitos de cidadania, ao mesmo tempo que possibilita a implantação do Sistema Público de Servicios Sociales, com destacado protagonismo dos assistentes sociais na sua implementação. Este fato causou um profundo impacto na reestruturação do trabalho profissional, com forte tendência na dimensão técnico-instrumental da profissão, num contexto de políticas sociais de cunho neoliberal. Em Portugal, particularmente a partir do final da década de 1960, o envolvimento de assistentes sociais em movimentos de contestação e resistência à ditadura também se fez notar. Esse envolvimento fez-se por via da participação cívica em movimentos e organizações declaradamente oposicionistas do Estado Novo, e, ainda antes da Revolução de 1974, através do próprio sindicato representativo da profissão.

Já em relação aos E.U.A.³ e ao Reino Unido, Ferguson (2011) lembra que o Serviço Social Radical irrompe, nos anos 1970, como uma abordagem distinta e articulada dentro do

³ Reisch e Andrews (2002) afirmam que o Serviço Social Radical nos E.U.A. surgiu já em inícios do século XX, avançando até finais da segunda Guerra Mundial. Destacam algumas assistentes sociais que marcam o movimento nesse período – Jane Addams, Florence Kelley e Bertha Capen Reynolds –, em vertentes diferenciadas de radicalismos.

Serviço Social, principalmente, na Inglaterra, Canadá, E.U.A. e Austrália: uma alternativa aos parâmetros dominantes de teoria e prática de cunho conservador. Para o autor, os fatores que contribuíram para o surgimento desse movimento no Reino Unido referem-se, dentre outros, ao fim do período sustentado pelo crescimento econômico após Segunda Guerra Mundial – o chamado “*longo boom*” – levando ao reaparecimento da crise econômica em várias partes do mundo; o crescente movimento global de resistência à guerra americana no Vietnã; o movimento dos direitos civis dos negros nos EUA; movimento de liberação das mulheres; a frente de liberação dos homossexuais. Estes movimentos ligavam-se e eram abastecidos pelo movimento mundial estudantil, que teve papel fundamental na “Primavera de Praga”, em 1968 e no reinício do movimento dos trabalhadores franceses, o qual desembocou na maior greve geral da história. Para o autor, esses acontecimentos fizeram dessa década a mais radical da história mundial, com amplas incidências no Serviço Social.

Essa conjuntura de efervescência mundial, que caracteriza o período de 1960-1980, é uma das motivações que instigaram o conjunto de autoras a propor uma pesquisa com o objetivo, de

Realizar, por meio da articulação de uma rede de pesquisadores, uma aproximação aos processos de gênese, conformação e desdobramentos do Movimento de Reconceituação na Argentina, Brasil, Chile e Colômbia nas décadas de 1960-1980 e sua relação com os movimentos do Serviço Social crítico e radical presentes no universo profissional europeu e norte-americano, salientando o vínculo político e profissional entre o Serviço Social e as lutas sociais desenvolvidas pelas classes subalternas, expressos tanto na literatura quanto na memória dos sujeitos (IAMAMOTO *et al.*, 2016, s/p).

Nessa direção, lançou-se mão de uma série de procedimentos metodológicos, entrelaçados com as metas do estudo, quais sejam: trabalho de campo com entrevistas gravadas e filmadas, pautadas na técnica de história oral, resgatando a memória coletiva do período (1960-1980); pesquisa documental em arquivos universitários, centros de pesquisa e instâncias organizativas no Serviço Social; pesquisa bibliográfica em articulação com as instituições colaboradoras; revisão de depoimentos dos sujeitos profissionais já produzidos por pesquisadores/as e acervos pessoais e institucionais; organização de eventos internacionais, no formato de simpósios e seminários, previstos como fonte de dados, propiciando a coleta de informações junto a participantes do movimento de Reconceituação e/ou do Serviço Social Crítico e Radical, eventualmente presentes; encontros periódicos entre pesquisadores/as nacionais e/ou internacionais, utilizando-se tanto de reuniões presenciais, com visitas aos diferentes locais, quanto de videoconferências ou reuniões *on-line*.

Fortalecer uma articulação internacional de pesquisadores/as, em torno dos

fundamentos histórico e teórico-metodológicos do Serviço Social, envolvendo docentes e discentes de ensino pós-graduados e de iniciação científica, além de constituir o “*modus operandi*” de todo o desenvolvimento da pesquisa, foi uma de suas principais metas, conforme consta no projeto: Criação de 01 Rede Internacional de Pesquisa em Fundamentos do Serviço Social com a participação de 15 instituições universitárias de quatro países latino-americanos (12 instituições) e dois europeus (03 instituições); Criação de 01 acervo digital reunido no Centro de Estudos Octavio sobre a documentação coligida na pesquisa (imagens, depoimentos, entrevistas, bibliografias) para uso dos pesquisadores envolvidos; Produção de 01 documentário sobre a gênese, conformação e desdobramentos do Movimento de Reconceituação na Argentina, Brasil, Chile e Colômbia, com a participação dos profissionais entrevistados e utilização de fontes coligidas; Produção de 02 coletâneas; Realização de 01 seminário internacional; Realização de 01 simpósio internacional sobre Serviço Social Crítico e Serviço Social Radical; Realização de 01 fórum de pesquisadores dos países envolvidos; Elaboração de 03 teses de doutorado; Realização de 01 estágio pós-doutoral.

Todas essas metas tiveram êxito para além das expectativas, contribuindo para potencializar e socializar os avanços científicos acumulados e fomentar a interlocução entre o Serviço Social brasileiro e pesquisadores/as dos países envolvidos neste projeto, tanto da América Latina quanto da Europa. Na direção de fortalecer o diálogo entre os diferentes pesquisadores/as e socializar os subprojetos em desenvolvimento, com o objetivo do fortalecimento de uma análise que preze pela unidade entre os mesmos, foram realizados quatro simpósios internacionais envolvendo todos e todas as pesquisadoras (três no Brasil e um na Colômbia), três seminários internacionais dos subprojetos (um no Chile e dois em Portugal), quatro encontros do conjunto de pesquisadores/as (todos no Brasil), além de um curso de extensão (na UFRGS, em Porto Alegre), e de reuniões específicas dos membros dos subprojetos.

Essa dinâmica propiciou o intercâmbio de avanços científicos sobre o tema, acumulados pela pesquisa nos vários países, com a publicação de dois livros, um pela Editora Cortez e outro pela editora UFJF, e de vários artigos, em periódicos nacionais e internacionais, dentre eles, a *Revista Em Pauta* (UERJ), a *Revista Libertas* (UFJF) e um número especial da *Critical and Radical Social Work* (ESSEX/Reino Unido), além da publicação de vários capítulos de livros. Houve apresentações de trabalhos, com as respectivas publicações em anais de eventos nacionais e internacionais (tais como o ENPESS/CBAS, no Brasil; o XXII *Seminario Latinoamericano y del Caribe de Escuelas de Trabajo Social*, na Colômbia; o XIII *Congreso Estatal y Iberoamericano de Trabajo Social, na Espanha*; o V *Congresso Nacional de Serviço Social*, em Portugal). Destaque-se, também, no âmbito da pesquisa, a realização de um estágio

pós-doutoral, de três defesas de teses de doutorado, de duas dissertações de mestrado e de um trabalho de conclusão de curso de graduação.

Por fim, cabe fazer referência à constituição de uma página na internet que possibilita o acesso à produção dessa rede internacional de pesquisa (<https://www.pesquisassreconceituacao.com>). Nela, encontram-se quadro institucional e listagem de pesquisadores/as, registros visuais e audiovisuais de eventos e reuniões promovidas; textos das publicações em periódicos e em anais de congresso; atas de reuniões; acervo audiovisual sobre o processo da pesquisa, contendo fotos, filmagens e videocliques⁴; documentos e arquivos variados, adquiridos e produzidos no decorrer da pesquisa.

Foram aproximadamente quarenta pesquisadores/as que participaram desse trabalho, dentre docentes e discentes de iniciação científica e pós-graduandos, integrantes das universidades: Brasil: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); Universidade Federal Fluminense (UFF/PURO); Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP); Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP/Baixada Santista); Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE/Toledo); Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Em Portugal: Instituto Superior Miguel Torga (ISMT/Coimbra); Universidade Lusófona do Porto (ULP); Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD/Vila Real). Na Espanha: Universidad de Granada (UG); Universidad de las Islas Baleares (UIB). No Chile: Universidad Católica de Valparaíso (UCV); Universidad de Chile (UC). Na Argentina: Universidad Nacional de La Plata (UNLP); Universidad Nacional de Rosario (UNR). Na Colômbia: Universidad Externado de Colombia / Bogotá; Corporación Universitaria Minuto de Dios (UNIMINUTO / Bogotá).

Esses/as pesquisadores/as são responsáveis pelos subprojetos temáticos em desenvolvimento, nomeadamente: (1) *A pesquisa acadêmica no Centro Latinoamericano de Trabajo Social - CELATS*. Coord.: Dra. Raquel Raichelis (PUC-SP) e Maria Inês Souza Bravo (UERJ); (2) *Antecedentes e expressões da reconceitualização latino-americana na “Escola de Porto Alegre”*, Brasil. Coord: Dra. Graziela Scheffer Machado (UERJ); (3) *O significado histórico e contribuição teórica do Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS) no Brasil*. Coord.: Dra. Isaura Aquino (UFJF); (4) *O projeto profissional da*

⁴ Filmes: Longa-metragem: “Tempos da memória: Serviço Social na América Latina, história e interlocuções internacionais” em <https://www.youtube.com/watch?v=nLE5QwGNsPY&t=2s>. Curtas: Seminário Internacional – UERJ <https://www.youtube.com/watch?v=6ScaC3Fu2C8&t=6s>. Seminário Internacional – UFJF <https://www.youtube.com/watch?v=lThl03ytDPM&t=21s>.

Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (1964-1980), Brasil. Coord: Dra. Maria Rosângela Batistoni (UNIFESP/UERJ); (5) *Trabalho social e movimentos sociais no Chile e na América Latina. Análise histórica e desafios contemporâneos*. Coord: Dra. Maria Lucia Duriguetto (UFJF); (6) *La reconceptualización del Trabajo Social en la Universidad Católica de Valparaíso*, Chile. Coord. Dra. Leticia Arancibia (UCV); (7) *O marxismo na reconceituação da Colômbia (As experiências de Cali, Medellín, Bogotá e Manizales)*. Coord.: Dr Sérgio Andrés Quintero Londoño (UERJ/ Universidad de Caldas); (8) *O movimento de reconceituação na Argentina* Coord: Dra. Carina Berta Moljo (UFJF); (9) *Os movimentos contestatórios do Serviço Social europeu e estadunidense no período de 1960-1980. Espanha, Portugal, Reino Unido e EUA*. Coord: Dra. Cláudia Mônica dos Santos (UFJF).

Considerações Finais: a história continua....

Essa investigação vem na direção de esforços coletivos voltados à *internacionalização dos programas de graduação e pós-graduação em Serviço Social das universidades envolvidas nesse projeto*, abrindo portas para convênios e intercâmbios interinstitucionais. Essa iniciativa também tem contribuído *para a formação de novos quadros de pesquisadores/as, de distintos níveis acadêmicos*, ao propiciar uma ambientação fértil à aprendizagem, acompanhada de um diálogo que se expande para além de fronteiras nacionais, complementando a formação universitária e capturando novos talentos à pesquisa na área de fundamentos do Serviço Social.

Em síntese, esta pesquisa estudou o Movimento de Reconceituação do Serviço Social de modo a contribuir na preservação da memória da categoria em nosso continente e investigar sua relação com os movimentos europeus e norte-americanos. Trabalhar a memória dos sujeitos protagonistas do processo de Reconceituação latino-americana significa reconstruir simultaneamente uma história da resistência e luta latino-americana contra dominação e violência. Conforme coloca Faleiros:

Um dia, talvez, essas experiências – pelas quais alguns pagaram com própria vida, outros com exílio, outros com prisão e desemprego- devam ser contadas. Mas a perspectiva aberta não se fechou. Mais lentamente e talvez de outras formas, certamente, a busca continua. (FALEIROS, 1981, p.11).

A pesquisa apoiou-se tanto em acervo documental e bibliográfico quanto no regaste da memória de seus protagonistas:

Desvendar a profissão é também elucidar a herança cultural a partir da qual se constrói a explicação sobre seu fazer, expressa no discurso profissional. (...) O Serviço Social afirma-se como uma profissão, que vem respaldando seu exercício, sistematização, saberes e produção científica acumulada por seus pesquisadores no acervo intelectual e cultural herdado do fundamentalmente do pensamento social na modernidade. (IAMAMOTO, 2008, p.27).

Os estudos e achados da pesquisa, a partir das orientações analíticas assinaladas, apontaram para a necessidade do aprofundamento dos seguintes temas:

- a crise do capital na América Latina e as relações de dependência perante os centros do poder mundial;
- as *ditaduras nos países latino-americanos e em Portugal e Espanha, assim como as lutas e movimentos sociais que impulsionaram a crise*;
- a transversalidade da influência do pensamento de Paulo Freire a forte repercussão da teologia da libertação nos vários países;
- as vertentes da interpretação da tradição *marxista* que inspiram o referido movimento;
- a necessidade qualificar as fronteiras dos movimentos contestatórios às bases conservadoras do Serviço Social latino-americano, ibero-europeu e/ou norte-americano;
- a identificação e crítica da diversidade de influências políticas e teóricas nesse movimento. Soldar uma necessária unidade política historicamente mostrou-se mais viável que estabelecer uma direção teórica comum na contestação às bases conservadoras do Serviço Social e;
- a necessidade de expandir e aprofundar estudos sobre o Serviço Social na contemporaneidade, mesmo reconhecendo que os particulares percursos da Reconceituação nos vários países latino-americanos e os movimentos contestatórios coetâneos emergentes em outros territórios ainda reclamam investigação sistemática, necessária para resguardar a memória do Serviço Social.

Nesta direção, após o encerramento desse primeiro momento da pesquisa foi constituída uma comissão para pensar a sua continuidade. Essa comissão se reuniu durante o primeiro semestre de 2021⁵ e verificou a necessidade de atribuir visibilidade ao conjunto da produção da pesquisa e de propiciar a todos os/as pesquisadores/as, que, coletivamente, possam ser precisadas as novidades ou os ganhos da primeira fase da pesquisa: construir um balanço do conjunto da produção e projetar a nova etapa da pesquisa.

Nesta direção, foram organizados 03 workshops com a finalidade de socializar a produção da primeira etapa da pesquisa com todas/os as/os pesquisadora/es e de identificar na análise do objeto de investigação os achados e avanços, impasses, vazios, angulações teóricas da análise, tendências gerais comuns, particularidades nacionais e desta forma elaborar o projeto de continuidade dessa pesquisa em rede, continuidade com avanços. Estas são algumas das condições para que a próxima etapa possa expressar a *superação dialética da trajetória já*

⁵ Agora no formato à distância, tendo em vista o cenário Pandêmico de Covid 19 que assolou o mundo em 2020.

percorrida: um salto qualitativo na sua continuidade, ou seja, a sua superação.

Esses workshops foram realizados no período de junho a outubro de 2021, no formato *on line*, com a leitura privilegiada de duas produções que trazem o resultado da pesquisa, nomeadamente, o livro “A História pelo avesso. A reconceitualização do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais”. São Paulo: Cortez, 2021 e a Revista Critical and Radical Social Work, vol. XX, n. XXI-10 “Social Work in Latin América: historical factors, memory and internacional connections”. Policy Press. Bristol University - Reino Unido, 2020.

A leitura dessas produções foi orientada com o seguinte roteiro: tendências gerais dos resultados na Europa e particularidades nacionais; tendências gerais dos resultados na América Latina e particularidades nacionais; identificar nos subprojetos os pontos que os aproximam e divergentes; novos achados e avanços; impasses e vazios identificados; diferentes angulações teóricas na análise do objeto. Os mesmos tiveram a duração de 2 h e foram gravados e posteriormente sintetizados em relatórios.

Na síntese dessas atividades foram destacadas as principais diretrizes teóricas para a continuidade da pesquisa, resumida no tema “O Serviço Social na História e seus Fundamentos: América Latina e Europa”. Documento esse que vem sendo referência para a coordenação e subgrupos para pensarem seus subprojetos. Ele aponta, ainda, para a necessidade de “atribuir explícita visibilidade às desigualdades e opressões de classe, raça, e etnias, de gênero e sexualidades nos distintos segmentos das classes trabalhadoras. Assumir o debate sobre a questão social e racismo estrutural na formação histórica da sociedade brasileira – e refrações com o Serviço Social -, o que requer estudo e pesquisa” (Reunião do grupo de coordenação em 16/12/2020).

Igualmente, foi constituída uma nova coordenação colegiada composta por docentes da América Latina e Europa que vem trabalhando, na construção de novo projeto, a partir das indicações extraídas dos workshops.

Importante destacar que já vem sendo realizada, como atividade da pesquisa, a “*Roda de Conversa sobre o Capital*”, coordenada pela professora Marilda Vilella Iamamoto. Essa atividade “visa a realizar, em etapas, uma releitura do conjunto da obra principal de Karl Marx: *O Capital. Crítica da Economia Política*”, incluindo seus rascunhos, no sentido de contribuir com o aprofundamento teórico/metodológico das/dos pesquisadoras/es interessadas/os.

Referências

ANDERSON, P. *Considerações sobre o marxismo ocidental: nas trilhas do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2004.

- SILVEIRA, R. *et al.* Serviço Social, movimentos contestatórios e lutas socioprofissionais na Península Ibérica na década de 1970. *Critical and Radical Social Work*, edição especial sobre a América Latina. Reino Unido, Policy Press and Bristol University Press, 2020
- CELATS. *Serviço Social Crítico: problemas e perspectivas*. São Paulo: Editora Cortez, 1986.
- EIRAS, A. S. *et al.* Movimento de Reconceituação Latino-americano e Serviço Social Radical (1960-1980): aproximações possíveis. *Critical and Radical Social Work*, edição especial sobre a América Latina, Reino Unido, Policy Press and Bristol University Press, 2020.
- FERGUSON, I. Um outro Serviço Social é possível: reivindicando a tradição Radical. *Revista Em Pauta*, Rio de Janeiro, UERJ, v. 9, n. 27, jul., 2011.
- IAMAMOTO, M. V. (coord.) *et al.* O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina: determinantes históricos, interlocuções internacionais e memória (1960-1980), 2016. Projeto de pesquisa submetido ao Edital Universal CNPq 01/2016 (mimeo).
- IAMAMOTO, M.V; SANTOS, C.M. A História pelo avesso. A reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais”. São Paulo: Cortez, 2021.
- REISCH, M; ANDREWS, J. A. *The Road Not Taken: a history of Radical Social Work in the United States*. New York /London: Brunner–Routledge.
- REVISTA CRITICAL AND RADICAL SOCIAL WORK, vol. XX, n. XXI-10 “Social Work in Latin América: historical factors, memory and internacional conexions”. Policy Press. Bristol University - Reino Unido, 2020.

Rede Ibero-Americana de Investigação em Serviço Social: diálogos, cooperação e produção de conhecimento

Ibero-American Network for Social Work Research: dialogues, cooperation and production of knowledge

Yolanda Guerra*

Alcina Martins**

Virgínia Alves Carrara***

Resumo: O artigo apresenta e debate uma concepção de internacionalização da pesquisa, orientada pelos organismos internacionais, em contraponto com a fecunda experiência de interlocução internacional, gestada na Rede Ibero-Americana de Investigação em Serviço Social/Trabajo Social. Problematiza alguns aspectos da atual produção de conhecimento com ênfase no trinômio Investigar, Desenvolver e Inovar (I+D+I) no contexto de internacionalização da ciência a serviço do capital e os desafios ao Serviço Social na perspectiva crítica. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfico-documental, recorrendo-se à produção sobre a temática. Utilizou-se como fonte de dados secundários sobre o tema da internacionalização da pesquisa e dados coletados entre outubro e novembro de 2021 no levantamento preliminar sobre a Rede Ibero-Americana. Conclui-se pela necessária constituição de redes e experiências de intercâmbio internacional, que se contraponha à lógica positivista subjacente à concepção de ciência moderna, bem como à racionalidade instrumental vigente nas propostas de

Abstract: The article presents and discusses a conception of internationalization of research, guided by international organizations, in counterpoint with the fruitful experience of international interlocution, developed in the Ibero-American Network of Research in Social Work. Problematizes some aspects of the current production of knowledge with emphasis on the trinomial Investigate, Develop and Innovate (I+D+I) in the context of the internationalization of science at the service of capital and the challenges to Social Work from a critical perspective. The methodology used was a bibliographic-documentary research, resorting to the production on the theme. It utilized as secondary source data on the subject of the internationalization of research and data collected between October and November 2021 in the preliminary survey on the Ibero-American Network. It concludes that it is necessary to create networks and experiences of international exchange, that opposes the positivist logic underlying the conception of modern science, as well as the instrumental rationality prevailing in the proposals for

* Professora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre os Fundamentos do Serviço Social na Contemporaneidade-NEFSSC/UFRJ. Participa da Comissão Coordenadora da Rede Iberoamericana de Investigação em Serviço Social. Bolsista do CNPq nível 1A.

** Professora Associada do Instituto Superior Miguel Torga (Coimbra, Portugal), na licenciatura e mestrado em Serviço Social. Participa da Comissão Coordenadora da Rede Iberoamericana de Investigação em Serviço Social.

*** Professora do Departamento de Serviço Social – DESSO - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICSA Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, Brasil. Coordenadora NEESFT/CNPq. Coordenação Geral da Rede Iberoamericana de Investigação em Serviço Social.

internacionalização e pesquisa em rede das agências de fomento nacionais e internacionais.

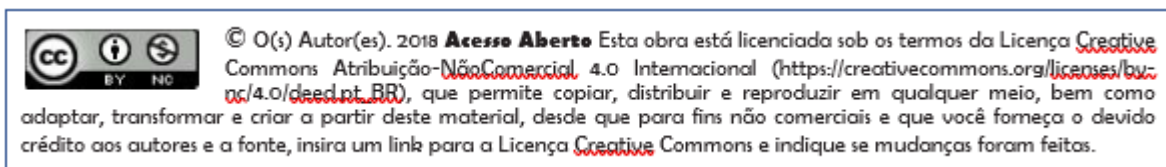
internationalization and network research of national and international funding agencies.

Palavras-chaves: Internacionalização da Ciência, Pesquisa em Rede, Rede Ibero-Americana de Investigação em Serviço Social/Trabajo Social.

Keywords: Internationalization of Science, Research Network, Ibero-American Social Work Research Network.

Recebido em: 13/03/2022

Aprovado em: 16/05/2022



Introdução

Nos últimos tempos, no campo da investigação científica, tem ganhado destaque o papel das redes de investigação para a produção de conhecimento, ao mesmo tempo em que se verifica a ampliação e expansão de grupos de pesquisadores e o desenvolvimento de estratégias de inserção internacional da ciência impulsionadas por agências de fomento à pós-graduação e à pesquisa. Organismos multilaterais têm dado atenção às carreiras acadêmicas de investigação diante do quadro de precarização das condições de vida e de trabalho de doutores e pós-doutores nas diversas áreas do conhecimento, a exemplo do recente Documento de Políticas de Ciência, Tecnologia e Indústria da OCDE, “Reduzindo a Precariedade das Carreiras de Pesquisa Acadêmica” de maio de 2021¹.

Tomando a história como bússola e substância do real nos perguntamos: qual a *relação entre esta novidade e o movimento da própria realidade social?* O que ele nos indica em relação à suposta “nova” política para a ciência e tecnologia? O que há de realmente novo e como se reproduz a velha lógica da captura do fundo público para a ciência e tecnologia a serviço do capital?

O Serviço Social, em sua perspectiva crítica, possui debate teórico historicamente acumulado sobre os fundamentos da profissão e da política social sob o capitalismo, na direção de desmistificar as imbricadas e complexas relações entre as funções do Estado, as relações

¹ Reducing the precarity of academic research careers. OECD Science, Technology and Industry Policy Papers, No. 113, OECD Publishing, Paris, 2021. <https://www.oecd.org/publications/reducing-the-precariety-of-academic-research-careers-0f8bd468-en.htm>. <https://doi.org/10.1787/0f8bd468-en>

entre as classes sociais, as crises do capital e seus impactos, reverberando na educação superior, na formação, no trabalho profissional e na produção de conhecimento.

Na tão propalada “economia do conhecimento”², um determinado tipo de educação ganha centralidade nas relações empresariais e produtivas. Conhecimento e educação, são ambos capturados pelo mercado, são metamorfoseados em “capital humano” e transformados no principal componente para o aceleração do avanço técnico e científico, a fim de fornecer novidades às forças produtivas, garantindo o padrão voltado para a acumulação/valorização do capital. Hodiernamente, a inovação tornou-se imperativa nos discursos empresariais, nos processos e produtos com o desenvolvimento de novas tecnologias, especialmente com ênfase na tecnologia digital. Não faltam exemplos nos diversos e distintos âmbitos da produção, consumo e serviços, da expansão do mundo digital no cotidiano da vida urbana e rural. Investigar, desenvolver e inovar (I+D+I) ⁽³⁾ se tornou a nova face da produção de conhecimento, concepção que associa pesquisas e avanço tecnológico para o desenvolvimento de uma sociedade tomada abstratamente, com centralidade nas tecnologias informativas, com maior valorização nas ciências puras e em algumas áreas mais instrumentais das ciências aplicadas, não raras vezes em detrimento das humanidades. As métricas proliferam e imperam. De acordo com o Manifesto de Leiden⁴, comentado por HICKS et al., “as universidades tornaram-se obcecadas com a sua posição nos rankings mundiais (a exemplo do Ranking de Xangai e da lista do *Times Higher Education* –THE), apesar dessas listas serem baseadas, no nosso ponto de vista, em dados imprecisos e indicadores arbitrários)” (2015, p. 430, Trad. Nossa).

É inegável a capacidade da técnica e da tecnologia de liberar homens e mulheres dos desígnios da natureza. Contudo, não há técnica ou tecnologia neutra, “inocente” ou que não contemple a contradição. Marx (1999), em sua obra *O Capital*, ao desvelar a produção de

² Cunhado por Drucker (1969), refere-se “à aplicação do conhecimento de qualquer campo ou fonte, novo ou velho, como estímulo ao desenvolvimento econômico. Contudo, a figura mais conhecida por chamar atenção para o impacto do conhecimento nas economias das sociedades industriais avançadas é Daniel Bell” (GUILÉ, 2008, p.613).

³ A sigla I+D+I (Investigação, Desenvolvimento, Inovação) corresponde à sigla P. D & I (Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação), ambas utilizadas neste artigo com o mesmo significado.

⁴ Durante a 19ª Conferência Internacional de Indicadores de Ciência e Tecnologia realizada em 2014 em Leiden na Holanda, que concentrou nas ciências sociais e os indicadores sociais, com um eixo voltado para os “Fundamentos teóricos para medir a pesquisa em ciências sociais e em ciência da informação”, Diana Hicks e Paul Wouters (ambos docentes) formularam o Manifesto de Leiden. Este é fruto da preocupação do abuso das métricas como valorizadora da qualidade da cientificidade, que se tornou uma “obsessão na universidades”. Várias ferramentas neste processo foram desenvolvidas a fim de comparar a produtividade e o impacto da pesquisa institucional, como por exemplo: Thomas A Reuters com a Web of Science; Scopus da Elsevier; Google Scholar, que ao final são geradores das pontuações e do fator de impacto. Para Hicks e Wouters estes são muitas vezes imprecisos e arbitrários. Disponível em <http://sti2014.cwts.nl/Home>.

mercadorias, o processo de trabalho, a maquinaria e a indústria moderna, elucida o papel da tecnologia na produção do trabalho morto, afirmando que, diante das exigências do modo e produção capitalista, “a força humana é um instrumento muito imperfeito para produzir um movimento uniforme e contínuo” (p.432). As modernas máquinas com suas sofisticadas tecnologias digitais, aprofundam, subjagam e reduzem o trabalho vivo. Com o desenvolvimento da

Indústria 4.0, com a automação digital, a oposição entre capital e trabalho produz ainda mais reificação para as relações de produção, ao passo que estas se tornam relações entre coisas⁵ que adquirem vida própria na forma do robô dotado de inteligência artificial (ARAÚJO, 2022, p. 24).

Na era digital, a imperfeição humana inoperante ao capital é substituída pelas máquinas interligadas e conectadas eletronicamente em redes, “cérebros e mãos artificiais na forma de trabalho morto” [...], “os robôs globalmente conectados envolvendo todas as etapas (subjetivas e objetivas) da produção” (IDEM, p. 28).

Neste contexto de profundas alterações nas formas de produção das mercadorias, (a internet das coisas - IoT⁶), comercialização (marketing digital e o e-commerce) e consumo (os aplicativos como por exemplo iFood), a educação superior tratada como mercadoria pelo capital, e que já experimentava avanço na modalidade à distância, com a pandemia do Covid-19 ganha novo impulso, sendo “ressignificada” e aceita acriticamente como decorrência “natural” e imponderável diante da conjuntura pandêmica.

Contudo, cabe-nos objetar que a modalidade remota, na formação e no trabalho profissional, não é propriamente uma novidade.

No que se refere à formação profissional, o chamado “Ensino à distância” vem crescendo substancialmente, ampliando o contingente profissional e alterando sobremaneira as características do perfil proposto pelo projeto de formação⁷. No tocante ao trabalho de

⁵ Entendemos, tal como em Marx (1985, p.71), que a coisificação das relações sociais é um processo que resulta da conversão da força de trabalho em mercadorias, do que decorre a personificação das coisas e a coisificação das pessoas: uma “relação social entre os próprios homens que para eles aqui assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas”. O que nos parece que Araujo (2022, p.24) está a dizer, e com isso estamos de acordo, é que há o aprofundamento dessa condição de coisificação, posta pela robótica e no que tem sido chamado de inteligência artificial.

⁶ Sobre o tema conferir em Araújo, W. P. Marx e a indústria 4.0: trabalho, tecnologia e valor na era digital. R. Katálysis, Florianópolis, v.25, n. 1, p. 22-32, jan./abr. 2022.

⁷ Lembramos que foi mediante a bandeira da suposta “democratização do ensino superior” que o EAD se afirma no Brasil como parte do projeto de reforma gerencial da Educação iniciado em meados dos anos de 1990, devidamente orquestrado pelos organismos internacionais: Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Comissão Europeia para a Educação, tendo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) como marco legal, no bojo da qual a educação passa a ser um serviço (ou um negócio) e as universidades passam a se constituir em organizações sociais. Fazem parte deste projeto a expansão do acesso ao ensino superior na perspectiva de garantir o interesses do setor privado, o empresariamento da educação e a certificação em larga escala, dentre outras medidas.

assistentes sociais, o exercício profissional realizado remotamente já se apresentava antes da pandemia do Covid-19, como mostram os documentos do CFESS⁸, como um processo resultante da reestruturação produtiva que flexibiliza os contratos, o salário e incide sobre o *modus operandi* do trabalho profissional. Tais mudanças, muitas vezes, são incorporadas sem a devida percepção e crítica da lógica que subjaz a estes processos, sendo aceitas bem ao gosto da razão instrumental. O conhecimento adquirido rapidamente, a formação aligeirada, resultante da chamada por Harvey (1992) “condição pós-moderna” respondem à lógica cultural da atual fase do capitalismo, a qual, segundo Jameson (1996), reforça a superficialidade e o efêmero, desconsiderando os fundamentos e a historicidade dos fenômenos.

Desenvolver estudos, pesquisas, eventos em redes de investigação, e especialmente uma rede de investigação internacional, permite reafirmar a pesquisa como componente transversal da formação profissional, de modo a desvelar a suposta “novidade” na história da sociedade, submetendo o real e o pensado à reflexão crítica, a fim de não cairmos no mimetismo das expressões fenomênicas, que toma a aparência como essência (KOSIK, 1986).

No contexto de crise do capital, com aprofundamento da política neoliberal e do pensamento conservador e reacionário, a universidade, espaço privilegiado de produção de conhecimento, de pesquisa e novas descobertas científicas, financiadas em grande medida pelo Estado, tornou-se campo de interesse e disputa para o capital, e não sem razão os grupos e redes de investigação vêm ganhando visibilidade.

Leite et al. (2014) informa que os estudos sobre redes e o trabalho em rede de colaboração destacam-se no cenário científico mundial, com prestigiosas revistas internacionais como a *Nature*, e *Studies in Higher Education* declarando em artigos publicados em 2012 e 2013, respectivamente, que a “pesquisa do hoje e do futuro se fará em redes” (p.293). Para as autoras,

um grupo de pesquisa constitui uma rede de investigadores, uma rede que pode alcançar contextos locais, regionais e internacionais [...]. Uma rede de pesquisa e colaboração carrega os mesmos atributos definidores e acrescenta a eles a intenção de produzir conhecimento (Leite, 2014, p. 293).

Não obstante à relevância da produção em redes de colaboração e o reconhecimento de que a produção de conhecimento se faz de modo coletivo e solidário, a lógica que subjaz hegemonicamente no mundo acadêmico é exatamente seu avesso. A chamada sociedade do conhecimento tem potencializado a utilização da ciência a serviço dos interesses do capital e

⁸ Ver o Documento: Teletrabalho e Teleperícia: orientações para assistentes sociais no contexto da pandemia. Documento disponível em <https://www.cfess.org.br/arquivos/teletrabalho-telepericia2020CFESS.pdf>. Acesso em 11 jan. 2022.

espraiado a sua lógica instrumental, tornando a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação (P.D&I) insumos ao processo produtivo.

Como se faz notar no Programa Horizonte 2020, maior programa da União Europeia (UE), a centralidade na investigação e inovação é inegável. As principais metas e objetivos do Horizonte Europa consistem em reforçar a ciência e a tecnologia, promover a competitividade industrial e implementar os objetivos de desenvolvimento sustentável ao nível da UE. O novo programa europeu de financiamento da investigação para 2021 a 2027 financiará o que denominam “as transições digital e verde”, ajudando especificamente: a descarbonização da indústria; a reduzir a dependência dos combustíveis fósseis; e, a garantir que a recuperação face à covid-19 priorize o clima (PARLAMENTO EUROPEU, 2021).

Cientistas e empresários portugueses apresentaram vários manifestos em 2021, como “Portugal 2030 – uma sociedade ética, país sustentável, justo, baseado no conhecimento e inovação” (COROADO, 2021), vindo a propor a formalização de um “Pacto de Regime para a ciência e inovação (PRECI 2020-2030)” (CANÁRIO et al, 2021). Encontrando-se “a investigação e a inovação (C&I), bem como as instituições que as promovem – Institutos, Ensino Superior e Empresas - no centro das nossas atividades”. Concebem que a C&I “podem ser os determinantes das melhores escolhas e estratégias para toda a sociedade”. Para que um sistema de Investigação e Desenvolvimento seja competitivo, o nível de financiamento não poderá ser inferior a 3% do PIB⁹. O mínimo necessário à criação de alicerces fortes em investigação, aos quais se poderão acrescentar visões estratégicas e fundos estruturais de apoio ao desenvolvimento regional, em áreas fundamentais como a descarbonização, a energia renovável e eficiente, as novas tecnologias e a redução das desigualdades sociais e territoriais¹⁰.

Outra vertente da ciência e inovação são as condições da força de trabalho e as carreiras académicas de investigação que o Relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) identifica pautarem-se pela precariedade (OCDE, 2021). Ou seja, quem trabalha em I+D+I (Investigação, Desenvolvimento, Inovação) não dispõe de uma condição diferente de outras formas de trabalho, em si mesmas precárias, sob o impacto do neoliberalismo, que alarga a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida.

⁹ Os Estados-Membros da UE acordaram atingir este valor durante o Conselho de Barcelona de 2002, e a Estratégia de Lisboa definiu como prazo o ano de 2010. No entanto, esta margem mínima nunca foi cumprida em Portugal: em 2019 o investimento em I&D não chegou sequer a metade deste valor, existindo agora uma nova promessa de alcançar os 3% da despesa do PIB em I&D em 2030, o que ainda assim implicará «duplicar a despesa pública e multiplicar por três e meio a despesa privada» (cienciaportugal.org/preci_2020-2030/).

¹⁰ Cf. cienciaportugal.org/preci_2020-2030/.

São, sobretudo, as mulheres e os mais jovens que são alvo desses impactos e também dos efeitos negativos da pandemia. As organizações de pesquisa cancelaram ou adiaram o recrutamento para postos de trabalho e cargos abertos. O Covid-19 limitou a mobilidade internacional dos pesquisadores e os que se encontram em mobilidade temem pelo futuro quando os seus vistos expirarem, sendo muito poucas as oportunidades de transição para outros empregos. Em alguns países, a investigação acadêmica continua a ser o destino da maioria dos doutorados (por exemplo, em Portugal, 83% trabalham no Ensino Superior), mas verifica-se um deslocamento do emprego para o setor empresarial e, em menor medida, para a administração pública e o setor privado sem fins lucrativos (OECD, 2021, p. 17).

Neste sentido, a tão propalada sigla P.D&I contempla uma determinada concepção de investigação - pesquisa científica aplicada, experimental e inovação tecnológica – voltada a atender os interesses do mercado. A direção dada pelos organismos internacionais parte de concepções de educação, inovação, tecnologia, universidade, desenvolvimento, educação superior, tecnologias digitais, pedagogia da competência, internacionalização, orientadas pelo projeto/processo de Bolonha e a serviço da reprodução/valorização do capital.

A concepção de internacionalização dos organismos multilaterais

Estudiosas sobre o tema (MAUÉS, 2015; MOROSINI, 2006; 2011) vem demonstrando que a preocupação com a internacionalização se fortalece no contexto do processo de Bolonha, vez que seus objetivos e princípios se direcionam a promover as condições necessárias à troca, ao intercâmbio, estimulando a mobilidade, uniformização do perfil, convergência das competências e das aquisições da aprendizagem dos programas, bem como, na acreditação dos cursos, dentre outras finalidades (Cf. MAUÉS, 2015).

Em artigo elaborado no âmbito da 37ª Reunião Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), apresentado em outubro de 2015 em Florianópolis, SC-BR, Maués relaciona o processo de internacionalização da educação ao processo de mundialização/financeirização do capital desencadeado a partir de meados da década de 1970. Sinaliza que desde 1995, a Organização Mundial do Comércio “estabelece e passa a regular os serviços educacionais e a propriedade intelectual. É o momento que de fato se começa a Era de mercantilização, do empresariamento e da internacionalização da educação” (MAUÉS, 2015, p. 3).

A partir daí, segundo a autora, há uma inflexão nas orientações para a educação, de modo que esta passa a ser considerada uma “*commoditie* entra no rol das mercadorias que

devem ser valorizadas para que possam ser exportadas e que possam render maiores dividendos nas bolsas de valores” (idem, ibidem).

Morosini (2006), por sua vez, ao estudar os modelos de Cooperação Internacional, indica nitidamente a internacionalização da educação como uma das estratégias do capital que vai convertendo-a em serviço dos mais rentáveis, na perspectiva de constituir uma “indústria de serviços educacionais”. Na busca de realizar um balanço do estado da arte sobre internacionalização universitária, a referida autora identifica que “a relação entre a internacionalização da educação superior e globalização é reconhecida no pensamento veiculado na América e na Europa” (p. 121). Os resultados desta pesquisa lhe permitiram considerar que a

internacionalização da educação superior é um conceito complexo, com uma diversidade de termos relacionados, apresentando diversas fases de desenvolvimento. São citadas: a) dimensão internacional – presente no século XX, que se caracteriza por ser uma fase incidental mais do que organizada; b) educação internacional – atividade organizada prevalente nos Estados Unidos, entre a segunda guerra mundial e o término da guerra fria, preferentemente por razões políticas e de segurança nacional; e c) internacionalização da educação superior, posterior à guerra fria e com características de um processo estratégico ligado à globalização e à regionalização das sociedades e seu impacto na educação superior” (2006, p. 115).

Para os países da América Latina, o estímulo a essa estratégia parte da ação do Instituto de Educação Superior da América Latina e Caribe (IESALC) da UNESCO¹¹. Em sua página na web, o ISEAALC indica como prioridade: “Apoyar la creación de pensamiento y la difusión de tendencias en materia de internacionalización de la educación superior y movilidad académica”.

Um dos mais expressivos programas de internacionalização da América Latina foi o Programa Ciências Sem Fronteiras, coordenado pela CAPES e o CNPq, criado no Brasil em 2011, visando a “consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional”¹² e teve por meta utilização de até 101 mil bolsas em quatro anos para promover intercâmbios destinados a discentes de graduação e pós-graduação. Em 2017 o Programa foi reestruturado para destinar 5 mil bolsas para a pós-graduação. Também a cooperação internacional também tem sido objetivo dos Planos Nacionais de Pós-graduação (PNPG), como pode ser visto no PNPG 2011-2020, que não apenas estimula a realização de acordos e convênios como atribui métricas (as quais já indicamos a necessária crítica) e pontuações aos

¹¹<https://www.iesalc.unesco.org/2020/11/19/aceso-dos-mais-pobres-ao-ensino-superior-e-desafio-a-ser-enfrentado-na-america-latina-e-caribe/>

¹² <http://cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/o-programa>

Programas de Pós-graduação que acatarem essa orientação. Contudo, é importante desvelar a lógica que orienta essa estratégia, a partir da análise crítica dos seus fundamentos teóricos e sua direção política, a qual está perfeitamente conectado às necessidades e interesses do mercado e da acumulação do capital.

Diferente e até em oposição a esta lógica, o Serviço Social brasileiro, através de suas entidades representativas, vem buscando fortalecer uma concepção de relações internacionais envidando esforços na consolidação de uma política de pós-graduação que se nutre de três princípios basilares: na unidade dialética entre formação e trabalho profissional, na articulação intrínseca entre a dimensão investigativa e interventiva da profissão, na relação complementar entre graduação e pós-graduação.

Nesta direção, a concepção de internacionalização da ABEPSS, expressa no Documento “Contribuição da ABEPSS para o fortalecimento dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil”¹³ é aquela que

envolve um conjunto de ações, como a realização de projetos de pesquisa com universidades estrangeiras, a publicação de artigos e livros compartilhados e como frutos de tais pesquisas, as inserções de nossos pesquisadores em grupos de pesquisa e a afirmação de convênios.

O aludido documento é assertivo quanto ao caráter da internacionalização que orienta a profissão como área de conhecimento: o reconhecimento da importância de projetos de cooperações e intercâmbios, na perspectiva de “potencializar estratégias para o aprofundamento da internacionalização dos programas” e de reconhecer a internacionalização como “(...) resultante da solidariedade entre programas e grupos de pesquisa de países distintos, cujo objetivo é a produção de conhecimentos, bem como a ampliação e a qualificação do debate acadêmico e da pesquisa”.(ABEPSS, s/d)

Inspirada nessa concepção e na direção da realização de intercâmbio crítico e produtivo nasceu a fecunda experiência de interlocução internacional, cooperação acadêmica, intercâmbio de pesquisadores, difusão cultural, de conhecimentos e valores, que tem sido gestada na Rede Ibero-Americana de Investigação em Serviço Social/Trabajo Social, uma iniciativa internacional que congrega pesquisadores em Trabalho Social/Serviço Social que tem como objeto a profissão no âmbito de seus fundamentos, da formação e do trabalho profissional. Na perspectiva de preencher uma lacuna observada nos diversos fóruns da categoria, em relação ao quão limitada é, ainda, a produção de conhecimento em níveis nacional e internacional que permite captar na contextualidade contemporânea o permanente movimento da profissão,

¹³ <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/contribuicao-da-abepss-para-o-fortalecimento-dos-programas--depos-revisto-201703241351072223440.pdf>

respondendo às contradições expressas nos interesses antagônicos das classes sociais que a constituem, pesquisadoras/es de 10 países da América Latina e Ibéria que tem o Serviço Social nas suas diversas dimensões (teórico-metodológica, ético-política, formativa, investigativa, técnico-operativa e político-representativa) como seu objetos de pesquisa, organizam-se, desde 2016, em torno da Rede Ibero-Americana de Investigação em Serviço Social/Red Ibero-Americana de Investigación en Trabajo Social, a qual vem se constituindo em fértil terreno para aprofundamento sistemático de cooperação internacional em Serviço Social.

A Rede Ibero-Americana de Pesquisa em Serviço Social: antecedentes e atualidade

A constituição da Rede Ibero-Americana de Investigação em Serviço Social / Red Ibero-Americana de Investigación en Trabajo Social ocorreu no âmbito do Simposio *S.11.7 Trabajo y Formación en Trabajo Social: avances y tensiones en el contexto de Iberoamérica*, apresentado durante o 8º Congresso Internacional – *Consejo Europeo de Investigaciones Sociales de América Latina* [CEISAL] – *Tiempo post-hegemónicos: sociedad, cultura y política en América Latina* Instituto de Ibero América, Universidad de Salamanca, Espanha, que decorreu entre 28 de junho e 1 de julho de 2016. Mas, se a aprovação da proposta de sua criação se realizou após o encerramento do evento, a sua gênese é fruto de um trabalho conjunto e articulado de suas coordenadoras desde dezembro de 2013, através da participação no projeto de investigação ligado ao Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade - CEPESSE – Porto, e ao Instituto Superior Miguel Torga – ISMT/Coimbra, ambos em Portugal; da apresentação de comunicações no *I Congreso Internacional de Facultades y Escuelas de Trabajo Social*, Murcia - Espanha, abril de 2014; no *XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social* – ENPESS, organizado pela *Associação Brasileira de Pesquisadores em Serviço Social* - ABEPSS – Natal, Brasil – em dezembro de 2014 e na Conferência Ibérica de Sociologia do Ensino Superior, *Associação Portuguesa de Sociología* – APS, e a *Asociación de Sociología de la Educación*, en Espanha, que teve lugar em Lisboa, Portugal, julho de 2015. Em todas estas atividades, as coordenadoras do já mencionado Simpósio 11.7. *Trabajo y Formación en Trabajo Social: avances y tensiones en el contexto de Iberoamérica* estiveram presentes com apresentação de trabalhos individuais e/ou coletivos.

Seguramente, a fundação da Red Ibero-Americana de Investigación en Trabajo Social/Rede Ibero-Americana de Investigação em Serviço Social no âmbito do CEISAL 2016¹⁴

¹⁴ Fruto deste Simpósio e no processo fundacional da Rede Ibero-Americana de Investigação em Serviço Social oportunizado pelo Coordenador do Grupo de Investigação SEPISE e Diretor de *Trabajo Social y Bienestar* da Editora da Universidade de Granada, Dr. Enrique Raya Lozano, foi publicado o primeiro livro organizado pela

em Salamanca (Espanha) expressou os interesses coletivos dos 26 participantes e investigadores de oito países e várias regiões: Brasil (Rio de Janeiro, Alagoas, São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais), Espanha (Málaga, Granada, Illes Balears), Puerto Rico (San Juan), Perú (Puno), Uruguay (Montevideo), Portugal (Leiria, Coimbra, Porto), Costa Rica (San José) y Chile (Temuco), que estiveram presentes em no *Simposio S11.7 de Trabajo y Formación en Trabajo Social: avances y tensiones en el contexto de Iberoamérica*.¹⁵ O processo de elaboração deste Simpósio revelou a potencialidade de construção de relações internacionais entre investigadores que, conscientes de seu objeto de intervenção profissional e estudo, - "as múltiplas expressões da questão social¹⁶" -, e do ponto de vista socioprofissional, concebem o Serviço Social a partir de sua natureza, como produto de necessidades sociais e históricas decorrentes dos antagonismos das classes sociais e colocam no centro das suas análises a preocupação em desvelar o significado social da profissão na sociedade capitalista, de modo que partilham e afirmam "a garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas" (CFESS, 1993, p.18). Para seus participantes, a defesa de valores humano-genéricos como a liberdade e emancipação fornecem direção aos demais valores que devem nortear o ensino, a pesquisa, a produção do conhecimento, a extensão e o trabalho profissional, como: os direitos humanos (econômicos, sociais, políticos, civis, culturais, ambientais) – o que requer apreender a historiografia dos direitos humanos na dinâmica da sociedade de classes; afirmar a equidade e justiça social; a democracia e a plena participação política, dentre outros. Com isso a direção social das pesquisas da Rede expressa uma clara opção pela classe trabalhadora.

O diálogo na socialização, discussões e debates fraternos entre os pesquisadores que se expressou durante os dias de realização do Simpósio, em Salamanca, revelou o fértil terreno para aprofundamentos futuros e sistemáticos de cooperação Ibero-Americana em Serviço Social/Trabajo Social.

Cabe notar que, a Rede de Investigação se constitui em espaço de natureza acadêmico-

Rede *Trabajo y Formación en Trabajo Social: avances y tensiones en el contexto de Iberoamérica*, com os trabalhos apresentados no Simpósio. O livro inaugura uma nova linha de publicação "Trabajo Social y Bienestar Social" da editora Universitária de Granada. O próximo livro produzido pela Editora Universidade Federal de Ouro Preto-UFOP encontra-se no prelo, com previsão de lançamento ainda para primeiro semestre de 2022.

¹⁵ O mencionado Simpósio foi coordenado pelas professoras Dra. Alcina Martins (ISMT- Portugal), Dra. Yolanda Guerra (UFRJ-Brasil) y Dra. Virginia Carrara (UFOP-Brasil), Dra. Marinez Oliveira (UIB-Espanha). Participam hoje da Comissão Coordenadora da Rede Ibero-Americana de Investigação em Serviço Social as professoras Dra. Fernando Caro Blanco (UIB-Espanha), Dra. Alcina Martins (ISMT- Portugal), Dra. Yolanda Guerra (UFRJ- Brasil), estando a Coordenação Geral a cargo da Dra. Virginia Carrara (UFOP- Brasil).

¹⁶ IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez; Lima: Celats, 1982.

política com a perspectiva de promover a realização e divulgação de estudos avançados na área de Serviço Social sobre seus fundamentos e a relação entre formação e trabalho profissional, como dispõem suas diretrizes, construídas coletivamente em 2017, no âmbito do XIII Congresso Estadual e do I Congresso Ibero-Americano de Serviço Social, realizado em Mérida (Espanha). Elas expressam os princípios subjacentes e dão a perspectiva dos objetos de estudo e das abordagens investigativas de seus/suas participantes. Dentre eles, podemos mencionar a perspectiva crítica na análise de seus objetos e a relevância social dos seus objetivos; pluralismo nas abordagens teórico-metodológicas; defesa dos princípios e práticas democráticas; fortalecimento da pesquisa e produção de conhecimento na área; intercâmbio com outras áreas das ciências sociais em nível Ibero-Americano; intercâmbio entre pesquisadores, docentes, discentes e unidades de formação.

A Rede Ibero-Americana tem como perspectiva promover a articulação acadêmico-política com os grupos de pesquisa que atuam nos temas mencionados e/ou que dela participam; propor e implementar estratégias de articulação entre grupos e redes de pesquisa; promover a investigação sobre os fundamentos, o trabalho e a formação profissional nas suas diversas vertentes; construir coletivamente uma agenda de encontros e temas de pesquisa, estimulando a realização de pesquisas integradas e produções conjuntas.

Suas linhas de pesquisa concentram-se nos Fundamentos do Serviço Social, Trabalho/exercício profissional; Formação acadêmica e profissional

Desde o início dos trabalhos conjuntos, as reflexões privilegiadas pela Rede têm em mente a história da sociedade e a teoria crítica, aquela capaz de questionar o real e o pensamento social, de revelar, interpretar o movimento do real, sua estrutura e dinâmica, cultura e tendências da profissão nos diferentes países que dela participam.

As tendências identificadas nas pesquisas, cujos enfoques serão apresentados a seguir, indicam aproximações e particularidades no que se refere à crise estrutural do capital e as respostas construídas frente a ela – a reestruturação produtiva com repercussões nos processos de trabalho; os impactos da reestruturação produtiva nos espaços sócio-ocupacionais de assistentes sociais e nas requisições institucionais; as mudanças operadas pelo Estado como uma mediação à formação e ao trabalho profissional, com destaque à contrarreforma de Bolonha. Essa conjuntura afeta o Serviço Social em todos os países, como profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho dado sua condição de assalariamento (IAMAMOTO & CARVALHO, 1982), marcada pela precarização, desregulamentação e desespecialização profissional.

Levantamento sobre a Rede Ibero-Americana de Investigação em Serviço Social: resultados preliminares

Com o objetivo de conhecer e socializar as investigações em curso e planificar futuros projetos desenvolvidos pelos/as pesquisadores/as que compõem a Rede, procedeu-se a um levantamento, utilizando um questionário semiestruturado composto por 19 perguntas, elaborado em conjunto com representantes nacionais. A partir das respostas oferecidas pelas/os pesquisadoras/es da Rede que participaram desta consulta temos uma primeira aproximação que, apesar do seu caráter preliminar e provisório, nos permitiu coletar alguns dados substantivos. Por se tratar do primeiro esforço desta natureza realizado por este coletivo, e compreendendo a sua processualidade, o rico material nos indicou a necessidade de avançarmos nesta iniciativa como uma importante e fundamental estratégia de construção e ajustes de rota sobre o papel da Rede, seus objetivos, diretrizes e perspectivas.

Como dito, o questionário semiestruturado foi composto por dezenove questões, organizadas em três partes a saber: I. Identificação; II. Participação em Investigação Integrada; III. Perspectivas de Articulação. Foi desenvolvido no *Software Google Form* e enviados a toda/os os quarenta e quatro membros que fazem parte da Rede. Do total enviado, obtivemos trinta e quatro respostas, um percentual de 77,27%. Dentre os motivos para a não adesão voluntária à participação do levantamento identificamos que alguns correios eletrônicos retornaram por não encontrarem destinatário. Ademais, para aqueles endereços eletrônicos, a princípio corretos, mas que não obtivemos resposta ao questionário, enviamos novamente o convite.

Diante do contexto pandêmico, com o volume de trabalho *online* ao qual estamos submetidas/os, as novas exigências em face da pandemia do COVID-19 e o consequente estresse em que estamos vivendo, especialmente para as pesquisadoras mulheres, inferimos que este pode ser também um determinante a dificultar algumas adesões.

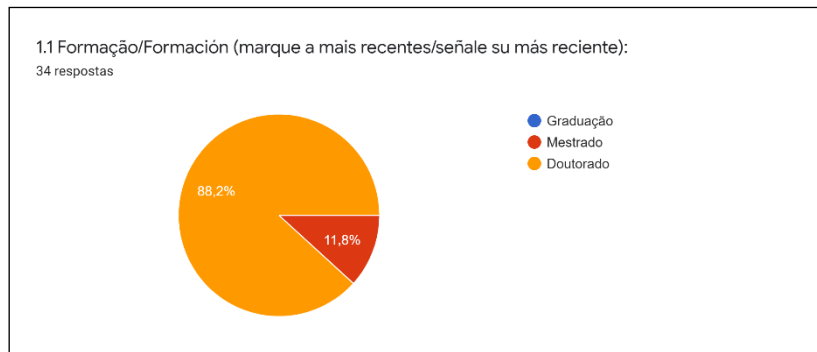
Com a **Identificação**, a primeira parte do levantamento, objetivamos conhecer os/as pesquisadores/as no que concerne à sua formação mais recente, a localidade (país e cidade) em que trabalha e a instituição empregadora. No item **Participação em Investigação Integrada** buscou-se, através das cinco questões, mapear o desenvolvimento de investigações integradas entre os membros, as linhas de pesquisa da Rede a que os/as participantes se vinculam e como tem sido, até o presente momento, a participação dos/as mesmos/as nas atividades em que a Rede esteve presente, seja como organizadora de simpósio, de mesa coordenada, de seminários ou com apresentação de trabalhos coletivo, dentre outras. A seção **Perspectivas de Articulação** centrou-se em conhecer as pesquisas em desenvolvimento sem articulação entre as/os

participantes da Rede, averiguando se a(s) mesma(s) se vinculam a alguma das três linhas de investigação da Rede; se há algum tema que o/a investigador/a tenha interesse em desenvolver pesquisas integradas com as/os membros da Rede; e a expectativa de sua participação na Rede. Após o tratamento e análise preliminar dos dados, optou-se por apresentá-los aos representantes nacionais visando ampliar e aprofundar a interpretação dos mesmos através das importantes contribuições que aportaram ao processo de análise, já que, como dito, a construção do questionário foi resultado de elaboração conjunta com os mencionados representantes. Seguramente, é no movimento que parte da empiria e avança na análise que será possível extrair um conhecimento da Rede ainda mais fidedigno. Para isso, ressalta-se a importância de se contar com um processo que requisitou, em todas as etapas do levantamento, a participação dos/as pesquisadores/as da Rede. Neste processo, a requerida participação foi possível em todas as etapas: no planejamento e elaboração dos formulários, durante a execução do levantamento, no tratamento¹⁷ e análise preliminar dos dados e na devolução dos resultados ao coletivo que ocorreu no 2º Encontro Virtual da Rede, em novembro de 2021.

Da análise dos dados dos 34 questionários respondidos, observamos que a Rede é composta majoritariamente por assistentes sociais pesquisadoras mulheres; que 88,2% das/dos participantes têm doutoramento e 11,8% mestrado (Gráfico 1), contando com assistentes sociais investigadoras/es da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Espanha, Porto Rico, Portugal e Uruguai, que trabalham desde regiões centrais de seus respectivos países, como em localidades interioranas. São estas: São Paulo e Osasco, Maceió, Mariana e Juiz de Fora; Rio de Janeiro, Porto Alegre, Goiânia (Brasil), Tandil e La Plata (Argentina); San Juan e Humacao (Porto Rico); Bogotá (Colômbia); Coimbra e Leiria (Portugal); Granada, Málaga e Palma de Maiorca (Espanha); Montevideu (Uruguai). A grande maioria trabalha na docência em instituições públicas, mas encontramos também docentes empregadas em universidades de natureza comunitária e privadas. Compõe o quadro de participantes assistentes sociais trabalhadoras da área da assistência social em prefeituras.

Gráfico 1: Formação

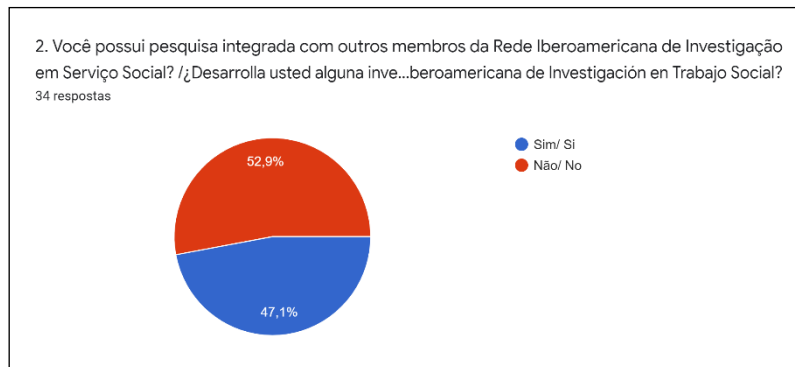
¹⁷ Tem sido fundamental neste processo a participação da atual pesquisadora/secretária da Rede, a assistente social e mestranda em Serviço Social pela UNIFESP, Andreza Caroline Ataídes e da discente de graduação em Serviço Social da UFOP, Ana Luiza Rodrigues.



Fonte: Rede Ibero-Americana de Investigação em Serviço Social, Nov.2021.

Como um dos objetivos da Rede proposto desde o primeiro momento de sua organização foi fortalecer as interlocuções do Serviço Social na produção de conhecimento crítico em âmbito internacional, especialmente latino-americano e ibérico, quando consultados se desenvolvem pesquisas com membros da Rede, 47,1% (Gráfico 2), declararam que sim.

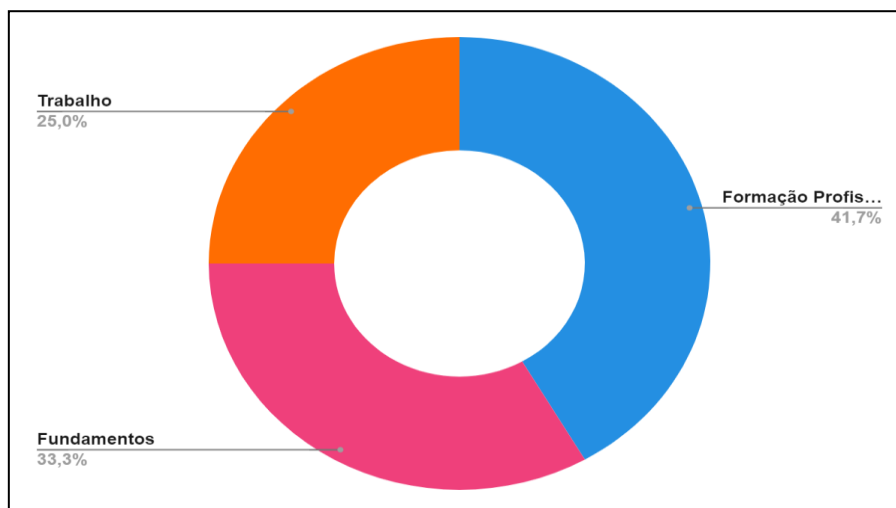
Gráfico 2: Participação em Pesquisa Integrada



Fonte: Rede Ibero-Americana de Investigação em Serviço Social, Nov.2021.

Ressaltamos que nenhuma dessas pesquisas em seu desenvolvimento é ou está sob a coordenação da Rede. O que se objetivou com esta pergunta foi identificar o nível de interlocução internacional entre os membros pela via das investigações desenvolvidas conjuntamente e a qual (ais) linha (s) de investigação da Rede as mesmas se filiam. Das dez investigações informadas, as relações internacionais são mantidas entre: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Portugal e Espanha (Gráfico 3). Dentre os respondentes nota-se que a linha em que se encontram mais estudos em desenvolvimento, com 41,7%, é a formação acadêmica-profissional; seguida dos fundamentos do Serviço Social com 33,3%, e, posteriormente, trabalho profissional com 25,0%. Não obstante a esta separação, posteriormente, no encontro em que os resultados foram apresentados ao coletivo, se fez notar que algumas investigações em curso articulam trabalho e formação profissional, vistos como indissociáveis.

Gráfico 3: Linha de Investigação: Trabalho Profissional; Formação Profissional; Fundamentos do Serviço Social



Fonte: Rede Ibero-Americana de Investigação em Serviço Social, Nov.2021.

Outro aspecto abordado referiu-se à participação nas atividades em que a Rede busca fomentar. Os resultados encontrados nos informam que a maior adesão ocorreu em apresentação de trabalhos nos dois simpósios organizados pela Rede com 23 participações: 8º Congresso Internacional do Conselho Europeu de Pesquisas Sociais da América Latina (CEISAL), 2016; 56º Congresso Internacional de Americanistas, 2018, ambos em Salamanca na Espanha; em mesas coordenadas em dois eventos internacionais: XXII Seminário Latinoamericano de Trabajo Social, em Bogotá/Colômbia em 2018 e III Congreso Internacional de Trabajo Social Temuco/Chile em 2019; e o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, em Vitória/Brasil, em 2018.

Cabe indicar que a dinâmica da Rede sempre contemplou a realização de fóruns e reuniões presenciais nos eventos em que esteve presente; ocasião e oportunidade de encontros de planejamento e aprofundamento de construção de estratégias e diretrizes da Rede. O fórum seguinte estava previsto para Rimini em Itália, em 2021, no âmbito do Simpósio *Desafios para el Trabajo Social en un contexto de hegemonía neoliberal. Una mirada desde el Trabajo Social Crítico* aprovado para a Conferência Mundial Conjunta Sobre Educação e Desenvolvimento Social (SWESD 2020)¹⁸, o qual, em razão da pandemia do COVID-19, não chegou a realizar-se. Desde então, sem condições de encontros presenciais, em julho de 2020, o colegiado formado pelas representações nacionais passou a reuniu-se recorrendo às plataformas digitais. Além disso, em 2021, foram organizados dois encontros virtuais com todas/os membros da

¹⁸ Joint World Conference on Social Work Education and Social Development (SWESD 2020), organizada pela International Association of Schools of Social Work (IASSW) e International Council on Social Welfare (ICSW), <https://www.iassw-aiets.org/news/5703-cancellation-of-swesd2020-conference-to-be-held-in-rimini-italy/>.

Rede.

Outro item levantado referiu-se às investigações em curso que não possuem articulação com pesquisadores da Rede, a linha de pesquisa a qual se vincula e o interesse dos/as participantes em desenvolver pesquisa integrada. Nessa mesma direção buscou-se conhecer a expectativa e projeções dos/as pesquisadores em relação à Rede no que se refere à realização de investigações futuras e/ou articulação com investigações em curso. Das respostas obtidas evidenciou-se o interesse em participar em diferentes modalidades, como:

a) Investigações com membros da Rede

Neste item as respostas expressam o interesse dos/as participantes em continuarem a desenvolver investigações com outros membros da Rede. Alguns acentuam o interesse no fortalecimento de vínculos entre assistentes sociais críticos e na construção de investigações em conjunto ou estudos comparados. Enfatizaram, ainda, o interesse em produzir um processo de conhecimento que supere os debates particulares em cada um dos países e identifique quais os desafios mais gerais para a profissão na atual crise capitalista.

b) Participação em encontros, simpósios e reuniões

Sublinham a importância da partilha de conhecimentos e experiências, assim como a participação em reuniões conjuntas.

c) Incidência da Rede nos espaços institucionais

Deram ainda destaque ao processo de internacionalização, nomeadamente, através de programas de pós-graduação, estadias de professores visitantes, investigações de pós-doutoramento. Ressaltaram, também, a importância de projetos acadêmicos nos espaços institucionais a que se encontram associadas/os para a identificação de experiências profissionais vinculadas a construções ético-políticas contra-hegemônicas, procurando-se torná-las visíveis e ampliá-las.

d) Publicações

Frisaram, igualmente, a relevância de publicações conjuntas e em coautoria.

Do que dessa primeira aproximação se pode depreender dos resultados preliminares relativos à Rede Ibero-Americana de Investigação em Serviço Social que ousamos apresentar é que a participação dos seus membros acalenta o interesse de que as investigações possam

articular diferentes investigadores quer do país a que pertencem e de outros países, desenvolvendo parcerias, relações de cooperação e internacionalização, na expectativa de projetos conjuntos, investindo na publicação de artigos científicos em colaboração e a vinculação do Serviço Social a processos e construções ético-políticas contra-hegemônicas.

O que entendemos ser importante observar nesse momento é que as expectativas das/os participantes da Rede estão sintonizadas com a sua proposta, em especial, com as diretrizes e valores que se constituem baluartes da mesma, o que evidencia êxito na perspectiva de realização de uma construção coletiva.

Considerações Finais

A pesquisa histórico-crítica sobre o Serviço Social no âmbito de seus fundamentos, do trabalho e da formação profissional, realizada pelos integrantes da Rede, vem impondo a necessária adoção de uma perspectiva de análise sobre as relações sociais do mundo burguês, as formas de sociabilidade, as diversas ideologias que disputam mentes e corações na contemporaneidade, a partir da contextualidade histórica imposta pela crise do capital e de um período de decadência ideológica da burguesia que a leva a produzir respostas profundamente conservadoras. O neoliberalismo é, dentre elas, aquele que mais se alinha às necessidades objetivas e subjetivas dessa quadra histórica. Do ponto de vista da economia, o projeto neoliberal se expressa na racionalização e desregulamentação do trabalho, na privatização de empresas, dos serviços públicos e de todos os setores da vida (saúde, previdência, saneamento básico, recursos naturais como água, petróleo, minério, gás, etc), sob orientação do consenso de Washington. Do ponto de vista ideológico, o neoliberalismo é a ideologia do capital em crise que aposta na desmoralização do Estado, na desregulamentação e supressão dos direitos conquistados e de tudo o que é público. No âmbito da ideologia neoliberal é preciso repassar para os indivíduos e famílias as responsabilidades que são do Estado. Justifica-se, assim, os cortes nos gastos públicos, a supressão de espaços de decisão democráticos, a execução de políticas de extermínio e criminalização dos pobres, a fragilização e fragmentação dos sujeitos coletivos e suas lutas.

Nesse cenário, a pesquisa engajada, original, autônoma e a produção de conhecimento crítico e socialmente relevante são profundamente afetadas na sua natureza mesma, sofrem profundos e irreversíveis golpes e ao final são deformadas, subordinadas que foram ao processo de valorização do capital.

Por óbvio, não se questiona o papel da ciência e da tecnologia, da robótica,

nanotecnologia, da cibernética, da automação, e tantos outros avanços resultantes do desenvolvimento das forças produtivas e do afastamento das barreiras naturais que permitem enorme avanço do ponto de vista social. Tampouco se questiona a necessidade de que esse conhecimento seja produzido coletivamente, donde se reforça o caráter internacional da produção do conhecimento socialmente produzido, sobretudo o que intenciona alimentar as lutas sociais.

O que se questiona é o modelo de ciência que gera conhecimento pautado no trinômio Investigar, Desenvolver e Inovar (I+D+I) cuja intencionalidade é de que seus resultados se transformem em produtos e serviços para o mercado e a imposição de uma ideologia do inovacionismo, que se alimenta do culto ao empreendedorismo, às patentes e aos direitos de propriedade intelectual, tão ao gosto da retórica do capital humano. A esse modelo segue-se o atual movimento de internacionalização da ciência criada no processo de financeirização do capital e servil a ele.

Refuta-se, pois, a retórica da concepção cientificista de neutralidade do conhecimento, evidenciando sua vinculação com as ideologias que permeiam todas e quaisquer análises teóricas e escolhas metodológicas.

A proposta de organização de uma rede de investigação que tome como objeto o Serviço Social na dimensão de seus fundamentos, formação e trabalho profissional visa fortalecê-lo em âmbito internacional como área de produção de conhecimento, evidenciando uma rica pluralidade de abordagens na pesquisa no âmbito Ibero-Americano e suas particularidades nacionais e regionais,

As pesquisas da Rede evidenciam o lugar do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho e sua vocação tanto para a pesquisa científica quanto na dimensão investigativa da profissão, enfatizando a relação orgânica e a indissociável articulação entre as dimensões interventiva e investigativa da profissão. Assim, a pesquisa em rede e/ou a constituição de redes de pesquisa adquirem relevância com e para o amadurecimento de um pensamento crítico para tornar o Serviço Social capaz de responder com qualidade, competência, compromisso, coerência e criticidade aos desafios do nosso tempo histórico.

Referências bibliográficas

ABEPSS-Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Contribuição da ABEPSS para o fortalecimento dos Programas de Pós-graduação em Serviço Social no Brasil. Disponível em <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/contribuicao-da-abepss-para-o-fortalecimento-dos-programas--de-pos-revisto-201703241351072223440.pdf>.

- Acesso em: 10 fev. 2022.
- ARAÚJO, W. P. Marx e a indústria 4.0: trabalho, tecnologia e valor na era digital. R. *Katál.*, Florianópolis, v.25, n. 1, p. 22-32, jan./abr. 2022.
- CFESS. Teletrabalho e Teleperícia: orientações para assistentes sociais no contexto da pandemia. Documento disponível em <https://www.cfess.org.br/arquivos/teletrabalho-telepericia2020CFESS.pdf>. Acesso em 11 nov. 2021.
- CANÁRIO, A. et.al. Pacto de Regime para a ciência e inovação (PRECI 2020-2030), 2021. http://cienciaportugal.org/preci_2020-2030/. Acesso em 26 fevereiro 2022
- COROADO, S; GONÇALVES, J; PERALTA, S; SEIXAS, J. Portugal 2030 – uma sociedade ética, país sustentável, justo, baseado no conhecimento e inovação, 2021.
- GUILE, David. O que distingue a economia do conhecimento? Implicações para a educação Tema em Destaque - Formação Profissional, Profissões e Crise das Identidades na Sociedade do Conhecimento. *Cadernos de Pesquisa*, v. 38, n. 135, p. 611-636, set./dez. 2008. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742008000300004>
- HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- HICKS, Diana et al. *The Leiden Manifesto for research metrics*. Disponível em: <https://ppgpsa.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/19/2016/07/The-Leiden-Manifesto.pdf> Acesso em 20 jan.2022.
- IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez; Lima: Celats, 1982.
- JAMESON, F. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1996.
- KOSIC, K. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- LEITE, Denise et al. Avaliação de Redes de Pesquisa e Colaboração. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas); Sorocaba, SP, v. 19, n. 1, p. 291-312 mar. 2014. <https://doi.org/10.1590/S1414-40772014000100014>
- MARX, K. O Capital – *Crítica da Economia Política*. Livro 1 – O processo de produção do capital. 17ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- MAUÉS, O. A expansão e a internacionalização da educação superior. *Anais da XXXVII Reunião Nacional da ANPEd*. Florianópolis, 2015. Rio de Janeiro: Anped, pp. 1-17. Disponível em: <https://bit.ly/2TJ8vDr>. Acesso em: 05 de fevereiro de 2022
- MOROSINI, M. Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior – Conceitos e práticas. *Educar, Curitiba*: Editora UFPR, n. 28, p. 107-124, 2006. <https://www.scielo.br/j/er/a/k4qqgRK75hvVtq4Kn6QLSJy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em
- MOROSINI, M. Internacionalização na produção de conhecimento em IES Brasileiras: cooperação internacional tradicional e cooperação internacional horizontal. *Educ. rev.* vol.27 no.1 Belo Horizonte abr. 2011. <https://www.scielo.br/j/educ/a/ypdMQYJxCLk9fBpgYdKdbLC/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 05 de fevereiro de 2022
- OECD. "Reducing the precarity of academic research careers", *OECD Science, Technology and Industry Policy Papers*, No. 113, OECD Publishing, Paris, 2021. <https://doi.org/10.1787/0f8bd468-en> Acesso em: 05 de fevereiro de 2022
- PARLAMENTO EUROPEU. Horizonte Europa: o investimento da UE para a ciência (infografias),2021. <https://www.europarl.europa.eu/news/pt/headlines/economy/20210422STO02652/horizonte-europa-o-investimento-da-ue-na-ciencia-infografias>. Acesso em: 026 de fevereiro 2022.

Serviço Social na Espanha: aproximações com a ética profissional

Social Work in Spain: approximations with professional ethics

Tatiana Reidel*
Laís Duarte Corrêa**
Maria Luiza Mendo***

Resumo: Este artigo objetiva contextualizar a dimensão da ética profissional no Serviço Social espanhol, com vistas a contribuir com o debate e o avanço de estudos sobre o Serviço Social internacional. Trata-se de um recorte da pesquisa de pós-doutoramento vinculada ao Departamento de Serviço Social da Universidade Complutense de Madri/Espanha, realizada em 2020, intitulada “As Particularidades da Dimensão Ética na Formação e no Trabalho dos Assistentes Sociais na Espanha”, que resulta de estudo documental em 38 Instituições de Ensino Superior espanholas que ofertam Serviço Social. Analisaram-se os Planos de Ensino de 1565 disciplinas: 137 (8,75%) abordavam “ética” ou “deontologia”. Identificou-se que 8 cursos não contêm disciplinas intituladas “ética/deontologia”, mas o conteúdo é abordado em, no mínimo, uma disciplina do curso. Percebe-se o ecletismo das bibliografias e que nem todos os professores da disciplina são Assistentes Sociais, limitando mediações com o exercício profissional.

Abstract: The article aims to contextualize the professional ethical dimension in Spanish Social Service, with a view to contributing to the debate and to the advancement of studies on international Social Service. It is a section of the post-doctoral research linked to the Department of Social Service of the Complutense University of Madrid/Spain, carried out in 2020, entitled "The Particularities of the Ethical Dimension in the Training and Work of Social Workers in Spain", and results from a documentary study in 38 Spanish Higher Education Institutions that offer Social Service. The Teaching Plans of 1565 courses were analyzed: 137 (8.75%) dealt with "ethics" or "deontology". It was found that 8 courses do not include subjects entitled "ethics/deontology", but the content is covered in at least one course. One notices the eclecticism of the bibliographies and that not all teachers of the subject are Social Workers, limiting mediations with the professional practice.

* Assistente Social, Mestre e Doutora em Serviço Social (PUCRS) Pós-Doutora pelo Departamento de Serviço Social (UCM/Espanha), Professora do Departamento de Serviço Social e Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Líder do Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão sobre Trabalho, Formação e Ética em Serviço Social (GEPETFESS/UFRGS). Bolsista Produtividade CNPQ.

** Assistente Social, Mestre em Política Social e Serviço Social pela UFRGS, Doutoranda em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), bolsista do CNPq. Integrante do GEPETFESS/UFRGS; do Grupo de Estudos e Pesquisa Trabalho e Política Social na América Latina CNPq/UFSC, Núcleo de Pesquisa em Políticas e Economia Social – NEPPS/PUCRS, e do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Sociais -NEPPS/UCS).

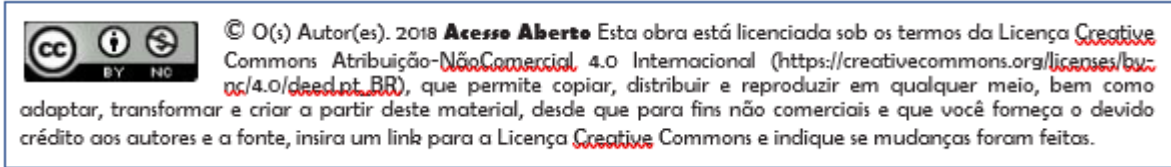
*** Graduanda em Serviço Social na UFRGS, bolsista de iniciação científica no grupo GEPETFESS/UFRGS e estagiária no SJMR Porto Alegre.

Palavras-chaves: Serviço Social internacional; Espanha; ética; formação Social/Trabajo Social

Keywords: international Social Work; Spain; ethics; training

Recebido em: 12/03/2022

Aprovado em: 12/05/2022



Introdução

“Fiquei sabendo, irmão Sancho, que essa aventura e outras semelhantes não são aventuras de ilhas, e sim de encruzilhadas”
(CERVANTES, 2018, p. 41).

O quadro sócio-histórico mundial, no qual o Serviço Social se inscreve, constitui-se em um ponto de convergência para refletir sobre as determinações da profissão em âmbito internacional. Torna-se imprescindível a realização de estudos e pesquisas que permitam desvendar as condições concretas em que o trabalho profissional se realiza; identificar e compreender as expressões da questão social vivenciadas pelos sujeitos – que a elas resistem e se opõem –, e as políticas e ações do Estado destinadas às necessidades e às reivindicações da população (IAMAMOTO; YAZBEK, 2019); bem como analisar a formação profissional.

Destaca-se a relevância de refletir sobre o Serviço Social em âmbito internacional, considerando a “lacuna na produção acadêmica brasileira quanto ao conhecimento do Serviço Social no circuito mundial nas últimas décadas” (IAMAMOTO; YAZBEK, 2019: 11). Além disso, é importante pensar acerca das diferentes concepções sobre seus fundamentos e as particularidades da profissão ao redor do mundo, que conforma uma unidade de diversos.

Buscando contribuir para o debate e o avanço de estudos sobre o Serviço Social internacional, realizou-se, no ano de 2020, a pesquisa intitulada “As Particularidades da Dimensão Ética na Formação e no Trabalho dos Assistentes Sociais na Espanha”. Trata-se de um pós-doutoramento vinculado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Complutense de Madri/Espanha, realizado sem qualquer financiamento do atual governo

brasileiro¹, que, desde o período eleitoral, tem mostrado explícito desprestígio para com a pesquisa e a ciência.

Faz-se necessário enfatizar que há um recorte temporal sem precedentes que atravessa a realização desta pesquisa. Com base no que advertia o célebre personagem espanhol Dom Quixote², ela não se caracterizou como um processo isolado, mas, sim, como uma aventura de encruzilhadas, fruto de um momento histórico atípico, em meio ao qual as autoras³, bem como, o Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão sobre Trabalho, Formação e Ética em Serviço Social (GEPETFESS), buscaram e encontraram na pesquisa uma forma de sobreviver e resistir. A proliferação da pandemia, agregada ao fato de estar *in loco*⁴ para a realização da pesquisa, exigiu adequações, como a otimização do processo de coleta dos dados na modalidade *on-line*. Essas adequações se explicam porque, no mês de março, que marcou a chegada da pós-doutoranda à Espanha, já se registravam, no dia 13⁵, casos em todas as 50 províncias do país. Nesse mesmo dia, a OMS também anunciava a Europa como o epicentro da pandemia da Covid-19 e a Espanha, juntamente com a Itália, a Alemanha, a França e a Suíça, estava entre os 10 países com mais casos da doença (ONU, 2020), sendo o segundo mais afetado no continente (G1, 2020).

Diante das evidências do crescimento do número de vítimas, do colapso nos sistemas de saúde e da proliferação do coronavírus (Covid-19), o jornal *El País* noticiou, ainda no dia 13 de março, o decreto de “estado de alarme”⁶ na Espanha. No dia seguinte (14 de março), o presidente Pedro Sánchez fez um anúncio oficial em rede nacional acerca do estado de alarme. Desde então, cumpriu-se o *lockdown*, acompanhado de vigilância policial e de penalidades por

¹ Destaca-se que o projeto foi submetido à avaliação da agência de fomento e, muito embora tenha sido aprovado por mérito, com nota 9.8, foi desconsiderado/indeferido para financiamento.

² *Dom Quixote de La Mancha* é uma obra escrita pelo escritor espanhol Miguel de Cervantes e Saavedra (1547-1616), conhecida mundialmente.

³ A professora pós-doutora, juntamente com sua então orientanda, egressa do mestrado, e a bolsista de iniciação científica, que acompanhavam a pesquisa por meio da vinculação com o Grupo de Pesquisa. Ressalta-se que a pesquisa como um todo foi construída com o envolvimento de outros(as) mestrados(as) e orientandos(as) de iniciação científica vinculados(as) à coordenadora deste estudo.

⁴ É válido mencionar que, devido à pandemia da Covid-19 e às mudanças, decorrentes desta, no planejamento da pesquisa, somente a professora orientadora, na condição de pós-doutoranda, esteve *in loco* na Espanha.

⁵ O primeiro caso da doença na Espanha foi registrado em 31 de janeiro de 2020 (BBC BRASIL, 2020), seguindo-se de outros casos, em decorrência das viagens internacionais, dentre as quais se destacam aquelas entre os países europeus, em especial, a Itália, um dos mais devastados pelo coronavírus. (BRASIL DE FATO, 2020).

⁶ O estado de alarme, segundo o jornal *El País*, consiste em “limitar a circulação ou a permanência de pessoas ou veículos em horários e lugares determinados; requisitar temporariamente todos os tipos de bens e obrigar pessoas a fazer trabalhos de colaboração social; intervir e ocupar, também temporariamente, indústrias, fábricas, oficinas, fazendas ou instalações de qualquer natureza, exceto residências particulares; limitar ou racionar o uso de serviços ou o consumo de artigos de primeira necessidade; e emitir as ordens necessárias para garantir o abastecimento dos mercados e o funcionamento dos serviços dos centros de produção de gêneros de primeira necessidade” (EL PAÍS, 2020).

meio de multas à população, em caso de descumprimento. Tal medida limitou, ainda que temporariamente, a circulação de pessoas no país.

Considera-se que essas medidas foram fundamentais para a redução das contaminações e, conseqüentemente, do número de mortes no país. É importante mencionar que a população espanhola contava com 45.633.561 habitantes, dentre os quais havia uma significativa concentração de sujeitos com idade acima de 55 anos, os quais perfaziam 30,52% do total de habitantes (12,38% entre 55-64 anos e 18,15% com 65 anos ou mais). Esse dado se caracteriza como um elemento de cuidado importante, pois os idosos configuram grupo de risco, com grande vulnerabilidade no que se refere à Covid-19 (INDEX MUNDI, 2020).

Com orçamentos de saúde reduzidos, privatização de hospitais, precarização do trabalho e aumento do desemprego, reflete-se acerca da possível relação entre o aumento dos impactos da Covid-19 na Espanha e o processo de retração do Estado. Outro ponto axial, alvo de críticas, relaciona-se à não realização de testes em massa antes de a situação se alastrar. Acredita-se que a testagem teria permitido identificar os infectados, garantindo o seu isolamento e o rompimento das cadeias de transmissão, não afetando, assim, a população mais vulnerável, a exemplo do que havia ocorrido na Alemanha e na Coreia. Em face desse contexto, compreende-se que, na Espanha, a crise não era apenas sanitária, mas também escancarava questões que já pulsavam e existiam. Nesse sentido, a pandemia desnudou falhas profundas no sistema de proteção social espanhol, exacerbando-as ainda mais.

Buscando dar visibilidade aos efeitos deletérios dessas medidas, a jornalista Irene Hernández Velasco, vinculada ao BBC MUNDO, publicou, em 25 de março, a matéria intitulada “Coronavirus: el horror que se vive en algunas residencias de ancianos de España por la crisis de covid-19”, registrando as condições de um residencial que atende 59 idosos em Madri. A diretora do residencial, Alicia Szurek, revelou as condições de trabalho no contexto pandêmico:

Não temos nada, as autoridades não nos deram nada: sem máscaras, sem luvas de nitrilo, sem cotonetes, sem testes rápidos... Nada. Eles nos chamam de inspetores todos os dias, mas a realidade é que o governo se esqueceu dos idosos, eles os abandonaram totalmente. Eles culpam as casas, mas onde estão as autoridades? Ela lamenta (BBC MUNDO, 2020, tradução nossa).

Outros residenciais compartilhavam das mesmas dificuldades, como superlotação, defasagem na equipe técnica e trabalhadores denunciando a falta de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), o que resultou na contaminação e na morte de dezenas de idosos, requerendo, em um deles, intervenção militar. Dentre os profissionais da saúde que vivenciavam essa precarização no trabalho, muitos eram assistentes sociais e foram infectados pelo coronavírus

por falta de EPI, especialmente os trabalhadores vinculados aos residenciais de idosos, que evidenciaram taxas de infecção especialmente altas.

Em meio a essa conjuntura adversa, brevemente apresentada, foi imperiosa a requisição da reformulação do “fazer” científico. Nesse sentido, os(as) professores(as), trabalhadores(as) e estudantes da graduação e da pós-graduação tiveram que elaborar respostas às novas questões apresentadas. Torrecillas (2020) reflete se as universidades públicas espanholas estavam preparadas e se dispunham dos recursos tecnológicos e de um corpo docente metodologicamente capacitado para o desenvolvimento do ensino *on-line*. Essa mudança repentina deixará algumas marcas na universidade: os próximos cursos podem alterar a quantidade dos alunos matriculados (menor no ensino presencial e maior no não presencial); pode-se considerar a inclusão de ensino não presencial no corpo docente, pois “é previsível que a experiência de ensino on-line do corpo docente seja integrada com mais recursos no ensino presencial” (TORRECILLAS, 2020: 4, tradução nossa).

Especificamente, quanto à pesquisa da qual se origina este artigo, foram necessárias novas estratégias metodológicas que se forjaram em meio aos novos desafios ou dilemas para a pesquisa em Serviço Social, tanto de ordem material quanto subjetiva.

[...] novos desafios ou dilemas para a pesquisa em Serviço Social, enquanto a pandemia – como fato sócio-histórico e biopsicossocial – mostrou que as desigualdades e vulnerabilidades sociais não estão necessariamente apenas no nível da materialidade física ou dos recursos tecnológicos disponíveis (computador, celular, internet, serviço de energia); isso, se for o caso, modificará os orçamentos nas investigações para fornecer essas materialidades às pessoas envolvidas. Além disso, existem em outro plano: o subjetivo, em que cultura, território, classe ou gênero, entre outros, determinam violações mais complexas do que no mundo simbólico ao qual pertencem e não é possível resolvê-las com um simples investimento material ou tecnológico (OSPINA; LÓPEZ, 2021: 326, tradução nossa).

Nessa perspectiva, o contexto apresentado repercute diretamente: 1) na configuração e nas manifestações da “questão social”; 2) no mundo do trabalho, cuja precarização torna-se cada vez mais evidente e intensificada; 3) nas políticas sociais, que, quando não ausentes, são fragilizadas, fragmentadas e pontuais, reiterando a lógica do individualismo e da meritocracia; 4) e na formação profissional. Diante disso, este artigo objetiva contextualizar a configuração da dimensão ética na formação e no trabalho de assistentes sociais na Espanha, com vistas a contribuir com o debate e o avanço de estudos sobre o Serviço Social internacional.

A pesquisa internacional em questão tem caráter misto e se filia ao método materialista histórico-dialético, utilizando-se de dados bibliográficos, de campo e documentais das Instituições de Ensino Superior espanholas que ofertam Serviço Social. Realizou-se, ainda,

estudo de caso na Universidade Complutense de Madri. A partir disso, constituiu-se um banco de dados com relevantes elementos sobre o Serviço Social espanhol. Nesse processo, primeiramente, foram mapeadas as Unidades de Formação Acadêmica que ofertam graduação em Serviço Social na Espanha, o que resultou na identificação de 38 cursos de Serviço Social, conforme consulta ao Libro Blanco, *website* do Consejo General de Trabajadores Sociales, e à página do Ministerio da Educación y Formación Profesional. Além disso, mesmo com as poucas condições físicas concretas devido às limitações do confinamento, foi possível estabelecer uma ligação com os distintos coletivos de assistentes sociais; participar de espaços formativos da e com a categoria profissional, como eventos e mesas-redondas; efetuar entrevistas com professores da Universidade Complutense de Madri; realizar reunião com a direção do colégio oficial de Madri; assim como participar de grupos de discussão de assistentes sociais da Espanha, tornando possível avançar no reconhecimento do trabalho e da organização dos(as) assistentes sociais do país.

Com este artigo, intenciona-se socializar resultados de uma das ênfases desenvolvidas nesta pesquisa, especificamente no que tange ao estudo documental sobre a ética na formação profissional de assistentes sociais espanhóis, possibilitando ampliar estudos teórico-metodológicos sobre essa dimensão na formação profissional em Serviço Social na Espanha. Trata-se de uma possibilidade concreta de contribuição no processo de internacionalização do ensino superior, que, “nos últimos anos, tem sido sinônimo de qualificação e excelência no ensino superior, criando escala, valor e servindo de estratégia na definição dos rankings entre as universidades” (MARTINS; CARRARA, 2014: 222), além de fortalecer os laços de cooperação internacional, inferindo sobre a produção de conhecimento na área do Serviço Social. Destaca-se que a sistematização desta produção não tem o intuito de criticar ou estabelecer comparações, partindo do princípio de que não se trata de uma realidade estática. Sendo assim, os(as) leitores(as) são convidados a embarcarem em uma jornada de aproximação com as descobertas realizadas, iniciando-se por uma breve contextualização acerca do Serviço Social na Espanha, que subsidiará a compreensão das análises sobre a abordagem da ética na formação de assistentes sociais nesse país.

Serviço Social na Espanha: breve contextualização em meio a algumas encruzilhadas

Inicia-se a jornada na *primeira fase*⁷ do *Serviço Social espanhol*, que compreende o

⁷ Destaca-se que a divisão em fases é um recurso didático de exposição no que tange à compreensão histórica acerca do Serviço Social espanhol. Ao contrário de uma apreensão positivista, entende-se que essas fases são tecidas de mediações e contradições, próprias do movimento dialético.

período entre 1930 e 1970. Nesta, citam-se alguns marcos e características importantes, como a criação da primeira escola de Serviço Social na Espanha, *Escuela de Asistencia Social*, fundada na década de 1930, especificamente em Barcelona, no ano de 1932, devido à necessidade de profissionais especializados, diante das mudanças produzidas, para atuar na assistência pública e privada do país. O início dessa profissionalização,⁸ contudo, é considerado tardio ao ser comparado com o restante da Europa (NAVARRO, 1998; CHARFOLET, 2011) e tem como característica, desde a criação da primeira escola, impulsos humanitários e religiosos (ZAMANILLO, 1987).

Suas origens na Espanha são marcadas pela guerra civil (1936-1939) e por quatro décadas posteriores de regime ditatorial, “tendo a Igreja Católica um decisivo controle sobre a criação das Escolas de Serviço Social” (MATOS-SILVEIRA, 2013: 104, tradução nossa). Assim, “após o parênteses da guerra civil, a matriz confessional de formação dos assistentes sociais toma corpo” (ZAMANILLO, 1987: 96, tradução nossa), visto que, de 1939 a 1979, a Ação Social Católica direciona a formação no país com base na moral religiosa.

O período pós-guerra (1936-1939) é caracterizado por um Estado autoritário, isolado de relações externas e consolidado sob a ditadura de Franco⁹. Nesse contexto, o pauperismo se fazia presente e a abordagem seguia a lógica filantrópica, caridosa, paternalista e clientelista. Tal abordagem não seria diferente, visto que, conforme analisam Charfolet (2011), Matos-Silveira (2013) e Navarro (1998), após a guerra, a formação dos assistentes sociais sofreu forte influência humanitária, da Igreja (com um catolicismo fiel ao regime e não reformista) e da ideologia política dominante, que se estendeu até os anos 1970.

Nesse ínterim, foi fundada em Madri, em 1939, a segunda escola de Serviço Social, *Escuela de Formación Familiar y Social*, que tinha como principal intuito a realização de um curso para mulheres, visando prepará-las para “um serviço à sociedade da época e ampliar sua cultura para que se tornasse uma boa cristã e mãe de família” (ESTRUCH; GÜELL, 1976). Esse fato revela o que Matos-Silveira (2013) considera uma particularidade no Serviço Social espanhol: o peso do nacional-catolicismo, liderado pela Seção Feminina falangista. Girela (2017) também trata da feminização da profissão, desde a primeira escola, e do papel fundamental na articulação da assistência social na ditadura franquista.

⁸ Anterior à profissionalização, o trabalho realizado se dava pelas vias da filantropia, conforme registra Zamanillo (1987), cujo caráter de prática social, nascido da aplicação do Bem e da Justiça como ato ético primordial, nunca desapareceu como um todo.

⁹ O Franquismo ou Regime Franquista (1939-1975) foi um sistema político ditatorial constituído na Espanha aos moldes fascistas. Era liderado por Francisco Paulino Hermenegildo Teódulo Franco y Bahamonde, mais conhecido como Francisco Franco (1892-1975).

Navarro (1998, p. 78) ressalta que, nesse momento, o Serviço Social estava voltado para a perspectiva de casos individuais, pois, se estivesse direcionado à comunidade, lhe seria exigido um compromisso social incompatível com o totalitarismo vigente. Essa perspectiva apresentava consonância com a concepção paternalista da ação benéfica do Estado e com a doutrina da Igreja (ZAMANILLO, 1987). É válido acrescentar que esse momento em particular vivenciado na Espanha, com profundas incidências político-ideológico-religiosas no Serviço Social, estagnou as relações do país com o restante da Europa (CHARFOLET, 2011); contribuiu para radicalizar o enfoque paternalista da profissão, que confundia o trabalho profissional com o apostolado; e não dialogava com as experiências profissionais de outros países, que haviam iniciado o processo de emancipação da disciplina (ZAMANILLO, 1987).

A partir dos anos 1960, observa-se o início de uma abertura política e econômica na Espanha, com uma crise crescente da ditadura de Franco, período em que ocorrem um aumento de investimentos externos e o desenvolvimento industrial do país, provocando sua “modernização”. Como consequência do desenvolvimento das forças produtivas, sucedem transformações sociais importantes, tornando latentes as expressões da questão social, como o pauperismo, decorrente do crescimento do êxodo rural, visto que as cidades não estavam preparadas para receber o novo fluxo estabelecido.

Essas expressões ampliaram as demandas do Serviço Social, dando lugar a uma incipiente preocupação com a questão social, a justiça social e a redistribuição de rendas (ZAMANILLO, 1987). É nesse período que ocorrem mudanças importantes para a profissão. Uma delas é o desenvolvimento de uma ação com enfoque comunitário¹⁰, entre 1960 e 1970, voltada às regiões marginalizadas por consequência da imigração (BLANCO, 1983). Outra está relacionada diretamente à ampliação dessas demandas, favorecendo o acesso dos profissionais – reconhecidos em 1964 não da maneira desejada, pois passaram a ser técnicos de nível intermediário – a uma formação oficial. Posteriormente, em 1967, foi criada a primeira Escola Oficial de Assistentes Sociais, localizada em Madri, bem como a *Federación Española de Asistentes Sociales*¹¹ (FEDASS), visando defender os interesses profissionais dos assistentes sociais. No período de 1970 a 1980, ampliou-se o número de escolas que se localizavam nas zonas mais industrializadas e desenvolvidas do país. Todavia, o reconhecimento dos assistentes

¹⁰ Trata-se da introdução de experiências que já estavam sendo realizadas em outros países, aproveitando-se de seus métodos de trabalho (BLANCO, 1983).

¹¹ “Durante a década de 1970, a FEDASS se centra no desenvolvimento de quatro atividades principais: a integração dos estudos de Assistentes Sociais na Universidade, a eliminação da beneficência pública do texto constitucional, a defesa da profissão e a reestruturação da organização colegial” (CHARFOLET, 2011: 629, tradução nossa).

sociais como técnicos de nível intermediário deixou as escolas de Serviço Social às margens dos estudos universitários por um longo período, as quais continuaram pertencendo à Igreja Católica (NAVARRO, 1998; CHARFOLET, 2011; MATOS-SILVEIRA, 2013).

Com o fim da década de 1960, tem-se início a *segunda fase do Serviço Social espanhol*, de 1970 a 1990, na qual se realizou a segunda parada. A década de 1970 se revelou extremamente importante para o Serviço Social espanhol, registrando uma intensa busca por autodefinição e reconhecimento profissional em contexto de abertura democrática, permeado pela herança dos anos ditatoriais: o atraso econômico, político, social e cultural (MATOS-SILVEIRA, 2013). Nessa década, realizou-se o 2º Congresso Nacional de Assistentes Sociais em Madri (1972), no qual se estabeleceu um compromisso com a mudança profissional, havendo um esforço digno de reconhecimento, conforme Zamanillo (1987), para definição das atividades profissionais.

É nesse período, inclusive, que o Serviço Social espanhol é influenciado¹² pelo “Movimento de Reconceituação” hispano-americano¹³. Ainda que sem generalizar¹⁴, reflexões advindas desse movimento são importadas por alguns profissionais, visto que se buscava por novas proposições de tratamento para a questão social. Entretanto, os assistentes sociais ainda se encontravam “entre a impotência de uma demanda educada nos princípios da beneficência e sua falta de formação para combater os problemas sociais com maior grau de qualificação” (ZAMANILLO, 1987: 98, tradução nossa), bem como conviviam com o desconhecimento, por parte de outros profissionais, acerca do Serviço Social e com o baixo nível de desenvolvimento das políticas sociais¹⁵.

¹² Girela (2017) registra que essa influência teria chegado aos profissionais espanhóis pelas mãos de mestres como Kisnerman, Ander Egg e Aylwin, entre outros.

¹³ Conforme Kisnerman (1975 *apud* ZAMANILLO, 1987), o movimento de “reconceptualización”, datado da década de 1970, propôs-se a questionar, revisar e buscar profissionalmente um novo trabalho social. Em seus primeiros momentos, os objetivos foram definidos em torno da mudança do conteúdo assistencial e adaptativo da profissão e do alcance de um rigor científico nesta. Para Zamanillo (1987), trata-se de uma reação contra a filosofia pragmática do trabalho social de corte funcionalista, buscando romper com o “colonialismo cultural e intelectual” na Hispanoamérica.

¹⁴ Vale acrescentar que, embora ainda haja influência latino-americana, “hoje não se pensa mais que o Serviço Social pode mudar a sociedade, mas que só pode canalizar recursos para atender às necessidades dos indivíduos e, ao mesmo tempo, realizar uma tarefa de prevenção, promoção e educação” (CRESPO, 1982 *apud* BARBERO, 2002: 98, tradução nossa).

¹⁵ Interessa mencionar que isso se deve à sua relação com a Ação Católica, que teria se desenvolvido de maneira diferente daqueles em que a hegemonia e tradição católica eram evidentes. “Tanto é assim, que nesta cultura, a transferência de responsabilidades sociais e a função pública, é fraca e pouco definida, tendo as instituições religiosas um alto protagonismo em matéria de atenção social, que exime o Estado e administrações públicas de muitas responsabilidades. A educação, a saúde e a atenção social têm sido espaços ocupados por ordens religiosas antes que por administrações municipais. O contrário disso, é o caso de países de tradição protestante em que a responsabilidade pública e o reconhecimento de funções, em termos de Ação Social, foram clara e precocemente reconhecidos pelo Estado” (GIRELA, 2017: 95-96, tradução nossa).

Coadunando com o exposto, Navarro (2006) analisa que, quando do falecimento do ditador Franco (1975), o Estado de Bem-Estar espanhol era o mais subdesenvolvido da Europa. Não obstante, na década de 1970, a profissão contava com um número escasso de profissionais (5.307 titulados em 1971) exercendo-a especialmente em âmbito privado (COLOMER, 1990).

É a partir da década seguinte que a implantação de um sistema político democrático e do marco jurídico de direitos e deveres dos cidadãos torna-se um fator decisivo no avanço do Serviço Social. A configuração de um sistema público de serviços sociais permitiu, a partir da Constituição de 1978, a primeira democrática, a garantia de atenção aos cidadãos em situação de necessidade. Ao fecharem-se organismos de beneficência, deu-se abertura a departamentos de serviços sociais que contavam com a inserção de assistentes sociais por meio do trabalho comunitário. Para Girela (2017: 98, tradução nossa), é justamente o fato de haver um desenvolvimento dos serviços sociais no país “que fez com que os profissionais se afastassem do discurso teórico da reconceituação¹⁶, trocando o trabalho social libertador e radical pela gestão de serviços e benefícios amparados pelos novos direitos sociais”. Esses profissionais tiveram um papel extremamente importante para a implementação de tais serviços, os quais se tornaram, contudo, mais burocratizados.

Na década seguinte, a FEDASS dissolve-se e criam-se, por meio da Lei 10/1982 de 13 de abril, os Colégios Profissionais¹⁷, após longa e dura luta social e política, estabelecendo-se, além disso, um Conselho Geral desses Colégios (CHARFOLET, 2011). Um ano depois, em 1983, a formação é classificada em nível universitário, sendo incorporada à Universidade na modalidade “Diplomatura” em Serviço Social. Isso significa que a formação contemplava aproximadamente três anos, somados a mais dois anos de complementação pelos cursos de Sociologia ou Antropologia. Dessa forma, mesmo que com caráter técnico, “a instituição da responsabilidade pública para com os serviços sociais conduz a mudanças políticas elementares para o consecutivo reconhecimento social do Serviço Social no âmbito da divisão social e técnica do trabalho” (GOIN; RENDUELES; PRATES, 2016: 72-73).

¹⁶ Carrara *et al.* (2018) analisam, ainda, que nesse processo não houve alteração dos pressupostos teóricos e práticos profissionais. As bases teóricas do Movimento de Reconceituação foram entendidas como impossíveis de materialização, ou seja, na Espanha o Serviço Social não possui a concepção do homem como sujeito transformador, núcleo categorial da teoria social crítica. O Serviço Social é uma profissão cujo processo de construção sócio-histórica não ocorreu de maneira contínua e linear, apresentando particularidades em cada país. Inclusive, até os dias atuais, há características complexas e contraditórias. Além disso, há na categoria apreensões divergentes quanto ao processo de gênese, transformação e atuação profissional.

¹⁷ “Nos anos 1980 as principais atividades levadas a cabo pelos Colégios se centram na defesa e desenvolvimento da profissão, a melhoria das condições de trabalho profissionais, o desenvolvimento das relações internacionais, o desenvolvimento e fortalecimento dos Colégios Oficiais e a difusão da profissão e a formação permanente dos profissionais” (CHARFOLET, 2011: 629, tradução nossa).

Tendo em vista que a implantação do título de graduação em Serviço Social na Espanha ocorreu apenas em 2004, anteriormente compreendido na modalidade “Diplomatura”, o que significa um diploma universitário obtido após a realização de determinados estudos com um período de duração menor, compreende-se que a profissão segue em desenvolvimento e precisa ser analisada sob esse prisma. Nesse processo, também houve reflexões e definição no que tange à nomenclatura, buscando evitar a identificação da profissão com processos interventivos assistencialistas e beneficentes (ZAMANILLO, 1987), bem como a possibilidade de produção de conhecimento no âmbito acadêmico, repercutindo na literatura profissional, realização de pesquisas e planejamento de novas intervenções (CHARFOLET, 2011). Desse modo, o Bem-Estar Social passa a ser pautado a partir de 1985 e “os Serviços Sociais comunitários se convertem em uma série de prestações específicas direcionadas a setores marginalizados, tornando o Serviço Social comunitário” (DOMENECH, 1990 *apud* CHARFOLET, 2011: 625).

A terceira fase do Serviço Social espanhol inicia-se na década de 1990 e permanece até a atualidade. Observou-se que, a partir dos anos 1990, a profissão seguiu avançando, “situando-se como profissão de referência no sistema público de serviços sociais e incrementando seu raio de ação ao setor privado e às Organizações Não Governamentais” (CHARFOLET, 2011: 625, tradução nossa). Contraditoriamente a esses avanços e conquistas, tanto no âmbito dos direitos sociais e políticos quanto em relação à profissão na Espanha, essa década também registra o início do processo de Bolonha, que prossegue no novo século, com a finalidade de construir um espaço europeu de educação superior através da adoção do sistema de graus comparáveis. Bolonha é um sistema baseado, essencialmente, em ciclos e na promoção da mobilidade de estudantes, processo que vem sofrendo duras críticas, em virtude da fragmentação da formação profissional que realiza e do indicativo de formação de um promissor “mercado educacional” europeu, facilitando a ação das empresas educacionais (LIMA, 2020).

Bolonha foi instaurado com a pretensão de promover acesso equitativo, sem obstáculos, a um ensino superior de alta qualidade, com base no que afirma a Universidade de Coimbra. No entanto, observa-se uma perspectiva de educação superior aligeirada, flexível e mercantil. Apesar de o Serviço Social tornar-se um curso de nível superior com sua instauração, a Declaração impacta diretamente a formação. “A subordinação da educação à acumulação de capital compromete a qualidade do ensino superior e sua função pública; gera o desfinanciamento da educação; desvaloriza e desqualifica a docência universitária” (IAMAMOTO, 2001: 135). Além disso, construíram-se o caminho e a definição de educação e formação necessárias para o mercado comum europeu e internacional – inclusive, rebatendo na política de educação, com fortes implicações na formação acadêmica e na investigação em

Serviço Social nesta última década, causando inquietações, bem como exigindo a problematização desse cenário junto aos acadêmicos e profissionais de Serviço Social.

É nesse contexto adverso que o primeiro código deontológico de Serviço Social, editado pelo então *Consejo General del Trabajo Social*, é aprovado em Assembleia Geral dos Colégios Oficiais de Diplomados em Serviço Social e Assistentes Sociais em sessão extraordinária de 29 de maio de 1999. Trata-se de uma edição que atualiza o texto anterior, tornando-se o primeiro Código Deontológico do século XXI e justificando-se pela necessidade de aprofundar os princípios éticos e deontológicos profissionais para atender às novas realidades sociais e as normas que influenciam diretamente na atividade profissional (CONSEJO GENERAL DEL TRABAJO SOCIAL, 2015).

Trata-se de uma importante construção para a profissão, tendo em vista que alguns autores defendem a centralidade da Ética como um dos pilares que devem sustentar a profissão. Seu reconhecimento é compartilhado tanto no âmbito acadêmico, incrementando os valores do Código na formação, quanto na esfera profissional, entendendo que a ética é consubstancial à profissão e aos profissionais que devem trabalhar com orientação ética, desencadeando uma série de reflexões e publicações em torno do tema (PEMÁN; MEGALES, 2017; LIBRO BLANCO, 2004).

Ainda nesse decurso histórico, o avanço no campo disciplinar e o fortalecimento das bases científico-profissionais são reiterados pela pós-graduação na área, essencialmente pelo doutoramento, que se edifica apenas no final dos anos 2000 (especificamente, em 2008, na Universidade Complutense de Madri). Tal fato possibilita à profissão o reconhecimento enquanto área, supondo produção do conhecimento voltada para as particularidades “tardias” da profissão e da realidade social espanhola, ao passo que sistematiza sua própria produção teórico-prática (GOIN; RENDUELES; PRATES, 2016).

Destaca-se que a Espanha, considerando os cenários em que vem se conformando a profissão no país, vive a crise estrutural do capital. Nessa perspectiva, e acompanhando o restante do mundo, o governo espanhol seguiu aplicando as mesmas receitas neoliberais, “como desculpa para não aplicar outras medidas alternativas e mais justas para sair da atual crise do capital” (MATOS-SILVEIRA, 2013: 102, tradução nossa). São medidas de austeridade aplicadas nos países do capitalismo central e periférico, ameaçando os avanços nos âmbitos dos direitos e trazendo implicações tanto para os países europeus quanto para os latino-americanos, tais como: aumento expressivo de desemprego, precarização do trabalho, redução salarial, privatizações, inclusive da educação superior, transformando-a em mercadoria, cujas características estão na sua condição de ser produzida de maneira rápida e com baixo custo,

impactando, fortemente, o trabalho e a formação de assistentes sociais na Espanha.

Diante desse cenário,

[...] os assistentes sociais espanhóis enfrentam o desafio de não permanecer enquadrados em um mundo positivista executando acriticamente políticas sociais diminuídas e pisoteadas, mas de apoiar os interesses da classe trabalhadora mobilizando-se para denunciar essas situações de injustiça e desigualdade cada vez mais acentuadas. Talvez seja um ponto de virada ou uma mudança de direção que questione a instalação da profissão no quadro administrativo das políticas sociais e serviços sociais, caminhando para ações proativas que abarquem com a mesma força as dimensões comunitária, preventiva, política, ética, teórico e epistemológico do Serviço Social (MATOS-SILVEIRA, 2013: 106, tradução nossa).

Nesse sentido, ao buscar dar ênfase à dimensão ética, compreendendo sua relevância na formação e no trabalho profissional de assistentes sociais espanhóis, que totalizam atualmente 40.000 vinculados¹⁸ aos 36 Colégios Oficiais de Serviço Social¹⁹, é importante buscar conhecer de que modo isso se materializa ou se consolida no ensino da ética, no âmbito da graduação. Para tanto, o próximo item apresenta as aproximações com essa dimensão na formação profissional.

Desvendando a abordagem da ética na formação de assistentes sociais na Espanha: aproximações preliminares

Antes de adentrar na apresentação dos dados e da análise preliminar, situa-se a concepção de ética da qual as autoras partem, o que se contrapõe à suposta neutralidade à qual muitos se filiam. Destarte, entende-se a ética como a ciência que estuda, discute e reflete sobre a moral, alicerçada na perspectiva filosófica, permitindo à humanidade o aprofundamento no campo de análise e indagação crítica sobre seu objeto. Nessa concepção, a “ética se diferencia de uma ética abstrata, discursiva, cuja implicação concreta não se manifesta nas relações sociais cotidianas” (REIDEL, 2019: 208), compreendida como “reflexão histórica, crítica, radical, de totalidade, que tem por natureza: apreender o significado e os fundamentos da moral indagando sobre a relação entre moral e liberdade, valor ético fundamental” (BARROCO, 2003: 20).

Isso posto, identificou-se que na Espanha existem 50 instituições de educação superior públicas e 33 particulares²⁰. As análises acerca da formação profissional do Serviço Social na Espanha, com ênfase no ensino sobre a ética e a profissão, ocorreram a partir da identificação

¹⁸ Destaca-se que esse número não corresponde ao quantitativo real de assistentes sociais no país, visto que, conforme Charfolet (2011), nem todos(as) encontram-se inscritos nos colegiados.

¹⁹ O “Consejo General del Trabajo Social” é o organismo representativo superior dos “Colegios Oficiales de Trabajo Social”. Além destes, existe a “Asociación Universitaria Española de Trabajo Social”.

²⁰ Datos y cifras del Sistema Universitario Español Publicación 2019-2020. Disponível em: <https://www.educacionyfp.gob.es/dam/jcr:b9e82c7a-1174-45ab-8191-c8b7e626f5aa/informe-datos-y-cifras-del-sistema-universitario-espa-ol-2019-2020-corregido.pdf>. Acesso em: mar. 2020.

de 38 cursos de graduação em Serviço Social no território espanhol. Destes, 94,7% realizam-se em universidades, caracterizando-se pela premissa indissociável entre ensino, pesquisa e extensão. Dentre elas, 76,3% são universidades de natureza pública, o que não representa ensino gratuito, pois, segundo informações do *Ministerio de Educación, Cultura y Deporte (MECD)*, o custo médio anual da graduação na Espanha, em universidades públicas, varia de 821€ a 1.302€ e em algumas não há distinção entre valores para europeus e estrangeiros (MECD, 2022).

Com o intuito de compreender como se dá o processo de ensino-aprendizagem do Serviço Social no contexto espanhol e a apreensão da dimensão ética na profissão, mostrou-se pertinente uma análise detalhada dos planos de ensino das universidades. No processo investigativo desenvolvido, teve-se o universo de trinta e oito (38) cursos de graduação em Serviço Social no país. Destes, a partir da identificação oficial dos cursos nos sites institucionais, foram acessadas todas as disciplinas de cada curso com vistas a identificar a transversalidade do tema da ética em suas súmulas e/ou, objetivos, e/ou bibliografias e/ou metodologias; Ao final, foram identificadas mil quinhentos e sessenta e cinco (1565) disciplinas envolvendo os trinta e oito (38) cursos e, destas, em cento e trinta e sete (137) foram identificadas alguma relação com a temática da ética.

Dispomos de uma tabela em que pudemos ter uma visão de totalidade onde foram divididas as disciplinas de acordo com o número que representa a instituição de origem; nestas pudemos migrar os dados encontrados, tabulando-os de acordo com, em um primeiro momento: a) objetivo do curso; b) objetivo da disciplina; c) súmula da disciplina; d) metodologia de ensino e aprendizagem; e) bibliografia; e f) perfil do egresso. Após análise coletiva, foram extraídos e não serão analisados individualmente as tabelas de a) objetivo do curso e f) perfil do egresso.

Esta produção evidencia o processo de pré-análise desenvolvido a partir das metodologias empregadas nas cento e trinta e sete (137) disciplinas que foram identificadas na pesquisa feita junto às trinta e oito (38) instituições de ensino superior (IES) que ofertam *Grados de Trabajo Social* na Espanha abordando a temática da ética. Tal material fora possível de ser obtido através do processo de coleta nos *sites* eletrônicos das instituições nas abas de guias docentes e planos de estudos.

O plano de ensino, *Plan de Trabajo Docente* ou *Guía de Ensino*, além de apresentar seu objetivo e conteúdo a ser estudado, bem como as metodologias didático-pedagógicas adotadas no desenvolvimento da disciplina, traz o referencial teórico que dará sustentação para o conteúdo estudado, articulando, assim, o conteúdo a ser ministrado com esses importantes elementos. Dessa maneira, constitui-se ferramenta didático-pedagógica que não pode ser

apreendida como estática ou acabada, posto que, além de dimensão pedagógica, evidencia seu compromisso político, no sentido de se posicionar e defender determinados valores em consonância com a direção social da profissão.

Primeiramente, foram investigadas as instituições de ensino que ofertam graduação em Serviço Social na Espanha e, posteriormente, foram identificados seus respectivos sites institucionais com informações específicas sobre a proposta de formação e currículo de cada curso. Ao se reconhecer que os planos possibilitam identificar o que está preconizado pelas instituições para a formação profissional de assistentes sociais, foram consultados os planos de ensino disponibilizados, em 2020, nos endereços eletrônicos oficiais das Universidades espanholas, sendo considerados somente aqueles que abordavam de alguma maneira a temática da ética e/ou deontologia. A partir disso, desenvolveu-se o processo analítico de decodificação dos dados, considerando objetivos, súmula, metodologia e bibliografia, dispostos em cada plano. Contudo, nesta produção, debruça-se sobre os dados apreendidos nos referenciais bibliográficos. Essa escolha está diretamente relacionada com a compreensão de que é por meio da fundamentação teórica que se mostra possível desvendar as principais ênfases no processo de formação, a dimensão política intrínseca, bem como as particularidades de apreensão da ética.

No entanto, de acordo com Barroco (2009), é importante ressaltar que não se compreende a formação profissional com a única responsabilidade de conformar toda a moralidade profissional, considerando que os sujeitos em formação já estão sob a influência moral de uma sociabilidade vivida, a mesma que está presente no trabalho profissional, sob as condições determinadas pela sociabilidade burguesa desfavorável a uma ética humanista.

A sociedade burguesa tende a suprimir e/ou negligenciar as abordagens críticas, humanistas e universalistas, donde a desvalorização do conhecimento filosófico, o apelo ao conhecimento instrumental, ao utilitarismo ético, ao relativismo cultural e político. A reflexão filosófica, base de fundamentação da ética profissional, incorpora referenciais que nem sempre permitem um conhecimento crítico, o que coloca contradições entre a dinâmica social e sua apreensão profissional (BARROCO, 2009: 176).

Intencionando apreender a composição do referencial teórico indicado no ementário das disciplinas, foram identificadas e analisadas as bibliografias que compõem o tema da ética. No total de disciplinas analisadas nas 38 universidades que possuem graduação em Serviço Social na Espanha, computa-se o número de 1565 disciplinas. Desse total, 137 abordam em seu

objetivo e/ou súmula, e/ou metodologia, e/ou bibliografia o tema da ética e/ou deontologia profissional, ou seja, 8,7% do total contemplam a temática da ética nos planos das respectivas disciplinas. Embora se saiba que a Ética e a disciplina de ética estejam incorporadas no bloco temático de fundamentos, há 8 cursos que não evidenciam a existência de uma disciplina com o nome de ética e/ou deontologia, sendo o seu conteúdo abordado em outras disciplinas.

No entanto, em todos os cursos em que se realizaram coleta e análise documental, há, no mínimo, uma disciplina que demonstra o trato do tema ética em seu plano de ensino, não ficando, assim, nenhum dos cursos sem a evidência documental de abordagem do tema. Para a análise, foram considerados os títulos das 137 disciplinas, possibilitando o seu agrupamento em 11 eixos/blocos de análise, quais sejam: Ética, Fundamentos, Trabalho, Estágio, Trabalho com Grupos, Investigação, Habilidades, Serviço Social, Introdução ao Serviço Social, Mediação e Antropologia. Nessas disciplinas, foi contabilizado o número de bibliografias, de autores, bem como de disciplinas sem bibliografias em cada eixo, conforme consta na Tabela 1.

Tabela 1 – Sistematização dos eixos, autores e bibliografias

| Eixos | Número de Disciplinas | Número de disciplinas sem bibliografias | Número de autores | Número de bibliografias |
|------------------------------|-----------------------|---|-------------------|-------------------------|
| Ética | 32 | 5 | 273 | 545 |
| Fundamentos | 22 | 8 | 26 | 59 |
| Trabalho | 14 | 7 | 40 | 43 |
| Estágio | 16 | 5 | 149 | 195 |
| Trabalho com Grupos | 18 | 4 | 72 | 90 |
| Investigação | 13 | 8 | 21 | 21 |
| Habilidades | 7 | 1 | 54 | 64 |
| Serviço Social | 5 | 2 | 9 | 10 |
| Introdução ao Serviço Social | 4 | 0 | 16 | 17 |
| Mediação | 2 | 1 | 1 | 1 |
| Antropologia | 4 | 0 | 34 | 47 |
| Total | 137 | 42 | 695 | 1092 |

Fonte: As autoras, a partir de dados dos planos de ensino dos cursos de Serviço Social das instituições de ensino superior da Espanha.

Para muito além da sinalização de um conjunto de autores, compreendem-se as referências do plano de ensino como pilar que fundamenta teoricamente o conteúdo das distintas disciplinas, considerando a relevância do material para a formação discente. Foi possível identificar que algumas universidades estabelecem como critério uma hierarquização na disposição das referências, chamando-as de bibliografias essenciais, básicas e bibliografias complementares. No entanto, não existe uma unidade nesse modo de apresentar as referências, ao contrário, há uma multiplicidade de formas utilizadas para evidenciar as referências das distintas disciplinas nas universidades investigadas.

No processo de análise dos dados, o total de bibliografias utilizadas foi de 1.092, considerando que em algumas universidades não há distinção entre bibliografia básica e complementar, compreendendo todas como um mesmo bloco de análise. Das disciplinas analisadas, 42, que representam 30,6% do total (N=137), não trazem no plano de ensino publicizado no endereço eletrônico pesquisado as bibliografias que são utilizadas, sendo que, em alguns casos, informa-se que serão repassadas no início das atividades letivas.

Na sequência do processo, as bibliografias foram analisadas a partir de seus respectivos 11 eixos elencados na Tabela 1: Ética, Fundamentos, Trabalho, Estágio, Trabalho com Grupos, Investigação, Habilidades, Serviço Social, Introdução ao Serviço Social e Antropologia, iniciando pelo eixo de ética, no qual se encontram 32 disciplinas e 545 bibliografias. Ao se debruçar no Eixo de Ética, houve a necessidade de subdividi-lo em categorias temáticas, tendo em vista a diversidade de bibliografias encontradas, conforme exposto na Tabela 2.

Tabela 2 – Categorias temáticas do eixo “Ética”

| Categoria Temática | Frequência (N) | Porcentagem (%) |
|---------------------------|-----------------------|------------------------|
| Ética e Temas Específicos | 147 | 26,97 |
| Ética e Serviço Social | 138 | 25,32 |
| Ética | 63 | 11,56 |
| Serviço Social | 32 | 5,87 |
| Filosofia | 23 | 4,22 |
| Religião | 21 | 3,85 |
| Moral | 17 | 3,12 |
| Código de Ética | 12 | 2,20 |
| Outros Temas | 92 | 16,88 |
| Total | 545 | 100 |

Fonte: As autoras, a partir de dados dos planos de ensino dos cursos de Serviço Social nas instituições de ensino superior da Espanha.

No que tange à categoria “Ética e Temas Específicos”, é válido acrescentar que foram inseridos diferentes temas estabelecidos entre ética e diversos segmentos, inserções ocupacionais, profissionais, entre outros, permitindo-nos observar que existem distintas perspectivas de abordagem sobre Ética a partir das disciplinas que compõem o eixo específico em análise. A categoria “Ética e Serviço Social”, por sua vez, compreende uma quantidade significativa de autores mencionados que não são formados em Trabajo Social, apesar de possuírem produções que dialoguem com a profissão. Tal fator pode ser ocasionado pelo fato

apontado por Charforlet (2011: 621-632, tradução nossa), de que “[...] o Serviço Social espanhol adoece de um escasso desenvolvimento de seu conhecimento específico”, mas considera que “[...] a produção científica na Espanha tem aumentado consideravelmente nos últimos anos, à medida que o Serviço Social tem se afeiçoado no âmbito universitário”. Importante considerar que os atravessamentos de gênero na profissão, sem dúvidas, trazem “implicações para com os estudos, o status e situação dentro da estrutura universitária e a produção científica” (MORALES; VIEITEZ *apud* GIRELA, 2017: 98).

Referente à categoria “Ética”, foi organizada a partir de todas as bibliografias que tinham em seu título relação direta com a temática da ética/deontologia. A autora Adela Cortina aparece enquanto a referência teórica mais citada nessa categoria, expressando que se trata de uma importante pensadora sobre a ética. Enquanto isso, a categoria “Serviço Social” revela bibliografias concernentes aos fundamentos da profissão. A categoria “Filosofia” mostra que as produções na área do Serviço Social apresentam influência de outra ciência, principalmente no que tange ao estudo da ética. Observou-se também que, na categoria “Religião”, há referenciais que apresentam o pensamento social da Igreja, calcado no voluntarismo cristão e na benesse, fator que pode acarretar equívocos na compreensão e na condição dos(as) assistentes sociais como trabalhadores(as) e na concepção dos direitos e dos serviços em que exercem a profissão. Essa evidência coaduna-se com o exposto por Kohns (1966 *apud* ZAMANILLO, 1987), de que o trabalho social atual afunda suas raízes nos valores, nos propósitos e nas funções da religião, embora a profissionalização dos trabalhadores sociais esteja muito ligada à secularização e a uma matriz humanista e da ciência social. Nesse sentido, é válido retomar que o Serviço Social da Espanha teve, em sua origem, influência da escola belga de Serviço Social e que esta estava arraigada no pensamento social da Igreja Católica, o que nos leva a compreender que tais elementos ainda se encontram presentes na formação profissional.

A categoria “Moral” dispõe de uma quantidade significativa de bibliografias. Entretanto, no que se refere à categoria temática “Código de Ética”, na qual se aglutinou o quantitativo de vezes em que o *Código de Ética/Deontológico de Trabajo Social* foi citado nos Planos de Ensino de Ética, o resultado foi surpreendente. Cabe destacar que se trata de 32 Planos de Ensino analisados, no entanto, há somente 9 menções do Código de Ética profissional, não correspondendo, portanto, nem à metade dos planos (28,12%). Embora a ética não seja por nós entendida somente em sua dimensão legal/deontológica, é curioso não identificar nas referências a menção ao Código, dado que este condensa os princípios éticos da profissão, bem como assinala quais as funções profissionais que correspondem a: Informação, Prevenção,

Assistência, Mediação, Planejamento, Orientação, Avaliação, Supervisão e Docência.

A partir desse processo, também se identificaram os(as) autores(as) que se destacaram entre os cinco mais frequentes no eixo de ética, conforme evidenciado na Tabela 3, a seguir. Cabe ressaltar que as análises e as categorias temáticas apresentadas no decorrer deste documento contêm margem de erro, uma vez que se observam diferenças no seu padrão de inserção, bem como de formatação dos planos de ensino das disciplinas. Destaca-se que o aprofundamento analítico das obras e dos autores, segue em curso, considerando o expressivo quantitativo dos mesmos, o curto espaço de tempo para apropriação e análise, e, o idioma, que é diferente do de origem das autoras. Desse modo, as análises aqui apresentadas evidenciam uma importante sistematização e desvendamento da realidade, mas não são totalizantes, ou seja, são realizadas em caráter de inferência.

Tabela 3 – Sistematização das 5 maiores frequências do eixo “Ética”

| Autores | Porcentagem |
|---------------------|--------------------|
| Salcedo Megales, D. | 10% |
| Bermejo, F. J. | 8% |
| Banks, S. | 8% |
| Cortina Orts, A. | 7% |
| Ballestero, A | 4% |
| Reamer, F. G. | 4% |
| Vilar, J. | 4% |
| Demais Autores | 55% |
| Total | 100% |

Fonte: As autoras, a partir de dados dos planos de ensino dos cursos de Serviço Social nas instituições de ensino superior da Espanha.

Observou-se que no eixo “Ética” o autor Salcedo Megales se destacou em 1º lugar, com 10% do total das bibliografias analisadas, enquanto o autor Francisco Javier Bermejo e as autoras Sarah Banks e Adela Cortina Orts encontram-se empatados em 2º lugar, com 8% do total. Por sua vez, os autores Ballestero, Reamer e Vilar obtêm um empate no 3º lugar, com 4%. Destes autores, cabe sinalizar que em análise recente de publicações em revistas e monografias entre 1901 e 2015, realizada por Idareta-Goldaracena et al (2019), Bermejo e Ballestero encontram-se entre os dez autores mais produtivos sobre a temática da ética profissional, sendo que o primeiro aparece com um menor número de publicações (5), comparado o segundo (11). Além disso, considera-se que Reamer é uma referência internacional na temática da ética profissional. Os demais autores citados apresentam um percentual de 55% do total.

Considerando que esta investigação visa analisar “as particularidades da dimensão ética na formação e no trabalho de assistentes sociais na Espanha”, ainda que todas as disciplinas tenham ou possam ter relação com o ensino de ética, a ênfase deste processo analítico se refere ao eixo/bloco específico de Ética, pois as disciplinas que estão contidas nele têm como

centralidade o ensino da ética e/ou deontologia. Contudo, observa-se que as disciplinas que estão nos dez demais eixos/blocos não são, *a priori*, específicas da abordagem da ética e têm outros temas centrais, como: Fundamentos, Trabalho em áreas específicas, Práticas e Estágio, Trabalho com famílias/indivíduos/grupos/comunidades, Investigação/diagnóstico/avaliação, Habilidades Profissionais, Serviços Sociais, Introdução ao Serviço Social, Mediação e Antropologia, Direitos e Desigualdade.

A partir dos(as) autores(as) identificados(as), faz-se necessária a apreensão acerca da sua concepção de ética e de como ela é abordada durante a formação em Serviço Social na Espanha. Nesse sentido, ao longo da realização do estudo de caso, evidencia-se que nem todos os professores que ministram a disciplina são assistentes sociais, fato que limita o ensino em termos de mediação com o exercício profissional, o que pode impactar diretamente na possibilidade de articulação entre: a dimensão filosófica, que oferece bases teóricas para uma reflexão ética voltada à compreensão e ao questionamento dos valores, dos princípios e dos modos de ser ético-morais, oferecendo os fundamentos de uma concepção ética; a ética aplicada no campo da moralidade profissional e o produto objetivo das ações profissionais (consequências ético-políticas); e a dimensão normativa expressa no Código de Ética Profissional, com seus princípios, direitos, deveres, vedações e sanções.

Considerações finais

O fazer investigativo se constitui de modo complexo, envolvendo, além de pesquisadores, condições concretas, como estrutura física, horas de dedicação, equipamentos necessários e possibilidade de acesso aos dados, dentre outros fatores que tornam o processo de pesquisa desafiador. O processo de pesquisa internacional revelou-se ainda mais árduo por ter sido vivenciado em meio a um contexto atípico e adverso, ocasionado pela pandemia da Covid-19, que demandou isolamento social em um país que não era o de origem da pesquisadora, além de impossibilitar às suas orientandas, envolvidas nesta investigação, o contato direto com a profissão e com as particularidades no/do contexto espanhol. Essa realidade acarretou, ainda, demasiadas transformações nos mais diversos espectros da vida cotidiana, dentre eles, o agravamento das expressões da questão social, e no campo da pesquisa nas ciências humanas e sociais, trazendo inúmeros e novos desafios ao processo de coleta e análise de dados, bem como à produção de conhecimento em tempos de pandemia.

Desse modo, a produção de conhecimento apresentada neste artigo resulta dessa vivência repleta de adversidades e de um intenso processo que exigiu resiliência, resistência, criatividade e busca de adaptações metodológicas importantes para a realização desta

investigação. Isso posto, a pesquisa realizada nos Planos de Ensino foi imprescindível para analisar como se desenvolve o processo de formação profissional de assistentes sociais no que concerne à ética. No entanto, acredita-se que a ética seja tratada de outras maneiras e por meio de outras estratégias que não somente o que consta nos Planos de Ensino.

O processo de ensino e aprendizagem assim como o trabalho profissional assumem especificidades territoriais, históricas, culturais, econômicas, entre outras. Sendo assim, compreende-se a necessidade de refletir com professores e estudantes da Espanha acerca dos resultados encontrados, com vistas a analisar conjuntamente os desafios e as perspectivas que se colocam entre o tema da ética, a formação e o trabalho dos(as) assistentes sociais espanhóis(las). Nessa perspectiva, seria possível estabelecer maiores aproximações com o contexto vivenciado e a construção de mediações entre os dados apresentados e a realidade do Serviço Social espanhol, assim como apresentar outros estudos que esta pesquisa de pós-doutoramento realizou junto aos professores de ética profissional, com ênfase em sua compreensão sobre a ética e o seu ensino e sua relação com o trabalho profissional, evidenciando elementos importantes e complementares para esta reflexão e análise.

Mediante o referencial indicado como base teórica que fundamenta o ensino dos conteúdos das disciplinas que abordam o tema da ética, não foi evidenciada explicitamente a concepção do homem como sujeito transformador, núcleo categorial da teoria social crítica. No entanto, é perceptível uma base eclética das bibliografias que subsidiam a apreensão da ética na formação, tendo um espaço minoritário as de perfil epistemológico crítico. Ademais, por meio do estudo realizado e da abordagem dos dados neste artigo, identificou-se que oito (8) cursos não exibem disciplinas intituladas “ética/deontologia”, porém, o conteúdo é abordado em outras disciplinas. Em todos os cursos há, no mínimo, uma disciplina que contempla ética no plano de ensino.

Nessa direção, infere-se que “[...] a formação atual em Serviço Social tende a incrementar a capacitação dos futuros assistentes sociais, proporcionando aos estudantes oportunidades de aprendizagem para conseguir conhecimentos, habilidades e valores próprios do trabalho social” (AGENCIA NACIONAL DE EVALUACIÓN DE LA CALIDAD Y ACREDITACIÓN, 2005, p. 35, tradução nossa). Foram identificados alguns desafios no que tange à ética na formação de assistentes sociais na Espanha, dentre eles, a superação de uma compreensão que, por vezes, pode limitar a ética à sua esfera normativa por meio do Código, ou apenas a uma fundamentação teórica restrita ao aspecto deontológico, o que represa/isola a compreensão da ética de suas outras dimensões e da articulação entre elas, dificultando a apreensão de uma ética aplicada na formação e, conseqüentemente, no trabalho profissional.

No entanto, entende-se que o processo de formação deve possibilitar o exercício do pluralismo, no qual se tornam possíveis reflexões e debates sobre diferentes perspectivas teóricas que se confrontam historicamente e na atualidade.

Referências bibliográficas

- AGENCIA NACIONAL DE EVALUACIÓN DE LA CALIDAD Y ACREDITACIÓN (ANECA). *Libro Blanco para el título de grado en Trabajo Social*. Madrid: ANECA, 2005.
- BARBERO, J. M. *El Trabajo Social en España*. Zaragoza: Mira, 2002.
- BARROCO, Maria Lúcia Silva. Fundamentos éticos do serviço social. In: CFESS; ABEPSS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília, 2009.
- BARROCO, Maria Lúcia Silva. Ética e Sociedade. *Curso de Capacitação Ética para Agentes Multiplicadores*. 2. ed. Brasília: CFESS, 2003.
- BBC BRASIL. *Coronavírus: por que o exemplo da Espanha mostra que mundo precisará de novas quarentenas*. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52685597>. Acesso em: 9 jun. 2020.
- BBC MUNDO. *Notícias internacionais*. Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-internacional-52036018>. Acesso em: 15 out. 2020.
- BLANCO, Encarnación. El Trabajo Social interdisciplinario en el ámbito de los Servicios Sociales. *Documentación del Seminario Nacional sobre evolución del Trabajo Social y Servicios Sociales y perspectivas de futuro*. Santiago de Compostela, 1983, p. 45-64.
- BRASIL DE FATO. Bergamo a cidade na Itália devastada pelo coronavírus por uma decisão dos patrões. *Brasil de Fato*. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/04/15/bergamo-acidade-na-italia>. Acesso em: 20 abr. 2020.
- CARRARA, Virgínia Alves; GUERRA, Yolanda Aparecida Demetrio; BLANCO, Fernanda Caro; TEIXEIRA, Rodrigo. O Serviço Social Espanhol: aproximações críticas a uma formação profissional pós Bolonha. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, v. 16, n. 1. *Anais...* Espírito Santo, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22089>. Acesso em: 12 fev. 2022.
- CARRARA, V. A. *et al.* Trabajo Social en la realidad española en los años 1960 a 1980: a la búsqueda de autodefinition y reconocimiento profesional. *Revista em Pauta*, Rio de Janeiro, v. 15, p. 57-72, 2018.
- CERVANTES, Miguel de. *Dom Quixote*. São Paulo: Pé de Letra, 2018.
- CHARFOLET, Aurora Castillo. Aproximación al trabajo social en España. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 108, p. 623-638, out./dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/JZb4BZ6YqSjvYJNCy6yzdWP/?lang=es>. Acesso em: 9 jun. 2020.
- COLOMER, Montserrat. Trabajo Social en España en la década de los 70. *Revista de Servicios Sociales y Política Social*, n. 20, p. 6-12, 1990.
- CONSEJO GENERAL DEL TRABAJO SOCIAL (2020). *Recomendações do Conselho Geral de Serviço Social para os Serviços Sociais face à situação do COVID-19 e ao pós-crise*. Madrid: Consejo General del Trabajo Social, 2020.
- EL PAÍS. Sanidad confirma en La Gomera el primer caso de coronavirus en España. *El País* (em espanhol). 31 de janeiro de 2020. Disponível em: https://elpais.com/sociedad/2020/01/31/actualidad/1580509404_469734.html. Acesso em: 10 jan. 2020.
- ESTRUCH, Juan; GÜELL, Antonio M. *Sociología de una profesión: los Asistentes Sociales*. Barcelona: Península. 1976.

- G1. *Espanha é o segundo país mais afetado pela Covid-19 da Europa*. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/03/19/espanha-e-o-segundo-pais-mais-afetado-pela-covid-19-da-europa.ghtml>. Acesso em: mar. 2020.
- GÍRELA, Blanca Rejón. El Trabajo Social y los Servicios Sociales en España: el precio del neoliberalismo. *Rei do Crea*, v. 6, p. 95-104, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10481/45112>. Acesso em: 10 fev. 2021.
- GOIN, Marileia; RENDUELES, César; PRATES, Jane Cruz. Conjuntura, gênese e formação profissional: notas relacionais entre o Serviço Social brasileiro e o espanhol. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 125, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.056>. Acesso em: 8 jan. 2022.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 2001.
- IAMAMOTO, Marilda Villela; YAZBEK, Maria Carmelita. Introdução. In: YAZBEK, Maria Carmelita; IAMAMOTO, Marilda Villela (org.). *Serviço Social na história: América Latina, África e Europa*. São Paulo: Cortez, 2019. p. 11-30.
- IDARETA-GOLDARACENA, F.; VISCARRET-GARRO, J. J.; BALLESTEROIZQUIERDO, A.; ÚRIZ-PEMÁN, M. J. (2020). Análisis bibliométrico sobre Ética del Trabajo Social en España (1900-2015). *Revista Española de Documentación Científica*, 43 (4): e282. <https://doi.org/10.3989/redc.2020.4.1720>
- INDEX MUNDI. *Espanha Distribuição da idade*. Disponível em: https://www.indexmundi.com/pt/espanha/distribuicao_da_idade.html. Acesso em: 16 out. 2020.
- LIMA, Ana Isabel. Serviço Social e Serviço Social em tempos de coronavírus. *Minha realidade*, Cidade Real, 2020. Disponível em: <https://www.miciudadreal.es/2020/04/30/trabajo-social-y-servicios-sociales-en-tiempos-de-coronavirus/>. Acesso em: 16 jan. 2022.
- MARTINS, Alcina Maria de Casto; CARRARA, Virgínia Alves. Serviço Social português e brasileiro em diálogo: internacionalização da formação profissional. *Em Pauta*, v. 12, n. 33, p. 205-227, 2014. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/13034>. Acesso em: 12 fev. 2022.
- MATOS-SILVEIRA, Rosana. Trabajo Social en España: contextos históricos, singularidades y desafíos actuales. *Katalysis*, Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 101-109, 2013. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmninnibpcajpegclclefindmkaj/viewer.html?pdfurl=https%3A%2F%2Fwww.scielo.br%2Fj%2Ffrk%2Fa%2FXCstDGCTG7kTkF9jDmgDsVy%2F%3Fformat%3Dpdf%26lang%3Des&clen=38604&chunk=true>. Acesso em: 12 fev. 2022.
- MINISTERIO DE EDUCACIÓN, CULTURA Y DEPORTE. Disponível em: <http://www.mecd.gob.es/redirigeme/>. Acesso em 2022.
- NAVARRO, Ana Leonor. De la Asistencia Social al Trabajo Social en los Servicios Sociales. *Acciones e investigaciones sociales*, ano 7, p. 73-96, 1998. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=170230>. Acesso em: 12 fev. 2022.
- NAVARRO, Vicenç. *El subdesarrollo social de España*. Causas y consecuencias. Barcelona: Anagrama, 2006.
- ONU. OMS: "Europa é agora o epicentro da pandemia" do novo coronavírus. Publicado em 12 de março de 2020. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2020/03/1707301>. Acesso em: 8 abr. 2020.
- OSPINA, Paola Ximena Mejía; LÓPEZ, Paula Andrea Velásquez. Cambios generados por la COVID-19 en la práctica formativa e investigativa en Trabajo Social: oportunidades, dilemas y retos para la investigación social. *Alternativas: Cuadernos de Trabajo Social*, v. 28, n. 2, p. 325-349, 2021. Disponível em: <https://alternativasts.ua.es/article/view/18262>. Acesso em: 12 fev. 2022.

- PEMÁN, Maria Jesús Uriz; MEGALES, Damian Salcedo. Presentación del monográfico: Ética y Trabajo Social. *Cuadernos del Trabajo Social*, v. 30, n.1, 9,17-21, 2017. Disponível em <https://revistas.ucm.es/index.php/CUTS/article/view/54952/50100>. Acesso em: 11 mar.2022.
- REIDEL, Tatiana. Ética na pesquisa: implicações para além da formalidade. In: MENDES, Jussara Maria Rosa; WÜNSCH, Dolores Sanches; GIONGO, Carmem Regina (org.). *A investigação no campo da saúde do trabalhador: construção do conhecimento e estratégias metodológicas*. Campinas: Papel Social, 2019. p. 207-224.
- TORRECILLAS, Celia. El reto de la docencia online para las universidades públicas españolas ante la pandemia del Covid-19. *ICEI Papers*, n. 16, 2020. Disponível em: <https://eprints.ucm.es/id/eprint/60050/1/16-1304.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2022.
- ZAMANILLO, Maria Teresa. Fisonomía de los trabajadores sociales. Los problemas de la identidad profesional. *Cuadernos de Trabajo Social*, Madrid, n. 0, p. 85-103, 1987. Disponível em: <https://revistas.ucm.es/index.php/CUTS/article/view/CUTS8787110085A/8680>. Acesso em: 12 fev. 2022.

Elementos do passado-presente na relação entre o Serviço Social estadunidense e o Serviço Social brasileiro

Elements of the past-present in the relationship between the American Social Work and the Brazilian Social Work

Franqueline Terto dos Santos*
Valéria Coelho de Omena**

Resumo: O presente artigo aborda, a partir de pesquisa bibliográfica e documental, o Serviço Social nos Estados Unidos da América (EUA), com destaque para os fatores centrais da sua gênese e sua profissionalização e os principais fundamentos teórico-metodológicos e filosóficos que marcaram o seu desenvolvimento. Apresentamos também uma breve caracterização da formação acadêmica nos níveis de graduação e de pós-graduação, bem como dos espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais estadunidenses na atualidade. Por fim, introduzimos uma reflexão sobre os principais nexos que estabelecem a relação entre o Serviço Social estadunidense e o Serviço Social brasileiro, tensionada pela oposição entre a perspectiva conservadora e a perspectiva crítica, elemento importante para a análise do passado-presente dessa relação.

Palavras-chaves: Serviço Social estadunidense; Serviço Social brasileiro; Fundamentos históricos e teórico-metodológicos.

Abstract: This article addresses, based on bibliographic as well as on documental, Social Work in the United States of America (USA), research with emphasis on the central factors of its genesis and professionalization, the main theoretical-methodological and philosophical foundations which marked its development. We also present a brief characterization of academic education at undergraduate and graduate levels, and addition the social-occupational spaces of American social workers today. Finally, we introduce a reflection on the main links that establish the relationship between American Social Work and Brazilian Social Service, tensioned by the opposition between the conservative and the critical perspectives, an important element for the analysis of the past-present of this relationship.

Keywords: American Social Work; Brazilian Social Service; Historical and theoretical-methodological foundations.

Recebido em: 21/02/2022

Aprovado em: 26/04/2022



© O(s) Autor(es). 2018 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

* Assistente Social, mestra em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

** Assistente Social, mestra em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Introdução

O Serviço Social é uma profissão que tem suas origens no mundo no contexto da emergência do capitalismo monopolista (NETTO, 2006), assumindo especificidades em cada país em que se institucionalizou, conforme determinados processos históricos, econômicos e socioculturais que particularizaram as diferentes formações sociais. Importante ainda considerarmos as distintas matrizes de interpretação teórico-metodológica do exercício profissional de assistentes sociais, quanto à sua natureza, sua função, seu objeto e sua metodologia de atuação na sociedade capitalista, formuladas e desenvolvidas ao longo da trajetória histórica da profissionalização da área e que pautam os debates da categoria profissional até o tempo presente, tanto no Brasil quanto em outros países (MARTINELLI, 2009; MONTAÑO, 2011).

Como parte desse processo, identifica-se ainda a busca por construir uma articulação político-corporativa e formativa entre os assistentes sociais de diferentes contextos, que passa por estabelecer uma concepção teórica, metodológica e filosófica comum à categoria profissional, como requisito para a definição da especificidade do Serviço Social frente às demais profissões. Nesse sentido, surgiram historicamente diferentes entidades¹ em âmbito nacional, continental e mundial, que assumiram – cada uma a seu modo – os desafios de aglutinar a diversidade dos debates e das proposições concernentes à natureza e aos rumos da profissão². Como parte desse movimento, as principais entidades representativas do Serviço Social brasileiro, como o Conselho Federal de Serviço Social (Cfess) e a Associação Brasileira de Serviço Social (Abepss), têm empreendido importantes esforços no sentido de consolidar uma relação com o trabalho profissional em outros países, por meio da participação em organizações profissionais internacionais de Serviço Social (DINIZ, 2019).

A profusão de debates e de polêmicas, com divergências e convergências, caracteriza esse processo, como bem evidenciam Netto (1991; 2009), Martinelli (2009), Iamamoto (2004), dentre outros autores de referência para o Serviço Social brasileiro e latino-americano. Contudo,

¹ Lembremo-nos do Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Sociais (CBCISS), do Centro Latino Americano de Trabalho Social (CELATS), a Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS) – atual Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) –, Associação Latino-Americana de Ensino e Pesquisa em Trabalho Social (ALAEITS), Associação Internacional de Escolas de Trabalho social (AIESTS-IASSW), o Secretariado Internacional Permanente de Assistentes Sociais (International Permanent Secretariat of Social Workers) – atual Federação Internacional de Assistentes/Trabalhadores Sociais), dentre outras.

² Por exemplo, o manifesto público “Declaración de Santiago” (2014), produzido pelo Comité Latinoamericano y Caribeño de Organizaciones Profesionales de Trabajo Social/Servicio Social (COLACATS) em 2014, no contexto da crítica aos efeitos das políticas neoliberais na região. Documento disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201604041645348017400.pdf Acesso em: 18 de Fevereiro de 2022.

em razão das contradições próprias da dinâmica social capitalista em que emerge o Serviço Social e dos específicos processos históricos das formações sociais e suas implicações nas configurações particulares da profissão, a construção de uma unidade política do Serviço Social, em nível mundial, é uma tarefa histórica que enfrenta inúmeros desafios no sentido de superar as diversas – e, por vezes, inconciliáveis – concepções filosóficas e teórico-metodológicas que embasam a formação acadêmica e a ação profissional de assistentes sociais nos distintos continentes. Esse movimento contraditório, em busca de construir e de consolidar uma articulação internacional do Serviço Social, pode ser observado, por exemplo, no contínuo processo de (re)formulação coletiva da definição mundial de Serviço Social, protagonizado pela *International Federation of Social Work* (IFSW)³.

Na assembleia geral da IFSW, validada também pela *International Association of Schools of Social Work* (IASSW), em julho de 2014, o Serviço Social foi definido globalmente como “uma profissão baseada na prática [...] que promove a mudança e o desenvolvimento social, a coesão social e o empoderamento e a libertação das pessoas [...]”, tendo como princípios centrais: a justiça social, os direitos humanos, a responsabilidade coletiva e o respeito pelas diversidades. Nesse empreendimento, enfrenta-se o desafio de estabelecer uma unidade na diversidade em razão das distintas realidades sociais e concepções sobre a profissão no mundo. Por isso, aceita-se que “esta definição de Serviço Social pode ser ampliada ao nível nacional e/ou ao nível regional”⁴.

Inevitavelmente, as condicionalidades materiais, os contextos históricos, o universo cultural predominante em cada sociedade, o cenário da luta de classes em suas expressões político-ideológicas, dentre outros fatores estruturais, superestruturais e conjunturais, incidem direta e dialeticamente no “pensar” e nos rumos da profissão, mundialmente. Considerando esse contraditório desafio, entidades e pesquisadores do Serviço Social brasileiro cada vez mais reconhecem a necessidade de não só dar continuidade ao aprofundamento teórico-reflexivo sobre os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos da profissão no país, mas também apreender e analisar a realidade do Serviço Social em outros contextos internacionais.

³ A International Federation of Social Work (IFSW) foi criada em Paris em 1928 com a designação de "Secretariado Internacional Permanente de Assistentes Sociais (International Permanent Secretariat of Social Workers). Porém, teve seu funcionamento suspenso durante a Segunda Guerra Mundial até 1950 quando foi reativada. Atualmente tem sede na Suíça, congregando organizações de Serviço Social de 128 países dos cinco continentes. Para mais informações consultar: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/cfess-na-fits>> Acesso em 01 de dezembro de 2021; E, <https://www.ifsw.org/> Acesso em 18 de Fevereiro de 2022. Em português a IFSW é conhecida por FITS - Federação Internacional de Trabalho Social e a IASSW é a Associação Internacional de Escolas de Trabalho Social (AIETS).

⁴ A íntegra da Definição Global da Profissão de Serviço Social pode ser consultada na página eletrônica da IFSW. Disponível em: <<http://ifsw.org/get-involved/global-definition-of-social-work/>> Acesso em: 1º dez. 2021.

É nesse sentido que este artigo pretende contribuir com o conhecimento sobre o Serviço Social nos Estados Unidos da América (EUA) – os fatores centrais de sua gênese e de sua profissionalização, seus principais fundamentos teórico-metodológicos e filosóficos, a caracterização geral da formação acadêmica e dos espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais estadunidenses na atualidade e, por fim, o passado-presente dessa relação com o Serviço Social brasileiro.

As análises desenvolvidas neste artigo têm como pressuposto teórico basilar que o Serviço Social é produto da sociabilidade capitalista. Concebe-se que as contradições próprias do capitalismo e suas implicações para o conjunto da sociedade – e, principalmente, as danosas consequências para a classe trabalhadora –, derivadas fundamentalmente da “lei geral da acumulação capitalista” (MARX, 2013), fez emergir, no transcorrer de décadas, novas profissões funcionais ao sistema do capital, dentre as quais, o Serviço Social⁵ (MARTINELLI, 2009).

Assim, compreende-se que o Serviço Social, tanto em sua emergência como prática interventiva quanto em sua institucionalização e profissionalização, tem como determinação sócio-histórica fundamental a sua vinculação às novas estratégias de dominação das classes burguesas em ascensão frente ao agravamento das manifestações da “questão social”⁶ na segunda metade do século 19, tendo como terreno histórico a Europa ocidental.

As profissões são produto histórico e, como tal, expressam determinadas relações sociais de produção/reprodução que lhe imprimem uma função particular na divisão social do trabalho. A profissão, portanto, está situada na sociedade capitalista como um elemento que participa da reprodução das relações de classe e das contradições nelas existentes. Concordamos ainda com Netto (2006), ao afirmar que a profissionalização do Serviço Social “é, em termos histórico-universais, uma variável da idade do monopólio” (NETTO, 2006, p. 74). Ou seja, vincula-se ao novo padrão de acumulação do capital, que exige uma diferenciada intervenção do Estado nas expressões da “questão social” – tendo em vista seu agravamento e sua ameaça à ordem social – sob a forma de políticas sociais.

⁵ Há importantes diferenciações entre os principais autores que deram contribuições teóricas originais e se tornaram referências norteadoras quanto ao significado do Serviço Social - sua natureza e processualidade histórica (cf. NETTO, 2006; IAMAMOTO E CARVALHO, 1988; MARTINELLI, 2009; SILVA E SILVA, 1995; MONTAÑO, 2011, dentre outros). Esta apreensão teórica da realidade social e da processualidade histórica da profissão compõe a concepção hegemônica que orienta a formação acadêmica em Serviço Social no Brasil, bem como as principais entidades nacionais da categoria profissional no país: Conselhos Regionais (CRESS), Conselho Federal (CFESS) e Associação de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). A esse respeito, conferir também as “Diretrizes curriculares para os cursos de Serviço Social” (ABEPSS, 1997).

⁶ Conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que são reclamados pelos trabalhadores no curso da consolidação do capitalismo, expressão do antagonismo capital-trabalho.

Na produção deste artigo, que resulta de pesquisas bibliográfica e documental, identificamos uma escassez de produção científica atualizada e traduzida para o português sobre o Serviço Social estadunidense. Contudo, foram fundamentais os recentes artigos em periódicos científicos do Brasil, dentre os quais destacamos o livro *A história pelo avesso: a reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais*, organizado por Iamamoto e Santos (2021)⁷, que muito contribuiu na compilação das informações e nas análises apresentadas neste artigo, além de produções em inglês de artigos em jornais e em periódicos científicos estadunidenses, a exemplo do *Journal of Sociology and Social Work*⁸, do *Journal of Social Work Education (JSWE)*⁹ e do *Journal of Social Work Education and Practice*¹⁰.

Na pesquisa documental, as principais fontes e referências utilizadas foram sites de órgãos públicos e privados estadunidenses, nos quais constam publicações oficiais, dados, relatórios e documentos produzidos por entidades de Serviço Social dos EUA e do Brasil, especialmente das seguintes: *Council on Social Work Education (CSWE)*, *International Federation of Social Work (IFSW)*, Conselho Federal de Serviço Social (Cfess), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss), Associação Internacional de Escolas de Trabalho Social (AIESTS), entre outras.

O Serviço Social estadunidense e as principais bases históricas e teórico-metodológicas da sua profissionalização

Importante destacar o cenário sócio-histórico e econômico pelo qual passava o mundo e, em especial, os Estados Unidos da América (EUA) quando do processo de profissionalização do Serviço Social naquele país. O país saíra vencedor da I Guerra Mundial, reconhecidamente no centro de referência do mundo capitalista, com uma próspera classe dominante que “entendia que podia controlar o processo social, assim como controlava o processo econômico” (MARTINELLI, 2009, p. 114).

Conforme Costa (2017), o Serviço Social estadunidense atingiu seu status de profissão

⁷ Este livro, publicado pela editora Cortez, é talvez a mais importante reflexão atualizada sobre o tema, preenchendo uma lacuna na produção científica brasileira sobre a história da profissão no Brasil e sua relação com o mundo.

⁸ *Journal of Sociology and Social Work*, é uma revista acadêmica internacional. Disponível em <<http://jsswnet.com/>>. Acesso em 18 de Fevereiro de 2022.

⁹ O *Journal of Social Work Education (JSWE)* é uma revista profissional especializada em educação em serviço social e bem-estar social. Disponível em <<https://www.cswe.org/Publications/Journal-of-Social-Work-Education.aspx>>. Acesso em 18 de janeiro de 2022.

¹⁰ *Journal of Social Work Education and Practice*. Periódico internacional de trabalho social e prática. Disponível em <<https://www.jswep.in/>>. Acesso em 18 de Fevereiro de 2022.

assalariada entre os anos de 1890 e 1940, período permeado por guerras, crises econômicas (“quebra” da bolsa de Nova Iorque, em 1929) e suas repercussões no mundo do trabalho. Tal cenário requereu a redefinição do papel do Estado com intervenções sociais e econômicas para recuperação da economia após o longo período de recessão, culminando, por exemplo, com a conformação do *Welfare State*, na Europa, e o *New Deal* (1933 e 1937), nos EUA. De acordo com Pereira,

[...] com o advento do Estado Social (*Welfare State*) – gestado desde finais do século XIX, no contexto europeu, e institucionalizado no segundo pós-guerra, em meio ao avanço tecnológico e à intensificação da exploração do trabalho assalariado pelo capital –, os Estados nacionais requisitaram pessoal técnico para intermediar conflitos de classe e desigualdades sociais. Para vários analistas, o *Welfare State*, que investiu maciçamente em ciência e tecnologia, bem como induziu o surgimento de várias profissões de conteúdo social, desejava salvar o capitalismo de suas crises endógenas (flutuações cíclicas, depressões, recessões) e de ameaças externas, como o avanço do nazismo e do socialismo (PEREIRA, 2016:416).

Conforme Ahearn Jr. (2014), os elementos que contribuíram para a profissionalização do Serviço Social estadunidense foram: Estado, Igreja Protestante e organizações sociais assistenciais sob influência da ética protestante e do darwinismo social. O autor afirma que as contradições da relação capital/trabalho, o êxodo rural, a ocupação desordenada dos centros urbanos, a pauperização extrema, o aumento de adoecimentos (novas e velhas doenças), a imigração e a discriminação racial impulsionaram as organizações sociais de “trabalho prático filantrópico” – inspiradas pelo espírito social e moral que impregnava a época – a atuarem junto às famílias pobres, por meio da ação de visitantes, denominados de *friendly visitors*.

Esse processo de complexificação das ações filantrópicas, sob a influência do conservadorismo cristão protestante, desempenhou um importante papel na conformação das protoformas do Serviço Social estadunidense. Contudo, é indispensável reafirmar que foram as demandas do capital para a sua contínua reprodução ampliada, no estágio do capitalismo monopolista, e a conseqüente redefinição do papel do Estado, para garantir o novo padrão de acumulação, que deram o caráter de profissionalização ao Serviço Social, com a constituição dos assistentes sociais como trabalhadores assalariados.

Os fundamentos teórico-filosóficos que sustentaram essas práticas e, por conseguinte, o Serviço Social em processo de profissionalização se concretizavam em atividades reformadoras de caráter, de controle das manifestações dos “problemas individuais” que atingiam a classe trabalhadora pauperizada. Para isso, buscou-se embasamentos científicos nas áreas da Psicologia, da Psicanálise, da Medicina e do Direito.

As pioneiras do Serviço Social na elaboração das bases teórico-metodológicas da

profissão nos Estados Unidos foram: Mary Ellen Richmond, considerada uma das principais representantes do movimento das *Charity Organizations Societies* (COS) e pioneira na teorização do fazer profissional, e Jane Addams, uma das fundadoras do movimento dos *Settlements Houses*.

Mary Richmond¹¹, com as obras *Social Diagnosis* (1917) e *What is Social Casework?* (1922), tornou-se referência para a formação de assistentes sociais nos EUA e em outras partes do mundo. Dentre as muitas contribuições para a profissão, conforme Pereira (2019), as principais foram: a construção da “terminologia de definição da profissão, diferenciando ‘social service’ (Serviço Social) enquanto ações à sociedade de ‘social work’ (trabalho social), a profissão, e a ‘inauguração de um método para o Serviço Social, o estudo de caso’” (PEREIRA, 2019, p. 100-101).

Os pressupostos e as diretrizes metodológicas desenvolvidas por Richmond, o chamado Serviço Social de Casos, constituíam três fases: estudo, diagnóstico e tratamento. Esse método se desenvolve, fundamentalmente, embasado nas teorias sociais positivistas, em correntes da Psicologia e da Psicanálise, na perspectiva da ajuda psicossocial individualizada. A Abordagem de Caso visa ao desenvolvimento da personalidade (ajustamento), com uma proposta de trabalho que pretende tratar as anormalidades dos indivíduos e do ambiente. Conforme Trindade, o método tanto molda as personalidades individuais como define “os papéis sociais dos indivíduos, de acordo com os conteúdos econômicos, sociais, políticos e ideológicos compatíveis com a ordem monopólica” (TRINDADE, 2001, p. 30).

Seguiram-se a abordagem do Serviço Social de Grupo – cuja principal formulação teórica deve-se a Gisela Konopka¹² sob influência da Psicologia e da Psicanálise, que tinha a finalidade de “solucionar problemas pessoais de relacionamento e socialização”, conforme as normas e os valores sociais vigentes (TRINDADE, 2001) – e do Desenvolvimento de Comunidade, perspectiva orientada à promoção do controle social, sob o discurso de

¹¹ Obras de Richmond: RICHMOND, Mary Ellen (1899), *Friendly Visiting among the Poor. A Handbook for Charity Workers*, New York/London: MacMillan. Disponível em <https://books.google.com.br/books?id=0JUzc8zIIvEC&printsec=frontcover&source=gbs_navlinks_s&redir_esc=y&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>; RICHMOND, Mary Ellen (1908), *The good neighbor in the modern city*, Philadelphia: J.B. Lippincott. Disponível em <<https://www.gutenberg.org/files/24841/24841-8.txt>>; RICHMOND, Mary Ellen (1913), *A study of nine hundred and eighty-five widows known to certain charity organization societies in 1910*, New York City: Charity Organization, Russell Sage Foundation. Disponível em <https://www.historyofsocialwork.org/1917_Mary_Richmond/1908%20Richmond%20Good%20neighbour.pdf>; RICHMOND, Mary Ellen (1917), *Social diagnosis*, New York: Russell Sage Foundation; RICHMOND, Mary Ellen (1922), *What is social case work? An introductory description*, New York: Russell Sage Foundation. Disponível em <https://www.historyofsocialwork.org/1917_Mary_Richmond/1922%20Richmond%20what%20is%20social%20casework.pdf>

¹² De origem alemã, judia, radicou-se nos EUA em razão da perseguição nazista em seu país.

“promoção da harmonia social na relação Estado/Sociedade, através de uma abordagem mais coletiva” (TRINDADE, 2001, p. 31).

Jane Addams, assistente social, socióloga, filósofa, feminista, ativista, pacifista e reformadora estadunidense, foi a primeira mulher estadunidense a ganhar o Prêmio Nobel da Paz, em 1931. Addams foi cofundadora do “movimento dos *Settlements Houses*”, ao criar, em 1889, uma *Hull House* num bairro pobre do distrito industrial de Chicago – a primeira dos EUA. A *Hull House* consistiu, conforme Branco (2010), num centro de acolhimento e de apoio aos trabalhadores urbanos e imigrantes pobres, de caráter experimental e filantrópico, com “serviços e respostas sociais” voltadas à “integração” dessas populações e à “coesão social”, por meio da promoção de ações educativas, culturais e políticas. Além de servir como um espaço de pesquisa social a respeito dos problemas sociais, sanitários e das legislações sociais vigentes.

A actividade de investigação então desenvolvida no âmbito da *Hull-House* apresentava um conjunto de características muito peculiares e relevantes: era realizada por residentes ou colaboradores ligados à Universidade de Chicago, envolvia os próprios moradores em várias dimensões, procurava estabelecer cooperação com departamentos públicos de diferentes domínios e era entendida como um suporte essencial às reformas sociais de médio e longo alcance [...] (BRANCO, 2010:74).

Conforme Pozo (2021), a importância de Addams se dá não apenas no cotidiano dos bairros pobres, mas também em promover reformas sociais, a exemplo das ações “contra o trabalho infantil ou a precarização do emprego e políticas (sufrágio feminino), nas esferas urbana, estadual, federal ou universal (pacifismo).” Seu legado no Serviço Social está relacionado à ética e aos valores que se tornaram a base da profissão nos Estados Unidos.

Se por um lado, a construção histórica do Serviço Social estadunidense teve e tem seus fundamentos ancorados na ideologia dominante, com práticas conservadoras da ordem social, limitadas às abordagens clínicas individualistas e privadas; por outro, esse pensamento não representa toda a categoria. Há movimentos de resistência no Serviço Social estadunidense, principalmente expressos no chamado “Serviço Social Radical” (FERGUSON, 2009; FERGUSON; IOAKIMIDIS; LAVALETTE, 2018; M. BAILEY; BRAKE, 1975, 1980). Esse movimento de resistência tem suas raízes no engajamento profissional (especialmente de servidores públicos) em ações comunitárias e em abordagens voltadas à defesa dos direitos humanos e do bem-estar, em paralelo ao questionamento das práticas individualizadas, patologizadas e que ignoram os fatores estruturais, que produzem, objetivamente, as refrações da “questão social”.

Jane Addams é apontada por Ferguson (2009) como uma das inspirações para o Serviço

Social Radical, em especial, dada a experiência com a Hull House em Chicago:

[...] um progressivo sistema educacional, preocupado não apenas em ajudar os imigrantes a se integrarem mais facilmente na sociedade americana, mas também em ajudá-los a desafiar os sistemas de trabalho escravo e infantil (FERGUSON, 2009:85).

O Serviço Social Radical teve seu declínio nos anos de 1980, em consequência do avanço do neoliberalismo e dos desmontes das políticas sociais em todo mundo. Segundo Steyaert (2019), “a prática política é um segmento do trabalho social radical”, e a luta e a resistência por um Serviço Social crítico têm ressurgido por meio de reflexões publicadas pela *Social Work Action Network*¹³ e pela *Critica and Radical Social Work*¹⁴.

A formação acadêmica e o perfil profissional em Serviço Social nos EUA: breve trajetória histórica e cenário atual

O surgimento do Serviço Social no mundo situa-se no contexto da Revolução Industrial na Europa ocidental. Concomitante à expansão e à generalização das relações tipicamente capitalistas, em que se estabelece a subsunção real do trabalho ao capital, aprofundam-se as contradições imanentes à relação capital-trabalho. Os problemas relativos às condições de trabalho e de vida da classe operária, bem como o seu crescente fortalecimento político-organizativo, principais aspectos da chamada “questão social”, tornaram-se um fenômeno ameaçador para a reprodução da sociabilidade burguesa, exigindo novas estratégias de contenção, distintas dos mecanismos de controle e de coerção tradicionais das classes dominantes.

Deriva dessa conjuntura o processo inglês de “racionalização da assistência”, principalmente do final do século 19 ao início do século 20, fomentado pelo Estado monopolista, em articulação com as experiências filantrópicas já existentes e vinculadas à Igreja.

A Inglaterra, em função de suas circunstâncias históricas e da longa convivência com a miséria generalizada, fora o primeiro país da Europa a criar não só uma legislação específica para atendimento da ‘questão social’, mas um organismo encarregado de racionalizar e normatizar a prática da assistência. Já em 1869, momento de agravamento das crises sócio-econômicas que precederam a Grande Depressão, membros da alta burguesia haviam criado a Sociedade de Organização da Caridade, unindo esforços da

¹³ A *Social Work Action Network* (SWAN) é uma organização de luta, publicações e campanhas do serviço social radical, que reúne profissionais, estudantes e professores contrários à prática do serviço social voltado ao gerencialismo, à mercantilização, à estigmatização dos usuários do serviço e por cortes e restrições previdenciárias. Disponível em <<https://socialworkfuture.org/>>. Acesso em 10 de janeiro de 2022.

¹⁴ Revista eletrônica *Critica and radical social work*. Disponível em <<https://socialworkfuture.org/>>. Cf. *Critical and Radical Social Work. An International Journal*. Disponível em <<https://policy.bristoluniversitypress.co.uk/journals/critical-and-radical-social-work>>. Acesso em 15 de Janeiro de 2022.

Igreja Evangélica e da classe dominante (MARTINELLI, 2009:83).

Essa experiência colaborativa entre burguesia, Igreja e Estado para o “enfrentamento” das manifestações da “questão social” na Inglaterra tornou-se referência para os países capitalistas industrializados, tanto na Europa quanto na América do Norte, como é o caso dos EUA. E, conforme contextualiza Martinelli (2009),

A expansão do número de agentes foi notável no último terço do século XIX, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, é verdade que alimentando-se da acumulação da pobreza, da generalização da miséria. Ao iniciar-se o século XX, o Serviço Social estava presente na maior parte dos países europeus e também nos Estados Unidos, contando já com inúmeras sedes da Sociedade de Organização da Caridade (MARTINELLI, 2009:91).

Além do exemplo prático, a Sociedade de Organização da Caridade constituiu-se como instituição promotora de novos agentes sociais voluntários – porém, devidamente capacitados técnica e teoricamente – para atuar na assistência social, tendo em vista o agravamento das expressões da “questão social” e a necessidade de desenvolver formas cada vez mais aperfeiçoadas e efetivas de seu “enfrentamento”. Conforme explica Martinelli:

Nessa fase final do século XIX, a preocupação com a qualificação dos agentes profissionais era geral nas Sociedades de Organização da Caridade, tanto da europeia quanto da americana, uma vez que seu número crescera muito e tornava imperioso capacitá-los para o enfrentamento da ‘questão social’ [...] (MARTINELLI, 2009:106).

Nesse sentido, as Sociedades de Organização da Caridade romperam as fronteiras inglesas para expandir suas práticas na sociedade estadunidense, sendo requeridas pela burguesia para reproduzir cursos no âmbito da “formação de visitantes sociais voluntários”, surgindo e rapidamente se expandindo, tanto na Europa quanto nos EUA, a criação de escolas de Serviço Social (MARTINELLI, 2009, p. 104).

No nível de graduação, a primeira escola de Serviço Social foi criada em 1897, em Nova Iorque. Porém, conforme Pereira (2019), só em 1940 foi incorporada à Universidade de Columbia como curso de graduação. Conforme Ahearn Jr., “os estudantes tinham aulas no próprio terreno de intervenção com especialistas, visitavam hospitais, prisões, lares e outras instituições públicas a fim de contactar diretamente com a prática” (AHEARN JR, 2014, p. 117). Esses primeiros pilares da formação em Serviço Social estadunidense permanecem vigentes até os dias atuais, como expressão da articulação entre experiência prática e teoria.

Em 1952, foi criado nos Estados Unidos o *Council on Social Work Education* (CSWE), que consiste numa associação nacional de mais de 750 programas de bacharelado e de mestrado credenciados em Serviço Social e avaliados pela Comissão de Acreditação (COA) da CSWE. Essa é a única agência de credenciamento para a educação em Serviço Social nos Estados

Unidos e em seus territórios. Segundo a CSWE, até fevereiro de 2022, existiam 542 programas de bacharelado e 309 programas de mestrado credenciados em Serviço Social nos EUA¹⁵.

Dados apresentados pelo Relatório sobre o Panorama da Educação Doutoral em Serviço Social (2021), produzido pelo CSWE¹⁶ e pelo *Group for the Advancement of Doctoral Education in Social Work* (GADE)¹⁷, mostram que em 2019 havia 469 programas de graduação em Serviço Social ofertados nos formatos de ensino presencial, híbrido e on-line. Dos 56.530 alunos matriculados, 64,4% eram jovens com menos de 24 anos, mais de 85% eram mulheres, e mais de 70% estudavam em instituições públicas.

A graduação ou o *Bachelor's Social Workers* (BSW) é o requisito mais comum para cargos administrativos de nível iniciante, podendo se qualificar para outros empregos que requerem apenas o bacharelado em áreas correlacionadas, como políticas públicas e serviços sociais, Psicologia ou Ciências Sociais. Assim como no Brasil, o licenciamento é obrigatório para todos que desejam exercer a profissão. Contudo, segundo as informações da *Association of Social Work Boards* (ASWB)¹⁸, nos EUA, há diversas categorias de licenciamento, considerando os diferentes escopos de prática, que variam conforme a autonomia legislativa dos estados ou das províncias. A ASWB é a instituição que rege os requisitos de licenciamento operacionalizados pelos estados e subsidia os assistentes sociais nas questões referentes aos regulamentos para o exercício profissional. Vale ressaltar ainda que a licença profissional deve ser renovada regularmente, a cada um ou dois anos.

Para exemplificar os requisitos de licenciamento exigidos para uma determinada prática, quem deseja atuar como assistente social clínico licenciado (LCSW) deve atender aos seguintes critérios: ter idade mínima de 21 anos; apresentar bom caráter moral; ter título de mestre em Serviço Social (MSW) com pelo menos 12 horas semestrais de cursos clínicos; comprovar mínimo de três anos de experiência clínica supervisionada pós-mestrado (MSW) em diagnóstico, psicoterapia e planejamento de tratamento baseado em avaliação aceitável; atender

¹⁵ Dados disponíveis em: <https://www.cswe.org/accreditation/>. Acesso em: 18 fev. 2022.

¹⁶ Desde 1952, o Conselho de Educação em Serviço Social (CSWE) realiza um censo anual, por meio de fonte primária de informação, sobre estudantes e Programas de Serviço Social. Relatório de 2019: “*Statistics on Social Work Education in the United States: Summary of the CSWE Annual Survey of Social Work Programs*”. Disponível em: <https://www.cswe.org/research-statistics/annual-survey-of-social-work-programs/>. Acesso em: 15 jan. 2022.

¹⁷ *Group for the Advancement of Doctoral Education in Social Work* (GADE) é uma organização de promoção e formação de investigação de doutoramento no domínio do serviço social, criada em 1982.

¹⁸ A *Association of Social Work Boards* (ASWB) é o órgão responsável por fornecer suporte e serviços aos conselhos profissionais reguladores da prática profissional em Serviço Social, com vistas a “promover práticas seguras, competentes e éticas para fortalecer a proteção pública”. Trata-se de uma organização sem fins lucrativos responsável por sugerir requisitos reguladores do exercício profissional aos conselhos profissionais das diferentes jurisdições estadunidenses, bem como elaborar e aplicar os testes de licenciamento em Serviço Social. Mais informações em: <https://www.aswb.org/>. Acesso em: 21 nov. 2021.

aos requisitos de exames clínicos; e completar o curso ou o treinamento na identificação e na denúncia de abuso infantil oferecido por um provedor aprovado pelo estado de Nova Iorque.

Dentre as diferentes atribuições da ASWB, destaca-se o papel do Comitê de Regulamentação e Padrões da ASWB¹⁹, que é responsável por revisar e recomendar políticas e ações focadas nas “melhores práticas” de regulamentação do Serviço Social, por meio da Lei Modelo de Prática de Serviço Social. Essa lei “estabelece padrões de competência mínima em Serviço Social, métodos de tratamento justo e objetivo de reclamações de consumidores e meios de remover profissionais incompetentes e/ou antiéticos da prática”, tendo em vista, segundo a ASWB, a prioridade em proteger o público atendido pelos assistentes sociais.

No nível da pós-graduação, encontram-se os cursos de mestrado e doutorado em Serviço Social. O Mestrado em Serviço Social (MSW) é ofertado nas modalidades presencial, on-line e híbrido. No relatório 2019²⁰ da *Council on Social Work Education (CSWE)*, entidade citada anteriormente, dos 68.793 alunos matriculados em programas de mestrado, mais de 53% tinham menos de 30 anos e 85,6% eram do sexo feminino.

Os cursos de doutoramento em Serviço Social surgem nos EUA a partir de 1947. Dados recentes apresentados no Relatório do Panorama Atual da Educação Doutoral em Trabalho Social (2021)²¹, produzido pela CSWE em parceria com o Gade, refletem o cenário atual da educação em nível de doutorado em Serviço Social nos EUA, considerando as tendências em matrículas nos cursos de doutorado acadêmico e profissional, as ofertas dos programas, o perfil de gênero e étnico-racial dos estudantes, dentre outros aspectos. Segundo esse mesmo relatório, houve um crescimento de 39% de alunos matriculados nos cursos de doutorado – passando de 2.545 em 2014 para 3.421 em 2019.

Quanto ao tipo de doutorado, há duas possibilidades, o *practice e o research*, os quais equivalem no Brasil, respectivamente, aos chamados “profissional” e “acadêmico”. Conforme o Relatório CSWE/Gade, em 2019 existiam 80 programas de doutorados acadêmicos e 18 programas de doutorado profissional. Contudo, os programas de doutorado profissional apresentaram um crescimento expressivo de 260% entre 2014 e 2019, enquanto o doutorado acadêmico cresceu apenas 6,7% no mesmo período.

¹⁹ O ASWB *Model Social Work Practice Act* é o instrumento utilizado para fiscalizar as práticas do exercício profissional e sua regulamentação. Disponível em < <https://www.aswb.org/regulation/spotlight-on-regulation/> >

²⁰ Tomamos como referência os dados de 2019, pois em 2021 a pesquisa sofreu impactos da pandemia do COVID-19 e apenas 130 programas de mestrado responderam ao questionário, o que representa apenas 39,9% do total de programas. Ainda assim vale a pena conferir os dados disponíveis em < <https://www.cswe.org/Research-Statistics> > Acesso em 15 de Janeiro de 2022.

²¹ CSWE/Gade. *Report on the Current Landscape of Doctoral Education in Social Work 2021*. Disponível em: [https://www.cswe.org/getattachment/Research-Statistics/CSWE-GADE-Report-on-the-Current-Landscape-of-Doctoral-Education-in-Social-Work2-\(1\).pdf](https://www.cswe.org/getattachment/Research-Statistics/CSWE-GADE-Report-on-the-Current-Landscape-of-Doctoral-Education-in-Social-Work2-(1).pdf) Acesso em: 25 nov. 2021.

Quanto ao gênero, há uma maioria expressiva de mulheres em ambas modalidades de doutorado: nos acadêmicos, 73% são de estudantes mulheres, e no profissional elas totalizam 82,8%. Quanto ao perfil étnico-racial, há uma proporção maior de estudantes afro-americanos/negros (35,8%) nos programas de doutorado profissional, enquanto 46% dos estudantes brancos estão nos programas de doutorado acadêmico; já os estudantes asiáticos têm três vezes mais probabilidade de se inscrever em programas de doutorado acadêmico.

Os dados do relatório de estatísticas sobre a educação em Serviço Social nos EUA em 2020 revelam que o processo de endividamento dos estudantes, tanto na graduação quanto na pós-graduação, é crescente. As dívidas de empréstimos representam US\$ 47.965 no mestrado e US\$ 27.264 na graduação. De acordo com a reportagem da *BBC News Mundo*²², em 2020, a média da dívida federal dos estudantes era de US\$ 34 mil²³, configurando a segunda principal causa de endividamento das famílias estadunidenses, atrás apenas das hipotecas de imóveis.

Em 2019, a dívida de financiamento estudantil representava 7,5% do PIB americano²⁴. Conforme Nascimento e Resende (2018), o sistema de financiamento estudantil estadunidense consiste em uma complexa teia de empréstimos e bolsas, com gratuidade em poucas instituições de ensino públicas e somente para alunos elegíveis. A dívida estudantil, em muitos casos, pode durar até 20 anos após a formação do estudante, sendo substituída por uma dívida tributária.

Quando discriminados por tipo de instituição, o Relatório CSWE/Gade destaca que a maioria dos estudantes dos programas de doutorado profissional está nas instituições privadas, totalizando 82,3% – sendo 43,3% em instituições com fins lucrativos e 39% em instituições privadas não religiosas. Enquanto a maioria dos alunos matriculados nos programas de doutorado acadêmico está nas instituições públicas, totalizando 58,1%.

Quanto ao perfil atual da categoria profissional e ao cenário sócio-ocupacional do Serviço Social estadunidense, apresentaremos a seguir alguns de muitos dados relevantes. Atualmente, os EUA concentram o maior contingente profissional de assistentes sociais do

²² GIL, Tamara. ‘É uma bomba-relógio’: por que cada vez mais universitários têm de pagar dívidas cada vez maiores após se formar nos EUA. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2020/06/28/e-uma-bomba-relogio-por-que-cada-vez-mais-universitarios-tem-de-pagar-dividas-cada-vez-maiores-apos-se-formar-nos-eua.htm?cmpid=copiaecol&cmpid=copiaecol>. Acesso em: 1º nov. 2021.

²³ A situação é, de fato, uma preocupação social para o governo atual, pois, “embora a média da dívida federal dos estudantes seja de US\$ 34 mil, o número de pessoas com uma dívida de pelo menos US\$ 100 mil atingiu 3,2 milhões no segundo trimestre de 2020, 33,3% a mais do que em 2017, segundo dados do governo americano. Além disso, no início deste ano, mais de 270 cidadãos deviam pelo menos US\$ 1 milhão. Esse número era de ‘mais de 100’ em 2018 e apenas 14 há cinco anos [...]”. Conferir mais dados na reportagem indicada na nota anterior.

²⁴ CUNHA, Gabriela da. Crédito estudantil desafia Estados Unidos: haverá perdão da dívida? Disponível em <https://valorinveste.globo.com/educacao-financieira/noticia/2022/03/07/credito-estudantil-desafia-estados-unidos-havera-perdao-da-divida-entenda.ghtml>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2022.

mundo²⁵: são cerca de 700.000 “trabalhadores sociais” – o profissional *social workers* –, conforme dados apresentados no documento 2021 *Blueprint of Federal Social Policy Priorities*²⁶, publicado pela entidade de representação da categoria de assistentes sociais, a *National Association of Social Workers* (NASW), logo após a eleição do presidente Joseph Robinette Biden Jr., em 2020.

O *Occupational Employment and Wage Statistics* (OEWS), empresa que anualmente apresenta as estimativas de empregos e salários para cerca de 800 ocupações profissionais por meio do *Bureau of Labor Statistics* (2020)²⁷, aponta que, em 2020, havia 715.600 postos de trabalho para assistentes sociais, com perspectiva de crescimento de 12% de novas vagas de emprego entre 2020 e 2030, o que equivale a 78,3 mil novas vagas para assistentes sociais na década. Há uma previsão de 16% no crescimento de ofertas de emprego para assistentes sociais até 2026, mais do que o dobro da média nacional para todos os empregos. Ainda segundo essas estatísticas, em 2020, o salário médio anual para assistentes sociais era de \$51.76. As principais áreas de atuação dos assistentes sociais previstas para esse período são: Infância e Educação, Saúde, Saúde Mental e demais áreas.

Dentre outras informações importantes trazidas pelo *Bureau of Labor Statistics*, chamamos a atenção o fator da sobrecarga de trabalho e o processo de adoecimento dos/as assistentes sociais. Nas razões para tal situação, leva-se em consideração a grande demanda de trabalho, como, por exemplo, nas seguintes situações: os assistentes sociais da educação não são lotados em uma única escola, sendo distribuídos em várias instituições de um distrito; o atendimento pode ser on-line, tanto individual como coletivo, por meio de videoconferência ou por chamada de celular, mesmo antes da pandemia de Covid-19. Sobre o horário de trabalho, observa-se que a maioria trabalha integralmente, inclusive à noite, nos fins de semana e feriados (forma de plantão); quanto ao processo de adoecimento, os/as assistentes sociais têm uma das taxas mais altas de lesões e de doenças entre todas as demais ocupações.

²⁵ Atualmente, o Brasil ocupa o segundo lugar no mundo em quantitativo de assistentes sociais, de acordo com os dados do Conselho Federal de Serviço Social (Cfess). Até janeiro de 2021, havia 202.744 mil profissionais com inscrições ativas nos conselhos regionais de Serviço Social. Fonte: Implanta/ Cadastro dos CRESS, janeiro de 2021.

²⁶ O referido Plano de Prioridades propõe ações significativas que o governo Biden-Harris e o Congresso devem tomar para enfrentar a crise causada pela Covid-19. Conferir em: <https://www.socialworkers.org/News/News-Releases/ID/2276/NASW-releases-its-2021-Blueprint-of-Federal-Social-Policy-Priorities>. Acesso em: 25 nov. 2021.

²⁷ *Bureau of Labor Statistics, US Department of Labor, Occupational Outlook Handbook, Social Workers*. 2020. Disponível em: <https://www.bls.gov/ooh/community-and-social-service/social-workers.htm>. Acesso em: 21 nov. 2021.

A relação entre o Serviço Social estadunidense e o Serviço Social brasileiro: da influência conservadora à “intenção de ruptura”

A influência do Serviço Social estadunidense no Serviço Social brasileiro perpassa, conforme Martinelli (2009), pela política de dominação e pela consolidação da hegemonia americana sobre o continente, no contexto da Guerra Fria.

Com o fim da 2ª Guerra Mundial, o mundo é dividido em dois blocos: de um lado, os EUA (capitalista); do outro, a União da República Socialista Soviética – URSS (comunista). Esse período, conhecido como Guerra Fria (1947-1991), representou a tensão geopolítica entre esses dois países e seus respectivos aliados. Os EUA, em nome da contenção do comunismo, ampliam sua dominação e sua hegemonia ideológica, cultural e política em diversas partes do mundo, inclusive na América Latina, por meio de acordos bilaterais. É nesse contexto que se estreitam os laços entre Brasil e EUA, mediante a internacionalização da economia por meio da política desenvolvimentista, franqueada ao capital estrangeiro sob dupla modalidade: de empréstimos e de investimentos diretos. O imperialismo estadunidense passa a ter maior influência política, ideológica e cultural na sociedade brasileira.

Um dos reflexos dessa política de dominação estadunidense no Brasil foi a aproximação do Serviço Social brasileiro das intelectuais e da perspectiva teórica e metodológica do Serviço Social estadunidense, por meio de um programa de intercâmbio cultural dos EUA com o Brasil. Conforme Martinelli, “através de tal intercâmbio instalava-se um canal que lhe permitia repassar a ideologia subjacente na metodologia de seus programas, além de facilitar o tráfico de influência em relação à profissão, que contava com pouco mais de um decênio de existência no Brasil” (MARTINELLI, 2009, p. 133).

Segundo Martinelli (2009), após a 2ª Guerra Mundial, frente à "voracidade expansionista americana", houve um imperativo ao Serviço Social estadunidense por “estratégias mais ágeis e capazes de gerar resultados mais rápidos”, sendo necessária a ampliação do método de abordagem profissional para a perspectiva do “desenvolvimento de comunidade”.

A herança estadunidense acadêmica, tradicional e de produção de conhecimentos, que priorizava a dimensão técnica-operativa com base no positivismo e no funcionalismo, perdurou de 1965 a 1975, quando passou a ser questionada pelo protagonismo do Movimento de Reconceituação do Serviço Social no cenário latino-americano²⁸ (ABEPSS, 2017). Esse

²⁸ O Movimento de Reconceituação foi um movimento latino-americano deflagrado no interior da profissão a partir dos anos 1960, com o protagonismo de assistentes sociais principalmente do Chile, da Argentina, do Peru e do Uruguai, mas com incidência também no Brasil (FALEIROS, 1981). Expressou um rico processo de autocrítica quanto ao papel e às finalidades da intervenção de assistentes sociais, associado ao questionamento crítico da

movimento possibilitou a reflexão político-ideológica quanto à existência de lados antagônicos – duas classes sociais em oposição: dominantes e dominadas. Essa apreensão teórico-política abriu a possibilidade de articulação e de compromisso profissional com o projeto societário de uma das classes, dando início ao debate coletivo sobre a dimensão política da profissão. Tal direção constituiu-se na perspectiva de “intenção de ruptura” com o Serviço Social tradicional e conservador, bem como na possibilidade de construção de uma nova identidade profissional voltada aos interesses e às demandas da classe trabalhadora (NETTO, 2009).

O Movimento de Reconceituação do Serviço Social Latino-Americano – ainda que gerando distintos desdobramentos e assumindo as contradições e as particularidades sociais de cada país – consistiu num significativo processo de renovação profissional, a partir dos anos 1960. A Reconceituação deflagrou um importante e amplo movimento de crítica ao “Serviço Social Tradicional” no cenário sócio-histórico mais amplo da dominação imperialista estadunidense na região, pela via da instauração de regimes ditatoriais em diferentes países da América Latina (SILVA E SILVA, 1995).

Os rebatimentos da Reconceituação no Serviço Social brasileiro – do qual resultaram diferentes tendências teórico-metodológicas (NETTO, 2009) – foram decisivos no processo de questionamento e de consolidação da crítica ao tradicionalismo profissional, pois “inaugurou, com suas referências críticas, o debate teórico e o incentivo à qualificação acadêmica e à pesquisa, expressando a primeira articulação em torno de um projeto de formação profissional crítico” (ABEPSS, 2017, p. 2).

Esse projeto profissional, afirmador de um sentido político baseado na crítica ao capitalismo, tem suas raízes históricas nos intensos e nos fecundos debates que marcaram o “processo de renovação”²⁹ do Serviço Social brasileiro entre os anos 1960 e 1980. Essas discussões propiciaram um rico e diverso campo de formulações teóricas sobre o significado histórico, a concepção teórico-metodológica e as implicações prático-interventivas do Serviço Social, tendo em vista seus objetivos profissionais (IAMAMOTO; CARVALHO, 1988; MARTINELLI, 2009; NETTO, 2009).

Esse processo resultou de uma conjuntura histórica que “entrecruzou” dialeticamente fatores externos à profissão – estágio global de desenvolvimento do capitalismo e a dinâmica

realidade social derivada das relações capitalistas, no contexto sócio-histórico de regimes ditatoriais instaurados em vários países da América Latina, incluindo o Brasil. A Reconceituação promoveu e sistematizou importantes debates, emergindo de tal processo análises e teorizações de crítica ao positivismo e ao funcionalismo, ainda que sob matizes distintas, destacando-se as fundamentações de base marxista e as de base desenvolvimentista.

²⁹ O processo chamado “Renovação do Serviço Social brasileiro” é, pois, “uma resposta construída pelos assistentes sociais na rede de relações que se entrecruzam na interação profissionalidade-sociedade” (NETTO, 2009, p. 8, grifo do autor).

totalizante do capital na particularidade da formação social brasileira e da configuração de um “novo padrão de acumulação”, no contexto político-institucional da “autocracia burguesa” – que implicaram fatores internos, concernentes às especificidades da “realidade profissional”, considerando também o acúmulo histórico em termos da práxis profissional do Serviço Social (NETTO, 2009)

Um longo caminho foi percorrido (não linear e tampouco homogêneo)³⁰ até a construção do projeto ético-político profissional do Serviço Social brasileiro, de viés crítico, nos anos 1990, que só foi possível a partir do movimento de “ruptura” com o conservadorismo, com a introdução de novas bases teórico-filosóficas, principalmente a concepção crítico-marxista do materialismo histórico e dialético, além do avanço teórico-metodológico da profissão e da aproximação aos movimentos sociais organizados. A introdução do pensamento crítico possibilitou compreender o significado social da profissão e contribuir para a reflexão do sentido da intervenção socioprofissional e, sobretudo, para fundamentar teoricamente a práxis profissional.

Nessa perspectiva, deu-se a reformulação do Código de Ética do Serviço Social Brasileiro (1993)³¹, que buscou expressar a intencionalidade coletiva e o compromisso ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo voltados aos interesses da classe trabalhadora como parte do processo de construção de uma contra-hegemonia, vinculada a um projeto de transformação da sociedade – a qual propõe uma nova ordem social, com vistas à equidade e à justiça social, numa perspectiva de universalização dos acessos aos bens e aos serviços relativos às políticas sociais. Conforme Netto,

[...] o projeto ético-político do Serviço Social tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais (NETTO, 1999:104).

Considerando essa processualidade da renovação profissional, podemos afirmar que o

³⁰ Importante destacar que, embora o atual projeto ético-político profissional seja hegemônico, em especial a partir das entidades representativas que “dão” a direção político-organizativa e formativa para o Serviço Social brasileiro, ele, de um lado, incorpora a pluralidade de reflexões consubstanciadas na perspectiva teórico-metodológica de crítica ao capitalismo e ao conservadorismo na profissão; de outro, não implicou a extinção das perspectivas “modernizantes” ou conservadoras no seio da categoria profissional. Assim como há projetos societários em disputa na totalidade social, também há disputas no interior da profissão.

³¹ O Código de Ética Profissional, de 1993, foi instituído pela Resolução nº 273/93 do Conselho Federal de Serviço Social (Cfess). “Ele é expressão da renovação e do amadurecimento teórico-político do Serviço Social e evidencia, em seus princípios fundamentais, o compromisso ético-político com todos os trabalhadores e trabalhadoras”. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 21 nov. 2021. Em 2012, o Cfess lançou o Código de Ética Comentado, elaborado por Maria Lucia Silva Barroco e Sylvia Helena Terra e publicado pela editora Cortez. O livro traz uma reflexão teórica e política e aponta os fundamentos sócio-históricos e ontológicos da sua materialização numa perspectiva de ética libertária e anticapitalista.

Serviço Social brasileiro questionou, significativamente, os fundamentos filosóficos e teórico-metodológicos de viés tradicionalista-conservador, que orientaram a atuação profissional desde as origens até os anos 1970, tanto em relação à matriz europeia quanto à matriz estadunidense, as quais, articuladamente configuraram uma categoria prático-interventiva alheia às contradições geradas pela relação antagônica capital-trabalho e, portanto, funcional aos interesses das classes dominantes. A “superação dialética” do conservadorismo alcançada pela vertente crítico-marxista representou a consolidação da renovação crítica, tanto na produção de conhecimento em Serviço Social quanto na institucionalização da categoria profissional.

No entanto, não devem ser desconsiderados os desafios contínuos – como se vê na atual conjuntura sociopolítica brasileira – para garantir a direção crítica da profissão no país. Isso porque o conservadorismo na profissão não é um elemento oriundo apenas de fatores externos, passíveis de serem confrontados – como as influências ideoteóricas da diversidade das correntes teóricas (funcionalistas, positivistas, pós-modernistas etc), mas, fundamentalmente, é um elemento inerente à constituição ontológica do Serviço Social como profissão, dado seu papel na divisão sociotécnica do trabalho no sistema do capital (SANTOS, 2007).

Logo, o “fantasma” do conservadorismo não sumiu. Pelo contrário, há um leque de determinações que têm configurado a reaproximação com o Serviço Social estadunidense, a exemplo das reivindicações de assistentes sociais dirigidas às entidades regulamentadoras do Serviço Social brasileiro para a validação do Serviço Social clínico ou das práticas terapêuticas. Desde 1996 são realizados debates, análises e reflexões sobre o tema, e, em 2010, o Cfess apresentou a Resolução 569, de 25 de março de 2010, que dispõe sobre “a vedação da realização de terapias associadas ao título e/ou ao exercício profissional do assistente social”. Essa resolução reconhece que há o pluralismo do pensamento no seio da profissão, entretanto, reafirma a construção histórica de ruptura com o conservadorismo e “suas vertentes iniciais psicologizantes e estrutural-funcionalistas, cujos princípios norteadores segmentavam metodologicamente a profissão em Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade” (CFESS, 2010, p. 4).

Outro aspecto presente no Serviço Social estadunidense e que tem se propagado atualmente no Brasil é o retorno da tecnificação do fazer profissional. A dinâmica cultural da pós-modernidade, inserida, inclusive, na academia, somada à intensificação das contradições do capitalismo, com a retração das políticas públicas e a reconfiguração do seu alcance social no âmbito da “reforma” do Estado – adequando-se aos ditames neoliberais –, tem exigido “novas habilidades profissionais e [no sentido de] dificultar a difusão de alternativas críticas no interior do Serviço Social contemporâneo” (MARANHÃO, 2016, p 193).

Maranhão (2016) aponta ainda que há uma crescente tendência da supervalorização do conhecimento prático imediato para atuação profissional, com a busca de respostas imediatas para as questões imediatas, intervindo apenas na superficialidade cotidiana dos fenômenos sociais, em detrimento dos aspectos estruturais e da totalidade social. Essa onda de sobrevalorização da tecnicidade vai na contramão da perspectiva crítico-dialética orientadora da formação profissional.

Conforme os pressupostos apresentados anteriormente, convém reafirmar que o significado sócio-histórico da profissão não é produto da mera vontade dos agentes profissionais, ainda que estes busquem meios para incidir conscientemente na direção política de sua ação profissional, nos limites de sua “autonomia relativa” (IAMAMOTO, 2009, 2011). Dessa forma, busca-se superar, ainda que parcialmente, a alienação da identidade profissional tradicionalmente atribuída por diferentes atores sociais, vinculada à “ilusão do servir” (MARTINELLI, 2009), no sentido do reconhecimento de uma práxis profissional situada nas disputas de classe e politicamente orientada aos interesses da classe trabalhadora.

Considerações finais

Analisar a configuração histórica do Serviço Social, em qualquer formação social, pressupõe apreender e analisar a dinâmica do modo de produção capitalista – tanto em suas leis gerais quanto em suas particularidades históricas e específicas configurações sociais em cada país. Logo, requer apreender as múltiplas determinações que fizeram emergir uma prática social diferenciada, que se desenvolve processualmente até constituir-se como uma profissão, com significado próprio no conjunto das práticas sociais criadas ou reconfiguradas no capitalismo e, mais especificamente, que se vinculam ao fenômeno da “questão social”.

Com base na relação dialética entre o universal e o particular, compreender, de um lado, as determinações gerais do Serviço Social e, de outro, as caracterizações específicas do Serviço Social nos EUA na atualidade – uma vez que se trata da maior potência imperialista, com atualizados projetos de dominação sobre as economias dependentes da América Latina e de outros continentes – pode lançar luz para o entendimento dos elos do passado-presente entre o Serviço Social brasileiro e as influências teórico-metodológicas estadunidenses em curso.

Assim, a influência do Serviço Social estadunidense sobre o Serviço Social brasileiro – que, a nosso ver, não ficou apenas no passado – pode ser melhor compreendida a partir da base material da sociedade, ou seja, da estrutura econômica e das circunstâncias históricas que caracterizam a relação entre os dois países e sustentam, ainda na contemporaneidade, a hegemonização das perspectivas profissionais de caráter conservador no Serviço Social

estadunidense, frente às perspectivas críticas coexistentes.

Os Estados Unidos da América têm construído sua autoimagem mundialmente de superpotência imperialista com seus projetos de dominação política e ideológica, a partir dos quais garante a exploração econômica dos países da periferia do capital, impondo aos governos a implementação de políticas neoliberais, bem como contribuindo com a perseguição aos projetos nacionais de governos progressistas ou de esquerda.

No Brasil, a hegemonia do imperialismo americano se expressa pela subordinação ideológica, política e econômica do governo brasileiro aos interesses do grande capital financeirizado, adotando projetos políticos funcionais à ordem capitalista e imperialista dos EUA.

Consideramos que esses projetos têm incidência direta ou indireta na formação e no fazer profissional, uma vez que as mudanças no padrão de acumulação de capital exigem, inevitavelmente, a reconfiguração do Estado e, por conseguinte, das políticas sociais – base de sustentação funcional-ocupacional do Serviço Social (MONTAÑO, 1997) –, como tem sido explícito nas políticas governamentais de viés neoliberal. Portanto, é imperativo estarmos atentos e atentas às influências das correntes educacionais e profissionais estadunidenses sobre as políticas públicas brasileiras na contemporaneidade, a exemplo da expansão acelerada nos últimos anos das modalidades de Educação a Distância (EAD), o crescente processo de financeirização da educação, os programas de pós-graduação aligeirados para atender aos ditames do chamado “mercado de trabalho” e as “metodologias” tecnicistas, focalistas e individualizantes como resposta às refrações da “questão social”, colidindo diretamente com o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro.

Temos a convicção de que há uma pluralidade ideológica e teórica, própria da diversidade da qual é formado o Serviço Social no mundo, e correspondente à dinâmica viva e contraditória das relações de classes antagônicas. Bem como se reconhecem as preocupações profissionais com o aprimoramento intelectual, baseado na qualificação acadêmica. Contudo, o real compromisso com os interesses da classe trabalhadora exigem uma ação profissional alicerçada em concepções teórico-metodológicas de crítica à sociabilidade capitalista, tendo em vista a concretização de um projeto ético-político, e vinculada ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero, em que a categoria profissional de assistentes sociais representa “apenas” um dos sujeitos políticos no conjunto da classe trabalhadora.

Portanto, conhecer a realidade contemporânea do Serviço Social estadunidense é fundamental para refletirmos sobre as ameaças e sobre os desafios postos ao projeto ético-

político profissional do Serviço Social brasileiro. Esses desafios não são novidades nos debates e nas formulações teóricas da profissão na realidade brasileira. Contudo, a questão é: quais as possibilidades e as estratégias profissionais de resistência que podem fazer frente aos novos avanços das ideologias e das correntes teóricas neoconservadoras e reacionárias que têm marcado gravemente a sociedade brasileira na atualidade?

Referências

- AHEARN, Frederick L. *Cem anos de trabalho social nos Estados Unidos*. Intervenção Social, n.22, Universidades Lusíadas, 2014. Disponível em: <<http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/is/article/view/1003>>. Acesso em: 12 fev. 2022.
- ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social). Contribuição da ABEPSS para o fortalecimento dos programas de Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil. 2017. Disponível em: <<https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/contribuicao-da-abepss-para-o-fortalecimento-dos-programas--de-pos-revisto-201703241351072223440.pdf>> Acesso em: 2 jan. 2022.
- BAILEY, R.; BRAKE, M. *Radical Social Work*. New York: Pantheon, 1975.
- BAILEY, R.; BRAKE, M. Contributions to a radical practice in Social Work. In: BAILEY, R.; BRAKE, M (ed.). *Radical Social Work and practice*. London: Edward Arnold, 1980.
- BRANCO, F. A "sociatria" em Jane Addams e Mary Richmond. *Locus Social*, n.5, Lisboa, 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.34632/locussocial.2010.10172>> Acesso em: 27 nov. 2021.
- COSTA, G. M. Revisitando o Serviço Social clássico. *Em Pauta, Rio de Janeiro*, v. 15. n. 40, p.166-180, jul./dez. 2017. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/32747>> Acesso em: 27 de nov. 2021.
- CFESS (Conselho Federal de Serviço Social). *Serviço Social e Reflexões Críticas sobre Práticas Terapêuticas*. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/doc_CFESS_Terapias_e_SS_2010.pdf> Acesso em: 30 nov. 2021.
- DINIZ, Tânia M. R. de G. *O Serviço Social brasileiro no cenário mundial: o desafio da interlocução com as organizações internacionais*. *Libertas, Juiz de Fora*, v.19, n.2, p.325-341, ago./dez. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/29030>> Acesso em: 27 nov. 2021.
- FALEIROS, V. de P. *Metodologia e Ideologia do Trabalho Social*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1981.
- FERGUSON, I. 'Another Social Work is Possible!' Reclaiming the Radical Tradition. In: LESKOSEK, Vesna. *Theories and methods of Social Work: exploring different perspectives*. Ljubljana: Faculty of Social Work, 2009.
- FERGUSON, I.; WOODWARD, R. *Radical Social Work in practice*. Bristol: Policy Press, 2009.
- FERGUSON, I.; IOAKIMIDIS, V.; LAVALETTE. M. *Global Social Work in a Political Context: Radical Perspectives*. Grã-Bretanha, 2018.
- IAMAMOTO, Marilda V. *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social*. Ensaios críticos. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- _____. *A questão social no capitalismo*. Temporalis, Brasília, n. 3, 2004.
- _____. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 18ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

- _____. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 6ª. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul de. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 35ª ed. São Paulo: Cortez/CELATS, 1988.
- IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. (org.). *A História pelo Averso: a reconceitualização do Serviço Social na América Latina e Interloquções internacionais*. São Paulo: Cortez, 2021.
- MARTINELLI, M. Lúcia. *Serviço Social Identidade e alienação*. São Paulo: Cortez, 2009.
- MARANHÃO, Cesar. Uma peleja teórica e histórica: Serviço Social, sincretismo e conservadorismo. In: MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Angela (org.). *Cenários, contradições e pelejas do Serviço Social brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2016.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MONTAÑO, Carlos. *O Serviço Social frente ao neoliberalismo: mudanças na sua base de sustentação funcional-ocupacional*. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n.53, 1997.
- _____. *A Natureza do Serviço Social: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução*, 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- NASCIMENTO, P. M.; RESENDE, M. V. A. *Financiamento estudantil na Austrália e nos Estados Unidos: Lições para o Brasil*. *Radar, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*, Brasília, n.58, dez. 2018. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8837/1/Radar_n58_financiamento_estudantil.pdf> Acesso em: 15 jan. 2022.
- NETTO, J. P. Nota do tradutor. In: CELATS. *Serviço Social Crítico: problemas e perspectivas*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1991.
- _____. *A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. Capacitação em Serviço Social e política social – Módulo 1: Crise Contemporânea, questão social e Serviço Social*. Brasília: CEAD, 1999.
- _____. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- _____. *Didadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. 13ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- NETTO, J. P.; BRAZ, Marcelo. *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2006.
- POZO, Javier Segura del. *El movimiento Settlement: de la caridad al activismo social*. 2021. Disponível em: <<https://saludpublicayotrasdudas.wordpress.com/2021/04/18/el-movimiento-settlement-1-de-la-caridad-al-activismo-social/>>. Acesso em: 15 jan. 2022.
- PEREIRA, Mariana F. de C. *A influência norte-americana no Serviço Social: formação histórica e rebatimentos contemporâneos*. *Serviço Social em Debate*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p.94-11, 2019.
- PEREIRA, Potyara A. P. *Serviço Social: um enfant terrible na institucionalidade burguesa?* *Serviço Social e Sociedade*, n. 127, p. 413-429, set./dez. 2016.
- SANTOS, Josiane Soares. *Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2007.
- SILVA E SILVA, M. Ozanira da. *O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura*. São Paulo: Cortez, 1995.
- STEYAERT, Jean. *1975 Radical Social Work: Refocusing social work, seeing more than the individual*. 2019. Disponível em: <<https://historyofsocialwork.org/eng/details.php?cps=26&id=166>> Acesso em: 5 jan. 2022.
- TRINDADE, R. L. Prêdes. *Desvendando as determinações sócio-históricas do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na articulação entre demandas sociais e projetos profissionais*. *Temporalis*, n. 4, Ano II, jul./dez.2001.

Serviço Social internacional e ditaduras notas sobre o surgimento e a institucionalização do Serviço Social no Brasil e na Espanha sob o contexto ditatorial

International social work and dictatorships notes on the emergence and institutionalization of social work in Brazil and Spain under the dictatorial context

André Luciano da Silva*

Resumo: A emergência e a institucionalização do Serviço Social no Brasil e na Espanha guardam aspectos similares como o fato das primeiras escolas de Serviço Social nestes países surgirem sob a influência e orientação política e ideológica da ação católica e serem formadas majoritariamente por mulheres das classes dominantes. Contudo, outro elemento presente é o de que tais instituições foram criadas em períodos ditatoriais ou pré-ditatoriais; fator esse que também impactou no perfil profissional. Posto isso, e através de uma pesquisa bibliográfica, na perspectiva da teoria social crítica, este artigo objetiva tecer algumas notas sobre os rumos e particularidades da emergência e da institucionalização do Serviço Social no Brasil e na Espanha durante os seus respectivos períodos ditatoriais. Evidenciando as diferenças e as similitudes entre as duas experiências; elementos importantes para compreender a História da profissão nestes países.

Palavras-chaves: serviço social internacional; ditadura; Brasil; Espanha.

Abstract: The emergence and institutionalization of Social Work in Brazil and Spain have similar aspects, such as the fact that the first Social Work schools in these countries emerged under the influence and political and ideological orientation of Catholic action and were formed mostly by women from the dominant classes. However, another element present is that such institutions were created in dictatorial or pre-dictatorial periods; This factor also impacted the professional profile. That said, and through bibliographical research, this article aims to make some notes on the directions and particularities of the emergence and institutionalization of Social Work in Brazil and Spain during their respective dictatorial periods. Evidencing the differences and similarities between the two experiences; important elements to understand the history of the profession in these countries.

Keywords: international social service; dictatorship; Brazil; Spain.

Recebido em: 02/02/2022
Aprovado em: 05/05/2022



© O(s) Autor(es). 2018 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

* Graduado em Serviço Social (UFAL), aperfeiçoamento em Tecnologias Digitais na Educação (UFC); especialista em Psicopedagogia e Educação Especial (UniBF); especialista em Assistência Social e Saúde Pública (UniBf); mestre em Serviço Social (PPGSS-UFAL) e doutorando em Serviço Social (PPGSS-UFAL). Funcionário público lotado na Secretaria de Educação do município de Viçosa-AL.

Introdução

O século XX, especialmente nas suas primeiras décadas é o período sócio-histórico onde foi criada a maioria das escolas de Serviço Social pelo globo terrestre¹. Todavia, apesar do século XX ‘abrir as cortinas para o novo’ também possibilitou um ambiente de incertezas e intensas reorganizações políticas, econômicas e ideológicas que refletiram decisivamente nos vários campos do conhecimento, nas várias práxis sociais e profissionais. E com o Serviço Social não foi diferente.

A combinação dos interesses das classes dominantes (da emergente burguesia urbana, que trazia o seu “cavalo de Troia” aos trabalhadores, as fábricas; e da Igreja Católica, que lutava pela retomada de seu poder ideológico sobre a sociedade) e as revoltas da classe operária criaram as condições objetivas e subjetivas decisivas para a implantação de instituições para atenuar as malélicas expressões decorrentes da produção-desumanizada e desumanizante do modo de produzir capitalista. Deste contexto, surgiram as primeiras escolas de Serviço Social – um autêntico produto da relação capital x trabalho. Porém, outro elemento importante a se evidenciar sobre a emergência das primeiras escolas de Serviço Social é que várias delas foram criadas em períodos e contextos ditatoriais ou pré-ditatoriais. Esse é o caso das primeiras escolas no Brasil e na Espanha.

Enquanto no Brasil a ditadura Vargas (1937-1945) intensificava o seu poder através da concessão/conquista para a classe trabalhadora dos direitos trabalhistas e fortalecia, ao mesmo tempo, os desígnios do capital e de suas personificações, utilizando-se inclusive do caráter populista e conciliador de Vargas; na Espanha, a ditadura franquista (1939-1976) se isolava dos demais países europeus, perseguia seus opositores internos e tocava um regime coadunado de princípios paternalistas, nacionalistas, individualistas, machistas e autoritários; utilizando-se das influências político-ideológicas do fasci-nazismo. As primeiras escolas de Serviço Social no Brasil (1936, 1938) e na Espanha (1932, 1939) se gestam neste contexto de efervescência política, econômica, ideológica e ditatorial, que marcaram profundamente os contornos e os direcionamentos do agir profissional, dos sujeitos profissionais, assim como o entendimento do perfil dos usuários. Posto isso, a profissão nestes países tem sua gênese e seu desenvolvimento

¹ Como Simões (apud BRAUNS e KRAMER, 1986) relembra: excetuando Holanda (1899), várias escolas europeias de Serviço Social foram criadas nas primeiras quatro décadas do século XX (França (1907); Inglaterra (1908); Alemanha (1908); Suíça (1908); Suécia (1910); Áustria (1912); Finlândia (1918); Noruega (1920); Bélgica (1920); Espanha (1932); Israel (1934); Irlanda (1934); Portugal (1935); Dinamarca (1937); Grécia (1945); Itália (1945)). Outras foram criadas bem tardiamente como é o caso de Iugoslávia (1953); Turquia (1961); Islândia (1981) e Rússia (1991). Já na América Latina temos: Chile (1925); Argentina (1930); México (1930); Porto Rico (1934); Brasil (1936); Colômbia (1936); Peru (1937); Uruguai (1937); Paraguai (1939); Venezuela (1940); Costa Rica (1942); Cuba (1943); Equador (1945); Bolívia (1946); Panamá (1947); Guatemala (1949); El Salvador (1953); Honduras (1957); Haiti (1957) e Nicarágua (1961).

profissional sobre a égide de uma ditadura que se avizinhava no horizonte bem próximo.

Todavia, assim como Manrique Castro (2003) explica que “o Serviço Social na América Latina não é um mero reflexo do europeu”, da mesma forma, as experiências profissionais que se constituíram no Brasil e na Espanha, sob períodos ditatoriais, também não são idênticas, mas, guardam particularidades e individualidades construtivas que devem ser observadas ao analisar os seus surgimentos, desenvolvimentos e profissionalizações.

Diante de este contexto, o objetivo deste artigo é tecer algumas notas acerca dos desdobramentos e características que as ditaduras provocaram na emergência e institucionalização do Serviço Social nos dois países. Para isso, realizou-se uma pesquisa de cunho bibliográfico em artigos de revistas especializadas e em livros que tratam sobre a emergência e a institucionalização do Serviço Social no Brasil e na Espanha, destacando, especialmente, o período ditatorial nos respectivos países e a constituição da profissão. Os dados são analisados conforme o “método” marxiano, ou seja, evidenciando que as particularidades profissionais são partes movidas e moventes da totalidade; a qual, numa relação dialética, ao mesmo tempo em que possibilita identificar tais experiências profissionais como submissas aos ditames da relação capital x trabalho, permite expor as suas especificidades sócio-históricas. E é mediante essa dialética que nas considerações finais, buscou-se apontar as semelhanças e as particularidades das experiências profissionais nos distintos países sob a regência dos períodos ditatoriais, sem perder de vista a categoria da totalidade.

Ditadura Vargas (1937-1945) e Serviço Social no Brasil: emergência e institucionalização

Quando se fala no Brasil sobre Serviço Social e ditadura logo vem à mente o livro de José Paulo Netto *Ditadura e Serviço Social* (1991a). Contudo, o período sócio-histórico entre 1937 a 1945 também se configura como um período ditatorial no país. Sendo o período de 1930-1936 considerado por vários historiadores como o período de gestação da ditadura Vargas. E foi justamente em 1936, na cidade de São Paulo, no preâmbulo da ditadura varguista, que foi criada a primeira escola de Serviço Social no país.

A era Vargas começa com a dita ‘Revolução de 1930 no Brasil’. Mas como Antônio Carlos Mazzeo (1995) nos evidencia, esta ‘não passou de uma nova divisão do poder entre as classes dominantes no país’, pois, neste período, em plena crise estrutural do capital (1929-1932) e sobre a crise da Política do Café com Leite, o político e advogado gaúcho Getúlio Dornelles Vargas (1882-1954), representante da oligarquia no sul do país, apoiado por uma considerada parcela de militares e das oligarquias paraibana e mineira, concorre à eleição presidencial contra Júlio Prestes, representante da oligarquia do café paulista. Porém, o gaúcho

não vence. Inconformados, a ala vencida depõe o presidente em exercício naquele momento, Washington Luís – representante da oligarquia paulista do café – e após 10 dias uma junta militar direcionava Vargas ao comando do país. O objetivo desta usurpação do poder era criar uma nova assembleia constituinte e realizar novas eleições em seguida, contudo, o que se teve foi o início da era Vargas, primeiro como governo provisório (1930-1934), em seguida como presidente (1934-1937); depois como ditador (1937-1945) e por fim como presidente (1951-1954). (Cf. AMORIM; BILHÃO, 2021).

O período Vargas (1930-1945), apesar de ser marcado pela ampliação de benefícios concedidos/conquistados à/pela classe trabalhadora e pelo caráter populista e conciliador entre as classes, isso não apaga as perseguições políticas, o controle dos sindicatos, os exílios, o combate aos ideais comunistas e socialistas, as medidas para enfraquecer o legislativo, o fechamento do congresso e das assembleias estaduais e municipais, o banimento de todos os partidos políticos e sua ilegalidade, à centralização do poder nas mãos do executivo, o governo através dos decretos-leis e a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP, que servia para divulgar as qualidades do governo e censurar as opiniões contrárias. Assim como não deixa esquecer as nítidas aspirações e inclinações de Vargas aos regimes ditatoriais na Itália e na Alemanha. Sendo em 1937, com a criação do Estado Novo, a implantação da ditadura Vargas no Brasil sobre o pretexto de uma eminente ameaça, uma conspiração comunista em curso (Cf. AMORIM; BILHÃO, 2021).

Segundo a análise sócio-histórica da emergência e institucionalização do Serviço Social no Brasil, realizada por Iamamoto e Carvalho (2009), a profissão surge do contexto de ampliação dos interesses do capital sobre a exploração da vida do trabalhador. E esses interesses se aglutinavam as medidas do governo de combate aos ideais comunistas e socialistas no país.

O crescente êxodo rural e a imigração de trabalhadores europeus para o Brasil, assim como o grande número de pretos libertos e esquecidos às margens da sociedade desde 1888, forneciam ao modo de produção capitalista, em ascensão no país, tanto os braços necessários ao motor produtivo, quanto uma massa de potenciais trabalhadores que desempregados recorriam aos morros para sobreviver – constituindo um exército de reserva de trabalhadores e um dos instrumentos mais poderosos e usuais da burguesia para baixar os salários. Neste ambiente, a miséria, a fome, a pobreza, a mortalidade infantil, as condições insalubres de moradia etc., se expressavam com todas as suas penúrias e não poderiam ser atendidas apenas com repressão ou com assistencialismo eventual como ocorria na Primeira República. No regime de Vargas, o Estado policialesco e repressivo de antes dava lugar a um Estado Novo (1937) que além de punir fisicamente, coagia, controlava e vigiava os trabalhadores através de

suas instituições e de seus novos agentes estatais. (Cf. BEHRING; BOSCHETTI, 2010). Ou seja, não se tratava apenas de coagir fisicamente os corpos, mas também as mentes dos trabalhadores, levando-os a crer que suas condições atuais são resultados das suas escolhas individuais.

É neste contexto, segundo Iamamoto e Carvalho (2009), que as primeiras escolas de Serviço Social no país serão criadas, sob o apelo da organização da ajuda frente aos rastros de miséria e pobreza produzidas pela ampliação da exploração do modo de produzir capitalista. É neste ambiente que a reação católica pôs em prática o seu objetivo: recuperar os privilégios e prerrogativas perdidos com o fim do Império no Brasil. Dessa estratégia política e ideológica da Igreja Católica surgirá o Serviço Social como um departamento especializado da Ação Social, embasado nos preceitos e doutrinas cristãos.

Iamamoto e Carvalho (2009) pontuam ainda que uma das frentes da reação católica no país serão as atividades desenvolvidas pelo Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS), criado em 1932, que promoviam a formação técnica especializada do laicado nos estudos da doutrina social da Igreja. Essa formação objetivava fundamentar a Ação Social e Católica ao mesmo tempo em que buscava mobilizar o seu público e ampliar a influência da doutrina social católica sobre as famílias operárias. Dessas atividades surge, em 1936, a primeira escola de Serviço Social no Brasil, a Escola de Serviço Social de São Paulo. Já no Rio de Janeiro, a formação do Serviço Social terá uma variada fonte de iniciativas. E nesta cidade surgiram muitas escolas especializadas para a formação de assistentes sociais. A Primeira Semana de Ação Social, no Rio de Janeiro, em 1936, é o marco para a introdução do Serviço Social na cidade, sob a iniciativa do Grupo de Ação Social (GAS), também de orientação católica.

Ainda segundo estes autores acima, as tarefas desenvolvidas pelas primeiras assistentes sociais demonstraram-se doutrinárias e eminentemente assistenciais como: realização de atendimento de interessados; visitas domiciliares, distribuições de auxílios, formação moral e doméstica através de cursos etc. E a atuação tinha como público-alvo a família do operário, sobretudo, as mulheres e as crianças.

Todavia, diante das exigências do Estado Novo – exigências estas direcionadas para um modelo corporativista e industrialista, com a defesa da organização do mercado de trabalho, o que implicava na readaptação dos mecanismos de exploração econômica e de dominação política do operariado – os profissionais de Serviço Social (constituído por leigos católicos, em sua maioria mulheres (jovens, oriundas de famílias abastardas, com boa capacidade de comunicação, inteligência, modéstia, bom humor, desprendimento, calma, simpatia, boa

capacidade para convencer e de influenciar) e com maior trânsito entre as famílias e as casas dos trabalhadores mais pobres) serão constantemente requisitados pelo Estado para reproduzir o poder constituído. E isso porque, o perfil cristão-moralizador dos primeiros profissionais auxiliava o projeto societário dominante uma vez que culpabilizava os sujeitos pelas suas condições atuais e naturalizava as desigualdades da sociedade capitalista. Além disso, as encíclicas papais *Rerum Novarum* (1891) e *Quadragesimo Anno* (1931) orientavam a postura ideológica e moralizante dos profissionais à época. Assim, os assistentes sociais ao mesmo tempo em que auxiliavam os trabalhadores, executavam uma função de reprodução do projeto dominante; exercendo um papel de controle social e ideológico sobre a classe trabalhadora. (Cf. IAMAMOTO; CARVALHO, 2009).

Essa postura ideológica e metodológica começa a sofrer mudanças significativas com a forte institucionalização da profissão. Quer dizer, quando os profissionais assumem cargos remunerados dentro da esfera estatal – a exemplo da Legião Brasileira de Assistência Social – LBA (1942), SESC (1942), SENAI (1942), SESI (1946), Fundação Leão XIII (1946), prefeituras e outras instituições – e passam a exercer ações para além dos princípios e requisições da Igreja Católica. A formação técnica especializada dos primeiros assistentes sociais – dividida em “científica”, técnica, moral e doutrinária, que não possuíam metodologias específicas e nem uma teorização das técnicas, o que remetia à ação à própria prática (NETTO, 1991b) – não bastava para atender as novas exigências estatais. Era preciso se aproximar de novas técnicas e profissionalizar a ação.

É neste contexto de institucionalização e de crescente desapego dos ideais confessionais religiosos que o assistente social passa a ser um profissional legítimo dentro da divisão social e técnica do trabalho na sociedade capitalista, recebendo uma remuneração (salário) pelos seus serviços para executar os benefícios junto aos operários, o que faz com que os profissionais percam progressivamente a sua antiga ação para a caridade particular das classes dominantes, para se constituir numa profissão remunerada que atuará para a concretude dos anseios estatais. (Cf. IAMAMOTO; CARVALHO, 2009). Dessa forma, a implantação das grandes instituições sociais e assistenciais no período ditatorial varguista criaram as condições para a legitimação e a institucionalização da profissão e dos profissionais do Serviço Social.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e com a destruição do regime nazista na Alemanha, a ditadura Vargas sofre as suas maiores críticas. Por exemplo, vários políticos, intelectuais e empresários mineiros abertamente exigiam a redemocratização do país, levando o ditador a renunciar antes de sofrer um golpe militar que se anunciava. Vargas foi afastado do poder, contudo não foi exilado, não perdeu seus direitos políticos, tampouco teve

que responder a nenhum processo judicial. Em 1945, foram realizadas eleições livres para o parlamento e para a presidência e Vargas é eleito Senador e com o seu apoio, Eurico Gaspar Dutra, seu ex-ministro da Guerra, é eleito Presidente da República. Em 1951, Vargas volta ao poder agora eleito pelo voto direto como Presidente do Brasil, mandato que exerce até 1954 quando se suicida com um tiro no coração. (Cf. AMORIM; BILHÃO, 2021).

O período pós-ditadura varguista foi importante para o desenvolvimento do Serviço Social brasileiro, pois sobre a ideologia econômica do desenvolvimentismo nacional potencializou a formação profissional através da introdução das técnicas norte-americanas e da ampliação da estratégia da Organização e Desenvolvimento de Comunidade – DC no país. A aproximação do Serviço Social brasileiro com o dos Estados Unidos ocorreu através dos intercâmbios e concessão de bolsas entre os países². Safira Bezerra Amman (1991) explica que esses novos elementos permitiram com que os profissionais de Serviço Social adquiriram novos conhecimentos, sobretudo no âmbito das técnicas, assim como na prática profissional; promovendo uma aproximação com novos suportes teórico-metodológicos que auxiliaram a classe profissional, inclusive, a questionar o fazer profissional e sua função social na sociedade capitalista, posteriormente.

Neste contexto, teremos a criação da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social – ABESS (1946); a celebração do I Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (1947) e o primeiro Código de Ética Profissional (1948). A partir de 1954 teremos a criação do Serviço Social Rural – SSR (1955) e a Lei que regulamenta a profissão de Assistente Social (1957).

Ditadura franquista (1939-1976) e Serviço Social na Espanha: emergência e profissionalização

A primeira escola de Serviço Social na Espanha é criada em 1932, na cidade de Barcelona, em decorrência dos interesses e influência da Igreja católica e sob um ambiente de reorganização política e econômica no país. Com a emergência da burguesia urbana e uma ditadura que se avizinhava, o país passou por um longo regime ditatorial o qual refletiu nas diversas práticas sociais e profissionais, como a do Serviço Social.

O contexto da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), da Revolução Russa (1917), da crise cíclica do capital (1929-1932) e da ascensão dos regimes autoritários na Itália com Mussolini e na Alemanha com Hitler imprimiu contornos significativos aos rumos da Espanha.

² Segundo Aguiar (1985) as bolsas de intercâmbio para os assistentes sociais brasileiros seguiram de 1941-1957. Algumas das assistentes sociais que usufruíram dessas bolsas foram: Nadir Kfoury (1942-1943); Balbina Ottoni Vieira (1943-1943); Helena Iracy Junqueira (1944-1945).

O país que passava por uma reorganização no seu quadro político com a implantação da II República (1931-1936), com a negação da forma Monárquica (1874-1931), e com a ascensão dos interesses da burguesia no campo econômico, trouxeram avanços e retrocessos para este país ibérico.

A Espanha, antes da década de 1930, possuía uma economia fundamentalmente agrária e a maioria de sua população se concentrava no campo. Marcada pela concentração de terras e elevada desigualdades sociais, o país era regido pelos monarquistas. Este grupo, pressionado pelos movimentos sociais e trabalhistas no início do século XX, cria o Instituto das Reformas Sociais (IRS), em 1903, e o Instituto Nacional de Previsão, em 1908, que objetivavam a elaboração de projetos e leis sobre a regulamentação do mercado de trabalho e a produção de estudos sobre problemas sociais e do trabalho como: a lei de descanso dominical para os trabalhadores, férias, construção de casas baratas, a regulamentação da jornada de trabalho para 8 horas, seguro acidente etc. (Cf. GOIN, M; RENDUELES, C; PRATES, J. C. 2016.).

No entanto, o regime sofre um golpe militar em 1923, que leva o militar Primo de Rivera ao poder. O objetivo do golpe era buscar a “regeneração das instituições da monarquia liberal” através de uma reforma administrativa; reprimindo as forças políticas e sindicais e os movimentos obreiros e comunistas que pediam mudanças nas condições de trabalho e de vida. Esta ditadura foi derrubada em 1929 em decorrência da instabilidade de seu projeto institucional e a perda de apoio social e político, inclusive do exército espanhol. Aglutinava-se a isto, o enfrentamento social e as constantes greves trabalhistas que assolavam o país. (Cf. MATOS-SILVEIRA, 2013; GOIN, M; RENDUELES, C; PRATES, J. C. 2016.). Ademais, segundo Barbeiro e Feu (2016, p. 10 apud AGUIAR, 2018, p. 35), neste ano tem-se em Barcelona, o Primer Congreso Católico de Beneficência Nacional. “Neste congresso, foi colocado à necessidade de criação de uma escola para a capacitação técnica e humana das pessoas que trabalhavam com problemas sociais”. Este evento será fundamental para a criação da primeira escola de Serviço Social na Espanha.

Com a criação da Carta Constitucional de 1931, após a derrota do golpe de 1923, têm-se eleições no país, e mediante a vitória, pelo voto, da aliança dos republicanos com os movimentos e partidos de esquerda, houve um período de grandes conquistas, sobretudo no campo dos direitos trabalhistas, na legalização dos sindicatos, dos direitos políticos com o voto, da educação com a criação de várias escolas e a diminuição do analfabetismo – além de reformas na estruturação do exército e da influência da Igreja Católica (laicização do Estado). Todavia, a ala vencida no pleito, utilizando-se de seu poder político, ideológico e econômico começa a propagandear uma possível relação entre o governo atual e uma eminente revolução

ao estilo russo de 1917. Tal estratégia surte efeito, pois em 1933 a direita se elege e promove uma política de cortes e repressão. (Cf. MATOS-SILVEIRA, 2013; GOIN, M; RENDUELES, C; PRATES, J. C. 2016).

Em 1936, têm-se novas eleições no país e os republicanos e os partidos de esquerda retomam o poder através do voto. Todavia, poucos meses depois do resultado, os setores vencidos (monarquistas, burguesia, Igreja católica e exército) radicalizaram e promoveram as bases objetivas e subjetivas para um dos eventos mais sangrentos da Europa, a Guerra Civil Espanhola (1936-1939). Nesta, os setores republicanos e de esquerda e os conservadores se digladiaram. Estes venceram e instalaram uma ruptura com o regime constitucional do país, dando origem a uma nova ditadura que durou longos 37 anos, tendo a frente o general Francisco Franco. Na ditadura franquista, o país se isolou e todos os partidos políticos de esquerda e os republicanos foram perseguidos ou banidos, sendo permitido apenas o partido de direita Falange, criado em 1933 por José Antônio Primo de Rivera. De inspiração fascista, este partido integrará, como única força política, o Movimento Nacional. (Cf. MATOS-SILVEIRA, 2013; GOIN, M; RENDUELES, C; PRATES, J. C. 2016; CHARFOLET, 2011).

É no período da II República que Charfolet (2011); Matos-Silveira (2013); Goin; Rendueles; Prates (2016) e Aguiar (2018) localizam o surgimento da primeira escola de Serviço Social na Espanha.

Atrelada às necessidades políticas e ideológicas da Igreja Católica e como uma filial da Escola Católica belga, cria-se na cidade de Barcelona, em 1932, a Escuela de Assistencia Social para la Mujer. O objetivo desta escola, segundo Charfolet (2011), era a formação de auxiliares sociais, e conforme Barbeiro e Feu (2016 apud Aguiar, 2018, p.35) “a escola aparecerá enquanto um recurso estratégico para certas instituições (como a Igreja Católica) que desejava prosseguir com seu protagonismo em relação a sua prática social”. Aliás, não é de se admirar que a primeira escola de Serviço Social na Espanha tenha sido criada na cidade mais industrializada e aberta ao exterior à época, onde havia uma emergente burguesia urbana e onde a presença das condições precárias de trabalho e de vida dos proletariados desfilavam as várias expressões de questão social e nutria o discurso propagandeado da Igreja Católica da necessidade da “organização racional da assistência e da beneficência”.

Observa-se, assim como no caso da primeira escola no Brasil que a primeira escola na Espanha não foi uma exigência direta da classe trabalhadora, mas uma imposição da Igreja Católica e das classes dominantes perante a necessidade de controle dos trabalhadores e da tentativa de “ocultamento das mazelas sociais” frente aos avanços do capital na cidade espanhola.

Ainda segundo as autoras acima, a formação das primeiras assistentes sociais espanholas será sob as bases ideológicas do catolicismo social. De caráter assistencialista e paternalista, a ação profissional se direcionava ao controle social dos trabalhadores. Sob os pressupostos morais e religiosos católicos, mediante a ação de beneficência e caridade, o foco era o trabalho individual.

Assim, a formação das primeiras assistentes sociais no país estava em sua maior parte a cargo dos pressupostos ideológicos da Igreja Católica. Contudo, é importante mencionar que a Sección Femenina Falangista também possuía as suas escolas de Serviço Social que se embasava, além dos pressupostos do catolicismo social, no machismo e no fascismo italiano. Segundo Sánchez (1994, apud CARRARA et al, 2018, p. 9): entre 1932 e 1983 já se contabilizava 43 escolas de Serviço Social na Espanha, onde 30 delas estavam vinculadas à Igreja Católica, 05 à orientação da seção feminina falangista, 07 eram independentes e promovidas por sindicatos; e uma era dirigida pelo Ministério Nacional da Educação da Espanha. Todavia, segundo Vega e Brezmes Nieto (2003, apud CARRARA et al, 2018, p.8): entre os anos de 1932 e 1950 o Serviço Social na Espanha se viu intelectualmente paralisado; e das 270 assistentes sociais que se formaram, apenas 149 estavam inseridas no mercado de trabalho.

Carrara et al (2018) também explica que a preocupação com a “questão social” e suas expressões, assim como com a superação da concepção paternalista da profissão foram hipertardias entre as primeiras profissionais espanholas. E uma de suas causas foi devido aos anos de isolamento espanhol que restringiram as experiências profissionais com outros países. Segundo Aguiar (2018), a ação dos assistentes sociais, especialmente no período da Guerra Civil, foi o de paliar as consequências do conflito bélico.

Ainda segundo Aguiar (2018) no início da ditadura franquista (1939) houve a criação de uma nova escola de Serviço Social, a Escuela de Formación Social e Familiar, onde a mulher era formada e moldada para servir à sociedade e à família, desempenhando o papel de boa cristã e de mãe de família. Neste contexto, o movimento político Falange através de seus instrumentos político-ideológicos – o sindicato, a Frente de Juventude e a Seção Feminina – buscavam controlar, respectivamente, os trabalhadores, os jovens e as mulheres espanhóis. Sendo assim, as primeiras assistentes sociais espanholas desempenharam um papel crucial e legitimador das estruturas e da ordem social vigente que se estenderam até os finais dos anos 1960.

A partir dos anos 1950, é constituído, segundo Cabrero (2004), um “Estado Autoritário de Bem-estar Social na Espanha” . Este Estado é marcado pelos acordos e concessões de créditos dos EUA, pela participação dos técnicos da Opus Dei – organização elitista e autoritária

composta por economistas e advogados que aderiram aos ideais fascistas no país – nos planos de desenvolvimento da economia espanhola e pelo apoio do regime espanhol aos interesses dos EUA na Guerra Fria. Além da progressiva abertura do país, inclusive com emigrações de trabalhadores espanhóis para outros países da Europa. Este contexto de desenvolvimento econômico e de forte presença do Estado no social através dos direitos vai beneficiar o Serviço Social espanhol, pois a responsabilização pública com os serviços sociais e a consequente institucionalização da profissão em espaços sócio-ocupacionais públicos e privados conduziram o reconhecimento da profissão na divisão social e técnica do trabalho e a um lugar no âmbito dos direitos sociais. (Cf. MATOS-SILVEIRA, 2013).

Na década de 1960, ressurgem, clandestinamente, os movimentos que reivindicavam melhores condições de vida frente à urbanização desenfreada das grandes cidades. Os sindicatos também se reerguem e o Sistema de Seguridade Social espanhol vai se consolidando, porém adaptado ao fordismo industrial e ao modelo de crescimento econômico do neocapitalismo. Para a profissão, a década possibilitou grandes avanços. Em 1962 é criada a Federación Española de Asociaciones de Asistentes Sociales (FEAAS), que só foi reconhecida em 1967, porém promoveu papel fundamental para a consolidação da profissão organizando congressos, seminários, cursos, reuniões e debates sobre a formação profissional. Em 1964 é reconhecido o título de Assistente Social, com grau de técnico médio. Sob a influência do assistente social italiano Marco Marchiori, os profissionais de Serviço Social espanhol tiveram acesso aos ideais do desenvolvimento comunitário, que permitiu com que os profissionais desempenhassem papel importante nos bairros mais pobres das cidades industrializadas espanholas. Por meio de estudos sobre trabalhos em bairros, os assistentes sociais tinham maior dimensão dos problemas que assolavam a comunidade, podendo contribuir na busca de “soluções conjuntas” para tais problemas detectados e assim poderiam conscientizar a comunidade que se unia por interesses comuns. (Cf. AGUIAR, 2018).

As décadas de 1970 e 1980 serão fundamentais para o processo do amadurecimento do questionamento da profissão, de suas bases teórico-profissionais; seja pelo ambiente das manifestações e greves da classe trabalhadora e oprimida (estudantes universitários, trabalhadores, grupos religiosos, movimentos obreiros, sindicais e partidos radicais e de luta armada etc.), seja pelo impacto do Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina nos estudos do Serviço Social espanhol³, seja pela influência do processo de

³ Sobre tal impacto ver a monografia de Rafaela Souza Reis de Aguiar (2018), especialmente o capítulo 3, que sob a orientação da professora doutora Virgínia Alves Carrara realiza uma pesquisa bibliográfica em revistas espanholas de Serviço Social e evidencia a influência do Movimento de Reconceituação Latino-americano nos

redemocratização do país. Por exemplo, em 1976, no III Congresso Nacional realizado em Sevilha, é proposta a mudança da nomenclatura “Servicio Social” para “Trabajo Social” e de “asistente social” para “trabajador social” como representação da ruptura da profissão com o caráter paternalista, assistencialista e beneficente do período ditatorial franquista. (Cf. GOIN, M; RENDUELES, C; PRATES, J. C. 2016).

Com a morte de Franco em 1975, dava-se início o processo de redemocratização do país. Em 1978 é promulgada a nova carta constitucional e um Estado Democrático de Direito começa a ter sua formulação. A nova carta reconhece uma ampla gama de direitos sociais, políticos e civis e põe fim ao Estado de Providência do regime ditatorial de Franco. (Cf. MATOS-SILVEIRA, 2013)

Em 1981, já no período democrático, o Trabajo Social espanhol terá espaço no ambiente universitário com a inclusão das Escuelas Universitarias de Trabajo Social. Porém, mantém-se o caráter técnico da profissão. O reconhecimento do estudo a nível universitário acontece em 1983, porém a graduação universitária acontece apenas em 2004 e a pós-graduação, no caso o doutorado, só em 2008, impulsionada pela criação em 1990 da área de conhecimento Trabalho Social e serviços sociais. (Cf. GOIN, M; RENDUELES, C; PRATES, J. C. 2016; CARRARA; et all, 2018).

Considerações finais

Os processos de emergências e de institucionalizações do Serviço Social no Brasil e na Espanha guardam muitas similitudes, todavia apresentam seus contornos diferenciais principalmente em relação aos seus desenvolvimentos profissionais. E isso se evidencia quando se observa as possibilidades nos regimes ditatoriais que os países vivenciaram.

Como produtos oriundos dos interesses da Igreja Católica e das demais camadas dominantes em fase do capital monopolista e sob as pressões e organizações da classe trabalhadora, a profissão se encontrará sob a regência de períodos sócio-históricos controladores dos trabalhadores e seus familiares e repressivos e hostis aos interesses ideopolíticos contrários. E as primeiras escolas de Serviço Social (1936, Brasil, e 1932 Espanha) mesmo que surgindo em anos ainda não propriamente ditatoriais, se encontravam sob o parto de tal período, o que repercutiu decisivamente nas orientações das escolas, na formação profissional e no entendimento do perfil do usuário dos serviços. Isso implica dizer que não apenas os interesses da instituição católica impactaram na emergência e na formação dos

escritos das assistentes sociais espanholas.

primeiros assistentes sociais nestes países, mas o tipo de governo jogou papel fundamental para a sua constituição. E isso fica evidente quando se relembra que o governo ditatorial no Brasil e na Espanha representava os interesses das demais camadas da classe dominante, além do que as primeiras profissionais de Serviço Social são oriundas desta classe.

Mesmo apresentando inúmeras similitudes, os contornos diferenciais mais marcantes entre a emergência e a profissionalização do Serviço Social no Brasil e na Espanha, captados em nossa análise, encontram-se justamente nas possibilidades que os regimes ditatoriais em questão permitiram/cederam aos/para os profissionais.

Enquanto na ditadura varguista (1937-1945) os primeiros profissionais têm seu serviço reconhecido pelo governo, o que gerou maiores oportunidades de trabalho, principalmente junto ao Estado, e maiores intercâmbios com novas experiências e técnicas como as dos EUA; na Espanha (1939-1950) o isolamento do país e a tardia implantação de um Estado interventivo através de direitos impediram com que houvesse grandes avanços em relação ao campo de trabalho e no campo das experiências profissionais, restringindo o fazer dos primeiros assistentes sociais espanhóis a paliar os resultados, os rastros de miséria e pobreza decorrentes dos interesses da sanha de lucro dos capitalistas apoiadores da ditadura no país.

Se na ditadura varguista os profissionais são constantemente requisitados pelo Estado Novo para desempenharem funções que vão para além dos princípios e exigências da Igreja Católica e passam a receber um salário para exercer os seus serviços nas grandes instituições assistenciais – inserindo a profissão na divisão social e técnica do trabalho, colocando-se como um trabalhador assalariado, vendedor de sua força de trabalho; na ditadura franquista as ações e a formação profissional de caráter técnico dos primeiros assistentes sociais serão encorajadas de paternalismo e assistencialismo sob as orientações políticas e ideológicas da Igreja Católica, ou sob a orientação da seção feminina do partido fascista falange – instituições legitimadoras da ditadura na Espanha. É só com a abertura do país aos demais países, com a implantação do seu tardio Estado de Bem-estar social e com um acentuado desenvolvimento econômico a partir da década de 1950 que os assistentes sociais espanhóis terão maiores possibilidades de conhecer novas experiências de atuação e de técnicas, que os auxiliarão a questionar o seu fazer profissional e a criticar o caráter paternalista e assistencialista da profissão nas décadas posteriores.

Assim, enquanto na ditadura Vargas, que defendia uma ideologia desenvolvimentista e industrialista, os assistentes sociais tiveram melhores condições para a sua profissionalização e institucionalização, sendo requisitados a realizar seus serviços junto as grandes instituições assistenciais e tendo o Estado como o seu principal empregador; na Espanha a maior parte da

ditadura franquista vai podar o desenvolvimento profissional dos primeiros assistentes sociais restringindo o seu fazer a um assistencialismo paternalista e condizente com os interesses do projeto dominante e ditatorial. Mesmo assim é necessário pontuar que ambas as experiências reproduziram os interesses de seus períodos ditatoriais, pois elas auxiliavam o processo de controle, de vigilância sobre os trabalhadores e seus familiares, assim como naturalizavam a estrutura desigual da sociedade e, utilizando-se dos preceitos moralizador-católicos, culpabilizavam os trabalhadores e seus familiares pelas suas atuais condições. Tal prática afirmava os interesses das classes dominantes e negava as ideologias contrárias à ‘harmônica sociedade capitalista’.

Essas poucas notas não esgotam as particularidades e singularidades que compreendem a constituição da emergência e da institucionalização do Serviço Social no período ditatorial nos países em questão; e certamente um estudo mais aprofundado sobre a história da profissão na Espanha e na sua língua materna pode evidenciar maiores particularidades do Serviço Social espanhol. O que se coloca aqui é um tema viçoso e instigante para a pesquisa e o conhecimento das demais experiências do Serviço Social em âmbito internacional.

Bibliografia

- AGUIAR, Antônio Geraldo de. Serviço Social e Filosofia: das origens a Araxá. 3 ed. São Paulo: Cortez; Piracicaba: Universidade Metodista de Piracicaba, 1985.
- AGUIAR, Rafaela Souza Reis. Movimento de reconceituação latino-americano e Serviço Social na Espanha: um tema presente nas décadas de 1960-1980? Monografia (Graduação em Serviço Social). 81 p. Orientação: Profª. Dra. Virginia Alves Carrara. Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP. Mariana, MG, 2018.
- AMMANN, Safira Bezerra. Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil. 7 ed. São Paulo: Cortez, 1991.
- AMORIM, Jeovane Aparecida; BILHÃO, Isabel. O Governo Vargas: uma breve contextualização. Disponível em <http://www.uel.br/eventos/sepech/sumarios/temas/o_governo_vargas_uma_breve_contextualizacao.pdf> > Acesso em 20 de dez. de 2021.
- BEHRING, E. R. BOSCHETTI, I. Política Social: fundamentos históricos. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2010. (Biblioteca Básica do Serviço Social, v.2).
- CABRERO, G. R. El estado de bienestar en España: debates, desarrollo y retos. Editorial Fundamentos, 2004.
- CARRARA, V. A; et all. O Serviço Social espanhol: aproximações críticas a uma formação profissional pós Bolonha. In: Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social - ENPSS. Vitória – ES, 2 a 7 de dez de 2018.
- CHARFOLET, A. C. Aproximación al trabajo social en España. In: Serv. Soc., São Paulo, n. 108, p.623-638, out-dez. 2011.
- GOIN, M; RENDUELES, C; PRATES, J. C. Conjuntura, gênese e formação profissional: notas relacionais entre o Serviço Social brasileiro e o espanhol. In: Serv. Soc., São Paulo, n. 125, p.64-84, jan-abr. 2016.
- IAMAMOTO, M. V; CARVALHO, R. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. São Paulo:

Cortez/CELATS, 2009.

MANRIQUE CASTRO, Manuel. História do Serviço Social na América Latina. 6 ed. Tradução: NETTO, José Paulo; VILLALOBOS, Balkys. São Paulo: Cortez: 2003.

MATOS-SILVEIRA, R. Trabajo Social en España: contextos históricos, singularidades y desafios actuales. In: R. Katal. Florianópolis, v. 16 n. esp., p.101-109, 2013.

_____. PERELLÓ, M. A. O; CARRARA, V. A. Revisitando o passado com vista ao presente: lutas sociais e Trabajo Social na Espanha nas décadas de 1960-1980. In: SANTOS; IAMAMATO (orgs). A História pelo Averso: a reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais. São Paulo: Cortez: CNPQ, 2021, p. 297-317.

MAZZEO, Antônio Carlos. Burguesia e capitalismo no Brasil. 2 ed. São Paulo: Brasilienses, 1995.

NETTO, José Paulo. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1991b.

_____. Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 1991a.

SIMÕES, Pedro. A profissionalização do Serviço Social: debates internacionais. Disponível em <<https://anpocs.com/index.php/papers-28-encontro/st-5/st12-4/3980-jsimoesneto-a-profissionalizacao/file>> Acesso em 20 de dez. de 2021.

Trabajo Social no Paraguai: os caminhos da formação profissional

Social Work In Paraguay: the paths to professional training

Filipe Silva Neri*

Mabel Mascarenhas Torres**

Resumo: O artigo apresenta uma análise acerca dos caminhos da formação profissional de trabalhadores sociais no Paraguai. Partimos de um estudo de caso de abordagem qualitativa por meio de pesquisa documental e de revisão de literatura, por meio dos quais analisamos as legislações e normativas que balizam o ensino superior no Paraguai; os processos formativos em trabalho social; e as propostas pedagógicas expressas nos planes/programas e nas mallas curriculares das universidades pesquisadas. A revisão de literatura privilegiou os autores paraguaios que discutem tanto o processo constituição sócio-histórica do Estado paraguaio e a política de educação superior, quanto o trabalho social no país estudado. Identificamos que a formação passou a ser regulamentada por uma perspectiva crítica a partir dos anos 2000, com a criação de legislações e normativas, como o código de ética profissional, a lei que regulamenta a profissão e a implementação de novas propostas curriculares. Outro aspecto identificado é que a formação profissional também responde as necessidades postas pelo desenvolvimento e contradições do capitalismo. Foi possível identificar que a formação está direcionada por um conjunto de objetivos estabelecidos, direcionando um perfil a ser formado. Em relação aos objetivos, destacamos os

Abstract: The article presents an analysis of two paths for the professional training of social workers in Paraguay. We start from a case study with a qualitative approach through documentary research and literature review, through which we analyze the legislation and regulations that mark higher education in Paraguay; the processes of training in social work; and the pedagogical proposals expressed in the plans/programs and in the curricula of the researched universities. A literature review focuses on Paraguayan authors who discuss both the process of socio-historical constitution of the Paraguayan State and higher education policy, as well as social work in the country studied. We identified that training started to be regulated from a critical perspective from two years of 2000, with the creation of legislation and regulations, such as the code of professional ethics, a law that regulates the profession and the implementation of new curricular proposals. Another aspect identified is that professional training also responds to the post-development needs and contradictions of capitalism. It was possible to identify that the training is guided by a set of established objectives, directing a profile to be trained. Regarding the objectives, we highlight those related to the analysis of social life; the knowledge that supports training; like skills; technical-operative and theoretical-

* Assistente Social. Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Mestrando em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Membro do Grupo de Pesquisa Serviço Social, Proteção Social, Migrações e Fronteiras (UNILA) e do grupo de Estudo e Pesquisa sobre os Fundamentos e o Trabalho de Assistentes Sociais (GEFTAS/UEL).

** Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre os Fundamentos e o Trabalho de Assistentes Sociais (GEFTAS/UEL). Vice-coordenadora da Rede de Estudos sobre o Trabalho Profissional (RETAS).

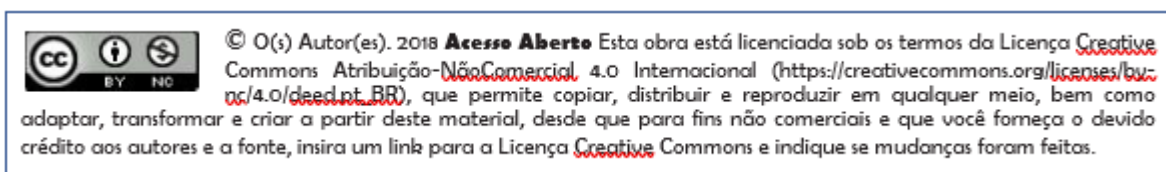
relacionados a análise da vida social; aos conhecimentos que sustentam a formação; as habilidades; aos instrumentos técnico-operativos e teórico-metodológicos; a ética; e a implementação de políticas sociais. No que tange ao perfil a ser formado, a direção é centrada na interpretação da questão social; na elaboração de propostas interventivas; e nas competências profissionais. Consideramos ainda que as Mallas Curriculares expressam componentes vinculados ao trabalho profissional; aos fundamentos do Trabalho Social; e ao entendimento da vida social.

Palavras-chaves: Serviço Social; Formação profissional; Trabalho Profissional; Paraguai

methodological instruments; to ethics; and the implementation of social policies. Not that it is the profile to be formed, the direction is focused on the interpretation of the social question; in the elaboration of intervention proposals; and professional skills. We also consider that the Curricular Networks express components linked to professional work; years Social Work foundations; and understanding gives social life.

Keywords: Social Work; Professional qualification; Professional Work; Paraguay

Recebido em: 17/02/2022
Aprovado em: 19/03/2022



Introdução

Neste estudo apresentamos uma análise acerca dos caminhos da formação profissional de *trabajadores sociales*¹ no Paraguai. Para isso, partimos de um estudo de caso de abordagem qualitativa por meio de pesquisa documental e de revisão de literatura, por meio dos quais analisamos as legislações e normativas que balizam o ensino superior no Paraguai; os processos formativos em *Trabajo Social*; e as propostas pedagógicas das universidades públicas do Paraguai.

Assim, para a realização deste estudo, tornou-se indispensável discorrermos sobre as determinações que balizaram o desenvolvimento sócio-histórico desse Estado, enfocando os acontecimentos e determinações econômicas e políticas que incidem sobre a história do Paraguai. Do mesmo modo, entendemos que as referidas determinações marcaram a gênese, o

¹ Utilizaremos os termos Serviço Social/Trabajo Social e assistentes sociais/trabajadores sociales ao nos referirmos à profissão no contexto latino-americano e, posteriormente Trabajo Social e trabajadores sociales na abordagem da profissão na realidade paraguaia, respeitando as particularidades e determinações da profissão no país estudado, considerando que tratam terminologias que caracterizam o processo formativo paraguaio. No mesmo sentido, as propostas pedagógicas, as matrizes e as disciplinas/componentes serão apresentadas de acordo com a nomenclatura utilizada nas universidades estudadas: *Plan de Estudios/Programa de Estudios; Mallas Curriculares; e Asignaturas/Matérias*, respectivamente.

desenvolvimento, e desafiam a carreira de *Trabajo Social*, tanto no âmbito da formação graduada nas universidades públicas² quanto no exercício profissional no século XXI no país estudado. Evidenciamos a necessidade de percorrermos as determinações que conformam o país, posto que é necessário analisar o processo que fez o Paraguai ser o que foi, para entender o que o Paraguai é hoje. Daí a necessidade de “cortar o mundo em fatias”. Mas esse cortar não no sentido de limitar a realidade, de justaposição de informações, mas sim de dividi-la em tantas partes quanto forem necessárias para analisá-la, para entendê-la a partir das suas determinações, para que posteriormente seja possível, reconstituirmos todas estas fatias da análise numa totalidade complexa. Sob esta lógica, consideramos que o Estado paraguaio tal como conhecemos hoje é fruto de diversas transformações sociais, econômicas, políticas e culturais protagonizadas desde o período pré-colonial e que mantém características até a contemporaneidade.

Esperamos que os resultados possam contribuir para o fortalecimento e difusão do debate sobre o projeto de formação profissional em *Trabajo Social* em curso no Paraguai, bem como refletir sobre o processo do ensino no campo crítico do Serviço Social/*Trabajo Social* na América Latina.

Determinantes da formação sócio-histórica do Paraguai

O Paraguai é um Estado que historicamente experienciou processos de dominação e exploração da classe trabalhadora desde o período colonial, período de independência e, mais recentemente, o período neocolonial. No período colonial, o Paraguai foi explorado pela coroa espanhola. No período independente, após 1811, emergiram formas de governos altamente autoritários e ditatoriais, dentre as quais destacamos os governos de José Gaspar Rodríguez de Francia (1814-1840), Carlos Antonio López (1841-1862) e Francisco Solano López (1862-1870) e do general Stroessner (1954 – 1989). Este mesmo período que emergiu a partir de 1811 conforma o neocolonialismo no Paraguai, que se expressa até os dias atuais.

Os três primeiros presidentes assinalados construíram governos marcados por uma contínua tradição centralista, de cariz autoritário, com práticas reconhecidas pela inconstitucionalidade (ALCALÁ, 2015; PADRÓS, 2008). Os confinamentos e as execuções sumárias dos considerados “inimigos da República” foram constantes e, as formas de autocracias eram difundidas entre o exaurimento e emergência de um governo a outro.

² Dado o limite de páginas de um artigo, optamos por apresentar a formação de *trabajadores sociales* nas universidades públicas.

Identificamos que os governantes deram sequência ao autoritarismo, ao mesmo tempo em que possibilitavam maior abertura econômica ao exterior, estimulando o investimento em infraestrutura, capacitações e desenvolvimento tecnológico. Como consequência dessa abertura ao comércio internacional, o país passou a estimular que a produção agrícola voltasse para o cultivo de erva-mate e tabaco em detrimento do cultivo de itens para consumo interno (VILLAGRA, 2014).

Obviamente essas sucessivas aberturas e conquistas não foram acompanhadas de conquistas para a população paraguaia mais empobrecida, ou seja, a classe trabalhadora. Pelo contrário, no ano de 1848 o Estado paraguaio realizou o confisco de terras indígenas, gerando profundas consequências para esses povos, culminando com que “[...] parte de la población nativa transitaría hacia sus status de ‘trabajador libre’, desvinculado de un territorio propio” (VILLAGRA, 2014, p. 41). Nesse transcurso, ao mesmo tempo em que os povos indígenas foram transformados em trabalhadores livres, ficaram desprovidos dos meios e dos modos de produção e reprodução da vida social. Ou seja, do desenvolvimento econômico, não decorre, na mesma medida, o desenvolvimento social. Estas ditaduras culminaram em diversos conflitos tanto no âmbito interno quanto externo. Um dos conflitos, que até hoje tem consequências para o desenvolvimento do país foi a Guerra da Tríplice Aliança³ protagonizada pelo Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai ocorrida no período de 1864 – 1870, ainda no governo de Solano López, configurando-se “[...] numa forma de genocídio, cujas consequências econômicas, sociais e culturais, entre outras repercutem até os dias de hoje” (GOIRIS, 2000, p. 18).

No que se refere ao processo ditatorial encabeçado por Alfredo Stroessner, esse se tratou de um dos períodos mais difíceis para a classe trabalhadora no Paraguai entre os anos de 1954 e 1989. A ditadura militar foi marcada por constantes instabilidades políticas e econômicas que atravessavam a região do Cone Sul na segunda metade da década de 1950, tais como: a Revolução Boliviana de 1952; as reformas aplicadas na Guatemala de Jacob Arbenz em 1954; e a derrocada de Getúlio Vargas no Brasil em 1955 (PADRÓS, 2008). Concordamos ainda com o autor ao compreendermos que a história do desenvolvimento socioeconômico do Paraguai foi marcada por “[...] uma longa sucessão de governos militares e autoritaristas” (PADRÓS, 2008, p. 02).

³ Sobre a Guerra da Tríplice Aliança, ler as obras de: SILVA, Ronaldo Alexandre do Amaral. Brasil-Paraguai: marcos da política pragmática na reaproximação bilateral, 1954-1973: um estudo de caso sobre o papel de Stroessner e a importância de Itaipu. 2006; VILLAGRA, Luis Rojas. La metamorfosis del Paraguay. **Del esplendor inicial a su traumática descomposición**. Asunción: BASE Investigaciones Sociales, 2014; e GOIRIS, Fabio Aníbal Jara. *Autoritarismo e democracia no Paraguai contemporâneo*. Editora da UFPR, 2000.

Desde o início da década de 1950 o governo Stronista manteve sua ditadura, que foi derrubada em 1989, quando o país é tensionado pela luta dos movimentos político-sociais, culminando num processo de transição à democracia e a liberdade nacional. Compreender esse processo nos permite o entendimento de como o Estado paraguaio respondeu de forma conservadora as necessidades da classe trabalhadora, especialmente o pauperismo decorrente das relações de exploração constitutivas das determinações econômicas, sociais e políticas desse período historicamente recente, que não se exauriu com a virada do século XXI com a transição democrática.

A erosão da ditadura de Stroessner foi precedida por diversos questionamentos de segmentos populares e partidos políticos, inclusive do próprio Partido Colorado, evidenciando “Un gobierno que ya no era inmune, y que en cierta medida ya no podía recurrir como antes al apoyo incondicional de todo un aparato partidario y se encontraba con unas Fuerzas Armadas que dudaban de la capacidad de decisión de su Comandante en Jefe” Cabrera Britez (2012, p. 68). A população paraguaia já não tolerava os abusos e a corrupção, eixos centrais do regime. Foi assim que “Pocas horas antes de la medianoche del 2 de febrero de 1989 una fuerte ola democrática golpeó en nuestro país a la dictadura que había nacido en 1954” (CABRERA BRITTEZ, p. 69).

Agüero (2019) pontua que após a derrocara da ditadura de Stroessner houve um processo de transição⁴ democrática no Paraguai, tendo como presidente interino o general Andrés Rodríguez, cunhado do então ex-presidente Alfredo Stroessner, entre os anos de 1989 a 1993. A autora discorre que no governo de transição, apesar do autoritarismo, houve alguns avanços na esfera da sociedade que possibilitaram bases legais para impulsionar a abertura democrática nos anos posteriores, considerando que “[...]Los/as paraguayos/as pueden reunirse y expresar opiniones diferentes (cuestión prohibida antes) (AGÜERO, 2019, p. 215). Observa-se, no período de transição à democracia, o surgimento de novos programas sociais e reconfigurações de instituições públicas, culminando em inovações técnicas não experimentadas nos períodos anteriores. Além disso, o avanço se deu na possibilidade de reuniões e assembleias no âmbito das instituições públicas (AGÜERO, 2019). A autora pontua que as condições econômicas que o processo ditatorial deixou como herança culminou, mais tarde, na inflação, resseção e dívida externa.

No âmbito laboral, a autora supracitada assinala que os modelos de emprego instaurados

⁴ Utilizamos a expressão *transição* levando em consideração o demonstrado por Goiris (2000, p. 13): “[...] para fazer referência a todo processo de mudanças políticas, sociais e econômicas, que teria seu início com a substituição de um regime autoritário por outro de caráter basicamente democrático”.

pelo governo de transição forçavam um processo de expulsão do homem e mulher do campo para a cidade, tendo como consequência desse processo a precarização do emprego, trabalho instável e sem proteção social em todo país. Na esfera dos movimentos populares, esse processo fortaleceu o movimento campesino que, de forma organizada, lutou pela conquista de terras, conquistando cerca de 500 mil hectares em todo território nacional (AGÜERO, 2019).

Nos anos iniciais da década de 1990 o general Andrés Rodríguez busca, através da *Convención Nacional Constituyente*, declarar uma Constituição nacional, aprovada em 1992, estabelecendo como sistema de governo o regime presidencialista. Essa Constituição encontra-se em vigor até os dias atuais. Desde o surgimento da Constituição de 1992 até o ano de 2021 passaram oito presidentes na República paraguaia: Andrés Rodríguez (1989 a 1993); Juan Carlos Wasmosy (1993 a 1998); Raúl Cubas Grau (1998 a 1999). Luis González Macchi (1999 a 2003); Nicanor Duarte Frutos (2003 a 15 2008). Fernando Lugo Méndez 2008 a 2012); Federico Franco (2012 a 2013); Horácio Cartes (2013 a 2018); e Mario Abdo Benítez (2018 a atualidade). De certo, entender criticamente esse contexto é compreender que o desenvolvimento sócio-histórico do Paraguai é solo privilegiado para entender as particularidades do *Trabajo Social* como profissão nesse país. A emergência e institucionalização do *Trabajo Social* é resultante dessa trama histórica, de seus desdobramentos e tensionamentos. Estes são alguns dos elementos fundantes para o entendimento do processo de democratização e de seus aspectos contemporâneos. Sem essa linha de análise torna-se inviável depreender o processo formativo e as propostas pedagógicas dos cursos que estão sendo aqui estudados.

Captar estas particularidades de como o Estado paraguaio responde as desigualdades sociais por ele produzidas e reproduzidas é eixo central para percebermos quais as balizas que demandaram o surgimento do *Trabajo Social* e a quais reivindicações a profissão deveria responder. Ao mesmo tempo, apresenta indicativos de como a profissão responde a estes determinantes tanto no âmbito da formação quanto no exercício profissional na contemporaneidade.

Trabajo Social no Paraguai: apresentando os caminhos da profissão e da formação profissional

Historicamente se apresenta a emergência do *Trabajo Social* paraguaio a partir ano de 1939, no pós-Guerra do Chaco, com a criação da *Escuela de Visitadoras Polivalentes de*

Higiene, vinculada ao *Ministerio de Salud Pública*⁵, “[...] que tenía por finalidad producir un tipo de combinado de servicio de visitadora sanitaria y social” (PISTILLI; VARGAS, 2016, p. 06). Isso demonstra que a profissão surge para responder as necessidades do Estado paraguaio após a destruição social e econômica decorrentes da guerra, indicando que sua gênese esteve associada a necessidades sócio-históricas constitutivas da realidade paraguaia.

A gênese do *Trabajo Social* no Paraguai foi marcada por forte influência conservadora do movimento médico-higienista, pela intervenção religiosa e tutela do Serviço Social norte-americano, entranhado sob a ótica da conjuntura econômica, política e social próprios do contexto desse país, que estabeleceu particularidades na conformação da classe trabalhadora e a emergência da “questão social” nas primeiras décadas do século XX, conforme apontamos no item anterior. Identificamos que esses elementos, em uma relação indissociável, balizam a origem da profissão do *Trabajo Social* no Paraguai (VERA, 2018; AGÜERO, 2019; CRISTALDO; 2021). O Paraguai nunca desenvolveu uma política de Estado de Bem-Estar e que, nesse contexto, o *Trabajo Social* paraguaio

[...] estuvo en todo momento muy unido a las acciones de la beneficencia y la asistencia, apoyado generalmente por las entidades de caridad. El Estado no asumió su rol de benefactor. La cuestión social no formo parte de la agenda de Gobierno y las Políticas Públicas no incluyeron el tema social, circunscribiéndose solo lo social al sector educación y salud, motivo por el cual a los trabajadores sociales hasta hoy se los ve muy relacionados con estas dos áreas (ZÚÑIGA, 2012, p. 24).

Nos anos de 1940, o Estado paraguaio cria a *Dirección de Bienestar Social*, vinculada ao *Ministerio de la Salud Publica e Bienestar*, num enário em que se tenta criar política de assistência social pública (ZÚÑIGA, 2012) como resposta estatal aos problemas emergentes decorrentes da desigualdade e da pobreza, tensionando a necessidade de formação de agentes profissionais de *Servicio Social* para implementar as distintas tarefas de assistência, conforme assinalado por Agüero (2019). Esse foi o subsídio para que na década de 1940 o ensino da *Escuelas de Visitadoras* passasse a ser regulamentado e, posteriormente, vinculado ao instituto Dr. Andrés Barbero (VERA, 2018; GARCÍA, 2018, 2006; ZÚÑIGA, 2012; CRISTALDO; 2021).

O contexto sociopolítico imediatamente posterior a década de 1950 foi contrastado pelo período ditatorial de Alfredo Stroessner. Período marcado por diversos tensionamentos sociais,

⁵ “La primera Escuela Visitadora de Higiene se crea por Decreto del poder Ejecutivo N° 12.561 del 13 de marzo 1939 y reglamentada por Decreto N° 8.925 del 20 de setiembre de 1941, con la denominación de Escuela Polivalente de Visitadoras de Higiene; que tenía por finalidad producir un tipo de combinado de servicio de visitadora sanitaria y social, desde su inauguración en el 1939, fue una dependencia del Ministerio de Salud Pública y Previsión Social” (PISTILLI; VARGAS, 2016, p. 06).

instabilidades políticas, repressão aos movimentos contrários ao regime autoritário vigente modernização do aparato estatal que respondendo as demandas norte-americanas promoveu reformas na educação paraguaia. No campo do *Trabajo Social*, ao mesmo tempo que era funcional as demandas estatais, a profissão ainda era de ensino técnico e não era regulamentada. Esse período marcou novo momento para o Estado paraguaio e, conseqüentemente, para o *Trabajo Social*, tendo em vista a criação e extensão de instituições estatais, como a promulgação do *Instituto de Previsión Social* (IPS), assim como o aumento da produção econômica do país, exigindo *Trabajadores Sociales* de forma mais efetiva (AGÜERO, 2019). Nesse contexto, a partir da primeira metade dos anos 1960, o *Trabajo Social* se institucionaliza como carreira universitária incorporada à *Universidad Nacional de Asunción*, em pleno período de ditadura militar (VERA, 2018; GARCÍA, 2018, 2006; ZÚÑIGA, 2012).

Este tercer momento busca racionalizar la teoría incorporando a la formación y a la práctica profesional los conocimientos de las Ciencias Sociales y el desarrollo de una práctica profesional con sustento teórico. El método científico se introduce como camino para enfocar los problemas prácticos de la realidad social. La construcción de teoría y la producción de conocimiento toman distancia de la especificidad profesional centrada en la acción (ZÚÑIGA, 2012, p. 25).

Para Zúñiga (2012, p. 147) “Durante estos años se ha constituido en una unidad académica resultante de los procesos sociohistórico que sentaron las bases de su origen y desarrollo”. Ou seja, a profissão se institucionaliza para responder as demandas emergentes decorrentes das relações desiguais entre as classes sociais, e, o Estado é tensionado a intervir. Na década em que o *Trabajo Social* paraguaio recém se institucionalizara enquanto profissão de nível universitário, iniciados nos anos 1960, “a nivel regional, los países latinoamericanos estaban atravesando uno de los periodos más interesantes de la profesión, el denominado Movimiento de Reconceptualización latinoamericano” (LÓPEZ, 2018, p. 534).

No que se refere à *Reconceptualización*, é mister destacar que houve uma importante distância do *Trabajo Social* paraguaio com a discussão junto aos demais países do continente. Como argumenta García (2007), no período em que Serviço Social a nível latino-americano buscava concretizar o Movimento de Reconceituação, o Estado paraguaio estava atravessado pela ditadura militar (1954 – 1989). Isso nos remete entender que as exigências tanto para a formação quanto para o exercício profissional dos *Trabajadores Sociales* foram requisitadas por demandas do período ditatorial paraguaio, inviabilizando articulação com os demais países que estavam no movimento reconceituador.

Esse espaçamento se deu por dois motivos centrais. O primeiro se justifica por conta da desconexão dos *trabajadores sociales* paraguaios com o debate que acontecera nesta parte da

América. As aproximações com a discussão se deram com maior intensidade a partir da incorporação de algumas ideias oriundas dos encontros de Araxá (1967) e de Teresópolis (1970) “[...] en los cuales se plantea la necesidad de introducir técnicas ‘modernas’ en la profesión, para dar respuestas efectivas a los problemas sociales” (GARCÍA, 2007, p. 03). Já o segundo pelo estreito vínculo da profissão com o Serviço Social norte-americano no período a que nos referimos, tendo em vista que este vínculo respondeu às demandas e insatisfações expressas pela profissão [...] como por ejemplo profesionalizar el Servicio Social paraguayo, como carrera universitaria, y capacitar, acompañar [...] tanto no ámbito de la formación [...] como en las diversas instituciones estatales a profesionales del Servicio Social (GARCÍA, 2007, p. 03-04).

Observamos que a aproximação do *Trabajo Social* paraguaio ao *Movimiento de Reconceptualización* ocorreu de forma expressamente distinta dos demais países do continente latino-americano, ficando restrito a questionamentos [...] teóricos y metodológicos que se desarrolló lo largo de la década del 90, con búsquedas, caminos y propuestas distintas y diversas a las que los textos sobre la Reconceptualización nos muestra como la experiencia de los demás países (GARCÍA, 2007, p. 12). Os primeiros contatos da escola de “*Servicio Social*”⁶ da Universidade Nacional de Assunção se deram inicialmente com o Serviço Social chileno, posteriormente, nos anos 1969, a Escola de *Servicio Social* do Paraguai participa do *Semanario Latinoamericano de Trabajo Social*, enviando um representante para Caracas, Venezuela⁷. Noutro momento, em meados dos anos 1970, recebe os documentos oriundos dos seminários de Porto Alegre, Araxá e Teresópolis, realizados no Brasil em 1965, em 1967 e 1970 respectivamente, demonstrando que “[...] el trabajo social del Paraguay tenía algún conocimiento de los acontecimientos y debates realizados en América Latina” (AGÜERO, 2019, p. 198).

De fato, a introdução dos debates relacionados ao Movimento de Reconciliação no cenário paraguaio se deu somente após a derrocada do processo ditatorial que o país experienciou, caracterizando momento de renovação para a profissão (GARCÍA; 2007; ZÚÑIGA, 2012). Assim, o final da década de 1980 e início de 1990 foi um marco histórico para o *Trabajo Social* nesse país, pois a profissão passa a questionar o Estado em relação as diversas imposições no pós-Alfredo Stroessner. Esses questionamentos culminaram numa série de protestos e mobilizações sistemáticas organizadas por discentes e alguns docentes vinculados

⁶ A denominação de *Trabajo Social* passa a vigorar somente a partir de fevereiro de 1989, com a abertura democrática, que possibilitou modificações no Plano Curricular da carreira de *Trabajo Social* da UNA (ZÚÑIGA, 2012).

⁷ Importa sinalizarmos que o *Seminário Latinoamericano de Trabajo Social* não é o mesmo que o Seminário Regional Latino-Americano de Serviço Social, mas que ocorreram no mesmo período.

aos movimentos sociais, exigindo que a formação fosse fundamentada em uma perspectiva crítica, o estágio, assim como os estudos relacionados aos movimentos sociais no âmbito da formação em *Trabajo Social* (GARCÍA, 2007).

A efervescência política e econômica dos anos iniciais da década de 1990 apontam outros elementos para o *Trabajo Social* paraguaio, abrindo novas áreas de intervenção, tais como sociojurídico, empresarial, corporativista, municipal, entre outros, encontrando nas Organizações Não-governamentais mais um âmbito de intervenção. Nesse momento, a profissão busca incorporar no processo formativo e no exercício profissional novos conhecimentos (ZÚÑIGA 2012). É importante mencionar que somente a partir de 1992 a Constituição paraguaia reconhece legalmente a liberdade de associação, fato que possibilitou o protagonismo de diversos movimentos populares e profissionais, dentre estes o de *trabajadores sociales* e o estudantil. Este último corroborou fortemente para o florescimento de diversos questionamentos que tiveram impactos direto na formação e exercício profissional dos *trabajadores sociales*, tais como formação qualificada e compromisso com a grande massa populacional do país, ou seja, a população rural, correspondente a 49% da população paraguaia na década de 1990 (GARCÍA, 2007).

Até o final do governo ditatorial de Stroessner a *Universidad Nacional de Asunción* - UNA era a única universidade nacional do país, logo a única que ofertava a carreira de *Trabajo Social* a nível nacional. Esse quadro mudou substancialmente após a promulgação da Constituição Nacional (1992), da Lei de Universidades (1993), da Lei Geral de Educação (1998) e da Lei de Educação Superior (2013). Este conjunto de leis possibilitou a criação de novas universidades tanto públicas quanto privadas, ampliando a oferta da carreira de *Trabajo Social* no Paraguai. Ao mesmo tempo, apenas com a instalação da democracia no Paraguai foi que *Trabajo Social* iniciou seu processo de renovação profissional, fornecendo novos subsídios para a profissão, como a reestruturação de *Planes e Mallas Curriculares* da carreira de *Trabajo Social* da UNA, assim como a elaboração e implementação de novas legislações e normativas para subsidiar tanto a formação quanto o exercício profissional.

Na cena contemporânea, o *Trabajo Social* paraguaio vivencia um contexto desafiador tanto a formação quanto o exercício profissional, isso porque, em 2008 foi elaborado pela categoria profissional, através da *Asociación de Profesionales de Servicio Social o Trabajo Social del Paraguay*, o *Código de Ética de Trabajo Social en el Paraguay*, constituindo-se em instrumento de cunho educativo, regulatório, preventivo e pedagógico tendo como propósito [...] la orientación de la acción profesional en la que se establece una relación entre la profesión que queremos y la sociedad que anhelamos, los/as Trabajadores/as Sociales del Paraguay

(APSSTS, 2008, p. 08). Este instrumento está ancorado na consciência profissional, realidade crítica, igualdade, justiça social, democracia, direitos sociais e humanos e na emancipação humana, ou seja, tem como principal função a regulação e a geração de reflexão sobre a atuação profissional de *trabajadores sociales* no Paraguai (APSSTS, 2008).

O marco normativo para o exercício profissional de *Trabajo Social* no Paraguai foi estabelecido em 2019 pela Lei 6.220, de 06 de março de 2019, que “*Regula el ejercicio profesional del Trabajo Social en Paraguay*”. Essa lei caracteriza-se como um salto qualitativo para o *Trabajo Social* desse país, pois particulariza a natureza jurídica do trabalho profissional concatenado na assistência, promoção e gestão das políticas sociais no marco da defesa, proteção e garantia dos direitos humanos. Esse instrumento define o *Trabajo Social* como:

Una profesión que se inserta en el ámbito de las relaciones entre sujetos sociales, entre estos y el estado en los distintos contextos social históricos de actuación profesional. Desarrolla una praxis social y un conjunto de acciones de tipo socioeducativo que inciden en la reproducción material y social de la vida con una perspectiva de transformación social comprometida con la democracia y el enfrentamiento de las desigualdades sociales, fortaleciendo la autonomía, la participación y el ejercicio de ciudadanía, en la defensa y conquista de los DDHH y la justicia social (PARAGUAI, 2019, p. 01).

É nesse instrumento que se estabelece, pela primeira vez, o regime legal do exercício profissional dos *Trabajadores Sociales* do Paraguai, ao mesmo tempo em que: se reconhece o direito à livre agremiação da categoria profissional, tendo como baliza o Artigo Nº 42 da Constituição da República do Paraguai de 1992; reconhece a competência profissional dos *trabajadores sociales* egressos das instituições de nível superior no que diz respeito a elaboração, execução, avaliação das políticas, programas e projetos sociais no campo do *Trabajo Social* paraguaio; reconhece o caráter científico da intervenção profissional no que diz respeito a promoção, defesa e difusão dos direitos humanos; estabelece tanto os direitos quanto os deveres no âmbito do exercício profissional dos *trabajadores sociales*; elege como órgão responsável pela aplicação, monitoramento e fiscalização do instrumento o *Ministerio de Salud Pública e Bienestar Social del Paraguay*, indicando que essa vinculação junto ao Ministério se dará até a criação de uma instância profissional responsável por regular o exercício da profissão no Paraguai. Além do reconhecimento das competências profissionais, essa legislação estabelece que só estão habilitados ao exercício profissional de *Trabajador Social* os profissionais que obtiveram o título de *Licenciado em Trabajo Social* em instituições superiores de caráter universitário público ou privado, e os que obtiveram o título em instituições estrangeiras que passaram por reconhecimento.

Em outubro de 2019, foi estabelecido pela *Agencia Nacional de Evaluación y*

*Acreditación de la Educación Superior (ANEAES)*⁸ os critérios para a qualidade da carreira de *Trabajo Social* no Paraguai, a partir do *Modelo Nacional de Evaluación y acreditación de la Educación Superior*. Esse instrumento apresenta: I) a definição de *Trabajo Social*; II) o perfil do egresso, as habilidades e as competências específicas; III) a estrutura básica das propostas curriculares expressas nos *Planes de Estudios/Programas de Estudios*, sendo que essa estrutura básica deve contemplar: área de conhecimentos básicos; área de conhecimentos profissionais, que congrega a prática profissional supervisionada; área de conhecimentos complementares; trabalho final de graduação; atividades de extensão; e IV) os conteúdos mínimos. No que se refere a definição da profissão, esse instrumento explicita, do mesmo modo que a Lei que regulamenta a profissão, que o *Trabajo Social* é uma disciplina no âmbito das ciências sociais, tendo as expressões da “questão social” como objeto de sua intervenção. Assim, define:

El Trabajo Social/Servicio Social es una profesión que se inserta en el ámbito de las relaciones entre sujetos sociales y entre estos y el Estado en los distintos contextos socio históricos de actuación profesional. Desarrolla una praxis social y un conjunto de acciones de tipo socioeducativo, que inciden en la reproducción material y social de la vida con una perspectiva de transformación social comprometida con la democracia y el ejercicio de la ciudadanía, en la defensa y conquista de los derechos humanos y de la justicia social (ANEAES, 2019, p. 07).

Muitos são os trabalhos que expressam a tendencia de que o *Trabajo Social* paraguaio é uma disciplina profissional, mas poucos são os estudos e/ou publicações disponíveis que apresentam o conceito. Nesse sentido, entendemos aqui o mesmo conceito apresentado por García (2006) de que enquanto disciplina profissional refere-se

[...] a) a un campo específico formativo y ocupacional como organización científica y corporativa; b) existen instituciones que sustentan a producción de estos cuadros, es decir, las universidades y centros de investigación superior; c) los/as profesionales, las instituciones y los usuarios/as identifican su ubicación en el proceso productivo, el cual se recrea en casa fase o modalidad de producción del sistema imperante (GARCÍA, 2006, p. 01).

Isso quer dizer que o *Trabajo Social* no Paraguai é uma profissão historicamente determinada, inserida na divisão social, técnica e sexual do trabalho; é uma profissão de âmbito universitário, de nível superior; que produz conhecimento; que tem as expressões da questão social como objeto de intervenção e a classe trabalhadora como sujeito privilegiado dos processos interventivos no âmbito do exercício profissional. Ao mesmo tempo indica que a profissão tem seu significado social reconhecido pela classe trabalhadora, ou seja, possui um significado social. No que concerne ao perfil do egresso, considerando que o objeto de

⁸ A *Agencia Nacional de Evaluación y Acreditación de la Educación Superior (ANEAES)* é responsável pelo credenciamento e reconhecimento das carreiras de formação superior no Paraguai.

intervenção do trabalho profissional é a questão social e suas expressões, e que o *trabajador social* é um profissional com capacidade para nela intervir, estabelece que este profissional é um *trabajador social* “[...] con habilidades para la investigación, planificación, ejecución y evaluación de programas y proyectos sociales” (ANEAES, 2019, p. 07).

As competências teóricas, metodológicas, éticas e as políticas da formação e exercício profissional dos *Trabajadores Sociales* do Paraguai desdobram-se em dois grandes eixos: as capacidades generalistas e as capacidades específicas, das quais destacamos:

Quadro 1: Relação das capacidades generalistas e capacidades específicas dos Criterios de calidad para la carrera de Trabajo Social

| Capacidades | |
|---------------------|---|
| Generalistas | abstração; análises; sínteses; raciocínio crítico; produção do conhecimento; rigor científico; trabalho interdisciplinar; autonomia profissional; habilidades interpessoais; capacitação permanente; posicionamentos éticos. |
| Específicas | Compreensão teórico-metodológica para análise e interpretação da realidade social, das particularidades da questão social e políticas sociais; Compreensão dos processos sócio-históricos, contemporâneos, regionais e nacionais; Capacidade para investigação social nos espaços de atuação profissional; Realizar assessoria, planejamento e implementação de políticas sociais; Formular, gerir, monitorar e avaliar programas e projetos sociais; Demonstrar autonomia, sentido crítico, compromisso ético-político com os sujeitos sociais; Demonstrar capacidade política, teórica, instrumental e ética; Capacidade para o fortalecimento dos projetos coletivos na esfera da intervenção profissional; Fortalecimento dos processos de organização e participação social. |

Fonte: Sistematização feita pelos autores com base no documento “*Criterios de calidad para la carrera de Licenciatura em Trabajo Social*” (ANEAES, 2019).

O instrumento mais recente foi criado em 2020 por meio do Decreto 3.658, “*por el cual se reglamenta la Ley n° 6220/2019, que regula el ejercicio profesional del Trabajo Social en Paraguay*”. Trata-se de instrumento jurídico-normativo que ao regulamentar e ratificar a Lei de regulamentação da profissão, amplia os campos de atuação profissional para a Assistência, para a Promoção, para a Gestão das políticas sociais e para o Ensino e pesquisa em *Trabajo Social*. Tal instrumento amplia as atribuições e competências anteriormente estabelecidas pelo *Ministerio de la Salud Pública y Bienestar Social*, que além de aplicar, monitorar e fiscalizar o cumprimento da legislação, passa a regulamentar o registro profissional a nível nacional.

Observamos que a elaboração e consolidação destes instrumentos jurídico-normativos é fruto da articulação de uma categoria profissional em constante processo de renovação, evidenciando ainda que a democratização do país proporcionou um salto qualitativo à profissão, possibilitando uma guinada crítica à formação e ao exercício profissional dando *status* de relativa autonomia aos profissionais *trabajadores sociales* do Paraguai. O início desse processo

de renovação no âmbito da formação profissional pode ser identificado a partir de 2001, ano em que se insere na proposta de formação da carreira de *Trabajo Social* da UNA a ideia de um *Trabajo Social Crítico*.

Evidenciamos ainda que esse conjunto articulado de normativas possibilitaram pela primeira vez a elaboração de uma proposta de formação profissional com parâmetros mínimos para elaboração e reconhecimento das propostas pedagógicas no âmbito do *Trabajo Social* paraguaio, uma vez que a ausência de tais parâmetros já foram identificados em outros estudos (NERI, 2019; NERI; SILVA, 2021).

Unidades de ensino superior que ofertam a carreira de trabalho social no Paraguai

No Paraguai, de acordo com dados disponibilizados pelo Conselho Nacional de Educação Superior do Paraguai (CONES), até o ano de 2020, existem 54 instituições de caráter universitário, sendo 46 privadas e 08 públicas. Do total de instituições privadas, 07 possuem em seus quadros a carreira de *Licenciatura en Trabajo Social*⁹ e no âmbito das instituições de educação superior públicas, 04 universidades formam *Trabajadores Sociales*. Ambas na modalidade presencial, totalizando onze universidades públicas que ofertam a carreira de *Trabajo Social* no país¹⁰. A seguir demonstramos o quadro que apresenta as universidades privadas e públicas que formam *Trabajadores Sociales* no Paraguai.

Quadro 2: Distribuição das Instituições de ensino superior, instaladas no Paraguai, que mantém curso de Trabajo Social, por denominação, sede, caráter, duração e carga horária¹¹

| INSTITUIÇÃO | CARATER | ANO HAB. CONES | TEMPO FORMAÇÃO | C.H |
|---|---------|----------------|-------------------|----------------|
| Universidad Autónoma de Encarnación (UNAE) | Privada | 2013 | 4 anos | 3.970 |
| Universidad Evangélica del Paraguay (UEP) | Privada | 2016 | 4 anos | 2.700 |
| Universidad Americana | Privada | 2006 | 08 semestres | 2.720 |
| Universidad Interamericana | Privada | 2015 | 4 anos | 2.900 |
| Universidad Nihon Gakko | Privado | 2016 | 04 anos | 2.760 |
| Universidad Técnica de Comercialización y Desarrollo - UTCD | Privada | 2005 | 4 anos e 06 meses | Sem informação |

⁹ O entendimento de licenciatura no Paraguai se refere aos títulos de graduação/diploma de bacharel. A educação superior no Paraguai oferece títulos de formação técnica superior; formação em licenciatura (graduação); e formação em pós-graduação (mestrado e doutorado). Ao longo do texto essa nomenclatura aparecerá frequentemente.

¹⁰ Do total, identificamos que uma universidade privada oferece o curso em dois *campi* e outra universidade pública oferece em três *campi* distintos, totalizando a oferta de 14 cursos de *Trabajo Social*.

¹¹ **Fonte:** Sistematização elaborada pelos autores, a partir de dados disponibilizados pelo Conselho Nacional de Educação Superior (CONES), 2020. As universidades UNAE, UTCD, UNA e UNP não constavam dados de duração e carga horária nos documentos disponibilizados pelo Conselho, logo, essas informações foram recolhidas dos sites oficiais das instituições.

| | | | | |
|--|---------|------|--------------|-------|
| Universidad Católica “Nuestra Señora de la Asunción” (UCA) | Privada | 2007 | 08 semestres | 2.701 |
| Universidad Nacional de Asunción (UNA) | Pública | 1971 | 10 semestres | 3.330 |
| Universidad Nacional de Pilar (UNP) | Pública | 2001 | 4 años | 3.415 |
| Universidad Nacional de Itapúa (UNI) | Pública | 2015 | 09 semestres | 3.188 |
| Universidad Nacional de Concepción (UNC) | Pública | 2016 | 4 años | 3.349 |

Observamos que as universidades públicas nacionais ofertam formação com carga horária predominantemente superior às instituições privadas, mesmo havendo semelhança na distribuição dos semestres/anos. Nesse sentido, abordaremos o ensino superior a partir das instituições públicas nacionais.

Universidad Nacional de Asunción (UNA)

A *Universidad Nacional de Asunción* (UNA) foi a primeira universidade do Paraguai, criada em 1º de março 1889 por meio da Lei “*Enseñanza Secundaria y Superior*”, momento em que se estabeleceu a obrigatoriedade do ensino público, ainda sob o regime ditatorial comandado pelo General Patricio Escobar. A criação da UNA ocorre no contexto historicamente recente do pós-guerra da Tríplice Aliança, não mais do que duas décadas. Contexto sócio-histórico de escassez de pessoas qualificadas para reerguer o país política, econômica e socialmente. Identificamos que a inauguração se deu inicialmente com habilitação de três faculdades: Direito e Ciências Sociais; Medicina e Ramos Anexos; e Matemáticas, mas que esta última não se concretizou no mesmo período. Tem como missão institucional:

Proveer una educación superior de calidad, estimulando el espíritu creativo y crítico de estudiantes, graduados y docentes, contribuyendo a la creación y difusión del conocimiento, a la generación de información científica y técnica, para coadyuvar significativamente al desarrollo humano y al mejoramiento del conjunto de la sociedad [...] (UNA-IESALC/UNESCO, 2005, p. 142).

Em 1963, após vinte e quatro anos da emergência do *Trabajo Social* paraguaio na *Escuela Polivalente de Visitadoras de Higiene*, a profissão é institucionalizada como carreira universitária junto ao Instituto Dr. Andrés Barbero (IAB), agora sob o organograma da *Universidad Nacional de Asunción* (UNA), que além de ser primeira instituição pública de ensino superior do Paraguai a ofertar carreira de *Trabajo Social* foi a única até o ano de 2001. Anterior a este período não se registrou, ou não se localizou, programas de formação desses primeiros *Trabajadores Sociales*. Assim, as informações obtidas sobre a formação profissional de *trabajadores sociales* datam de 1963 conforme constam a partir dos Planos de Estudos implementados por essa universidade, considerando seus parâmetros sócio-históricos.

A formação profissional de *Trabajo Social* como carreira universitária no Paraguai experienciou diversas modificações em suas propostas curriculares (LÓPEZ, 2018; ZÚÑIGA,

2012). O primeiro currículo foi elaborado ainda em 1963, ficando vigente até o ano de 1971. No ano seguinte, a proposta curricular sofre mudanças “[...] que llevaba la marca enfatizada en los métodos tradicionales de caso, grupo y comunidad vinculada a una perspectiva evolucionista particularista” (ZÚÑIGA, 2012, p. 148).

Em 1989, quando finda o longo período ditatorial, a instituição estabelece novo Plano, que passa a vigorar a partir de 1990, contexto em que a profissão deixa de ser denominada *Servicio Social* para *Trabajo Social* e passa a incorporar as ciências sociais no processo de formação profissional (LÓPEZ, 2018), no entanto, “[...] no se observa el desarrollo explícito de la teoría social como parte de la formación (Ibidem, 2018, p 41). Nesse período, Zúñiga (2012, p. 148) analisa:

Se dio un proceso tardío de articulación con el pensamiento que imperaba en las escuelas de la región y el debate sobre la reconceptualización de la profesión y su formación académica no se vivió en el país, hasta la creación del MERCOSUR, en que la carrera entra en contacto con el comité MERCOSUR de organizaciones profesionales de Servicio Social y con esto se comienza a instalar el debate de un proyecto ético político y de un Trabajo Social más crítico que responda a las demandas de la sociedad paraguaya.

A terceira alteração na proposta curricular da carreira aconteceu em 2001, a qual possibilitou um salto qualitativo para a formação profissional de *trabajadores sociales*. Essa nova alteração foi proposta a partir das Bases para o Currículo Mínimo do Serviço Social brasileiro, tendo como princípios orientadores o pluralismo acadêmico; a formação de alta qualidade; e rigor científico que conduza a integração do ensino, pesquisa e extensão, desenvolvidos com ênfase na realidade paraguaia (ZÚÑIGA, 2012). É a partir da elaboração desse novo currículo que a profissão passa a incorporar a perspectiva crítica do Serviço Social latino-americano, assumindo as principais ideias oriundas do movimento de reconceitualização latino-americano, assim como a perspectiva de uma profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho, possibilitando que o *trabajador social* não desenvolvesse sua intervenção profissional apenas como executor terminal de política social (BATTILANA; LÓPEZ, 2018).

Em 2006 é implementado novo Plano Curricular, num contexto em que a carreira de *Trabajo Social* deixa de compor o *roll* de ofertas do Instituto Dr. Andrés Barbero e passa a ser incorporada pela Faculdade de Filosofia da UNA, tensionando a criação do *Plan Emergente*, modificando substancialmente o Plano anterior, organizando a formação profissional em áreas do conhecimento (BATTILANA; LÓPEZ, 2017). Essa proposta curricular ficou vigente até 2011, ano em que o curso é desanexado da Faculdade de Filosofia, passando a depender do

recém-criado *Instituto de Trabajo Social*, vinculado diretamente do *Rectorado de la UNA*¹² (LÓPEZ, 2018; ZÚÑIGA, 2012).

Conforme apontam Battilana e López (2017), a quinta modificação no Plano Curricular ocorreu em 2012, apresentando a “questão social” com maior regularidade, consolidando a matriz curricular vigente desde 2001, tanto em relação aos princípios quanto aos fundamentos. Essa proposta tem como princípios orientadores o Pluralismo Acadêmico; a Formação de Alta qualidade e Rigor Técnico; e Realidade Nacional, adotando uma concepção de *Trabajo Social* com “[...] una profesión en la división social y técnica del trabajo donde le compete la implementación de políticas sociales de asistencia en espacios micro (generalidades) pudiendo el profesional participar no apenas en la ejecución terminal de dicha política, sino en la formulación, evaluación y redefinición de las mismas (UNA, 2015, p. 04).

Uma nova proposta curricular é aprovada em 2015, implementada a partir de 2016, motivada pela necessidade de definir de forma mais objetiva as dimensões que configuram o *Trabajo Social* como disciplina, as dimensões interdisciplinares e sócio-históricas da teoria social e da realidade nacional (UNA, 2015). Assume, a partir de então, a definição de *Trabajo Social* abordada pelo Comitê Mercosul de Organizações Profissionais de Serviço Social:

El Trabajo Social/Servicio Social es una profesión que se inserta en el ámbito de las relaciones entre sujetos sociales, entre estos y el Estado en los distintos contextos socio históricos de actuación profesional. Desarrolla una praxis social y un conjunto de acciones de tipo socioeducativo que inciden en la reproducción material y social de la vida con una perspectiva de transformación social, comprometida con la democracia y el enfrentamiento de las desigualdades sociales, fortaleciendo la autonomía, la participación y el ejercicio de la ciudadanía, en la defensa y conquista de los derechos humanos y la justicia social (UNA, 2015, 04).

A atual proposta curricular do curso de *Trabajo Social* da UNA é regulamentada pela Resolução N° 0170-00-2020, sendo denominada *Plan Curricular*. De acordo com a normativa, a carreira de *Trabajo Social* na UNA tem a duração de 10 semestres com carga total de 3.330 horas. Este Plano destaca a necessidade de definir as dimensões de configuração disciplinar da carreira, dimensões interdisciplinar e sócio-histórica da teoria social e da realidade paraguaia. Nesse sentido, o Plano Curricular da UNA (2020) preconiza que a carreira deve:

Formar profesionales con conocimiento teóricos, habilidades técnicas y posicionamiento ético para desarrollar una intervención fundada en los ámbitos de desarrollo de políticas, programas y proyectos sociales, que permitan al profesional su contribución en la elaboración e implementación de políticas sociales en el Estado, así como en espacios de organización y movilización de la sociedad civil para la construcción de una ciudadanía

¹² Em 2018, é criada a Faculdade de Ciências Sociais (FACSO), ocasião em que o curso de *Trabajo Social* passa a ser vinculado a mesma, de acordo com a Resolução UNA N° 0646-00-2018.

crítica y participativa (UNA, 2020, p. 05).

O perfil proposto por este Plano estabelece que o egresso do curso de *Trabajo Social* da UNA deve possuir conhecimentos, habilidades e atitudes que possibilitem ao profissional compreender a realidade social e as particularidades paraguaias; elaborar propostas de intervenção profissional tendo como fundamentos as relações de gênero, classe geração e interculturalidade; desenvolver capacidades para trabalhar em projetos de pesquisa com atitude investigativa que possibilite produzir conhecimento para balizar a intervenção profissional; elaborar, executar e avaliar planos, programas e projetos em matéria de políticas sociais; contribuir para o fortalecimento de diálogos igualitários para subsidiar trabalho interdisciplinar; reconhecer os saberes, as subjetividades e a historicidade dos sujeitos; assumir os valores de respeito, liberdade, justiça social, solidariedade e participação estipulados pelo conjunto da categoria profissional a nível da região do Cone Sul (UNA, 2020). O *Plan Curricular* da carreira de *Trabajo Social* da UNA é sintetizado na Matriz Curricular, que congrega um conjunto de componentes curriculares denominados de *Asignaturas*

A matriz curricular da UNA é subdividida em cinco grandes áreas formativas: 1) Fundamentales – correspondente as *Asignaturas* que são ofertadas desde o semestre probatório ao nono semestre; 2) *Seminarios Optativos* – Apesar de não constar componentes optativos na matriz, a proposta pedagógica explicita que estas *Asignaturas* deverão ser realizadas como seminários de graduação, perpassando todo processo formativo; 3) *Abordaje Profesional* – ofertada do primeiro ao quarto ano e tem caráter eminentemente interventivo; 4) *Orientación de Tesis* – realizada no nono e no décimo semestre. Consiste na elaboração de um *protocolo* que deve sistematizar os conhecimentos adquiridos na formação profissional; e 5) *Extensión Universitária* – assim como os componentes optativos, não é expresso na matriz curricular.

A proposta pedagógica, apesar de não expressar na Matriz, apresenta que deverão ser realizadas atividades de extensão universitária ao longo do processo formativo e devem compreender um total de 90 horas. Assim, para receber o título de *Licenciado/as em Trabajo Social* o/a acadêmico deve cursar todos estes componentes que compõem atividades que vão desde as ministradas em sala de aula às atividades de campo; orientação de trabalho final de graduação expresso na *Orientacion de tesis*; extensão universitária; e o estágio que é denominado de *Abordaje Profesional* I, II, III e IV que se inicia no segundo semestre e finaliza no oitavo. Observamos ainda que a proposta pedagógica de formação teve como fundamento além de outros países da América Latina, autores e documentos oriundos do Serviço Social brasileiro, tais como: Ney Luiz Teixeira de Almeida; Marilda Vilela Iamato; Yolanda Guerra; Jussara Mendes; José Paulo Netto e Carlos Nelson Coutinho, que apesar de não ser assistente

social suas pesquisas contribuem muito para a profissão. A projeto pedagógico do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, assim como da UNAN (México), UCR (Costa Rica) e UNER (Argentina), também foi fundamento para elaboração da proposta pedagógica da UNA.

Universidad Nacional de Pilar (UNP)

A criação da *Universidad Nacional de Pilar (UNP)* teve como baliza uma iniciativa popular por meio de assembleia no ano de no início da década de 1990. Beniítez (2016) aponta que a universidade está sediada numa localidade historicamente distante das políticas públicas de desenvolvimento. Assim, em 28 de dezembro de 1994, foi publicada a Ley N° 529/1994, criando a UNP, sendo a primeira instalada no interior do país. Nas palavras de Beniítez (2016, p. 59):

El modelo soñado por los fundadores fue una Universidad distinta, según consta en las actas de sus inicios, con carreras no tradicionales acorde con las necesidades o realidades de la región, con énfasis en la cultura, el medio ambiente y con una atención especial a uno de los ecosistemas más frágiles del País: los humedales del Ñeembucú, ubicados en el entorno próximo a la sede de la Universidad.

De acordo com a autora, esse senho teve que ser postergado, tendo em vista as exigências emanadas de fatores externos, tais como o fator econômico, que impossibilitaram o desenvolvimento destas atividades. A autora pontua que mesmo com estas limitações, a universidade impulsionou nas atividades de extensão “[...] como oportunidad de vinculación con la sociedad e institucionalizó la investigación dentro de la Universidad paraguaya” (BENÍTEZ, 2016, p. 59). Essa prática investigativa possibilitou a universidade instalar o debate político no âmbito das demais universidades públicas nacionais. É importante observamos que a UNP foi a primeira Universidade Nacional nos pós movimento de democratização, demonstrando que a iniciativa dos movimentos populares foi de suma importância para a criação da universidade. Após dez anos de implantação da universidade é criada a carreira de *Trabajo Social* da *Universidad Nacional de Pilar (UNP)*, vinculada à *Facultad de Derecho, Ciencias Políticas y Sociales*, sendo a segunda universidade nacional do Paraguai a ofertar o curso público na modalidade presencial, a partir de 2001.

A proposta curricular da carreira de *Trabajo Social* da UNP é denominada *Programa de Estudio* e está estruturada apresentando a fundamentação; os objetivos geral e específicos; duração e título; carga horária e matérias que compõe o processo de formação profissional; o perfil do egresso, compreendendo as competências genéricas e as competências específicas; o

campo labora; e os documentos necessários para ingresso no curso. Em relação ao perfil profissional, a proposta estabelece que a carreira surge para

Formar profesionales expertos en Desarrollo Social a partir de la especialización en Intervención e Investigación Social, en Gerencia y Evaluación de Políticas Sociales que apunte al desarrollo social sostenible a nivel departamental, nacional y regional considerando los grandes desafíos de la globalización de la pobreza, la importancia que adquiere de la cuestión social actualmente (UNP, 2020, p. 01).

No que se refere ao perfil de egresso, o profissional licenciado tem a possibilidade de elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais e prestar assessoria e consultoria no âmbito da administração pública, privada e em organizações populares em matéria de *Trabajo Social*; elaborar, coordenar e avaliar planos, programas e projetos de intervenção social; orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais; planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais; planejar, executar e avaliar pesquisas sobre a realidade social; realizar estudos socioeconômicos dos sujeitos atendidos nas instituições para outorga-lhes benefícios e serviços sociais; acompanhar, treinar e avaliar na prática profissional em âmbito acadêmico e demais áreas de atuação profissional; dirigir e coordenar associações, centros de estudos e pesquisas em ciências sociais; e coordenar seminários, encontros, congressos e eventos relativos ao *Trabajo Social*.

O *Programa de Estudios* da carreira de *Trabajo Social* da UNP apresenta os componentes, os quais são denominados de *Materias* que são expressas na Matriz Curricular. este Programa compõe 39 disciplinas/matérias, com 85 horas cada, acrescida a carga horária de estágio/*pasantía* de 100 horas, totalizando 3.840 horas para formação profissional em um período de 4 anos (1º, 2º, 3º e 4º curso), outorgando título de *Licenciado en Trabajo Social*.

Para que o acadêmico conclua a formação e tenha outorgado título de *Licenciado en Trabajo Social*, deve percorrer o processo formativo concluindo todas as *Materias* teóricas, de campo; estágio, denominado de *Pasantia Práctica*, realizado no quinto curso e possui carga horária de 100 horas totais; e elaboração de trabalho de conclusão de curso, denominado *Elaboración de Tesis* que é realizado no último ano, no entanto não se localiza na proposta pedagógica a carga horária reservada para este componente. Não se localizaram componentes específicos para realização de atividades de extensão universitária.

A Universidad Nacional de Itapua (UNI)

A *Universidad Nacional de Itapua* (UNI) foi criada em 1996 por meio da Lei 1.0009, de 03 de dezembro de 1996, inicialmente com as carreiras de medicina e engenharia

eletromecânica. A universidade surgiu a partir de demanda da sociedade civil *Comisión Central Coordinadora*, que foi responsável pela elaboração da proposta ainda em 1995. Não se registram estudos sobre o processo de implementação da UNI, assim como não localizamos documentos mais substanciais que tratam da temática. A própria Lei de criação não apresenta mais informações, uma vez que possui apenas dois artigos, o primeiro criando a universidade e o segundo comunicando ao Poder Executivo.

O terceiro curso de *Trabajo Social* em instituição pública no Paraguai foi implementado na *Universidad Nacional de Itapua* (UNI) no ano de 2015, dezenove anos após a implantação da universidade. Trata-se da única oferta de *Trabajo Social* multicampi, localizados nas cidades de *Encarnación, María Auxiliadora e Coronel Bogado*.

A proposta pedagógica de formação da carreira de *Trabajo Social* da UNI é definida no seu *Programa de Estudios* e na *Malla Curricular*. Apresenta o Objetivo da carreira de *Trabajo Social*; o perfil a ser formado; e o perfil do profissional egresso. Assim, esse Programa se estrutura na apresentação da identificação da respectiva *Asignatura*; da fundamentação; dos objetivos; dos conteúdos, que se desdobram nas unidades; na metodologia; no processo avaliativo; e na bibliografia a ser utilizada. No que se refere ao objetivo, a proposta de formação estabelece que a carreira deve “Formar profesionales autónomos, con sentido crítico y compromiso ético y social con los sujetos con los cuales interactúa en los espacios donde se desenvuelve laboralmente” (UNI, 2020, p. 02). No tocante ao perfil a ser formado, o processo pedagógico possibilita ao estudante a apreensão de sólidos conhecimentos para compreender as ciências humanas e sociais que sustentam a profissão; realizar análise e interpretação da questão social e das políticas sociais; habilidades para fazer uso de instrumental teórico-metodológico/operativo produzido pelas ciências sociais para intervenção na realidade social; atitudes e habilidades para a pesquisa social que permita ao profissional sua contribuição na elaboração e implementação de políticas sociais no âmbito do Estado e espaços de organização e mobilização da sociedade civil (UNI, 2020)

Em relação ao perfil do egresso, espera-se que o profissional *Trabajador Social* formado pela UNI tenha competências e habilidades para trabalhar em instituições públicas e privadas, assim como em organizações não governamentais. Identificamos que este perfil profissional está voltado para atuação profissional nas políticas de saúde, educação, habitação, emprego, infância, família entre outros campos de atuação socioprofissional. Ao mesmo tempo, o profissional deve ser capaz de atuar na elaboração, na formulação, na implementação e na avaliação de programas e projetos no âmbito destas políticas públicas. Estabelece o vínculo entre a prática profissional e a produção do conhecimento do âmbito do *Trabajo Social*,

demonstrando a necessidade da indissociabilidade entre teoria e prática profissional, evidenciando a importância do ensino do trabalho profissional no processo de formação dos futuros *Trabajadores Sociales* egressos da UNI.

A *Malla Curricular* apresenta um total de 57 *Asignaturas* divididas em nove semestres, totalizando quatro anos e meio de formação, sendo que o primeiro semestre é reservado aos componentes do *Curso Probatorio de Admisión* que congrega cinco *Asignaturas*. O processo formativo totaliza 3.188 horas. Para consolidação do processo formativo é necessário que o acadêmico perpassasse todos os componentes da estrutura curricular. Dentre estes componentes destacamos a realização do estágio e trabalho final de curso. O estágio é denominado na proposta pedagógica na UNI como *Abordaje Profesional I e II*, ambas realizadas de forma anual, iniciando no quarto e finalizando sétimo semestre do curso totalizando 116 horas. Já o trabalho final de curso é denominado de *Taller de Tesis* e é ofertado em componente optativo no último semestre do curso, totalizando 108 horas. Não se localizaram tanto no *Programa de Estudios* quanto na *Malla Curricular* atividades e/ou componentes relacionados as atividades de extensão.

Universidad Nacional de Concepción (UNC)

A *Universidad Nacional de Concepción* (UNC) foi criada em 2007 com a promulgação da Lei Nº 3201, de 04 de março de 2007. Caracteriza-se por uma instituição autônoma, de direito público e iniciou suas atividades com as três faculdades: *Facultad de Ciencias de la Salud, Facultad de Ciencias Económicas y Administrativas y Facultad de Ciencias Agrarias*. Mesmo sendo uma universidade pública nacional historicamente nova, não se localizam muitos estudos e/ou documentos que discorram sobre seu processo de implementação. Identificamos no *Proyecto Educativo Institucional* da carreira de odontologia que o fator gerador para criação desta universidade se deu “[...] a partir del análisis de la realidad con los jóvenes y estudiantes, quienes manifestaron su deseo de contar con una Universidad Oficial que evite emigrar a otros lugares y/o países ya que esto implicaba abandonar a la familia y por la situación económica que en muchos casos impedía el traslado” (UNC, 2012, p. 01).

Em 2016, nove anos após sua criação, a *Universidad Nacional de Concepción* (UNC) passa a ofertar o quarto curso de *Trabajo Social* público presencial do Paraguai, vinculada a *Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación*. A proposta pedagógica desta carreira é denominada *Programa Formativo*. Nesse documento não consta os objetivos, o perfil formativo, nem o perfil do profissional egresso. Estas informações podem ser encontradas no regulamento específico da Faculdade. Assim, o regulamento apresenta o objetivo geral, os

objetivos específicos, as habilidades e as competências do egresso da carreira de *Trabajo Social*. O *Programa de Formativo* divide o processo formativo em oito semestres, correspondendo ao total de 51 *Asignaturas*, totalizando 3.339 horas. No que concerne ao objetivo da carreira, o regulamento discorre que visa: “[...] formar profesionales en un nivel de excelencia académica en Trabajo Social, basado en una convicción ética, para que sean capaces de analizar, explicar y comprender las necesidades y problemas sociales creando modelo de intervención para su atención (UNC, 2019, p. 37).

O perfil a ser formado congrega os elementos dos objetivos específicos do processo de formação profissional, quais sejam: o conhecimento dos aspectos sócio-históricos da sociedade paraguaia; formação interdisciplinar; utilização de um marco teórico que seja capaz de desvendar as realidades nacional, regional e local; desenvolver competências profissionais comprometidas com o desenvolvimento social; desenvolver competências relacionadas a pesquisa e a produção do conhecimento; assim como para organização de comunidades; elaboração, planejamento e formulação de projetos relacionados ao desenvolvimento social.

Espera-se que o egresso da carreira de *Trabajo Social* da UNC tenha um perfil voltado para atuação no âmbito de três competências profissionais: conhecimentos; habilidades; e atitudes. No que refere aos conhecimentos profissionais, o profissional deve ter capacidade, a partir de teorias epistemológicas e socioculturais, para compreender e interpretar realidade, assim como o sistema político, o poder e o Estado. Além da compreensão de marcos teóricos que sejam capazes de interpretar a estrutura e a dinâmica dos sistemas de organização social. Conhecimentos para pesquisa, programação e intervenção social. No quesito habilidades, espera-se que o profissional seja capaz de analisar o contexto social, econômico e cultural da população; elaborar, propor e implementar e avaliar políticas e programas sociais; assim como elaborar pesquisas sociais. No tocante as atitudes, o profissional deve possuir capacidade de diálogo, reflexão, promoção e análise a luz das ciências sociais no campo crítico e na defesa dos direitos humanos a partir de diferentes modelos de abordagens.

A proposta pedagógica da carreira de *Trabajo Social* da UNC é expressa na *Malla Curricular*, apresentando conjunto de *Asignaturas* de componentes teórico e práticos que sistematizam o *Programa Formativo* da proposta de formação profissional. Essa *Malla* sistematiza as 51 *Asignaturas* do *Programa Formativo*, estando disseminada em oito semestres entre componentes das áreas básicas, profissionais, complementares e optativos, assim como os componentes práticos, remetendo às áreas de formação postuladas pela ANEAES (2019). Para que o egresso obtenha título de *Licenciado em Trabajo Social* pela UNC, o mesmo deve consolidar todos estes componentes teóricos e práticos. A carga horária dos componentes da

área de formação prática está dividida na *Asignatura de Práctica Social* I, II, III, IV, V e VI que se referem ao estágio, iniciando no terceiro e terminando no oitavo semestre da formação com total de 340 horas. Além disso, é necessária realização de trabalho final de graduação, denominado de *Taller Final de Grado* I e II, no sétimo e oitavo semestre respectivamente.

Considerações finais

A partir dos estudos realizados, foi possível construir resultados que nos possibilitaram conhecer o processo formativo de *trabajadores sociales* no Paraguai. Destacamos aqueles que permitem entender os meandros do processo formativo. Identificamos a sobreposição de *Asignaturas* da UNA e da UNC apresentam os componentes curriculares por área de conhecimento/formação seguindo os parâmetros estipulados pelos *Criterios de calidad para la carrera de Licenciatura em Trabajo Social* estabelecidos pela ANEAES. Isso pode ser justificado tendo em vista que a atual proposta pedagógica tanto da UNA quanto da UNC são posteriores ao ano de criação destes critérios (UNC em 2019 e UNA 2020), o que demonstra que vem ocorrendo mudanças substanciais no processo de pensar a formação profissional, respondendo a novas demandas sócio-históricas. A proposta da UNA, apesar de indicar tais áreas, não indica quais *Asignaturas* as compõem.

A análise dos quadros formativos expressos nas propostas pedagógicas nos permitem identificar que a formação profissional se direciona a objetivos e um perfil que se aproximam. Em relação aos objetivos, destacamos os relacionados a análise da vida social; aos conhecimentos que sustentam a formação; as habilidades; aos instrumentos técnico-operativos e teórico-metodológicos; a ética; e a implementação de políticas sociais. No que tange ao perfil a ser formado, a direção é centrada na interpretação da questão social e suas expressões; na elaboração de propostas interventivas; e nas competências profissionais. Consideramos ainda que as *Mallas Curriculares* expressam componentes vinculados ao *trabajo profesional*, aos fundamentos do *Trabajo Social*; e à prática social.

Esta justaposição das *Asignaturas/Materias* nos permite identificar que a formação em *Trabajo Social* nas quatro universidades nacionais segue uma tendência de ofertas de componentes eminentemente voltados a área de conhecimentos profissionais. Isso pode ser identificado nos componentes que abordam o ensino no âmbito de quatro dimensões vinculadas: ao *Trabajo Social*; aos fundamentos do *Trabajo Social*; a prática social no âmbito das políticas sociais; e à produção do conhecimento, fazendo remissão ao objetivo, ao perfil a ser formado e ao perfil do egresso. Assim, observamos o ensino no âmbito das políticas de educação, saúde, educação ambiental; no ensino da intervenção com determinados segmentos

populacionais tais como idosos, crianças, mulheres, com famílias e com grupos sociais. Identificamos ainda que a formação possibilita o ensino dos fundamentos, da metodologia, do trabalho, da realidade social e do estágio expresso na abordagem profissional e/ou na prática social, além de expressar a necessidade da indissociabilidade entre teoria e prática.

Identificamos ainda que as propostas pedagógicas materializadas nos *Planes* e/ou *Programas de Estudios* das universidades estudadas estão articulados para desenvolver e operacionalizar a justaposição das disciplinas apresentadas nas *Mallas Curriculares*. Assim, a proposta pedagógica explicita a relação e o desenvolvimento entre os distintos momentos da formação profissional de forma a desenvolver a maturação profissional. Ou seja, a *Malla Curricular* expressa a síntese do processo formativo, no entanto, sem o conhecimento das propostas pedagógicas, essa justaposição de *Asignaturas/Materias* perde o sentido na formação de *Trabajadores Sociales*.

Por fim, compreendemos que os recentes avanços no campo ético, político, técnico, teórico e metodológico que se deram a partir da criação de instituições de referência profissional, como as associações e sindicatos, a criação do código de ética, da lei de regulamentação da profissão permitiram imprimir uma identidade profissional ao *trabajo social* paraguaio, pois, a partir dessa interlocução e articulação foi possível estabelecer parâmetros comuns para formação de *trabajadores sociales* no Paraguai.

Bibliografia

- AGÜERO, Stella Mary García. “*La Cuestión Social en el Paraguay del Siglo XX: Trabajo Social y políticas sociales*. Editorial Arandurã. Assunção. Paraguai, 2019.
- ALCALÁ, Guido Rodríguez. “Introducción” y “Francia y López” (*Ideología autoritaria*, 1987). In: CREYDT, Oscar; SOLER, Lorena. **Antología del pensamiento crítico paraguayo contemporáneo**. Clasco, 2015.
- ANEAES. Agencia Nacional de Evaluación y Acreditación de la Educación Superior. Criterios de Calidad para la evaluación y acreditación de la Licenciatura en Trabajo Social. 2019.
- APSSTS. Asociación de Profesionales de. Servicio Social o Trabajo. Social del Paraguay. **Código de Ética del Ejercicio Profesional del Trabajo Social en el Paraguay**. 2008.
- BATTILANA, Nidia. LÓPEZ, Sara. Incorporación de la teoría crítica en la formación profesional del trabajo social en la Universidad Nacional de Asunción: una búsqueda sostenida. In.: Formación en trabajo social: miradas y reflexiones sobre el proceso de enseñanza. **Editorial Fundación la Hendija**. 2018.
- BENÍTEZ, Ever Villalba. **Universidad. Autonomía y Persecución**. Arandurã Editorial. Paraguai. 2016.
- CABRERA BRITTEZ, Patricia Soledad. **El derrocamiento del régimen de Stroessner y los principios de la transición democrática en Paraguay desde 1987 hasta 1993**. 2012. Tese de Doutorado. uniwien.
- CRISTALDO, Sara Raquel López. Educación e inclusión. Aportes para la intervención del Trabajo Social en Paraguay. *Escenarios*, 2021, 33.
- GARCÍA, Carmen; VERA, Ada. Ejes para pensar la Matriz Histórico-Crítica en la formación del Trabajador Social en Paraguay. KERA YVOTY, v. 1, p. 31-42, 2016.
- GARCÍA, Stella Mary. Avances y perspectivas en la formación profesional. **Margen: revista de**

- trabajo social y ciencias sociales**, n. 41, p. 6, 2006. Disponível em: <https://www.margen.org/suscri/margen41/garcia.html#sdfootnote2sym>. Acesso em: 01 set. 2019.
- GARCIA, Stella Mary. Bases para un análisis del origen del Trabajo Social en Paraguay. Assunção: Base Is. 1996.
- GARCIA, Stella Mary. La reconceptualización de trabajo social em Paraguay. In Trabajo Social Latinoamericano. A 40 años de la Reconceptualización. Trabajo Social, n. 10, 2008.
- GOIRIS, Fabio Aníbal Jara. *Autoritarismo e democracia no Paraguai contemporâneo*. Editora da UFPR, 2000.
- LÓPEZ, Sara Raquel. Recorrido por la formación profesional del trabajo social en la Universidad Nacional de Asunción. In.: TRABAJO SOCIAL EN EL SIGLO XXI. Desafíos para la formación académica y profesional. Dykinson. Madrid. España. 2018.
- NERI, Filipe Silva. **Simetrias e Assimetrias na Formação Profissional de assistentes sociais do Arco Sul do Mercosul: um estudo de caso na UNA e UNILA**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/123456789/5266>. Acesso em: 24 maio. 2020.
- NERI, Filipe Silva; DA SILVA, Maria Geusina. FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL E PARAGUAI: UM ESTUDO DE CASO NA UNILA E UNA. *Revista Serviço Social em Perspectiva*, 2021, 5.02: 183-205. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/4089>. Acesso em: 20 jan. 2022.
- PADRÓS, Enrique S. O Paraguai de Stroessner no Cone Sul da Segurança Nacional. **Ponencia presentada en: IX Encontro Estadual de História da ANPUH-RS, Porto Alegre, Brasil**, 2008.
- PARAGUAY. Ley 6.220/2018 – Del ejercicio profesional del Trabajo Social en el Paraguay.
- PISTILLI, Mónica. VARGAS, Manuel. Breve Historia del Trabajo Social en el Paraguay. 2016.
- UNA. Universidad Nacional de Asuncion. Resolução Nº 0170-00-2020. Estabelece o Plano Curricular da carreira de Trabajo Social. 2020.
- UNA. Universidade Nacional de Assunção. Resolução Nº 0183-00-2015. Por qual se aprova o pano curricular da Carreira de Trabajo Social e o plano ponte para a implementação do plano curricular da carreira de Trabajo Social 2016, do Instituto de Trabajo Social. Assunção. 2015.
- UNC. Universidad Nacional de Concepción. Plano Curricular da carreira de Trabajo Social. 2012.
- UNC. Universidad Nacional de Concepción. Reglamento Especifico – Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. Disponível em: <https://www.fhyce.edu.py/reglamentaciones/>. Acesso em: 19 jan. 2022.
- UNI. Universidad Nacional de Iapua. Proyecto Educativo Institucional. Facultad de Odontología. Disponível em: <https://docplayer.es/8479775-Universidad-nacional-de-concepcion-creada-por-ley-no-3201-07-facultad-de-odontologia.html>. Acesso em: 19 jan. 2022.
- UNP. Universidad Nacional de Pilar. Plano Curricular da carreira de Trabajo Social. 2020.
- VERA, Ada. La formación disciplinar del trabajo social. Conservadurismo, derechos sociales y políticas sociales. **Revista MERCOSUR de Políticas Sociales**, v. 2, p. 310-325, dez. 2018. ISSN 2663-2047. Disponível em: <http://revista.ismercosur.org/index.php/revista/article/view/79>. Acesso em: 01 maio. 2020.
- VILLAGRA, Luis Rojas. La metamorfosis del Paraguay. **Del esplendor inicial a su traumática descomposición**. Asunción: BASE Investigaciones Sociales, 2014.
- ZÚÑIGA, Mónica Ruoti de García de. **Una aproximacion al escenario del trabajador social formación académica, capacitación, perfil socio laboral, actuación profesional y participación gremial. año 2010**

La posicionalidad geopolítica en la investigación: trayectorias de trabajadoras/es sociales bajo las exigencias del capitalismo cognitivo en Chile

Geopolitical positionality in research: trajectories of social workers under the demands of cognitive capitalism in Chile

Gianinna Munoz Arce*
Gabriela Rubilar Donoso**

Resumen: En este artículo se analizan las trayectorias de investigación de un grupo de trabajadoras sociales chilenas, relevando una dimensión específica como foco interpretativo: la posicionalidad geopolítica que va dando forma a sus trayectorias, es decir, las complejas relaciones de poder que les posicionan en espacios de valor cambiante y frecuentemente contradictorio, marcados por las exigencias del capitalismo cognitivo. En base a las contribuciones de la teoría crítica, el pensamiento decolonial, perspectivas interseccionales, critical race theory y teorías de posicionamiento indígena, se identifican ciertos “marcadores” o jerarquías de opresión que dan forma a esta posicionalidad –clase, género, etnia, territorio, disciplina, entre otras-, las cuales configuran la posición que construyen las/os trabajadoras sociales en su trabajo investigativo y los anclajes identitarios que dan sentido a la tarea de investigar en un escenario competitivo y regido por los criterios de la “economía del conocimiento”.

Palabras clave: trayectorias, investigación, posicionalidad, geopolítica, trabajo social

Abstract: This article analyses the research trajectories of a group of Chilean social workers, highlighting a specific dimension as an interpretative focus: the geopolitical positionality that shapes their trajectories, i.e. the complex power relations that position them in spaces of shifting and often contradictory value, marked by the demands of cognitive capitalism. Drawing upon critical theory, decolonial thought, intersectional perspectives, critical race theory and theories of indigenous positioning, we identify certain "markers" or hierarchies of oppression that shape this positionality -class, gender, ethnicity, territory, discipline, among others- which shape the position that social workers construct in their research career that give meaning to the task of research in a competitive scenario governed by the criteria of the "knowledge economy".

Keywords: trajectories, research, positionality, geopolitics, social work

Recebido em: 21/01/2022
Aprovado em: 05/05/2022



© O(s) Autor(es). 2018 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt-BR>), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

* Núcleo Estudos Interdisciplinares em Trabalho Social, Departamento de Trabalho Social, Universidad de Chile.

** Núcleo Estudos Interdisciplinares em Trabalho Social, Departamento de Trabalho Social, Universidad de Chile.

Introducción

La importancia de la investigación ha sido ampliamente discutida en el trabajo social latinoamericano desde sus inicios. Autoras como Matus, Aylwin y Forttes (2004), Rozas (2005), Aquín (2006), Aguilar et al. (2008), Parola (2009), Cazzaniga (2009), Falla (2009), Rubilar (2009), Grassi (2011), Burgos (2011), Travi (2014) entre otras, reconocen que, a inicios de 2000, se comienzan a incrementar los debates en torno al rol y carácter que juega la investigación en trabajo social. Surgen en este contexto discusiones sobre las prioridades de investigación, las teorías que las sustentan, sus alcances, especificidades y exigencias. Estas preocupaciones se producen al alero de la expansión/creación de nuevos programas de doctorado en trabajo social en países vecinos -como Brasil y Argentina- y al incremento en la oferta de postgrado en Chile, lo cual ha contribuido a la formación de nuevas/os investigadoras/es y ha potenciado espacios para la enseñanza de la investigación y la reflexividad sobre su quehacer. En este período, también se observa en Chile una ampliación de las posibilidades de investigación en general, gracias a los programas de becas impulsados en el primer gobierno de Michelle Bachelet (2006-2009), aumentando con ello la cantidad de trabajadoras/es sociales cursando doctorados, la productividad investigativa y el debate sobre su impacto. Como consecuencia de lo anterior, la comunidad académica de investigadoras/es vinculados al trabajo social en Chile se ha ampliado en los años recientes. Así queda en evidencia cuando se comparan los 70 trabajadores sociales con grado de doctor castrados en un registro iniciado en el año 2013 (Rubilar, 2015) con los 150 doctores registrados al momento de escritura de este artículo (Rubilar, 2022a).

Si bien la investigación ha estado en el corazón del debate disciplinar del trabajo social desde sus inicios, el acumulado de investigación en trabajo social ha sido frecuentemente invisibilizado en las narraciones históricas sobre la profesión, cuestión que problematizan Matus, Aylwin y Forttes (2004), Matus (2008) e Illanes (2008), pero que permanece vigente posiblemente debido al carácter de disciplina aplicada y a los estereotipos construidos en torno a las desventajas de las mujeres en el campo de la producción intelectual (Reininger, 2018). La invisibilización de la investigación realizada se ha traducido en problemas de legitimidad y reconocimiento de la disciplina frente a otras disciplinas de las ciencias sociales, asunto que también ha sido identificado en el contexto internacional (Teater, 2017; Teater y Hannan, 2021).

De ahí la relevancia de reconstruir las trayectorias de investigación de trabajadoras/es sociales chilenas/os, en la perspectiva de contribuir a la discusión disciplinar y documentar los alcances de la investigación en la producción de conocimiento, visibilizando el camino recorrido en esta materia y poniendo especial atención a las reflexiones que las/os

investigadores construyen respecto de este quehacer que se produce en un escenario bastante controversial, marcado por las orientaciones del capitalismo cognitivo en la investigación (D'Amico, 2016) y los énfasis de la economía del conocimiento (Lander, 2008) que está a la base de las políticas de fomento a la investigación en Chile (Labraña et al., 2021).

En este artículo se analizan las trayectorias de investigación de trabajadoras/es sociales relevando como eje de análisis la construcción de la posicionalidad en la carrera de investigación. Para ello, se identifican ciertos marcadores que dan forma a la posición de los sujetos en términos geopolíticos, observando la manera en que diversas jerarquías de opresión –clase, género, etnia, edad, territorio, entre otras- van configurando un lugar (o un lugar ambivalente) y diversos anclajes identitarios dan sentido a la opción por investigar en un escenario que está dominado por las orientaciones de mercado en la investigación.

La pregunta central que guía la argumentación es ¿Cómo construyen su posición de investigadoras/es las trabajadoras sociales en este contexto? La noción de posición, desde una perspectiva geopolítica, es clave en esta exploración, en tanto queremos evitar la simplificación y la despolitización de las realidades complejas que están implicadas en el “habitar” un espacio, que se producen por ejemplo cuando se reduce la idea de espacio al territorio geográfico (norte/centro/sur), a las divisiones político-administrativas (provincias/capitales, rural/urbano, etc.), o a las clasificaciones en función de riqueza/pobreza (comunas ricas/pobres) (Araujo, 2009). Con esto queremos plantear, siguiendo las propuestas del pensamiento decolonial, que hay zonas del “ser” y del “no-ser”, en el sentido propuesto por Frantz Fanon (2010), en cada continente, país o ciudad, en cada escuela u hospital, en cada espacio. Como explicaremos más adelante, el foco conceptual del estudio está puesto en la noción de “posición”: la posición que se produce en medio de los entramados del poder y la resistencia, que se generan a su vez localizadamente en cada espacio, en este caso, en los espacios de investigación que ocupan trabajadoras/es sociales.

La pregunta que abordamos en este trabajo conlleva la discusión sobre geopolítica del conocimiento desde una escala macro (geopolítica como parte del sistema capitalista) para usarla a una escala micropolítica, es decir, como clave interpretativa que permita comprender las trayectorias individuales de investigación de trabajadoras/es sociales bajo las dinámicas del capitalismo cognitivo y la economía del conocimiento.

Las universidades chilenas, como en el mundo entero, operan bajo la lógica de incentivos por productividad acordes con los enfoques gerencialistas imperantes. En este sentido, y desde una mirada macro, todas/os las/os trabajadoras/es sociales estarían desarrollando sus trayectorias de investigación bajo este marco. Sin embargo, lo que queremos

develar en este estudio es la manera en que ciertos elementos de las trayectorias biográficas de las/os trabajadoras/es sociales –lugar de nacimiento, edad, lugares y oportunidades de formación, adhesiones políticas, género, redes de contacto, entre otros elementos que suponen jerarquías o diferenciaciones- van perfilando una posición geopolíticamente diferenciada, y por cierto, ‘situada’ en el sentido propuesto por Haraway (1995).

Aproximaciones conceptuales a la noción de ‘posicionalidad geopolítica’

La ‘geopolítica del conocimiento’ es una noción que ha sido una de las piedras angulares del pensamiento decolonial. Refiere a una problematización histórica de la imbricación de las estructuras de poder y conocimiento (Ó Tuathail y Dalby, 1998), situando como punto de partida la colonización y el despojo de pueblos ancestrales o primeras naciones (Nakata, 2014). Desde esta perspectiva, los pueblos conquistados y dominados fueron ubicados en una posición natural de inferioridad y, en consecuencia, también sus rasgos fenotípicos, así como sus descubrimientos mentales y culturales (Quijano, 2000). De ahí en adelante, se han ido configurando históricamente mecanismos que han permitido la producción y reproducción, la difusión y el uso del conocimiento hegemónico en detrimento de los ancestrales. En palabras de Castro-Gómez (2000), emerge el epistemicidio –aniquilación de los conocimientos de pueblos ancestrales- y la creación de una línea imaginaria, pero no menos potente, que divide las zonas del “ser” y del “no ser” (Fanon, 2010): lo que “es”, es reconocido, existe, es válido porque funciona de acuerdo a los patrones de acumulación del capitalismo; y lo que “no es” – lo que está fuera, invisible, inservible, disfuncional para dicha lógica de acumulación. A partir de esta distinción de zonas del “ser” y del “no ser”, se establecen jerarquías de dominación en base a las diferencias (epistémicas, raciales, espaciales, sexuales, de género, corporalmente funcionales, estéticas, especistas, etc.), las cuales son “jerarquizadas”, dando como resultado una “posicionalidad” que refleja asimetrías (Anthias, 2012; Nakata, 2014).

Las perspectivas interseccionales han aportado de manera sustantiva a la comprensión de estas jerarquías de opresión y sus múltiples imbricaciones. A partir de estas aportaciones, Hoffman y Cabrapan (2021) proponen la noción de “posicionalidad geopolítica”, para relevar, dentro de las intersecciones de las jerarquías de opresión, las complejas relaciones de poder que posicionan a los individuos y colectivos en espacios de valor geopolítico cambiante y frecuentemente contradictorio. La idea de posicionalidad se origina en los estudios migratorios desde los feminismos interseccionales, en el sentido del cruce de fronteras, no solo geográficas y políticas sino también categoriales (Anthias, 2012), que determinan acceso a derechos y

oportunidades, y a los privilegios y exclusiones que de estos derivan (Magliano, 2015), determinando así la capacidad de agencia de las personas (Pessar y Malher, 2003).

La posicionalidad de los sujetos se produce en el orden social – es decir, en la intersección entre individuo y estructura, e involucra relaciones de poder complejas y globales que (re)posicionan a individuos y colectividades residentes en espacios de valor geopolítico que no son neutros, sino “generizados” (Hoffman y Cabrapan, 2021), o en otras palabras, que operan en el dominio de la colonialidad del género a escala global (Lugones, 2021).

En este sentido, el género, la edad, el territorio y/o la raza, entre otras jerarquías de opresión, operan como marcadores de posición, es decir, distinciones o señalamientos que definen posicionalidad, materialidad social, y condiciones sociales de existencia al encontrarse profundamente imbricados. Como ha dicho Villegas (2020), la causa es consecuencia y viceversa –se es pobre porque se es negra/indígena, se es negra/indígena porque se es pobre.

En ese sentido, vale la pena enfatizar que el capitalismo, como lo advirtieron hace décadas feministas como Heidi Hartman (1982) o María Lugones (2021) se alimenta mutuamente tanto con la colonialidad como con el patriarcado –donde las diferencias de raza/etnia y sexo-genéricas constituyen obstáculos para la acumulación de capital, en tanto proponen otras maneras de comprender el sentido del trabajo, las configuraciones familiares, la reproducción y la sostenibilidad de la vida. Pensadores como Grosfoguel (2021), van más allá, no hablando de ‘capitalismo’ a secas, ni siquiera de ‘capitalismo global’, sino de ‘sistema-mundo capitalista patriarcal occidentalocéntrico cristianocéntrico moderno colonial’. El uso de esta larga frase se propone, ha planteado el autor, llamar la atención respecto a que el capitalismo no es solo un sistema económico, sino que es una civilización, una racionalidad y una ética.

Esta racionalidad capitalista tiene un correlato directo en el plano de la generación de conocimiento. La noción de ‘capitalismo cognitivo’ es crucial para comprender cómo el epistemicidio va dando lugar a la colonialidad del saber (Quijano, 2000) y luego a la mercantilización del saber (Vercellone, 2013). Como ya hemos señalado en trabajos previos (Muñoz-Arce, 2018; Muñoz-Arce y Rubilar, 2020; Muñoz-Arce et al., 2021), la instalación de lógicas de mercado en la investigación –que se traducen en indicadores de productividad investigativa o bonos de incentivo a la publicación, por ejemplo- han vaciado de sentido ideas como “impacto” o “innovación”, fomentando el trabajo individual en detrimento de la colaboración, y reforzando la competencia al interior de los equipos de trabajo.

Siguiendo a D’Amico (2016, p. 432) el capitalismo cognitivo es una nueva fase de acumulación que implica una nueva geopolítica donde el conocimiento ocupa un lugar central,

poniendo de relieve los flujos de poder que circulan en el mundo global, donde “la propiedad intelectual, la concentración del conocimiento y las formas de reproducción social modelan la producción del conocimiento socialmente útil”. La racionalidad del capitalismo cognitivo ha tenido un impacto significativo en las políticas de fomento a la investigación a escala global, donde la vigilancia y control de indicadores de la producción del conocimiento considerado legítimo –publicación en revistas científicas de “alto impacto” en términos de citación, cuantificación de los montos adjudicados en proyectos de investigación, producción de patentes, licencias y spin-offs, entre otros- predominan por sobre el sentido y el potencial transformador de los resultados de las investigaciones (Muñoz-Arce, 2018; Fardella et al., 2019; Rubilar, 2022b).

En este marco, nos preguntamos ¿Cómo han desarrollado las/os trabajadoras sociales sus trayectorias de investigación al alero de políticas orientadas por los principios del capitalismo cognitivo? ¿Cómo construyen su posición de investigadoras/es en este contexto? Por una parte, los estudios de posicionalidad geopolítica plantean que estas tensiones –entre el horizonte ético-político y las condiciones de operación capitalistas- dan lugar a una suerte de desplazamiento o la producción de un no-lugar en los sujetos. Generalmente se produce cuando los sujetos han tenido la experiencia de movilidad ascendente (proviene de comunidades excluidas y/o empobrecidas, y gracias a sus estudios y empleo adquiridos, logran avanzar en la escala social). La movilidad ascendente pone al sujeto en un no-lugar en el sentido en que su comunidad de origen ya no le ve como un igual, pero tampoco se reconoce como parte de los grupos privilegiados de los que llega a formar parte (Santos Junior, 2021). El desplazamiento puede ser de clase, pero también geográfico, sexo-genérico, o de cualquier otra naturaleza en tanto simbolice un desplazamiento en términos identitarios (Oliveira Coutinho, 2020). Es estar en permanente transición, en ese espacio liminal (Lugones, 2021).

En este marco se producen ambigüedades frente al pasado – ilusiones biográficas en palabras de Bourdieu (1996), que generan elaboraciones lineales y binarias sobre la trayectoria que no tienen sentido. Poner atención a las ilusiones biográficas implica comprender que la secuencia de acciones o decisiones en una trayectoria de vida no son necesariamente intencionales o racionales –una tentación difícil de eludir desde el privilegio de la mirada retrospectiva. Existen buenas razones, plantea Santos Junior (2021) para creer que las acciones en una trayectoria fueron vividas como sin sentido, o al menos para aceptar que no hay necesariamente una racionalidad que otorgue o no sentido a las acciones de un sujeto. La trayectoria no es comprendida como un proceso lineal, si no cíclico, donde el binarismo verdad/mentira no tiene sentido.

Los marcadores de posición y el tránsito entre lugar y no-lugar van configurando procesos de identificación/diferenciación en los que se ponen en juego tanto continuidades y reproducciones, como resistencias y rupturas, formando aquel “tejido contaminado pero conectivo [...] un acto complejo que genera afectos e identificaciones fronterizas, ‘tipos singulares de simpatía y choque entre culturas’ [...] el ‘entre-medio’ [“inbetween”] de la cultura, desconcertantemente parecido y diferente” (Bhabha, 1999, p. 96). Las identidades en ese sentido son flexibles, en permanente construcción, abiertas a modificarse en función de la posición geopolítica que se vaya configurando en un tiempo y espacio específico.

En este sentido, las identidades son estratégicas y posicionales (Hall, 2003) y tienen un carácter relacional, es decir, “que supone identificarse con los iguales y diferenciarse de los otros” (Reguillo, 2000, p. 112). Las identidades, según Reyes (2009) funcionan como puntos de referencia y anclaje, elementos del orden social que se incorporan. Los anclajes identitarios constituyen un medio para la acción, en función “de sus pertenencias y fidelidades, de sus compromisos y estrategias” (Reyes, 2009, p.149). Esto quiere decir que los anclajes identitarios permiten construir la trayectoria desde la problematización del sentido de dedicar una carrera a la investigación. ¿Qué Investigo? ¿Para qué investigo? ¿Cuáles son mis causas? ¿Qué es lo que me moviliza?

Metodología

Los resultados discutidos en este artículo forman parte del estudio longitudinal de trayectorias y transiciones investigativas de trabajadoras/es sociales chilenos (Fondecyt Regular N°1190257) que tiene como propósito reconstruir las trayectorias de investigación de quienes han contribuido a la generación de conocimiento del trabajo social en Chile durante los últimos 20 años. Las interrogantes que dieron origen a este artículo dialogan con otras producciones escritas desde el trabajo social chileno que interpelan cuestiones similares respecto a las trayectorias y posiciones del trabajo social en la generación de conocimiento (ver por ejemplo Comelin y Brito (2022), Iturrieta (2020), entre otros).

El estudio se basa en un enfoque biográfico-interpretativo (Bertaux, 2005), que busca hacer visible, a través de testimonios, las coordenadas histórico-biográficas de quienes participan en la investigación. El enfoque biográfico se desarrolla a partir de las narraciones recogidas desde los propios sujetos, y por ello su vinculación con los relatos e historias orales (Gaulejac et al. 2005). Se trata de una metodología cualitativa que considera la singularidad y la heterogeneidad de las situaciones individuales, y permite la aparición progresiva de

elementos de análisis comunes que estructuran y organizan a determinados colectivos, como ocurre en este caso, con quienes hacen investigación en trabajo social. Se enfatiza de este modo, la experiencia vivida: “una experiencia que puede observarse desde múltiples perspectivas, que sucede y hace sentido en un contexto social determinado y cuya comprensión se ve afectada por el proceso indagatorio y por las características de quien investiga” (Bernasconi, 2011, p. 20).

En este artículo, abordamos específicamente la construcción geopolítica de la posicionalidad en tanto investigadoras/es. Las preguntas específicas que guiaron esta indagación fueron las siguientes: ¿qué aspectos / dimensiones de las trayectorias dan forma a esa posición? ¿qué marcadores la configuran? ¿desde qué lugares se construye esa posición? ¿qué anclajes identitarios movilizan la trayectoria investigación?

Para responder estas preguntas, se seleccionaron 14 entrevistas en profundidad realizadas entre 2019 y 2021 por las investigadoras responsables del proyecto, algunas de manera presencial y otras en forma telemática producto a la pandemia. El corpus de entrevistas seleccionado corresponde principalmente a entrevistas realizadas a participantes que se ubican en espacios geográficos distintos a los centros político-administrativos del país –de allí un primer recorte para situar el análisis de los resultados. De las 14 entrevistadas, 13 eran mujeres de entre 35 y 55 años, y un varón del mismo rango etario, lo que da cuenta de la distribución por sexo de una disciplina claramente feminizada. Todas/os las participantes se desempeñaban en el mundo académico al momento de la entrevista, pero se encontraban en distintos momentos de su trayectoria vital: la gran mayoría estaba terminando su doctorado o lo había terminado recientemente, mientras que 6 participantes lo habían terminado hace más de 5 años. La mayoría de las participantes tenía experiencia en liderar o participar en equipos de investigación, producir publicaciones y otras acciones de difusión del conocimiento en el marco de su trabajo académico.

Las entrevistas fueron transcritas verbatim, y luego analizadas y codificadas de acuerdo a los pasos del análisis temático propuesto por Clarke y Brawn (2017). Todas las/os participantes del estudio dieron su consentimiento informado para participar del proceso de entrevista, y el estudio completo, en todas sus fases, fue evaluado y aprobado por el comité de ética de la institución patrocinante.

Los resultados han sido organizado en 3 temas que emergieron del análisis, y que configuran lo que Hoffman y Cabrapan (2021) denominan “posicionalidad geopolítica”: los marcadores de posición, el desplazamiento y los anclajes identitarios que construyen las/os investigadoras/es.

Marcadores de posición

Son diversos elementos de la trayectoria los que van dando forma a la posición que las/los trabajadoras/es sociales construyen en torno a su quehacer académico y “ser investigador/a”. Dentro de estos marcadores encontramos: clase, territorio, género, etnia, disciplina.

Marcadores de clase: estigmas asociados al lugar de estudio

En Chile, las oportunidades de estudiar en las universidades más prestigiosas –la mayoría ubicadas en la región metropolitana de Santiago y en las principales ciudades del país– se relacionan estrechamente a la capacidad de pago del/a estudiante y a su desempeño académico –el cual también se relaciona al tipo de establecimiento educacional en el que completó educación secundaria u obligatoria. En un país donde la calidad de la educación depende del poder adquisitivo de las familias, el establecimiento educacional de egreso y la universidad de origen de las/os investigadores opera como un marcador de clase (González y Dupriez, 2016). Esto no significa que quienes estudiaron en las universidades más prestigiosas provengan necesariamente de clases acomodadas (pues existen sistemas de becas, créditos y desde 2016, gratuidad para el 60% más pobre de la población), no obstante, la institución de educación superior donde realizó los estudios de pregrado opera como una etiqueta, una categoría que privilegia o estigmatiza según sea el caso. Un entrevistado comenta:

Mi colegio no era tan bueno, yo sentía que al llegar a la [nombra su Universidad] iba a estar en desventaja... Mis compañeras de la universidad eran niñas de clase alta. [Al pensar en hacer un doctorado] me recomendaron Alemania, que no me fuera a un país hispano (E11).

Es raro que un egresado de [nombra su Universidad] llegue a ser Jefe de Carrera en esta Universidad [...] es una cuestión súper sutil pero hay gente que te dice: 'ay, ¿tú egresaste de la [Universidad]?... con un tono de... '¿será alguien digno de confianza?'... O, ¿será alguien que tenga una formación suficientemente sólida? O, '¿lo puedo tomar en serio?' hay ahí una tensión, respecto de mi propia identidad (E5)

La trayectoria educativa va marcando también un tipo de subjetividad que luego tiene expresión en las preocupaciones frente a la capacidad/incapacidad de rendir de acuerdo a las reglas y estándares del capitalismo cognitivo. La impronta de ser un “loser” o un “perdedor” si no se lograba ser admitido en una universidad selectiva, por lo general ubicadas en los grandes centros urbanos del país, se marca desde muy temprano (E1, E13); así como también las barreras de entrada que aparecen al estudiar en establecimientos de educación secundaria que no son de elite (Aguilar, 2011) –como el no saber inglés por ejemplo, que también representa otro marcador de clase. El establecimiento educacional de origen, el tipo de educación a la que

se accedió (técnico-profesional o científico-humanista), la universidad de egreso, el manejo de una segunda lengua (de preferencia el inglés), son interpretadas como desventajas a la hora de estudiar los doctorados, y alimentan una posición de subalternidad. El mismo investigador lo relata muy claramente:

Yo me eduqué toda la enseñanza básica y media en un colegio público... y eran muy malos, no tuve ninguna posibilidad de aprender inglés. [Cuando cursaba el doctorado tuve la oportunidad de participar en un curso internacional] había cinco chilenos, uno venía de Nueva York, otra venía de Canadá, otra venía de París y otro de Alemania... y yo era el único chileno de Chile... y venía de [nombra a su Universidad donde realizaba el doctorado] y había egresado de [Universidad de estudios de pregrado]. Todo el resto, eran egresados de la Católica, de la Chile.... típico... yo debo reconocer que me sentí... poca cosa... un poco intimidado, la verdad... porque también hay lenguajes y estilos del habla... códigos que no son compartidos, y me sentí un poco intimidado... tonteras no más... quizás son cuestiones súper sutiles... siempre está esa cuestión de la legitimación dentro del mundillo académico (E5).

Yo y la decana actual, éramos las únicas que teníamos doctorados anglo, o sea todos tienen doctorados en países latinos, países de habla hispana. Entonces son cosas que aquí se valoran (E2)

Marcadores territoriales: ser 'de provincia' o de 'pueblo chico'

Uno de los marcadores de posición que aparece con mayor fuerza en las entrevistas es el haber vivido y/o haberse desarrollado académicamente en una región distinta a las grandes áreas urbanas del país. Aparece frecuentemente en las entrevistas que “la gente menosprecia a académicos de provincia” (E1), y que “hay que reconocer que son mediocres” (E2) si se les compara con sus pares de la región metropolitana, donde las exigencias académicas serían más altas. Una participante relata cómo desde los inicios de su trayectoria académica sus padres le dejaron claro que “por ningún motivo” se quedaría estudiando en su ciudad de origen “si podemos pagar universidad en Santiago” (E4).

El prejuicio contra las universidades regionales se siente fuerte en el relato de otra investigadora, formada académicamente y trabajando actualmente en el sur de Chile, quien pone de manifiesto la posición de subalternidad que viven los/as investigadoras/es de ubicados en regiones distintas de la Metropolitana, además del carácter extractivista de la relación con colegas de universidades de Santiago:

“Me gustaría tener más conexión con colegas de Santiago que están en [mismos temas de investigación], pero los tengo más con gente de otros países [...] Tengo la impresión, tristemente, de que a veces nuestros colegas que están en las universidades más reconocidas en Santiago, piensan que en región está la gente que no sabe nada ¿Me entiendes? Que los más malos académicos están en las universidades regionales, y que los bacanes están en Santiago [...] ¿Cuántas veces una colega de Santiago se ha comunicado con regiones para invitar a hacer un proyecto de investigación? Salvo que quiera trabajar con mapuches y en el fondo tú pasas a ser un instrumento” (E1)

La conformación de una subjetividad subalterna a raíz de la locación geopolítica de la institución a la que se pertenece también se transmite también hacia estudiantes, tal como relata una entrevistada:

Cuando me fui [a hacer el doctorado al extranjero], muchos estudiantes me dijeron ‘tu no vas a volver’ [a Universidad ubicada en territorio aislado]. Y ahora yo les dije ‘sí, volví, yo les dije que iba a volver acá’. Me gustaría que los estudiantes creyeran más en que desde regiones es posible hacer vida académica, es posible irse a estudiar a otros lugares o abrirse al mundo. Me parece que acá en la región eso pesa mucho (E12)

Marcadores de género: la investigación y la ‘doble jornada’

La multiplicidad de roles y la carga de la ‘doble jornada’ que experimentan las mujeres investigadoras es clara en el reporte de las entrevistadas. El momento de cursar un doctorado – la puerta de entrada a la carrera de investigación- constituye un punto de inflexión relevante en la trayectoria de las participantes, que pone en jaque las relaciones de pareja e hijos/as.

[Terminé mi doctorado] lidiando con estos asuntos familiares, sintiendo a veces incluso culpa, de que yo estuviese en la universidad y mi marido en casa, cosas que tienen que ver con situaciones de género (E3)

En mi familia no hay esos roles tradicionales, marcados, acá compartimos todo, pero siempre está este peso social que llevamos... tener que sentirnos responsables, muchas veces, de lo que son los hijos, de la crianza. A veces uno lo vive con culpas también. Los hijos le cobran a una (E6)

Como muestran ambas citas, tanto quienes han conformado familias bajo esquemas más tradicionales en términos de atribuciones del rol del cuidado a las mujeres, como quienes han establecido arreglos más equitativos en la distribución de estos roles, el peso de la cultura patriarcal –que se manifiesta en los sentimientos de culpa por estar estudiando doctorados- aparecen con fuerza. Esto es claro en el relato de las mujeres entrevistadas, pero no en el relato de los varones. Uno de ellos, por ejemplo, reconoce que para desarrollar su carrera de investigación, su mujer ha tenido que sacrificar su propia carrera:

Fue súper complicado porque... de repente se enfermaban los niños... y no teníamos con quién dejarlos... entonces, ella [esposa] tenía que faltar al trabajo, qué sé yo... y ella, al final, decidió renunciar.... terminó renunciando a todos los trabajos que alcanzó a obtener (E5)

Marcadores de etnia

Este marcador aparece con menos frecuencia en el relato de las/os investigadoras/es. Solo dos entrevistadas reportan que la etnia o pertenencia a una nación/pueblo originario determina la posición –de subalternidad- frente a investigadores o comunidades de investigación europeos o anglo-americanos, señalando, al mismo tiempo, resistencias que han desarrollado frente a ello. Por ejemplo, una entrevistada relata los conflictos que inicialmente

vivió al tomar la decisión de estudiar un doctorado en una universidad europea –lo que encarna la colonialidad del saber de manera explícita- proviniendo ella de un pueblo originario, sin embargo, reporta haber logrado subvertir esa posición a través del proceso gracias al estrechamiento de lazos con las mujeres del pueblo originario que fueron participantes de su investigación. La fuerza construida horizontal y colectivamente forja un sentido de pertenencia que impulsa, por ejemplo, a publicar resultados de la investigación, y desplazar o revertir esa posición de subalternidad frente al conocimiento generado:

Yo no intuía que cuando llegara a España [a hacer el doctorado] mi cuerpo se iba a codificar de otra manera ‘oye, pero ¿de dónde vienes?’. Eso de tematizar el color de la piel, que a la gente le incomode que no se hable castellano como se debe hablar castellano. Cosas así, muy sutiles (E13)

[Hacer doctorado en universidad europea] pensar mis temas de investigación desde este lugar, que también me dio un vuelco, porque inicialmente mi predisposición [no era buena], lo que tiene que ver también con mi propia trayectoria vital [de pertenecer a un pueblo originario] (E3)

En una línea similar, otra entrevistada comenta que en su trabajo académico se enfrenta constantemente a la supremacía de investigadores europeos, frente a lo cual intenta calibrar las posiciones de poder a través del uso del idioma en las conferencias donde comparte sus resultados de investigación. Se observa en este relato una resistencia importante al carácter hegemónico del lenguaje en las comunicaciones científicas:

Hay un tema de actitud, porque yo pensé lo siguiente: nosotros tenemos que aprender a relacionarnos como pares, no en una actitud de sumisión, de subordinación. Por lo tanto, si aquí viene [un europeo], que da la conferencia y que hace su presentación en español, y le sale súper mal.... yo voy a hacer lo mismo en inglés, aunque me salga súper mal [...] no importa, yo lo voy a hacer porque eso a mí me sitúa en una relación de iguales (E1)

Marcadores disciplinarios

Aparece en algunos relatos de las/os entrevistadas/os que en ocasiones enfrentan un estigma asociado a la disciplina del trabajo social –atribuyendo a las/os trabajadores sociales pocas capacidades para desarrollar carreras de investigación, lo que también ha obstaculizado y afectado la construcción de la posición de investigador/a a través de sus trayectorias. Una entrevistada comenta:

[En la universidad piensan que las/os trabajadoras/es sociales] no investigan, y que no terminan sus doctorados. El rector nos dijo en nuestra cara “no hay permiso para doctorarse, menos aún para trabajo social” (E2)

Este marcador de posición aparece en varios de los relatos de los entrevistados, emergen en su trayectoria a veces con más fuerza unos que otros, pero están presentes en el análisis en forma transversal. Trabajo Social, como espacio disciplinar para hacer investigación, es

significado como lugar de subalternidad por varias entrevistadas. No obstante, si esto se intersecta con la institución de origen en donde se cursaron los estudios superiores, la posición cambia, indicando que el marcador de clase tiene un peso significativo. Así lo relata una entrevistada:

[Trabajo Social era mal visto como disciplina desde la cual realizar investigación] Sin embargo, aunque suene clasista, el hecho de que haya salido de [Universidad], yo creo que deja esa tranquilidad a muchas personas... ‘es trabajo social.... que pena... pero es de [Universidad] (E11)

Por otra parte, y desafiando esta idea de subalternidad del Trabajo Social como disciplina académica legitimada para hacer investigación, encontramos a trabajadoras sociales desempeñándose en Departamentos de Sociología, Periodismo, Psicología entre otros. En el relato de una de las entrevistadas se deja ver que esta posición de subalternidad, si bien ha sido construida históricamente, no necesariamente se corresponde con la visión que desde otras disciplinas se hacen sobre el Trabajo Social:

[Ser trabajadora social en Escuela de Sociología] no es problema, pero igual a mí me pesa un poco, porque siento que estoy jugando a ser socióloga... me ha pesado en momentos de inseguridad, pienso ‘que estoy haciendo aquí’, pero, afortunadamente, esta escuela de Sociología es abierta, no es endogámica. Hay escuelas de sociología que, evidentemente, no seleccionan la gente que no sea socióloga o sociólogo (E13)

Deslocamiento e ilusiones biográficas

El “no lugar” (Augé, 1993) o ese lugar liminal, de incomodidad, de frontera o tránsito (Lugones, 2021), aparece como un eje clave en la construcción de las posiciones de las investigadoras, por ejemplo en lo que refiere al dominio del idioma inglés (que es indicador de clase social en el caso de Chile), o en la incomodidad con el eurocentrismo de los programas doctorales:

Por otra parte, se observa una búsqueda más profunda en términos de “rastrear el lugar”, un intento de situarse en un lugar y desde ahí construir la posición. Ese situarse en el lugar tiene relación con los vínculos entre trayectorias personales y académicas, en la identificación de aquello que hace sentido. Este sentido también aparece con fuerza anclado en lo colectivo, en la construcción de coaliciones contra la opresión, como diría Lugones (2021), donde, para hacer investigación, es necesario “encontrar el lugar en solidaridad con otras” (E7).

[Una conversación con una profesora me hizo] reflexionar acerca de por qué estudio este tema y no otro, y tiene que ver con las líneas que se han ido desarrollando mi trayectoria, porque soy producto de mujeres migrantes, mi familia son sobrevivientes de la segunda guerra mundial y hay toda una trayectoria para llegar a donde estoy ahora [...] siempre el tema de género y la exclusión ha cruzado mi trayectoria (E6)

Mira, una de las cosas buenas que tuvo de venirse a [ciudad], es que logré conocer el gremio [las asociación profesional de trabajadoras/es sociales] Porque yo llegué y lo primero que hice fue, a ver, como lo hacemos las personas cuando llegamos a un lugar extraño, buscar un grupo que hiciera eco de mi otredad, y buscar esa cosa identitaria. Entonces dije: “me uno al Colegio de Trabajadores Sociales” (E7)

Esa búsqueda de un anclaje colectivo también es fuente de construcción de posición. Por ejemplo, una participante, comenta cómo el trabajo de campo de su investigación le permitió recomponer un lugar híbrido –el lugar de mujer mapuche, del campo, pero también académica, en una universidad europea, re-ubicando su posición:

Yo me resistía [a la lógica académica extractivista] “ah, no, yo soy una mujer mapuche, ¿o no lo soy?”. Y no...me di cuenta que no es así. Entonces eso me gustó, reconciliarme con el mundo académico, conmigo misma y no sentirme culpable, o mal, o traidora [por producir conocimiento para la investigación]. Me emocioné mucho en el trabajo de campo, con cada viaje, me hizo crecer también y me hizo fortalecerme más como mujer mapuche y sentirme acompañada [...] Con varias de ellas [participantes de su investigación] hemos mantenido los vínculos, de cuidado, de ánimo, para sentirnos contentas. Ayer estuve revisando otra vez el cuaderno de campo, vi lo que ellas me fueron devolviendo: ‘eres una hermana, una mujer mapuche, entonces te estamos ayudando, queremos que te vaya bien en tu investigación’. Entonces eso fue muy potente, cuando fui consciente de esto me alegré mucho... entonces escribí el artículo...Yo misma no tenía esperanzas... hay mucho de mi proyección en mi investigación. [Yo pensaba que] mis hermanas mapuches no tenían fuerza, no tenían herramientas, no tenían condiciones, y no, todo lo contrario...las crearon, las han creado, y yo misma las he creado (E3)

El ‘no lugar’ en la academia también se expresa en la incomodidad que genera la presión del capitalismo cognitivo en términos de aceleración y rendimiento –en término de publicaciones, postulación a fondos de investigación, entre otros– tal como señalan las entrevistadas:

Iba a hacer clases sin ganas, me quería desocupar rápido. Entonces, le bajé la ansiedad al tema de los papers, a postular proyectos de investigación, bajé las expectativas, porque empecé a darme cuenta que es mucho el costo de mantenerte como investigadora a costa de una docencia a contrapelo, una docencia que te agota. Empecé a ver que eso era súper tóxico (E10)

Me molesta el énfasis que hay en las universidades con las publicaciones. Me parece que es una trama muy corrupta, los índices, el acceso, y si vienes de aquí o eres mi amiga te acepté enseguida el artículo [...] A mí me gusta mucho la docencia, o sea, me gusta investigar, pero no me gusta publicar, que es otra cosa. Me gusta la docencia directa, me gusta trabajar con estudiantes, me gusta guiar sus tesis. Eso me gusta (E8)

Anclajes identitarios ¿Para qué investigo? ¿Cuáles son mis causas?

A partir del análisis se encontraron diversos elementos que configuran al menos dos

anclajes identitarios que dan cuenta de una posición más bien híbrida en lo que respecta al sentido: investigar para escalar o mantenerse en la carrera académica e investigar para posicionar políticamente un tema (investigación militante).

La investigación es lo que facilita escalar o mantenerse en la carrera académica, es decir, la investigación opera como el “pasaporte” o el “costo que pagar” (E14) para tener una vida académica, y por tanto, aunque las/os entrevistadas/os son críticos de las lógicas del capitalismo cognitivo que subyace a la lógica de la investigación, se someten a sus reglas de competencia. El exitismo es una lógica que atraviesa el ethos del capitalismo cognitivo, y como se señaló en el apartado anterior, mucho de esta lógica exitista se viene reforzando desde muy temprano en las trayectorias educacionales competitivas e individualistas que muchas de los/as entrevistadas/os reportan. La cultura de mostrar los éxitos y ocultar los fracasos es también mencionada por una investigadora:

Hay una urgencia por aparecer, que en los contextos académicos es muy, muy, muy exacerbado. Desde la publicación hasta la citación, todo es un efecto luces. Y poco se habla de lo que hacemos en la trastienda. Nadie dice "me demoré diez años en un doctorado". Nadie dice "para ganarme este proyecto de investigación perdí cinco veces y me dieron contra el suelo y me azotaron la cabeza contra el piso". Esos son los secretos (E7)

El camino de la investigación permite legitimarse, permite fortalecer una posición para decir que no a los mandatos institucionales, en el sentido de que puede ser mucho más fácil obtener una nueva posición en otra universidad cuando se ha completado el doctorado y/o se han adjudicado proyectos de investigación. La posición de poder del/la investigador/a, en ese sentido, también se va moviendo y permite el desarrollo de resistencias frente a las lógicas del propio capitalismo cognitivo como ‘renunciar al empleo en una universidad determinada’ (E5) o ‘hacer un camino autodidacta de aprendizaje’, acercamiento a ciertas teorías silenciadas (E13) y ‘no aceptar todas las ofertas que se ponen sobre la mesa’ (E8).

Pero también la investigación es un espacio para desarrollar principios que guían en términos ético-políticos: “aportar al conocimiento en una temática desde una perspectiva más integral, propia del trabajo social” (E9), “abrir oportunidades de formación para estudiantes que se proyecten como futuras/os investigadoras/es en Trabajo Social” (E12), incidir públicamente (E5, E9, E12, E13).

Discusión y conclusiones

Este estudio se propuso explorar cómo construyen su posición de investigadoras/es las trabajadoras sociales en el marco del capitalismo cognitivo y la economía del conocimiento.

Las preguntas específicas que se plantearon fueron ¿qué aspectos / dimensiones de las trayectorias de investigación dan forma a esa posición? ¿qué marcadores la configuran? ¿desde qué lugares se construye esa posición? ¿qué anclajes identitarios movilizan sus trayectorias de investigación? Los resultados preliminares de este estudio sugieren que ciertos elementos de las trayectorias biográficas de las trabajadoras sociales van perfilando una posición geopolíticamente diferenciada.

Se identifican marcadores de posición que operan con fuerza, por ejemplo, en la construcción de autorías para producir conocimiento (influye ser mapuche, ser originaria de determinada ciudad, pertenecer/lucir como representante de x clase social, haber estudiado en x universidad, tener x color de piel, tener x apellido, etc. en la autorización (autoconferida o conferida por otros) para producir conocimiento. Estos marcadores operan como barreras, puntos de quiebre en el sentido de generar posiciones subalternas, zonas del “no ser” (Fanon, 2010), posiciones que van por fuera, que no funcionan, que no se visibilizan; y que por lo tanto les sitúan por debajo y por el lado de las jerarquías, reflejando asimetrías (Anthias, 2012; Nakata, 2014; Grosfoguel, 2021).

Sin embargo, estos marcadores de posición también permiten la gestación de subjetividades de resistencia –resistencias en el sentido de ‘oponerse sin perder el puesto’ (Muñoz-Arce, 2020) frente a las lógicas dominantes: aparentemente neutras, donde la investigación no debe supuestamente involucrarse en lo político; patriarcales en el sentido de la naturalización del cuidado como una práctica femenina y que siempre está en disputa con la labor de investigación; coloniales, en base a la primacía del inglés como lengua dominante; eurocéntricas en la lógica de comprensión del feminismo como enfoque de investigación, entre otras.

Las participantes dejan ver estas resistencias frente a estos marcadores de posición, y son precisamente estas resistencias la que “mueven” la posición de ellas como investigadoras. En algunos casos estos marcadores de posición no son tan visibles de manera individual, pero se potencian cuando se entrecruzan, por ejemplo en los ejes de clase/género/etnia, lo que permite pensar en los aportes de las perspectivas interseccionales a futuras líneas de indagación en esta materia.

Las entrevistadas están en un lugar liminal o fronterizo, como plantea Lugones (2021) atravesadas de igual manera por las exigencias del capitalismo cognitivo (publicar y adjudicar proyectos de investigación en un ritmo cada vez más acelerado, competitivo y exitista) y por la reflexión crítica sobre la propia práctica investigativa: cómo aporta a visibilizar la injusticia, cómo se acortan las distancias e incluso se enredan las subjetividades de quienes investigan y

quienes son investigados, rompiendo esa dicotomía. La inquietud por lo colectivo, aparece casi como una añoranza bajo las lógicas de la economía del conocimiento: la búsqueda de instancias colectivas, de formación de coaliciones, redes de trabajo para poder subsistir, resistir y disfrutar del investigar como actividad profesional.

Las tensiones en ese sentido entre las exigencias de las políticas de investigación guiadas por la racionalidad del capitalismo cognitivo (en tanto condiciones de operación del capitalismo) y los horizontes ético-políticos de las trabajadoras sociales, una suerte de deslucamiento o no-lugar (Augé, 1993). Algunas experiencias de movilidad ascendente reportadas por las participantes del estudio permiten comprender precisamente cómo se va gestando ese no-lugar, como plantea Santos Junior (2021): el sujeto queda en un no-lugar en el sentido en que su comunidad de origen ya no le ve como un igual, pero tampoco se reconoce como parte de los grupos privilegiados de los que llega a formar parte, tal como señala una de las entrevistadas. La esperanza en la posibilidad de incidir políticamente desde la investigación contribuye a configurar esa posición 'entre-medio', el inbetween que identifica Bhabha (1999), donde hay contradicciones en las pertenencias y fidelidades, compromisos y estrategias, que van tomando forma en base a los anclajes identitarios (Reyes, 2009).

El análisis presentado permite identificar estas contradicciones en la construcción de la posicionalidad de las trabajadoras sociales, y entregan elementos que requieren ser problematizados más profundamente en futuras líneas de indagación. Estos elementos refieren al menos a dos escalas: una escala micropolítica sobre a la manera en que las/os trabajadoras sociales se posicionan, generan estrategias y disputan los espacios y oportunidades de generación de conocimiento, cómo buscan incidir públicamente y encaminan sus investigaciones desde un proyecto ético-político que le da sentido desde la perspectiva del horizonte transformador del trabajo social. Esto implica desmontar aquellas subjetividades subalternizadas que aparecen en algunos de los relatos de las entrevistadas, en especial cuando se comparan los rendimientos del trabajo social con los de otras disciplinas de las ciencias sociales. Vale la pena, en este sentido, problematizar aquellos registros históricos que plantean que Trabajo Social no investiga –de hecho, los rendimientos de trabajadoras/es sociales en concursos por financiamiento público en Chile, no distan significativamente de los obtenidos por otros/as profesionales de las ciencias sociales (Muñoz-Arce y Rubilar-Donoso, 2020).

En una escala más estructural, el desafío está en empujar, como colectivo profesional y disciplinar, giros radicales en la forma de entender los conocimientos y el rol que cumple la investigación académica en la producción de mayores niveles de justicia social. Eso implica, ciertamente, que el trabajo social como profesión y disciplina, a través de sus organizaciones,

asociaciones y redes, se involucre en procesos políticos de más largo aliento. La acción colectiva, la búsqueda de alianzas, la formación de coaliciones, es clave para avanzar en esta línea, y en ese sentido, la tarea de las organizaciones gremiales y académicas del trabajo social tienen un rol clave que cumplir. En el caso de Chile, donde nos encontramos ad portas de la construcción de una nueva Constitución Política, estos espacios de incidencia están abiertos. Queda mucho que aportar desde nuestra profesión y disciplina en la reconfiguración de la investigación y la generación de conocimiento guiada por los principios de justicia social, que permitan desmontar las lógicas del capitalismo cognitivo que hoy imperan.

Referencias bibliográficas

- AGUILAR, S., CALZADA, F. y LUGARDO, P. (coords.). *La investigación social desde la óptica de Trabajo Social*. México: ENTS-UNAM, 2008.
- AGUILAR, O. Dinero, educación y moral: el cierre social de la élite tradicional chilena. En P. GUELL y A. JOIGNANT (Eds.). *Notables, tecnócratas y mandarines. Elementos de una sociología de las élites en Chile (1990-2010)*. Santiago, Chile: UDP, 2011.
- ANTHIAS, F. *Transnational Mobility, migration research and intersectionality*. *Nordic Journal of Migration Studies*, vol. 2, págs. 102-110, 2012.
- AQUÍN, N. *Reconstruyendo lo social. Prácticas y experiencia de investigación desde el Trabajo Social*. Buenos Aires: Espacio, 2006.
- ARAUJO, K. *Habitar lo social. Usos y abusos en la vida cotidiana en el Chile actual*. Santiago de Chile: Lom, 2009.
- AUGÉ, M. *Los no lugares. Espacios del anonimato*. Antropología de la sobremodernidad. Madrid: Gedisa, 1993.
- BERNASCONI, O. *Aproximación Narrativa al estudio de fenómenos sociales: principales líneas de desarrollo*, Acta Sociológica, vol. 56, págs. 9-36, 2011.
- BERTAUX, D. *Los relatos de vida. Perspectiva etnosociológica*. Barcelona: Bellaterra, 2005.
- BHABHA, H. Culture's in between. En: D. BENNETT (ed.). *Multicultural States*. Londres: Routledge, 1999.
- BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. En: M. DE M. FERREIRA y J. AMADO (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- CLARKE, V., y BRAUN, V. *Thematic analysis*. *The Journal of Positive Psychology*, vol. 12, n.3, págs. 297-298, 2017.
- BURGOS, N. *Investigación cualitativa. Miradas desde el Trabajo Social*, Buenos Aires: Espacio, 2011.
- CASTRO-GÓMEZ, S. *Ciencias sociales, violencia epistémica y el problema de la invención del otro*. Buenos Aires: CLACSO, 2000.
- CAZZANIGA, S. *Producción de conocimientos y formación profesional. Algunas consideraciones*. *La investigación en Trabajo Social*. Entre Ríos: UNER, 2009.
- COMELIN, A. y BRITO, S. ¿Para quienes escribimos las/los trabajadoras sociales?: Reflexiones sobre el oficio de producir conocimiento desde la disciplina? *Cuadernos de Trabajo Social*, vol. 23, págs. 1-11, 2022.
- D'AMICO, M. Presentación. En: SIERRA, F. (Coord.). *Capitalismo cognitivo y economía social del conocimiento. La lucha por el código*. Quito: CIESPAL, 2016.
- FALLA, U. *Reflexiones sobre la investigación social y el Trabajo Social*. *Tabula Rasa*, vol. 10, págs. 309-326, 2009.

- FANON, F. *Piel negra, máscaras blancas*. Madrid: Akal, 2010.
- FARDELLA, C., CORVALÁN, A., y ZAVALA, R. El académico cuantificado. La gestión performativa a través de los instrumentos de medición en la ciencia. *Psicología, Conocimiento y Sociedad*, vol. 9, n.2, págs. 77-103, 2019.
- GAULEJAC, V., RODRÍGUEZ, S. y TARECA, E. *Historia de Vida. Psicoanálisis y Sociología clínica*. México: Ediciones UAQ, 2005.
- González, A., y Dupriez, V. Acceso a las universidades selectivas en Chile: ¿pueden las estrategias institucionales de los establecimientos secundarios atenuar el peso del capital cultural? *Revista Complutense de Educación*, vol. 28, n.3, págs. 947-964, 2016.
- GRASSI, E. La producción en investigación Social y la actitud Investigativa en el Trabajo social. *Revista Debate Público, Reflexión de Trabajo Social*, vol. 1, n.1, págs. 127-139, 2011.
- Grosfoguel, R. (2021). *Identidad, alteridad e interseccionalidad en perspectiva descolonial. Conferencia virtual, Universidade da Coruña*. <https://www.youtube.com/watch?v=LAO1N1pcjNE>
- HALL, S. Introducción: ¿quién necesita «identidad»? En: S. HALL y P. DU GAY (comps.). *Cuestiones de identidad cultural*. Madrid: Amorrortu, 2003.
- HOFMANN, S., y CABRAPAN, M. Gender and natural resource extraction in Latin America: Feminist engagements with geopolitical positionality. *European Review of Latin American and Caribbean Studies*, vol. 111, págs. 39–63, 2021.
- HARAWAY, D. *Conocimiento situado. La cuestión científica en el feminismo y el privilegio de la perspectiva parcial*. Valencia: Cátedra, 1995.
- HARTMANN, H. I. (1982). *El infeliz matrimonio entre marxismo y feminismo: hacia una unión más progresiva*. Lima: Centro la Mujer Peruana Flora Tristán, 1982.
- ILLANES, M.E. Las prometeas. Servicio Social de Mujeres siglo XX. En S. MONTECINO (comp.) *Mujeres chilenas fragmentos de una historia* (pp. 195-218). Santiago de Chile: Catalonia, 2008.
- ITURRIETA, S. El encanto de producir conocimiento se transmite a las futuras generaciones de profesionales. En: E. MARIA GOULART JOAZEIRO y V. BATISTA GOMES (Orgs.). *Serviço social: formação, pesquisa e trabalho profissional em diferentes contextos*. Teresina: Edna, 2020.
- LABRAÑA, J., OGNIO, K., & SION, R. Economía del conocimiento y formación de doctores(as) en ciencias sociales: Reflexión desde el caso chileno. *Revista mexicana de investigación educativa*, vol. 26, n. 91, págs.1217-1244, 2021.
- LANDER, E. *La ciencia neoliberal*. Tabula Rasa, vol.9, págs. 247-283, 2008.
- LUGONES, M. *Peregrinajes. Teorizar una coalición contra múltiples opresiones*. Madrid: Ediciones del Signo, 2021.
- MAGLIANO, M. J. Interseccionalidad y migraciones: potencialidades y desafíos. *Revista Estudos Feministas*, vol. 23, n.3, págs. 691-712, 2015.
- MATUS, T., AYLWIN, N. y FORTTES, A. *La reinención de la memoria. Indagación sobre el proceso de profesionalización del Trabajo Social chileno*. Santiago de Chile: Pontificia Universidad Católica, 2004.
- MATUS, T. Las pioneras del Trabajo Social en Chile. En MONTECINO, S. (comp.) *Mujeres chilenas fragmentos de una historia*. Santiago de Chile: Catalonia, 2008.
- MUÑOZ-ARCE, G. Razón neoliberal e investigación: resistencias desde el trabajo social. *Cuadernos de Trabajo Social*, vol. 17, págs. 32-54, 2018.
- MUÑOZ-ARCE, G. Intervención social en la encrucijada neoliberal: transformación social en clave de resistencia. En: B. CASTRO-SERRANO, N. ARELLANO-ESCUADERO y A. CEA (Eds.). *Materiales (de)construcción. Crítica, neoliberalismo e intervención social*. Santiago de Chile: Nadar, 2020.
- MUÑOZ-ARCE, G. y RUBILAR, G. Social Work Research in Chile: Tensions and Challenges

under the ‘Knowledge Economy’ and Managerialist Research Agendas. *British Journal of Social Work*, vol. 51, n.7, págs. 2839-2856, 2020.

MUÑOZ-ARCE, G., RUBILAR, G., MATUS, T. y PARADA, P. ¿Qué nos dicen las revistas y redes de investigación en trabajo social? Expresiones y concepciones en torno a la construcción de conocimiento disciplinar. *Propuestas Críticas en Trabajo Social-Critical Proposals in Social Work*, vol. 1, n. 1, págs. 145-162, 2021.

NAKATA, M. *Disciplining the savages. Savaging the disciplines*. Canberra: Aboriginal Studies Press, 2014.

OLIVEIRA COUTINHO, P. Articulações entre o “mundo corporativo” e o campesinato. Sociobiografía de uma executiva brasileira de origem camponesa. En: H. PALERMO y M. L. CAPOGROSSI (Dirs.). *Tratado latinoamericano de antropología del trabajo*. Buenos Aires: Clacso, 2020.

Ó TUATHAIL, G. y DALBY, S. (eds.). *Rethinking Geopolitics*. Londres: Routledge, 1998.

PAROLA, R. *Producción de conocimiento en Trabajo Social: una discusión sobre un saber crítico sobre la realidad social*. Buenos Aires: Espacio, 2009.

PESSAR, P. Y MALHER, S. Transnational Migration: Bringing Gender Back In. *International Migration Review*, vol. 37, n.3, págs. 812-846, 2003.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder y clasificación social. *Journal of World-Systems Research*, vol. 6, n.2, págs. 342-386, 2000.

REGUILLO, R. Las culturas juveniles: un campo de estudio; breve agenda para la discusión *Revista Brasileira de Educação*, núm. 23, maio-ago, pp. 103-118, 2003.

REININGER, T. El movimiento de asentamiento: el valioso legado de Jane Addams para un trabajo social radical. En B. CASTRO-SERRANO y M. FLOTTTS (eds.). *Imaginario de transformación: el trabajo social revisitado*. Santiago de Chile: RIL, 2018.

REYES, A. La escuela secundaria como espacio de construcción de identidades juveniles. *Revista Mexicana de Investigación Educativa*, vol. 14, n. 40, enero-marzo, pp. 147-174, 2009.

ROZAS, M. Algunas reflexiones sobre la investigación en Trabajo Social en la Argentina. *Revista Tendencias & Retos*, vol. 10, págs. 129-141, 2005.

RUBILAR, G. ¿Cómo hacen investigación los trabajadores sociales? Una primera aproximación a las experiencias de investigación de trabajadores sociales chilenos. *Revista de Trabajo Social* vol. 76, págs. 17-34, 2009.

RUBILAR, G. *Trabajo social e Investigación social. ¿Cómo hacen investigación los trabajadores sociales? Memoria y testimonios de investigación de cuatro generaciones de profesionales chilenos*. Tesis Doctoral Universidad Complutense de Madrid, España, 2015. Disponible en: URI: <http://eprints.ucm.es/34467/1>. Consultado el: 4 mayo 2022.

RUBILAR, G. *Informe de Avance etapa 2021 Proyecto 1190257 Estudio longitudinal de trayectorias y transiciones* Investigativas de Trabajadores Sociales Chilenos. ANID – CONICYT, 2022a.

RUBILAR, G. (2022b) Investigación crítica en tiempos críticos: actoras, autorías y autoridad en la producción de conocimiento en Trabajo Social. *Propuestas Críticas en Trabajo Social-Critical Proposals in Social Work*, vol. 2, n. 3, págs.156-179, 2022b.

SANTOS JUNIOR, J. Fissuras do cotidiano: nos meandros das estruturas de dominação. En: H. M. PALERMO y M.L. CAPOGROSSI (Coords.). *Tratado latinoamericano de Antropología del Trabajo*. Buenos Aires: CLACSO, 2021.

TEATER, B. Social work research and its relevance to practice: the gap between research and practice continues to be wide. *Journal of Social Service Research*, vol. 43, págs. 547-565, 2017.

TEATER, B. y HANNAN, K. ¿Dónde está lo “social” en trabajo social? Un análisis del uso de la teoría en la intervención de trabajadoras/es sociales. *Propuestas Críticas en Trabajo*

- Social-Critical Proposals in Social Work*, vol.1, n.1, págs. 122-144, 2021.
- TRAVI, B. *Conceptos e ideas clave en la obra de Mary Ellen Richmond y la vigencia actual de su pensamiento*. Cuadernos de Trabajo Social, vol. 24, págs. 57-67, 2011.
- VERCELLONE, C. From the mass-worker to cognitive labour: Historical and theoretical considerations. En M. LINDER y K. H. ROTH (eds.). *Beyond Marx: Theorising the Global Labour Relations of the Twenty-First Century*. Koninklijke: Brill, 2013.
- VILLEGAS, F. *Legado de Fanon frente a la crisis civilizatoria y las descolonizaciones de fantasía*. Disponible en <https://www.contranarrativas.org/coyunturas/2018/12/6/legado-de-fanon-frente-a-la-tesis-civilizatoria-y-las-descolonizaciones-de-fantasia>. Consultado el: 4 de mayo 2022.

Agradecimientos

Agradecimientos a ANID/CONICYT/Fondecyt 1190257 Estudio longitudinal de trayectorias y transiciones de investigación de trabajadores sociales chilenos, y a las personas entrevistadas en el marco de esta investigación.

A ABEPSS na internacionalização do Serviço Social do Brasil

ABEPSS in the internationalization of Social Work in Brazil

Ramiro M. Dulcich Piccolo*

Resumo: Essa nova ofensiva do grande capital na América Latina, dessa vez, apoia-se em setores ultra-conservadores, defensores de doutrinas e valores neofascistas e neonazistas. O neoliberalismo “possível” na atual fase do capitalismo na região, apresenta versões ultra-conservadoras e fascistas como parte de seu “cardápio”. Como nunca antes, a dominação por meio do livre mercado e do consumo, da ascensão de “status” social, já não dá conta de manter a adesão ao sistema, pelo que é complementada com doses cada vez mais altas de repressão e violência. No capitalismo contemporâneo, a dominação através do medo é reforçada na medida que a hegemonia pelo livre mercado se desidrata.

Esse contexto, particularmente em América Latina, renova os desafios para o Serviço Social crítico latino-americano e o avanço dos seus projetos profissionais em cada país. O artigo reflete sobre as linhas de trabalho e os desafios contemporâneos das relações internacionais da ABEPSS.

Palavras-chaves: ABEPSS. Serviço social internacional, ABEPSS e internacionalização.

Abstract: This new offensive by big capital in Latin America, this time, is supported by ultra-conservative sectors, defenders of neo-fascist and neo-Nazi doctrines and values. The “possible” neoliberalism in the current phase of capitalism in the region presents ultra-conservative and fascist versions as part of its “menu”. As never before, domination through the free market and consumption, the rise of social “status”, is no longer able to maintain adherence to the system, which is why it is complemented with increasingly high doses of repression and violence. In contemporary capitalism, domination through fear is reinforced as free-market hegemony dehydrates.

This context, particularly in Latin America, renews the challenges for critical Latin American Social Work and the advancement of its professional projects in each country. The article reflects on the lines of work and the contemporary challenges of ABEPSS's international relations.

Keywords: ABEPSS and Social Work; International social service, ABEPSS and internationalization.

Recebido em: 17/05/2022

Aprovado em: 10/06/2022



© O(s) Autor(es). 2018 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

* Licenciado em Serviço Social na Faculdade de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade Nacional de Rosario (UNR), Argentina; Doutorado em Serviço Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil. Professor Associado da Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil. Pesquisa sobre “questão social” na América Latina no capitalismo contemporâneo e os fundamentos do Serviço Social. Extensão popular junto a movimentos sociais do campo. Coordenador das Relações Internacionais da ABEPSS (2019-2022). Educador do MST.

“É no campo da resistência e da luta internacional, que se justifica o esforço empreendido pela ABEPSS para a articulação e a organização política-acadêmica dos assistentes sociais brasileiros, em torno da articulação e organização política-acadêmica dos assistentes sociais na América Latina; sem se fechar nele, mas com a clareza de seu significado estratégico face à necessidade da articulação estratégica dos países do continente diante da ofensiva imperialista do capital transnacional”

(Texto balizador das Relações Internacionais da ABEPSS/2006)

O sistema mundial e a dinâmica capitalista na América Latina

Se temos alguma certeza nesses tempos nada fúteis é de que vivemos um mundo altamente dinâmico e cambiante, que se transforma permanentemente. As correlações de forças geopolíticas do capitalismo contemporâneo apresentam uma configuração diferente da que marcou a segunda metade do século XX, após a Segunda Guerra Mundial e da “Guerra Fria”. Da mesma forma, a conjuntura é diversa do período histórico subsequente, hegemonizado pelas ideias do “Consenso de Washington”, que gozou de ampla hegemonia na América Latina durante a década de 1990.¹ A dissolução do “mundo bipolar” - simbolizado na queda do Muro de Berlim no final da década de 1980 - abriu o passo para uma nova configuração do sistema mundial: um mundo “unipolar”, sob amplo domínio dos EUA que, junto a um conjunto de organismos internacionais, impulsionou a globalização neoliberal no planeta. A crise geopolítica atual tem muito a ver com a crise dessa configuração unipolar de após Guerra Fria.

Observe-se que, transcorridas as primeiras décadas do século XXI, o capitalismo apresenta variações importantes em sua forma de reprodução, mais problemática e de confrontações relevantes, como a desenvolvida atualmente entre as forças da OTAN e a Rússia na Ucrânia. Essa perda de hegemonia expressa uma nova geopolítica no mundo que reposiciona áreas e regiões na dinâmica sistêmica. Hoje, o movimento desigual e combinado da acumulação do capital e do poder articula-se em um mundo multipolar, com blocos regionais fortalecidos e dispostos a se consolidar e disputar a hegemonia. Constata-se, porém, que a potência norte-americana, embora com mostras de declínio econômico e político, continua com a hegemonia no âmbito internacional e é responsável pelos principais gastos militares mundiais, dispondo de centenas de bases militares localizadas em pontos estratégicos do planeta.

Todavia, o crescimento econômico persistente da China nas últimas décadas, com sua maior participação no mercado internacional, alterou relativamente as correlações de força entre os blocos. O “gigante asiático” instalou-se decisivamente no cenário mundial, abrindo

¹ Lembremos a força com que as ideias e valores do neoliberalismo eram apresentados como o “único” pensamento racional historicamente viável; proclamou-se o “fim das utopias”, “da história”, “das lutas de classes”, “do trabalho”.

relações comerciais e diplomáticas em novas regiões, como América Latina, por exemplo. O principal parceiro comercial do Brasil em 2022 é a China, seguido pelos EUA. Da mesma forma, outros países têm aumentado sua participação econômico-política no continente. A Rússia, por exemplo, teve papel decisivo nos primeiros meses de 2019, quando os Estados Unidos ameaçavam intervir militarmente na Venezuela. A potência euro-asiática tem construído alianças políticas e parcerias comerciais importantes na América Latina, com Argentina, por exemplo.

Evidentemente, isto não passa despercebido pelos EUA, que têm na América Latina sua principal área de influência desde a Doutrina Monroe (1823). Há evidências nítidas de que para manter o avanço dos objetivos da sua política externa no mundo, a principal potência capitalista precisou adaptar sua estratégia de controle territorial mundial. Sobre esta questão, chama atenção o pesquisador Andrew Korybko em seu livro: *“Guerras híbridas: das Revoluções coloridas aos Golpes”* (2015). Na hipótese do autor, a emergência da China e da Rússia no cenário internacional preocupam as potências capitalistas (organizadas militarmente na OTAN), especialmente aos EUA. O que se evidencia na guerra que atualmente se desenvolve na Ucrânia, nas fronteiras da Rússia, pelo seu ingresso na OTAN.

Na tese de Korybko, a resposta estratégica do imperialismo norte-americano tem sido a geração de “guerras híbridas”, usada ampla e repetidamente na América Latina durante a última década, que se orienta pela tática do confronto “indireto”, buscando o desgaste do adversário com o uso de “métodos desestabilizadores” nos países-alvos e em suas regiões de influência. Processos de desestabilização e crise social e política planejados e operacionalizados como um tipo não convencional de confronto político, que surpreende ao poder constituído. Destaca-se, na nova estratégia, a maior relevância da batalha pela informação e o uso de sofisticadas operações psicológicas de massas.²

O princípio dessa abordagem, dirá o autor, é que *“basta semear o caos e criar forças centrípetas que por si só ameçam dilacerar uma sociedade-alvo; não se pretende derrubar um governo diretamente, só precisa fazer que a sociedade se divida, e a incerteza em larga escala, arauto do caos social, faz o resto”* (Korybko, 2018; pág. 25). Na análise do autor, nessa nova geração de guerras (a quarta, nas teorias militares) desse tipo específico de confronto, a

² Métodos que correspondem a uma nova geração de guerras; as guerras da quarta geração, segundo o teórico militar William Lind (1989). Afirma que seriam mais fluidas, descentralizadas e assimétricas que as guerras do passado. Afirma Lind: "As operações psicológicas podem se tornar a arma operacional e estratégica dominante assumindo a forma de intervenção mediática/informativa ... O principal alvo a atacar será o apoio da população do inimigo ao próprio governo e à guerra. As notícias televisionadas se tornarão uma arma operacional mais poderosa do que as divisões armadas" (Lind, *apud* Korybko, 2018. pág. 26).

desestabilização sócio-política do país-alvo é complementada com a instalação de uma dose necessária de princípios caóticos; em seu âmago, *a guerra híbrida é o caos administrado*.³ A crise sanitária mundial provocada pelo COVID19 acirrou o conjunto de contradições existentes e aprofundou os sintomas da crise.

Nesse sentido, tudo indica que o principal desafio dos EUA hoje, na medida que o mundo vai se tornando cada vez mais multipolar e a Rússia recupera sua capacidade de afirmar seus interesses junto aos seus vizinhos (da mesma forma que China e Irã), é praticar os métodos de desestabilização das guerras híbridas ou de quarta geração. Assim, campanhas de sabotagem geopolíticas indireta sob aparência de movimentos “democráticos” ou confrontos civis apoiados desde fora são armas operacionais nesse cenário (que o autor chama de “revoluções coloridas” - como ocorreram na Líbia (2011) e na Ucrânia (2014), e serve para analisar a última década do Brasil e da América do Sul.

Qual o papel da América Latina neste particular contexto internacional?

O geógrafo crítico David Harvey (2005) sustenta que a acumulação do capital hoje se vale dos métodos selvagens, predatórios e fraudulentos utilizados na sua fase chamada “originária”. Segundo o pensador, esses nunca foram definitivamente abandonados pelo sistema. Na geopolítica global, o “mito” do progresso social pelo desenvolvimento da livre concorrência se revelou efêmero e foi substituído pela violenta interação entre potências inter-imperialistas que lutam para reproduzir seu predomínio. Tal dinâmica constitui um processo de regressão civilizatória, com valores emancipatórios substituídos por ultra-conservadores. A destruição que resulta dos pontos mais críticos do sistema atinge especialmente a natureza, destruindo o meio ambiente e degradando a vida no planeta, de forma particularmente intensa nas regiões periféricas.

Os efeitos ambientais e sociais dessa reprodução “destrutiva” do capitalismo incluem desde sempre a força de trabalho humana: desemprego crônico e precarização generalizada do trabalho assalariado são realidades nacionais mundiais, também acirradas nas periferias. A nossa região segue sendo uma das fontes de recursos naturais estratégicos mais importantes do mundo. Reservas de água doce no Paraguai e no México; de petróleo na Venezuela, Brasil, México e Argentina; de gás natural na Bolívia; a biodiversidade da Amazônia são estudados

³Segundo Koribko, uma das correntes de pensamento que mais se aplica às guerras híbridas é a teoria do caos, de Steven Mann. Em livro publicado em 1992, “Teoria do caos e pensamento estratégico”, o teórico entende o caos como uma dinâmica não linear, aplicável a sistemas com números muito grandes de partes com constante transformação. Segundo Mann, seria possível observar certa ordem padronizada em meio do caos, especialmente em sistemas debilmente caóticos (Cf. Koribko, 2018, pág. 31)

pelas grandes corporações internacionais, ramificadas em Estados nacionais que integram blocos regionais.

Do ponto de vista das estruturas sócio-produtivas sob os ditames neoliberais, a intervenção do Estado se limita a enfrentar as manifestações mais críticas da “questão social” por meio da generalização de programas assistenciais. A privatização de importantes funções estatais, dentre elas as políticas sociais, é complementada pela mercantilização progressiva de serviços sociais que eram de responsabilidade do Estado. Um conjunto de políticas e programas sociais são supridos e ou lançados ao mercado, ao circuito da valorização do capital. A tendência neoliberal de restringir a Seguridade Social à Assistência Social, junto à privatizações de políticas públicas (como Saúde, Educação, Previdência), fazem com que a intervenção do Estado se limite a um conjunto de ações emergenciais e pontuais de resposta às manifestações da “questão social”, sem alterar em nada a estrutura do problema.

O final da década de 1990 na América Latina mostrou de forma contundente as dimensões da catástrofe social resultante da aplicação ortodoxa do programa neoliberal no território latino-americano. A irrupção da *Revolução Bolivariana* vence nas eleições nacionais na Venezuela e chega ao governo desse país em 1998, com a figura do mítico Hugo Chávez à cabeça. Ela, junto à irrupção Zapatista (EZLN) no sul do México em 1994, foram os movimentos sociais e políticos contra-hegemônicos mais significativos registrados durante a década de 1990 na América Latina de hegemonia neoliberal dura. No contexto dessa catástrofe social produzida pela aplicação de políticas neoliberais, ocorreram vitórias eleitorais fundamentais em importantes países da região, que buscam desenvolver trajetórias mais soberanas para os países latinoamericanos. Um amplo leque de experiências se espalha pela região, tornando-a um grande laboratório (o maior do planeta no período) de produção de contra-hegemonia ao neoliberalismo e ao imperialismo na periferia.

A alvorada do século XXI na América Latina é crítica e contra-hegemônica. A vitória eleitoral de forças progressistas e socialistas se espalha pela América Latina na primeira década do século XXI e inclina a balança política para a esquerda no continente, trazendo um conjunto de políticas e programas, inclusive sociais, para serem postos em prática e testados. Um balanço crítico desse “ciclo de governos progressista” na América Latina é necessário, atendendo ao contexto geopolítico e às condições particulares da nossa região.⁴ Todavia, nada é para sempre na história social. O “ciclo progressista”, que sucedeu a década neoliberal na América Latina e

⁴ Governos progressistas no Brasil (2003), Argentina (2003), República Dominicana e Panamá (2004), Uruguai (2005), Bolívia (2005), Chile (2006), Honduras (2006), Equador, (2007), Nicarágua (2007), Paraguai (2008), Guatemala (2008), El Salvador (2009), Perú (2011).

reposicionou o debate sobre o imperialismo e necessidade de resistir, começou a mostrar sinais de esgotamento e entrou em declínio.

Entretanto, a pauta neoliberal se renovou, junto com seus métodos e dispositivos. Como foi dito, a América Latina vive a aplicação da “guerra híbrida” (principal estratégia de intervenção do imperialismo norte-americano, aliado aos grupos dominantes locais). Golpes parlamentares foram registrados em Honduras, Paraguai e Brasil; países sofrendo ameaça de intervenção militar e sanções financeiras (Cuba, Venezuela, Bolívia); perseguição, assédio e assassinato de lideranças populares (Colômbia, Brasil, Chile), com disseminação de notícias falsas, apologia dos discursos de ódio, do terror e do medo; da intolerância de todos os tipos (religiosa, étnica, racial, sexual, etária, etc.).

Essa nova ofensiva do grande capital na América Latina, dessa vez, apoia-se em setores ultra-conservadores, defensores de doutrinas e valores neofascistas e neonazistas. O neoliberalismo “possível” na atual fase do capitalismo na região, apresenta versões ultra-conservadoras e fascistas como parte de seu “cardápio”. Como nunca antes, a dominação por meio do livre mercado e do consumo e do ascenso de “status” social não dá conta de manter a adesão ao sistema, pelo que é complementada com doses cada vez mais altas de repressão e violência. No capitalismo contemporâneo, a dominação através do medo é reforçada na medida que a hegemonia pelo livre mercado se desidrata.

Antecedentes históricos do projeto de um Serviço Social crítico latinoamericano

Sem dúvidas, o Serviço Social não é alheio a esse contexto. Há tempo que a profissão se indagou sobre seu significado social e sua inserção na divisão social e técnica do trabalho da sociedade capitalista. Um acúmulo crítico de várias décadas dá conta disto e cabe começar destacando o papel central do Centro de Estudos Latinoamericano de Trabalho Social (CELATS)⁵, criado no marco do movimento de Reconceituação do Serviço Social. De nítida vocação latinoamericanista, em um contexto de politização social e profissional, na busca de aprimoramento teórico prático, de capacitação, pesquisa e intercâmbios, direcionados à construção de um Serviço Social latinoamericano, o CELATS/ALAETS desempenhou um papel fundamental na constituição de um Serviço Social crítico, contribuindo decisivamente para criar as bases teóricas e político-organizativas para sua difusão no continente. No Brasil, a esse projeto profissional crítico denominamos projeto ético-político da profissão.

⁵Segundo Yamamoto, o contexto de guerra fria e a luta contra o imperialismo permitem entender o financiamento alemão. dito apoio é indissociável da disputa entre os países “centrais” pela hegemonia na América latina, naquele período de expansão capitalista (2004; pág. 106).

Segundo Yamamoto (2004)⁶, a pauta de investigação do Centro nas décadas de 1970 e 1980 estava voltada ao conhecimento dos setores populares da América Latina: camponeses, operários, grupos populacionais e indígenas. Debatia-se sobre o papel das políticas sociais públicas, particularmente, Saúde e Habitação; sobre a necessidade do conhecimento das realidades institucionais onde opera o profissional, suas associações profissionais e os perfis; também, desenvolviam-se estudos e pesquisas sobre a história do Serviço Social na América Latina. No processo, foram surgindo necessidades de capacitação continuada para o trabalho profissional que fortaleçam a organização no continente e a comunicação mais intensa e orgânica, através da publicação de livros, revistas, cadernos, etc., que constituíam os principais desafios. Esse período foi de auge da produção crítica do Serviço Social latinoamericano.

Durante a década de 1980, em um contexto de ofensiva imperialista na região, com a chamada “guerra suja” frustrando o projeto socialista na Nicarágua, o programa neoliberal ascendeu na região. Registros indicam que a participação política do Serviço Social brasileiro foi fundamental para sustentação da ALAETS nessa conjuntura, exercendo a vice-presidência da entidade, apresentada pela professora Josefa Batista Lopes.

A década de 1990 do CELATS foi marcada pelo fim do financiamento externo que sustentava. Esse foi um período de grande crise do projeto originário e desestruturação organizativa do movimento. Um período de fortes impactos do pensamento neoliberal e de dispersão política das forças críticas, que vão de dividir em diversas correntes teóricas e políticas, com novas articulações, discursos e perspectivas teórico-metodológicas. Para fins da década de 1990, a ferramenta organizativa ALAETS/CELATS encontrava-se severamente fragilizada, quase sem funcionamento e esvaziada de seu conteúdo crítico.

O fim do ciclo crítico do Serviço Social latinoamericano coincide com a retirada do financiamento que dava suporte material à organização acadêmico-profissional continentalmente. Segue-se a dita crise, a busca de novas fontes de financiamento, a partir de Organizações não Governamentais (ONGs) internacionais, reorientando a mirada do centro para programas focalizados, fora da órbita do Estado e do campo das Políticas Públicas. Criou-se, também, uma tendência à mercantilização dos serviços prestados pela entidade e fomento de técnicas voltadas à gestão empresarial, a partir de critérios de eficácia, eficiência e

⁶ Nos referimos ao ensaio intitulado: “*Serviço Social brasileiro e a articulação latinoamericana*”, publicado na revista *Temporalis* Nº 7 da ABEPSS, que reúne reflexões de importantes referências do Serviço Social brasileiro e latinoamericano em seu conjunto, publicada sob o título: “*Articulação latinoamericana e formação profissional*”, contemplando o conteúdo da ampla discussão da Oficina Nacional da entidade em julho de 2003, em Porto Alegre, cumprindo a indicação levantada no VIII ENPESS, em dezembro de 2002. O processo culminou com a participação de sua presidenta, a Profa. Jussara Mendes, na “Junta Reorganizadora de la Asociación Latinoamericana de Escuelas de Trabajo Social - ALAETS”.

rentabilidade (Iamamoto, 2004).

Na análise de Iamamoto, trata-se da fase de decadência do projeto original da ALAETS/CELATS, como expressões político-acadêmicas mais avançadas do movimento latinoamericano de Reconceituação do Serviço Social. O projeto fundador, com hegemonia do pensamento crítico, foi se esvaziando e perdendo hegemonia face *“um novo projeto político profissional que adere aos imperativos do mercado e dócil aos influxos neoliberais; um projeto profissional débil teoricamente e dotado de fortes traços pragmatistas e empiristas. O Serviço Social passa a atuar sobre fragmentos isolados da questão social, perdendo a dimensão da totalidade da luta de classes: redundou em um quadro de representação frágil da categoria profissional na América Latina, desvinculada dos desafios políticos do nosso tempo é atravessada por posturas individualistas”*, afirma.

Todavia, a história recente das últimas três décadas, registra momentos importantes do seu processo de construção e refundação. No Chile, em 2006, é refundada com seu atual nome: ALAEITS, novamente com uma participação decisiva do Brasil na condução dos trabalhos, debates e plenárias, re-colocando em perspectiva a necessidade da organização do Serviço Social crítico latinoamericano. A partir de então, uma nova fase é caracterizada pela sua reconstrução enquanto ferramenta organizativa de assistentes sociais latinoamericanos orientados princípios éticos e políticos de emancipação humana.

Alguns desafios da internacionalização do Serviço Social brasileiro hoje

Em torno da política de articulação internacional da ABEPSS, uma questão fundamental que está colocada é a crise da ALAEITS como organismo de articulação do Serviço Social na América Latina. Reafirmar-se como organismo acadêmico-político articulador do Serviço Social na América Latina, consolidando o perfil crítico que estava na sua origem, continua sendo o maior desafio da política internacional da ABEPSS e do movimento de articulação acadêmico-político do Serviço Social no continente no momento.

No texto balizador das relações internacionais da ABEPSS: *“Notas para pensar a política de articulação internacional da ABEPSS na Gestão 2005/2006: a prioridade estratégica da articulação latino-americana”*, explicita-se a perspectiva de articulação e de organização internacional defendida pela entidade, que passa pela *“análise crítica e o debate sobre o internacionalismo, sobre as particularidades da América Latina no movimento de mundialização do capital e sobre a luta social como referências para o ensino, a pesquisa e a extensão na formação acadêmica, bem como para o exercício profissional do assistente social e sua organização como trabalhador. E uma vez estabelecida a estratégia de prioridade da*

articulação latino-americana impõe-se uma exigência de aprofundamento da consciência crítica sobre a América Latina no atual movimento de mundialização, sobre as tendências atuais do internacionalismo e o significado atual do Brasil no continente e no mundo com base na qual construirá um programa de trabalho a ser atualizado sistematicamente de acordo com os movimentos da realidade”.

Nesse sentido, na internacionalização do Serviço Social brasileiro permanece em destaque a necessidade de consolidar a construção regional, especialmente no Cone Sul, cuja expressão política e organizativa é a ALAEITS. Como foi dito, o país foi, desde os inícios do movimento de Reconceituação, um protagonista decisivo nos destinos desse processo e um pilar de sustentação e funcionamento da entidade desde finais da década de 1970. Dialeticamente, são muitos os frutos colhidos pelo Serviço Social crítico brasileiro desse diálogo com o movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina; diálogo que se remonta à década de 1960, com os Seminários Regionais em Rio Grande do Sul.

No início do século XXI, no contexto do ciclo de governos progressistas mencionados, as articulações para reerguer o movimento criam ALAEITS, dando continuidade ao processo organizativo iniciado com ALAETS. Desde então até agora o desafio segue sendo a reconstrução do projeto crítico, mantendo seu funcionamento regimental e a legalidade dos procedimentos e decisões políticas. Do ponto de vista formal/legal, a ALAEITS mantém um funcionamento institucional relativamente estável, com suficiente representatividade no continente. Todavia, a construção de um projeto crítico a nível latinoamericano, que seja expressão da integração e da síntese da diversidade de perspectivas e vivências críticas da nossa região, continua frágil. Da mesma forma, os esforços para coordenar uma formação profissional crítica na graduação e na pós-graduação ainda precisam crescer.

Outro desafio relacionado é avançar na agenda de pesquisa do Serviço Social crítico na América Latina, organizá-la e colocá-la em diálogo, em debate. Essa é uma tarefa fundamental da associação, posto que fortalece a própria organicidade de ALAEITS. Atualmente não há uma pauta comum de investigação, através da qual poder debater e dialogar; existem redes de pesquisadores articuladas produzindo conhecimentos críticos muito potentes, porém com pouca organicidade na ALAEITS; não se conta com um CELATS, para tratar da atualização permanentemente a formação profissional; há muita pesquisa de qualidade que é pouco conhecida, ou pouco divulgada, perdendo sua potência.

Da mesma forma, são necessários avanços substantivos na política de comunicação da ALAEITS, que enfrenta o desafio da extensão territorial e a enorme diversidade cultural que nos identifica como latino-americanos. Nesse sentido, hoje mais do que nunca, é clara a

importância de uma política de comunicação para a entidade, que reforce a própria organização: uma comunicação para além da propaganda e da publicidade.

Um momento importante para avançar nesses desafios, sem dúvidas, será o próximo Seminário Latinoamericano da ALAEITS. Sob o título: “*Radicalização do neoliberalismo e pandemia; contradições, resistências e desafios para o Serviço Social, na garantia de direitos*”, a XXIII edição do Seminário latinoamericano⁷ será no Cone Sul, em novembro de 2022, no Uruguai. Terá os seguintes blocos temáticos: 1) Manifestações da questão social na América Latina, - pré e pós-pandemia -, as respostas do Estado e da Sociedade; 2) Articulações e experiências acadêmicas e profissionais. Desafios da formação profissional face o embate neoliberal, a mercantilização da educação superior e as condições de trabalho. Articulações e experiências desde a investigação, a extensão e a formação de Graduação e Pós-graduação; 3) Desafios políticos para o Serviço Social latinoamericano e para a ALAEITS; 4) Espaço para a articulação política; 5) Processos e experiências organizativas e gremiais, profissionais e estudantis na América Latina; 6) Avanços e retrocessos; 7) Projeção profissional; 8) Encontros, confluências e lugares comuns; 9) Fortalecimento colectivo profissional continental e da participação institucional.

Todavia, a internacionalização do Serviço Social brasileiro não se esgota na construção no Cone Sul da *Nossa América*. Possui, ademais, fortes vínculos com instituições científicas da Europa e da África, com as que mantêm pesquisas conjuntas e intercâmbios variados. De acordo com o texto balizador das Relações Internacionais da ABEPSS⁸, produzido na gestão 2005/2006, uma meta a ser alcançada é uma aproximação com a Comunidade Europeia, que discute, também, possibilidades de unidade curricular para os cursos de Serviço Social de nível superior. Nesse sentido, parcerias com universidades de Portugal, Espanha, Itália, Moçambique e Angola são mantidas e renovadas, estabelecendo um canal sistemático de diálogo com aquelas regiões e suas particularidades.

No âmbito mundial, cabe mencionar o trabalho da Associação Mundial de Escolas de Serviço Social (AIETS), a primeira instituição internacional da categoria. A mesma, nos últimos anos, tem voltado mais seu interesse para as regiões periféricas, abrindo espaços de participação da América Latina e da África nos debates e na tomada de posição da entidade. Debates sobre

⁷ Trata-se de um evento de grande relevância acadêmica e projeção internacional. Se espera a participação de mais de 1.000 pesquisadores, docentes, estudantes e profissionais de Latinoamérica. Consultar a Web: <https://www.alaeits.uy/>

⁸ A criação do Grupo de Trabalho – GT de Relações Internacionais como mecanismo de implementação das ações da ABEPSS neste campo reforça a perspectiva de uma política para além da articulação do Serviço Social em torno do ensino, da pesquisa e da pós-graduação e para além da articulação latino-americana, mas reafirmando esta articulação como referência estratégica.

o papel dessa organização mundial, do projeto ético-político que é defendido, e da representatividade que possui a entidade são complementados na atual conjuntura pela insegurança alimentar, ou seja, a fome e a violação dos direitos humanos e da natureza. A particularidade latinoamericana, com seu acúmulo recente de experiências críticas ao neoliberalismo e ao imperialismo norte-americano, chamam atenção na geopolítica.

A compreensão da realidade de outros continentes, especialmente os periféricos, assim como o debate e a construção coletiva com os segmentos críticos do Serviço Social fora do Brasil, são princípios da política internacional da ABEPSS. Princípios esses hoje favorecidos pela tendência de ampliação da AIETS às periferias, que faz brotar a necessidade de aprimorar o debate sobre a participação política da ALAEITS na associação mundial. Da mesma forma, precisamos aprofundar a nossa visão sobre o significado e tendências das relações internacionais do Serviço Social brasileiro, que contemple as diferentes formas e vias de articulações internacionais do Serviço Social existentes, realizadas por uma ampla rede de organismos mundiais, continentais, nacionais, estaduais e locais que envolvem profissionais e estudantes.

Nesse sentido, os principais eixos históricos da internacionalização da ABEPSS encontram-se nas relações mantidas com a América Latina, Europa e, mais recentemente, África. Nos diálogos e construções com o Serviço Social crítico dessas regiões, configurou-se a política internacional da entidade. Do ponto de vista da articulação institucional, o trabalho na ALAEITS, na construção junto à AIETS e nas iniciativas conjuntas com o CFESS/CRESS para participar como Brasil nos debates da Federação Internacional de Trabajo Social (FITS), particularmente sobre questão étnico e racial; a política internacional tem priorizado a construção de ditas ferramentas organizativas.

Para concluir, na atual conjuntura, onde se espera a manutenção da ofensiva imperialista América Latina e um provável aprofundamento das estratégias de “guerra híbrida” na região, torna-se necessário posicionar política e academicamente a ALAEITS no debate público, especialmente sobre aqueles temas e questões que dizem respeito ao fazer profissional do Serviço Social no âmbito das políticas em que atua. Da mesma forma, é imprescindível contar com o apoio regional e da comunidade internacional, em cenários onde se espera um recrudescimento, não apenas do neoliberalismo, mas do ultra-conservadorismo.

BIBLIOGRAFIA:

REVISTA TEMPORALIS Nº 7 / ABEPSS: *Articulação Latino-Americana e Formação Profissional*. Porto Alegre, 2004.

HARVEY, David: *O novo imperialismo*. Loyola, São Paulo, 2005.

IAMAMOTO, Marilda: *Serviço Social brasileiro e articulação latinoamericana*. In. Revista Temporalis Nº 7 / ABEPSS, Porto Alegre, 2004.

Texto Balizador das Relações Internacionais da ABEPSS: “*Notas para pensar a política de articulação internacional da ABEPSS na Gestão 2005/2006: a prioridade estratégica da articulação latino-americana*”.

https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201604041642270038670.pdf

BATISTA LOPES, Josefa: *História da organização político-acadêmica do Serviço Social na América Latina: significado e perspectivas da ALAETS e do CELATS para a organização dos profissionais no Brasil*. In. Revista Temporalis Nº 7 / ABEPSS, Porto Alegre, 2004.

KORIBKO, Andrew: *Guerras Híbridas: das revoluções coloridas aos golpes*. Expressão Popular, São Paulo, 2018.

Financiamento da assistência social em Belém: um estudo sobre fundo municipal entre 2006 e 2017¹

Financing social assistance in Belém: a study on municipal funds between 2006 and 2017

Zaraia Guará Ferreira*

Resumo: Este artigo analisou o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) da cidade de Belém, Estado do Pará, Brasil, entre 2006 e 2017, identificando o processo de cofinanciamento dos três níveis da federação (União, Estado e Município) e sua média de execução. Como suporte teórico e histórico utilizamos o conceito de Fundo Público e sua vinculação ao Estado. Os dados orçamentários (LOA) foram obtidos a partir do portal da transparência do município, da Câmara do Vereadores, da Secretaria de Gestão e Planejamento (SEGEP) e da Fundação Papa João XXIII (Funpapa). Além desses, foram analisados os Planos de Ação e Demonstrativos Físico Financeiros produzidos pela FUNPAPA e encontrados parte no portal SUASWEB, parte disponibilizada pela Fundação. Como resultado da pesquisa observamos o desfinanciamento paulatino dos serviços socioassistenciais e sua baixa média de execução.

Palavras-chaves: Fundo Público, Assistência Social, Financiamento.

Abstract: This paper analyzed the Municipal Social Assistance Fund (FMAS) of the city of Belém, State of Pará, Brazil, between 2006 and 2017, identifying the co-financing process of the three levels of the federation (Union, State and Municipality) and its average execution. As theoretical and historical support we use the concept of Public Fund and its link to the State. Budget data (LOA) were obtained from the municipal transparency portal, the City Council, the Management and Planning Secretariat (SEGEP) and the Papa João XXIII Foundation (Funpapa). In addition to these, the Action Plans and Physical and Financial Statements produced by FUNPAPA were analyzed and found in part on the SUASWEB portal, part made available by the Foundation. As a result of the research, we observed the gradual defunding of social assistance services and their low average execution.

Keywords: Public Fund, Social Assistance, Financing.

Recebido em: 10/08/2021

Aprovado em: 11/04/2022



© O(s) Autor(es). 2018 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição- Não-Comercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

¹ Este artigo é resultado dos estudos realizados em minha dissertação de mestrado, apresentado em agosto de 2021 ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Pará (UFPA).

* Assistente Social, Mestrando do Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PPGSS-UFPA); Assistente Social do Instituto de Assistência à Saúde e Social dos Servidores Públicos de Belém (IASB).

Introdução

O Fundo de Assistência Social no Brasil² tem um arranjo complexo de arrecadação, isenção fiscal, distribuição e execução, desdobrando-se em serviços, benefícios e ações (projetos e atividades), contando com diferentes níveis de financiamento e administração. Junto a outros fundos permeia o centro da discussão política e econômica nacional, travado no debate do orçamento do Estado desde a União até os municípios. Esses fundos setoriais ou especiais são instrumentos orçamentário-contábeis criados por legislação a fim de tornarem administráveis os montantes de recursos destinados a determinadas áreas de investimento estatal (Costa, 2012). São, portanto, parte do Fundo Público concentrado pelo Estado, ou seja, montante de valor oriundo do trabalho social expropriado e transformado em lucros, juros ou renda da terra, punctionado através do sistema tributário (Behring, 2010, 2021)

O Fundo Público, através do orçamento, é um elemento vinculante entre Estado e economia, um instrumento de transferência de riqueza, podendo funcionar para sua concentração ou distribuição na sociedade. Assim torna-se um elemento de poder fundamental na dinâmica econômica, política e social.

O Estado, nesta equação, é a moldura que dá forma ao Fundo Público, não podendo este existir sem aquele, ao mesmo tempo que é o aparato mediador entre economia e sociedade na sua distribuição. Assim, entendemos que estudar o Fundo Público é parte do esforço para entender como são distribuídas as riquezas entre as classes que disputam o excedente do trabalho transformado em tributos e repartindo em diferentes direções.

O Fundo da Assistência Social é uma pequena manifestação desse imenso montante de riqueza concentrada, utilizada como resposta à questão social gerada com a exclusão do trabalho (Santos, 2012). No Brasil, a assistência social trilhou um longo e contraditório caminho desde o seu nascimento na primeira metade do século XX, apresentando-se como uma necessidade social premente diante da complexificação do capitalismo brasileiro e da emersão da questão social levada ao centro do debate político e econômico nacional.

O financiamento ganha destaque dentro da nova Constituição brasileira em 1988, tornando-se uma das mais importantes inovações junto a descentralização administrativa e controle social. Neste trabalho, para observarmos esse financiamento de forma empírica, estudaremos o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) do município de Belém, Estado do Pará, bem como seu cofinanciamento pelos diferentes entes da Federação, procurando entender como cada um colabora com os serviços da assistência social e como é executado esse

² Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), Fundos Estaduais de Assistência Social (FEAS) e Fundos Municipais de Assistência Social (FMAS).

montante. Para isso foram realizadas análises dos gastos da Assistência Social no município, através da análise de documentos institucionais do Ministério da Cidadania que dizem respeito ao cofinanciamento do Fundo Municipal, cotejando-os com documentos da Prefeitura de Belém através de suas Secretarias de Gestão e Planejamento (SEGEP) e da Fundação Papa João XXIII (FUNPAPA), esta última responsável pela administração da Assistência Social no município.

Fundo público e assistência social

Para estudarmos a formação de fundos públicos e a forma como as políticas públicas são organizadas e financiadas  necessário abordarmos uma relação fundamental das sociedades modernas, o Estado e a economia. Ou seja, a relação entre a forma política e administrativa que emergiu dos resquícios da sociedade feudal europeia e a organização econmica da sociedade capitalista nascente. As instituições resultantes desse processo são produto de uma longa trajetória de arranjos e rearranjos históricos oriundo da complexificação permanente que passou ao longo dos séculos.

O debate sobre a forma e o conteúdo do Estado já atravessa séculos, territórios e conjunturas distintas e não tem data limite para terminar. Poulantzas (2000) nos alerta que  preciso fugir das explicações fáceis que tentam separar uma estrutura estrita e administrativa própria de um Estado gerencial das relações estabelecidas na sociedade, assim como das explicações historicistas que veem o Estado como resultado lógico e cronológico das relações de classes, ou mesmo de interpretações que o colocam como apêndice-reflexo e operativo das lutas e do poder econmico.

Essas tentativas de diminuir ou eliminar o Estado como fator central na compreensão da sociedade capitalista fracassaram diante da realidade. Mesmo com a emersão da globalização e sua ideologia neoliberal, após a eliminação das fronteiras para o capital, o Estado Mínimo apregoado, na verdade, transformara-se em máximo para a garantia dos fluxos e da estabilidade comercial e financeira em momentos de crises que não tardam a acontecer (Salvador, 2010; Behring, 2021).

 na relação entre Estado e economia capitalista que veremos surgir e desenvolver-se Fundos Estatais que servirão ao financiamento das ações do Estado, em particular, da sua violência institucional legitimada para assegurar em contrapartida o desenvolvimento da economia capitalista. Francisco de Oliveira (1998) ao tentar captar as origens e importância da relação entre fundos estatais e a formação da economia capitalista, afirmar que “a formação do sistema capitalista  impensável sem a utilização de recursos públicos, que em certos casos funcionam como uma ‘acumulação primitiva’” (p. 20).

É a partir da crise de 1929, contudo, e com as intervenções keynesianas na regulação estatal sobre o mercado, que esta categoria ganhará a relevância que carrega até hoje. Para Oliveira (1998) há nessa transição a mudança na natureza do Fundo Público que, antes da crise econômica de Nova York, funcionava, em menor parte, como uma forma de “acumulação primitiva” de capital, um ex-post, e era encontrado

desde o casamento dos tesouros reais ou imperiais com banqueiros e mercadores na expansão colonial até a despossessão das terras dos índios para cedê-las às grandes ferrovias particulares nos Estados Unidos, a privatização de bens e propriedades da Igreja desde Henrique VIII até a Revolução Francesa; e, de outro lado, as diversas medidas de caráter caritativo para populações pobres, de que as ‘Poors Houses’ são bem o exemplo no caso inglês” (Ibidem, p. 20).

Na fase de regulação keynesiana do Estado capitalista, o Fundo Público adquiriu características, sem as quais, o boom expansionista e cumulativo do capitalismo não seria possível, tornando-se um ex-ante, ou seja, uma condição fundamental (sine qua non) para impulsionar a economia industrial da época. A emersão do Estado Social no séc. XIX³ e seu formidável crescimento no século XX é debitado por Salvador (2010) ao crescimento do Fundo Público⁴, fomentando tanto as políticas sociais quanto o desenvolvimento do capitalismo nas economias centrais.

Durante os anos do Keynesianismo/fordismo, os recursos dos fundos públicos, particularmente o “fundo previdenciário”, foram canalizados para cumprir duas missões: garantir a aposentadoria dos trabalhadores e, durante o processo de acumulação financeira (quando os trabalhadores ativos superam o número de beneficiários), canalizar as reservas para investimentos, sobretudo no setor de infraestrutura (SALVADOR, 2010: 81).

Francisco de Oliveira (2015) afirma que o Estado, através do Fundo Público, configura-se como sustentáculo nos momentos das crises cíclicas da economia capitalista, como uma retaguarda sempre acessível para garantia da valorização do capital. Ou seja,

(...) a noção de fundo público menos que um conceito acabado, responde a uma necessidade de nomear recursos geralmente estatais que, no capitalismo contemporâneo – a rigor desde a formulação e adoção generalizadas das políticas anticíclicas –, fundem-se aos recursos privados para sustentar, e não

³ Salvador (2010) apresenta dados compilados na obra *Beyond the Welfare State* de Christopher Pierson (1998) que demonstram que dos 13 países europeus no século XIX, 11 apresentavam legislações que complementavam a renda de trabalhadores antes da virada para o Século XX. O que representa embriões de Estados Sociais posteriormente desenvolvidos.

⁴ Piketty (2014, p. 463) apresenta em seu livro *O Capital no séc. XXI* a evolução das receitas fiscais, de 1870 a 2010, de 4 países com distintas trajetórias históricas entre os mais ricos (Suécia, França, Reino Unido e Estados Unidos) e demonstra a relativa proximidade entre estes na evolução de suas receitas fiscais. “A primeira semelhança é que os impostos representam menos de 10% da renda nacional em todos os países no séc. XIX até a Primeira Guerra Mundial. (...) A partir dos anos 1920-1930 e até os anos 1970-1980, assistimos a um crescimento considerável [3 a 4 vezes] da participação dos impostos e das despesas públicas (e, particularmente, das despesas sociais) na renda nacional”. Até a estabilização de 1980 a 2010 em níveis diferentes: 30% da renda nacional para Estados Unidos, 40% no Reino Unido, 50% na França e 55% na Suécia.

apenas reprimir, as tendências depressivas, a expansão do capital (OLIVEIRA, 2015, p. 376).

Behring (2010, 2021), acrescenta que, dada a importância do lugar que ocupa o Fundo Público na sustentcao da economia capitalista, este transformou-se num elemento “nem ex-ante, nem ex-post do processo de produo e reproduo capitalista, como se supõe que fosse ao período concorrencial, mas um componente in flux do mesmo, que está ali presente no ciclo D – M – D’ ” (2010, p.22). Esse movimento compreenderia a transformao do capital-mercadoria em capital-dinheiro no processo de produo e circulao de mercadorias (Behring, 2012), tendo para isso como seu mediador o crédito privado e o fundo Público (Estado), sendo este último “parteiro” ou “uma mediao decisiva no capitalismo” (Behring, 2012. p. 156)

A dupla forma de execuo do Fundo Público, direto e indireto, para a reproduo ampla do capitalismo  uma de suas características imanentes na atualidade⁵. Tanto contribui para o desenvolvimento econmico via investimentos na produo (diretos), quanto para a reproduo da classe trabalhadora, via investimentos em Políticas Sociais (salários indiretos), repassando parcial ou totalmente os custos do trabalho para o poder público, aumentando assim a margem de mais-valia extraída no processo de produo capitalista.

No Brasil a formao do Fundo Público ganha importância com a emersão do Estado Desenvolvimentista a partir da década de 1930, no governo de Getúlio Vargas. A este modelo de Estado preocupa um planejamento econmico centrado no desenvolvimento, cuja o processo de industrializao ocupa papel central, sendo comum o Estado assumir nichos Industriais diversos dependendo do que seja necessário para impulsionar a economia⁶. O Estado Desenvolvimentista caracterizou-se por assumir as tarefas estruturais do desenvolvimento econmico capitalista e promover uma ampla coalizão de classes que envolvesse a burocracia estatal, empresários, trabalhadores que passam a adotar uma estratégia direcionada para o progresso sustentado da economia (Perissionotto, 2014). Sua delimitao temporal  geralmente estabelecida entre o início do governo de Getúlio Vargas (1930) até o fim da ditadura militar (1985).

No Brasil  identificado como precursor da política social de Estado, onde a questão

⁵ Para este debate ver Oliveira (1998), Behring (2010; 2012; 2021), Bretas (2012), Salvador (2010).

⁶ Outras características do desenvolvimentismo segundo Ianoni (2014) são: 1 - a existência de instituioes estatais ou paraestatais (Comissoes, Comits, Agências) que conduzem o projeto de desenvolvimento, orientados por uma burocracia estatal especializada e de carreira; 2 - industrializao retardatária de renda média e com componentes tecnológicos aquém da fronteira tecnológica; 3 - a presença de uma ideologia nacionalista que unifique os diferentes grupos sociais e legitime o Estado; e 4 - a busca de equiparao tecnológica e de renda com países de capitalismo desenvolvidos (catching-up).

social oriunda do desemprego foi abordada de frente, como eixo promotor do projeto de desenvolvimento nacional. Nesse período vimos no Brasil a formação de instituições que passaram a intervir cada vez mais na condução da economia visando sua industrialização, ao mesmo tempo, que outras tratavam da Previdência, Saúde, Assistência Social, Educação, entre outras, colaborando de forma indireta para reprodução do capital industrial nascente, tendo o Fundo Público e Estatal como protagonista (Draibe, 2004; Ianni, 1979). Previdência Social e Saúde sempre referenciadas ao mercado de trabalho formal, de maneira que só trabalhadores com carteira assinada poderiam acessá-la; e Assistência Social expressa na forma da caridade e filantropia aos “inválidos”, depois assumida pelo Estado.

A Assistência Social no Brasil faz um extenso e tortuoso percurso ao longo do século XX manifestando-se em formas distintas à medida que a questão social vai tomando centralidade no processo político do país incentivada/deslocadas pelas lutas seminais da classe trabalhadora, também instrumento institucional para contenção de ebulições políticas. Nasce no bojo das políticas sociais exigidas pelas transformações econômicas e sociais oriundas do processo de industrialização e urbanização do país. Sua origem deu-se primeiramente de forma não estatal através da ação caritativa da Igreja Católica no socorro aos incapazes para o trabalho, crianças e velhos pobres e abandonados, homens e mulheres inválidos, descartados no processo social que não tinham outro destino que não fosse essa forma de ajuda (Couto 2010).

Sua forma estatal no Brasil, ocorrerá duas décadas após o surgimento das primeiras Caixas de Aposentadorias e Pensões (formas embrionárias de previdências sociais no Brasil) e tem como marco a criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA)⁷ criada em 1942 pelo presidente Getúlio Vargas e coordenada pela primeira-dama Sra. Darci Vargas para atendimento às famílias dos soldados que foram a Segunda Guerra Mundial na Europa. A LBA era uma iniciativa assistencialista, restrita a ajuda filantrópica e focalizada a um setor específico, tendo, nos anos seguintes, porém, ampliado sua ação para populações em situação de vulnerabilidade social, servindo como forma de legitimação do governo ditatorial, passando esta entidade a comandar oficialmente as ações de Assistência Social no Brasil (Behring & Boschetti, 2011).

Em 1969, a LBA ganhará status de Fundação e será incorporada ao Ministério do Trabalho e Previdência (MTP) e posteriormente, no ano de 1974, ao Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS). Denota-se deste percurso a vinculação que Assistência Social passará a ter com os processos de formalização do trabalho – servindo como retaguarda para os incapacitados para o trabalho – e formando junto com a Previdência o que Boschetti (2008)

⁷ Outras medidas menos estruturadas surgiram no campo da assistência social paralelamente, como o Serviço de Assistência ao Menor (SAM) em 1941 (Behring & Boschetti, 2011).

chama de “complexo previdenciário-assistencial”.

Com o processo de redemocratizao do Brasil e com a nova constituio em 1988 a Assistência Social será alçada a política pública de seguridade social junto com saúde e Previdência, representando um salto qualitativo na sua organizao e financiamento. Entretanto, foi confrontada com a emergo do modelo neoliberal de Estado, orientado pelas receitas do Consenso de Washington⁸, cujos objetivos eram a restrio a qualquer proposta de universalidade que demandasse aumento de investimentos em Políticas Sociais.

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)⁹, por exemplo, só seria aprovada em dezembro de 1993, após ser rejeitado por completo em 1990 pelo presidente Collor¹⁰. A primeira Política Nacional de Assistência Social (PNAS) foi aprovado em 1998 e a segunda apenas no ano de 2004, 11 anos após a aprovao da LOAS. Segundo Couto (2010), o projeto neoliberal de desmonte do Estado somado ao preconceito e falta de densidade política e conceitual foram responsáveis pelo atraso na regulamento da Assistência Social. Para Sposati (2013: 36) "o acúmulo era pouco, era difícil avançar em propostas para além de diretrizes que apontassem os valores éticos dessa política”.

O neoliberalismo em sua emergo apresentou a programática econmica, social e ideológica que permitiu a reformulao do aparelho estatal facilitando a recomposio das taxas de valorizao do capital, sucumbidas após mais uma severa crise cíclica de acumulao. Assim, o Estado foi alvo estrgico, dado seu papel de regulador social e econmico em favor das regras de mercado, promovendo reduo de impostos, diminuio dos gastos sociais restringindo a Proteo Social, privatizao de empresas públicas, controle da massa monetária para controle da inflao, desregulamentao dos mercados, incluindo o de trabalho (Salvador, 2010), medidas que afetavam diretamente a composio do Fundo Público até então bastante comprometido com políticas sociais e econmicas.

O Estado mínimo, proposto por este modelo, serviu muito mais como elemento de propaganda ideológica contra o intervencionismo do Estado Social keynesiano e desenvolvimentista, do que de fato a um objetivo exequível. Isso se explica em maior grau pela necessidade que a liberalizao financeira tem de valorizar seu capital a partir dos Fundos Públicos (Behring, 2021, cap. 1) e, em menor grau, devido  incapacidade do crescimento

⁸ Reunião realizada em novembro de 1989 entre os presidentes eleitos da América Latina e os representantes do Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e Banco Interamericano de Desenvolvimento, que entre as reformas de cunho neoliberal prevê a realizao de reformas estruturais para a estabilizao da economia como as privatizao, a desregulamentao dos mercados, a descentralizao e a retomada do desenvolvimento.

⁹ Lei 8742 de 07 de dezembro de 1993 – Dispõe sobre a organizao da Assistência Social e dá outras providências.

¹⁰ O projeto rejeitado era o PL 3099/89, de iniciativa do deputado Raimundo Bezerra e com formato final dado pelo relator Nelson Seixas, ambos do PSDB, que regulava a assistência social.

neoliberal e de absorver a reprodução da força de trabalho atingida pelo desemprego ascendente e cada vez mais demandante de políticas sociais públicas, o que pressupõe um gasto estatal elevado. Behring (2021, cap. 7) explica como o ajuste fiscal tornou-se a explicação para contingenciamentos em Políticas Sociais, tornando-se por fim uma justificativa permanentes para expropriação do Fundo Público.

Nesta relação entre Fundo Público e finanças, temos os orçamentos como modelos desenhados para a gestão e planejamento da administração pública, formatando grande parcela do Fundo Público, organizando sua distribuição entre as classes na sociedade, contendo em si, também os instrumentos para os ajustes fiscais requeridos pela economia política neoliberal-financista.

Por opção da política econômica e das forças políticas que apoiam o governo, os interesses beneficiados com os pagamentos dos juros – o capital financeiro nacional e internacional – conseguiram incrustar-se no orçamento e passaram a comandar as decisões de gastos em seu benefício, com prejuízo para o desenvolvimento e para a oferta de políticas públicas à sociedade pelo Estado (OLIVEIRA, 2009, p. 113).

Assim este setor vai se apropriando dos Fundos Públicos, tanto os de caráter discricionários, que ficam sob a decisão do governo, como os vinculados, obrigatórios e direcionados a Políticas Públicas específicas. Sendo por isso, na verdade, que sempre ressurgem as propostas de reformas para desvinculação de receitas constitucionais de políticas sociais como Saúde e educação. Desta forma, vemos como o modelo neoliberal pavimentou o caminho para apropriação do Fundo Público pelos detentores do capital financeirizado, a fim de recomporem permanentemente suas taxas de rentismo e lucro, ao mesmo tempo provocando um processo avassalador de privatizações das políticas sociais no Brasil.

Fundos especiais e assistência social: descentralização e cofinanciamento

O repasse entre Fundos Especiais foi um dos claros avanços estabelecidos pelo Constituição de 1988 no financiamento de Políticas Sociais, por proporcionar maior controle sobre o fluxo de recursos e carimbá-lo para uso exclusivo de tal política. Porém uma considerável parcela ainda passa por fora desse instrumento contábil/orçamentário, o que implica em dificuldades para o controle da sua execução, sendo muito comum encontramos discrepâncias entre as cifras em diferentes documentos, mesmo quando elas descrevem o mesmo serviço, programa ou ação. Quando tentamos cruzar os dados do cofinanciamento do FMAS usando orçamento municipal e o SuasWeb encontramos esses problemas.

O FMAS está entre os fundos especiais¹¹ como descritos pela Lei 4320/1964¹², que a define como “produto de receitas especificadas que por lei se vinculam  realização de determinados objetivos ou serviços” (Art. 71), tendo a aplicação de suas receitas dada por dotação especificada na Lei do orçamento (Art. 72). Os Fundos Especiais são instrumentos consolidados na Administração Pública, tendo previsão desde 1922 no Código de Contabilidade da União (Costa, 2012). Seu formato contemporâneo permite, segundo Colin (2008), vantagens na canalização do Fundo Público para “o cumprimento das funções e obrigações das políticas sociais” (p. 221), como: 1 – melhor distribuição e gestão dos recursos; 2 – identificação das responsabilidades na sua administração; 3 – maior controle sobre o seu funcionamento; 4 – transparência na gestão dos recursos; 5 – relação com outros fundos, sem perda de autonomia; 5 – Detalhamento das informações nos serviços prestados; 6 – acompanhamento permanente da evolução dos custos das ações e serviços desenvolvidos.

Suas principais características são: 1 – Ter receitas especificadas em Lei; 2 – vincular-se a realização de determinados objetivos ou serviços; 3 – estar prevista na Lei que institui a destinação de seus recursos, bem como do órgão ao qual se vincula e a quem se atribui a sua gestão; 4 – ter contabilidade própria e segrego de contas, donde derivam informações para seu controle; 5 – tem suas contas apreciadas pelos órgãos de fiscalização competente; 6 – ter seu saldo financeiro de um exercício encerrado, remetido ao exercício subsequente. (Idem, p. 222)

Os fundos de Assistência Social são instrumentos de gestão orçamentária e financeira com Personalidade Jurídica própria, onde devem ser alocadas as receitas e executadas as despesas “relativas ao conjunto de ações, serviços, programas, projetos e benefícios de Assistência Social” (SUAS, 2012, p. 32).  por este instrumento que são contabilizados, nos municípios, os recursos oriundos do coninanciamento Federal, Estadual e Municipal, destinados aos serviços socioassistenciais.

O FMAS  um fundo especial cuja formação representa parte do Fundo Público destinado a esta política. Analis-lo nos d um bom dimensionamento de como se constitui esta importante parcela do Fundo Público da Assistência Social, e o papel que cumpre para a

¹¹ Costa (2012) explica que não há uma homogeneidade na conceituação de Fundos nas normas e na literatura especializada, podendo ser encontrados definições com viés orçamentário (presente na lei 4320/64), contábil e de direito financeiro, contendo ainda subdivises quanto suas finalidades. O autor destaca ainda uma divisão feita pelo decreto 93.872/86 (trata da Unificação dos Recursos de Caixa do Tesouro Nacional) tentando consolidar duas compreensões de Fundo Especial, um de natureza contábil e outro de natureza financeira.

¹² Lei que estatui as regras de direito financeiro para elaboro dos orçamentos da União, Estaduais e municipais e seus balanços. Esta foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988, cujo objetivo foi utiliz-la até a modernização com uma nova legislação que, no entanto, até hoje não aconteceu.

estrutura desta Política no município. Segundo a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) é um dos instrumentos de gestão financeira da Assistência Social ao lado do orçamento, sendo expressa na LOA como unidade orçamentária específica, embora seja composta também do orçamento da Funpapa (outra unidade orçamentária). Essa complexa combinação, cumpre, por um lado, relevante papel de planejamento orçamentário do Fundo Público da Assistência Social no município e por outro acarreta alguns problemas de controle.

Os valores destinados ao orçamento da Funpapa (LOA) representam em sua maior parte o financiamento da Estrutura, Recursos Humanos e Gestão, enquanto o FMAS representa o financiamento dos Serviços, Programas, Projetos e Ações, distribuídos entre os diferentes níveis de proteção¹³. Em média o FMAS representou entre os anos de 2006 e 2017 25,64% do orçamento da Funpapa, com alta em 2006 (39,99%) e baixa em 2017 (11,77%).

O Fundo Municipal de Assistência Social de Belém foi criado pela Lei n 7857/1997¹⁴ e desde lá vem concentrando os repasses feitos da União (FNAS), do Estado (FEAS) e do tesouro municipal para financiamento dos Serviços Socioassistenciais como determina a LOAS. Tal processo fez parte da descentralização político, administrativo e financeiro preconizado pela CF88 e pela nova legislação de Assistência Social. Tal autonomia de gestão local implicou em dificuldades adicionais à muitos municípios brasileiros no que diz respeito ao cofinanciamento, como explica Salvador (2010)

Ao mesmo tempo que a Constituição descentralizou a arrecadação tributária não fez mesmo no tocante às responsabilidades de execução das políticas sociais, ou seja, ‘não existiu uma correspondência necessária entre distribuição de encargos a receitas, fazendo com que alguns estados e municípios não consigam arcar com as novas atribuições (AFFONSO apud SALVADOR, 2010, p. 182. 2009).

A gestão da Assistência Social em Belém recebeu a incumbência de novos Serviços Socioassistenciais de competência municipal como os previstos pelo ECA e mais os executados até então pelo Estado e agora assumidos pelo município, sem que houvesse os devidos estudos de impacto administrativos e financeiro, acarretando problemas adicionais para o orçamento municipal, como explica a professora e ex-presidente da Funpapa Sandra Helena Ribeiro Cruz

Concretamente esse processo significou a constituição de mais um problema para o município por dois motivos: primeiro porque a transferência político-administrativa dos serviços não precedeu a realização de um estudo ou diagnóstico sobre a realidade dos mesmos, suas condições de funcionamento e atendimento. Segundo, porque o processo não pautou, nem de perto, a questão do financiamento, gerando para o município mais um gasto em suas

¹³ Embora em alguns casos específicos possa ser utilizado para pagamento de Recursos Humanos.

¹⁴ Dispõe sobre a política municipal de assistência social, criação do conselho e do fundo municipal de assistência social de Belém. Atualizada pela lei 9194/2019, implementando o Sistema Único de Assistência Social do Município de Belém, porém não utilizada como parâmetro desse estudo dado o período analisado.

contas, sem nenhuma contrapartida do governo estadual e havendo apenas a descentraliza dos recursos advindos do FNAS para o FMAS, sem nenhuma atualiza monetária no que diz respeito às per capita, referência de valores estabelecidos para os serviços assistnciais e financiados pela esfera da União (Cruz,2003. p. 74, 75).

A ausência de uma legislao que determine percentuais fixos ou mínimos para o cofinanciamento era (e ainda ) um obstáculo a manuteno da estabilidade do financiamento da Assistência Social. Assim, os governos Estaduais, com a municipalizao, reduziram sua participao no cofinanciamento, chegando a anulá-la por muitos anos como  o caso de Belém.

O cofinanciamento, por sua vez,  uma forma de compartilhamento do financiamento entre os três entes governamentais e  previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS art. 6 Inciso I e  3 do art. 28) e na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) no sentido da descentralizao político-administrativa-financeira. Porém, são nos dispositivos do SUAS que esse ganhará operacionalidade definindo critérios de acesso ao Fundo Nacional de Assistência Social como: I - Conselho de Assistência Social instituído e em funcionamento; II - plano de Assistência Social elaborado e aprovado pelo Conselho de Assistência Social; III - fundo de Assistência Social criado em lei e implantado; e IV - alocao de recursos próprios no fundo de Assistência Social (SUAS, 2012, p. 33).

O cofinanciamento do FMAS está ligado estreitamente ao processo de descentralizao política administrativo inaugurado na Constituio Federal de 1988, quando determina coparticipao das unidades federativas (União, Estados e Municípios) no processo de planejamento, gestão e financiamento das políticas sociais, dividindo competências e responsabilidades entre si¹⁵.

Salvador (2014) comenta que essa descentralizao avançou no início dos anos 2000 com a regulamentao relativas  Sade¹⁶, Educao¹⁷ e Assistência Social. Esta última já desde 1993 através da LOAS (Lei 8742/91)¹⁸ que estabelece a descentralizao como uma diretriz ao lado do comando único e da participao social. Contudo, são foi a partir da PNAS/2004 (Res.1451 5/09/2004) e NOB-SUAS/2005 (Res. 130 15/07/2005) e NOB-SUAS/2012 (Res. 33 11/12/2012) que foram estabelecidas as estruturas que puderam

¹⁵ “Art. 195 - A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (CF -1988).

¹⁶ EC 29/2000 “que assegura recursos mínimos para o financiamento das aoes e serviços públicos de saúde, regulamentada em 2011 e que levou a maior participao dos estados e municípios no custeio da saúde” (Salvador, 2014. P. 187).

¹⁷ FUNDEB (Lei 11.494/2007) – Fundo de manuteno e desenvolvimento da Educao básica e de valorizao dos profissionais da educao.

¹⁸ Posteriormente complementada com a Lei 12.435/2011 que incluiu nesta o Sistema nico de Assistência Social e toda sua estrutura de Gestão e Financiamento.

operacionalizar os princípios/diretrizes organizativos da Assistência Social.

O cofinanciamento, portanto, é parte da construção democrática da Seguridade Social, onde os três entes participam de seu financiamento, com planejamento e execução sob controle social dos Conselhos e das Conferências de Assistência Social. Cada ente assumindo uma responsabilidade específica, tomando como pressuposto a ideia de que apenas a distribuição das responsabilidades e envolvimento social e político é possível obter uma abordagem eficaz das situações enfrentadas. Para Mesquita, Martins e Cruz (2012) todo esse processo agrega dificuldade técnicas e políticas, entre as quais temos: a indefinição por meio legal dos percentuais a serem comprometidos pelos entes cofinanciadores e a reduzida participação dos Estados no Cofinanciamento. Adiante veremos esses e outros problemas ao abordarmos os dados do FMAS no município de Belém.

Fundo municipal de assistência social: desfinanciamento e estagnação

Quando partimos do orçamento a primeira evidência a ser destacada dos dados é o fato do Fundo Municipal de Assistência Social ser mantido em maior parte pela União, seguida do município, enquanto o Estado comparece com valores muito baixos ou nulos¹⁹. Ao longo dos anos estudados a União colabora com a maior proporção do cofinanciamento do FMAS, em média 70,8% do total.



Elaboração do Autor: dados oriundos das Leis Orçamentárias Anuais de 2006 a 2017

Em nossa pesquisa essas cotas variam para a União entre 77% (2016) e 63,9% (2013) e para Município 37,7% (2014) e 21,3% (2016). Mesquita, Martins e Cruz (2012), ao analisar

¹⁹ Autores que identificam esta característica em diferentes estudos para grandes cidades: Colin (2008); Salvador (2010); Couto et al (2011); Mesquita, Martins e Cruz (2012); Carneiro, Vieira, Araújo (2019); Nascimento, Cruz & Pontes (2019).

dados de 2009 do SUASWeb atestam que essa configura, em que o repasse da União  consideravelmente superior ao municipal,  característica das metrpoles²⁰ do Nordeste e Norte do Brasil. Em especial as metrópoles desta última que ocupam o primeiro lugar com 79% em média na cota-parte da União sendo repassadas aos fundos municipais (idem, p. 44).

Curiosamente, o cofinanciamento federal cai para menos de 50% para todos os menores municípios do Norte do Brasil no mesmo ano, cujas arrecadaes fiscais são significativamente menores que das metrópoles. Tal configurao indica que o baixo cofinanciamento dos municípios, a exemplo de Belém, são fruto de opo administrativa e política dos governos municipais, não acompanhando a demanda pelo serviço que cresceram com a populao, a desigualdade e a exclusão.

Quando analisamos a série histórica 2006-2017 do cofinanciamento do FMAS pelas Leis Orçamentárias anuais (Tabela 01) e corrigimos pelo IPCA para 2017, vemos uma involuo considerável do cofinanciamento dos 03 níveis da federao, com expressiva diminuio do cofinanciamento Municipal que perdeu mais de um terço de seu valor em 12 anos (- 35%), seguidos pela União (-13,4%) e pela Estado (-3,2%).

| | 2006 | 2009 | 2013 | 2017 | Md | Var. |
|------------------|---------------|--------------|--------------|------------|-------|--------|
| UNIÃO | 15.036.224,5 | 12.833.051,8 | 11.051.478,7 | 13.021.959 | | -13,4% |
| | 72,7% | 71,9% | 63,4% | 76,5% | 70,8% | |
| ESTADO | 0 | 0 | 0 | 324.600 | | -3,2% |
| | 0 | 0 | 0 | 1,9% | 1,80% | |
| MUNICÍPIO | 5.657.414,4 | 5.005.182,8 | 6.366.390,5 | 3.679.209 | | -35,0% |
| | 27,3% | 28,1% | 36,6% | 21,6% | 28,9% | |
| TOTAL | 20.693.638,87 | 17.838.235 | 17.417.869 | 17.025.768 | | -17,7% |

Elaborao própria. Valores oriundos das Leis Orçamentárias Anuais de 2006 a 2017, por meio de cotejamento das seguintes planilhas: 1 – Receita por Categoria Econmica: FUNPAPA (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social); 2 – Programa de Trabalho por Unidades: FMAS/ demonstrativos e receitas. (Orçamento da Seguridade Social).

O enfraquecimento da Assistência Social no município, portanto consolida-se com o seu desfinanciamento deliberado, acompanhando uma tendência nacional, porém muita mais acentuada a nível local. O resultado  a estagnao e retrocesso dos serviços socioassistnciais.

A contribuio da cota-parte do Estado durante o período estudado são começou em 2014 e representa um valor pouco expressivo em comparao as cota-partes da União e do Município.

²⁰ A classificao de porte de município utilizada pela PNAS  a seguinte: Pequeno I (até 20.000 hab.), Pequeno II (de 20.001 até 50.000 hab.), Médio (de 50.001 até 100.000 hab.), Grande (de 100.001 até 900.000 hab.), Metrópole (mais de 900.000 hab.), (PNAS, 2004).

O que configura uma direta ruptura com o princípio do cofinanciamento estabelecido na PNAS e levanta o debate da necessidade de estabelecimento legal de uma percentagem mínima destinada ao financiamento da Assistência Social²¹ para as três esferas da federação, como já previsto para saúde e educação.

Diante da ausência de tal legislação os Estados, como nível intermediário da PNAS, entenderam-se desobrigados a cofinanciar a Assistência Social. Ainda que tenham a obrigação normativa de cofinanciar benefícios eventuais, atendimentos de emergência, serviços regionalizados de proteções sociais e apoio técnicos e financeiro as prefeituras tanto para serviços quanto para gestão como determina a NOB-SUAS (2005). Ao passo que a União e os municípios, os principais financiadores, arbitram mudanças orçamentárias que muitas vezes são deletérias ao desenvolvimento da Assistência Social.

Quando comparamos a projeção das despesas no orçamento aos dados de execução do FMAS através demonstrativos físico financeiros da Funpapa, vemos algumas alterações preocupantes a serem observadas. As tabelas 2 e 3 mostram essa comparação entre orçamento de despesas e execução para Assistência Social ente 2006 e 2017. A primeira coisa a se observar é a ampla variação, para alguns anos, na execução do cofinanciamento do município, alguns acima do esperado e na maioria dos outros anos abaixo do esperado.

Na tabela 2 vemos que houve execuções no município acima das despesas orçadas em 2007 (119,9%), 2010 (121,2%) e um abrupto crescimento em 2016 (877,8%) e 2017 (1066,9%). Segundo técnicos da Diretoria Financeira da Funpapa, 2007/2010 explicam-se pela inclusão de receitas de reprogramação não executadas no ano anterior e 2016/2017 pela mudança de metodologia nos registros enviados ao Ministério do Desenvolvimento Social, incluindo para estes anos as folhas de pagamento da instituição o que provocou essa abrupta alteração. Uma justificativa que contradiz a legislação que destina os recursos dos Fundos de Assistência Social majoritariamente para serviços, permitindo a financiamento de Recursos Humanos apenas alguns casos bastantes específicos.

| | MUNICÍPIO | | | UNIÃO | | |
|-------------|----------------|--------------------|--------|----------------|--------------------|-------|
| | DESPESAS (LOA) | EXECUÇÃO (Funpapa) | % | DESPESAS (LOA) | EXECUÇÃO (Funpapa) | % |
| 2006 | 5.657.414,4 | 5.069.540,32 | 89,6% | 15.036.224,5 | 12.314.662,74 | 81,9% |
| 2007 | 4.699.697 | 5.634.780,58 | 119,9% | 13.539.777,3 | ----- | ----- |

²¹ Recomendação já feita pela V Conferência Nacional de Assistência Social em 2005 cujo proposta de financiamento partiria de 5% a curto prazo até 10% em longo prazo. Tal recomendação foi encaminhada via Projeto de Emenda Constitucional 431/01 pelos Deputados Eduardo Barbosa, Ângela Guadagnin e outros.

| | | | | | | |
|-------------|-------------|---------------|---------|--------------|---------------|-------|
| 2008 | 4.091.444 | 2.861.847,19 | 69,9% | 12.736.533,4 | ----- | ----- |
| 2009 | 5.005.182,8 | 5.005.182,83 | 100,0% | 12.833.051,8 | 9.045.307,27 | 70,5% |
| 2010 | 5.169.995,5 | 6.263.808,95 | 121,2% | 9.747.340,0 | 8.901.710,31 | 91,3% |
| 2011 | 5.561.704,0 | 5.062.894,30 | 91,0% | 13.073.884,5 | 9.176.227,18 | 70,2% |
| 2012 | 5.714.705,6 | 4.965.036,75 | 86,9% | 12.048.164,7 | 11.069.248,93 | 91,9% |
| 2013 | 6.366.390,5 | 3.218.557,34 | 50,6% | 11.051.478,7 | 2.111.417,59 | 19,1% |
| 2014 | 6.587.322,2 | 4.284.259,46 | 65,0% | 10.895.900,5 | 6.480.405,81 | 59,5% |
| 2015 | 5.118.095,1 | 4.771.774,58 | 93,2% | 13.090.231,5 | 118.888,96 | 0,9% |
| 2016 | 4.207.674,5 | 36.936.340,81 | 877,8% | 15.239.005,3 | 5.434.873,48 | 35,7% |
| 2017 | 3.679.209 | 39.251.804,93 | 1066,9% | 13.021.959 | 8.135.163,78 | 62,5% |

Elaboração do autor. Fonte: Despesas na Leis Orçamentárias Anuais (LOA) e Demonstrativos Físico Financeiro do FMAS (Funpapa/SUASweb) para execução – 2006 a 2017.

Para os demais anos que ficam a abaixo na execução das despesas (2006, 2008, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015) a média de execução é de 77,34%, variando entre 50,6% em 2013 e 93,2% em 2015. Tais índices demonstram um subaproveitamento de 1/3 (um terço) do valor cofinanciado por Belém destinados aos serviços de Assistência Social. Valores que não apareceram na reprogramação para anos posteriores nos Demonstrativos Físico-Financeiros da Funpapa, como aparecem para os repasses não executados oriundos da União (via FNAS). O que aparentemente desobedece ao art. 73 da Lei 4320/64 onde afirma que “salvo determinação em contrário da lei que o institui, o saldo positivo do fundo especial apearado em balanço será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo fundo”. São recursos reaplicados, provavelmente, em outras despesas municipais do mesmo exercício ou tomadas como parte dos resultados primários do orçamento²². Nenhuma das duas hipóteses pôde ser provada analisando apenas os instrumentos orçamentários, ficando além dos objetivos dessa pesquisa, mas ensejando uma importante preocupação que diz respeito ao desvio de finalidades dos recursos, alimentada pela negligência com a esta política pública e baixa capacidade de planejamento e gestão dos recursos.

Segundo Bassi (2019), os Fundos Especiais tal como o FMAS, com a modernização da administração financeira das contas do tesouro e a política de austeridade fiscal expressas na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e outras, perderam força como instrumento de vinculação e não mais garantem a integridade dos recursos. Tais legislações abriram brechas no ordenamento jurídico sobre finanças públicas, excluindo os fundos especiais das exceções previstas quando da exigência de contingenciamento de gastos.

Os fundos especiais não se constituem em uma blindagem às regras fiscais

²² Resultado Primário: saldo entre receitas e despesas primárias (MTO,2007). Representa a economia fiscal que o governo se disporá a alcançar, o esforço do gestor com o objetivo de amortizar a dívida pública.

vigentes. Sendo assim, também se submetem ao contingenciamento de despesas, de modo a enquadrar o orçamento anual tanto à meta de resultado (Resultado Primário) como à meta de gastos (ibidem, p. 24).

O autor menciona outras formas de desvios orçamentário que fagocitam os Fundos Públicos especiais, como o emprego de Reservas de Contingência para gastos suplementares no orçamento que, apesar de serem utilizados apenas com autorização do legislativo, incrementam o poder político e discricionariedade do executivo em cortar recursos das políticassociais. O resultado primário positivo e reservas de contingência são, segundo Bassi (2019,) instrumentos pensados para contornar a norma constitucional que orienta o emprego do orçamento da Seguridade Social exclusivamente para as políticas de Seguridade Social, desviando o Fundo Público para outras áreas do orçamento como amortizações, arrolagens e pagamentos de juros da dívida pública. Sendo, estes, fortes indícios do que Salvador (2012, 2015, 2017), Behring (2012) e Boschetti & Salvador (2006) nomeiam como Financeirização das Políticas de Seguridade Social, potencializadas com o receituário neoliberal empregado pós-constituição.

Quando passamos à cota-parte da união (Tabela 2) cujo montante representa em média 70,8% do cofinanciamento do FMAS, a situação apresenta-se mais preocupante ainda, pois detém uma execução em média de 58,34%. Embora esses valores, diferente da cota-parte municipal, permaneçam no FMAS, sendo reprogramados para anos posteriores, sua reduzida taxa de execução demonstra a baixa capacidade de planejamento e gestão dos recursos diante de um déficit histórico de Assistência Social e de uma demanda crescente por esses atendimentos. Esse déficit na execução também faz reduzir os repasses posteriores da União, já que indicam contabilmente que não estão sendo necessários.

A baixa capacidade de planejamento e gestão, aliás, é a terceira razão que Bassi (2019) ressalta, como explicação da não execução do que foi orçado. Esta hipótese é muito difícil de comprovar-se apenas pela análise de orçamentos, sendo necessário comparações entre planejamentos e as execuções da secretaria de finanças, que fogem ao escopo deste trabalho.

Os números do cofinanciamento do Estado (Tabela 3), aferidos do demonstrativo sintético anual de execução físico financeiras (FUNPAPA), por sua vez, atestam sua contribuição ao FMAS a partir de 2014, com ínfimos R\$ 24.390,45, embora tenha rubrica registrada no orçamento (LOA) só a partir de 2016. Três coisas se destacam desses dados: 1 - a manifesta incongruência entre fonte de dados quanto o ano de início do repasse; 2 - o baixo volume de previsão de despesas; e 3 - a baixa execução para 2016 e 2017 quando obtemos a média de 29,3%, um montante bem abaixo do já muito baixo recurso orçado.

| TABELA 03 – Despesas (LOA) e Execuo (Funpapa) do FMAS – Estado – 2006 a 2017 – Corrigidos pelo IPCA para 2017. (Valores em R\$). | | | | |
|--|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 |
| DESPESAS (LOA) | 00,00 | 00,00 | 335.170,00 | 324.600,00 |
| EXECUO (Funpapa) | 24.390,45 | 4.624,32 | 91.871,15 | 101.348,03 |
| % | - | - | 27,4% | 31,2% |

Elaborao do autor. Fonte: Leis Orçamentárias Anuais 2006 a 2017 (Receitas) e Demonstrativos Físico Financeiro do FMAS (Funpapa/SUASweb).

Como anteriormente mencionado os Estados, a exemplo do Pará, secundarizam o investimento em Assistência Social, cuja participao prevê papel específico. Segundo Mesquita, Martins & Cruz (2012), este fenmeno  observável em todo o Brasil com ligeiras variaoes, estando, no entanto, a Região Norte entre os piores índices de cofinanciamento estadual para os municípios.

A participao dos recursos estaduais nos FMAS variou entre 0% e 11% em 2009. O melhor desempenho desta participao encontra-se na região sudeste, onde a participao de recursos do FEAS no financiamento dos serviços socioassistenciais varia entre 6% a 11%. Porém, o cofinanciamento estadual esteve praticamente ausente nos municípios do Norte, Nordeste e Sul do país (Ibidem, p. 45).

O que notamos desta averiguao do FMAS foi um deliberado desfinanciamento dos serviços socioassistenciais que decresceu 17,7% no geral (destacando-se o município que reduziu 35% de seu repasse ao FMAS) e o enfraquecimento da PMAS nos 12 anos analisados. Curiosamente os Planos Municipais de Assistência Social de Belém disponíveis (2007-2009 e 2014-2017²³), que legalmente deveriam orientar o planejamento e a execuo, não tratam o tema do financiamento como eixo estratégico, limitando-se a informar os montantes planejados previamente pela gestão municipal, sem especificar diretrizes que resguardem os investimentos e sua evoluo de acordo com a PMAS e as necessidades demandadas pela populao²⁴.

Com o decrescimento no cofinanciamento do FMAS abre-se o caminho para a estagnao e/ou reduo dos serviços socioassistenciais no município como observado no relatório de gestão da Funpapa (2005-2012) que mostrou a abertura em 2010 do último dos 12

²³ Não foi disponibilizado pela Funpapa o Plano Municipal de Assistência Social referente ao Período de 2010 a 2013. Segundo Núcleo Setorial de Planejamento (NUSP) da Instituio não houve Plano Municipal Durante esse período. Fato surpreendente, confirmado pelo Conselho Municipal de Assistência Social, posto que o Plano  um instrumento condicionante para repasses dos recursos do Fundo Nacional de Assistência Social.

²⁴ A fragilidade técnica e política do Conselho Municipal de Assistência Social também  um fator importante para entender essa dinâmica da falta de efetividade do controle social na elaborao e acompanhamento do financiamento da Assistência Social em Belém. O que demonstra a pouca efetividade dos planos de Assistência Social, no que diz respeito ao financiamento, acabando por se tornarem apenas documentos de inteno e não diretrizes para conduo da Assistência Social no Município, como estabelece a normativa da PNAS e do SUAS.

Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), embora haja, segundo Diagnóstico Socioterritorial de Belém (Funpapa, 2017) a demanda por 29 dessas unidades que são a porta de entrada do SUAS e instrumento de prevenção de riscos e vulnerabilidades sociais nos territórios.

Observa-se que, para o município de Belém, por ser de Porte 3 – Metrópole (mais de 900.000 habitantes), as diretrizes nacionais estabelecem a exigência de um CRAS para 5.000 famílias referenciadas sendo que, considerando a existência segundo o IBGE 2010, de 143.356 famílias em condições de vulnerabilidade social, Belém necessitaria de um total de 29 CRAS, havendo, portanto, a necessidade de implantação de mais 17 (Funpapa, 2017. p.59).

Uma defasagem preocupante, ainda mais quando olhamos os índices de renda per capita (IDHM) e pobreza multidimensional (IPM) do município de Belém colocando-a entre as últimos capitais e grandes cidades em termos de desenvolvimento humano²⁵. Fato também observado nas taxas de inclusão de famílias no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico)²⁶ para Belém entre 2006 e 2017 (tabela 04), cujo crescimento foi de 160,13% (Tabela 04). Ou seja, mais que o dobro de famílias candidatas aos programas sociais na cidade, enquanto houve um decréscimo de investimentos no FMS dos três níveis de Estado.

TABELA 04- Evolução dos registros no CadÚnico, PBF e BPC em Belém – entre 2006 e 2017.

| | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | |
|---------------------------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|----------|
| CADÚNICO (Família) | 71.631 | 75.724 | 85.136 | 89.799 | 106.571 | 116.686 | |
| PBF (Família) | 65.727 | 65.466 | 67.128 | 77.686 | 81.270 | 84.201 | |
| BPC (indivíduos) | 32.674 | 37.020 | 39.891 | 43.226 | 45.831 | 47.512 | |
| | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | Variação |
| CADÚNICO (Família) | 127.790 | 139.502 | 160.861 | 157.568 | 165.420 | 186.333 | 160,13% |
| PBF (Família) | 85.853 | 93.755 | 101.226 | 111.324 | 113.138 | 113.689 | 72,97% |
| BPC (indivíduos) | 46.537 | 47.896 | 49.862 | 52.618 | 53.970 | 54.827 | 67,80% |

Elaboração do autor, a partir de dados do CECAD 2.0 - Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, no site do Ministério da Cidadania.

Considerações finais

O Fundo Público é hoje um dos principais elementos políticos e econômicos da sociedade. Está representado num amplo rol de ações e omissões do Estado na aplicação de

²⁵ segundo Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil (2017) Belém têm um IDH-M 0,746, numa escala que vai de 0 a 1, o que para padrões do Índice é considerado alto. Contudo por representar uma média, não é capaz de expressar as desigualdades multidimensionais e perenes do município.

²⁶ adúnico foi um cadastro criado pelo governo federal para formar um banco de dados sobre pobreza e extrema pobreza no país. Foi criado por meio de decreto 9364/2001, se consolidando como ferramenta a partir da implantação de do Programa Bolsa Famílias (PBF) em 2003.

suas políticas públicas. Estud-lo a partir de uma perspectiva crítica, nos possibilita maior compreensão desse fenmeno, qualificando a luta política e ideológica travada na sociedade. A história da Assistência Social, como das demais políticas sociais, não pode ser contada e analisada sem nos referirmos a este elemento central da sua estruturao e vigência. Os estados sociais que emergiram no século XX, são puderam existir, como destaca Salvador (2010), quando houve uma tributao robusta e rigorosa, que conferisse solidez a formao e distribuio do Fundo Público.

Assim também foi no Brasil no período desenvolvimentista entre as décadas de 1930 a 1980, onde o Estado foi protagonista no processo de industrializao, urbanizao e implantao de Políticas Sociais, fortalecendo seu Fundo Público através de uma estrutura tributária que avançou sobre as rendas e os lucros de pessoas físicas e empresas, além dos empréstimos externos e o uso da empresa pública (Draibe, 2004).

Hoje a Assistência Social que tentamos interpretar  uma das manifestaes do Fundo Público e fruto de uma construo histórica, que expressa na contemporaneidade disputas políticas e econmicas trazidas do passado, atualizada com problemas do presente e do futuro.  fruto da luta de classes, da exigência de reparao às mazelas sociais do capitalismo que explora o trabalho – e descarta sistematicamente aqueles que não lhes são úteis –, mas também da necessidade de conteno da força política da classe trabalhadora.

No Brasil, a partir da década de 1990, a Assistência Social estará sobre novas diretrizes com sua insero na Constituio Federal de 1988 e aprovao da LOAS em 1993. Ao mesmo tempo em que se instalar de forma estrutural o novo paradigma neoliberal que tem como um de seus pressupostos a apropriao do Fundo Público. Os ajustes fiscais passaram a ser a regra do jogo (Behring, 2021) e com seu insidioso poder de apropriao vai corroendo, com artimanhas jurídicas e fiscais, os recursos destinados as políticas sociais.

Os municípios são elo final, em termos de Estado, em que esses mecanismos se reproduzem e afetam as políticas públicas locais. Em Belém o Fundo Especial da Assistência Social  diretamente influenciado, dado: 1 – a descentralizao do cofinanciamento e da gestão, tendo seu orçamento composto em 1/3 por repasses federais através do FMAS; 2 – Os gatilhos impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, reservando parte do Fundo Público para amortizao e rolagem da dvida pública.

O objetivo desse estudo foi lançar luz sobre o comportamento dos recursos destinados a Assistência Social e sua gestão durante o período considerado, que coincide com a implantao do SUAS no município. E identificar padrões e tendências no financiamento, mais especificamente dos gastos. Observamos um subfinanciamento diante da demanda e do que

prevê as normativas do SUAS implicando num déficit de unidades de Proteção Básica e Especial. Com um declínio de cofinanciamento pelas três esferas de governo, com destaque para o município, que teve a maior redução, mesmo que seu repasse seja muito menor que a cota-parte da União. O que percebemos foi uma disputa entre as normativas do presente e as práticas do passado, envolvidas num cenário de usurpação do Fundo Público via intervenção do próprio Estado.

A nova condição de política de Seguridade Social, fez da Assistência Social uma promessa como ação pública sistemática, integrando a rede de serviços sociais pensada para mitigação da questão social gerada, principalmente, na exclusão pelo trabalho. As disputas pela concepção de Assistência Social estão atualizadas e expressas no formato da nova estrutura, embora saíamos os avanços que representaram a implantação do SUAS. Portanto, investigá-la sob o entendimento da economia política do capital em sua fase neoliberal nos permite entender os liames do seu possível desenvolvimento, localizar corretamente as disputas sobre sua concepção e pensar as estratégias de resistência.

Neste trabalho pretendemos colaborar com esse propósito, ainda que com os limites observáveis. Ficaremos satisfeitos se contribuirmos para compreensão da Assistência Social e seu financiamento no município, cujo embaralhamento (proposital ou não) nos impede de enxergar corretamente as soluções que levem em consideração os direitos humanos. E ajude a embasar os atores políticos, trabalhadores, usuários e gestores, a reorientarem o caminho de consolidação desta Política Pública tão importante para justiça social e para a democracia.

Sites visitados união

- CECAD 2.0 - Ministério da Cidadania
- https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/agregado/resumovariavelCecad.php?uf_ibge=15&nome_estado=PA+-+Par%C3%A1&p_ibge=1501402&nome_municipio=Bel%C3%A9m&id=79
- SUASWEB - Ministério da Cidadania Sistemas de Autenticação e Autorização (SAA) <https://aplicacoes.mds.gov.br/saa-web>
- Glossário do Portal da Transparência <http://www.portaltransparencia.gov.br/glossario>
- Calculadora do IBGE para atualização da inflação/IPCA : <https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>
- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD (IBGE)
- <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?=&t=o-que-e>
- Panorama das Cidades (IBGE) <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/belem/panorama>

Município

- Prefeitura =>
<http://www.belem.pa.gov.br/app/c2ms/v/index.php?id=2&conteudo=3351> Para LOA 2006, 2007, 2008.
- Prefeitura => Portal da Transparência => Planejamento e Gestão Fiscal=> Lei Orçamentária Anual http://www.belem.pa.gov.br/transparencia/?page_id=605
- Para LOA 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017.
Resumo Resumido de Execuo Orçamentária (RREO) 2012 a 2017
http://www.belem.pa.gov.br/transparencia/?page_id=886#1495121549153-3ad4ab7e-23ae

Avulsos

- Atlas do desenvolvimento humano no Brasil <http://www.atlasbrasil.org.br/>
- Programa das Naes Unidas para o Desenvolvimento
<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home.html>

Referências normativas e documentos institucionais

- BELÉM. Lei 7857/1997 - Dispõe sobre a política municipal de assistência social, criao do conselho e do fundo municipal de assistência social de Belém.
- BELÉM. Lei 7984/99 - dispõe sobre o plano de seguridade social dos servidores do município de Belém, e dá outras providências
- FUNPAPA. *Diagnóstico Socioterritorial de Belém: um olhar sobre o município e as territorialidades do CRAS*. Vigilância Socioassistencial (SEVISA). – Belém, 2017 (Mimeo)
- _____. *Relatório Anual de Gestão 2005 a 2012. Núcleo Setorial de Planejamento (NUSP)*. - Belém 2012.
- _____. *Relatório Anual de Gestão 2013 a 2019. Núcleo Setorial de Planejamento (NUSP)*. – Belém 2019.
- BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Resoluo n.130, de 15 de Julho de 2005. Aprova a *Norma Operacional Básica da Assistência Social (NOB/SUAS)*
- _____. Conselho Nacional de Assistência Social. Resoluo n.33 de 12 dezembro de 2012. Aprova a [Nova] *Norma Operacional Básica da Assistência Social (NOB/SUAS)*
- _____. Constituio da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, 1990.
- _____. Decreto n. 1.605, de 25 de agosto de 1995. *Regulamenta o Fundo Nacional de Assistência Social*, instituído pela lei n. 8742 de 7 de dezembro de 1993. Diário Oficial da União, Brasília, 28 de ago.1995
- BRASIL. Lei n. 8742, de 07 de dezembro de 1993. Dispes sobre a organizao da *Assistência Social e dá outras providências*. Diário Oficial da União, Brasília, 23 jan. 1995.
- _____. *Lei 4320, de 17 de março de 1964*. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaborao e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos municípios e do Distrito Federal. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de mar.1964
- Brasil. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. *Manual técnico de orçamento MTO*. Edio 2017. Brasília, 2016.

Bibliografia

- BASSI, Camillo de Moraes. *Fundos especiais e políticas públicas: uma discussão sobre a fragilizao do mecanismo de financiamento*. Rio de Janeiro: IPEA, março de 2019. Texto para discussão n. 2458.

- BEHRING, Elaine. Crise do capital, fundo público e valor. In: Boschetti, Ivanete et al (org.). *Capitalismo em crise: política social e direitos*. São Paulo: Cortez, 2010.
- BEHRING, Elaine. Rotação do Capital e crise: fundamentos para compreender o fundo público e a política social. In: Salvador, Evilásio Et al (org.). *Financeirização, fundo público e política social*. São Paulo: Cortez. 2012. p. 153 – 180.
- BEHRING, Elaine. *Fundo Público, Valor e Política Social*. – 1. ed. – São Paulo: Cortez. 2021.
- BOSCHETTI, Ivanete. *Seguridade social e trabalho: paradoxo na construção das políticas de previdência e assistência social o Brasil*. Brasília: Ed. Unb, 2008.
- BOSCHETTI, Ivanete. *Assistência social e trabalho no capitalismo*. São Paulo: Cortez. 2016.
- BOSCHETTI, Ivanete; SALVADOR, Evilásio. *Orçamento da Seguridade Social e política econômica*. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, Editora Cortez, Ano XXVII, n. 87, set. 2006.
- CARNEIRO, Annova M. F., VIEIRA, Margarete C., ARAÚJO, Maria do S. S. de. Qualificando a Política de Assistência Social nos estados do Pará, Maranhão e Ceará e nos municípios da amostra da pesquisa empírica. In: SILVA, Maria Ozanira da S. e (Coord.). *O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Norte e Nordeste: realidades e perspectivas*. – São Paulo: Cortez, 2019.
- COLIN, Denise R. A. *Sistema de gestão e financiamento da Assistência Social: transitando entre a filantropia e a política pública*. Tese (Doutorado) – Departamento de Ciências Sociais, UFPR, Curitiba, 2008.
- COSTA, Leonardo. *Uma visão sistêmica dos fundos federais*. Brasília, DF: STN, 2012. (Texto para discussão, n. 7).
- COURI, Joseane R.. *As dimensões do financiamento da política de Assistência Social no Período de 2003 a 2013: um balanço pelas dimensões tributárias, de gestão e do gasto público*. *Dissertação* (Mestrado em Política Social) – Universidade de Brasília, 2014.
- COUTO, Berenice R. *O Direito Social e a Assistência Social na sociedade brasileira: uma equação possível?* 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- COUTO, Berenice R. et al . A Política Nacional de Assistência Social e o SUAS: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. In: Couto, Berenice R. et al (orgs). *O Sistema Único de Assistência Social: uma realidade em movimento*. São Paulo: Cortez. 2017. p. 61 – 94.
- CRUZ, Sandra H. R.. Municipalização e financiamento da Assistência Social: notas sobre a experiência de Belém (PA). In: NEVES, Rosa H. N. et al (org). *A reinvenção do social: poder popular e política de assistência em Belém*. Belém: Paka Tatu 2004. P. 61 – 78.
- DRIBE, Sônia M. *Rumos e Metamorfoses: Estado e industrialização no Brasil, 1930 a 1960*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- IANONI, Marcus. Teoria do Estado Desenvolvimentista: uma revisão da literatura. In: *Revista Sinais Sociais*. v.09, n.24. p. 81-105. Jan – abril, 2014.
- IANNI, Octavio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930 – 1970)*. 3ª Ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- MESQUITA, Ana; MARTINS, Raquel de Fátima; CRUZ, Tânia. *Cofinanciamento e reponsabilidade federativa na política de Assistência Social*. Brasília: IPEA, março de 2012. Texto para discussão n. 1724.
- NASCIMENTO, Antonia C., CRUZ, Sandra H. R., PONTES, Reinaldo N. A implementação do SUAS no estado do Pará: realidade e especificidade da região Norte. In: SILVA, Maria Ozanira da S. e (Coord.). *O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Norte e Nordeste: realidades e perspectivas*. – São Paulo: Cortez, 2019.
- OLIVEIRA, Fabricio A. *Economia e Política das finanças públicas no Brasil: um guia de leitura*. – São Paulo: Hucitec, 2009.
- OLIVEIRA, Francisco de. Fundo Público – Verbete. In: GIOVANNI, Geraldo Di; NOGUEIRA,

Marco Aurélio (org.). *Dicionário de Políticas Públicas*. 2 ed. São Paulo: Editora da UNESP; Fundap, 2015.

OLIVEIRA, Francisco de. *Os direitos do anti-valor: a economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1998.

PERISSINOTTO, Renato. *O conceito de Estado Desenvolvimentista e sua utilidade para os casos brasileiros e argentino*. In: *Revista de Sociologia e Política*, v.22, n.52. p. 59-75. Dez, 2014.

PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI*. Trad. Monica Baumgarten de Bolle. 1 ed. Rio de Janeiro: Ed. Intrínseca, 2014.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Trad. Rita Lima. São Paulo: Paz e Terra, 4 ed. 2000.

SALVADOR, Evilasio da Silva. Financiamento tributário da política social no pós-Real. In: Behring, Elaine; Boschetti, Ivanete; Granemann, Sara (org). *Financeirizao, fundo público e política social*. São Paulo: Cortez. 2012. P. 123- 152.

SALVADOR, Evilasio da Silva. *Fundo Público e seguridade social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010.

SALVADOR, Evilasio da Silva. *O desmonte do financiamento da seguridade social em contexto de ajuste fiscal*. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 130, p. 426-446, dez. 2017.

SALVADOR, Evilasio da Silva; Gomes, Osmar. *Finanças, fundo público e financiamento da seguridade social no Brasil*. *Revista Katálisis*, Florianópolis, v.18, n. 2, p. 239-248, jul./dez, 2015.

SALVADOR, Evilasio da Silva; TEXEIRA, Sandra Oliveira. Orçamento e políticas sociais: metodologia de análises na perspectiva crítica. *Revista de Políticas Públicas*, São Luiz, v 18, n1 p. 15 – 32. jan./jun. 2014.

SALVADOR, Evilasio da Silva. Cofinanciamento das Políticas Sociais no contexto do federalismo brasileiro do sec. XXI. In: *Serviço Social em Revista*. Londrina, v.17, n.1, p. 178 a 203. 2014.

SANTOS, Josiane Soares. *“Questão Social”: particularidades no Brasil*. Coleo Biblioteca Básica de Serviço Social São Paulo: Cortez, 2012

SPOSATI, Aldza. 20 anos de LOAS: a ruptura com o modelo assistencialista. In: CRUS, José F. da, [et al] *20 anos da Lei Orgânica da Assistência Social*. Brasília: MDS, 2013. p. 20 – 41.

A trajetória das políticas sociais para a população idosa e a imagem social das velhices

The trajectory of social policies for the elderly population and the social image of elderly

Melina Sampaio de Ramos Barros^{*}
Angela Vieira Neves^{**}

Resumo: O artigo versa sobre a trajetória das políticas sociais para a população idosa associada a construção da imagem social das velhices. Para tanto, o objetivo concentra-se em apresentar o percurso do tratamento dado às velhices, mediado pelo Estado e sociedade civil, até os marcos da Política Nacional do Idoso (PNI) e do Estatuto do Idoso (EI). A análise documental de documentos oficiais e pesquisas na área temática conduziu a metodologia utilizada. Como resultado, considera-se que o tratamento às velhices é marcado pela atuação da sociedade civil numa lógica assistencialista e familiar. Em relação ao Estado, percebe-se um atraso para tratar as velhices especificamente no terreno dos direitos. A PNI e o EI avançaram em diversos aspectos, mas deram continuidade à centralidade do atendimento prestado pela sociedade civil e pela família. Observa-se a necessidade de avançar no tocante à responsabilidade do Estado e à pluralidade do imaginário sobre as velhices na sociedade brasileira.

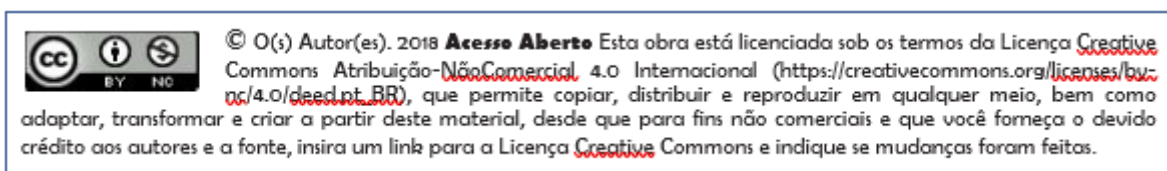
Palavras-chaves: velhices; política nacional do idoso; estatuto do idoso; envelhecimento.

Abstract: The article addresses the development of social policies for the elderly population associated with the construction of the social image of elderly. For this, the objective was to present the path of the policies for the elderly people, mediated by the State and civil society, until the National Policy for the Elderly (PNI) and the Elderly Statute (EI). The documentary analysis of official documents and research in the thematic area led to the methodology used. The treatment of elderly population is measured by the performance of civil society in a logic of charity and from family. The State, in turn, has suffered delays in dealing with elderly people specifically in the area of social rights. PNI and EI advanced in different aspects, but it continues to centrality of service provided by civil society and the family. It is necessary ensure the State responsibility and the plurality in the imaginary about elderly.

Keywords: elderly; national policy for the elderly; elderly statute; aging.

Recebido em: 05/04/2021

Aprovado em: 26/04/2022



* Assistente Social. Mestre em Política Social em Política Social pela Universidade de Brasília. Pesquisadora Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Democracia, Sociedade Civil e Serviço Social (GEPEDSS).

** Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professora aposentada do Departamento de Serviço Social da UnB, Pesquisadora associada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS) da UnB e Líder do GEPEDSS.

Introdução

Apresentar a trajetória das políticas sociais para a população idosa no Brasil implica destacar o processo de intermediação do Estado, a partir dos embates econômicos, políticos e culturais em torno do tema no tocante à sua relação com a sociedade civil. Parte-se do entendimento de que a política social corresponde à dinâmica de concessão-conquista no capitalismo, uma vez que pode ser qualificada como produto de diferentes forças em disputa. Assim, ela se materializa como concessão no terreno da reprodução ampliada do capital com a recomposição da força de trabalho, com a socialização dos seus custos e como mecanismo de legitimação e fortalecimento do poder político; ao mesmo tempo, corresponde a um processo de conquista resultante de lutas históricas para atender necessidades sociais (BEHRING; BOSCHETTI, 2011; PEREIRA-PEREIRA, 2009; FALEIROS, 2009; BOSCHETTI, 2016).

O tratamento crítico sobre a política social deve se esquivar de análises que partem apenas do voluntarismo dos sujeitos coletivos, do fatalismo do sistema econômico e do mecanicismo dos resultados imediatos (FALEIROS, 2009). Com isso, concorda-se com a afirmativa de que a política social é constituída por conflitos e disputas de projetos políticos, que resultam do movimento dialético da realidade. O processo de construção das políticas para as pessoas idosas não é diferente, surge como produto da mediação entre Estado e sociedade com base no desenvolvimento das forças produtivas e das necessidades sociais coletivas desenhadas no cenário histórico.

Dessa forma, neste artigo o objetivo concentra-se em apresentar a trajetória das intervenções sociais destinadas às velhices, mediadas pelo Estado e pela sociedade civil, até os marcos da Política Nacional do Idoso (PNI) e do Estatuto do Idoso (EI). A abordagem se deu a partir da caracterização do imaginário social sobre as velhices e dos projetos que disputam um modelo de intervenção na sociedade brasileira. O uso do termo velhices expressa a adoção de um posicionamento teórico que coaduna com uma perspectiva plural dos processos de envelhecimento, os quais se desenvolvem de forma heterogênea e multideterminada na realidade. A eleição do posicionamento tem como referência o método crítico-dialético e vai ao encontro da abordagem realizada por Beauvoir (1990), a autora afirma ser equivocado estabelecer uma imagem estática da velhice, uma vez que a marca cronológica é insuficiente para estabelecer as particularidades dos processos de envelhecimento, que divergem a partir das relações do coletivo social e do curso de vida individual.

A análise documental conduziu a metodologia utilizada a partir de documentos oficiais de regulamentação das políticas sobre envelhecimento, assim como análises acadêmicas e de organismos da sociedade civil. O artigo divide-se em três eixos de desenvolvimento. O primeiro

demonstra a raiz do tratamento às velhices no país que é assentada na benemerência, com protagonismo da Igreja e da família, em paralelo com a proteção à velhice do trabalhador urbano e formal – aqui, a representação da velhice é negativa, associada à incapacidade. O segundo eixo de apresentação marca a Constituição Federal (1988) como um divisor de águas para a construção dos direitos e a tentativa de gestar um novo imaginário sobre as velhices. Por fim, o artigo apresenta a PNI e o Estatuto como fruto da mobilização da sociedade civil que inauguraram um marco legal que representa as velhices e coadunam com o modelo de intervenção da Organização Mundial de Saúde (OMS), o envelhecimento ativo.

Entre o assistencialismo e a proteção ao trabalho formal

Anteriormente à intervenção social Estado brasileiro como um dos elementos indutores do processo de industrialização, o atendimento à população idosa estava atrelado às práticas assistencialistas de cunho religioso (CAMARANO; PASINATO, 2004; TEIXEIRA, 2008). Uma das principais iniciativas é registrada pelas Santas Casas de Misericórdia, iniciadas ainda no período colonial, em que destinavam ações de benemerência aos segmentos mais pauperizados. Nesse período, o trato dos diferentes destinos das velhices se localizava no âmbito privado, primordialmente, nas famílias. Considera-se que o tema passou a ganhar a cena pública, ainda de forma marginal e secundária, com a emergência das lutas operárias em busca de melhores condições de trabalho e medidas de proteção às consequências deletérias decorrentes do processo de trabalho. Em relação às velhices, as reivindicações aparecem em busca de proteção aos trabalhadores quando envelhecerem e não puderem mais vender a sua força de trabalho (TEIXEIRA, 2008).

Ainda de forma fragmentada e residual, os trabalhadores dos Correios conseguiram conquistar em 1888 a possibilidade de aposentadoria da categoria profissional (BOSCHETTI, 2008). Gradualmente, o início do século XX registrou outras categorias profissionais que conseguiram tal feito. O período foi marcado por forte mobilização e greves da classe operária que denunciavam a exploração desenfreada e pediam por melhores condições para o trabalho. Nas duas primeiras décadas do século, ainda sob o regime da República Velha, esses eventos foram respondidos com violência e repressão por parte do Estado brasileiro (BEHRING; BOSCHETTI, 2011; FALEIROS, 2009). Como mecanismo de atender minimamente às necessidades dos operários, os próprios se organizavam por ações de mutualidade; posteriormente, os empresários passaram a participar dessas iniciativas (BOSCHETTI, 2008; BEHRING; BOSCHETTI, 2011; FALEIROS, 2009; TEIXEIRA, 2008)

A iniciativa mais emblemática, que virou um marco histórico no âmbito dos estudos

previdenciários e dos direitos sociais, é registrada pela Lei Elói Chaves, em 1923. A lei instituiu as Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPS) aos ferroviários, com a destinação de assistência à saúde em caso de doença, remédios a baixo custo, aposentadoria e pensão por morte (BRASIL, 1923). Posteriormente, em 1926, os trabalhadores das empresas de navegação marítima, fluvial e dos portos aderiram à lógica das CAPS. Paulatinamente, outras categorias profissionais e empresas foram incorporadas a esse sistema securitário. Acredita-se que a medida correspondeu à dinâmica concessão-conquista, tendo em vista que é uma resposta às lutas sociais do início do século, bem como uma estratégia de apaziguamento ao cenário político. Behring e Boschetti (2011) chamam atenção à estratégia do bloco no poder de responder às necessidades da economia exportadora; não involuntariamente, as primeiras categorias atendidas eram essenciais à circulação de mercadoria.

Em 1930, o governo Vargas, sustentado por uma direção integradora entre a economia agroexportadora e industrial, passou a investir no processo de industrialização do país de forma mais contundente. O período entre 1937 e 1945, conhecido como Estado novo e ditadura Vargas, foi travestido com fortes contradições no interior do Estado. O Estado atuou como um grande indutor do processo de industrialização e passou a intermediar em questões antes resolvidas no espaço privado, como as relações de trabalho. Assim, o governo passou a responder algumas demandas reclamadas pelos trabalhadores e a organizar as legislações trabalhistas como mecanismo de legitimação e contenção das lutas trabalhistas e de cooptação dos sindicatos (BOSCHETTI, 2011; BEHRING; BOSCHETTI, 2011; FALEIROS, 2009).

Em 1933, o governo criou os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPS), assumindo a coordenação, embora as instituições continuassem sendo organizadas por categoria profissional com serviços discriminados a partir de cada empresa (BEHRING; BOSCHETTI, 2011). As CAPS foram extintas lentamente, coexistindo por um bom tempo com as IAPS. No geral, as CAPS e as IAPS tratavam sobre atendimento à saúde, acidente de trabalho, aposentadoria e pensão. Até o momento, as iniciativas eram limitadas ao trabalho formal e urbano, que não representava grande parcela da população e reforçava a fragmentação dos benefícios e das lutas sociais por categoria profissional.

A população idosa, por sua vez, só se tornava uma questão pública quando associada à fase terminal do trabalho daqueles que não podiam mais vender a força de trabalho e precisavam de garantias de sobrevivência. Paralelo a isso, o atendimento às necessidades sociais da população idosa carregava o estigma do assistencialismo, de ações caritativas e do cuidado familiar, tendo em vista que eram atendidas pelo voluntarismo das organizações da sociedade civil e da Igreja. Esse destino estava escrito para a maioria da população idosa, na medida em

que as regulações trabalhistas eram restritas e seletivas. Assim, sobrava ao assistencialismo e às relações familiares o trato das velhices dos trabalhadores rurais e informais, das pessoas em situação de pobreza e com dependência. Pode-se afirmar que a trajetória do atendimento às pessoas idosas é travada na relação contraditória entre proteção ao trabalho urbano formal, benemerência e família.

Em 1942, a Legião Brasileira de Assistência (LBA) foi criada com direção nacional da primeira-dama Darcy Vargas, fortalecendo a cultura política do primeiro-damismo no atendimento assistencial do país. A instituição estatal articulou e sistematizou as iniciativas privadas e públicas de assistência. Teixeira (2008) aponta que as ações da LBA não incorporavam a lógica do direito, mas reforçavam a ideia da ajuda e do assistido “merecedor”, destinando as iniciativas à população em situação de pobreza e extrema pobreza. A instituição marcou o atendimento assistencial pela esfera pública no país, mas não rompeu com o histórico de benemerência do atendimento prestado pela sociedade civil e nem com a responsabilidade familiar em relação à pessoa idosa.

Após 1945, percebe-se uma nova institucionalidade das políticas sociais como resultado de um processo relativo de democratização. A Constituição de 1946 foi produto desse movimento, com avanço em diversos aspectos. No entanto, em relação à população idosa, ainda reforçava a ideia de proteção às velhices quando relacionada ao trabalho urbano e formal, já presentes nas constituições de 1934 e 1937. Faleiros (2007) enfatiza que a Constituição de 1946 ainda retrocedeu em relação às pessoas idosas quando associa a garantia dos benefícios previdenciários “às consequências da velhice”, ao lado de morte, invalidez e doença, tratando os diferentes destinos como sinônimos. Compreende-se que a semelhança fortalecia institucionalmente a imagem social das velhices de forma homogênea, sempre associada à fragilidade, invalidez e incapacidade.

Raichelis (1998) caracteriza a expansão das políticas sociais no período de “abertura democrática” por um desígnio “seletivo (no plano dos beneficiários), heterogêneo (no plano dos benefícios) e fragmentado (no plano institucional e financeiro)” (p. 91, grifos autora). O período entre 1945 e 1964 desenvolve-se em torno da acentuação das lutas sociais, com a disputa de projetos políticos distintos. Behring e Boschetti (2011) sinalizam que os projetos em destaque se associam ao nacional-desenvolvimentismo e ao desenvolvimento associado ao capital estrangeiro, esse último ganhou terreno sólido com a ditadura civil-militar de 1964.

O processo ditatorial foi forjado pela coerção, autoritarismo e abertura para o capital internacional. Como resultado, ocorreu a refuncionalização do Estado, com a reforma administrativa, que marca a centralização burocrática e o uso da força do Estado pelo bloco no

poder (IANNI, 1989). Como forma de garantir legitimidade e conter as lutas sociais, de maneira contraditória, o período também registrou a expansão das políticas sociais de forma “lenta e seletiva, marcada por alguns aperfeiçoamentos institucionais” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 110). Raichelis (1998) define que os governos militares sistematizaram as políticas sociais pelo autoritarismo e tecnificação dos problemas sociais. Nessa direção, a expansão das políticas sociais não rompeu com o caráter excludente e seletivo circunscrito no histórico brasileiro, mas reforçou o conservadorismo e a tecnocracia na sua gestão e execução. Behring e Boschetti (2011) alertam para a ampliação da oferta pelo mercado dos serviços de saúde, educação e previdência discriminados a quem podia pagar.

A proteção à população idosa continuou a ser definida nos marcos da assistência e da previdência, mas com maior sistematização e organização pública das políticas ofertadas. Em 1974, a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) centralizou as ações previdenciárias em um só instituto e na esfera do Estado, assumindo a assistência à pessoa idosa com o Programa de Atenção ao Idoso (PAI) (CAMARANO; PASINATO, 2004). No mesmo ano, foi instituída a Renda Mensal Vitalícia (RMV) destinada às pessoas com mais de 70 anos e “inválidos” que não possuíssem renda e meios de sustento, desde que já tivessem trabalhado formalmente por, no mínimo, um ano (BRASIL, 1974).

O período também marcou o aparecimento de movimentos de resistência e da entrada de novos sujeitos coletivos na cena pública. Organizações da sociedade civil emergiram pelo descontentamento com o cenário político e econômico do país. Surgiram, também, organizações que buscavam o reconhecimento de identidades coletivas marginalizadas pela sociedade brasileira. É esse cenário de intensificação das lutas sociais que possibilitou a incorporação do tema do envelhecimento na opinião pública e os embates de organizações da sociedade civil em busca de reconhecimento, de políticas sociais e ações do Estado destinadas ao envelhecimento.

A atuação da sociedade civil e a construção dos direitos: uma nova imagem sobre as velhices?

O Serviço Social do Comércio (SESC) possuiu papel fundamental na mobilização do tema envelhecimento e sua chegada na cena pública. A organização já desenvolvia trabalhos sociais para a população idosa desde 1963, mas apenas na década de 1970 alcançou uma atuação mais sistemática. Sob influência da gerontologia internacional, o SESC desenvolvia papel indispensável na trajetória dos direitos da pessoa idosa e da construção da gerontologia no país. Teixeira (2008) aponta que o SESC organizou vários encontros nacionais e regionais

mobilizando o tema do envelhecimento, com a demanda da intervenção do Estado e de organizações privadas para o atendimento das necessidades desse público. Os eventos contribuíram para dar visibilidade ao tema e provocar a opinião pública sobre a necessidade de se construir políticas para as pessoas idosas.

Outras organizações também participaram dessa empreitada ajudando na mobilização do tema em espaços públicos. A Sociedade Brasileira de Gerontologia e Geriatria (SBGG), criada em 1961, também sob influência da gerontologia internacional, organizou congressos pelo país para tratar de diferentes temas que envolvem a pessoa idosa. Ainda merecem destaque o Movimento Pró-Idosos (MOPI), de 1972, e a Associação Cearense Pró-idosos (ACEPI), de 1977 (CAMARANO; PASINATO, 2004; PESSOA, 2009). De modo geral, pode-se afirmar que as organizações e entidades da sociedade civil que mobilizaram o tema das velhices buscavam 1) criar um novo paradigma da velhice, na tentativa de romper com a imagem social negativa associada à fragilidade e incapacidade; 2) provocar o engajamento coletivo no tratamento do tema, com a intermediação do Estado e da sociedade, o que retira o trato exclusivamente da esfera privada; 3) demandar um olhar especializado sobre o tema, com base no aumento populacional que se iniciava.

A tentativa de criar de um novo imaginário sobre as velhices ancora-se no discurso da gerontologia internacional, que influenciou as ações das organizações da sociedade civil brasileiras. A gerontologia e a geriatria, regidas pelo saber específico e técnico sobre envelhecimento na área social e biológica, construíram o que Haddad (2016) conceituou de ideologia da velhice¹. Isto é, um receituário² especializado que busca romper com a ideia de que a velhice é um problema, com a negação das suas representações negativas enraizadas no imaginário social. No período, estava em gestação uma nova ideologia da velhice, que rompia com o olhar negativo e com os estigmas da velhice relacionados à incapacidade, improdutividade e invalidez. Ao mesmo tempo, ainda segundo a autora, criava-se uma nova forma de homogeneizar as velhices sobre um único olhar, a velhice produtiva e apta ao trabalho que desconsidera a pluralidade do envelhecimento. As prerrogativas dessa ideologia estavam presentes nos discursos das organizações da sociedade civil que mobilizavam o tema na cena pública (TEIXEIRA, 2008).

Como consequência do engajamento civil, o Ministério da Previdência Social realizou,

¹ A autora elaborou esta concepção a partir de uma análise baseada em estudos gerontológicos, discursos públicos e entrevistas de gerontólogos e geriatras.

² O receituário tinha como direção estimular o trabalho e a produtividade na velhice, fortalecer os espaços e relações familiares e promover a “pedagogia da velhice”, que ensina as pessoas idosas a envelhecerem adequadamente (HADDAD, 2016).

em 1973, um “diagnóstico” do quadro populacional dos idosos no país. Posteriormente, em 1975, o Ministério da Previdência e Assistência Social destinou recursos para a realização de três seminários regionais para discutir a situação da população idosa, que resultaram em um seminário nacional com o tema “Estratégias de Política Social para o Idoso no Brasil” (TEIXEIRA, 2008; CAMARANO, PASINATO, 2004). Camarano (2016) aponta que o seminário resultou no documento “O Idoso na Sociedade Brasileira: diagnóstico preliminar”, de 1976, que estabeleceu estratégias de ação norteadas pelas seguintes propostas: fortalecimento de vínculo com a rede comunitária e familiar; revisão dos critérios de transferência orçamentária para entidades que prestam serviços de abrigo; formação de recursos humanos especializado; realização de estudos e pesquisas que reflitam a situação da pessoa idosa.

Teixeira (2008) enfatiza que o documento, embora seja um progresso, tem o objetivo de incidir mais sobre a estigmatização da pessoa idosa no âmbito cultural, contribuindo para a criação de uma nova imagem social sobre as velhices. Para a autora, o documento é uma estratégia estatal que busca “soluções de baixo custo, com trabalho voluntário e com participação das entidades sociais privadas” (p. 168). Dessa forma, conclui-se que a década de 1970 desencadeou resultados importantes no âmbito cultural e na mobilização da opinião pública do tema, garantindo posições do Estado acerca do envelhecimento. No entanto, em relação aos direitos sociais das pessoas idosas, os resultados deixaram a desejar, tendo em vista que a prestação de serviços ainda estava reduzida e centralizada no âmbito da sociedade civil.

Somado às iniciativas da sociedade civil, elenca-se o papel dos documentos internacionais produzidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) que influíram na absorção do debate sobre envelhecimento no país. Esta incidência ganhou maior ênfase na década de 1980 em decorrência da realização da primeira Assembleia Mundial sobre Envelhecimento, em 1982. Entretanto, o plano de ações desenvolvido, como fruto do evento, construiu orientações baseadas na realidade e na economia dos países de capitalismo central.

No Brasil, considera-se que a incorporação do tema da pessoa idosa ao debate público se consolidou na década de 1980 em consequência do movimento da sociedade civil iniciado na década anterior, das normativas internacionais da ONU e do processo de democratização que se alastrou e deu margem aos debates em torno da democracia e dos direitos humanos. Duas grandes organizações da sociedade civil foram criadas nesse período, a Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (COBAP) e a Associação Nacional de Gerontologia (ANG).

A constituinte inaugurada pela abertura democrática se caracterizou como um movimento contraditório que contou com a disputa de diferentes forças do governo e da

sociedade civil. Teixeira (2008) relata que a organização dos aposentados e pensionistas teve forte protagonismo e se configurou como o segundo maior lobby da Assembleia Nacional Constituinte (ANC), atrás apenas da União Democrática Ruralista. A Constituição de 1988 figurou o resultado heterogêneo e de disputa da ANC e demarcou avanços democráticos, políticos e sociais, dando ênfase ao papel do Estado na garantia de direitos.

A Constituição avançou em diversos aspectos em relação aos direitos da população idosa. Instituiu a concepção de seguridade social de forma mais ampla, com a universalização da saúde, estruturação do sistema previdenciário e ampliação do público beneficiário da assistência, com garantia estatal da política de assistência às velhices (BRASIL, 1988). Estabeleceu a responsabilidade do Estado, família e sociedade no amparo à pessoa idosa, assim como assegurou o direito à vida, dignidade e bem-estar desse público (BRASIL, 1988). Definiu o direito de recebimento de um salário-mínimo à pessoa idosa que não tiver meios de prover a sua sobrevivência e nem de tê-la provida pela família (BRASIL, 1988). Em síntese, a Constituição inaugurou uma concepção de direitos sociais em torno das velhices ao tratá-la de forma especializada, sem ser atrelada apenas ao trabalho formal urbano ou à benemerência, mas como responsabilidade do Estado partilhada com a sociedade e a família.

A carta constitucional configurou um novo ponto de partida legal para a discussão dos direitos da pessoa idosa. Entretanto, a implementação desses direitos defrontou-se com inúmeros obstáculos para a realização efetiva das garantias estabelecidas. Os anos de 1990 apresentaram limites profundos para responder às conquistas-concessões da Constituição; a ideologia neoliberal se consolidou no modo de governar e fundou uma nova institucionalidade para as políticas sociais. Assim, as prescrições neoliberais se desenvolveram com o ajuste estrutural a partir da contenção de gastos sociais, privatização do público, com a desregulamentação do mercado e a descentralização da gestão e execução das políticas para a sociedade civil (BEHRING, 2003).

Ocorreu o que Draibe (1993) chamou de desestatização dos serviços públicos, como resultado do processo de privatização. Esse último se deu de forma ampla, ultrapassou as noções existentes de privatização para o mercado e inaugurou formas de relação entre o público e o privado com o deslocamento da gestão e execução dos serviços para a sociedade civil, com as práticas comunitárias, associações voluntárias e organizações não-governamentais. Para tanto, a focalização e a seletividade foram centrais na direção das políticas sociais no sentido de restringir o acesso ampliado da sociedade. Esse processo foi possível a partir da contrarreforma do Estado e do aparelho do Estado, que refuncionalizou o Estado sob a égide de um novo pacto modernizador, o que permitiu as adequações necessárias à ideologia neoliberal e ao movimento

do capital internacional (BEHRING, 2003).

A participação da sociedade civil foi ampliada, mas ganhou outro viés, não se fez de modo contestatório e crítico, como na distensão da ditadura, mas realizou-se em cooperação e negociação com o Estado. De um lado, esse resultado representou os efeitos da democratização com a proliferação dos mecanismos institucionais do controle democrático; de outro, resultou das inovações neoliberais que exigiram protagonismo civil, com o repasse da gestão e execução de serviços e políticas sociais, ou seja, a partir da desresponsabilização estatal (NEVES, 2008). É como consequência desse novo papel da sociedade civil, de forma híbrida, que a Política Nacional do Idoso (PNI) foi criada e regulamentada na década de 1990.

PNI, estatuto e envelhecimento ativo: entre avanços e retrocessos

A ANG elaborou, em 1991, o “Plano Preliminar para a Política Nacional do Idoso”, em consequência dos avanços democráticos e consolidação do debate do envelhecimento na cena pública. A Política foi promulgada em 1994, como resultado desse documento, com a lei nº 8.842. A PNI sistematiza os direitos das pessoas idosas a partir de uma direção integradora entre políticas de diversas áreas que devem atender a pessoa idosa em sua totalidade. A afirmativa é reforçada ao identificar na legislação que cabe à União promover a articulação dos Ministérios para a implementação da Política. Assim, os Ministérios responsáveis pelas áreas da saúde, assistência social, educação, previdência social, cultura, trabalho, esporte e lazer devem participar da gestão da PNI e destinar orçamento específico para tratar da pessoa idosa.

Dois anos após a sua criação, a PNI foi regulamentada com o decreto nº 1.948 de 1996. Faleiros (2016) apresenta que a PNI incorpora diretrizes da contrarreforma do Estado, esvaziando diretrizes importantes criadas em 1994, como o veto da criação do Conselho Nacional de Direitos da Pessoa Idosa (CNDI) e a fragmentação das ações por setores. Ferreira e Teixeira (2014) corroboram com essa perspectiva ao assinalarem que a PNI é organizada pelo princípio da setorialização e privatização na execução de suas ações. Em acordo com os autores, parte-se do entendimento que PNI segue a tendência privatizante da ideologia neoliberal, uma vez que legitima a atuação e execução da sociedade civil e prioriza o atendimento da pessoa idosa pela família, em detrimento da responsabilização do Estado como protagonista na garantia dos direitos.

Em que pese a necessidade de enfatizar o asilamento como última instância de atendimento, elencar a família como prioridade sem fornecer subsídios básicos para que isso se realize é uma forma de desresponsabilizar o Estado na garantia do direito. Essa prerrogativa também reforça a romantização dos espaços familiares, entendendo-os como isentos de conflito

e como suportes primários de cuidado, afeto e renda. É nesse sentido, que Teixeira (2008) compreende que o Estado aparece na PNI como mero normatizador e co-financiador da política. Por isso, é possível afirmar que os entraves para a implementação da PNI se localizam desde a sua normatização, que já apresentava um papel reduzido do Estado.

Esse aspecto remete à trajetória do atendimento às necessidades sociais da pessoa idosa, que sempre teve maior ênfase na sociedade civil, pela família e pela Igreja. Não é coincidência que a Política tenha surgido como resultado dos tensionamentos e elaborações da sociedade civil, a qual marcou a entrada do tema na agenda política. No entanto, a Política tem sido utilizada como uma carta de orientações às demais políticas setoriais, sem força de gestão única. Cabe a cada ministério definir se dá prioridade ou tratamento especializado às ações para a população idosa ou não. No geral, a população idosa não tem sido uma das pautas mais priorizadas pela maioria das políticas setoriais. Pessoa (2009) sinaliza que a intersectorialidade da PNI tem sido um dos maiores obstáculos para a sua efetivação, com constrangimentos para o seu desenvolvimento.

Como forma de mobilizar a implementação da PNI e de avançar sobre os aspectos normativos, o Estatuto do Idoso partiu da articulação de organizações da sociedade civil com o poder legislativo. O projeto legislativo foi criado em 1997, com o até então deputado Paulo Paim. Entretanto, entrou em tramitação no Congresso Nacional apenas em 2001, com espaço aberto à sociedade civil. Alcântara (2016) sinaliza que a sociedade civil legitimou o processo legislativo, com participação ativa na definição dos princípios e diretrizes da lei. O Estatuto foi promulgado em 2003, com 114 artigos que tratam de diferentes direitos destinados à pessoa idosa.

O Estatuto avançou em relação à PNI em vários sentidos. Aborda de forma mais ampla a concepção de proteção social integral. Enfatiza a obrigação do Estado em garantir o direito à vida e à saúde, “mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade” (BRASIL, 2003). Adiciona avanços nas áreas de educação, transporte, habitação, saúde, medidas de proteção, penalidades à discriminação e papel dos órgãos de justiça (BRASIL, 2003). Define os requisitos e obrigações que as unidades de atendimento devem cumprir, seja governamental ou não (BRASIL, 2003). Amplia as formas de fiscalização e monitoramento da política. Estabelece infrações para as unidades de atendimento que não cumprirem os requisitos (BRASIL, 2003). Reforça a noção de pessoa idosa como prioridade absoluta de atendimento (BRASIL, 2003).

Percebe-se que o Estatuto dá um passo à frente em relação ao tema do envelhecimento, com a sistematização dos direitos da pessoa idosa e ao papel do Estado. Entretanto, Teixeira

(2008) apresenta que o atendimento e efetivação da proteção social ainda se perde de forma nebulosa no terreno do público não estatal. Segundo a autora, a Política e o Estatuto têm como base estratégias que oscilam entre o público e o privado, com forte influência da sociedade civil na prestação de serviços. Dessa forma, inovam ao abordarem “alternativas de convívio, participação e ocupação do idoso, de onde nascem os princípios de autonomia, participação e independência dos idosos, e o paradigma da velhice saudável, ativa e produtiva” (TEIXEIRA, 2008, p. 185).

Os regimentos do sistema de direitos para a pessoa idosa, no âmbito governamental e da sociedade civil, sofreram influência direta da gerontologia internacional e das normativas internacionais da ONU. A finalidade da PNI corresponde aos cinco princípios estabelecidos – independência, participação, cuidado, autorrealização e dignidade - pela ONU em 1991, na tentativa de construir um novo olhar sobre a população idosa. Vale explicitar que o debate internacional perpassou por disputas políticas e econômicas para definir uma concepção de envelhecimento e direções no tratamento do tema pelos Estados nacionais. De um lado, a ONU tentava criar orientações para promover a participação e integração das pessoas idosas; de outro, organismos como Banco Mundial, por exemplo, publicavam orientações tratando o aumento populacional das pessoas idosas como uma ameaça ao desenvolvimento econômico (CAMARANO, PASINATO, 2004). Considera-se que os dois projetos foram associados para criar um novo modelo de intervenção ao envelhecimento, adequado ao modo de governar do neoliberalismo.

À luz dessa argumentação, acredita-se que as recomendações da OMS resultantes da Segunda Assembleia Mundial sobre envelhecimento da ONU, em 2002, e expressas pelo documento “Envelhecimento ativo: uma política de saúde”, explicitam a conjunção dos projetos anteriormente em disputa. O envelhecimento ativo (EA) rompeu com a concepção de velhice incapaz, improdutiva, inválida e sem saúde. Consolidou, dessa forma, a nova ideologia da velhice gestada desde segunda metade do século XX. O documento ainda avançou em diversos aspectos, principalmente ao declarar que o termo ativo “refere-se à participação contínua nas questões sociais, econômicas, culturais, espirituais e civis, e não somente à capacidade de estar fisicamente ativo ou de fazer parte da força de trabalho” (OMS, 2005, p. 13). Entretanto, é um documento contraditório por associar a ideia de velhice saudável e ativa ao terreno das escolhas individuais, mesmo que enfatize o papel do Poder Público para garantir as condições necessárias, ao definir o trabalho como essencial para a pessoa idosa, seja voluntário ou não, ao estabelecer critérios de autorresponsabilização e ao homogeneizar as respostas dadas às velhices.

Pode-se afirmar que o reconhecimento da pluralidade das velhices, embora apareça em algumas análises do documento, é suprimido na proposta como modelo universal de intervenção. Ao tratar as velhices como algo positivo e resultado de escolhas individuais promove, ao mesmo tempo, o ocultamento das estruturas desiguais da sociedade que forjam a maneira de envelhecer. Assim, as experiências trágicas na velhice seriam resultado de escolhas ruins e do descuido pessoal. É nesse sentido que Ribeiro (2012) alerta que o novo modelo de intervenção sofre o risco de se tornar opressivo ao homogeneizar as velhices e definir formas específicas de envelhecer. O envelhecimento ativo também pode representar uma saída do neoliberalismo para “solucionar o problema” do envelhecimento, ao estimular um destino privatista com a diminuição da intervenção estatal em relação aos gastos sociais quando trata da autorresponsabilização como direcionamento de ação. Esse contexto revela um processo de reprivatização da velhice (DEBERT, 1999), ao retornar o tema para o âmbito privado a partir de uma nova imagem social sobre a velhice. O retorno ao espaço privado expressa “a promessa de que - com esforço pessoal, com a adoção de estilos de vida e formas de consumo adequadas – a velhice possa ser excluída do leque das preocupações dos indivíduos e da sociedade” (DEBERT, 1999, p. 191).

Assim, o Estatuto e a PNI são mecanismos de garantia de direitos, que apresentam constrangimentos em relação à universalidade do direito e à responsabilidade pública. Ainda que se reconheça esses limites, as legislações avançaram e mobilizaram o tema do envelhecimento na agenda política, promovendo garantias essenciais e dando visibilidade ao tema. Por isso, propõe-se a ideia de que esses mecanismos sejam aperfeiçoados e não suprimidos.

Considerações finais

A tarefa em reivindicar a atuação do Estado brasileiro na garantia dos direitos da pessoa idosa se faz urgente no movimento contínuo de avanço de projetos reacionários e privatistas, na tentativa de reduzir a ação do Estado e de retirar o que já foi conquistado no âmbito legal. Tem-se assistido à obsessão neoliberal em garantir o ajuste fiscal em detrimento dos direitos, com o congelamento de gastos sociais em áreas como a saúde e educação, contrarreformas previdenciárias e trabalhistas, entre outras. Essas medidas influenciam diretamente na forma como a população irá envelhecer, principalmente nas classes e grupos subalternos.

As conquistas-concessões travestidas de políticas sociais foram alcançadas com o protagonismo de setores da sociedade civil que, em aproximação com as agendas internacionais, trouxeram a temática da população idosa para dentro da agenda pública

brasileira. Em um movimento corrente de conquistas e retrocessos, esse processo contribuiu para romper a imagem negativa das velhices e circunscrever a população idosa em um arcabouço jurídico-legal de direitos reconhecidos pelo Estado e pela sociedade. Ainda que estas legislações sofram constrangimentos desde a sua normatização para uma efetivação ampla e plural, elas materializam um progresso na trajetória das políticas para as pessoas idosas.

A PNI e o EI avançam ao tratar dos direitos da pessoa idosa de forma especializada e integral, a partir de diversas áreas. Atrelados ao envelhecimento ativo, contribuem para romper com o imaginário negativo e trágico sobre as velhices. As contradições apontadas durante o trabalho não têm a intenção de romper os avanços legais e negar o novo paradigma da velhice, mas de disputá-los em torno de uma perspectiva mais ampla. Isto é, tentar aperfeiçoá-los a partir de um projeto político, econômico e cultural que tenha compromisso com a universalidade dos direitos e com a pluralidade das velhices em oposição à ideologia neoliberal.

Referências

- ALCÂNTRA, A. de O. Da política nacional do idoso ao estatuto do idoso: a difícil construção de um sistema de garantias de direitos da pessoa idosa. In: ALCÂNTRA, A. O. et. al. (orgs) *Política nacional do idoso: velhas e novas questões*. Rio de Janeiro: IPEA, 2016.
- BEAUVOIR, S. *A Velhice*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BEHRING, E. R. *Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 2003.
- BEHRING, E.; BOSCHETTI, I. *Política Social: Fundamentos e História*. 9ª ed. São Paulo: Editora Cortez, 2011.
- BOSCHETTI, I. *Assistência social e trabalho no capitalismo*. São Paulo: Cortez, 2016.
- BOSCHETTI, I. *Seguridade social e trabalho: paradoxos na construção das políticas de previdência e assistência social no Brasil*. Brasília, Letras Livres/Editora UnB, 2008.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 de maio. 2020.
- BRASIL. *Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.741.htm. Acesso em: 20 de maio. 2020.
- BRASIL. *Decreto-lei nº 4.682, de 24 de janeiro de 1923. Cria, em cada uma das empresas de estradas de ferro existentes no país, uma caixa de aposentadoria e pensões para os respectivos empregados*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dpl/DPL4682-1923.htm. Acesso em 17 de ago. 2018.
- BRASIL. *Lei nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974. Institui amparo previdenciário para maiores de setenta anos de idade e para inválidos, e dá outras providências*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6179.htm. Acesso em 7 de ago. 2018.
- BRASIL. *Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8842.htm. Acesso em: 20 de maio. 2020.
- CAMARANO, A. A. Introdução. In: ALCÂNTRA, A. O. et. al. (orgs) *Política nacional do idoso: velhas e novas questões*. Rio de Janeiro: IPEA, 2016.

- CAMARANO, A. A. PASINATO, M. T. O envelhecimento populacional na agenda das políticas públicas. In: CAMARANO, A. A. (ORG.) Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60? Rio de Janeiro: IPEA, 2004.
- DEBERT, G. G. A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fepesp, 1999.
- DRAIBE, S. M. As políticas sociais e o neoliberalismo: reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas. Revista USP, pp. 87 a 101, 1993.
- FALEIROS, Vicente de Paul; A POLÍTICA NACIONAL DO IDOSO EM QUESTÃO: PASSOS E IMPASSES NA EFETIVAÇÃO DA CIDADANIA. In: ALCÂNTRA, A. O. et al. (orgs) Política nacional do idoso: velhas e novas questões. Rio de Janeiro: IPEA, 2016.
- _____. Cidadania e direitos da pessoa idosa. Revista Ser Social. Brasília, n. 20, pp. 25-61, jan/jun 2007.
- FALEIROS, Vicente de Paula. *A política social do Estado Capitalista*. 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- FERREIRA, A. P.; TEIXEIRA, S. M. *Direitos da pessoa idosa: desafios à sua efetivação na sociedade brasileira*. Espírito Santo: Revista Argumentum, v. 6, n. 1, pp. 160-173 jan/jun, 2014.
- HADDAD, E. G. M. A ideologia da velhice. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2016.
- IANNI, O. *Estado e capitalismo*. 2ª edição. São Paulo: 1989.
- NEVES, A. V. *Cultura política e democracia participativa: um estudo sobre o orçamento participativo*. Rio de Janeiro: Gramma, 2008.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Envelhecimento ativo: uma política de saúde. Brasília: Organização Pan-Americana de Saúde, 2005.
- PEREIRA-PEREIRA, P. A. *Política Social: temas e questões*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- PESSOA, I. L. *Envelhecimento na agenda da política social brasileira: avanços e limitações*. Tese (Doutora em Política Social) Programa de Pós-Graduação em Política Social – PPGS. Brasília: Universidade de Brasília, 2009.
- RAICHELIS, R. *Esfera pública e Conselhos de assistência social: caminhos da construção democrática*. São Paulo: Cortez, 1998.
- RIBEIRO, O. O envelhecimento “ativo” e os constrangimentos da sua definição. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, n. 2, pp. 33-52, 2012.
- TEIXEIRA, S. M. *Envelhecimento e trabalho no tempo do capital: implicações para a proteção social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2008.

A morte por COVID-19 bate à porta das/os assistentes sociais no Brasil

Death by COVID-19 knocks at the door of social workers in Brazil

Fabiola Xavier Leal*
Maria Lúcia Teixeira Garcia**
Mylena Carlos Pessôa da Silva***
Nina Gomes Molulo Moisés****

Resumo: O objetivo deste artigo é refletir sobre o perfil das/os assistentes sociais que morreram por COVID-19, com vistas a problematizar essas mortes no conjunto de reflexões sobre o trabalho dessa categoria no Brasil. Trata-se de uma pesquisa documental, que utilizou os dados publicados pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)/Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) e pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), bem como dados disponíveis nas mídias sociais sobre essas/es profissionais. As variáveis consideradas foram: sexo, idade, município/estado de residência e área de atividade de trabalho, se na ativa ou aposentada. Para análise, usamos estatística descritiva e análise de conteúdo. Os dados se referem ao total de 105 assistentes sociais. Desses dados, 83,8% (88 profissionais) estavam atuando como assistentes sociais e 16,2% (17 pessoas) estavam aposentadas/os e que, portanto, não estavam em exercício. As profissionais de Serviço Social mortas em decorrência da COVID-19, em sua maioria, são mulheres entre 41 a 60 anos e que atuavam no Sistema Único

Abstract: The goal is to reflect on the profile of social workers who passed way for COVID-19, with a view to problematizing these deaths in the set of reflections on the work of this category in Brazil. This is adocumentary research, which used data published by the Federal Council of Social Work (CFESS) / Regional Councils of Social Work (CRESS) and by the Brazilian Association for Teaching and Research in Social Work (ABEPSS), as well as data available on social media about these professionals. The variables considered were: sex, age, municipality / state of residence and area of work activity, whether active or retired. For analysis we used descriptive statistics and content analysis. We analysed a total of 105 social workers cases: 83.8% (88 professionals) were working as social workers and 16.2% (17 people) were retired. The majority of professionals passed way for the COVID-19, disease are women between 41-60 years old and who worked at Unified Health System, but due to the pace of vaccination, they were not contemplated with a basic right of every worker: to be protected.

* Assistente social, Mestre em Política Social pela UFES e Doutorado em Política Social pela UFES. É professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Coordena o Grupo de Pesquisas Fênix (Análises das Políticas de Saúde, Saúde Mental e sobre Drogas).

** Assistente social, com mestrado em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo (1995) e doutorado em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo (2001). É professora titular do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo. Membro do FÊNIX: Grupo de Estudos em Políticas Públicas. Bolsista de Produtividade em Pesquisa (CNPq e Fapes).

*** Graduanda em Serviço Social (UFES), bolsista de Iniciação Científica do CNPq. Membro do FÊNIX: Grupo de Estudos em Políticas Públicas.

**** Graduanda em Serviço Social (UFES), bolsista de Iniciação Científica da FAPES. Membro do FÊNIX: Grupo de Estudos em Políticas Públicas.

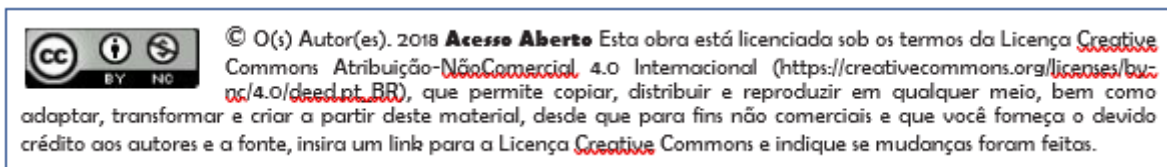
de Saúde, que pelo ritmo da vacinação não foram contempladas com um direito básico de toda trabalhadora: ser protegida.

Keywords: social work; COVID-19; social workers; Brasil

Palavras-chaves: serviço social; COVID-19; assistentes sociais; Brasil

Recebido em: 08/09/2021

Aprovado em: 29/03/2022



Introdução

A questão da mortalidade de profissionais de saúde por COVID-19 no mundo é um tema no qual o debate sobre a proteção desse segmento é colocado como crucial para qualquer governo (BANDYOPADHYAY et al., 2020). Esses autores chamam a atenção para a falta de especificidade quanto ao registro dos casos de infecção e morte por COVID-19 entre profissionais de saúde em todo o mundo. No Brasil, esses dados aparecem nos Boletins Epidemiológicos publicados pelo Ministério da Saúde (MS). Nos 52 boletins produzidos, um dado se destaca: o número de profissionais de saúde mortos por COVID-19.

Em um momento no qual os serviços de saúde são tensionados com o aumento de casos no Brasil, nos perguntamos: quem são as/os assistentes sociais que morreram por COVID-19? Em nossa pergunta se inter cruzam algumas particularidades do trabalho da/o assistente social, cujas atividades profissionais ocorreram na execução de políticas sociais, com centralidade sobre o campo da Seguridade Social.

Essas/es assistentes sociais compõem o conjunto de trabalhadoras/es brasileiras/os que tiveram suas vidas ceifadas pelo coronavírus, mas também pelas consequências nefastas do capitalismo a partir das correlações de força impostas por esse sistema. No momento em que este artigo está em fase de publicação, o globo está computando mais de 400 milhões de infectados e mais de 6 milhões de mortos. Desse total, o Brasil é responsável por mais de 600 mil mortes. Nos dados do Ministério da Saúde sobre as/os trabalhadoras/es da saúde em março de 2021, identificamos que quase 40 mil casos foram confirmados como COVID-19. Dos 618 casos notificados e hospitalizados como Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) em profissionais de saúde, 87 (14,1%) evoluíram para o óbito, a maioria (92,0%) por COVID-19 e, majoritariamente, mulheres. Com a ressalva de que esses dados não refletem a totalidade do

cotidiano dessas/es profissionais.

Essa tragédia anunciada, conforme Antunes (2020:182) nos lembra, é (re) produzida pelo capitalismo brasileiro, no qual “[...] a sociedade política e o Estado [...] tão séquitos no cumprimento do ideário e das pragmáticas dos capitais” não preservam o direito básico e essencial à vida. Temos um conjunto de mortes que nos fazem refletir que a “[...] a tragédia do sofrimento evitável é a pior das tragédias” (SEVCENKO, 2013:121).

Mediante esse cenário, buscamos aqui conhecer e dar visibilidade a uma parte desses sujeitos que trabalhavam majoritariamente nas Políticas de Saúde e Assistência Social. O objetivo deste artigo é refletir sobre o perfil das/os assistentes sociais que morreram por COVID-19, com vistas a problematizar essas mortes no conjunto de reflexões sobre o trabalho dessa categoria no Brasil. Em certo sentido, essa reflexão também oportunizará uma homenagem às vidas que não devem ser esquecidas, tanto no âmbito da profissão quanto para a memória desse tempo histórico que nos demanda o devido registro, a partir do nosso comprometimento ético, na luta por garantia de direitos para as/os trabalhadoras/es. E está ainda em consonância com os princípios éticos profissionais que nos direcionam para o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional (10º Princípio) e ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos da classe trabalhadora (3º Princípio) (CFESS, 1993).

Lembrar tem o sentido de não esquecer e aqui não se trata de uma retórica, mas uma exigência diária no contexto de um país que vem se mantendo no pódio das mortes em decorrência dessa pandemia do século XXI. Numa pandemia, como ressalta Iasi (2020a), não se comporta uma atitude convencional diante da morte. As mortes de milhares de pessoas não podem ser consideradas acidente ou casualidade. A sociabilidade capitalista define que

[...] a própria vida não é mais que um meio de vida, em que os outros se degradam em meros meios de realização individual a serem usados e descartados. Não nos surpreende, portanto, que os “milhares de laços” que se obliteram sob o manto mercantil das coisas acabem por fazer com que os outros não tenham um grande significado para muitos e suas mortes não os toquem de forma alguma como uma perda [...] Não é a vida que segue. É a morte, que segue em seu macabro trabalho auxiliada pelas hordas daqueles que a amam mais do que a vida. Lutemos para que os arqueólogos do futuro, quando escavarem os restos de nossa civilização não encontrem como nossa principal realização a indiferença (IASI, 2020a:sp.).

Portanto, se a pandemia não cria as crises, mas exacerba as contradições que antes já tínhamos instaladas pelo modo de produção vigente, nos cabe entrar pela “porta” da reflexão e revelar o Brasil que produz a barbárie cotidianamente. As mortes de assistentes sociais pelo

Brasil estão imersas nas contradições.

O artigo, portanto, está estruturado em 3 seções. Inicialmente exploramos a conjuntura do trabalho na pandemia no contexto de crise do capital, seguido, na segunda parte, pelas questões postas às/aos profissionais para o desenvolvimento do trabalho com foco na saúde e assistência. E na terceira seção, os resultados apontam que foram a óbito mais de 100 profissionais de Serviço Social, em sua maioria mulheres que estavam atuando na política de saúde. Por fim, com considerações finais reafirmamos que não somente em memória dessas mortes, mas também pelas vidas de toda categoria que permanecem nas linhas de frente do enfrentamento à pandemia, resistiremos defendendo a vida em detrimento do lucro e a vacina como um direito universal para toda população.

Trata-se de uma pesquisa documental que utilizou os dados publicados no *Memorial Nosso luto, nossa luta!*, elaborado pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), pelos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) e pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), por meio também das páginas especificadas de cada CRESS na internet, bem como dados disponíveis nas mídias sociais sobre essas/es profissionais. Alguns dados precisaram ser confirmados com os Conselhos e profissionais de cada região e assim foi feito contato via telefone e e-mail. As variáveis consideradas foram: sexo, idade, município/estado de residência e área de atividade de trabalho, se na ativa ou aposentada. Para análise, usamos estatística descritiva e análise de conteúdo. Nossa questão de pesquisa era: o que esses dados revelam sobre as assistentes sociais que morreram por COVID-19?

Enquanto o capitalismo mantém suas portas abertas para o lucro, as covas proliferam pelo país enterrando trabalhadores por COVID-19

A pandemia da COVID-19 colocou as/os profissionais, principalmente os da saúde e da assistência social, sob extrema pressão e em riscos que afetam a saúde física e mental. Os ambientes de trabalho são os principais espaços que colocam as/os diversas/os profissionais em risco para a infecção (TEIXEIRA et al., 2020). Após mais de 1 ano em que a pandemia foi decretada no Brasil (o primeiro caso foi identificado em 26 de fevereiro de 2020), confirma-se uma contabilidade alta de profissionais mortos pelo coronavírus. É possível identificar registros dessas mortes em diferentes partes do mundo, seja em sites oficiais de governo, seja em matérias jornalísticas ou em canais que prestam homenagens às vítimas.

Um exemplo é o trabalho jornalístico feito nos EUA pelo *Guardian* e *Kaiser Health News* com mais de 100 repórteres que examinam cotidianamente fontes de dados, entrevistam

LIBERTAS ONLINE

198

ARTIGO

peçoas enlutadas e conversaram com especialistas em saúde. O site, cujo título é *Lost on the frontline*, é motivado pela pergunta “Eles tiveram que morrer?”. Esses sites indicam a necessidade de uma investigação a partir não só da contagem dessas/es profissionais da saúde que morreram pelo coronavírus desde o início da pandemia, mas sobretudo para revelar a desproporcionalidade das mortes considerando o quesito raça e gênero e por considerarem que há uma subcontagem dessas mortes pelo governo. No site encontramos informações por categoria profissional e estado. Contém fotos dessas/es profissionais com os nomes, idade, local onde trabalhavam e um breve resumo das suas histórias. Até abril de 2021, foram identificadas 3.607 mortes, sendo que 3% dessas eram assistentes sociais.

Essa indagação ecoa entre nós pesquisadoras e nos leva a uma certeza: as/os assistentes sociais que morreram por COVID-19 não terão suas vozes silenciadas. A reflexão requer uma análise ampliada do fenômeno – adoecimento e morte dos trabalhadores na pandemia –, de modo a mediá-lo com o conjunto de reflexões acumuladas sobre o trabalho no capitalismo. Esse modo de produção (re)produz relações em que o trabalho é alienado, penaliza, degrada e adocece o homem. E essas relações colocam obstáculos para os trabalhadores terem acesso a uma vida cheia de sentido dentro e fora do trabalho (LARA, 2011). Como disse Marx (2011: 417), citado em 1863 por Richardson, “Trabalhar até a morte está na ordem do dia, não apenas na oficina das modistas, mas em milhares de outros lugares, na verdade em cada lugar onde o negócio floresce [...]”. E desde então, esse sistema continua “criando uma massa de doentes e miseráveis e cometendo um ‘assassinato’ social [...]” (SIMÃO; CARNUT, MENDES, 2020:173, grifos dos autores). Segundo os autores, o termo “assassinato” não é apenas uma frase de impacto, mas uma realidade, à medida que ao retirar milhares de vidas e adoecer outras tantas não é julgado e punido.

Portanto, não podemos isolar essas mortes retratadas aqui fora dos processos de trabalho no âmbito da reprodução social que degrada corpo e mente das/os trabalhadoras/es. As vidas e as mortes são negligenciadas pelo capital e cabe a nós estabelecer as devidas correlações entre os aspectos internos do trabalho e aqueles presentes na vida social em geral. A Reforma Sanitária brasileira nos ajuda a compreender isso, pois elucidou no campo teórico a importância de se entender como se gesta o capitalismo no país e a sua correlação com a saúde e, por consequência, com a saúde dos trabalhadores.

O neoliberalismo, em sua variante ultraneoliberal mais corrosiva, e seus mecanismos perversos de controle sobre os corpos reafirmam em um contexto pandêmico o controle totalitário sobre a vida, pois convive tranquilamente com máquinas de morte. Assistimos em tempo real a contagem necropolítica (LOLE et al., 2020). Antunes (2020) nos lembra que a

interconexão entre a crise do coronavírus e a crise econômica vêm impactando profundamente a classe trabalhadora, já que estávamos em meio a uma profunda crise estrutural do capital que vem impactando os trabalhadores brasileiros desde 2016 pela devastação e corrosão dos direitos. Esse processo no governo Temer se expressou pela terceirização, contrarreforma trabalhista, trabalho intermitente e informalidade. Com Bolsonaro, o quadro se tornou desesperador para a classe trabalhadora. “Sua dilemática é áspera: se voltarem ou permanecerem em seus postos de trabalho, se convertem em reais candidatos à vala comum dos cemitérios. Se acatarem o isolamento e a quarentena, morrerão de fome” (ANTUNES, 2020:183). Assim, parafraseando Antunes, a barbárie nos defronta entre a morte por COVID-19 ou pela fome, e acrescentaríamos pelo sofrimento de depender de antigas práticas de caridade para sobreviver. Quaisquer dessas negam a condição básica de cidadão e trabalhador.

Importa ratificar nesse contexto, portanto, que há desigualdade no adoecer e no morrer. As epidemias registradas na história estão intrinsicamente associadas a muitas outras mazelas anteriores, como a desigualdade social, a xenofobia e o racismo, por exemplo (PAIXÃO; GOMES, 2020). A força de trabalho que se espera que cuide dos números crescentes de doentes é altamente sexista, racializada e etnizada na maioria das partes do mundo. Essa pandemia se configura, dessa maneira, como uma pandemia de classe, de gênero e de raça (HARVEY, 2020:22). Aqui procuraremos lançar luz a essas desigualdades sociais, territoriais e econômicas de parte da classe trabalhadora que pagou um alto preço.

Essa particularidade brasileira de uma agenda reacionária a partir da irresponsabilidade política do presidente Bolsonaro, que trata com desdém a pandemia e descaso pelos mortos (LOLE et al., 2020), com uma visão de mundo antirracional, agressiva e rancorosa (LÖWY, 2020), é vista diariamente quando empresários, acionistas da bolsa de valores e governo se posicionam pelo fim da quarentena, a despeito das consequências para a vida humana. “A ideia subjacente é que a ‘seleção natural’ irá agir na epidemia (darwinismo social): [...] os mais fortes sobreviverão, os fracos sucumbirão” (LEHER, 2020: sp.).

Parece-nos que a pandemia atual se configura como um acontecimento inaugural dos desafios próprios do século XXI, que nos afetam como sociedades e como espécie (BOCAYUVA, 2020). A COVID-19 se conecta a um projeto de nação, historicamente (re)formulado, que envolve a capitulação de determinados sujeitos com a imposição de regimes de moralidade e sexualidade e disciplinamento dos corpos. Isso com um peso maior, sobretudo para as mulheres, seja no espaço doméstico, seja nas redes de solidariedade de seus territórios e ainda na linha de frente do trabalho de assistência social e saúde. Elas adoecem, se arriscam, sofrem todo tipo de sobrecarga e desprezo e morrem dentro e fora de suas casas (LOLE et al.,

2020).

Nesse movimento de salvar a economia, portanto, amplia-se ainda mais a letalidade da classe trabalhadora (ANTUNES, 2020). Um destaque ao trabalho de assistentes sociais, profissão que na divisão sociotécnica do trabalho está historicamente vinculada à reprodução social e habituada a lidar com a perversa engrenagem da destruição de vidas e de seus corpos (LOLE et al., 2020). A seguir exploraremos a questão dos trabalhadores das Políticas de Saúde e Assistência Social.

A realidade das/os trabalhadoras/es da Saúde: quando se tem somente a escolha de trabalhar

Em 2020, o coronavírus entra pela “porta da frente” como algo familiar (DAVIS, 2020). Se o vírus entra sem pedir licença, cabe a cada um, como uma das principais medidas definidas pela saúde pública, buscar o isolamento ou o distanciamento social (WHO, 2020). Porém, para uma parte da classe trabalhadora, essas medidas não são consideradas o foco principal. Frações dessas classes trabalhadoras ora vão precisar da exposição ao trabalho para garantir a sua sobrevivência, ora vão se manter no trabalho porque são considerados trabalhadores inseridos em serviços essenciais, com destaque para aqueles que estão “na linha de frente” do enfrentamento à pandemia.

Sobre essas frações de trabalhadoras/es e o impacto sobre determinados grupos em relação ao trabalho, um exemplo é destacado no documento produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2020. A Nota Técnica nº 33 versou sobre os efeitos em determinados grupos sociais e territórios em relação às medidas de enfrentamento à crise sanitária. O documento apresenta, por exemplo, a sobrecarga das mulheres no trabalho doméstico e nas atividades de cuidado, com destaque para as mulheres negras e pobres, sobre as quais recai, além do trabalho não remunerado em suas próprias casas, o trabalho doméstico e de cuidado remunerado em outras casas. Isso mostra a exposição dessas trabalhadoras não somente às situações precárias de trabalho, que são inclusive intensificadas em momentos de crise, mas também à exposição que aumenta a possibilidade de contaminação em uma pandemia. Aqui temos um grupo que constitui uma determinada linha de frente no interior de muitas casas brasileiras (IPEA, 2020). Essa exposição leva maior letalidade à população pobre. Um estudo sobre a cartografia de óbitos e de casos confirmados pela COVID-19 na cidade de São Paulo mostra que a doença atinge a periferia e os espaços de pobreza mais agressivamente devido os ambientes serem mais propícios à proliferação do vírus. Mesmo que as notificações de casos sejam maiores entre a elite da cidade, as de mortes são maiores na periferia (SIMONI,

2020).

Em relação ao outro grupo da linha de frente, temos o conjunto de trabalhadoras/es da saúde e demais serviços essenciais, como os da Política de Assistência Social. O Decreto presidencial nº 10.282, de março de 2020, regulamentou e definiu os serviços públicos e as atividades essenciais na pandemia. Foram assim considerados aqueles indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, que se não atendidos, colocam em perigo a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população (BRASIL, 2020). Para o Conselho Nacional de Saúde (CNS), a expressão trabalhadores e trabalhadoras da saúde é extensiva às mulheres e homens que atuam em funções assistenciais, gerenciais, administrativas e operacionais de serviços, desde a atenção básica à assistência hospitalar especializada, aos estudantes e docentes da área mobilizados nas iniciativas emergenciais de combate à pandemia e aos trabalhadores de áreas essenciais que estão mobilizados para garantir o suporte necessário à vida e ao sistema de saúde. Atualmente, há cerca de 3,5 milhões de profissionais atuando no SUS (CNS, 2020a). Estar na linha de frente desses serviços essenciais é literalmente estar mais exposto à contaminação, possível adoecimento e óbito. E, mesmo nesse contexto, há várias questões a serem problematizadas entre as/os trabalhadoras/es e os tipos de trabalhos realizados. Há que se considerar os fatores externos ao local de trabalho, como o deslocamento, local de residência, moradores no mesmo ambiente residencial, entre outros fatores, como renda, escolaridade e condições de moradia.

Um estudo preliminar feito no hospital das clínicas de São Paulo, por exemplo, a partir de um inquérito sorológico com 5 mil profissionais, revelou as contradições. Mostrou que 45% dos trabalhadores da limpeza, lavanderia e segurança foram infectados, e apenas 6% da categoria médica das unidades intensivas com pessoas contaminadas foram diagnosticados (MACHADO, 2020). Outra categoria da saúde altamente impactada é a de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem. Segundo o Conselho Federal de Enfermagem (COFEN), em janeiro de 2021, um terço do total das mortes no Brasil eram de profissionais dessa categoria. Nesse período, o dado global sobre a letalidade desses trabalhadores era de 1500 mortes em 44 países. Sendo que os dados ainda são subnotificados. O Conselho menciona que, no início da pandemia, a falta de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), ou a má qualidade deles, foi a grande responsável pela contaminação e óbitos, e, posteriormente, a exaustão também tem aparecido com um fator associado, à medida que eleva as chances de deslize e relaxamento dos cuidados. E ainda as mortes e os afastamentos fomentaram a oferta de vagas de trabalho, com a contratação de pessoas com pouca ou nenhuma experiência na área (COFEN, 2021).

Em inquérito publicado pela Amnistia Internacional, em maio de 2020, sobre dados de 63 países, a escassez de EPI apareceu na maioria deles. Os trabalhadores da saúde tiveram que contar com uma variedade de meios para se protegerem. Tiveram que adquirir por conta própria ou ainda improvisar ou reaproveitar itens, como sacos de lixo e capas de chuva. Além disso, não estão sendo pagos de forma justa e não recebem indenizações em casos de doença ocupacional ou morte. Lidam com o aumento da carga de trabalho e o aumento da ansiedade e estresse relacionados ao trabalho. Outro relato importante é sobre as represálias, incluindo demissões e detenções, que sofrem os trabalhadores que se manifestam. Em pelo menos 31 países, trabalhadores protestaram publicamente contra suas condições de trabalho, entraram em greve ou ameaçaram a entrar. Esse inquérito também destacou o estigma e até casos de violência sofridos pelos trabalhadores da saúde devido a função que desempenham. Em pelo menos 11 países, há relatos de trabalhadores agredidos ou submetidos a atos de violência no caminho para o trabalho, em seus locais de trabalho e pela comunidade (AMNISTIA INTERNACIONAL, 2020).

A pesquisa realizada pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), intitulada Condições de Trabalho dos trabalhadores da Saúde no contexto da Pandemia da COVID-19, aponta que 84% das pessoas estão com 60 horas semanais de trabalho, o que demonstra uma sobrecarga e o aumento do número de contratos informais. E 45% precisam de mais de um emprego para sobreviver. Os relatos apontam significativas alterações no cotidiano, como perturbação do sono, irritabilidade, estresse, perda de satisfação na carreira ou na vida com pensamentos suicidas, tristeza e apatia etc.; 43,2% não se sentem protegidos no trabalho e o principal motivo para 23% é a escassez e inadequação dos EPIs (64% revelaram a necessidade de improvisar equipamentos); 40% sofreram algum tipo de violência no ambiente de trabalho; apenas 10,4% denunciaram a insensibilidade de gestores para com suas necessidades profissionais; 21% apontaram a desvalorização da chefia; 30,4% sobre a ocorrência de episódios de violência e discriminação; falta de reconhecimento por parte da população usuária (somente 25% se sentem mais valorizados) (FIOCRUZ, 2021). Quanto ao levantamento da Fiocruz (2021), 34,5% das/dos profissionais trabalham em hospitais públicos, 25,7% na atenção primária e 11,2% atuam nos hospitais privados. A maior parte está concentrada nas capitais e regiões metropolitanas (60%).

O contexto se agrava pelas declarações do presidente que vetou em 2020 o Projeto de Lei nº 1.826/2020, que previa o pagamento de uma indenização de 50 mil reais às/aos profissionais da Saúde que ficaram permanentemente incapacitados após infecção pelo coronavírus ou aos familiares daqueles que morreram. Também insuflou a população a invadir

hospitais e serviços de saúde para fotografar e filmar os atendimentos de profissionais, acusando-os de estarem negligenciando o cuidado para salvar vidas. E ameaçou controlar e investigar profissionais por meio da Polícia Federal e da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) (CNS, 2020b). Sobre esse Projeto, a conquista só ocorreu quase 1 ano depois com o Projeto de Lei nº 1967/20 que foi apensado à Lei nº 14.128, a qual dispõe sobre compensação financeira a ser paga pela União aos trabalhadores/as de saúde que foram acometidos pela COVID-19 e ficaram permanentemente incapacitados para o trabalho ou aos familiares em caso de óbito.

Como vemos, é um cenário devastador para o conjunto das/os trabalhadoras/es que permanecem na linha de frente. Isso fez o CNS, logo no primeiro semestre da pandemia em maio de 2020, lançar a Campanha Proteger o Trabalhador e a Trabalhadora é Proteger o Brasil, com o objetivo de implementar um conjunto de estratégias de educação permanente, de valorização e de proteção à saúde das/os envolvidas/os. E um ano depois, em maio de 2021, o Conselho lançou a 2ª edição dessa Campanha, incentivado pela 73ª Assembleia Mundial da Saúde, que elegeu 2021 como o Ano Internacional dos Trabalhadores de Saúde e Cuidadores (CNS, 2020).

Nesse contexto, no caso da categoria de assistentes sociais, como também são consideradas/os profissionais essenciais nos serviços da saúde e assistência social, tem sofrido todos esses rebatimentos e atuando sob pressão para adiar férias, licenças e quaisquer tipos de ausência do trabalho (JUNQUEIRA; TEJADAS, 2021). Alertaram Garcia, Leal e Oliveira (2020) que, além da estrutura física, recursos humanos e materiais ausentes ou inadequados e sobrecarga de trabalho, a categoria lida diretamente com as consequências do desfinanciamento das políticas sociais e a fragmentação da rede de proteção social. O que demanda ao conjunto das/os profissionais uma atuação diferenciada resguardadas as competências profissionais e atribuições privativas, mas também limitada às condições objetivas da realidade. E que, mesmo no contexto adverso, devem sustentar o trabalho a partir da leitura crítica da realidade, compreendendo essa pandemia não apenas como um problema de saúde, que exige intervenções biopsicossociais, mas um problema que exige um posicionamento político (GARCIA; LEAL; OLIVEIRA, 2020).

E, no acompanhamento e defesa dos direitos dessa categoria, o CFESS vem reafirmando a defesa das condições éticas e técnicas de trabalho, previstas na Resolução CFESS nº 493/2006, a necessidade de ter equipamentos e medidas de proteção individuais e coletivas e a importância do trabalho de assistentes sociais em emergências como a pandemia, em que historicamente a profissão acumula significativa contribuição no atendimento à população e

viabilização de direitos (CFESS, 2020). No conjunto dessas ações empreendidas pelo CFESS/CRESS, temos os memoriais em homenagem às/aos profissionais mortos em decorrência da COVID-19, sobre as/os quais trataremos a seguir.

O risco que mora no trabalho

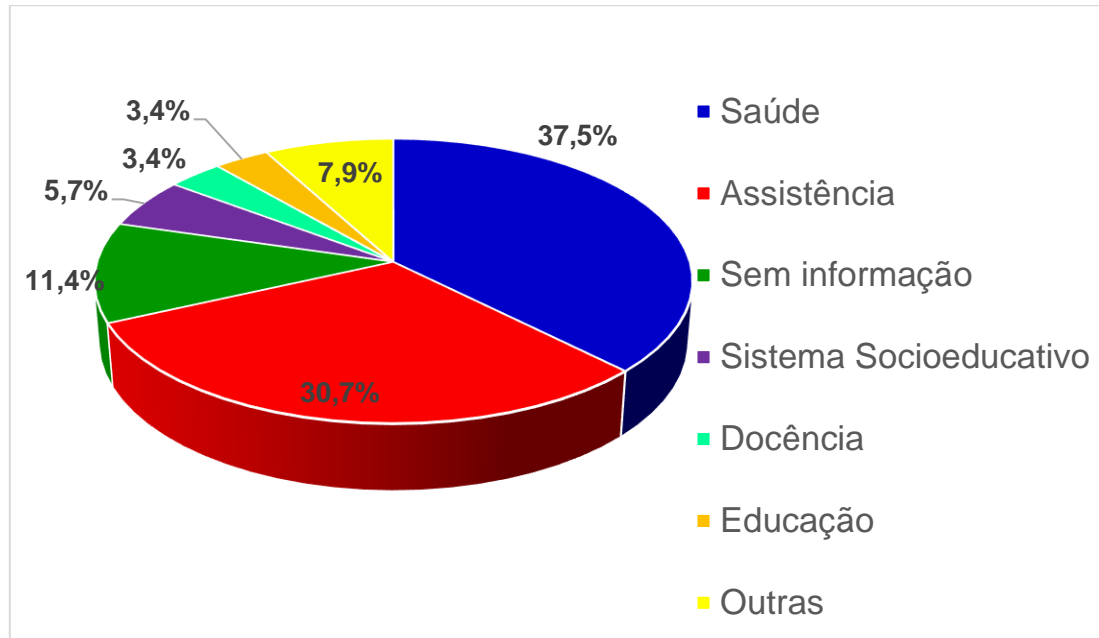
Até o fechamento deste artigo, em maio de 2021, foram encontrados 110 registros de óbitos, sendo que desses: 02 dizem respeito a bacharéis em Serviço Social (portanto, ainda não possuíam registro no CRESS); 01 não faleceu em decorrência da COVID-19; 01 se referia a uma assistente social que não atuava na profissão; e 01 não era profissional da área (sendo inserida na listagem de forma equivocada). Portanto, os dados apresentados se referem a 105 assistentes sociais. Desses dados, 83,8% (88 profissionais) estavam atuando como assistentes sociais e 16,2% (17 pessoas) estavam aposentadas/os e que, portanto, não estavam atuando (Gráfico 1). Na sequência, apresentaremos os dados desses dois grupos de forma separada.

Quanto ao local específico de trabalho, em 11,4% não foi possível confirmar nem o local e nem a política social que se referia o trabalho. Quanto aos dados confirmados (88,6% dos casos), destacam-se profissionais inseridas/os nas Políticas de Saúde e Assistência Social, duas principais áreas de atuação dos assistentes sociais no Brasil. Os assistentes sociais trabalhavam em serviços vinculados à rede de saúde (37,5%), em diferentes níveis de atenção, tais como hospitais (em setores como Unidade Intensiva, Pronto de Socorro), maternidade, atendimento domiciliar e gestão da política. Tal como na Política de Saúde, o percentual de assistentes sociais que faleceram por COVID-19 trabalhavam na rede de assistência social (30,7%), principalmente nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), gestão da política, atendimento da população em situação de rua, entre outras áreas. Outro grupo foi de profissionais do sistema socioeducativo com 5,7% dos casos. O mesmo número de profissionais (3,4%) estava na política educacional, seja na função assistente social (3 assistentes sociais) ou na docência de nível superior (3 assistentes sociais). Quanto ao item outros, temos atuação no sistema de justiça como presídio, sociojurídico, controle social, direitos humanos, política do trabalho, entre outros (GRÁFICO 1). Dados do CFESS na pesquisa realizada em 2005 mostravam a tendência de inserção do serviço social em instituições de natureza pública, com quase 80% da categoria ativa trabalhando nessa esfera.

Dessas/es profissionais, podemos afirmar que em torno da metade não está entre o grupo prioritário para receber a vacina, o que as/os colocam numa situação ainda mais contraditória: se manter nos locais em que os serviços são essenciais, mas não se garante a prevenção principal

no caso dessa pandemia. O risco aqui representa a loteria a que são expostos/as trabalhadoras/es. Ou, nos termos de Antunes (2020, p.183), ao “[...] permanecerem em seus postos de trabalho, se convertem em reais candidatos à vala comum dos cemitérios”. A essa vala se juntaram as 87 assistentes sociais que estavam na ativa.

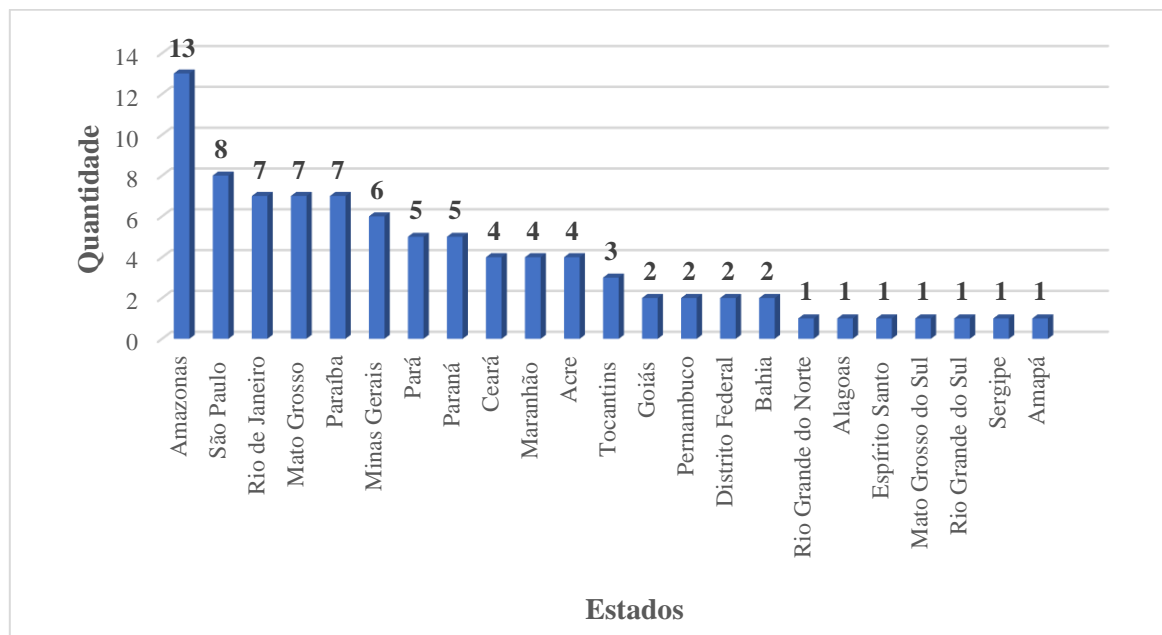
Gráfico 1 – Área de atuação das/os assistentes sociais mortas/os em decorrência da COVID-19



Fonte: CFESS, 2021. Sistematização das autoras, 2021.

Quanto à procedência dessas/es profissionais que estavam atuando, a maioria encontra-se na região Norte (29,5%), com destaque para o estado do Amazonas com o maior número de assistentes sociais mortas em decorrência da COVID-19. Em seguida, temos a região Nordeste e Sudeste do país, ambas com 25% dos casos, com os maiores números nos estados da Paraíba e São Paulo respectivamente; em terceiro vem a região Centro-oeste com 13,6% dos casos, com destaque para Mato Grosso; e por último a região sul com 6,8% dos casos, com destaque para o estado do Paraná. Das 27 unidades federativas existentes no Brasil, temos o registro de mortes de assistentes sociais, que estavam atuando nas diversas políticas sociais, em 23 (85,2%). Não há registro, até o momento, de mortes em Roraima, Rondônia, Piauí e Santa Catarina (Gráfico 2). Se inserirmos os dados das aposentadas, percebemos que, das 17 que foram a óbito, a maioria residia no Nordeste (03 no Ceará, 01 na Paraíba, 01 em Pernambuco, 01 no Rio Grande do Norte e 01 em Alagoas); depois no Norte (05 no Amazonas e 01 em Rondônia); Centro-oeste (02 em Goiás e 01 em Mato Grosso); e Sudeste (01 no Rio de Janeiro).

Gráfico 2 – Procedência das/os assistentes sociais mortas/os em decorrência da COVID-19 por estado



Fonte: CFESS, 2021. Sistematização das autoras, 2021.

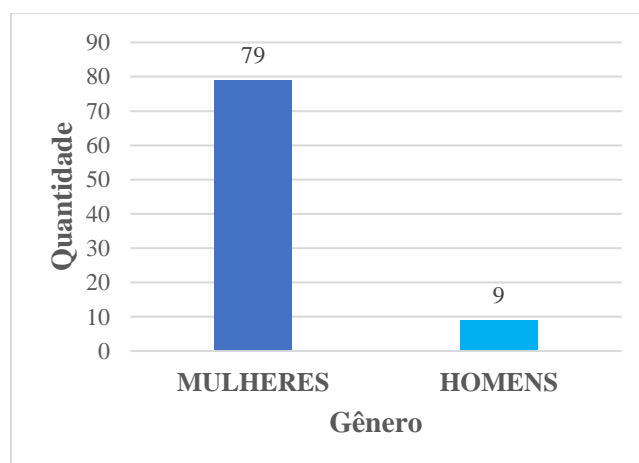
Segundo as reflexões empreendidas por Mendonça et al. (2020), embora as doenças respiratórias levem à incapacidade e à morte em todas as regiões e classes sociais do mundo, vão atingir de forma mais severa as regiões de pobreza, aglomeração e exposições ambientais. Com isso, o Brasil é extensamente afetado, considerando as condições de sua população, já que as infecções por vias aéreas são percebidas como inferiores e a doença pulmonar obstrutiva crônica é a terceira e a quinta principal causa de morte. Sendo que, no contexto da região Norte, isso é ainda mais alarmante, pois todos os estados apresentam indicadores de pobreza acima da média nacional (IBGE, 2018). Isso acarreta ao agravamento do perfil dessas doenças nessa região durante a pandemia da COVID-19, demonstrando, sobretudo, a fragilidade quanto ao acesso da assistência em saúde. Referente ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das 27 unidades federativas, os estados do Norte começam a aparecer apenas a partir da 12ª posição. E quanto à cobertura assistencial do SUS, é a região que possui, proporcionalmente, o menor número de leitos de UTI, de médicos e de respiradores (MENDONÇA et al., 2020). O processo de descentralização do SUS se deu de forma diferenciada no território brasileiro, sendo dificultado por parte dos gestores, com a desconsideração das especificidades regionais, como as condições de vida da população, peculiaridades geopolíticas/isolamento geográfico, densidade populacional, precária infraestrutura assistencial e sanitária pré-existente, entre outros aspectos. O que tornou na região norte a viabilidade de implementação do SUS destoante da prevista nos instrumentos reguladores (GARNELO; SOUSA; SILVA, 2017).

No que tange à pandemia, o estado do Amazonas tem 12 das 20 cidades de maior

incidência de casos e cinco dessas entre as 10 com maior coeficiente de letalidade (SES-AM, 2021). E, em 2021, das 11 cidades da tríplice fronteira (Brasil, Colômbia e Peru) que tiveram mais casos de COVID-19, nove são municípios do Amazonas (REDE TRANSFRONTEIRIÇA, 2021). O Ministério da Saúde informa que os estados com os maiores coeficientes de incidência da COVID-19 por 1.000.000 de habitantes em 2020 foram o Amazonas (521), Amapá (512), Roraima (403), Ceará (381) e São Paulo (318). Com Manaus (762) ocupando a 5ª posição entre as capitais que apresentaram os maiores coeficientes dessa incidência, ficando atrás de Fortaleza (1.007), São Luís (899), Recife (850) e São Paulo (789). Sobre a mortalidade pela COVID-19 por 1.000.000 de habitantes, os maiores resultados foram registrados no Amazonas (45), Pernambuco (24), Rio de Janeiro (24), São Paulo (23) e Ceará (22). Em relação às capitais, Manaus (72), Recife (61) e São Paulo (57) apresentaram os maiores coeficientes (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

Quanto ao gênero, o Gráfico 3 apresenta que as/os profissionais, em sua maioria, eram mulheres (89,8%). Cabe ressaltar que a opção por essa catalogação apenas binária se deu pois foram utilizadas como fontes de informações somente os nomes e fotos dessas/es assistentes sociais. Embora os dados do CFESS sobre o perfil das/os profissionais esteja defasado, conforme dissemos, a profissão é composta majoritariamente por mulheres, o que corresponde a pouco mais de 90%. Os dados levantados pela Fiocruz (2021) também revelam que a força de trabalho durante a pandemia é majoritariamente feminina (77,6%). Sobre as aposentadas, todas as 17 eram mulheres.

Gráfico 3 – Gênero das/os assistentes sociais mortas/os em decorrência da COVID

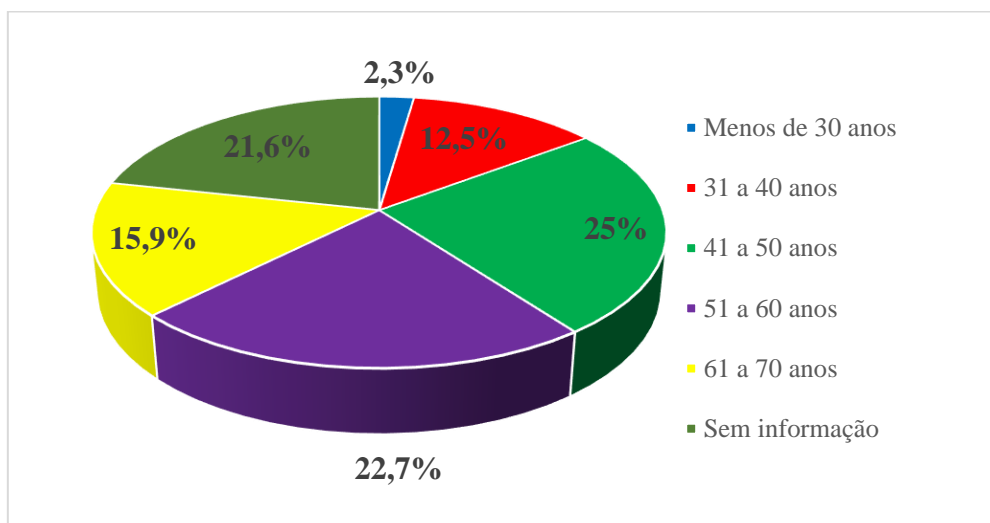


Fonte: CFESS, 2021. Sistematização das autoras, 2021.

Quanto à faixa etária, no caso das 17 aposentadas, a maioria (9) tinha entre 70 e 80 anos, 5 tinham mais de 81 anos e 2 estavam entre 59 a 69 anos. Apenas sobre uma não foi possível confirmar o dado. No caso das/os assistentes sociais ativas/os na função, conforme dados

confirmados (77% das informações obtivemos retorno), a maior parte estava entre 41 e 60 anos (47,7%). Entre 61 e 70 anos, temos 15,9% (14 assistentes sociais) e na sequência as/os que estavam entre 31 a 40 anos (11 assistentes sociais). Se considerarmos a faixa etária de 31-50 anos, essa correspondeu a 37,5%. E ainda 2 profissionais tinham menos de 30 anos (GRÁFICO 4). Esses dados indicam similaridade aos dados da pesquisa da Fiocruz os quais mostram que a faixa etária relativa às/aos profissionais da linha de frente mais comum é entre 36 e 50 anos (44%). Trabalhadores jovens com até 35 anos (38,4%) também tem representatividade (FIOCRUZ, 2021).

Gráfico 4 – Idade das/os assistentes sociais mortas/os em decorrência da COVID-19



Fonte: CFESS, 2021. Sistematização das autoras, 2021.

As mortes das/os assistentes sociais somente reforçam que esses números não podem ficar silenciados. Essas/es trabalhadoras/es integram os milhões de mortos em decorrência da COVID-19 no país, que também incidem sobre milhares de outras vidas como as de seus familiares e também sobre todos os segmentos profissionais – no nosso caso, o Serviço Social. Contar aqui é também comparar esses números com os achados de outros países: dados do Escritório Nacional de Estatística (ONS) indicam que 36 assistentes sociais com idades entre 20 e 64 anos que trabalham na Inglaterra e no país de Gales faleceram no ano de 2020 por COVID-19 (outros 27 assistentes sociais aposentadas com idade acima de 65 anos faleceram por COVID-19). Entretanto, esse é um dado que ainda alcança pouca visibilidade nas estatísticas oficiais. Não podemos nos esquecer.

Considerações Finais: sobre as portas que devemos abrir

O que esses dados nos apontam? Concretamente, precisamos nos organizar para exigir que a garantia de cuidados em saúde universais e de alta qualidade se torne uma política tanto

externa como interna (DAVIS, 2020). E que esses cuidados comecem primeiro para aqueles e aquelas que realizam o cuidado no cotidiano do Sistema de Saúde.

Trazer a informação de que as/os profissionais de Serviço Social mortas em decorrência da COVID-19, em sua maioria, são mulheres entre 41 a 60 anos e que atuavam no SUS é trazer por princípio e consequência o compromisso dessa profissão com a classe trabalhadora deste país. Como consta no Memorial Nosso Luto, nossa luta, essas/es assistentes sociais realizaram seus trabalhos com compromisso e engajamento ético-político. E que o legado deixado possa ratificar os fundamentos da profissão pela construção e consolidação dessa direção social explícita. Assistentes Sociais exercem muitas vezes, cotidianamente, um trabalho anônimo e invisível para o capital, mas legitimado e necessário para a população usuária. As mortes relatadas aqui denunciam a omissão do Estado brasileiro quanto à falta de recursos nas diversas políticas públicas, ausência de EPIs, jornadas de trabalho intensas e sem direitos, entre tantas outras denúncias (CFESS, 2020).

Por essas memórias e pelas vidas de toda categoria que permanece nas linhas de frente do enfrentamento à pandemia, resistiremos defendendo a vacina como um direito universal para toda população, negando qualquer privilégio privatista ou corporativista. E seguiremos nos organizando coletivamente, como nos diz Antunes (2020), junto à vida cotidiana das/os trabalhadoras/es para avançarmos em uma proposta que apresente um novo projeto humano e social, um novo modo de vida, para além dos constrangimentos impostos pelo sistema de metabolismo antissocial do capital (ANTUNES, 2020).

Se o que teremos no pós-pandemia é um país capitalista em crise com uma ordem burguesa em conflito interno e uma nação fraturada, precisaremos de uma outra sociedade onde se vislumbre trabalhar menos, trabalhar todos, produzir só o que é essencial e distribuir tudo (IASI, 2020b).

Referências

- AMNISTIA INTERNACIONAL. *Exposed, silenced, attacked: failures to protect health and essential workers during the Covid-19 Pandemic*. 2020. Disponível em <https://www.amnesty.org/en/documents/pol40/2572/2020/en/>. Acesso em: 10 maio 2021.
- ANTUNES, R. O Vilipêndio do coronavírus e o imperativo de reinventar o mundo. In: TOSTES, A.; FILHO MELO, H. *Quarentena: reflexões sobre a pandemia e depois*. 1. ed. Bauru: Canal 6, 2020. Recurso digital. (Projeto Editorial Praxis). p. 181-188.
- BANDYOPADHYAY, S. et al. *Infection and mortality of healthcare workers worldwide from COVID-19: a systematic review*. *BMJ Global Health*, 2020. 5:e003097. DOI:10.1136/bmjgh-2020-003097.
- BOCAYUVA, P. C. C. Globalização e pandemia: o fim da hegemonia e a necropolítica neoliberal. In: LOLE, A.; STAMPA, I.; GOMES, R. L. R. (org.). *Para além da quarentena*:

reflexões sobre crise e pandemia. Mórula Editorial, 2020. p. 103-115.

CFESS. Lei. nº 8.662, de Junho de 1993. *Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais*. Brasília: CFESS, 1993.

CFESS. CFESS MANIFESTA – *Dia Mundial da Saúde – 07 de abril de 2020*. Disponível em <http://www.cfess.org.br/arquivos/2020-CfessManifesta-DiaMundialSaudeCoronavirus.pdf>. Acesso em: 10 maio 2020.

CNS. Conselho Nacional de Saúde. *Recomendação nº 20 de 07 de abril de 2020*. Brasília, 2020a. Disponível em <http://conselho.saude.gov.br/recomendacoes-cns/1103-recomendacao-a-o-no-020-de-07-de-abril-de-2020>. Acesso em: 2 abr. 2021.

CNS. Conselho Nacional de Saúde. *NOTA PÚBLICA: CNS repudia declarações do presidente que ofendem profissionais de Saúde e incitam ódio*. Brasília, 2020b. Disponível em <http://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/1224-nota-publica-cns-repudia-declaracoes-do-presidente-que-ofendem-profissionais-de-saude-e-incitam-odio>. Acesso em: 2 abr. 2021.

COFEN. *Brasil representa um terço das mortes de profissionais de Enfermagem por Covid-19*. 2021. Disponível em http://www.cofen.gov.br/brasil-responde-por-um-terco-das-mortes-de-profissionais-de-enfermagem-por-covid-19_84357.html. Acesso em: 2 abr. 2021.

COTRIN, P. et al. *Healthcare Workers in Brazil during the COVID-19 Pandemic: A Cross-Sectional Online Survey*. INQUIRY: The Journal of Health Care Organization, Provision, and Financing. January 2020. DOI:10.1177/0046958020963711.

DAVIS, M. A crise do coronavírus é um monstro alimentado pelo capitalismo. In: DAVIS, M. et al. *Coronavírus e a luta de classes*. Terra sem Amos: Brasil, 2020. p. 5-12.

FIOCRUZ. *Condições de Trabalho dos Profissionais de Saúde no Contexto da Covid-19*. Brasília, 2021. Disponível em <https://portal.fiocruz.br/noticia/pesquisa-analisa-o-impacto-da-pandemia-entre-profissionais-de-saude>. Acesso em: 10 mar. 2021.

GADELHA, C. *A Covid escancarou problemas estruturais*. Revista Radis. Nº 214. Julho 2020. Disponível em: <https://radis.ensp.fiocruz.br/index.php/home/entrevista/a-covid-escancarou-problemas-estruturais#access-content>. Acesso em: 13 abr. 2021.

GARCIA, M. L. T; LEAL, F. X; OLIVEIRA, E. F. dos A. O trabalho do assistente social nos serviços de saúde em tempos de pandemia: velhos e novos problemas. In: GOMES, T. M. da S.; PASSOS, R. G.; DUARTE, M. J. de O. (org.). *Saúde mental e drogas em tempos de pandemia: contribuições do Serviço Social*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. p. 407-429.

GARNELO, L; SOUSA, A. B. L; SILVA, C. L. *Regionalização em Saúde no Amazonas: avanços e desafios*. Ciênc saúde coletiva, [S.l.], v. 22, n. 4, p. 1225- 1234, 2017.

HARVEY, D. Política Capitalista em tempos de COVID-19. In: DAVIS, M. et al. *Coronavírus e a luta de classes*. Terra sem Amos: Brasil, 2020. p. 13-23.

IASI, M. *Nem luto, nem melancolia*. Blog da Boitempo. 2020a. Disponível em <https://blogdaboitempo.com.br/2020/08/21/nem-luto-nem-melancolia/>. Acesso em: 17 mar. 2021.

IASI, M. *Pré-história, pós-pandemia e o que virá*. Blog da Boitempo. 2020b. Disponível em <https://blogdaboitempo.com.br/2020/04/17/pre-historia-pos-pandemia-e-o-que-vira/>. Acesso em: 17 mar. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica. Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Nota técnica n. 33: Os efeitos sobre grupos sociais e territórios vulnerabilizados das medidas de enfrentamento à crise sanitária da COVID-19: Propostas para o aperfeiçoamento da ação pública*. Brasília: IPEA, Brasil - Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia, abril, 2020.

- JUNQUEIRA, M. R.; TEJADAS, S. S. *Serviço Social e pandemia: desafios e perspectivas para a atuação no sociojurídico*. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 140, Jan./Apr. 2021. (Epub Feb 22, 2021).
- LARA, R. *Saúde do trabalhador: considerações a partir da crítica da economia política*. In: R. Katál., Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 78-85, jan./jun. 2011.
- LEHER, R. *Darwinismo social, epidemia e fim da quarentena: notas sobre os dilemas imediatos*. Carta Maior, 29 mar. 2020. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Darwinismo-social-epidemia-e-fim-da-quarentena-notas-sobre-os-dilemas-imediatos/4/46972>. Acesso em: 13 abr. 2021.
- LOLE, A.; ALMEIDA, C. C. L. de.; STAMPA, I.; GOMES, R. L. R. Crise e pandemia da COVID-19 — leituras interseccionais. In: LOLE, A.; STAMPA, I.; GOMES, R. L. R. (org.). *Para além da quarentena: reflexões sobre crise e pandemia*. [S.l.]: Mórula Editorial, 2020.
- LÖWY, M. “Gripezinha”: o neofascista Bolsonaro diante da pandemia. In: TOSTES, A.; FILHO MELO, H. *Quarentena: reflexões sobre a pandemia e depois*. 1. ed. Bauru: Canal 6, 2020. Recurso digital. (Projeto Editorial Praxis). p. 147-151.
- MACHADO, L. *Funcionários das áreas de segurança e limpeza do HC de SP foram sete vezes mais infectados do que médicos de UTI de COVID*. G1, São Paulo, 04 de setembro de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/09/04/funcionarios-das-areas-de-seguranca-e-limpeza-do-hc-de-sp-foram-7-vezes-mais-infectados-do-que-medicos-de-uti-de-covid.ghtml>. Acesso em: 17 mar. 2021.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política. Livro primeiro, Tomo I*. Tradução de Rubens Enderle. 2. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Centro de Operações de Emergência em Saúde Pública. Doença pelo Coronavírus 2019 (COE-COVID19)*. Boletim 13 [internet]. Brasília: Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: <https://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2020/Abril/21/BE13---Boletim-do-COE.pdf>. Acesso em: 10 maio 2021.
- PAIXÃO, M.; GOMES, F. COVID-19: memórias e pesadelos para quase-cidadãos. In: LOLE, A.; STAMPA, I.; GOMES, R. L. R. (org.). *Para além da quarentena: reflexões sobre crise e pandemia*. [S.l.]: Mórula Editorial, 2020. p. 180-190.
- REDE TRANSFRONTEIRIÇA COVID-19. *Boletim Epidemiológico nº 3 de 14 de abril de 2021*. Manaus, 2021. Disponível em https://amazonia.fiocruz.br/wp-content/uploads/2021/04/boletim_3.pdf. Acesso em: 10 maio 2021.
- SES-AM. Secretaria estadual de Saúde do Amazonas. *Plano de Contingência estadual para enfrentamento da pandemia de Covid-19*. Amazonas, 2021. Disponível em http://www.saude.am.gov.br/docs/covid19/PLANO_COVID19_21_04_21_PRELIMINAR.pdf. Acesso em: 10 maio 2021.
- SEVCENKO, N. *A Revolta da Vacina*. Ed: Scipione, 1993.
- SIMÃO, L. D.; CARNUT, L.; MENDES, A. *Entre Engels e os dias atuais: abordagem crítica sobre as condições de saúde da classe trabalhadora no Brasil*. In: Projeto História, São Paulo, v. 68, pp. 142-175, Mai.-Ago., 2020.
- SIMONI, C. A COVID-19 e o direito à cidade aos pobres no Brasil. In: CARLOS, A. F. A. (org.). *COVID-19 e a crise urbana [recurso eletrônico]*. São Paulo: FFLCH/USP, 2020.
- TEIXEIRA, C. F. de S. et al. *A saúde dos profissionais de saúde no enfrentamento da pandemia de Covid-19*. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 25, n. 9, p. 3465-3474, Set. 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232020000903465&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14 abr. 2021.

Reunião multiprofissional na alta complexidade: perspectiva do usuário em sua integralidade

Multiprofessional meeting in high complexity: the user's perspective in its entirety

Amanda Caroline da Fe Pereira^{*}
Ana Paula Barboza Dantas^{**}
Ilka de Lima Souza^{***}

Resumo: O estudo é resultado de pesquisa com lócus na Unidade de Terapia Intensiva-Adulto do Hospital Universitário Onofre Lopes, considerando, o período de Pandemia do COVID-19. Teve como objetivo analisar a reunião multiprofissional como instrumento a ser utilizado na perspectiva de qualificar o cuidado integral aos usuários internados. Realizada abordagem qualitativa, desenvolveu revisão de literatura, bem como pesquisa de campo e análise documental. Foi realizada no período de 2019-2021. Para a coleta de dados foram aplicados questionários semiestruturados a equipe multiprofissional, por meio do aplicativo Google Forms. Os resultados apontam para o aprimoramento da assistência efetivada pela equipe multiprofissional aos usuários, com vistas a favorecer a diminuição de tempo de permanência destes na alta complexidade a partir da execução de ações na perspectiva de integralidade e da interdisciplinaridade, considerando a reunião

Abstract: The study is the result of research with the locus in the Adult Intensive Care Unit of the Onofre Lopes University Hospital, considering the COVID-19 pandemic period. It aimed to analyze the multidisciplinary meeting as an instrument to be used from the perspective of qualifying comprehensive care for hospitalized users. Performed a qualitative approach, developed a literature review, as well as field research and document analysis. It was carried out in the period 2019-2021. For data collection, semi-structured questionnaires were applied to the multidisciplinary team, through the Google Forms application. The results point to the improvement of the assistance provided by the multidisciplinary team to users, with a view to favoring the reduction of the time of permanence of these users in high complexity from the execution of actions from the perspective of integrality and interdisciplinarity, considering the meeting as a strategy of

* Assistente Social. Especialista na modalidade de Residência Multiprofissional em Saúde, com ênfase no Programa de Terapia Intensiva Adulto no Hospital Universitário Onofre Lopes/UFRN. Bacharel pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Capacitada na área de Saúde Pública e Serviço Social.

** Assistente Social. Especialista em Gestão Pública pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN (2012). Graduada em Serviço Social pela mesma Universidade (2006). Desde 2015 atua como Assistente Social no Hospital Universitário Onofre Lopes - HUOL, onde também exerce a função de preceptoria e tutoria do Programa de Residência Multiprofissional UTI Adulto em Serviço Social.

*** Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2012), Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2003) e Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1998). É Professora Adjunta da Universidade Federal do Rio Grande do Norte no departamento de Serviço Social. Tem experiência em Serviço Social, com ênfase em temas de discussão sobre: Famílias na Contemporaneidade; Serviço Social e Famílias; Serviço Social e Educação.

como uma estratégia de efetivação para esses elementos.

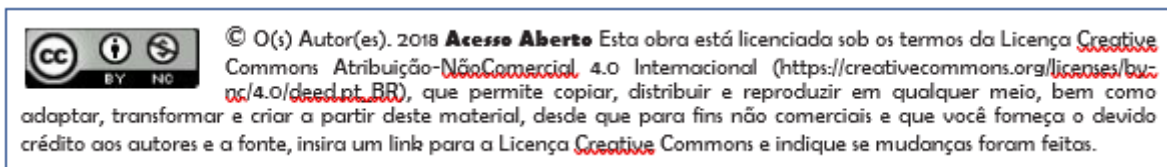
effectiveness for these elements.

Palavras-chaves: reunião multiprofissional; interdisciplinaridade; unidade de terapia intensiva adulto; integralidade

Keywords: multiprofessional meeting; interdisciplinarity; adult intensive care unit; integrality

Recebido em: 03/01/2022

Aprovado em: 01/04/2022



Introdução

O debate sobre o trabalho em equipe nos ambientes de saúde envolvendo categorias profissionais distintas têm sido cada vez mais ressaltado na área da saúde, principalmente em discussões que tratam sobre os processos de trabalho, gestão do cuidado e integralidade. Dessa forma, tem-se que após a instituição da saúde pública enquanto Sistema Único de Saúde, a sua estruturação foi desenvolvida com destaque em redes de atenção à saúde e com o uso de diversos tipos de tecnologias entendidas enquanto um

Conjunto de equipamentos, medicamentos, insumos e procedimentos técnicos, sistemas organizacionais, informacionais, educacionais e de suporte, e programas e protocolos assistenciais por meio dos quais a atenção e os cuidados com a saúde são prestados à população. (BRASIL, 2009, p. 367).

Nesse sentido, entende-se que há necessidade de cuidar do usuário em sua totalidade, considerando os aspectos biopsicossociais e a realidade social na qual está inserido, se faz primordial para que seja garantida a integralidade do cuidado, conforme descrito na Lei Nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dentre os níveis de atenção ao cuidado, destacaremos o nível terciário, no qual se encontra a UTI-adulto, que de acordo com o anexo da Portaria Nº 3.432, de 12 de agosto de 1998, compreende enquanto um espaço destinado ao cuidado de pacientes considerados graves os quais precisam de atendimento especializado a funcionar de modo ininterrupto para o tratamento e prolongamento da vida humana (BRASIL, 1998).

Para isso, é preciso a composição de uma equipe multiprofissional qualificada, conforme preconiza a Resolução Nº 7, de 24 de fevereiro de 2010, a qual dispõe sobre os requisitos mínimos para o funcionamento das Unidades de Terapia Intensiva, para que ocorra o cuidado aos usuários de forma integrada. No sentido de atingir maior efetividade dos serviços de saúde e, conseqüentemente, uma melhor assistência à sociedade para além do aspecto

biomédico, a Portaria Nº 3.390, de 30 de dezembro de 2013, abarca a Política Nacional de Atenção Hospitalar-PNHOSP, no âmbito do SUS, estabelecendo as diretrizes para a organização do componente hospitalar na Rede de Atenção à Saúde-RAS, que traz conceitos sobre a importância das equipes multiprofissionais e o trabalho interdisciplinar, da horizontalização do cuidado e do plano terapêutico.

Diante do exposto, o estudo cujos resultados são apresentados ¹ visou apreender as percepções da equipe multiprofissional sobre a execução da reunião multiprofissional para discussões de casos, como um meio de concretização de direito, ao cuidar do usuário em sua integralidade, no contexto da UTI-Adulto, do HUOL, vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), administrado pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH). O interesse em pesquisar tal temática decorreu das vivências com a realidade social dos usuários internados no HUOL, a partir da inserção no Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde-PRIMS², iniciado em março de 2019.

O estudo caracterizou-se pela abordagem qualitativa, entendendo-se que esta possui interpelação teórica e “permite esclarecer processos sociais que ainda são pouco conhecidos, proporcionando também o estabelecimento de novas abordagens, revisão, criação de novos conceitos e categorias durante o processo de pesquisa.” (MINAYO, 2013). Delimitou-se como objetivo geral analisar a reunião multiprofissional, com a perspectiva de atuação interdisciplinar, como instrumento utilizado no intuito de qualificar o cuidado integral aos usuários internados na UTI do HUOL.

Esse objetivo se desdobrou em três objetivos específicos, a saber: apreender a dinâmica das reuniões multiprofissionais realizadas no âmbito da UTI-Adulto do HUOL; identificar a percepção da equipe multiprofissional acerca da reunião para discussões de casos, de forma interdisciplinar, de modo a evidenciar suas potencialidades, limitações e estratégias para o seu fortalecimento—considerando também o período de Pandemia³ ocasionada pelo vírus SARS-Cov-2—e contribuir com o processo de qualificação da assistência efetivada pela equipe multiprofissional, com vistas a favorecer a diminuição de tempo de permanência do usuário na

¹ Aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário Onofre Lopes (CEP/HUOL), por meio do Parecer Consubstanciado nº4.247.091–CAAE:29025420.8.0000.5292, emitido no dia 31 de agosto de 2020. Tal pesquisa foi realizada em conformidade com as determinações da Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde (CNS), a qual trata sobre a Ética na Pesquisa na área de Ciências Humanas e Sociais.

² Criado por meio da Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, Portaria Interministerial nº 1.077, de 12 de novembro de 2009, e demais Resoluções advindas da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional de Saúde (CNRMS).

³ O vírus SARS-CoV-2 ou Novo Coronavírus, descoberto no período de dezembro de 2019, na província de Wuhan na China, tem ocasionado diversos impactos na sociedade nos âmbitos: econômicos, biopsicossociais, culturais e políticos. No Brasil, os primeiros casos começam a surgir em meados de fevereiro e março de 2020, com propagações distintas em cada região do país. (MS, 2020)

UTI.

Dessa forma, para o desenvolvimento da pesquisa, o percurso metodológico se desdobrou em três etapas. A *revisão de literatura* efetivou-se no decorrer de toda a pesquisa, realizada por meio da aproximação e leitura de referenciais teóricos com discussões e análises sobre o SUS; clínica ampliada pelo viés da política de humanização a assistência hospitalar; cuidado assistencial na alta complexidade; reuniões multiprofissionais para as discussões de caso e o conceito de interdisciplinaridade. Outra etapa consistiu na *pesquisa documental*, a partir da coleta de dados em instrumentos normativos como leis, decretos e portarias, direcionando a abordagem de análise dos documentos que subsidiassem o conhecimento de normatizações, conceitos e diretrizes relacionadas à temática estudada; e por fim, a *pesquisa de campo in loco* na UTI-Adulto do HUOL, na qual foi enviado aos profissionais e residentes vinculados a UTI-Adulto um questionário *online* – contendo questões semiestruturadas– por meio do Aplicativo⁴ *Google Forms*. O processo de envio e recebimento das respostas dos sujeitos participantes ao questionário ocorreu entre setembro e outubro de 2020.

A coleta de dados da etapa de campo contemplou um universo de profissionais da UTI Adulto, que atuam diretamente com os cuidados do usuário, dos quais se destacam as seguintes categorias profissionais de nível superior das seguintes áreas: Enfermagem (21), Farmácia (01), Fisioterapia (10), Medicina (25), Nutrição (01), Psicologia (01) e Serviço Social (01) e, ainda, (01) Residente representante de cada categoria profissional que integrasse os programas de residência multiprofissional e médica, desde que já tivesse realizado o rodízio nesse cenário de prática ou que estivesse em rodízio no período de realização da pesquisa. Para a representação de cada categoria profissional foi utilizado o mínimo de 10% sendo definido pelo critério da não probabilística intencional, exceto para aqueles que têm apenas um profissional responsável pelo serviço, cuja amostra foi de 100%.

Destarte, a amostra⁵ foi composta por meio da técnica amostragem por julgamento, no qual 17 participantes responderam o formulário. Dessa forma, as divisões foram referentes aos profissionais da Enfermagem 02, Fisioterapia 02 e Medicina 02. Quanto aos demais profissionais, a coleta de dados partiu de amostragem não probabilística intencional. Nesse caso, estiveram incluídos os profissionais responsáveis⁶ pela atividade na Unidade pesquisada,

⁴ Aplicativo utilizado para que fossem garantidas as medidas de segurança necessárias, considerando a crise sanitária vivenciada.

⁵ Os participantes da pesquisa não serão identificados em virtude de questões éticas da pesquisa, aparecendo no decorrer do estudo como E1, E2, E3 e E4. Perfil dos participantes (tempo de atuação na instituição): E1: 01 a 02 anos – equivalente a 52,94%; E2: 02 a 03 anos – equivalente a 5,8%; E3: 04 a 05 anos –equivalente a 5,8%; E4:05 anos ou mais – equivalente a 35,29%.

⁶ A fim de que seja garantida a ética em pesquisa, não foi possível incluir a categoria profissional de Serviço Social

sendo estes das seguintes áreas: Farmácia 01, Nutrição 01 e Psicologia 01, totalizando 09 sujeitos. Acrescentado de um representante profissional da residência multiprofissional e 02 da residência médica⁷, que resultou em 08.

Os critérios de inclusão para participação na pesquisa foram definidos em: profissionais de ensino superior que fizessem ou que já tivessem feito parte do quadro da UTI adulto, que tivessem participado de reunião multiprofissional para discussões de casos de usuários ao menos uma vez dentro da instituição hospitalar, bem como residentes que estivessem em rodízio no referido local no período da realização da coleta de dados, nos meses de setembro e outubro de 2020. Como critério de exclusão tem-se a participação de profissionais que trabalham em regime de plantão. Assim, compreendeu-se que poderiam ser restritas ou mesmo inexistentes a vivência desses sujeitos com a reunião multiprofissional.

A coleta de dados decorrente da etapa de campo foi submetida à técnica de análise de conteúdo, a qual abarca um conjunto de técnicas que tem por objetivo a obtenção de informações pertinentes para análise das comunicações que visam à obtenção de informações por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens e indicadores. Possibilita a inferência de conhecimentos relacionados às condições de recepção das mensagens (BARDIN, 2004). Foram consideradas algumas variáveis relevantes para o estudo, como: gênero, profissão, ano de formação, tempo de trabalho na instituição, realização de outros cursos para além da graduação, tempo de atuação na UTI, vínculo empregatício, carga horária semanal de trabalho, quantidade de vínculos institucionais e ocupação de chefia/coordenação de setor.

Ante o exposto, além desta *introdução*, o artigo encontra-se organizado em 07 seções, as quais propõem evidenciar elementos referentes à discussão enunciada. *A segunda seção* traz um recorte do processo de implementação da saúde pública após a Constituição Federal de 1988 na perspectiva de retomar conceitos e princípios aqui entendidos como fundamentais no debate sobre a realização da reunião multiprofissional; *a terceira seção* objetiva retratar o contexto de trabalho de uma UTI adulto bem como caracterizar os profissionais que nela atuam; *a quarta seção* retrata sobre a percepção dos profissionais da UTI adulto do HUOL, sobre a realização da reunião multiprofissional; *a quinta seção* se dispõe a debater sobre o trabalho coletivo em saúde e sua relação com a interdisciplinaridade; *a sexta seção* traz um recorte do debate sobre

na coleta de dados, pois no quadro de profissionais da UTI Adulto há apenas 01 Assistente Social, e esta é co-orientadora desse estudo.

⁷ Ressalta-se que foram escolhidos dois representantes da categoria médica de residentes, devido a grande quantidade desses profissionais presentes na UTI, sendo o dobro em comparação aos residentes multiprofissionais.

a integralidade e como isso se efetiva em um ambiente de UTI; e, por fim, tem-se as *considerações finais* com notas conclusivas referentes à temática ressaltada no artigo.

Caracterização do cenário da unidade de terapia intensiva adulto

Os serviços de saúde estão organizados em três níveis de atenção ao cuidado, sendo definidos de acordo com sua densidade tecnológica, quais sejam: *atenção básica/primária*, definida por fornecimento de ações e serviços de saúde, na perspectiva de proporcionar atendimento integral à saúde dos indivíduos, principalmente no âmbito da promoção e proteção da saúde, da prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação, redução de danos, cuidados paliativos e vigilância em saúde. (BRASIL, 2017). O *nível secundário* integra um conjunto de ações e serviços especializados; enquanto o *nível terciário/alta complexidade* é constituído pelo uso de tecnologias consideradas de alto custo, tendo a incorporação dos demais níveis de atenção à saúde. (BRASIL, 2009).

No nível terciário está situada a UTI, com utilização de tecnologias duras, caracterizada pelo uso de equipamentos tecnológicos do tipo máquinas, normas e estruturas organizacionais, que requer equipe multiprofissional especializada (MERHY, 1997). De acordo com a RDC nº 7/2010, o local da UTI-adulto é destinado a cuidar de usuários em estado crítico que requerem atenção especializada de forma contínua, admitindo a internação de usuários a partir dos 18 anos de idade, podendo admitir idades inferiores de acordo com as normas institucionais.

Dessa forma, considerando a resolutividade do atendimento, o usuário internado deve ser tratado em seus aspectos biopsicossociais, recebendo assistência contínua considerando todas as categorias profissionais, ressaltando-se a humanização no cuidado da saúde, sobre a qual a RDC nº7/2010 explicita, no Art. 4º, definições quanto a dimensões a serem priorizadas e fortalecidas em uma perspectiva ampliada, no que diz respeito aos direitos da população usuária, dentre essas a humanização.

IX - Humanização da atenção à saúde: valorização da dimensão subjetiva e social, em todas as práticas de atenção e de gestão da saúde, fortalecendo o compromisso com os direitos do cidadão, destacando-se o respeito às questões de gênero, etnia, raça, religião, cultura, orientação sexual e às populações específicas. (BRASIL, 2010)

Nesse sentido, apreende-se o cuidado como indissociável da integralidade, sendo imprescindível prestar assistência além do viés de práticas clínicas, pois é um processo que envolve não só o usuário, mas também seus familiares e/ou visitantes. No contexto de atendimento a usuários graves⁸, em razão da rotina intensa do processo de trabalho realizado

⁸ Paciente com comprometimento de um ou mais dos principais sistemas fisiológicos, com perda de sua

na UTI, por algumas vezes, o trabalho pode ser estressante. A assistência pode se tornar mecanizada com viés apenas biológico e imediatista, devido à gravidade dos usuários internados, o uso intensivo de altas tecnologias para aumentar a acurácia⁹ nas investigações sobre doenças e o desconforto contínuo de lidar com o próprio ambiente da UTI. (ROSA et al. 2010).

No contexto hospitalar o trabalho deve partir de uma atenção integral ao usuário ao realizar uma abordagem completa, criando um ambiente de conforto e segurança para o usuário e sua família, associando os 03 níveis de tecnologias em saúde (duras, leve–duras e leves). Na perspectiva de melhorar e prolongar a vida, ressaltando a importância de incluir o indivíduo como principal sujeito do processo do cuidado em saúde, por meio da ampliação da autonomia e da aspiração das pessoas envolvidas, reconhecendo e incentivando sua atuação na produção de saúde, em consonância com a Política Nacional de Humanização-PNH do SUS (BRASIL, 2013), torna-se imprescindível o processo contínuo de formação em saúde para que esses preceitos sejam efetivados.

Nesse sentido, destaca-se o *locus* da pesquisa, referência em média e alta complexidade. Este dispõe de ambulatorios, bem como de 240 leitos de enfermaria e UTIs Pediátrica e Adulto. Especificamente de leitos da UTI-Adulto, contam com 19 ao total, sendo 04 leitos de Isolamento/Cirúrgico, 11 leitos de UTI Geral e 04 leitos de UTI Cardiológica. Composta por uma equipe multiprofissional, a UTI Adulto do HUOL abarca profissionais de nível superior, como categorias de Assistentes Sociais, Enfermeiros, Farmacêuticos, Fisioterapeutas, Médicos, Nutricionistas e Psicólogos.

Dentre as categorias profissionais participantes da pesquisa, tem-se que 29,5% são do gênero masculino enquanto 70,6% se identificaram do gênero feminino, sendo suas formações acadêmicas correspondentes, em sua maioria, ao período de 2018 correspondente a 23,5%; seguido do ano de 1999 com 11,7%, sendo todos com formação posterior à criação e regulamentação do SUS. Em relação à continuidade da formação após a graduação¹⁰, 23,5% informaram que não possuem pós-graduação, enquanto 76,5% responderam que sim.

Acerca da carga horária exercida pelos profissionais atuantes na UTI do HUOL, 100% dos enfermeiros entrevistados trabalham 36h por semana, com turnos manhã e/ou tarde,

autorregulação, necessitando de assistência contínua. (BRASIL, 2010)

⁹A acurácia é considerada uma medida de validade[...]permitem avaliar em que grau os dados medem o que eles deveriam medir ou o quanto os resultados de uma aferição correspondem ao verdadeiro estado do fenômeno aferido[...]em termos de sensibilidade, especificidade e valor preditivo positivo do método.(SILVEIRA; ARTMANN, 2009, p.877)

¹⁰ Ressalta-se que no formulário não foi colocado a opção de caracterização dessa pós-graduação.

compondo ao menos 01 enfermeiro em cada turno de trabalho, a cada 10 leitos de UTI. Assim, infere-se que é a categoria que está presente nas 24 horas do dia na prestação de assistência direta nesse ambiente e que conseqüentemente possui maior contato com os usuários.

Em relação aos profissionais médicos, 100% dos entrevistados trabalham no regime de 24h por semana, nos turnos manhã, tarde e/ou noite. Em seguida, tem-se os fisioterapeutas e nutricionistas em que 100% dos entrevistados possuem a carga horária de 30h por semana a ser exercida no turno da manhã. Enquanto os farmacêuticos e psicólogos exercem 40h por semana nos turnos manhã/tarde. Ademais, há os residentes multiprofissionais e médicos que exercem 60h por semana; os médicos atuam nos turnos manhã, tarde e/ou noite e as outras categorias nos turnos manhã/tarde. Compreende-se que o compartilhamento de diversos conhecimentos e saberes provenientes das diversas categorias profissionais que trabalham em equipe na prestação de assistência aos usuários internados podem contribuir para o fortalecimento de ações na perspectiva da integralidade no cuidado em saúde.

Acerca do cenário recente da UTI do HUOL importa demarcar mudanças efetivadas diante do contexto da Pandemia, ocasionado pelo vírus SARS-Cov-2, pois a coleta de dados da pesquisa ocorreu no mesmo período da crise sanitária instaurada no país. No mês de junho de 2020, por meio de um ofício circular interno, a estrutura da UTI foi alterada bem como a rotina de trabalho dos profissionais de seu quadro. Dessa forma, dos 19 leitos existentes 10 leitos para tratamento de comorbidades de forma geral e 09 leitos destinados ao tratamento dos usuários com suspeita ou confirmação do vírus SARS-Cov-2. Foi adaptado um andar específico para alocação desses leitos. A equipe também foi realocada, com uma parte destinada a tratar exclusivamente dos usuários acometidos por covid-19 e outra a auxiliar nos cuidados dos demais usuários internados na UTI.

Nessa perspectiva e entendendo a reunião multiprofissional como um instrumento que pode propiciar uma visão do usuário em sua totalidade, a seção subsequente traz uma introdução a reflexões e análises que conduzam para melhor ampliação do conhecimento e debate sobre esse instrumento. Portanto, serão enfatizadas concepções que estão relacionadas ao trabalho em equipe, com destaque para trabalho multiprofissional, interdisciplinaridade e a própria reunião multiprofissional. Serão evidenciadas a apreensão dos sujeitos partícipes da pesquisa realizada, sobre tais conceitos.

A apreensão da reunião multiprofissional em saúde no ambiente de UTI

A UTI é um ambiente regido por uma rotina de trabalho intensa, efetivada por diversas categorias profissionais. Matos (2013), analisa o trabalho coletivo realizado na saúde o qual é

perpassado por diversas tensões, incluindo questões de hierarquização entre as categorias profissionais, o que pode gerar competitividade entre profissionais e, conseqüentemente, pode fragmentar o trabalho em saúde.

Em análise sobre o trabalho em equipe e reunião multiprofissional na saúde, Cardoso e Hennington (2011, p.86), subsidiadas por Costa, Enders e Menezes (2008 apud) ressaltam que o desenvolvimento desse trabalho representa um ponto central na reorganização da atenção à saúde no SUS, “sustentada por projetos assistenciais mais integrais e resolutivos que promovam mudanças nos processos de trabalho e nas formas de atuar sobre o processos saúde-doença através de uma maior interação entre os profissionais e suas ações”.

No ambiente hospitalar, as reuniões realizadas por equipes multiprofissionais têm o intuito, na maior parte das vezes, de discutir sobre um caso específico de um usuário em atendimento na instituição ou de todos que possam ser atendidos em um determinado setor. A reunião multiprofissional que ocorre na UTI do HUOL, conforme apreendido pelos partícipes da pesquisa, demarca aspectos que envolvem a importância da atuação das distintas áreas profissionais no processo de apreensão de informações sobre o usuário em perspectiva interdisciplinar, de modo a propiciar uma assistência que valorize o cuidado.

Excelente ferramenta para alinhar as informações entre as diversas especialidades sobre o paciente envolvendo desde o quadro clínico, tratamento ao planejamento. pode incluir familiares e pacientes caso verbalizem o desejo. (E4) Importante para analisar as especificidades de cada profissão permitindo uma assistência completa baseada na interdisciplinaridade e valorizando as contribuições de cada profissão em cada caso. Melhorando assim a qualidade do cuidado. (E1)

A reunião multiprofissional, se destaca, portanto, como um instrumento importante para contribuir no processo de garantia do atendimento integral ao usuário, a partir de um trabalho interdisciplinar da equipe multiprofissional. Assim, com a realização desta os profissionais podem realizar o planejamento e discussões relacionadas às particularidades daquele sujeito visando uma compreensão mais ampliada do processo saúde doença. As reuniões nessa perspectiva

[...] possibilitam que profissionais conversem sobre todos os usuários dos quais são responsáveis, suas necessidades clínicas e psicossociais e, sobretudo das possibilidades de (re)construção da vida cotidiana buscando fortalecer o Plano Terapêutico Singular mediante discussões atentas da equipe sobre as estratégias que estão sendo efetivas e aquelas que precisam de ajustes. (SANTOS, COIMBRA, KANTORSKI, et al., 2017, p.609)

A maior parte dos participantes apresentou um entendimento acerca da reunião como sendo esta importante para a gestão do cuidado e integração da equipe multiprofissional. Ressalta-se que 100% destes tiveram ao menos uma experiência de participação em reunião

multiprofissional realizada na UTI. As reuniões multiprofissionais passaram a serem priorizadas após implementarem o projeto de segurança do paciente¹¹ instituída pelas portarias nº 1377/2013 e 2095/2013, como um meio para atingir metas.

Ressalta-se que até o período da primeira semana de fevereiro de 2020, as reuniões ocorreram concomitantes ao horário de visita de familiares no turno matutino, compreendido entre 11h e 11h40min. Dentre os benefícios existentes na realização da reunião multiprofissional para os usuários, os entrevistados destacaram a possibilidade de uma análise mais ampliada sobre o processo saúde doença proveniente do compartilhamento de conhecimento dos diversos profissionais envolvidos. Conseqüentemente, propicia-se um acompanhamento e atenção ao paciente internado que considera um conjunto de aspectos relacionados às suas condições de vida, os quais podem ter sido determinantes no seu processo de saúde-doença

[...] Nestas reuniões são discutidos aspectos que são relevantes a cada profissão que atua no acompanhamento do paciente (farmacêutico, enfermeiros, fonoaudiólogo, médico, fisioterapia, psicólogos e assistente social) de modo que ocorre uma avaliação mais abrangente do paciente como um todo, não esquecendo de avaliar apenas o quadro clínico, mas seus aspectos psicossociais, econômico e melhorando a segurança terapêutica com revisão de prescrições e demais aspectos relacionados ao acompanhamento do paciente internado. (E4)

[...] o paciente é um ser multideterminado, quando adoece amplos setores da sua vida estão relacionados com esse processo, para compreensão e tratamento é importante considerar esses aspectos e não focar apenas em uma área/saber. (E1)

Em reação ao local de realização da reunião, essa ocorria em espaço aberto, no corredor da UTI, em horário concomitante as visitas de familiares desse setor. Por não haver estrutura física adequada para a realização da reunião, os familiares que passavam pelo corredor acabavam por ouvir as discussões realizadas pelos profissionais, o que dificulta a execução do sigilo e fragmenta a humanização e o acolhimento voltados para a família, pois essa acaba por ouvir informações para as quais podem não estar preparados para vivenciar. Situação evidenciada pelos profissionais.

[...] quanto ao espaço físico é necessário uma sala apropriada em que todos possam ficar sentando em uma "mesa redonda", um ambiente em que não ocorro interferências desnecessárias, sem ruídos externos. (E4)

[...] há a necessidade de um espaço confortável e sigiloso para que aconteça a reunião. (E1)

Os participantes da reunião multiprofissional na UTI são os próprios profissionais que

¹¹ O projeto de segurança do paciente institui 06 protocolos a serem seguidos pelas instituições hospitalares, sendo estas: Cirurgia Segura; Identificação do Paciente; Prática de Higiene das mãos; Prevenção de Quedas; Segurança na Prescrição e de Uso e Administração de Medicamentos e, Úlcera por Pressão (BRASIL, 2013)

trabalham nesse espaço e que apresentem disponibilidade no horário estabelecido. A reunião começa sendo conduzida por um médico, que explica que os casos a serem explanados são referentes àqueles sob sua responsabilidade de cuidado. Ressalta-se que atualmente apenas 01 médico diarista, de um quadro de 25 médicos ¹², tem realizado essa discussão. Dessa forma, as reuniões são executadas apenas quando esse médico está presente. As assertivas a seguir ressaltam a apreensão sobre a necessidade de inserção de outros profissionais nesse processo, de modo a também dinamizar e otimizar a realização das reuniões.

Acredito que precisa haver maior empenho dos profissionais médicos na realização das visitas e na compreensão de sua importância [...] (E1)

[...] Poderia ser dividida duas reuniões simultaneamente, dividida por leitos. Para assim otimizar o tempo dos profissionais que por vezes são sobrecarregados já. E também descentralizar o profissional que a conduz, realizando um rodízio semanal onde cada categoria profissional seria o responsável por conduzir/intermediar a visita. (E1)

Após a exposição dos casos, é feita uma breve explanação acerca da história clínica do paciente e pergunta-se, pontualmente, o que cada profissional tem a contribuir com o caso, considerando a sua área de atuação. Evidencia-se que os médicos plantonistas de turno e de final de semana, na maior parte dos casos, ressaltam que não conduzem a reunião por possuírem dificuldades de acompanharem a rotina do setor e, assim, por não acompanharem sistematicamente os casos dos usuários internados.

Salienta-se que não há documentos ou protocolos institucionais que direcionem ou sistematizem o modo como a reunião deve ser conduzida. Nessa perspectiva, foi perguntado aos profissionais atuantes na UTI sobre os limites e possibilidades da realização da reunião multiprofissional, considerando a inexistência de diretrizes para a sua efetivação.

[...] há a necessidade de um espaço confortável e sigiloso para que aconteça a reunião, bem como a maior frequência de sua realização. A participação dos profissionais do quadro também seria de suma relevância. (E1)

Considera-se que 88,23% dos entrevistados destacou como limites para efetivação da reunião a dificuldade de todas as categorias profissionais participarem e a falta de regularidade das discussões de caso, enquanto 11,76% respondeu que a reunião não apresenta nenhum limite ou precisa de melhorias. A não disposição de todos os profissionais ocorre, pois de acordo com a RDC nº7 de 2010, que estabelece quais categorias profissionais pertencem a equipe mínima da UTI, não são todos os profissionais de saúde que possuem locação exclusiva na UTI, dentre

¹² A informação sobre o quantitativo dos profissionais foi obtida em novembro de 2019 por meio de dados divulgados pela EBSEH em: <http://www2.ebserh.gov.br/documents/16628/3782588/UTI+ADULTO+NOVEMBRO+2019.pdf/67cb9c279154de8-ad59-8a90cfb50a38>.

esses, destacam-se: nutricionistas, farmacêuticos, assistentes sociais e psicólogos. Desse modo, por não estarem alocados exclusivamente na UTI precisam prestar assistência a outros setores do hospital. Na maior parte das vezes, essas categorias profissionais se apresentam, exclusivamente, por meio dos residentes multiprofissionais no momento de realização das reuniões.

Diante do exposto, ressalta-se que após o agravamento do período de Pandemia ocasionado pelo COVID-19, houve mudanças na rotina de trabalho. Levando em consideração as medidas sanitárias em caráter mundial de distanciamento social para evitar aglomerações, ocorreu a suspensão da realização da reunião multiprofissional do período de março de 2020 até a segunda metade do período de agosto do mesmo ano. As reuniões retornaram no período de agosto, por meio da iniciativa dos residentes multiprofissionais que começaram a discutir os casos dos usuários em seus aspectos biopsicossociais, ao menos uma vez por semana. No período de setembro a dezembro de 2020, as reuniões perderam a regularidade, pois os residentes iniciaram seu processo de aprendizagem sobre a RAS no município de Natal em suas respectivas instituições, estando afastados do HUOL durante esse período.

Destarte, também procurou-se evidenciar entre os sujeitos participantes da pesquisa quais os possíveis impactos gerados pela pandemia no trabalho do setor da UTI, considerando-se a ausência das reuniões multiprofissionais. Assim, 82,35% dos participantes relataram que a não realização das reuniões impactou no cuidado efetivo ao usuário e na articulação da equipe. Infere-se que as respostas mais recorrentes trouxeram problemáticas, como: equipes sobrecarregadas, perda do ritmo e das informações dos usuários, cuidado fragmentado e comunicação fragilizada. Esse momento reforçou práticas profissionais individualizadas, sendo priorizado os aspectos biomédicos em relação aos aspectos biopsicossociais dos usuários.

[...] a ausência ou descontinuidade da reunião multiprofissional implica em menor eficácia do trabalho e pode provocar maior vulnerabilidade para o paciente. Uma vez que a soma das intervenções dos vários profissionais não tem o mesmo resultado de um trabalho alinhado onde todos compartilham as informações. (E4)

[...] no período da pandemia passamos a trabalhar com equipes reduzidas. Apesar da medida de distanciamento social ter sido importante no controle da pandemia da COVID-19 e do colapso dos serviços de saúde. A equipe ficou fragilizada diante da possibilidade da perda de um ente querido, ou até mesmo da sua própria vida. Muitos se infectaram e adquiriram a covid-19, necessitando se afastarem dos seus serviços essenciais (E4)

A realização da reunião multiprofissional possibilita aos profissionais compreenderem a atuação de outras categorias e, concomitante a isso, o compartilhamento de saberes e apreensões heterogêneas da realidade de saúde do usuário, os quais podem levar a avaliações e

encaminhamentos unificados em relação às decisões e ao desenvolvimento de ações em saúde.

Além de se constituir como um espaço potencializador de construção coletiva, a reunião incentiva uma melhor colaboração entre profissionais e uma melhor intervenção em face das demandas e necessidades do usuário, o que possibilita auxiliar na diminuição de seu tempo de internação na UTI. Uma vez que, oportuniza a compreensão por parte da equipe profissional sobre o cuidado em todas as dimensões de vida, biopsicossociais. Dessa forma, observa-se a importância de as reuniões serem realizadas subsidiadas por uma perspectiva interdisciplinar.

Interdisciplinaridade como eixo integrador do trabalho coletivo em saúde

As organizações de saúde em geral, sobretudo, no hospital, o cuidado é “necessariamente multidisciplinar, isto é, depende da conjugação do trabalho de vários profissionais.” Cecílio e Merhy (2002, p.02). Os autores dão ênfase à presença de mecanismos de dominação e de relações assimétricas entre esses profissionais. Mecanismos estes que “ocultam a imprescindível colaboração que deve existir entre os vários trabalhadores, como operadores de tecnologias de saúde, para que o cuidado aconteça”. Para uma melhor compreensão sobre a funcionalidade do trabalho multiprofissional e a colaboração em modo interdisciplinar, é preciso explicar alguns conceitos, as quais sejam: *I) multidisciplinaridade, II) pluridisciplinaridade, III) transdisciplinaridade e IV) interdisciplinaridade.*

A *multidisciplinaridade* diz respeito à realização do trabalho sem integração com outras categorias profissionais envolvidas no processo de trabalho, ou seja, sem trocas de saberes. Ou, ainda, como expressa, Ely (2003, p.114), “o trabalho acontece de forma isolada, geralmente com troca e cooperação mínima entre as disciplinas”. Quanto à *pluridisciplinaridade*, refere-se a uma integração entre vários campos disciplinares, interligados, como um conjunto de “disciplinas que se agrupam de forma justaposta, com cooperação, porém cada profissão decide isoladamente” (ELY, 2003, p.114). A *transdisciplinaridade* possui um nível mais avançado de interação entre as áreas de conhecimento com atividades que se assemelham à perspectiva multifuncional em que as especificidades profissionais deixam de ser prioritárias na execução do cuidado, por conseguinte há o risco de diluição de especificidades profissionais, na medida em que “a coordenação é realizada por todas as disciplinas e interdisciplinas, propondo a criação de um campo com autonomia teórica, disciplinar e operativa” (ibid., p.114).

Para concretização do aspecto interdisciplinar, a reunião multiprofissional se destaca como um instrumento importante para contribuir no processo de garantia do atendimento integral ao usuário, a partir de um trabalho interdisciplinar da equipe multiprofissional, pois é na realização desta que os profissionais podem realizar planejamento e discussões relacionadas

às particularidades daquele sujeito para uma compreensão mais ampliada do processo saúde doença.

Por conseguinte, os sujeitos participantes da pesquisa foram questionados quanto à sua compreensão sobre interdisciplinaridade e se em algum momento de sua formação tiveram contato com a temática ou fizeram algum curso sobre esse assunto. Desse modo, 76,47% respondeu não ter tido contato com a temática de forma aprofundada, enquanto 23,52% afirmou que já tiveram. Diante do exposto, a compreensão dos participantes sobre o que é uma atuação interdisciplinar apareceu como algo pontual e generalista, correspondente a 70,5%. As respostas mais recorrentes inferem que uma atuação interdisciplinar corresponde à gestão do cuidado, possibilita uma visão ampla do ser humano e auxilia no cuidado da equipe para o usuário, na continuidade do cuidado, bem como na interação entre os profissionais.

Vários profissionais desenvolvendo, juntos, problemáticas. (E1)
A busca do melhor cuidado ao paciente e a minimização de danos. (E1)
Imprescindível para um gestão do cuidado eficiente. (E4)
É a interação multiprofissional. (E4)
Facilidade da gestão de processos (E3)

Dentre a expressão mais recorrente nas respostas, tem-se que 80% dos participantes mencionou o *cuidado* a ser realizado aos usuários, como um meio de alcançar o trabalho em uma perspectiva interdisciplinar. Acerca do cuidado em saúde, entende-se como um ato que

[...] recebido/vivido pelo paciente, é somatório de um grande número de pequenos cuidados parciais que vão se complementando, de maneira mais ou menos consciente e negociada, entre os vários cuidadores que circulam e produzem a vida do hospital. Assim, uma complexa trama de atos, procedimentos, fluxos, rotinas e saberes, num processo dialético de complementação, mas também de disputa, compõe o que entendemos como cuidado em saúde. (CECÍLIO E MERHY, 2002, p.2).

Nessa perspectiva, salienta-se a importância de haver um processo contínuo de qualificação do trabalho coletivo, uma vez que todo indivíduo deve receber, no decorrer de sua internação, assistência integral e de forma interdisciplinar, dispondo de discussão sobre sua situação de saúde, que deve ser avaliada em equipe de modo multiprofissional, com o propósito de planejar a forma de intervenção mais adequada. (ARAÚJO e DRADOSAVAC, 2014).

Portanto, o conceito de interdisciplinaridade é pensado a partir de um nível avançado de troca de saberes e integrativa entre as áreas, nesse pressupõe um processo contínuo de socialização do conhecimento de forma mútua, rompendo com as relações de poder instituídas historicamente (SILVA e MENDES,2013;ORTIZ,2014). Dessa forma, as relações profissionais tendem à horizontalidade, estabelecendo-se uma troca recíproca entre os diversos saberes profissionais.

A interdisciplinaridade situa-se, portanto, em um nível avançado de

cooperação e coordenação, de forma que todo conhecimento seja valorizado, com relações de intersubjetividade e de copropriedade baseadas em uma atitude de diálogo[...]é preciso haver respeito à autonomia e à criatividade inerente a cada uma destas áreas, para que não sejam influenciadas ou excluídas deste processo (ELY, 2003, p.114).

Ressalta-se que no processo do cuidado, na área da saúde, é preciso que o trabalho multiprofissional vise à perspectiva interdisciplinar para que o cuidado se concretize conforme preconizam os instrumentos normativos de âmbito nacional. Infere-se que a atuação sob uma perspectiva interdisciplinar ratifica o rompimento do cuidado compartimentado e fragmentado, cujo exercício pode ser ainda evidenciado em processos de trabalho em saúde.

Apesar de a maior parte dos profissionais não demonstrarem uma compreensão definida sobre interdisciplinaridade, 64,70% respondeu que a reunião multiprofissional ocorre de forma interdisciplinar.

[...] Cada profissional aborda aspectos de sua competência, estas informações são aproveitadas por todos nas reuniões. (E4)

Sim, já que é facultado a cada área se pronunciar sobre o cuidado do paciente em discussão. (E1)

Sim, pois todos tentam ajudar agregando com suas experiências. (E4)

Entende-se que na maior parte dos relatos demonstra-se confusão de conceitos entre o trabalho em equipe multiprofissional – que ocorre a partir da intervenção de diversas categorias profissionais, mas não há obrigatoriedade de interação entre ela – e a reunião na perspectiva interdisciplinar. Compreende-se que a interdisciplinaridade, também pode ser definida como uma área que “se distingue dos demais conceitos por não se limitar às metodologias de apenas uma ciência” (JAPIASSU, 1976, p.74).

O trabalho em equipe pressupõe o entendimento das atribuições e práticas dos demais profissionais e o reconhecimento de que o saber do outro é indispensável. Ou seja, pauta-se em relações de legitimação, dessa forma percebem suas qualidades, potência, bem como seus limites. De acordo com o art. 3º da Portaria nº 3390/2013, entende-se que o trabalho multiprofissional em caráter interdisciplinar deve ser executado, pois

Os hospitais são instituições complexas, com densidade tecnológica específica, de caráter multiprofissional e interdisciplinar, responsável pela assistência aos usuários com condições agudas ou crônicas, que apresentem potencial de instabilização e de complicações de seu estado de saúde[...]ações que abrangem a promoção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento e a reabilitação. (BRASIL, 2013).

Dessa forma, compreende-se que a interdisciplinaridade deve ser realizada nos processos de trabalhos hospitalares, independente do possível posicionamento do profissional de saúde, levando em consideração o trabalho em equipe multiprofissional

Acredito que ainda tem muito a ser construído nessa perspectiva, inclusive, com mais precisão conceitual e melhor definição do que seja interdisciplinaridade para os profissionais de saúde, no entanto, observo como sendo um celeiro para desenvolver um trabalho amplo que contemple a complexidade e a articulação entre teoria e prática. (E4)

A reunião é ainda muito medicocêntrica, e se baseia muitas vezes em colocar a visão de casa profissional para o médico. (E1)

Conforme evidenciado, a hegemonia do trabalho nas diversas instituições de saúde é centrada no modelo biomédico, com ênfase no diagnóstico e no tratamento, em que as outras categorias profissionais, agregam seu trabalho em torno dessa percepção sendo comandados por ela. (LIMA E ALMEIDA, 1999; PEDUZZI, 1998).

Apesar das discussões, por vezes, ocorrerem de forma não planejada e sistematizada, conforme exposto, não ofusca sua importância para a organização do processo de trabalho, possibilitando uma assistência contínua e resolutiva ao usuário e que propicie a relação de integralidade no cuidado, em seu aspecto multifacetado.

A integralidade e sua relação com o cuidado em saúde no ambiente de UTI

Com o conceito ampliado de saúde, trazido pela CF de 1988, tem-se compreensão da integralidade dos serviços de saúde como uma ação a ser utilizada em todos os níveis de cuidado em saúde, “[...]teria a ver com uma atitude dos médicos que seria desejável, que se caracterizaria pela recusa em reduzir o paciente ao aparelho ou sistema biológico que supostamente produz o sofrimento e, portanto, a queixa deste paciente” (MATOS, 2001 apud BRASIL, 2011).

Nessa perspectiva, compreende-se que o avanço da tecnologia em saúde trouxe diversos aspectos positivos ao tratamento de sobrevivência dos usuários, mas só as técnicas médicas não são suficientes para cuidar do usuário em sua multidimensionalidade, tendo em vista as condições de vida em que está inserido, as quais interferem em sua saúde, como o acesso à alimentação saudável, à justiça social, à renda, à educação, ao lazer. É preciso resgatar cotidianamente, na rotina de trabalho dos profissionais de saúde o conceito difundido pela Reforma Sanitária, que consiste em:

a- integração das ações nos distintos níveis de complexidade no sistema de saúde; b - forma de atuação profissional abrangendo o conjunto de fatores determinantes e condicionantes da saúde; c - garantia da continuidade da atenção nos distintos níveis de complexidade do sistema de saúde; e, d- articulação das políticas públicas vinculadas aos projetos de mudanças (PAIM, 2008 apud CAMARGO; BELLINI, 2014, p.7)

Diante das perspectivas apontadas e entendendo a reunião multiprofissional como um instrumento que pode propiciar uma apreensão do usuário em sua totalidade, buscou-se evidenciar a percepção da equipe multiprofissional acerca da reunião para discussões de casos,

efetivando um atendimento integral com vistas a favorecer a diminuição de tempo de permanência do usuário na alta complexidade.

Como resultado, 64,70% dos participantes expuseram uma compreensão do atendimento integral por meio da articulação das diversas categorias profissionais, como um meio de contemplar os aspectos biopsicossociais dos usuários.

O paciente crítico é muito complexo, o suporte intensivo engloba uma assistência em que não somente o paciente deve ser assistido, como também seus familiares. O paciente de UTI quando consciente necessita de apoio psicológico, de reabilitação fisioterápica e cuidados médicos e de enfermagem. Quando crítico em suporte ventilatória necessita de assistência integral de todos os profissionais da UTI. O compartilhamento da evolução deste paciente é fundamental para que todos atuem especificamente nas necessidades diárias do paciente. (E4)

Diz respeito a cuidado levando em consideração todas as perspectivas objetivas e subjetivas do cuidado, sejam elas físicas, biológicas, psíquicas, sociais, etc). (E3)

A execução da integralidade do cuidado ao usuário em ambiente hospitalar pode ser compreendida por meio de dois eixos. O primeiro consiste nas práticas multiprofissionais em seu processo de trabalho e o segundo a partir da intersectorialidade dos serviços, pois o hospital é apenas um ponto de uma rede de cuidado do sistema de saúde e o usuário possui necessidades cujo atendimento é transversal aos serviços de saúde.

Nesse sentido, faz-se necessário refletir que, devido ao grau de complexidade do serviço prestado, cada vez mais há uma exigência por profissionais especialistas, os quais tenham o conhecimento necessário para o manejo com os pacientes em estado grave. Contudo, em alguns aspectos, o profissional se torna especialista em um órgão ou em um saber específico, fragilizando a perspectiva do cuidado integral. Em contrapartida, na mesma proporção que há essa exigência pela alta especialização, há um discurso focado na perspectiva da gestão do cuidado¹³, que visa a não fragmentação dos processos de trabalho e, conseqüentemente, assistência à saúde prestada ao usuário.

O atendimento integral pode ser compreendido de uma maneira ampliada, centrada no indivíduo, sendo um termo multifacetado. Conforme resultado obtido, 11,76% dos participantes compreendem a integralidade como um atendimento para além da assistência hospitalar, contemplando o acesso a bens e serviços da rede socioassistencial.

O acesso de toda a população à saúde, por meio de ações preventivas e curativas, numa rede estruturada de serviços e assistência garantida em todos

¹³ “Consiste na capacidade técnica, política e operacional que uma equipe de saúde possui para planejar a assistência aos usuários, no plano individual ou coletivo, promovendo a saúde no âmbito biopsicossocial”. (LACERDA; MAGAJEWSK; MACHADO, 2010, p.42)

os níveis de complexidade. (E4)

Desse modo, compreendendo que as formas de acesso não são iguais para todos os sujeitos e que isso dificulta a efetividade da integralidade do cuidado, é preciso que os profissionais obtenham o conhecimento da rede de saúde e de suas formas de acesso, que resulte em um conjunto integrado de ações, articulando atenção primária, média e alta complexidade. Assim, o compartilhamento de diversos conhecimentos e saberes provenientes das diversas categorias profissionais que trabalham em equipe podem contribuir para o fortalecimento de ações na perspectiva da integralidade no cuidado em saúde.

Em conformidade, apreende-se que é preciso uma integração entre a equipe multiprofissional propiciadora de uma visibilidade do contexto biopsicossocial do usuário a ser atendido, visando a qualificação no atendimento. Nessa esteira, a reunião multiprofissional pode propiciar a viabilidade dessa integração da equipe.

Nosso serviço dispõe de todos os profissionais necessários para essa assistência que ocorre diariamente independente da solicitação por um dos profissionais, de modo automático a fisioterapia assiste a todos os que tem necessidade, assim como a fonoaudiologia atende sempre que solicitado. Os demais profissionais atuam em todos que estão internados independente do quadro clínico. (E4)

Diante dos diversos entraves expostos no decorrer desse estudo, tem-se que 58,82% dos respondentes informou que não consideram que há efetivação da integralidade na assistência prestada na UTI, conforme demonstrado nos relatos.

[...] acho que em muitos casos nem todas as áreas contribuem de forma mais ativa [...] não há comunicação das áreas entre si e desconhece-se, muitas vezes, que intervenções estão sendo feitas em outras áreas que muitas vezes podem influenciar umas às outras. (E2)

Por mais que a UTI tenha certas iniciativas pontuais, a assistência ainda continua muito individualizada e nichada por profissão. (E1)

Embora às reuniões tenham esse objetivo sinto que não tem sido efetiva (E4)

Desse modo, infere-se que apesar de as reuniões para os estudos de casos acontecerem de forma esporádica e possuir uma equipe multiprofissional especializada, não é o suficiente para a garantia de um atendimento de forma integral e interdisciplinar, considerando seu contexto multifacetado, em que se precisa aperfeiçoar ainda mais as práticas de trabalho para que essas perspectivas sejam efetivadas.

Considerações finais

Conforme exposto no decorrer do estudo apresentado sobre a reunião multiprofissional no contexto da UTI-adulto do HUOL, com ênfase na apreensão da equipe multiprofissional

sobre esse instrumento como uma estratégia de efetivação da integralidade, e com base nos resultados obtidos por meio da revisão de literatura, pesquisas de campo e documental, salienta-se a importância da educação permanente em saúde e de documentos normativos que instituem a prática da reunião multiprofissional na UTI.

Ressalta-se ainda que os participantes das categorias E2 e E3, não apresentaram respostas, de forma aprofundada ou ampliada, às perguntas referentes à realização da reunião multiprofissional, execução da interdisciplinaridade, bem como sobre o atendimento integral ao usuário. Considerando os limites desse estudo, supõe-se que tal fato pode ser decorrente da fragilidade do processo de formação continuada em saúde, numa perspectiva coletiva e crítica, aliada às ciências sociais, com ênfase em estudos sobre determinação social em saúde. Dessa forma, entende-se essa ocorrência como possível reflexo da hegemonia biomédica existente nas instituições de saúde e em seu processo de formação.

Acerca do trabalho coletivo na UTI, compreende-se que o conjunto do atendimento realizado pela equipe em caráter interdisciplinar a partir das discussões de casos, reconhecendo o indivíduo em sua totalidade e a importância dos diversos saberes das categorias profissionais, resultam em melhorias na prestação do cuidado em saúde, por meio do planejamento do trabalho centrado nas necessidades do indivíduo para além da instituição hospitalar e integrando-o na rede sócio assistencial na perspectiva de integralidade do atendimento.

Apesar dos avanços alcançados na realização das reuniões, mesmo que esta ocorra de modo não regular, observa-se que há muito o que se percorrer, pois conforme demonstrado nos resultados, não há uma integração efetiva entre a equipe prestadora de serviço e com o desenvolvimento da pandemia essa articulação se tornou mais fragilizada. Há ausência de documentos normativos que instituem a obrigatoriedade da reunião multiprofissional, o que dificulta sua realização de modo regular e de forma a contemplar a presença dos diversos profissionais, considerando a carga de trabalho gerado pelo ambiente de prestação de cuidados intensivos e contínuos.

Realizar as discussões de casos em caráter interdisciplinar permite uma maior interação do trabalho coletivo em saúde, que descentralize o cuidado no saber médico, sendo possível que os diversos agentes envolvidos tenham ciência das particularidades de cada indivíduo, sem haver a diluição das especificidades de cada categoria profissional. Isso propicia uma ação com maior qualidade, visando a redução do tempo de internação do usuário na UTI e possibilitando a continuidade do cuidado articulado com a rede socioassistencial.

Dessa forma, conforme resultados expostos da coleta de dados, percebe-se a necessidade de realização de aperfeiçoamento constante das práticas por todos os profissionais de saúde,

por meio de capacitações que discutam em que consiste o atendimento interdisciplinar e sua importância, bem como acerca do local e horário definidos para a realização das reuniões como uma estratégia que auxilia na integralidade do cuidado de forma efetiva.

Assim, entende-se que os resultados da pesquisa demonstraram relevância social, acadêmica e profissional, pois retrataram elementos sobre a execução da reunião multiprofissional a partir da apreensão da equipe que participa, em que permite fornecer elementos que subsidiem o processo de qualificação do trabalho acerca da sistematização das ações, bem como possibilita a qualificação do processo ensino-aprendizagem.

Referências bibliográficas

- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. Comissão Nacional de Residência Multiprofissional. *Resolução N° 5, de 7 de novembro de 2014*. Dispõe sobre a duração e a carga horária dos programas de Residência em Área Profissional da Saúde nas modalidades multiprofissional e uniprofissional e sobre a avaliação e a frequência dos profissionais da saúde residentes. Brasília: CNRMS, 2014. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=34&data=10/11/2014>. Acesso em: 03 de out. 2020.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Humanização-folheto*. 1ª edição, 1ª reimpressão, 2013. Disponível em: https://www.google.com/search?q=politica+nacional+de+humaniza%C3%A7%C3%A3o&rlz=1C1GCEU_ptBRBR903BR904&oq=politica+nacional+de+humaniza%C3%A7%C3%A3o&aqs=chrome..69j57j0l2j0i39515.6416j1j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8. Acesso em: 10 de nov. de 2020.
- _____. Ministério da Saúde. *O SUS de A a Z: garantindo saúde nos municípios* / Ministério da Saúde, Conselho Nacional das Secretarias Municipais de Saúde. – 3. ed. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2009.
- _____. Ministério da Saúde. *Portaria n° 3390/2013*. Institui a Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP) no âmbito do Sistema Único de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.
- _____. Ministério da Saúde. Oliveira, Roberta Gondim de (Org.) *Qualificação de gestores do SUS*. / Organizado por Roberta Gondim de Oliveira, Victor Grabois e Walter Vieira Mendes Júnior. – Rio de Janeiro, RJ: EAD/Ensp, 2009. Disponível em: <http://biblioteca.univap.br/dados/00002d/00002dfd.pdf>. Acesso em: 25 de nov. 2020.
- _____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Portaria n° 2.436, de 21 de setembro de 2017*. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) – Brasília: Ministério da Saúde, 2017.
- _____. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. *RDC n° 7, de 24 de fevereiro de 2010*. Dispõe sobre os requisitos mínimos para funcionamento de Unidades de Terapia Intensiva e dá outras providências. Saúde Legis – Sistema de Legislação da Saúde. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2010/res0007_24_02_2010.html. Acesso em: 25 de nov. 2020.
- BRAVO, M. I. S. Política de saúde no Brasil. In: MOTA, A. E. et al. (Org.). *Serviço Social e saúde – formação e trabalho profissional*. São Paulo: OPAS, OMS, MS, 2006. p. 88-110.
- BRAVO, M. I. S.; MATOS, M. C. A saúde no Brasil: reforma sanitária e ofensiva neoliberal. In: BRAVO, M. I. S.; PEREIRA, P. A. P. (Org.). *Política social e democracia*. 2. ed. São Paulo:

Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2002. p. 197-215.

- CAMARGO, Marisa; BELLINI, Maria Isabel Barros. The tripod guiding of attention in the National Healthcare Service (SUS) in Brazil: integrality, interdisciplinary and intersectoriality. *O TRIPÉ ORIENTADOR DA ATENÇÃO NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) NO BRASIL: INTEGRALIDADE, INTERDISCIPLINARIDADE E INTERSETORIALIDADE*. In: Rev. Documentos de Política Social: História, Investigación Y Desarrollo. España: Universidad de Murcia, n. 13, v. II, abr. 2014.
- CECÍLIO, L. C. O.; MERHY, E. E. *A integralidade do cuidado como eixo da gestão hospitalar*. Campinas, 2003. Disponível em: <https://docplayer.com.br/11198473-A-integralidade-do-cuidado-como-eixo-da-gestao-hospitalar.html>. Acesso em: 25 nov. de 2019.
- CUTOLO, Luiz Roberto Agea. *Modelo Biomédico, reforma sanitária e a educação pediátrica*. Arquivos Catarinenses de Medicina, v. 35, n. 4, p. 16-24, 2006. Disponível em: <http://www.acm.org.br/revista/pdf/artigos/392.pdf>. Acesso em: 04 de fev. de 2020.
- ELY, F. R. *Serviço Social e Interdisciplinaridade*. Katálysis, Florianópolis: EDUFSc, v. 6, n. 1, p.113-117, jan./jun. 2003.
- JAPIASSÚ, Hilton. *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- LIMA, Maria Alice Dias da Silva; ALMEIDA, Maria Cecília Puntel de. *O trabalho de enfermagem na produção de cuidados de saúde no modelo clínico*. Revista Gaúcha de Enfermagem, Porto Alegre, v. 20, n. esp., p. 86-101, 1999.
- MATOS, Maurílio Castro de. *Serviço Social, ética e saúde: reflexões para o exercício profissional*. São Paulo: Cortez, 2013, p. 39 – 50.
- MERHY, E. E. **A perda da dimensão cuidadora na produção da saúde: uma discussão do modelo assistencial e da intervenção no seu modo de trabalhar assistência**. [S.l.: s.n.], 2003. Disponível em: <http://www.hc.ufmg.br/gids/perda.doc>. Acesso em: 25 nov. de 2020.
- MERHY, E. E. *Em busca do tempo perdido: a micropolítica do trabalho vivo em saúde*. In: Merhy, E. E.; Onocko, R. (Org.). *Agir em saúde: um desafio para o público*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 13. ed., São Paulo: Hucitec, 2013.
- PORTAL EBSEERH/HUOL-UFRN. *Hospital Universitário Onofre Lopes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte*. Disponível em: <http://www.ebserh.gov.br/web/huol-ufnr>. Acesso em: 31 de nov. de 2019.
- PEDUZZI, Marina. *Equipe multiprofissional de saúde: a interface entre trabalho e interação*. Tese de Doutorado, Campinas: Faculdade de Ciências Médicas, Universidade de Campinas, 1998. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Marina_Peduzzi/publication/47868233_Equipe_multiprofissional_de_saude_a_interface_entre_trabalho_e_interacao/links/5780461b08ae01f736e4a569/Equipe-multiprofissional-de-saude-a-interface-entre-trabalho-e-interacao.pdf. Acesso em: 15 de jan. de 2021.
- SANTOS, Elitiele Ortiz dos et al. Reunião de equipe: proposta de organização do processo de trabalho Team meeting: proposal for the work process organization. *Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental Online*, [S.l.], v. 9, n. 3, p. 606-613, July 2017. ISSN 2175-5361. Disponível em: <http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/5564>. Acesso em: 26 jan. de 2021. doi:<http://dx.doi.org/10.9789/2175-5361.2017.v9i3.606-613>.
- SILVEIRA, Daniele Pinto da; ARTMANN, Elizabeth. Acurácia em métodos de relacionamento probabilístico de bases de dados em saúde: revisão sistemática. *Revista de Saúde Pública*, v. 43, p. 875-882, 2009. Disponível em: <http://www6.ensp.fiocruz.br/repositorio/resource/356596>. Acesso em: 03. dez. de 2019.
- _____. *Resposta nacional e internacional de enfrentamento ao novo coronavírus*. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/linha-do-tempo/>. Acesso em: 10 de jan. de 2021.
- ROSA, Beatriz Ângelo et al. Estressores em Unidade de Terapia Intensiva: versão brasileira do

The Environmental Stressor Questionnaire. *Rev. esc. enferm. USP* [online]. 2010, vol.44, n.3, pp.627-635. ISSN 0080-6234. <https://doi.org/10.1590/S0080-6234201000030001165&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 abr. 2021.

Trajétórias criminais e reinserção social de ex-reclusos/as em Portugal: uma revisão da literatura

Trajectories of criminality and social reintegration of former detainees: literature review

Eva Raquel X. de M. G. Chaves^{*}
Clara Maria R. C. S. Santos^{**}
Vera Mónica da S. Duarte^{***}

Resumo: O artigo evidencia que a reincidência criminal é uma variável importante na análise da trajetória de vida e na trajetória criminal dos indivíduos, especialmente quando se constata que a existência de determinados fatores de risco nas diferentes fases do ciclo vital, podem aumentar a probabilidade de reincidência criminal. Metodologicamente, foi realizada uma revisão da literatura que integrou estudos (inter)nacionais de produção científica, com a consulta de 5 bases de dados. A metassíntese qualitativa permitiu-nos construir o mapeamento analítico para a delimitação dos

Abstract: This article provides evidence that criminal recidivism is an important variable in the analysis of life trajectories and trajectories of criminality of the subjects, in particular it ascertains that the presence of certain risk factors in different stages of the life cycle can increase the probability of criminal recidivism. In regards to methodology, literature review included (inter)national scientific papers, resorting to 5 data-bases. Qualitative metasynthesis allowed the construction of analytical mapping of delimitation of key concepts. The results reinforce the need for

^{*} Graduate in Social Service of the Catholic University of Braga (2007). She obtained her Masters in Psychology of Justice and Deviant Behavior at the Catholic University of Porto (2010) and her Doctorate in Psychology of Justice at Fernando Pessoa University (2013) with the thesis "Children exposed to interparental violence: consequences on their developmental path and adaptation to the social environment". She currently attends the Interuniversity Doctoral Program in Social Service between the University of Coimbra and the Catholic University of Lisbon. The study on the social reintegration of ex-prisoners continues to be the focus of her research. Eva is a University professor since 2018. Her teaching activity began at Lusófona University of Porto, an institution where she is Assistant Professor and Deputy Director of the Social Service degree. She holds the position of academic management, where she integrates scientific panels. She is a member of the organizing committee of the Lusophone Nucleus for Studies and Research in Social Work (NLEISS - Núcleo Lusófono de Estudos e Investigação em Serviço Social), participates and organizes (inter) national scientific meetings.

^{**} Professor of Social Work in Coimbra University. She is the coordinator of the master of social intervention, Innovation and entrepreneurship (MISIE) and the coordinator of the Social Work (BA) in Faculty of Psychology and Educational Sciences of Coimbra University <https://www.uc.pt/en/fpce>. She is also external expert of RIA: European Commission and of EEA GRANTS.

^{***} Sociologist, Doctor in Sociology (2011), by University of Minho, with a project supported by Science and Technology Foundation (FCT, Portugal) and a thesis named: The paths of Alice through the looking glass: Discourses and trajectories in female juvenile delinquency. Assistant Professor at the University Institute of Maia (ISMAI), Portugal. Research Unit Director in Criminology and Behavioral Sciences, Instituto Superior da Maia (UICCC/ ISMAI, Portugal), and researcher at Center for Research in Social Sciences, University of Minho ((CICS/UM, Portugal). All the work of teaching, scientific production and research has been developed in the area of deviance, criminality, juvenile delinquency, gender and qualitative methodology.

conceitos-chave. Os resultados reforçam a necessidade de uma leitura crítica sobre as trajetórias de vida dos indivíduos, e salientam a existência de lacunas no acompanhamento dos reclusos/as em contexto prisional que podem apresentar-se como um obstáculo à reinserção social destes indivíduos. Por último, são apontados fatores pré, durante e pós-reclusão como intercessores da reincidência criminal.

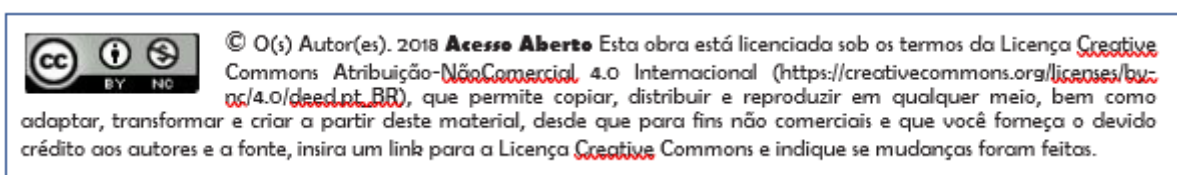
Palavras-chaves: Trajetórias criminais; reinserção social; reincidência criminal; “turning points”; metassíntese qualitativa.

critical reading of life trajectories of the subjects and highlight the existence of gaps in the assistance of prison inmates which can present as obstacles to social reintegration of these individuals. Lastly, factors prior, during and post detention are pointed as intercessors in criminal recidivism.

Keywords: Trajectories of criminality; social reintegration; criminal recidivism; turning points; qualitative metasynthesis.

Recebido em: 15/01/2021

Aprovado em: 23/04/2022



Introdução

O crime como objeto de estudo tem despertado o interesse científico (SANTOS, 1999; RODRIGUES, 2002; GONÇALVES, 2002; DORES, 2000, 2013, 2016; CUNHA, 2004, 2008, 2014; GOMES, 2014, PINTO, 2016). Se por um lado, a Reinserção Social surge como um tema atual e urgente em Portugal, por outro lado, é ainda, pouco debatido na comunidade académica e científica nacional (MARTINS & CASASNOVAS 2014), contrastando com a elevada produção científica internacional centrada na reentrada de reclusos (PETERSILIA, 2003; TRAVIS & VISHER, 2005; MEARS & MESTRE 2012; HARDING, MORENOFF & HERBERT, 2013), na reincidência (MARINÕ, 2002; LATESSA, LISTWAN & KOETZLE, 2014), que vem reforçar a importância desta complexa problemática.

Com a reflexão sobre as questões da preparação do/a recluso/a para a liberdade, devem ser, ainda (re)pensados estes conceitos, compreender como estes se relacionam, de forma a entender a invisibilidade do fenómeno nos estudos a nível nacional, e, compreender ainda, como a figura feminina tem estado ausente nos estudos sobre a reinserção social e reincidência criminal.

Na compreensão das trajetórias de vida, devem ser consideradas as características individuais, familiares e sociais, que podem influenciar no desenvolvimento do comportamento criminal, sendo adquiridas ao longo da vida e podendo ser pontuadas por acontecimentos já estudados, como o abandono escolar precoce, a convivência em ambientes propícios às práticas criminais, a influência dos grupos de pares, as dificuldades económicas, entre outros

(RODRIGUES, 2017).

A (re)inserção “(...) assenta num pressuposto teórico de que a intervenção deve ser orientada para restaurar uma situação de inserção social previamente existente e que foi quebrada (...) pela prática do crime (...)” (NÚNCIO, 2019: 24). Pode dizer-se ainda que, “a reinserção social é o conjunto de princípios e de práticas que têm como objetivo reintegrar na sociedade os ex-reclusos” (idem,2019:24).

A complexidade em torno da reinserção social advém do pressuposto que estamos a (re)integrar um indivíduo que já esteve incluído na sociedade. No entanto, os técnicos que trabalham nesta área deparam-se com indivíduos que, de facto, nunca estiveram inseridos em sociedade. A reinserção é, nesta ótica, um conceito multidimensional.

Um outro aspeto central deste trabalho é o conceito de reincidência. A reincidência tem sido debatida no contexto de justiça criminal, despertando o interesse de novos estudos, mas continuando a persistir definições diversas e por vezes divergentes (NEVES, 2009). Neste seguimento pensamos ser importante clarificar de que forma pontuamos, no presente estudo, quer o conceito de reincidência, quer o conceito de reinserção social.

O processo de reinserção social deve ser ajustado às necessidades de cada indivíduo, analisando as suas potencialidades, capacidades e limitações. Este processo necessita de uma participação ativa e articulada com várias instituições com responsabilidade na área social e da saúde (FERREIRA, 2016). A reinserção social pauta-se por um acompanhamento eficaz do indivíduo, de um modelo de vida consonante com a lei e com as regras da sociedade, pressupondo-se a sua capacidade de ressocialização, o seu tratamento individual como um dos seus direitos, bem como o direito à diferença que possibilita que o recluso/a possa aceitar ou recusar o tratamento, assim como a participação da comunidade no tratamento (FERREIRA, 2016).

O conceito de reincidência pode ter uma conotação mais jurídica quando apenas é considerado o seu aspeto legal sobre o crime, reincidente será a “pessoa que cai na recidiva, no mesmo delito, no mesmo crime por que já foi condenado” (SILVA, 1999:75). Em termos legais, o conceito é referenciado como uma condição agravante da pena, o que a nosso ver é uma definição que reduz a amplitude deste conceito.

A complexidade da definição do fenómeno da reincidência pode apresentar-se como uma limitação, não só para quem o estuda como para a divulgação de dados oficiais.

A trajetória de vida e o desenvolvimento do comportamento criminal de ex-reclusos/as podem conter variáveis que influenciam o processo de reinserção social, bem como o de reincidência criminal.

Numa perspetiva contributiva da reinserção social eficaz, a possibilidade de padronizar

referenciais comuns que podem vulnerabilizar ex-reclusos/as à sua reincidência através da identificação das circunstâncias facilitadoras -“turning points”, para o (re)envolvimento na atividade criminal, é o objetivo ambicioso do estudo em curso.

Os argumentos teóricos aqui desenvolvidos não são novos no contexto internacional, onde as medidas preventivas da reincidência criminal encontram fortes adeptos na comunidade científica e profissional. Para Sampson e Laub (1993), é importante sistematizar e encontrar significado para a perceção subjetiva dos indivíduos sobre as determinantes que em algum momento, da sua história pessoal, funcionaram como protetoras (pois potenciaram a reinserção) ou como precipitantes (potenciaram a reincidência). A possibilidade de categorizar estas determinantes permitirá, em última instância, uma intervenção precoce sobre os acontecimentos ou contextos disruptivos que concorrem para o aumento da reincidência criminal.

A centralidade do sujeito neste trabalho é fundamental, mas redutora pois não permite a compreensão dos contextos normativos onde se desenrola a reinserção social. A análise do sistema de justiça criminal potenciando o debate sobre o contributo do plano de reinserção social para a prevenção da reincidência criminal é fulcral para a construção de pensamento sobre as práticas de reinserção social.

Métodos e Procedimentos

Foi realizada uma revisão bibliográfica com a utilização do método de metassíntese qualitativa (LOPES & FRACOLLI, 2008). A metassíntese qualitativa utiliza procedimentos análogos ao Scope Review e ao Protocolo Prisma, mas não possui a intencionalidade da sua padronização, nem a sua natureza interpretativa. A metodologia adotada procurou reunir o conteúdo temático disponível, no sentido de ampliar o conhecimento através da construção crítica, num momento de cariz exploratório da pesquisa mais alargada. Tal como outros métodos de revisão sistemática, o sistema de busca e compilação em base de dados, integrou a seleção por etapas – título, resumo, e artigo na íntegra para delimitação concetual e respetivas ligações.

Pretendemos responder à seguinte questão de investigação: Como é que a trajetória de vida de ex-reclusos/as e a sua perceção de determinados eventos de vida/ “turning points” podem concorrer para a reinserção social e reincidência criminal? Na delimitação dos conceitos centrais - reinserção social e reincidência criminal - o método da revisão de metassíntese qualitativa foi utilizado como processo de referência teórica e de construção do potencial objetivo empírico de investigação.

Pretende-se mapear os principais conceitos que apoiam determinada área de conhecimento, analisar a dimensão, alcance e natureza da investigação, sumarizar e divulgar os

dados da investigação e identificar as lacunas de pesquisa existentes. Foram incluídos estudos empíricos e teóricos, publicados em inglês ou português, que envolvessem como participantes reclusos/as ou ex-reclusos/as.

O objeto de estudo é multidimensional e sistémico e como tal complexo do ponto de vista substantivo e analítico. A delimitação dos conceitos procurou afunilar tal complexidade através da criação de um pilar de sustentação argumentativo. De facto, os resultados da metassíntese foram férteis para a consolidação do pensamento e orientação da estratégia. Estas, utilizaram o modelo PICo (P: problema; I: interesse; Co: Contexto). Esta estratégia orienta a elaboração da pergunta de pesquisa bibliográfica para que o investigador alcance a melhor informação científica. A busca na literatura dos artigos foi orientada pela PICo, sendo “P” o problema (reincidência criminal); “I” o fenómeno de interesse (a reinserção social); “Co” o contexto (reclusão e pós-reclusão). Foram definidos os elementos P: (reincidência criminal); I (reinscrção social) e Co (reclusão e pós reclusão). Os descritores e combinações utilizadas na busca foram: “social reinsertion”; “criminal recidivism”; “prisoner’life trajectories”; “accompaniment of ex-offenders”; “social reintegration of ex-offenders”; “obstacles to the social reintegration of prisoners”. A busca foi realizada em 5 base de dados científicas: SciELO, P@PSIC; SAGE; Science Direct; Psycinfo e nas bases de dados de literatura académica: Banco de teses e dissertações (Repositório Universidade do Minho; Repositório da Universidade do Porto); Google Scholar, com interface multidisciplinar sobre o fenómeno da reinscrção social e reincidência criminal, como Sociologia, Psicologia e Criminologia, até março de 2021. O procedimento de “busca manual” de periódicos relacionados foi, igualmente, utilizado na procura de novos estudos que possam não ser encontrados na pesquisa do banco de dados.

O primeiro procedimento foi a delimitação de dois contextos de produção científica: com estudos escritos em português e em inglês. Dentro de cada contexto, foram criadas à priori, critérios de inclusão com base em relações entre variáveis que se pretendiam aprofundar e que se apresentam pelo âmbito da revisão da literatura: nacional e internacional.

No que refere ao tipo de estudo, foram incluídas pesquisas quantitativas e qualitativas de qualquer desenho metodológico. Os critérios de inclusão foram pautados pelo objetivo da revisão, com base na relação entre os conceitos centrais do estudo: trajetórias de vida, reinscrção social e reincidência criminal. Em contrapartida, foram excluídos os estudos que não tinham na sua amostra reclusos/as ou ex-reclusos/as e de pesquisas não publicadas. Durante a extração de dados, foram inicialmente analisados os títulos e os resumos das referências geradas na busca, de acordo com os critérios de elegibilidade. Após a leitura na íntegra dos artigos, estes foram seleccionados para responder à questão de pesquisa e consequentemente incluídos no estudo.

Foram extraídas as informações mais relevantes: referências (autor/es), ano e período, país, objetivos, amostra, metodologia e principais conclusões.

A revisão da literatura foi composta por 17 artigos, publicados entre os anos 2002 e 2019 (um artigo publicado em 2002; um artigo publicado em 2010; um artigo publicado em 2013; um artigo publicado em 2018); (dois artigos publicados em 2006; dois artigos publicados em 2015; dois artigos publicados em 2017; dois artigos publicados em 2019) e três artigos em 2008). No que se refere ao país de origem dos estudos, 12 foram realizados em Portugal; 1 estudo na Irlanda; 3 nos EUA, 1 dos estudos foi no Reino Unido. O tipo de amostras varia entre reclusos e reclusas; ex-reclusos; guardas prisionais; profissionais e outros profissionais do estabelecimento prisional. O tamanho da amostra também varia, já que os estudos que seguem uma metodologia qualitativa podem ter 7 indivíduos na sua amostra e aqui destacam-se com estudos nacionais, no entanto, percebe-se que os estudos internacionais utilizam essencialmente uma metodologia quantitativa, chegando aos 19.955 indivíduos. O tipo de estudo mais utilizado foi a pesquisa qualitativa (10 artigos), seguido pelo estudo de metodologia quantitativa (4 artigos), e mista (2 artigos). O principal instrumento utilizado na recolha de dados foi a entrevista (9 artigos), estudo de caso (2 artigos), análise documental (1 artigo). Sobre a área de conhecimento, percebe-se que a nível nacional 4 estudos são da área da sociologia; 3 da área da criminologia; 1 na área da psicologia; 1 na área da antropologia e 1 na área da educação. A nível internacional destaca-se a psicologia e criminologia. O público-alvo foram reclusos (6 artigos), reclusas (3 artigos); reclusos e reclusas (3 artigos). O contexto foi durante o cumprimento de pena (12 artigos), após o cumprimento de pena (3 artigos), sendo que (1 artigo) inclui ambos os contextos (reclusão e pós reclusão), e (1 artigo) ex-reclusos. A análise dos textos integrais dos 17 artigos selecionados permitiu identificar o focus de principais interesses tais como, a valorização da trajetória de vida destes indivíduos e essencialmente a compreensão de determinados eventos de vida e como estes podem relacionar-se com a reinserção social e reincidência criminal.

Resultados

Pesquisa bibliográfica a nível nacional

Os estudos científicos a nível nacional, relacionados com as questões da reinserção social e reincidência criminal são, ainda, escassos. Os resultados obtidos na síntese bibliográfica permitiram a consolidação das seguintes relações concetuais, 1) as trajetórias de vida; 2) reinserção social em contexto prisional; 3) reinserção social após a reclusão; 4) reinserção social e reincidência e por fim, os que se distinguem pela 5) diferenciação de género, incluindo na sua

amostra o género feminino.

Os estudos foram selecionados de acordo com o conteúdo do texto integral dos artigos publicados e encontram-se identificados através da referência autoral nos critérios de exposição em cima descritos (5 critérios).

As (1) trajetórias de vida têm assumido um papel importante para a compreensão da relação indivíduo-criminalidade ao longo da vida, identificando fatores de risco para a iniciação e continuidade do comportamento criminal (cf. AGRA & CASTRO, 2005; BARROSO, 2017; CUNHA, 2014; GOMES, 2013). O estudo de trajetórias de vida, marcadas pelo crime, analisa o comportamento criminal ao longo da vida. Existem padrões organizativos da conduta individual (tal como comportamentos, experiências e transgeracionalidade) semelhantes quando comparadas às trajetórias de vida de outros sujeitos com vivências similares (WARD et al., 2010). Esta abordagem desenvolvimentista tem sido estudada no contexto internacional, mas continua a ocupar um lugar residual nos estudos portugueses sobre a reinserção social e reincidência de ex-reclusos/as. A relação trajetória de vida com a reincidência criminal é retomada nos estudos internacionais, onde se identificam, igualmente, os fatores considerados potenciadores ou protetores.

Na (2) reinserção social em contexto prisional (cf. ERMIDA, 2018; FERNANDES, 2010; GERALDO, 2017; PARENTE, 2006; RODRIGUES, 2017; RODRIGUES 2019; ROSEIRA, 2020; SANTOS, 2003; SOUSA, 2015), é realçada a importância do trabalho realizado pelo técnico superior de reeducação no acompanhamento de reclusos/as em meio prisional. O/a técnico/a age sobre as questões relacionadas com a reinserção social.

Importa evidenciar, que, a reinserção social deve ser trabalhada desde o primeiro dia de reclusão, motivando o indivíduo a participar nas atividades laborais e/ou escolares, e permitindo que no decorrer do cumprimento da pena, lhe seja garantido o direito a usufruir das medidas flexibilizadoras da pena, que permitem um maior vínculo com o exterior. Se por um lado o trabalho do técnico superior de reeducação é visto como fundamental neste processo, por outro, reconhece-se que existem falhas, e que em alguns casos, a reinserção social em contexto prisional não segue as etapas pensadas teoricamente (de que a reinserção social deve ser trabalhada com todos os indivíduos que se encontram em situação de reclusão, a iniciar no primeiro dia entre muros).

Outros artigos ampliam a discussão através da relação (3) reinserção social do indivíduo após a sua saída para liberdade (cf. GOMES, 2008; PINTO, 2016; SOUSA, 2015; SILVA, 2012; RODRIGUES, 2017). Nesta, é realçada a importância do trabalho realizado pelo técnico superior de reinserção social, no acompanhamento do/a ex-recluso/a após a sua saída para

liberdade, contribuindo para a sua (re)inserção em sociedade e prevenindo a reincidência criminal. Destacamos os obstáculos que os autores identificam no pós-reclusão. São mencionados dois tipos de obstáculos (GOMES, 2008), os primários que são impostos pela sociedade, que mantêm fortes tendências para a desconfiança de ex-reclusos/as, considerando-os/as perigosos/as e pelas instituições sociais, públicas ou privadas que demonstram alguma resistência na integração de ex-reclusos/as, ao nível laboral, e obstáculos secundários, entendidos como atitudes negativas e de segregação da sociedade no que diz respeito a estes indivíduos que continuam a ser vistos como um grupo social à parte. Quando o/a recluso/a ingressa no sistema prisional por muito que o seu caminho de reclusão tenha sido positivo, quando posto em liberdade, vão existir barreiras associadas à sua reclusão, possivelmente devido ao facto da sociedade ainda não estar preparada para receber o indivíduo (RODRIGUES, 2017).

Evidenciamos, ainda, os estudos que trabalharam a (4) a reincidência criminal (BARBOSA, 2012; NEVES, 2009; VELOSO, 2018; PEREIRA, 2017; SOUSA). Nestes, salienta-se os obstáculos transversais às diferentes fases de reinserção social que podem cooperar para a reincidência criminal. Este assunto está diretamente relacionado com os estudos anteriores, já que na literatura são valorizadas as relações entre os indivíduos e as diferentes dimensões (familiar, social, institucional) que podem contribuir para a prevenção, ou pelo contrário, propiciar a reincidência criminal.

Por último, destacam-se as investigações que incluem na sua amostra o (5) género feminino (cf. BRITO, 2015; CUNHA, 2002; 2008; FROIS, 2017; GOMES, 2013; GOMES & GRANJA (2015); GRANJA, 2015; MATOS, 2008; PIMENTA, 1992; RODRIGUES, 2018; GOMES & DUARTE, 2018). Com especial enfoque nas perceções e os possíveis impactos que a reclusão pode ter na reinserção social das mulheres. O estudo de Brito (2015), com uma amostra de mulheres reclusas de etnia cigana, considera que para uma reinserção social de sucesso, é necessária uma reconfiguração de relações sociais, pessoais e laborais destas mulheres (BRITO, 2015). Na mesma linha de pensamento, o estudo de Ferreira (2016), interessa-se por compreender as diferentes perspetivas que os/as ex-reclusos/as têm em relação aos instrumentos de reinserção social durante o período de reclusão e após a sua saída, contudo não trabalham as perceções dos técnicos superiores de reinserção social, que a nosso ver podem acrescentar informações importantes para que se compreenda a complexidade do fenómeno.

Em Portugal, os estudos sobre as mulheres desviantes, transgressoras, tem início na década de 80 do século XX, impulsionado pelas abordagens críticas de importantes obras, designadamente de Carmo e Fráguas (1982), Manuela Ivone Cunha (1994 e 2002) e Tereza

Beleza (1990), como é referido por Gomes & Granja (2015). Porém, a intervenção é pensada “no masculino”, já que, os programas são direcionados para responder às necessidades dos rapazes (DUARTE & VIEITES-RODRIGUES, 2013). Se por um lado, os fatores de risco, até podem ser os mesmos, representam diferentes significados e consequências para os dois géneros (DUARTE & VIEITES-RODRIGUES, 2015). Para que se garanta uma igualdade de tratamento a ambos os géneros, é essencial que a intervenção seja pensada considerando as necessidades de cada um/a, é fundamental que, a oportunidade para a reinserção social seja real quando aplicada ao género masculino e feminino.

Pesquisa bibliográfica a nível internacional

A síntese bibliográfica permitiu delimitar quatro grandes dimensões, que passamos a descrever: A primeira refere-se à importância da trajetória de vida na reinserção social e na reincidência criminal - A altura da vida em que determinados acontecimentos se desenvolvem, pode ser fundamental para as trajetórias dos indivíduos. Neste sentido, Thornberry (1997) realça que o “timing” de certos eventos de vida podem influenciar a trajetória dos indivíduos (PIQUERO & MAZEROLLE, 2001). De facto, a análise das trajetórias de vida de reclusos/as e ex-reclusos/as, permite um conhecimento mais aprofundados dos fatores que possam influenciar a (re)incidência no crime, e o momento de vida do indivíduo em que determinados acontecimentos ocorrem, pode ser decisivo na predisposição para a carreira criminal.

A segunda dimensão evidencia a reincidência e as trajetórias criminais. Existe um extenso corpo de literatura que estuda a reincidência segundo a perspetiva desenvolvimental. O estudo da reincidência criminal pode orientar-se segundo a perspetiva do desenvolvimento de trajetórias criminais (início, duração, prevalência e desistência) (FARRINGTON, 2008), nomeadamente nos fatores que podem levar à frequência e continuidade de uma trajetória criminal, o estudo longitudinal realizado em Filadélfia no ano de 1972, adiciona aos indicadores já elencados, o conceito de cronicidade. De facto, a análise da frequência da atividade criminal realizada neste estudo a cerca de 10.000 rapazes no ano de 1945, permitiu a categorização da amostra em três grupos: aqueles que apenas cometem o crime uma vez, os que reincidem, mas não de forma repetida ou crónica e os que reincidem repetidamente ou de forma crónica. Concluindo que, os que reincidiam de forma crónica, embora constituíssem uma pequena parte da amostra total (6%), eram responsáveis por mais de metade dos crimes registados na amostra. Estes eram ainda responsáveis pelos crimes mais graves (ex. homicídios, violações, roubos). Na mesma linha de investigação, o estudo longitudinal de Cambridge (FARRINGTON et al. 2006), realizado em Londres, com uma amostra de 400 rapazes que foram acompanhados desde

os 8 aos 48 anos, concluiu que, somente 7% da amostra era responsável por todas as condenações. De acordo com a trajetória biográfica e criminal desta população (MOFFIT, 1993; MOFFIT & CASPI, 2000; MOFFIT; CASPI, HARRINGTON & MILNE, 2002) foi possível compreender o comportamento antissocial que de acordo com os investigadores tende a desenvolver-se em dois períodos distintos. Um, em que é desenvolvido ao longo da vida, iniciando muito precocemente, tornando-se os delinquentes em “crônicos”, e os comportamentos criminais revelados na fase da adolescência, possuindo um caráter temporário, uma vez que reduziram drasticamente depois da adolescência. Nestas investigações, edificam-se tipologias de ofensores, segundo a sua trajetória criminal.

Compreender a envolvimento e complexidade da reincidência, é fundamental para prevenir que jovens ofensores passem a uma fase “crônica” da carreira criminal (YESSINE & BONTA, 2008). Neste sentido, importa compreender os fatores que influenciam o risco de reincidência em práticas criminais, ou seja, “fatores anteriores que aumentam a probabilidade (risco) de reincidência e potencial perigo que um ofensor pode representar para a vítima e a comunidade” (UNODC, 2012: 37). A reincidência criminal é uma variável importante na análise da trajetória de vida e na trajetória criminal dos indivíduos.

Os estudos elencados permitiram-nos construir um mapeamento analítico para a delimitação do nosso objeto de estudo, nomeadamente, na construção do conceito empírico de reincidência que envolve (tal como comprovado) fatores como a idade, cronicidade e a visão subjetiva dos indivíduos sobre a sua experiência de reclusão.

A terceira dimensão demonstra que a existência de determinados fatores de risco nas diferentes fases da trajetória de vida pode aumentar a probabilidade para o indivíduo (re)incidir no crime. Os fatores de risco podem ser de ordem genética, biológica, ecológica ou biossocial, já que podem ser particularidades individuais ou relacionados com condições do meio (RIBEIRO & SANI, 2009). Neste sentido, é importante identificá-los precocemente e sistematizá-los para uma melhor compreensão da reinserção social e possível prevenção da reincidência criminal.

Polaschek e Reynolds (2004), sublinham a importância dos fatores pessoais e cognitivos na reincidência criminal, tal como o comportamento violento: impulsividade e défices de autorregulação; raiva como emoção dominante; distorções cognitivas – percepções hostis; défices de empatia; défices de competências sociais e doença mental, como facilitadores para o envolvimento no crime. No reverso Hunt e Dumville (2016); Zara e Farrington (2016), apontam os riscos contextuais, em que a reincidência resultará de múltiplos fatores externos ao indivíduo, tal como, o meio social, o tipo de sentença aplicada, as especificidades de cada carreira criminal,

entre outros. O estudo de Morenoff e Harding (2014) que analisa a reinserção dos indivíduos em bairros sociais, conclui que o “encarceramento em massa pode prejudicar a estrutura e a organização social de algumas comunidades, criando ambientes mais criminosos para os prisioneiros que diminuem ainda mais as suas perspectivas de uma reentrada bem sucedida” (MORENOFF & HARDING, 2014: 412). Outros estudos referem que, deve valorizar-se a altura de vida em que determinados fatores de risco estão presentes, já que podem ser determinantes para o desenvolvimento das trajetórias criminais. Neste sentido, deve-se compreender a reincidência criminal em três categorias, pré-reclusão, durante a reclusão e pós-reclusão (DHAMI, MANDEL, LOEWENSTEIN & AYTON, 2006). Segundo os autores, os fatores associados a estes três momentos são responsáveis pela reincidência criminal. Ombudsman et al. (2011), apontam como fatores de risco presentes na fase pré-reclusão, a negligência na infância, a pobreza, o desemprego e o abuso de álcool., Mcgloin et al. (2007), acrescentam que a versatilidade criminal depende largamente de circunstâncias locais da vida, tais como o casamento ou o consumo de drogas e álcool. Já, Farrington (2015), Cobbina, Huebner e Berg (2012) destacam, que a carreira, o histórico criminal bem como os laços sociais podem influenciar o risco de reincidência. Quando a família está envolvida em práticas criminais, ou inserida nesse contexto, pode potenciar o comportamento criminógeno. Além disso, a realidade da maioria da população reclusa, passa por dificuldades socioeconómicas, famílias desestruturadas, vidas marcadas pela violência, trajetórias de vida que podem promover a reincidência e dificultar a reinserção do indivíduo na sociedade (OMBUDSMAN et al., 2011). Mariño (2002), acrescenta que a reincidência não está tão relacionada com a pobreza, mas sim, como o impacto do status económico, ou por outras palavras, incapacidade em atingir os níveis de vida culturalmente estabelecidos. Ao contrário de países de terceiro mundo, em que a problemática “económica” relativa às necessidades básicas pode contribuir para a reincidência, na sociedade do bem-estar “social” a problemática económica relacionada com o crime é mais a nível social (relativa à anomia).

Relativamente aos fatores de risco durante a reclusão, vários estudos indicam que a prisão tem um efeito criminógeno sobre os reclusos, por um lado pelas condições do contexto por outro pelo débil investimento em programas de reinserção (PETERSILIA, 2001; SYKES, 2007; LISTWAN et al., 2011; OMBUDSMAN et al., 2011; DRAGO, GALBIATI & VERTOVA, 2011). As relações que surgem no contexto prisional podem potenciar novos conhecimentos sobre o crime (LISTWAN et al., 2011). Enquanto que os fatores pós-reclusão, quer relacionados com a liberdade definitiva, quer relacionados com a liberdade condicional, estão catalogados com as condições familiares e socioeconómicas; a normalização da

experiência de ser preso nas comunidades norte-americanas; a estigmatização e o preconceito na procura de emprego (PETERSILIA, 2001; TRAVIS & CHRISTIANSEN, 2006; MORENOFF & HARDINF, 2014).

Não obstante, para compreender as trajetórias de reincidência no crime, também importa considerar uma quarta dimensão, os fatores de proteção, que se caracterizam por reunir um conjunto de variáveis que reduzem o risco do indivíduo reincidir. Ou seja, os fatores de proteção referem-se aos “fatores sociais ou psicológicos que tornam a reincidência criminal menos provável” (THORNTON, 2013: 64). Efetivamente existem certos fatores protetores que podem funcionar como mediadores positivos ou negativos do impacto face a vivências em contextos mais problemáticos. À semelhança dos fatores de risco, aqui também devemos considerar dois tipos de fatores: os pessoais e os sociais ou contextuais. Andrew e Bonta (2010) apontam como fatores de proteção pessoais, os traços de personalidade (e.g., resiliência, comportamentos cognitivos e emocionais, orientação social positiva e definições pró-sociais de género), como fatores que reduzem o risco de reincidência. E fatores sociais/contextuais, que se referem a fatores externos ao indivíduo, envolvem o suporte familiar, a existência de referências/modelo que reforcem um comportamento normativo, e fatores que favoreçam um estilo de vida saudável (ANDREW & BONTA, 2010).

A literatura internacional (BAUMER, O’DONEEL & HUGHES, 2009; MILLS & CODD, 2007) argumenta que, os reclusos/as que mantêm os laços familiares durante e após a reclusão, ostentam melhores resultados no que respeita à sua reinserção social. A preocupação pelo estudo da manutenção dos laços familiares durante e após a reclusão, iniciou nos anos 50 do século XX, nos Estados Unidos da América, por Lloyd Ohlin. Através de uma investigação nos anos 1925 e 1935, realizada pela comparação entre o número de visitas de uma amostra de ex-reclusos, conclui que, os que mantinham relação com a família durante a reclusão, tiveram um parecer positivo para a liberdade condicional (OHLIN, 1954 in VISHER & TRAVIS, 2003: 99).

O mesmo verifica-se em estudos mais recentes, (WILLIAM BALES & DANIEL MEARS, 2008), com dados do Florida Department of Corrections, com uma amostra de 7000 reclusos a cumprir uma pena igual ou superior a um ano, em acompanhamento durante 24 meses, concluindo que a manutenção das relações familiares durante o cumprimento de pena contribui para o sucesso da reinserção social destes indivíduos. De facto a promoção dos fatores protetores pode ser a chave para o sucesso da reinserção social de ex-recluso/as. Assim como a elaboração de políticas sociais que reforcem a manutenção dos laços familiares pode ser um excelente contributo no trabalho da prevenção da reincidência. Neste sentido, importa concluir

que, o tratamento com sucesso destes fatores contribui para a adoção de comportamentos pró-sociais e conseqüentemente, para a diminuição/prevenção do risco de reincidência (ANDREW & BONTA, 2010).

A revisão da literatura contribui ainda, para uma postura teórica centrada nas teorias Desenvolvimentais do crime, que acrescentam importantes contributos ao estudo do desenvolvimento do comportamento criminal. Segundo alguns autores, existe uma maior probabilidade do indivíduo cometer o crime se já o tiverem feito em determinado momento da sua vida (MCCORD, 1991; FARRINGTON, 1998).

Considerações finais

A metassíntese consolidou os cinco eixos analíticos que englobam este estudo com uma subdivisão georreferenciada pela oposição aos estudos portugueses e estudos internacionais. Nos estudos portugueses, são visíveis cinco grandes clusters de interesse científico, nomeadamente: (i) as trajetórias de vida; (ii) a reinserção social em contexto prisional; (iii) a reinserção social durante e após a reclusão; (iv) a reinserção social e reincidência e por fim, os que se distinguem pela (v) diferenciação de género, incluindo na sua amostra o género feminino.

O interesse internacional parece recair mais sobre aspetos processuais, sobre os percursos ou contextos de proteção e risco do que na decomposição analítica dos significados de reinserção e reincidências. Destacamos, a este nível, três grandes dimensões: (i) a importância da trajetória de vida na reinserção social e na reincidência criminal; (ii) a reincidência e as trajetórias criminais, e a (iii) influência dos fatores de risco e protetores na reincidência criminal.

Esta diferenciação parece coroar a tese que a existência de uma maior tradição crítica internacional sobre os fatores de reincidência permite, aos autores analisados, uma maior liberdade de fomentar correlações de causalidade e ou de compreensão. No lado simétrico, Portugal, necessita de uma maior introspeção sobre os fenómenos em estudo e as suas expressões. Argumentamos que ambos se coadunam e ambos apontam para um contexto onde continuam a subsistir fragilidades no acompanhamento dos reclusos/as em contexto prisional que podem apresentar-se como um obstáculo à reinserção social destes indivíduos.

Compreendemos a reincidência como uma questão relacionada com um problema de discriminação, que resulta da experiência prisional (DESROCHES 1984 cit in MARINÕ, 2002). Por sua vez, o efeito da experiência prisional tem forte implicação na reincidência (BARBOSA, QUADROS & RIBEIRO, 2012). Isto é, a rotulagem e etiquetagem social pelas práticas que determinam a sua presença às culturas marginalizadas (CARVALHO, 2003).

Apesar da sua reintegração ocorrer numa realidade já familiarizada por si, inclui agora a pressão social e a estigmatização social como parte da sua identidade pessoal, diferindo muito a forma como irá viver e observar a sociedade, da visão que tinha antes da reclusão (GOFFMAN, 1963). A teoria da rotulagem desenvolvida por Becker (1963), guiando também esta análise, pressupõe que o desvio é resultado da imposição de regras e sanções a um indivíduo considerado “delinquente” por outros indivíduos, indicando que é “delinquente” o indivíduo rotulado, como tal, com sucesso. Assim, o “comportamento desviante é o comportamento que as pessoas rotulam” (BECKER, 1963: 9).

Este estudo apoiou-se nos pressupostos que assumem que a prisão tem efeitos criminógenos visíveis à reincidência (MEARS et al., 2012). Os efeitos sociais colaterais da pena de prisão são pesados para o/a (ex)recluso/a que tem, agora, no retorno à sociedade o estigma do crime.

A revisão da literatura revelou também que, a reincidência criminal é uma variável importante na análise da trajetória de vida e na trajetória criminal dos indivíduos, especialmente quando se constata que a existência de determinados fatores de risco nas diferentes fases do ciclo vital, podem aumentar a probabilidade para o indivíduo (re)incidir no crime. Sampson e Laub (1993), consigna que eventos vividos em determinada fase da sua vida, podem explicar o início da carreira criminal e dentro desta mesma linha de raciocínio, poderia explicar ainda os motivos que levariam os indivíduos a interromper essa carreira. Glen Elder (1975) definiu o curso de vida como “um paradigma emergente”, explica que as forças sociais influenciam o ciclo de vida, e podem repercutir consequências na trajetória desenvolvimental do indivíduo. Os estudos do curso de vida procuram perceber as trajetórias e identificar um padrão comportamental nas várias dimensões da vida do indivíduo (e.g., trabalho, família, escola), assim como acontecimentos importantes que possam influenciar a sua trajetória. Já que estas transições podem alterar o papel do indivíduo na sociedade (ELDER, 1998). Além desta perspetiva, e porque pretende-se evidenciar os significados simbólicos e a forma como se relacionam com a interação social, uma outra lente de leitura do fenómeno será a perspetiva interacionista, que “rejeita o pensamento determinista e os modelos estruturais e estáticos tanto no que respeita à abordagem do comportamento como no que toca à compreensão da identidade individual (DIAS & ANDRADE, 2013: 50).

Este trabalho permitiu-nos adquirir um conhecimento aprofundado sobre a forma como os conceitos centrais deste artigo se relacionam, assim como as inquietações, necessidades e desafios para os pesquisadores desta área. Percebe-se que o tema mais frequente foi no âmbito da reinserção social essencialmente a nível nacional, sendo a reincidência criminal mais

abordada a nível internacional. O estudo de trajetórias de vida, marcadas pelo crime, analisa o comportamento criminal ao longo da vida. Existem padrões organizativos da conduta individual (tal como comportamentos, experiências e transgeracionalidade) semelhantes quando comparadas às trajetórias de vida de outros sujeitos com vivências similares (WARD et al., 2010). Esta abordagem desenvolvimentista tem sido estudada no contexto internacional, mas continua a ocupar um lugar residual nos estudos portugueses sobre a reinserção social de ex-reclusos/as, no que respeita à sua reincidência. De facto, a nível internacional percebe-se que existe uma abundância de estudos centrados na reentrada, reincidência criminal e desistência. Se, por um lado, a investigação a nível nacional aproxima-se dos estudos internacionais, essencialmente no que respeita à reinserção social de reclusos/as, tem ainda um longo caminho a percorrer quando o foco é a reinserção social no período de pós-reclusão. Perceber se as expectativas dos/as reclusos/as, depois de cumprirem a pena são cumpridas ou não, assim como, compreender o que determina a desistência ou a continuidade do comportamento criminal, são premissas pouco estudadas em Portugal.

Seria importante em pesquisas futuras “dar voz” aos ex-reclusos/as e aos técnicos/as superiores de reinserção social, contribuindo para compreender a pluralidade de experiências e significados atribuídos aos efeitos da reclusão, assim como, conhecer o plano de reinserção social trabalhado com cada um dos indivíduos, quer entre muros, quer após a sua saída. Assim como, conhecer as interpretações das vivências prisionais e de que forma estas podem influenciar a reinserção social desta população; perceber as significações que estes indivíduos atribuem aos eventos que ocorrem na sua trajetória de vida, de modo a compreender possíveis aspetos que possam ter contribuído para a (re)incidência no crime, e ainda, perceber as suas expectativas, dificuldades e/ou obstáculos no que refere à reinserção social, permitirá uma abordagem compreensiva do problema.

Integrar diferentes pontos de vista sobre a problemática em estudo, acrescentará conhecimentos que irão contribuir para a compressão da reinserção social de ex-reclusos/as, e ainda, perspetivar o objeto de estudo através de diferentes prismas, que consubstanciar-se-á num contributo para o aperfeiçoamento das Políticas de Justiça.

Referências bibliográficas

- AGRA, C. C., & CASTRO, J. Mediação e Justiça Restaurativa: esquema para uma lógica do conhecimento e da experimentação. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade do Porto*, 2005. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/25028>
- ANDREWS, D. A., & BONTA, J. *The psychology of criminal conduct* (5th ed.). New, 2010.
- BALES, W., & MEARS, D. P. *Inmate Social Ties and the Transition to society: Does Visitation*

- Reduce Recidivism? *Journal of Research in Crime and Delinquency* 54(3): 287-231, 2008.
- BARBOSA, A. F. Fatores preditivos da reincidência: análise de uma amostra aleatória de reclusos portugueses do sexo masculino. (Dissertação de mestrado). Universidade do Minho, 2012.
- BARBOSA, F., QUADROS, F. & RIBEIRO, L. *Reincidência criminal: Tópicos de avaliação e intervenção biopsicossocial*. LivPsic, 2012.
- BARROSO, T. F.. *Análise Teórico-Metodológica para Estudos de Trajetórias Criminais*. (Tese de mestrado). Faculdade de Direito da Universidade do Porto, 2017.
- BECKER, H. S. *Outsiders: studies in the sociology of deviance*. New York e London: The Free Press, 1963.
- BRITO, A. F.. “Quando sair só quero trabalhar como aqui”: *Perspetivas em torno da Reinserção Social das mulheres cigana no pós-reclusão*. (Dissertação de mestrado). Universidade do Minho, 2015. ISBN 978-989-685-076-0
- BAUMER, E. P., O’DONNELL, I., & HUGHES, N. The porous prison: A note on the rehabilitative potential of visits home. *The Prison Journal*, 89(1), 119-126, 2019.
- CARVALHO, M. J. *Entre as Malhas do Desvio: Jovens, Espaços, Trajectórias e Delinquências*. Oeiras: Celta Editora, 2013.
- COBBINA, J., HUEBNER, B. & BERG, M. Men, women, and postrelease offending: An examination of the nature of the link between relational ties and recidivism. *Crime & Delinquency*, 58(3), 331-361, 2012. Doi: 10.1177/0011128710382348
- CUNHA, M. I.. *Entre o Bairro e a Prisão*. (1ªed.). Lisboa: Etnográfica Press, 2002.
- CUNHA, M. I. P. *A prisão e as suas novas redundâncias*. *Direito e Justiça*, vol. especial, 19, 2004. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/5226>
- CUNHA, M. I. P. Disciplina, controlo, segurança: no rasto contemporâneo de Foucault. In Frois, C. (Org.). *A sociedade vigilante: ensaios sobre privacidade, identificação e vigilância* (pp.6781). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008.
- CUNHA, M. I. P. *Etnografias da prisão: novas direções*. *Configurações*, 13, pp.47-68, 2014.
- DHAMI, M. K., MANDEKI, D.R., LOEWENSTEIN, G., & AYTON, P. (2006). Prisoner’s positive illusions of their post-release success. *Law Human Behavior*, 30(6), 631-647, 2014 Doi: 10.1007/s10979-0069040-1
- DIAS, J. & ANDRADE, M. *Criminologia - O homem delinquent e a sociedade criminógena*. Coimbra Editora, 2013.
- DORES, A. P. Prisões de Portugal. Sociedade Portuguesa: *Passados recentes, futuros próximos* (pp.1-15). Universidade de Coimbra, 2000.
- DORES, A. P.. *O que há a discutir sobre prisões?* 2016 Doi: 10.13140/RG.2.2.28494.46405
- DORES, A. P.; PONTES, N. & LOUREIRO, R. Prison Conditions in Portugal. *European Prison Observatory*, 2013. Disponível em: <https://www.crimeandjustice.org.uk/sites/crimeandjustice.org.uk/files/Prison%20conditions%20in%20Portugal.pdf>
- DRAGO, F., GALBIATI, R., VERTOVA, P. Prison Conditions and recidivism. *American Law and Economics Review*, 13(1), 103-130, 2011. Doi: 10.1093/aler/ahq024
- ELDER, G. H. Age differentiation and the life course. *Annual Review of Sociology*, 1, 165–190, 1975.
- ELDER, G. H. The Life Course as Developmental Theory. *Child Development*, 1-12, 1998.
- ERMIDA, M. C. E. *Percurso dos Reclusos em Contexto Prisional: Processos Identitários e Reinserção social – Um estudo de caso*. (Dissertação de mestrado). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna de Lisboa, 2018.
- FARRINGTON, D.P. *Predictors, Causes, and Correlates of Male Youth Violence*. *Crime and Justice*, 24, 421-475, 1998.
- FARRINGTON, D., et al. *Criminal careers and life success: new findings from the Cambridge*

Study in Delinquent Development. In D. Farrington et al. (Ed.), *Criminal careers up to age 50 and life success up to age 48: New findings from the Cambridge Study in Delinquent Development*. London: Home Office, 2006.

FARRINGTON, D. P. Criminal careers. In G.T. Graham, D.P.Farrington, D.A. Crighton, & G. Hughes (Eds.). *Dictionary of Forensic Psychology* (pp.38-41). Devon: Willan Publishing, 2008.

FARRINGTON, D. P. (2015, Julho 9). Cross-national comparative research on criminal careers, risk factors, crime and punishment. *European Journal of Criminology*, 4, 2008. Doi: 10.1177/1477370815584262

FERNANDES, C. J. N. *O ensino em meio prisional e as expectativas futuras de reinserção social dos reclusos*. (Dissertação de mestrado). Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2010.

FERREIRA, I. C. P. *Reinserção Social e Diferença de Género*. (Dissertação de mestrado). Universidade do Minho, 2016.

FROIS, C. *Mulheres Condenadas: histórias de dentro da prisão*. (6ª.). Lisboa: Tinta da China, 2017.

GERALDO, H. E. M. *Viver na prisão: opiniões, vivências e perspectivas de futuro*. (Dissertação de mestrado). Universidade Lusíada do Porto, 2017.

GOFFMAN, E. *Stigma: Notes of the Management of Spoiled Identity*. Toronto: Penguin Books, 1963.

GOMES, I. R. *Da prisão à liberdade: reinserção social de ex-reclusos* (Dissertação de Mestrado), 2008. Disponível em: ISCTE-IUL Repositório (10071/1366).

GOMES, S. A. M. *Caminhos para a prisão: uma análise do fenómeno da criminalidade associada a grupos estrangeiros e étnicos em Portugal*. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus, 2014.

GOMES, S. A. M. *Criminalidade, Etnicidade e Desigualdades: análise comparativa entre grupos nacionais dos PALOP e Leste Europeu e o grupo étnico cigano*. (Dissertação de doutoramento). Universidade do Minho, 2013.

GOMES, S., & GRANJA, R. *Mulheres e crime: Perspetivas sobre intervenção, violência e reclusão*. (1ªed.). Braga: Edições Húmus, 2015. ISBN: 9789897551147

GONÇALVES, R. A. *Delinquência, crime e adaptação à prisão*. Quarteto Editora: Coimbra, 2002.

GRANJA, R. P. G. *Para cá e para lá dos muros: relações familiares na interface entre o interior e o exterior da prisão*. (Dissertação de doutoramento). Universidade do Minho, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/38326>

HARDING, D., MORENOFF, J., & ERBERT, C. O Lar é Difícil de Encontrar: Bairros, Instituições e as Trajetórias Residenciais de Prisioneiros Retornantes, *Anais da Academia Americana de Ciências Políticas e Sociais*, vol. 647 (1), pp. 214-236, 2013.

HUNT, K. & DUMVILLE, R. *Recidivism among federal offenders: a comprehensive overview*. United States Sentencing Commission, 2016. Disponível em: http://www.ussc.gov/sites/default/files/pdf/research-and-publications/research-publications/2016/recidivism_overview.pdf

LATESSA, E. J., LISTWAN, S. J. & KOETZLE, D. *What works (and doesn't) in reducing recidivism*. New York: Andersen Publishing, 2014.

LISTWAN, S. J., SULLIVAN, C. J., AGNEW, R., CULLEN, F. T. & COLVIN, M. The pains of imprisonment revisited: The impact of strain on inmate recidivism. *Justice Quarterly*, 30(1), 125, 2011. Doi: 10.1080/07418825.2011.597772

LOPES; ANA & FRACOLLI, L. Revisão sistemática de literatura e metassíntese qualitativa: considerações sobre sua aplicação na Pesquisa em enfermagem. *Revista Texto Contexto Enferm*, Florianópolis, 2008 Out-Dez; 17(4): 771-8, 2008.

- MATOS, R. *Vidas Raras de Mulheres Comuns: percursos de vida, significações do crime e construção da identidade em jovens reclusas*. (1º ed.). Coimbra. Edições Almedina, 2008.
- MARINÕ, J. Análise comparativa dos efeitos da base socioeconômica, dos tipos de crime e das condições de prisão na reincidência criminal, *Sociologias*, vol. 4 (8): 220-244, 2002.
- MARTINS, M. J. & CASASNOVAS, J. Histórias de vida de reclusos e reinserção social. *INFAD Revista de Psicologia*, 1(1), 553-564, 2014.
- MOFFITT, T. E. Adolescence-limited and life-course persistent antisocial behavior: A developmental taxonomy. *Psychological Review*, 674–701, 1993.
- MOFFITT, Terrie & CASPI, Avshalom. Comportamento anti-social persistente ao longo da vida e comportamento anti-social limitado à adolescência: seus preditores e suas etiologias. *Revista Portuguesa da Pedagogia*, XXXIV, 1,2 e 3, pp. 65-106, 2000.
- MOFFITT, T.E., CASPI, A., HARRINGTON, H. & MILNE, B.J. *Males on the Life-Course-Persistent and Adolescence-Limited Antisocial Pathways: Follow-Up at Age 26 Years. Development and Psychopathology*, 14, 179-207, 2002. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1017/S0954579402001104>
- MCCORD, J. *Family Relationships, Juvenile Delinquency and Adult Criminality. Criminology*, 29, 397-427, 1991.
- MCGLOIN, J.M., SULLIVAN, C.S., PIQUERO, A.R., & PRATT, T.C. *Local life circumstances and offending specialization/versatility: comparing opportunity and propensity models. Journal of Research in Crime and Delinquency*, 3, 2007.
- MEARS, D.P. e MESTRE, J. Reentrada de Prisioneiros, Emprego, Sinalização e Melhor Identificação de Desisters: *Introdução à Edição Especial, Criminologia e Políticas Públicas*, 11 (1): 5-15, 2012.
- MILLS, A., & CODD, H. Prisoners' families. In Y. Jewkes (Ed.), *Handbook on Prisons* (pp. 672-695). Cullompton, Devon: Willan Publishing, 2007.
- MORENOFF, J. D. & HARDING, D. J. *Incarceration, Prisoner Reentry, and Communities. Annual Review of Sociology*, 40(1), 411-429, 2014.
- NEVES, A. *Reincidência em Comportamentos Criminais e Violentos: Caracterização e Avaliação do Risco* (Tese de Doutoramento, Universidade do Minho), 2009. Disponível em: RepositóriUM <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/10992>
- NEVES, A. A Intervenção Promotora da Reinserção Social da População Reclusa. In F. Amaro & D. Costa (Coord), *Criminologia e Reinserção Social* (pp. 21-41). Lisboa: Edições de Ciências Sociais, Forenses e da Educação, 2019.
- NÚNCIO, M. A Intervenção Promotora da Reinserção Social da População Reclusa. In F. AMARO & D. COSTA (Coord), *Criminologia e Reinserção Social* (pp. 21-41). Lisboa: Edições de Ciências Sociais, Forenses e da Educação, 2019.
- OMBUDSMAN et al. (2011). *More prisons are not the answer to reducing crime*. Victoria: Smart Justice, 2011.
- PARENTE, J. S. *O trabalho penitenciário enquanto factor de reinserção social*. (Dissertação de mestrado). Faculdade de Direito da Universidade do Porto, 2006.
- PETERSILIA, J. *Quando os prisioneiros chegam em casa: liberdade condicional e prisioneiro chegam em casa*, Oxford: Oxford University Press, 2003.
- PETERSILIA, J. *When prisoners return to communities*. *Federal Probation*, 65(1), 3- 15, 2001.
- PEREIRA, S. A. *Perceções Futuras da População Reclusa Portuguesa face à Ressocialização: Estudo qualitativo no Estabelecimento Prisional do Vale do Sousa*. (Dissertação de mestrado). Universidade Fernando Pessoa do Porto, 2017.
- PIMENTA. *Prisão de mulheres*. Odivelas: Europress. Editores e Distribuidores de Publicações, Lda, 1992.
- PINTO, R. P. Estado, Pobreza e Punição: *Sobre o modelo analítico de Loïc Wacquant e seu contributo para a compreensão da ação institucional no caso português*. Porto: Edições

Afrontamento, 2016.

- PIQUERO, A. & MAZEROLLE, P. Introduction. In Piquero A. & Mazerolle P. (Ed.), *Life Course Criminology – Contemporary and Classic Readings*. Stamford: Wadsworth Thomson Learning, pp. 8-20, 2001.
- POLACHEK, D.L.L. & REYNOLDS, N. Assessment and treatment: violent offenders. In C.R. Holin (Ed.), *The Essential Handbook of Offender Assessment and Treatment* (pp. 201 – 218). Chichester: Wiley, 2004.
- RIBEIRO, M. C. O., SANI, A. I. Modelos explicativos da agressão: Revisão teórica. *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais*, 6, pp. 96-104, 2009.
- RODRIGUES, A. M. *Novo olhar sobre a questão penitenciária*. Coimbra Editora (2ªEd.), 2002.
- RODRIGUES, F. A. *A Experiência Prisional na Reinserção Social: Uma análise comparativa entre grupos de reclusos adultos e jovens adultos*. (Dissertação de Mestrado). Universidade do Minho, 2017. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/49601>
- RODRIGUES, V. R. *Ala Feminina: Pode a reclusão revelar mistérios da condição da mulher?* Desassossego (3ª ed.), 2018. isbn: 9789898892041
- RODRIGUES, P. G. *O trabalho prisional e a reintegração social dos reclusos*. (Dissertação de Mestrado), 2019. Universidade Católica Portuguesa de Lisboa. Disponível em: <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/28984/1/O%20TRABALHO%20PRISIONAL%20E%20A%20REINTEGRAÇÃO%20SOCIAL%20DOS%20RECLUSOS.pdf>
- ROSEIRA, A. P. *A porta da Prisão: o guarda prisional e o castigo*. (1º ed.). Porto. Edições Afrontamento, 2020.
- SANTOS, M. J. M. *A sombra e a Luz: As prisões do Liberalismo*. Porto: Edições Afrontamento, 1999.
- SAMPSON, R. J., & LAUB, J. H. (1993). *Crime in the Making: Pathways and Turning Points through Life*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1993.
- SOUSA, J. R. S. *Da Reincidência Penal – Os avanços e recuos de um instituto complexo*. (Dissertação de mestrado). Universidade de Coimbra, 2013.
- SOUSA, C. *As Políticas de Reinserção Social de Reclusos: um estudo de caso com reincidentes* (Dissertação de Mestrado, Universidade da Beira Interior), 2015. Disponível em: https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/5512/1/4153_7991.pdf
- SILVA, C. B. M. “*A vida de ex-reclusos, por suas palavras. Os liames entre a vida na prisão e a (re)inserção social*”. (Dissertação de mestrado). Faculdade de letras da Universidade do Porto, 2012. Disponível em : <http://hdl.handle.net/10216/66006>
- SILVA, Manuela, “Pobreza e Exclusão Social: A investigação em Portugal nos últimos 25 anos” in *Pobreza e Exclusão Social – Percursos e Perspectivas da Investigação em Portugal – Actas do Seminário*. Lisboa: ISMAIL, 1999.
- SYKES, G. *The Society of captives: A study of a maximum security prison*. New Jersey: Princeton University Press, 2007.
- THORNTON, D. (2013). Implications of our developing understanding of risk and protective factors in the treatment of adult male sexual offenders. *International Journal of Behavioural Consultation and Therapy*, 8(3-4), 62–65, 2013. doi: 10.1037/h0100985
- TRAVIS, J. & CHRISTIANSEN, K. (2006). *Failed Reentry: The challenges of back-end sentencing*. Georgetown Journal on Poverty Law & Policy, XIII (2), 249-260, 2006.
- TRAVIS, J. & VISHNER, C. *Prisão de Reentrada e Crime na América*, Cambridge: Cambridge University Press. United Nations Office on Dprugs and Crime (2012). *Introductory Handbook on the evention of recidivism and social reintegration of offenders*. New York: ONODC, 2005.
- United Nations Office on Drugs and Crim. *Introductory Handbook on the prevention of recidivism and social reintegration of offenders*. New York: ONODC, 2012.
- VELOSO, A. S. F. *Prisão, Reinserção Social e Reincidência: Reflexões Teóricas e Empíricas*.

- (Dissertação de Mestrado). Universidade do Minho, 2018.
- DUARTE, V., VIEITES-RODRIGUES, L. Intervenção com raparigas delinquentes: contributos para uma discussão focada no género. In S. Gomes & R. Granja (Ed.), *Mulheres e Crime - perspectivas sobre intervenção, violência e reclusão* (pp. 15-30), Famalicão: Editora Húmus, 2015. ISBN: 978-989-755-114-7 Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.24/573>
- VISHER, C. A., & TRAVIS, J. *Transitions from prison to community: Understanding individual pathways*. *Annual Review of Sociology*, 29(1), 89-113, 2003.
- WARD, A. K., DAY, D. M., BEVC, I., SUN, Y., ROSENTHAL, J. S., & DUCHESN, T. *Criminal Trajectories and Risk Factors in a Canadian Sample os Offenders*. *Criminal Justice and Behaviour*, 1278-1300, 2010
- YESSINE, K & BONTAM, J. *Les cheminements menant aux crimes graves, Sa Majesté la Reine du chef du Canada, 2008*. N° de cat.: PS3-1/2008-1F-PDF N° ISBN : 978-0-662-08891-2
- ZARA, G. & FARRINGTON, D. P. *Criminal Recidivism: explanation, prediction and prevention*. Routledge Taylor & Francis Group, 2016.

Contribuições da teologia da libertação para a reconceituação do Serviço Social

Contributions of Liberation Theology to the Reconceptualization of Social Work

Guilherme Costa dos Reis*
José Fernando Siqueira da Silva**

Resumo: Este artigo teve por objetivo estudar a presença e as contribuições da Teologia da Libertação (TL) para a Reconceituação do Serviço Social. Para isso, ele se divide em três partes. A primeira aborda o contexto do continente latino-americano, especificamente o debate sobre as causas do subdesenvolvimento, suas diversas interpretações. Posteriormente, debate o surgimento e desenvolvimento da TL e do movimento de Reconceituação. Por fim, a última parte, destaca a influência da teologia latina nos processos de renovação profissional dos países do continente, com destaque para o Brasil. Importante destacar que a renovação crítica desenvolvida na Igreja e na profissão se deu atrelada e motivada pela conjuntura dependente e desigual do continente latino-americano. Essas renovações se relacionaram e a esquerda católica latina, representada por grupos católicos e pela TL, contribuíram decisivamente para a Reconceituação do Serviço Social, formando profissionais e estudantes, promovendo intercâmbio com os movimentos sociais e apresentando uma grande literatura crítica.

Palavras-chaves: América Latina; teologia da libertação; serviço social

Abstract: This article aimed to study the presence and contributions of Liberation Theology (TL) to the Reconceptualization of Social Work. For this, it is divided into three parts. The first approaches the context of the Latin American continent, specifically the debate on the causes of underdevelopment, its various interpretations. Later, it discusses the emergence and development of TL and the Reconceptualization movement. Finally, the last part highlights the influence of Latin theology on the processes of professional renewal of the countries of the continent, especially Brazil. It is important to highlight that the critical renewal developed in the Church and in the profession was tied and motivated by the dependent and unequal conjuncture of the Latin American continent. These renewals were related and the Latin Catholic left, represented by Catholic groups and TL, contributed decisively to the Reconceptualization of Social Work, training professionals and students, promoting exchange with social movements, and presenting a great critical literature.

Keywords: Latin America; liberation theology; social work

Recebido em: 25/01/2022

Aprovado em: 06/06/2022

* Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Mestrando no Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

** Doutor em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor Associado do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual Paulista UNESP-Franca. Professor colaborador do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).



© O(s) Autor(es). 2018 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

Considerações iniciais

[...] reconhecer as trilhas teóricas e políticas construídas pela esquerda e a trajetória teórica do marxismo na América Latina - aqui apenas indicadas - é um grande desafio à pesquisa, ainda pendente, para aprofundar, no presente, a leitura crítica do Movimento de Reconceituação do Serviço Social e seus desdobramentos (IAMAMOTO; SANTOS, 2021, p.42).

A Teologia da Libertação, enquanto uma formulação crítica latino-americana, compõe essas trilhas teóricas que influenciaram a Reconceituação do Serviço Social na América Latina. O aprofundamento sistemático desse importante movimento católico, a reflexão acerca de suas fundamentações, a sua relação com o marxismo, dentre outras questões, são de fundamental importância para entender o diálogo entre a profissão e a esquerda católica nesse importante período histórico. Diálogo e aproximação que se constituíram no chão concreto latino-americano, influenciados pela conjuntura social e política desta parte do Continente Americano, cenário marcado por contradições e disputas em torno das razões do subdesenvolvimento e os impactos do capitalismo na América Latina. É sob essas perspectivas que reafirmamos a relevância do estudo sobre o Movimento de Reconceituação, que deixou um importante legado para a profissão, em especial para o Serviço Social brasileiro e seu Projeto Ético-Político.

É a partir dessa fundamentação que se inscreve este presente estudo, que visa trazer de maneira sintética as contribuições da Teologia da Libertação para a Reconceituação latino-americana do Serviço Social. Este artigo é fruto de uma pesquisa bibliográfica, pesquisa que se amparou em importantes referenciais das ciências sociais, da teologia e dos pesquisadores da profissão. O resultado é uma articulação desses referenciais na tentativa de elucidar o objetivo central do texto. Trata-se de pesquisa de mestrado, desenvolvida pelo primeiro autor deste artigo – com apoio do professor orientador (segundo autor), no Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da UNIFESP.

América Latina: imperialismo, subdesenvolvimento e dependência

O contexto que perpassa o processo de Reconceituação latino-americano do Serviço Social é marcado pelo debate do que se convencionou caracterizar como subdesenvolvimento

do continente latino-americano¹. Esse processo não ocorreu isoladamente: foi travado no contexto da guerra fria, da diversa resistência contra as ditaduras cívico-militares (armadas ou não), dos projetos de desenvolvimento da região (tensionados pelo imperialismo norte-americano, pelo nacional-desenvolvimentismo e pelas alternativas de ruptura revolucionária), bem como por lutas sociais diversas (campesina, por igualdade de gênero, profundas alterações socioculturais, entre outras), que aqueceram o processo de luta de classes na América Latina. É nesse contexto que se insere o debate sobre a Teologia da Libertação (GUTIÉRREZ, 1984). Sendo assim, é preciso, inicialmente, resumir este processo, resgatando as observações marxianas sobre a lei geral da acumulação capitalista, suas transformações na transição da era concorrencial à monopólica, o imperialismo (sua marca explicitamente neocolonialista), bem como o debate sobre as causas do subdesenvolvimento em sociedade dependentes (FERNANDES, 1975).

Marx (2013), no capítulo 23 de O Capital, vai discorrer sobre a lei geral da acumulação capitalista. O autor traz inicialmente a discussão acerca da composição orgânica do capital, a qual possui um duplo sentido: valor (que apresenta dois níveis: capital constante e variável, ou seja, o primeiro representando os investimentos do capital nos meios de produção e o segundo nos investimentos a manutenção da força de trabalho); e matéria (que se divide em meios de produção e força de trabalho). A composição orgânica se fundamenta no reinvestimento de parte da mais-valia obtida no processo de valorização do capital, na forma constante e variável. Para Marx, existe uma tendência geral do capitalismo em investir mais no capital constante (meios de produção-tecnologia) em detrimento do capital variável (destinado à reprodução da força de trabalho). Esse processo permite ao capital um aumento da produtividade e a redução da força de trabalho (MARX, 2013, p. 835-870).

Os capitais adicionais formados no decorrer da acumulação normal [...] servem preferencialmente como veículos para a exploração de novos inventos e descobertas, ou aperfeiçoamentos industriais em geral. Com o tempo, porém, também o velho capital chega ao momento em que se renova da cabeça aos pés, troca de pele e renasce na configuração técnica aperfeiçoada, em que uma massa menor de trabalho basta para pôr em movimento uma massa maior de maquinaria e matérias-primas. Evidentemente, o decréscimo absoluto da

¹ Como destaca José Paulo Netto (2005 e 1992), o termo reconceituação se refere a um movimento de perfil latino-americano, vivido entre 1965-1975 (não exatamente), que se propôs a romper com o Serviço Social tradicional (de perfil essencialmente doutrinário) e com o Serviço Social clássico (composto por certa sistematização científica). Dialogou com alternativas desenvolvimentistas e aquelas situadas mais à esquerda, revelando, ao mesmo tempo, limitações teóricas, forte militância e avanços importantes contra o conservadorismo na profissão na América Latina. O termo renovação, por sua vez, diz respeito mais diretamente ao Serviço Social brasileiro. Essa renovação significou a reedição do conservadorismo na profissão (expressos nos documentos de Araxá e de Teresópolis ou nos estudos de Ana Augusta de Almeida), como também expressou experiências mais progressistas e críticas ao tradicionalismo, como renovação crítica (a experiência construída na escola de Belo Horizonte, conhecida como método BH).

demanda de trabalho, que decorre necessariamente daí, torna-se tanto maior quanto mais já estejam acumulados, graças ao movimento centralizador, os capitais submetidos a esse processo de renovação (MARX, 2013, p. 854).

Uma consequência desse processo é o impacto causado na vida da classe trabalhadora. Os (as) trabalhadores (as) ficam reféns das necessidades da acumulação do capital, ou seja, eles são expulsos ou absorvidos conforme essas necessidades. A priorização do investimento em capital constante, como já sinalizado, adensa o exército industrial de reserva e uma diversa superpopulação relativa, que nada mais são do que os (as) trabalhadores (as) que excedem as necessidades de produção, conseqüentemente ficando sem emprego ou em situação de instabilidade, parcialmente ou esporadicamente empregados (as). Essa massa de força de trabalho adicional, sobrando, cumpre um papel que ajuda a acumulação do capital na medida em que ela serve para pressionar os trabalhadores empregados. No tempo de Marx, nas condições do capitalismo inglês do século XIX, a superpopulação relativa dividiu-se em flutuante (trabalhadores (as) que ora estão empregados ora não), latente (os (as) que transitavam entre o campo e a cidade) e estagnada (os (as) que exerciam ocupações irregulares). Por fim, também se encontra o lumpemproletariado, como esfera do pauperismo, ou o “sedimento mais baixo da superpopulação relativa” (MARX, 2013, p. 719), composta por força de trabalho apta ao trabalho (entre eles, órfãos, filhos de indigentes - força de trabalho sobrando que aumenta com as crises e diminui com o incremento dos negócios – candidatos ao exército industrial de reserva) e a fração não apta ao trabalho (degradados, maltrapilhos e incapacitados), representando os setores mais pauperizados da sociedade. A identificação e a análise criteriosa do perfil da superpopulação relativa nos dias de hoje e nas condições do capitalismo dependente, exigiria um estudo metódico, atual e particular, que seguramente adensaria a análise marxiana atualmente e reafirmaria a lei geral da acumulação capitalista.

Outra consequência deste processo de apropriação privada da riqueza socialmente produzida, orientada pela lei geral da acumulação, é a centralização do capital (que não se identifica com a concentração), ou seja, a dinâmica em que a concorrência entre os vários capitais dá lugar à uma centralização em poucos capitais maiores, sem necessariamente aumentar a massa geral da riqueza. A concorrência é disputada pelo barateamento do preço das mercadorias, barateamento esse que se dá no processo de produção, especificamente no aumento da produtividade, articulando mais-valia absoluta (obtida por meio da extensão da jornada de trabalho) e relativa (ampliada alterando os meios de produção, sem necessariamente aumentar as horas trabalhadas). Como já visto, a produtividade está atrelada a esse processo crescente de investimento no capital constante (MARX, 2013, p. 835-870).

A luta concorrencial é travada por meio do barateamento das mercadorias. O baixo preço das mercadorias depende, caeteris paribus, da produtividade do trabalho, mas esta, por sua vez, depende da escala da produção. Os capitais maiores derrotam, portanto, os menores. Recordemos, ademais, que com o desenvolvimento do modo de produção capitalista cresce o volume mínimo de capital individual requerido para conduzir um negócio sob condições normais. Os capitais menores buscam, por isso, as esferas da produção das quais a grande indústria se apoderou apenas esporádica ou incompletamente. A concorrência aflora ali na proporção direta da quantidade e na proporção inversa do tamanho dos capitais rivais. Ela termina sempre com a ruína de muitos capitalistas menores, cujos capitais em parte passam às mãos do vencedor, em parte se perdem (MARX, 2013, p.851).

Entretanto esse processo de centralização do capital será incrementado na fase subsequente do capitalismo, a do capitalismo monopolista, aprofundando e reafirmando aspectos já atuantes na fase concorrencial. Essa fase, também denominada de imperialismo, foi objeto de estudo de Lenin (2010). O autor afirma que um dos principais traços dessa nova fase do desenvolvimento e fortalecimento dos monopólios, previsto por Marx, levou a uma fusão entre os capitais, os quais foram se constituindo enquanto monopólios. Esses grupos, dado a sua força, tinham papel central nas economias e exerciam pressões para controlar os pequenos capitais. Outra característica do capitalismo monopolista é a fusão do capital industrial com o bancário, que deu origem ao capital financeiro. O sistema de crédito passa a ser crucial para o desenvolvimento dos monopólios, conseqüentemente fazendo com que os bancos adquiram um novo papel nesse cenário. Eles deixaram de exercer um papel essencialmente técnico e, por meio da concessão de crédito, começaram a exercer influência e controlar processos nessa lógica monopolista, fato que levou a essa fusão. Criou-se então um capital financeiro que, seguindo a lógica de centralização, se fortaleceu enquanto uma oligarquia financeira, exercendo grande influência nos processos da época (LENIN, 2010).

Outro importante marco do imperialismo é a exportação de capitais, a qual difere da antiga exportação de mercadorias. Essa exportação de capitais se fundamenta sob a lógica de que os países desenvolvidos encontram dificuldades para se valorizar dentro deles mesmos. Por isso, buscam outros países onde seja mais lucrativo, onde a mão de obra, a terra e as matérias sejam mais baratas. Tal exportação permite o aumento da lucratividade dos países desenvolvidos, os deixam com vantagens frente aos subdesenvolvidos e favorece o desenvolvimento do modo de produção capitalista em todos os países. Esse processo faz com que os monopólios e as nações busquem uma partilha do mundo. Reedita-se a antiga partilha colonial, como neocolonialismo, porém agora sob bases da exportação de capitais, processo de extrema disputa entre as nações. Como já destacado, a conquista do território permite o desenvolvimento do capital do país, a busca por matérias primas e por força de trabalho baratas,

enfraquece os seus concorrentes e reforça a lógica de monopólios. É diante desse processo, e estruturalmente articulado a ele, que surgem as grandes guerras mundiais (LENIN, 2010).

Em síntese as principais características do imperialismo são:

1. a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica 2. a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse capital financeiro da oligarquia financeira 3. a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande 4. a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, 5. o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos trusts internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes (LENIN, 2010, p.88).

Essa fase do capitalismo teve fortes impactos nos países latino-americanos, os quais sofreram as investidas imperialistas descritas acima. Florestan Fernandes (1975), vai discorrer sobre a trajetória dependente dos países da América Latina e sua relação com o imperialismo. Segundo o autor, essa relação dependente remonta aos tempos da colonização, onde o mercantilismo realizou um saqueio das riquezas do continente, contribuindo para a acumulação primitiva do capital. Esse processo se reorganizou e, mesmo com a independência política de países do continente, foram mantidos os traços coloniais, ou seja, uma economia essencialmente agromineira exportadora e a criação de uma elite nacional dependente, descomprometida com o desenvolvimento nacional. Chega-se, então, a fase monopólica do capitalismo e a exportação de capitais, processo que modernizou alguns países do continente, porém reafirmando seu papel de exportadores de matérias primas baratas, reafirmando a dependência. Por fim a fase do imperialismo total, processo que solidifica a dominação estrangeira no continente, incorporando a financeirização, a comunicação, as tecnologias e outros. As consequências desse processo são a manutenção e acentuação do pauperismo no continente, como estratégia de manter a lei geral da acumulação; a criação de uma burguesia que só se vincula aos interesses internacionais; e um desenvolvimento desigual e combinado (OLIVEIRA, 2003, p. 121-150), por meio de uma modernização conservadora realizada pela “via colonial” e hipertardia (CHASIN, 2000)².

² O uso das terminologias “via colonial” e hipertardia, foi proposto por José Chasin para pensar o caso brasileiro. Embora estas características possam ser estendidas à realidade latino-americana, cuidados são necessários no sentido de apanhar as particularidades dos países considerados. Ademais, é preciso ressaltar que muitas nações na América Latina não viveram surtos industriais (como boa parte dos países centro-americanos, do Caribe e parte

Marini (2013) também vai contribuir para a análise dessa relação dependente do continente latino-americano. Para o autor, o imperialismo tinha como função “subtrair abertamente uma parte da mais-valia criada dentro de cada economia nacional, o que aumenta a concentração do capital nas economias centrais e alimenta o processo de expansão imperialista” (MARINI, 2013, p.49). Diferente dos países centrais, a mais-valia dos países da América Latina se realiza nessa relação comercial de exportação, onde, em alguns países essa relação está na mão do capital estrangeiro, reforçando a dependência do continente. Tal processo leva as classes dominantes locais a operar a superexploração da força de trabalho, ou seja, o pagamento dela abaixo do valor necessário para sua reprodução como força de trabalho, ampliando as taxas de mais-valia absoluta e ou relativa e compensando as perdas das classes dominantes locais no mercado internacional (MARINI, 1973). Outros países que conseguiram absorver parte da mais-valia e apostar numa indústria local também vão cair na lógica da dependência. A aposta de um desenvolvimento autônomo não resistiu ao assédio do capital estrangeiro, o qual entrou por meio de investimentos diretos e novas tecnologias (muitas delas obsoletas nos países centrais). Um último e importante destaque levantado pelo autor é o papel das ditaduras militares no continente, as quais tinham por função não só a repressão aos movimentos de massa, mas também garantir uma adesão ao imperialismo e à modernização conservadora (MARINI, 2013)³.

Por fim, Marini (2013) destaca:

Nos marcos da dialética do desenvolvimento capitalista mundial, o capitalismo latino-americano reproduziu as leis gerais que regem o sistema em seu conjunto, mas, em sua especificidade, acentuou-as até o limite. A superexploração do trabalho em que se funda o conduziu finalmente a uma situação caracterizada pelo corte radical entre as tendências inerentes ao sistema - e, portanto, entre os interesses das classes por ele beneficiadas - e as necessidades mais básicas das grandes massas, que

da América do Sul), enquanto outros viveram experiências industriais dependentes (Brasil, Argentina e México, por exemplo). Portanto, grande parte da América Latina, na sua ampla diversidade, permaneceu essencialmente agrária e puramente exportadora de produtos primários (inclusive aqueles que viveram processos de industrialização). Vale destacar, ainda, que o impacto da tradição colonial na composição da ordem burguesa latino-americana, foi objeto de estudo realizado por diversos (as) autores (as), com destaque – nas décadas de 1960 e 1970 – para Florestan Fernandes (1975) e para o grupo da Teoria Marxista da Dependência (MARINI, 1973 e 2013).

³ O debate sobre a teoria da dependência não deve se limitar – e não se limitou – ao contexto dos anos 1960 e 1970, particularmente aquele realizado pelo grupo liderado por Ruy Mauro Marini (Theotônio dos Santos, Vania Bambirra e Andre Gunder Frank). Vale ressaltar, ainda, as análises realizadas por Cardoso e Falleto (1977) (que trilharam caminhos muito diversos da teoria da dependência analisada pelo coletivo de Ruy Mauro), bem como o registro das excelentes conferências realizadas por Florestan Fernandes nos anos 1960 (FERNANDES, 1975). Existe uma larga tradição na sociologia brasileira e latino-americana – mais ou menos recente – que desenvolveu um importante debate crítico sobre o Brasil e a América Latina (parte dela citada nesse texto). Preservada a importância desse legado, é necessário ressaltar a importância de atualizar esse debate nas condições impostas pelo século XXI (o que não é objetivo desse artigo). Uma referência nesta direção encontra-se registrada nos estudos de Katz (2020), particularmente na parte terceira de sua obra.

se manifestam em suas reivindicações por trabalho e consumo. A lei geral da acumulação capitalista, que implica a concentração da riqueza num polo da sociedade e o pauperismo absoluto da grande maioria do povo, se expressa aqui com toda brutalidade, colocando na ordem do dia a exigência de formular e praticar uma política revolucionária, de luta pelo socialismo (MARINI, 2013, p.63).

O que interessa ressaltar, aqui, é que a Teologia da Libertação (TL) foi gestada a partir de condições materiais muito precisas que atravessaram e seguem atravessando a América Latina: a tensão entre os projetos imperialistas, nacional desenvolvimentistas (liderados pela CEPAL) e aqueles com explícita inspiração socialista e comprometidos com a ruptura ou, pelo menos, com transformações mais radicais na ordem do capital aqui gestada. Isso se objetivou a partir de um processo que intensificou a luta de classes na segunda metade do século XX, com especial destaque para a década de 1960 e primeira metade dos anos 1970. O pauperismo tecido sob a amarras da dependência e as múltiplas opressões que atingiram os mais pobres, demarcaram as bases materiais da Teologia da Libertação em solo latino-americano.

Subdesenvolvimento, igreja católica e Serviço Social

Esse processo de subdesenvolvimento crônico, interpretado por diferentes tradições teórico-políticas, gerou uma série de discussões no continente latino-americano. O crescente aumento da desigualdade e da dependência econômica frente às grandes potências, tornaram-se assuntos centrais em diversos espaços na América Latina. Tais discussões possibilitaram o surgimento de diversos movimentos sociais que lutavam pela libertação nacional, tendo como principal exemplo o triunfo da Revolução Cubana em 1959. Paralelo a esse processo, nota-se também uma renovação do pensamento em diversas áreas, como as universidades, os movimentos culturais, a igreja, o Serviço Social, dentre outras. Como sinaliza Iamamoto (IAMAMOTO, 2003, p.206) o “pensamento social latino-americano busca reconciliar-se com sua própria história”. Serão objetos deste texto os impactos dessas discussões e suas consequências na renovação na Igreja Católica e no Serviço Social.

A Igreja Católica latino-americana é um dos principais setores que sofrerá impactos nesse processo. É nos anos de 1960 que a igreja mundial passa por um importante processo promovido pelo Concílio Vaticano II, em que, sinteticamente, o catolicismo abre-se para a modernidade. Essa abertura, somada à uma crescente mobilização popular no continente, vai levar ao surgimento de diversos movimentos sociais católicos, os quais buscavam justificativa no evangelho e na doutrina católica para protagonizar importantes lutas contra as desigualdades e na busca pela libertação nacional. Esses movimentos, denominados por Lowy (2000) de

Cristianismo da Libertação, estavam presentes em todo o continente⁴. Destacam-se as juventudes católicas no Brasil e no Chile⁵; a contribuição de Padre Camilo Torres⁶ para o Exército de Libertação Nacional (ELN) na Colômbia; os movimentos católicos camponeses na América Central, dentre outros. Todos esses movimentos, se apoiando na fé católica, lutaram frente às contradições do subdesenvolvimento do continente (LOWY, 2000).

Movimentos católicos laicos, tais como a Juventude Universitária Católica, a Juventude Operária Católica e a Ação Católica, ou os movimentos populares educacionais (Brasil), comitês para a promoção da reforma agrária (Nicarágua), federações de camponeses cristãos (El Salvador) e, acima de tudo, as comunidades de base, eram, no início dos anos 60, a arena social na qual os cristãos se comprometeram ativamente com as lutas populares, reinterpretaram o Evangelho à luz de sua prática e, em alguns casos, foram atraídos pelo marxismo (LOWY, 2000, p. 71).

Todo esse processo impactou também as formulações teológicas produzidas na América Latina. Destaca-se, inicialmente, que a abertura promovida pelo Concílio Vaticano II possibilitou que os teólogos do continente dialogassem mais com as ciências sociais. Outro ponto é o impacto da discussão do subdesenvolvimento nas produções teológicas, onde parcela dos teólogos estavam sintonizados com perspectivas teóricas críticas e a dependência latino-americana. E por fim, a influência do Cristianismo da Libertação, movimento que demandou importantes reformulações na teologia tradicional. Esse processo vai mobilizar um grupo de teólogos que, por meio de congressos e artigos, vão esboçar uma nova teologia que abordava o papel da igreja frente a desigualdade do continente e o seu compromisso com os oprimidos. Essas são as bases para o surgimento da Teologia da Libertação (LOWY, 2000).

A nova teologia latino-americana cria-se oficialmente a partir publicação do livro *Teologia da Libertação, perspectivas*, do teólogo peruano Gustavo Gutiérrez, onde o autor apresenta duas principais características desta teologia: a crítica e superação da teologia tradicional, trazendo a discussão de uma unidade entre a história material e o divino,

⁴ Destaca-se aqui a diferença, formulada por Lowy (2000), entre o Cristianismo da Libertação e a Teologia da Libertação. Segundo o autor, o primeiro corresponde aos grupos e movimentos que antecederam as primeiras formulações da TL, ou seja, católicos que já desenvolviam uma prática libertadora e crítica dentro do continente antes mesmo que qualquer nova teologia tivesse sido escrita, como por exemplo a JUC. Já a Teologia da Libertação, para Lowy, nada mais é do que as publicações e obras de autores como Gutierrez, Boff, Dussel e outros, que inspirados e motivados pelos grupos anteriormente citados, formularam uma nova teologia latina, sendo esta libertadora e comprometida com a classe trabalhadora, nomeada de Teologia da Libertação.

⁵ São marcos no Brasil as juventudes JAC, JEC, JIC, JOC e JUC e no Chile o MAPU, movimentos que serão detalhados posteriormente, mas que segundo Lowy (2000) são pioneiros do Cristianismo da Libertação, pois desenvolveram uma formação crítica dos jovens a partir da fé, além de posteriormente romperem com a instituição para formarem partidos e movimentos de esquerda.

⁶ Camilo era padre na Colômbia. Ele organizou um movimento popular militante, após isso entrou no Exército de Libertação Nacional (ELN). Camilo Torres morreu em combate em 1966. Sua morte e legado motivou lutas populares no país, além de mobilizar outros sacerdotes colombianos (LOWY, 2000).

reafirmando a importância de uma libertação no tempo presente; e indicando o pobre como sujeito da sua própria libertação, rompendo com a ideia do pobre como objeto de caridade. (LOWY, 2000). A Teologia da Libertação se apoia numa metodologia em que a realidade social é lida a partir das ciências sociais, incorporando teses de autores (as) marxistas e da teoria da dependência. Posteriormente ela reinterpreta essa realidade a partir das reflexões do evangelho, trazendo um olhar de compromisso com o pobre. E finaliza apontando reflexões que serviram de motivação para os movimentos católicos envolvidos nas lutas populares, justificando suas ações pela teologia (BOFF; BOFF, 1986).

É também na obra fundadora da TL que se nota não só a influência, como também a relação, da nova teologia com a discussão em relação à teoria da dependência. É justamente a partir dessa discussão que Gutierrez (2000) vai entender que a necessidade histórica de uma teologia latina é a libertação. O autor posiciona-se sobre esse debate no seu livro:

Apenas uma análise de classe permitirá ver o que está realmente em jogo na oposição entre países oprimidos e povos dominantes. Ter em conta somente o enfrentamento entre nações dissimula e finalmente suaviza a verdadeira situação. Por isso a teoria da dependência equivocaria seu caminho e levaria a engano se não situasse sua análise no marco da luta de classes que se desenrola em âmbito mundial. Tarefa indispensável, se quisermos tomar efetiva uma hipótese fecunda, e evitar pseudo-interpretações e soluções fáceis. A percepção do fato da dependência e de suas conseqüências permitirá uma nova tomada de consciência da realidade latino-americana. Além dos fatores políticos, a teoria do desenvolvimento deve considerar a situação de dependência e as possibilidades de livrar-se dela; só nesse contexto pode ter sentido e encontrar possibilidade de realização. Mas os estudos feitos nesta perspectiva levaram a concluir que o desenvolvimento autônomo latino-americano é inviável no quadro do sistema capitalista [...] Caracterizar a América Latina como um continente dominado e oprimido leva, naturalmente, a falar de libertação e, sobretudo, a participar no processo que a ela conduz. De fato, trata-se de um termo que exprime uma nova postura do homem latino-americano. O fracasso dos esforços reformistas acentuaram essa atitude. Hoje, os grupos mais atentos, nos quais se impõe o que chamamos nova consciência da realidade latino-americana, crêem que só pode haver desenvolvimento autêntico para a América Latina na libertação da dominação exercida pelos grandes capitalistas e, em especial, pelo país hegemônico: os Estados Unidos da América do Norte. O que implica, aliás, o enfrentamento de seus aliados naturais: os grupos dominantes nacionais. Torna-se cada vez mais evidente que os povos latino-americanos não sairão de sua situação a não ser mediante uma transformação profunda, uma revolução social que mude radical e qualitativamente as condições em que vivem atualmente (GUTIERREZ, 2000, p.144).

Essa nova teologia teve contribuição decisiva para importantes lutas na América Latina, sendo influência de diversos movimentos sociais do período. As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que desenvolveram importantes processos de mobilização popular, tiveram e ainda têm forte relação com a Teologia da Libertação, sendo ela a base de fundamentação do

grupo católico. As práticas de educação popular também possuem forte vinculação com os movimentos inspirados pela nova teologia latina. A Revolução Sandinista contou com fortes inspirações cristãs, conseqüentemente também em sintonia com os princípios da TL (LOWY, 2000).

[...] As brechas abertas neste muro graças ao surpreendente processo de convergência entre cristianismo e marxismo que se deu na América Latina no curso dos últimos 30 anos - em particular, mas não unicamente, através da teologia da libertação - tem sido um dos fatores importantes na história moderna do continente. Alguns dos principais eventos sociais e políticos das décadas recentes - como a revolução nicaraguense, a insurgência popular em El Salvador e o novo movimento operário e popular no Brasil - são incompreensíveis e inexplicáveis se não levar em consideração a profunda modificação da cultura católica latino-americana resultante da integração, por importantes setores da Igreja, de alguns temas essenciais do marxismo (LOWY, 1989, p. 5).

O Serviço Social também sofrerá impactos de toda essa discussão comprometida com projetos que debatiam a superação do subdesenvolvimento. Todo esse debate que problematiza a dependência da América Latina e os movimentos sociais que lutaram frente essas problematizações, se tornaram fatores que contribuíram para a erosão de um Serviço Social tradicional. O tradicionalismo profissional já estava sendo colocado em xeque devido a crise do capital e o avanço de vários movimentos contra a ordem em escala mundial. Entretanto, essa conjuntura de dependência particulariza a erosão latino-americana, erosão que se expressará no Movimento de Reconceituação. O movimento surge a partir das inquietações profissionais sobre as respostas que o Serviço Social estava dando frente a lógica do subdesenvolvimento (NETTO, 2005). A TL é uma das referências estimuladoras deste debate que também afetou o Serviço Social e sua renovação (inclusive o seu debate mais progressista).

A Reconceituação foi a maior e ampla revisão da história da profissão, sendo um movimento que reconfigurou o Serviço Social e rompeu com suas bases tradicionais. Situada geograficamente ao território latino-americano, o rompimento com o tradicionalismo era o que unia esse movimento que estava longe de ser homogêneo. Diversos grupos, sintonizados por esse crítica ao Serviço Social tradicional, divergiam teórica e metodologicamente, mas compunham o movimento e apresentavam eixos em comum, tais como: a criação de um projeto profissional que representasse as particularidades latinas; a discussão a respeito do desenvolvimento e da dependência do continente latino-americano; as discussões acerca de um estatuto científico e a importância dos seus rebatimentos; e a explicitação da dimensão política profissional (IAMAMOTO, 2003).

O movimento, iniciado em 1965, contava com uma frente heterogênea e ampla contra o tradicionalismo profissional. Destaca-se que nessa frente existiam dois principais grupos, um

com forte sintonia ao processo de subdesenvolvimento, se adaptando às novas demandas da conjuntura; e outro com perspectivas mais críticas e radicais. Entre 1971 e 1972 ocorre a divisão dessa frente, surgindo então dois grupos: “o reformista-democrata (rigorosamente desenvolvimentistas) e os radical-democratas (para os quais o desenvolvimento supunha a superação da exploração-dominação nativa imperialista)” (NETTO, 2005, p.10). O Movimento de Reconceitualização se apresentou nos países conforme às particularidades locais de cada um deles, ou seja, devido às condições históricas e culturais, cada país vivenciou o processo de reconceitualização a partir de suas particularidades, mais ou menos renovadoras, com maior ou menor radicalidade (NETTO, 2005).

Nos dez anos de efervescência reconceitualizadora, o movimento expressou também as condições nacionais em que se processava. No Brasil, onde rebate já com a vigência da ditadura implantada em 1964, a renovação (exceto a experiência de que derivou o famoso “Método Belo Horizonte”) traduziu-se especialmente como modernização profissional (Netto, 1991: 151-164); noutros países do Cone Sul, notadamente no Chile e na Argentina (com ressonância no Uruguai), e ainda na Venezuela e na Colômbia, ademais de tendências modernizadoras, a Reconceitualização desenvolveu alternativas de ruptura com o tradicionalismo nos planos metodológico-interventivo e político-ideológico (NETTO, 2005, p.11).

Entretanto, potenciado por suas contradições internas (suas potencialidades e limites) e pelos golpes cívico-militares patrocinados pelos EUA (apoiado, inclusive, pelas frações mais conservadoras da Igreja Católica), a Reconceitualização do Serviço Social estancou-se em 10 anos (1965-1975 – no geral). Mesmo com curto período de existência, o movimento contribuiu decisivamente para o Serviço Social: a) permitiu uma articulação da profissão com as ciências sociais; b) contribuiu para uma explicitação da sua dimensão política; c) favoreceu o surgimento de uma pluralidade profissional, dentre outras contribuições. Netto (2005) vai sinalizar que a

principal conquista da Reconceitualização, porém, parece localizar-se num plano preciso: o da recusa profissional de Serviço Social de situar-se como um agente técnico puramente executivo (quase sempre um executor terminal de políticas sociais). Reivindicando atividades de planejamento para além dos níveis de intervenção microssocial, valorizando nas funções profissionais o estatuto intelectual do assistente social (abrindo, pois, a via para a inserção da pesquisa como atributo também do Serviço Social), a Reconceitualização assentou as bases para a requalificação profissional, rechaçando a subalternidade expressa na até então vigente aceitação da divisão consagrada de trabalho entre ciências sociais (os “teóricos”) e assistentes sociais (os profissionais da “prática”) (NETTO, 2005, p.12).

Por fim, como já sinalizado, destaca-se a relevância da discussão do subdesenvolvimento latino-americano e de como ele contribuiu decisivamente para importantes processos de renovação, como na Igreja Católica e no Serviço Social. A renovação da Igreja,

representada pela Teologia da Libertação, fomentou e influenciou importantes movimentos sociais que protagonizaram diversas lutas no continente. O Serviço Social, por meio da Reconceituação, fez a crítica de suas bases tradicionais e deixou um legado importante para a profissão. Esses dois processos, da profissão e da igreja, assim como tantos outros que brotaram no continente no processo de intensificação da luta de classes, irão se cruzar, promovendo diálogos e trocas de influências, processo que será objeto do terceiro e último item deste artigo⁷.

Teologia da libertação e reconceituação do Serviço Social

A histórica vinculação entre Serviço Social e a Igreja Católica passa, assim, a contar com novas bases de legitimação, o que abre um campo de possibilidades em relação à construção de uma crítica ao ethos tradicional (...). A Teologia da Libertação influencia a negação da concepção tradicional do Serviço Social, possibilitando a compreensão das determinações de classe, como diz Lowy, a solidariedade com o ‘pobre’, que não é mais vista como ‘objeto de caridade e assistência’, os ‘oprimidos’ passam a ser concebidos como sujeitos de sua própria libertação (BARROCO, 2010, p. 107 e 174).

É a partir dessas duas citações que fundamentamos o objeto de análise desse último item. A Teologia da Libertação, enquanto um pensamento social latino que pautava essa contradição do subdesenvolvimento, influenciou esse processo de ruptura com o tradicionalismo no Serviço Social, influência que se deu junto às particularidades do Movimento de Reconceituação. Nos atentaremos principalmente ao processo reconceitualizador do Brasil e sua relação com a esquerda católica, destacando brevemente algumas interlocuções da TL com as renovações profissionais desenvolvidas em outros países da América Latina.

O Brasil vivenciou um processo específico no período da Reconceituação latino-americana, particularidade marcada pelo golpe cívico-empresarial-militar de 1964. A ditadura possibilitou uma condição favorável para a hegemonia de uma vertente modernizadora, vertente que teve centralidade em parte significativa da renovação profissional brasileira. Entretanto, outras vertentes, uma trazendo a reatualização do conservadorismo e outra com fortes traços críticos e marxistas, também coexistiram nesse processo. A vertente crítica, nomeada por Netto (2005) de “intenção de ruptura”, vertente mais progressista inspirada no marxismo e nas produções da Reconceituação de outros países, se fortalece com o enfraquecimento do regime ditatorial e começa a ocupar importantes espaços profissionais. Uma vanguarda profissional que compunha essa vertente, que já havia produzido literaturas críticas acerca da renovação do

⁷ O estudo denominado “A História pelo avesso – a reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais”, organizado por Marilda Iamamoto e Claudia Mônica dos Santos (2021), oferece excelente debate nesta direção.

Serviço Social no Brasil, a partir da aproximação com os movimentos sociais, vai ocupar os espaços formativos, jurídicos e organizacionais da profissão, ocupação que permitiu que ela implementasse uma direção social crítica no Serviço Social, direção que é hegemônica até os dias atuais (NETTO, 2005).

O Brasil foi um dos pioneiros do Cristianismo da Libertação, além também de ter sido o país onde a Teologia da Libertação teve influência significativa na hierarquia católica e nos trabalhos pastorais. O país foi palco de importantes movimentos católicos progressistas, tais como a atuação das juventudes católicas, a JAC (Juventude Agrária Católica), JEC (Juventude Estudantil Católica), JIC (Juventude Independente Católica), JOC (Juventude Operária Católica), JUC (Juventude Universitária Católica). Essas juventudes, a partir de literaturas francesas, adotaram uma postura crítica e em determinados casos até anticapitalista, transformando o simples trabalho de evangelização em trabalho de formação política e luta contra a ditadura. Outro importante grupo foi o Movimento de Educação de Base (MEB), movimento que não só trabalhou a alfabetização, mas também discutia a formação política e a participação cidadã. Além deles, ganha destaque também as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), comunidades que, inspiradas pelas formulações da TL, promoviam um espaço de vivência em comunidade, partilha de vida e principalmente de mobilização popular, motivando seus integrantes a lutar por direitos sociais (LOWY, 2000).

Em relação às contribuições das CEBs, Lowy (2000, p. 148) destaca

Mas é preciso deixar claro que as comunidades de base ajudaram a criar uma nova cultura política no Brasil, “a democracia de bases”, em oposição não só ao autoritarismo militar, como também às três tradições políticas principais do país: o clientelismo - praticado tradicionalmente nas áreas rurais pelos proprietários de terra e nos centros urbanos por políticos profissionais que distribuem favores (empregos, dinheiro); populismo que, sob Vargas e seus seguidores, permitiu que o governo criasse “de cima” o movimento sindical e popular; e o verticalismo, muitas vezes utilizado pelas forças principais da “velha” Esquerda, seguindo o exemplo soviético ou chinês. Graças a essa nova cultura, os militantes das CEBs, com o apoio de teólogos e bispos radicais, contribuíram para construir o movimento trabalhista de massas maior e mais radical de toda a história do Brasil.

A vertente “intenção de ruptura” sofreu uma série de influências nesse processo, dentre elas destaca-se a forte presença da esquerda católica. Batistoni (2019) aponta que a Escola de Belo Horizonte, escola onde a vertente se expressou com maior intensidade, tinha a “presença de forças progressistas da hierarquia católica, oferecendo, aos docentes e discentes, espaço de resistência intelectual e política” (BATISTONI, 2019, p. 543). Além disso, a autora também destaca a participação de estudantes e assistentes sociais em movimentos da esquerda católica, tais como o MEB e a JUC, que traziam suas experiências com trabalho de base e sua formação

política crítica. Um exemplo desse processo é a figura de Leila Lima dos Santos, importante liderança da vertente, que foi membro atuante da JUC. É válido para pontuar também a presença do Padre Henrique Cláudio de Lima Vaz, membro da escola mineira, que estudava Marx e produzia uma literatura crítica a partir do humanismo cristão, consequentemente influenciando as primeiras produções da vertente. Destaca-se, assim, a presença significativa da esquerda católica na gênese e no desenvolvimento da vertente Intenção de Ruptura (BATISTONI, 2019).

A influência desse “marxismo” na proposta da Escola de Serviço Social de BH se efetiva pelo protagonismo de docentes (não só assistentes sociais, mas também de outras áreas disciplinares, como filósofos e economistas) e discentes que tiveram atuação na esquerda católica. Destaca-se, mais uma vez, Leila Lima, que em vários depoimentos concedidos assinala os caminhos de sua aproximação ao marxismo pela via do “humanismo cristão”, tendo recebido formação e orientação diretamente de “cursos” com o padre Vaz, desde 1961, como dirigente da JUC em Minas Gerais e já estudante de Serviço Social na Universidade Católica (BATISTONI, 2019, p.550).

Entretanto, essa relação não se restringe apenas à gênese da vertente: ela vai se estender para o processo de redemocratização do país, processo em que a vanguarda profissional vai se aproximar de importantes movimentos sociais. Abramides (2016) ressalta essa aproximação destacando alguns exemplos: a relação com o novo sindicalismo, que fortaleceu a organização da categoria; a aproximação com o Movimento Custo de Vida e outros grupos que também reivindicavam direitos sociais; além da luta “contra o pagamento da dívida externa; pela anistia ampla, geral e irrestrita; luta por uma Assembleia Nacional Constituinte livre, soberana e democrática e eleições diretas” (ABRAMIDES, 2016, p.467). Todos esses movimentos, segundo Moreira (2012), possuíam estreita relação com a esquerda católica. Segundo o autor, parcela significativa das lideranças do novo sindicalismo eram trabalhadores formados pela CEBs e pela Pastoral Operária. O Movimento Custo de Vida foi formado com apoio de Dom Evaristo Arns⁸ e da CEBs. Ademais, a igreja católica no Brasil, representada na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), também encampou as lutas pela nova constituição e pela anistia ampla, geral e irrestrita.

A relação entre esquerda católica e Serviço Social não só se apresentou no Brasil, mas em outros países. A Reconceituação do Serviço Social argentino, por exemplo, diferente de outros países, contou com fortes traços críticos, os quais combatiam tendências modernizadoras do desenvolvimentismo. Ela foi “um processo comandado pelo debate progressista com certa

⁸ Dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo na década de 1970, travou importantes lutas contra a ditadura, contribuiu para o desenvolvimento de diversos trabalhos das CEBs na sua diocese e teve fortes relações com a Teologia da Libertação (LOWY, 2000).

literatura situada à esquerda, embora não necessariamente marxista e marxiana” (MOLJO; SILVA; ZAMPANI, 2017, p.127). Todo esse processo passou muito por organizações como o Instituto de Serviço Social e o Grupo Ecro, organizações que surgiram a partir de propostas modernizadoras, mas que logo se radicalizaram, graças à aproximação com movimentos sociais e pelo intercâmbio com outros países. Destaque deve ser dado, aqui, à revista “Hoy en el Trabajo Social”, “Selecciones del Servicio Social” (em menor proporção)⁹, bem como a alguns importantes atores: os peronismos, a Teologia da Libertação e as influências de Paulo Freire (MOLJO; SILVA; ZAMPANI; PAGAÇA, 2020). Dentre esses atores sociais destaca-se, portanto, militantes da esquerda católica, que junto de outras influências, possibilitaram que as organizações se tornassem as propulsoras da Reconceituação na Argentina (MOLJO; SILVA; ZAMPANI, 2017).

(...) embora o instituto e o Grupo Ecro tenham surgido com inspiração desenvolvimentista, será no intercâmbio com outras experiências (fundamentalmente chilenas e uruguaias), assim como no encontro cotidiano nas comunidades e com outros atores sociais (trabalhadores, militantes políticos, grupos cristãos influenciados pela teologia da libertação etc.), que o Grupo Ecro vai radicalizando as suas ideias (MOLJO; SILVA; ZAMPANI, 2017, p.127).

Outro país que também apresentou algumas relações com o catolicismo crítico foi o Chile. A Reconceituação neste país, como demonstra Duriguetto e Marro (2019), contou com uma profunda relação com o cenário político do país, marcado pela efervescência do governo da Unidade Popular e sua luta pela construção do socialismo. Nesse cenário, alguns grupos também se somaram a esse processo, conseqüentemente também se relacionando com a profissão, dentre eles destaca-se o MAPU (Movimento de Ação do Povo Unido), movimento que, segundo Lowy (2000), foi criado pela juventude da Democracia Cristã, os quais romperam com o partido e criaram uma organização de viés marxista, sendo um dos representantes do Cristianismo da Libertação. Outro fato a se destacar na Reconceituação chilena, como apontado por Martínez (2017), é a presença do intelectual brasileiro Paulo Freire¹⁰ no país (que também esteve presente na Argentina), o qual contribuiu com um processo de crítica ao tradicionalismo profissional nas escolas de Serviço Social, intelectual que guarda profundas relações com a

⁹ Que alteraram seus nomes no final dos anos 1960 influenciadas pelo Movimento de Reconceituação: anteriormente denominadas “Hoy en el Servicio Social” e “Selecciones de Social Work”, respectivamente.

¹⁰ Paulo Freire foi um filósofo e educador brasileiro que influenciou a pedagogia mundial, tendo um renome internacional. Sua obra, “Pedagogia do Oprimido”, foi amplamente debatida no período da Reconceituação, ressaltando a relação entre oprimido e o opressor, a importância de uma prática educacional libertadora e a conscientização e autonomia dos oprimidos. O autor, que não escondia sua fé cristã, guardou profundas relações com TL, citando-a em comentários, além de influenciar diretamente na produção de teólogos como Leonardo Boff (PEREIRA, 2015).

Teologia da Libertação. A autora também destaca a renovação crítica da universidade de Valparaíso e suas formulações que colocavam a profissão na práxis da libertação e no compromisso com os grupos dominados, discussões que perpassaram necessariamente “la relación entre marxismo y cristianismo” (MARTINEZ, 2017, p.112).

A Reconceituação do Serviço Social, como já destacado, não foi unânime e homogênea em todos os países. Alguns não viveram esse processo renovador ou passaram por ele mais tardiamente, como é o caso do Paraguai. O processo reconceitualizador do país se deu diferente das experiências dos outros países. A reconceituação paraguaia, por exemplo, segundo Agüero (2019, p.220) “es la serie de cuestionamientos teóricos y metodológicos que se desarrolló a lo largo de la década del 90, con búsquedas, caminos y propuestas distintas y diversas a las que los textos sobre la Reconceptualización nos muestran como la experiencia de los demás países”. Para a autora, esse processo ocorre pela aproximação de estudantes e profissionais aos Movimentos Sociais, em especial aos movimentos rurais, aproximação que os motivou a problematizar as universidades acerca da implementação de perspectivas teóricas críticas e práticas, visando entender melhor a realidade do país. Parcela desses movimentos sociais rurais, que influenciaram a contestação crítica do Serviço Social, tiveram fortes influências da Teologia da Libertação, principalmente a partir da articulação de movimentos católicos, como as Comunidades Eclesiais de Base, além de outras organizações católicas progressistas (AGUERO, 2019).

(...) la historia de las organizaciones campesinas que desde 1960 habían confrontado al régimen dictatorial con las Ligas Agrarias Cristianas (LAC), las Juventudes Agrarias Cristianas (JAC) y las Comunidades Eclesiales de Base (CEBs), que si bien se extendieron casi a todos los departamentos del país y habían sido disueltas en el año 1976 con grandes represiones, desapariciones y asesinatos de sus 221 principales dirigentes (AGUERO, 2019, p. 221).

Constata-se, assim, o forte diálogo entre a Teologia da Libertação e o Movimento de Reconceituação do Serviço Social. A análise do processo brasileiro e suas particularidades permitiram um olhar mais detalhado sobre a contribuição dessa corrente progressista católica para a ruptura com o conservadorismo na profissão. Entretanto, ainda que limitado e sintético, os estudos sobre as realidades da Argentina, do Chile e do Paraguai também colaboraram para esse processo, permitindo entender o alcance dessa teologia, a qual é fruto da América Latina e desenvolveu-se por ela, influenciando importantes mobilizações sociais. Por fim, é importante frisar que esse movimento de renovação profissional contou com uma série de influências, não só a da TL. Diversos outros movimentos, partidos e correntes teóricas também influenciaram a crítica ao tradicionalismo profissional.

Considerações finais

Por fim, é importante destacar alguns pontos centrais das reflexões propostas por esse artigo. O primeiro diz respeito à dinâmica contraditória do capitalismo, onde, por meio do primeiro item, pôde-se observar as consequências da brutal lei geral da acumulação. Esse processo, central para o funcionamento desse modo de produção, gerou uma enorme pauperização do proletariado, em especial no continente latino-americano, onde a situação se agravou devido aos ataques imperialistas. Por outro lado, as investidas imperialistas e o aumento da exploração criaram as bases materiais para um forte movimento contestatório na América Latina. A enorme desigualdade e a dependência foram motivações para diversos grupos sociais se rebelarem e se mobilizarem frente ao tema da libertação nacional.

O segundo ponto a se observar é justamente o impacto dessas mobilizações e os reflexos delas na Igreja Católica e no Serviço Social. É nessa particularidade do continente latino-americano, - dependente, desigual-combinado e de luta -, que se dará o chão concreto das renovações do catolicismo e da profissão. A renovação católica, particularmente latino-americana e liderada pela Teologia da Libertação, deixou profundas marcas no continente, influenciando importantes movimentos sociais, além de mobilizar e articular as próprias ações da Igreja. O Movimento de Reconceituação latino-americano, deixou um legado extremamente rico para o Serviço Social, possibilitando renovações profissionais em diversos países do continente, rompendo com o tradicionalismo profissional.

Um terceiro e último ponto a ser destacado é a relação estabelecida entre a Reconceituação latino-americana, a renovação do Serviço Social brasileiro e a Teologia da Libertação criada na relação com o Cristianismo da Libertação. Como apontado anteriormente, a esquerda católica teve contribuição decisiva para o movimento de Reconceituação. Essa contribuição antecede inclusive as próprias formulações da Teologia da Libertação, onde notou-se que os movimentos do Cristianismo da Libertação já colaboravam por meio da formação de estudantes e profissionais e por meio de um intercâmbio nas lutas sociais junto aos trabalhadores. A TL, em si, como já demonstrado, também colaborou nesse intercâmbio de lutas, muito por sua influência junto aos movimentos, mas também trouxe uma literatura crítica, em determinados casos com fortes inspirações marxistas, literatura que também influenciou a renovação profissional.

Em tempos de recrudescimento do conservadorismo-reacionário (SANT'ANA; SILVA, 2020), de crise do capital e de adensamento do pauperismo relativo e absoluto (nas condições particulares da América Latina), é crucial resgatar esse legado histórico da profissão. O fundamentalismo religioso e o neoconservadorismo têm articulado críticas e ataques à direção

social estratégica – conhecida como Projeto Ético Político profissional – assumida pelo Serviço Social brasileiro, ameaçando essa hegemonia na atualidade. Igualmente têm atuado no sentido de expurgar as experiências progressistas no interior da Igreja Católica, entre elas qualquer legado deixado pelo Cristianismo da Libertação e pela Teologia que dele derivou. Sendo assim, entende-se importante esse resgate teórico da Reconceituação e da TL, o qual se torna uma ferramenta de defesa à um projeto profissional crítico e comprometido com níveis crescentes de emancipação social.

Referências

- ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. 80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 127, p. 456-475, set./dez. 2016.
- AGÜERO, Stella Mary García. *La cuestión social en el Paraguay del siglo xx: Trabajo Social y políticas sociales*. Asunción: Editorial Arandurá. Enero 2019.
- BARROCO, Maria Lucia Silva. *Ética e serviço social: fundamentos ontológicos*. 8.edição, São Paulo: Cortez, 2010.
- BATISTONI, Maria Rosângela. O projeto da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte - 1960-1975: uma reconstrução histórica. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 136, p. 538-558, set./dez. 2019.
- BOFF, Leonardo; BOFF, Clodovis. *Como fazer teologia da libertação*. 3ª Edição. Editora Vozes. Petrópolis, 1986. (Coleção FAZER – 17)
- CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- CHASIN, J. *A via colonial de entificação do capitalismo. A miséria brasileira: 1964-1994 – do golpe militar à crise social*. Santo André (SP): estudos e edições Ad Hominem, 2000.
- DURIGUETTO, Maria Lúcia; MARRO, Katia. Considerações sobre a trajetória histórica do Serviço Social no Chile: da Reconceituação ao tempo presente. In: *Serviço social na história: América Latina, África e Europa* / Maria Carmelita Yazbek Marilda Villeda Yamamoto (orgs.). São Paulo: Cortez, 310-337, 2019.
- FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 2ª. ed. Zahar Editores. Rio de Janeiro. 1975
- GUTIÉRREZ, Gustavo. *A força histórica dos pobres*. 2ª edição, Petrópolis: Vozes, 1984.
- _____. *Teologia da Libertação: perspectivas*. Tradução: Yvone Maria de Campos Teixeira da Silva e Marcos Marcionilo. EDIÇÕES LOYOLA, São Paulo, Brasil, 2000.
- IAMAMOTO, Marilda V. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 6ª. ed. - São Paulo: Cortez, 2003.
- IAMAMOTO, Marilda; Santos, Cláudia Mônica (org.). *A história pelo avesso – reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais*. São Paulo: Cortez, 2021.
- KATZ, Claudio. *A teoria da dependência – 50 anos depois*. São Paulo: Expressão Popular, 2020.
- LENIN, Vladimir Ilitch. *O imperialismo: Fase superior do capitalismo* - Tradução Leila Prado 3ª. ed. São Paulo: Centauro Editora. 2010.
- LOWY, Michael. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Tradução Vera Lúcia Melo Joscelyne. Petrópolis: RJ: Vozes, 2000.
- _____. *Marxismo e cristianismo na América Latina*. São Paulo: Lua Nova, n. 19, p.114 05-

22, novembro de 1989

- MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*. 1973. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marini/1973/mes/dialetica.htm>
- _____. *Subdesenvolvimento e revolução*. 4ª. ed. Florianópolis: Editora Insular, 2013.
- MARTÍNEZ, Leticia Arancibia. *Disputas en la construcción del Trabajo Social reconceptualizado en la Universidad Católica de Valparaíso (1966-1973)*. EM PAUTA, Rio de Janeiro, 2º. Semestre de 2017 - n. 40, v. 15, p. 102 - 117.
- MARX, Karl. *O Capital*, Livro I. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MOLJO, C. B.; SILVA, J. F. S.; ZAMPANI, R. *Movimento de Reconceituação e Serviço Social argentino*. EM PAUTA: Rio de Janeiro, n. 40, v. 15, p. 118 – 135, 2º. semestre de 2017.
- MOLJO, C. B.; SILVA, J. F. S.; ZAMPANI, R.; PAGAZA, M. R. Reconceptualisation Movement in Argentina: theoretical, political and cultural influences. *Critical and Radical Social Work*, v. 8, p. 1-16, 2020.
- MOREIRA, Alberto da Silva. *Contribuições Da Teologia Da Libertação Para Os Movimentos Sociais*. Goiânia: Caminhos, v. 10, n. 2, p. 37-55, jul./dez. 2012.
- NETTO, José Paulo. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992.
- _____. *Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós – 64*. 8ª. edição - São Paulo: Cortez, 2005.
- _____. *O movimento de reconceituação 40 anos depois*. Serviço Social & Sociedade nº84 – São Paulo: Cortez, ANO XXVI - novembro 2005.
- OLIVEIRA, F. de. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- PEREIRA, Vanderlan Paulo de Oliveira. *Pedagogia freiriana e teologia da libertação: trilhando caminhos de esperança*. COIPESU, Universidade Federal da Paraíba, 2015
- SANT'ANA, Raquel; SILVA, J. F. S. *Recrudescimento conservador no Brasil: bases ontológico-concretas e expressões no Serviço Social*. Revista Libertas, Juiz de Fora, v.20, n.2, p. 351-372, jul. /dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/32164/21594>

Karl Marx diante da miséria e da constituinte alemães em 1848

Marx on German misery and constitutionalism in 1848

Vitor Bartoletti Sartori*

Resumo: a partir da análise da diferença das abordagens marxianas do Manifesto e da Nova Gazeta Renana, explicitaremos como que Marx vem a dar um destaque maior à democracia no periódico que dirige. Ele mostra como que a especificidade alemã, marcada pela reconciliação do velho com o novo, traz uma constituinte que poderia trazer possibilidades às lutas dos trabalhadores, mas que acaba por redundar na chancela da contrarrevolução.

Palavras-chaves: Marx, revoluções de 1848, miséria alemã, Nova Gazeta Renana, constituição

Abstract: from the analysis of the difference between the Marxian analyzes of the Manifest and the New Rhenish Gazette, we will explain how Marx has highlighted democracy in the journal he directs. He shows how the German specificity, marked by the reconciliation of the old with the new, brings a constituency that could bring possibilities to the workers' struggles, but which ends up resulting in the seal of counter-revolution.

Keywords: Marx, revolutions of 1848, German misery, New Rhenish Gazette, Constitution

Recebido em: 02/08/2021
Aprovado em: 16/02/2022



© O(s) Autor(es). 2018 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-~~Non~~Comercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

Introdução

O ano de 1848 é emblemático na história da sociedade capitalista. Momento de revoluções, e de guerras, trata-se, não só de época em que se tem, como quer Hobsbawm, os últimos suspiros da grande revolução francesa de 1789, mas também “foi, no sentido literal, o

* Professor da faculdade de Direito da UFMG ligado ao departamento de Direito do trabalho e introdução ao Direito. Experiência na área de História, teoria da História, Filosofia, Filosofia política, Teoria e Filosofia do Direito, tendo como foco a relação entre os temas abordados em tais áreas para a conformação da historicidade moderna.

insurgimento dos trabalhadores pobres nas cidades – especialmente nas capitais – da Europa Ocidental e Central.” (HOBSBAWM, 2002, p. 420) Ou seja, o momento é bastante dúbio na história europeia: ao mesmo tempo, tem-se, de um lado, algo que se coloca claramente no ímpeto do momento mais progressista da burguesia (Cf. LUKÁCS, 2020), aquele que se expressa no sentido da democracia revolucionária. (Cf. LUKÁCS, 2007) Doutro lado, porém, já aparece a contestação à própria sociedade capitalista e ao modo pelo qual ela se explicita politicamente. E, assim, o clamor dos trabalhadores – de todo o mundo, e não só da Europa, de acordo com o *Manifesto* – poderia ser aquele por meio do qual se busca uma situação na qual “no lugar da sociedade civil-burguesa antiga, com suas classes e antagonismos de classe, teremos uma associação na qual o desenvolvimento livre de cada um é a condição para o desenvolvimento livre de todos.” (MARX; ENGELS, 1998 a, p. 45) Ou seja, as revoluções de 1848 pareciam favorecer a passagem – que dependeria de um salto qualitativo – da organização da sociedade civil-burguesa, e das tensões que aparecem no processo envolvido nisto, para a negação desta própria forma de sociedade, que engendra estas contradições.

Dizem Marx e Engels no *Manifesto*, texto de 1848, que:

A burguesia vive em luta permanente; primeiro, contra a aristocracia; depois, contra as frações da própria burguesia cujos interesses se encontram em conflito com os progressos da indústria; e sempre contra a burguesia dos países estrangeiros. Em todas estas lutas, vê-se forçada a apelar para o proletariado, a recorrer a sua ajuda e desta forma arrastá-lo para o movimento político. A burguesia fornece aos proletários os elementos de sua própria educação política, isto é, armas contra ela própria. (MARX; ENGELS, 1998 b, p. 48)

Neste cenário, em que a palavra de ordem “proletários de todos os países, uni-vos” (MARX; ENGELS, 1998 b, p. 69) seria essencial, as revoluções estavam espalhadas pela Europa. De acordo com os autores alemães, o modo pelo qual a organização política burguesa ocorria levava, em termos gerais, à organização de seu antagonista, do proletariado. As lutas da burguesia, portanto, no limite, minariam as possibilidades progressistas de sua própria classe social pois, ao fim, “as armas com as quais a burguesia abateu o feudalismo, voltam-se contra a própria burguesia.” No que continuam Marx e Engels: “mas ela não só forjou as armas que trazem a morte para si própria, como também criou os homens que irão empunhar essas armas: a classe trabalhadora moderna, o proletariado.” (MARX; ENGELS, 1998 a, p. 19) A ênfase do *Manifesto*, assim, está, de um lado, na peculiar dialética pela qual o desenvolvimento burguês levaria à crise do domínio de classe da burguesia. Doutro lado, porém, este texto de 1848 destaca a necessidade de uma tomada de posição internacionalista por parte do moderno proletariado, que já começa a se destacar nacionalmente. Ou seja, o ano de 1848 marca uma

história que se coloca como tendencialmente mundial, primeiramente, a partir da Europa. A organização dos trabalhadores no sentido da crítica ao domínio do capital, portanto, deveria ser igualmente mundial, rompendo com qualquer provincianismo.

Há, porém, outro aspecto a ser destacado neste mesmo ano: a necessidade de apreensão da especificidade nacional de cada país. Isto aparece no *Manifesto*, certamente. Porém, é visível de modo muito mais evidente na *Nova Gazeta Renana*, da mesma época.

No presente texto, a partir daquilo que José Chasin (2009) chamou de análise imanente, procuraremos explicitar as determinações mais gerais da especificidade do desenvolvimento da revolução alemã em 1848. Depois de analisar os posicionamentos de Marx – presentes sobretudo na *Nova Gazeta Renana* – sobre o assunto, buscaremos deixar claro este aspecto que, no campo da exposição, não é tão central ao *Manifesto comunista*.

A miséria alemã, a constituinte e a reconciliação com o velho na revolução alemã de 1848

Como editor da *Nova Gazeta Renana*, Marx não se atém a tratar das revoluções de 1848 na Alemanha. Ele e Engels passam pelo cenário na França – em que primeiramente tais revoluções se apresentam em março e, em um segundo momento, em junho – e por diversos outros países europeus, como a Polônia, a Áustria, a Hungria, a Dinamarca, entre outros. E, assim, um elemento que salta aos olhos de imediato no periódico que aqui analisamos é que, mesmo que parta da região mais moderna na Alemanha (a Renânia, em oposição à Prússia), a dimensão daquele periódico que se coloca como “órgão da democracia” é explicitamente internacional. O cenário europeu seria essencial para poder tratar da própria oposição entre as classes sociais em cada um dos países, não só porque, como destacam os autores alemães, a Prússia, a Rússia e a Áustria estariam coligadas em um esforço contrarrevolucionário; ter-se-ia que destacar essa “*Santa Aliança* russo-prussiano-austríaca”. Mas seria preciso complementar também: “e o que sustenta essa Santa Aliança? *A divisão da Polônia*, da qual todos os três aliados tiram proveito.” (ENGELS, 2020, p. 239) Ou seja, as relações internacionais – no caso, vistas ao passo que se passa pela situação da Polônia – precisariam ser vistas cuidadosamente para explicar a situação na qual a Prússia adquire um caráter reacionário no nível nacional, e em que “o governo prussiano, em geral, sempre soube submeter a classe oprimida simultaneamente às relações feudais e às relações burguesas modernas, tornando, assim, o jogo duas vezes mais pesado.” (ENGELS, 2020, p. 225) Ao tratar das revoluções na Alemanha, portanto, tanto Marx quanto Engels veem-se obrigados a passar pela especificidade de seu país – que, aliás, ainda não estava unificado propriamente (Cf. LUKÁCS, 2020) – tanto ao

compreender a situação interna quanto ao analisar relações exteriores, tendo em conta complexas relações de oposição no nível europeu.

A *Nova Gazeta Renana*, assim, diz-se órgão da democracia e se põe politicamente na esfera pública alemã. Porém, faz isto com profundas críticas às ilusões que marcavam o partido democrático – oposto ao partido absolutista¹ – ao reconhecer as derrotas sofridas: “não procuraremos dourar derrotas sofridas com ilusões enganosas. O partido democrático sofreu derrotas.” (MARX, 2020, p. 75) Parte essencial daquilo que o órgão da democracia deveria fazer seria explicar as razões destas derrotas, a fim de possibilitar a vitória da democracia sobre o anacronismo da conformação alemã de 1848. E, assim, diz Marx sobre o periódico que dirige que ele só poderia se configurar como órgão da democracia ao criticar os atos do próprio partido democrático, e a consequência destes últimos. Diz nosso autor que a revolução alemã de março de 1848 traz vitórias ao partido democrático, mas seria necessário reconhecer explicitamente as dimensões delas:

Espera-se geralmente de todo novo órgão da opinião pública: entusiasmo pelo partido cujos princípios professa, confiança incondicional na sua força, contínua disposição, seja para recobrir os princípios com a força efetiva, seja para embelezar com o brilho dos princípios a fraqueza efetiva. Não corresponderemos a esta exigência. [...] O partido democrático sofreu derrotas; os princípios que proclamou no momento de seu triunfo são postos em questão, o terreno que efetivamente conquistou é-lhe disputado palmo a palmo; já perdeu muito, e em breve se perguntará sobre o que ainda lhe resta. Importa-nos que o partido democrático tome consciência de sua situação. (MARX, 2020, p. 75)

Para que o partido democrático tomasse consciência de tal cenário, seria necessário compreender a especificidade da miséria alemã. (Cf. LUKÁCS, 2020) E, em meio a isto, dever-se-ia situar a Alemanha na dimensão inicialmente europeia das revoluções de 1848. O país cujos filósofos não tardavam a pensar a partir da necessidade de um Estado político² (Cf. MARX; ENGELS, 2007) é aquele em que a política aparece de modo bastante distinto do modelo clássico francês. E as vestes da Revolução Francesa pareciam ser aquelas das revoluções de 1848 (Cf. MARX, 2011); assim, se Marx já destacava desde 1844 que “o período clássico do intelecto político é a Revolução Francesa” (MARX, 2010, p. 62), é necessário

¹ Não podemos analisar com cuidado o tema, mas é preciso que se destaque rapidamente que a concepção de Marx e de Engels de partido é diferente da atual e daquela consolidada na tradição marxista a partir do debate com Lenin. No caso, os autores do *Manifesto comunista* trata-se de uma tomada de posição concreta diante de questões políticas pungentes de uma época. O partido democrático, com o qual a *Nova Gazeta Renana* debate constantemente, estaria imbuído dos interesses das classes trabalhadoras e de parcela da burguesia e trazia a oposição entre o povo e os endinheirados como algo essencial. Trata-se, assim, de organizações de classe que tomam uma posição concreta diante de determinada situação política nacional.

² Para uma análise da crítica ao Estado político no pensamento de Karl Marx, Cf. SARTORI, 2020.

compreender a especificidade da política alemã, também, ao compará-la com as vestes que parecem ser naturais ao ano de 1848.

Ao analisar o ministério Camphausen, Marx não deixa de trazer este aspecto:

É sabido que a Assembleia Nacional francesa de 1789 foi precedida de uma Assembleia de Notáveis, uma assembleia de composição *estamental* como a Dieta Unificada prussiana. No decreto pelo qual convocava a Assembleia Nacional, o ministro Necker referia-se ao desejo, expresso pelos notáveis, de convocar os Estados Gerais. O ministro Necker teve uma vantagem significativa sobre o ministro Camphausen. Ele não precisou esperar a Tomada da Bastilha e a queda da monarquia absoluta para ulteriormente atar, com uma doutrina, o velho ao novo, a fim de laboriosamente manter a *aparência* de que a França chegara à nova Assembleia Constituinte através dos meios legais da antiga Constituição. Teve ainda outra vantagem. Era ministro da França, e não ministro da Alsácia-Lorena, ao passo que o sr. Camphausen não é ministro da Alemanha, mas da Prússia. (MARX, 2020, p. 88)

A Dieta Unificada prussiana ainda seria estamental, não chegando a representar as oposições entre as classes sociais de modo direto. Deste modo, ela explicitaria os privilégios de determinados estamentos, em uma situação anterior ao “triunfo de uma nova ordem social”, indissociável da vitória “do direito burguês sobre os privilégios medievais”. (MARX, 2020, p. 324) Assim, as relações feudais e as relações burguesas modernas convivem na Alemanha mesmo que seja convocada uma Assembleia Constituinte. Se na França uma assembleia de caráter estamental foi varrida pela constituinte, trazendo consigo o domínio do direito burguês, na Alemanha, isto não ocorre: os privilégios medievais são elevados a um patamar superior ao passo que a Assembleia Nacional é trazida por Camphausen como algo que não pode romper com a assembleia estamental e que, assim, traz a reconciliação do velho com o novo.

A peculiaridade da situação é destacada por Marx ao passo que, se Necker trazia ilusões que logo seriam derrubadas pelo processo revolucionário, Camphausen procura fazer do processo revolucionário uma ilusão. Diante do povo, tem-se uma situação que aparecia do seguinte modo: a Assembleia nacional se desenvolve de tal modo que se conforma como “representação da burguesia prussiana, como Assembleia Ententista”; no que continua Marx: ela “fez o acontecido desacontecer. Ela proclamou em voz alta, diante do povo prussiano, que ele não tinha se entendido com a burguesia para fazer a revolução contra a Coroa, mas que havia feito a revolução para que a Coroa se entendesse com a burguesia contra ele mesmo!” (MARX, 2020, p. 327) Se a constituinte francesa foi o fruto do triunfo da Revolução Francesa, o mesmo não pode ser dito no caso alemão.

O elemento estamental reconcilia-se com as classes sociais da moderna sociedade civil-burguesa tendo-se uma Assembleia Nacional com forte conotação provinciana e, no caso,

prussiana. Camphausen, ao fim, seria ministro da Prússia. E, deste modo, o terreno do Direito, que, na França, bem como nas “Revoluções do tipo europeu” (MARX, 2020, p. 324), foi profundamente progressista, é levado a uma situação específica em que “o terreno do Direito, na verdade, é o terreno do Direito prussiano.” (MARX, 2020, 327)

Este caráter anacrônico do desenvolvimento alemão se deve, também, a uma situação em que “a burguesia alemã tinha se desenvolvido com tanta indolência, covardia e lentidão” restando uma situação em “que, no momento em que se ergueu ameaçadora em face do feudalismo e do absolutismo, percebeu diante dela o proletariado ameaçador, bem como todas as frações da burguesia, cujas ideias e interesses são assemelhados aos do proletariado.” (MARX, 2020, p. 324) Tratar-se-ia, portanto, de superar tanto relações feudais quanto burguesas modernas. Porém, de acordo com Marx, o partido da democracia era incapaz de se colocar de modo decidido neste sentido, rendendo homenagens, mesmo que de modo menos vergonhoso que Camphausen, ao velho.

Neste cenário, após as jornadas de julho, a Assembleia se instaura em Berlim em um primeiro momento, trazendo uma marca profundamente prussiana sob um ímpeto que vem a se tornar revolucionário por vias tortas, em oposição ao caráter popular das jornadas, que, tal qual o junho parisiense, traz as massas à ação. Tem-se a inserção no terreno da revolução somente “pois também o terreno *contrarrevolucionário* e revolucionário.” (MARX, 2020, p. 318) As peculiaridades do desenvolvimento alemão explicitam-se ao passo que a Assembleia Nacional, que decorre da Revolução de março, mas que se coloca em Berlim depois de julho, torna-se, ao fim, explicitamente um instrumento da contrarrevolução. Somente desta maneira a constituinte alemã está no terreno da revolução. Ela inverte o sentido progressista da política contraditória que foi efetiva na Revolução Francesa. E, deste modo, diz Marx ironicamente: “Berlim tem agora seu *Comité de Sûreté Générale*, tal como Paris em 1793. Com a única diferença de que o comitê parisiense era revolucionário e o berlinense é reacionário.” (MARX, 2020, p. 90)

Tem-se, assim, algo muito peculiar: a manutenção da hegemonia prussiana significa, ao mesmo tempo, a transformação da constituinte no instrumento de reconciliação do velho com o novo. Trata-se, segundo Marx, de algo que não pode ser realizado a não ser de modo revolucionário. Porém, a questão se apresenta ao passo que a revolução se transforma crescentemente em contrarrevolução. Da comparação com a situação francesa na Revolução Francesa, Marx explicita o caráter reacionário do domínio prussiano e o modo *sui generis* como, mesmo na Assembleia Nacional, a miséria alemã se reproduz e faz com que uma reconciliação não seja um processo pacífico, mas algo muito distinto e que escapa ao terreno do Direito para se colocar também no terreno da revolução. Ao tratar da Alemanha, portanto, há comparações

com o caso clássico, que se deu na França. Mas o editor da *Nova Gazeta Renana* não se vê defendendo simplesmente uma adequação ao modelo francês, seja ele de 1789 ou de 1848. Ao analisar a conformação específica da Alemanha, ele tem em conta a posição do país na Europa, a maneira concreta como as classes sociais se relacionam no território alemão, bem como o sentido particular da política e do Direito (no caso, vistos na constituinte) em uma formação social específica. E, assim, a posição marxiana sobre a questão traz um lado essencial de sua análise política, aquele que enfatiza a especificidade de cada caso concreto. Trata-se, ao compreender as relações políticas, de análises da própria realidade, a qual precisa ser vista em sua complexa tessitura e sem quaisquer esquematismos.

A Assembleia de Frankfurt, o terreno do Direito e da revolução na Alemanha

Diante da presença do povo revolucionário em Berlim, cria-se um comitê responsável e “o comitê já iniciou sua atividade reacionária, intimando a suspender a passeata popular ao túmulo dos combatentes mortos em março [...] porque era uma manifestação, e manifestações são sempre prejudiciais.” (MARX, 2020, p. 91) E, assim, o comitê advindo da revolução de março não é tanto algo análogo ao enérgico comitê de segurança pública da Revolução Francesa. Colocando-se ao lado da contrarrevolução, admite-se que as manifestações populares são contrárias àquilo que consolidaria as conquistas do movimento político anterior. A constituinte, assim, vem a se tornar a institucionalização da reação e, assim, coloca-se em Frankfurt e alheia àqueles que impulsionaram a revolução de 1848 e que tentavam dar um caráter ativo e revolucionário à Assembleia Nacional. Ao invés de se dissolver de modo revolucionário a Dieta Federal, marcada por vícios feudais, há uma clara reconciliação com o governo, que, de acordo com Marx, estaria à espreita e, a qualquer momento, poderia utilizar as baionetas.

Tal situação é descrita na *Nova Gazeta Renana* nos seguintes termos:

A mera existência de uma Assembleia Nacional *Constituente* não significa que *não existe* mais Constituição? Mas, se não existe mais Constituição, não existe mais governo. Se não existe mais governo, a própria Assembleia Nacional deve governar. Seu primeiro ato deveria ser um decreto em sete palavras: “*A Dieta Federal está para sempre dissolvida*”. Uma Assembleia Nacional Constituinte deve ser, sobretudo, uma Assembleia *ativa*, revolucionariamente ativa. A Assembleia de Frankfurt faz primários exercícios parlamentares e deixa o governo agir. Admitindo que este dócil concílio, depois de madura reflexão, chegue a inventar a melhor ordem do dia e a melhor Constituição, para que serve a melhor ordem do dia e a melhor Constituição se, entretanto, o governo põe as baionetas na ordem do dia? (MARX, 2020, p. 93)

Ao invés de se constituir como uma assembleia revolucionária, que expressa ativamente as potências da nova ordem, a Assembleia Nacional reconcilia-se com a Dieta Federal e com a

antiga ordem. Ela pretendia se prender à constituição anterior e ao terreno do Direito na medida mesma em que, ao assumir a contrarrevolução como seu princípio, coloca-se – por vias tortas – no próprio terreno da revolução. O fruto desta constituinte, assim, só poderia ser uma Constituição extremamente frágil. E devido a algumas razões essenciais: primeiramente, porque, em Frankfurt, ela procura afastar do povo e das pressões populares, afastando-se daqueles que mais se ligam à revolução de março. Em segundo lugar, porque, mesmo que a Constituição redigida – devido ao seu elitismo e de sua suposta neutralidade diante dos partidos – fosse a melhor Constituição, fruto do melhor da inteligência jurídica, ela estaria refém do poder das armas do governo diante do qual se humilhou docilmente. Falando em uma linguagem próxima àquela do terreno do Direito – e pressupondo a participação ativa na constituinte – diz Marx que “o direito das massas populares democráticas de influir moralmente, por sua presença, na atitude de uma Assembleia Constituinte é um antigo direito popular revolucionário”, e isto teria sido importante no passado já que se trata de um direito “de que desde as revoluções inglesa e francesa não se pode prescindir em épocas turbulentas.” E, assim, seria preciso perceber que “a história deve a este direito quase todas as medidas enérgicas de tais assembleias.” (MARX, 2020, p. 210) A miséria alemã, em meio à constituinte, assim, expressa-se ao passo que tal “direito popular revolucionário”, que significa a passagem do terreno do Direito ao da revolução tem um sentido oposto àquela das revoluções que expressam o momento progressista da burguesia: passa-se explicitamente à contrarrevolução.

Ao tratar da revolução alemã, portanto, a especificidade daquilo que foi chamado por Lenin e Lukács de via prussiana para o capitalismo (Cf. LUKÁCS, 2020) vem à tona de modo que se explicita o caráter contraditório do desenvolvimento europeu.

O desenvolvimento capitalista – analisado no *Manifesto* em um grau bastante geral de abstração – aparece em suas facetas específicas ao se abordar a miséria alemã. A situação de poderes se explicita em meio a estas idas e vindas entre o terreno do Direito e o da revolução: “o maior direito está do lado do maior poder. O poder se comprova na luta. A luta se comprova na vitória. Ambos os poderes só podem fazer valer seu direito pela vitória, seu não direito só pela derrota.” (MARX, 2020, p. 263) Os termos do próprio terreno do Direito, assim, seriam bastante ilusórios. De um lado, eles poderiam expressar a passagem revolucionária a uma nova ordem; doutro, poderiam simplesmente colocar a disputa no terreno da revolução ao passo que a contrarrevolução triunfa.

De acordo com Marx, a tendência da Assembleia Nacional seria esta última.

A Assembleia Nacional Alemã, abstraindo que nasceu de uma eleição *indireta*, padece de uma doença tipicamente alemã. Está instalada em Frankfurt am

Main, e Frankfurt am Main é apenas um ponto central ideal, como corresponde à até agora ideal, isto é, imaginária unidade alemã. Frankfurt am Main tampouco é uma grande cidade, com uma numerosa população revolucionária que sustente a Assembleia Nacional, em parte defendendo-a, em parte impulsionando-a para diante. Pela primeira vez na história mundial uma Assembleia Constituinte de uma grande nação instala-se em uma cidade pequena. Isto é resultado do desenvolvimento anterior da Alemanha. (MARX, 2020, p. 94)

A constituinte alemã, tal qual a ideologia alemã (Cf. MARX; ENGELS, 2007), adquiria uma feição especulativa. Deste modo, os vícios oriundos da miséria alemã, como a autonomização do Estado em uma situação em que há dominação feudal e burguesa simultaneamente, aparecem como virtudes. Ao invés de o anacronismo alemão ser visto como algo a ser jogado na lata de lixo da história, ele é enxergado como um ponto de partida superior. A ausência de uma população revolucionária, que poderia impulsionar a constituinte à frente, aparece ao comitê, e a Assembleia Nacional, já transmutada em Assembleia Ententista, como a grande vantagem do processo alemão diante dos outros países que passam pelas revoluções de 1848. A situação não deixa de ser claramente antipopular e contrarrevolucionária: homens mais ou menos notáveis poderiam expressar o melhor da inteligência política e jurídica sob a condição de não trazerem consigo o fardo de precisarem se reportar aos reais artífices da revolução alemã. No que continua Marx:

Enquanto as Assembleias Nacionais francesa e inglesa instalaram-se em um terreno explosivo – Paris e Londres – a Assembleia Nacional Alemã deve congratular-se por ter encontrado um terreno *neutro*, um terreno neutro onde, com a mais tranquila paz de espírito, pode meditar sobre a melhor Constituição e a melhor ordem do dia. No entanto, a situação da Alemanha naquele momento oferecia-lhe a oportunidade de superar sua infeliz situação material. Ela precisaria apenas opor-se ditatorialmente, em toda parte, às usurpações reacionárias do governo caduco para conquistar um poder na opinião pública contra o qual se despedaçariam todas as baionetas e fuzis. Em vez disso, abandonou Mogúncia, sob suas vistas, ao arbítrio da soldadesca, e alemães de outras regiões às chicanas dos filisteus de Frankfurt. Entediou o povo alemão, em vez de arrebata-lo consigo ou deixar-se arrebatar por ele. De fato, existe para ela um *público* que, por enquanto, ainda assiste com bom humor aos burlescos movimentos do redivivo espectro do Sagrado Império Romano-Germânico, mas não existe para ela um *povo* que na vida dela tenha encontrado sua própria vida. Longe de ser o órgão central do movimento revolucionário, não foi até agora sequer seu eco. (MARX, 2020, p. 94)

Uma constituinte que pretende se colocar no terreno neutro só poderia estar ao lado da contrarrevolução. Mesmo em tal situação, haveria espaço para que se virasse o jogo; seria possível conquistar a opinião pública e aproveitar-se do fato de se estar no terreno da revolução (mesmo que de modo *sui generis*). O que se dá, no entanto, é bastante diferente dos auspícios do órgão da democracia. Ao invés de se superar a infeliz situação material da Alemanha e as usurpações reacionárias a fim de conquistar, no sentido da revolução, poder junto à opinião

pública, abre-se mão deste poder. E, se é verdade que ““quem tem o poder, tem o direito.” – Os representantes do *direito* estão, em toda parte, do lado do *poder*” (MARX, 2020, p. 290), chegue-se a uma situação em que as derrotas populares diante das revoluções de 1848 se acumulam. A constituinte, assim, tem público e não corresponde aos auspícios do povo. Ela é um eco reacionário da revolução, e não a sua expressão enérgica. O caráter filisteu triunfa, bem como a contrarrevolução.

Vê-se, assim, que, na *Nova Gazeta Renana*, Marx não deixa de passar pelo caráter específico da constituinte que é instaurada após as movimentações revolucionárias. Nela, a miséria alemã aparece de tal modo que somente ao se analisar a particularidade da Alemanha em meio ao desenvolvimento europeu seria possível uma apreensão reta do processo. E, deste modo, nota-se que, longe das constituintes terem um significado uníssono, ocorre o oposto. O caso alemão seria explícito neste sentido e, também por isto, seria necessário enfatizar os elementos complementares da análise marxiana àquele colocado de modo mais enfático no *Manifesto*, e o que procuramos destacar aqui.

Sobre a liberdade de deliberação das assembleias, o terreno do Direito e a reação

Com o poder pendendo claramente à contrarrevolução, a reconciliação entre o velho e o novo poderia passar a caracterizar o terreno do Direito. E, assim, como já mencionado, consolida-se a situação em que aquilo de mais reacionário na Alemanha – e, em união com a Áustria e a Rússia, em nível europeu – torna-se o ponto de partida. O triunfo da contrarrevolução traz a situação em que “o terreno do Direito, na verdade, é o terreno do Direito prussiano.” (MARX, 2020, 327) Antes disso, no entanto, Marx explicita como que a ilusão jurídica, não sem algum tom elitista, clama pela liberdade de deliberação na medida mesma em que a constituinte se afasta do povo. No lugar do “direito das massas populares democráticas de influir moralmente” (MARX, 2020, p. 210), o terreno “neutro” da contrarrevolução, que começa a transmutar-se em terreno do Direito prussiano elevado ao estatuto de Direito nacional alemão. Diz Marx sobre isto:

Quando os que se apoiam no “terreno do Direito”, quando os medrosos e filisteus amigos da “liberdade de deliberação” gemem contra ele, não têm nenhum outro motivo além de não quererem de modo algum uma resolução enérgica. “Liberdade de deliberação!” Não há frase mais oca do que esta. A “liberdade de deliberação” é, por um lado, afetada pela liberdade de imprensa, pela liberdade de associação e de palavra, pelo direito do armamento popular. É afetada pelo poder público existente, que está nas mãos da coroa e de seus ministros: pelo Exército, a polícia, os magistrados considerados independentes, mas de fato dependentes de qualquer promoção e de qualquer mudança política. (MARX, 2020, p. 210)

Os próprios defensores do terreno do Direito não tardam a se colocar contra ele quando convém. Os direitos mais básicos, como a liberdade de imprensa, de associação e de expressão parecem se opor ao assentamento concreto do terreno do Direito, que precisaria de liberdade de deliberação. Tal expressão, de acordo com nosso autor, é bastante oca, mas tem uma função concreta explícita e importante: faz com que a reação se torne a base do poder público existente. E, com isto, o funcionamento cotidiano do Direito não é aquele que se opõe aos privilégios do passado, mas que chancela a reconciliação do velho com o novo. A coroa, o exército, a polícia, os magistrados que atuavam anteriormente à revolução mantêm-se intocados e a estrutura política que caracteriza o Estado alemão expressa o equilíbrio sutil entre a opressão feudal e as relações burguesas modernas. E isto, como disse Engels, torna “o jugo duas vezes mais pesado.” (ENGELS, 2020, p. 225) Sob a fraseologia da liberdade de deliberação e sob a pretensão de desenvolvimento de uma constituição que fosse fruto do melhor da inteligência jurídica, chancela-se a contrarrevolução, mesmo ao custo das recém conquistadas liberdades burguesas, que caracterizam o essencial da igualdade jurídica.

O peso das baionetas, da coroa e de qualquer mudança política coloca-se à espreita destas liberdades. O essencial do intelecto jurídico, neste contexto, não vem a defender estes direitos básicos; antes, os próprios juristas – e os constituintes – é que são aqueles que se colocam contra o que foi visto como o mais importante do terreno do Direito contra o jugo feudal e absolutista. Como os trabalhadores se organizaram em julho, e como adquiriram um papel ativo, o perigo da república social e da democracia (que eram vistos pela grande burguesia e pela aristocracia como elos para o socialismo) parecia atual.

E, desta maneira, para salvar o terreno do Direito, seria preciso esvaziá-lo, mesmo que, para isto, fosse preciso colocar-se explicitamente ao lado da contrarrevolução. Neste sentido específico, a liberdade de deliberação que era reivindicada significava nada menos que a repressão brutal, violenta e vil de qualquer suspiro popular que pudesse tentar levar a constituinte na direção da posição que caracterizou o partido da democracia em sem momento mais radical. O equilíbrio propiciado deste modo, claro, significa que o terreno do Direito está indo às favas, de modo claro. A liberdade de deliberação, que supostamente salvaria o terreno do Direito diante da radicalização popular, enterra-o.

Os homens honrados e ligados à ordem moral e jurídica são aqueles que vêm a propiciar tal fato. Marx refere-se a “esse Camphausen que inventou a teoria ententista para salvar o terreno do direito, ou seja, para defraudar, antes de tudo, a revolução dos *honneurs* que lhe cabiam” e complementa dizendo que fora ele mesmo que “inventou ao mesmo tempo as minas que mais tarde deveriam fazer saltar aos ares o terreno do direito e a teoria ententista.” (MARX,

2020, p. 318) A defesa do terreno do Direito contra o terreno revolucionário, pois, tem consequências bastante claras, segundo Marx.

A contrarrevolução toma forma, não só com a reação explícita e pronunciada por meios diretamente violentos, mas também por meio de artifícios como os mencionados.

Note-se que sequer o terreno do Direito está sendo defendido contra aquilo que já aparece no *Manifesto*, a ditadura revolucionária do proletariado. O simples clamor por democracia e por república social – quando amparados pela movimentação das classes populares – já são suficientemente ameaçadoras à Assembleia Nacional. O clamor reacionário e contrarrevolucionário, assim, aparece neste momento ao lado das ilusões jurídicas que caracterizam a liberdade de deliberação. Esta precisaria ser implementada a qualquer custo, mesmo que isso significasse levar às favas o jurídico terreno do Direito.

Marx mostra que a liberdade de deliberação, por si mesma, vazia de conteúdo, traz as disputas entre os partidos de modo ilusório. Tais ilusões, no entanto, têm consequências bastante concretas na vida do povo e nos rumos das revoluções de 1848:

A liberdade de deliberação é, em qualquer época, uma frase que significa apenas independência de todas as influências não reconhecidas pela lei. As influências reconhecidas, suborno, promoção, interesses privados, medo de uma dissolução da câmara etc., tornam de fato as reuniões deveras “livres”. Mas, em épocas de revolução, essa frase é totalmente sem sentido. Quando dois poderes, dois partidos armados se contrapõem, quando a luta pode rebentar a qualquer momento, os deputados só têm uma alternativa: Ou se põem *sob a proteção do povo* e então aceitam de tempos em tempos uma pequena lição; ou se põem *sob a proteção da coroa*, mudam para uma cidadezinha qualquer, deliberam sob a proteção das baionetas e dos canhões ou mesmo do estado de sítio – e então nada terão a objetar se a coroa e as baionetas lhes prescreverem suas resoluções. Intimidação pelo povo desarmado ou intimidação pela soldadesca armada – a Assembleia deve escolher. (MARX, 2020, p. 210)

Aquilo que é tão caro aos honrados juristas e aos defensores da moral (Cf. ENGELS, 2020), em verdade, traria, não tanto um terreno neutro, mas as influências do suborno, da promoção, dos interesses privados e do medo da dissolução da câmara. Ou seja, trata-se do reconhecimento de que as baionetas estão sempre à espreita. Têm-se também, no caso alemão, a coroa, os militares e a antiga burocracia como uma força ativa. O estado de sítio é o complemento natural da constituinte na França, e nas constituições burguesas em geral, de acordo com Marx. (Cf. MARX, 2011) Mas, no caso alemão, isto se dá na medida em que as opressões feudais e burguesas permanecem de modo claro.

Tal equilíbrio, porém, é insustentável. Isto ocorre até mesmo porque a situação alemã se caracteriza, não tanto pela estabilidade da reconciliação do velho com o novo, mas pela necessidade de impor ativa e diuturnamente tal reconciliação sobre o povo.

A supressão das reuniões livres, bem como a liberdade de deliberação, no caso, são a expressão do fato de se estar no terreno da revolução. Têm-se dois partidos armados e a assembleia, quer se queira, quer não, coloca-se ao lado de um deles. Se ela proclama a salvação do terreno do Direito, acaba por apoiar o poder instituído e a contrarrevolução. Caso ela se ponha sob a proteção do povo, ocorre algo muito distinto: a possibilidade da superação da antiga ordem. De um lado, proteção do povo, doutro, a da coroa.

Adotando esta última alternativa, a assembleia colocou-se distante das massas revolucionárias e ficou refém das baionetas e do estado de sítio. A escolha feita foi no sentido da reação: a da intimidação pela soldadesca armada da contrarrevolução. Ao invés da intimidação pelo povo desarmando, a constituinte alemã ficou refém da velha ordem. Não só pagou altos tributos a esta última; precisou que os moderados e os democratas que quiseram salvar o terreno do Direito realizassem o papel de coveiros dos direitos mais básicos. A miséria alemã, quando se trata de analisar a constituinte decorrente das revoluções de 1848, acaba por se caracterizar pela humilhação da assembleia perante a coroa. Trata-se, assim, de uma assembleia antipopular, que é somente um eco do movimento revolucionário, um eco que se apresenta invertido, com a contrarrevolução.

Conclusão

No *Manifesto*, Marx e Engels dizem que “a primeira fase da revolução dos trabalhadores é a elevação do proletariado à classe dominante, a conquista da democracia.” (MARX; ENGELS, 1998 b, p. 58)³ Pelo que vemos, na *Nova Gazeta Renana*, o programa dos autores para a Alemanha também passa por este aspecto. O periódico se coloca explicitamente como órgão da democracia em oposição ao partido do absolutismo. As dez medidas revolucionárias presentes no *Manifesto* – válidas, em geral, para os países mais avançados da Europa ocidental (Cf. MARX; ENGELS, 1998 b) – porém, precisariam de ajustes substanciais em diversos sentidos. Não podemos analisar aqui as mencionadas medidas, mas é preciso explicitar que o tom da *Nova Gazeta Renana* passa pelo destaque das especificidades nacionais (e mesmo regionais, como vimos em relação à Prússia e a Renânia) de cada formação social. No que diz respeito ao nosso tema, é preciso notar que ênfase de Marx na democracia é muito mais acentuada aqui que no *Manifesto*. E, como vimos, isto não significa que Marx ou Engels tenham abandonado o terreno revolucionário. Antes, são bastante claros no sentido oposto.

A conformação alemã, de opressões simultaneamente feudais e modernas, faz com que

³ Tradução modificada: o original diz “Arbeiterrevolution”. Preferimos “revolução dos trabalhadores”.

camadas substanciais da burguesia adquiram um caráter explicitamente antidemocrático, antipopular e contrarrevolucionário. As tarefas que, na França e na Inglaterra, por exemplo, foram realizadas pela classe burguesa eram inviáveis sem uma posição abertamente revolucionária que remetesse para além da reconciliação entre o velho e o novo. E isto somente seria possível a partir da sublevação popular e, no caso da constituinte que aqui analisamos, com intimidação realizada pelo povo. A especificidade alemã trouxe em determinado momento – mesmo que isto não fosse mais possível nos mesmos termos logo depois – a tomada de partido crítica de Marx e de Engels a favor do partido da democracia e mesmo da república social. É verdade que isto ocorreu com a convicção de que “a melhor forma de Estado é aquela em que os antagonismos sociais não são esbatidos, não são agrilhoados pela força, ou seja, artificialmente, isto é, só aparentemente.” No que continua o autor explicitando: “a melhor forma de Estado é aquela que os leva à luta aberta, e com ela à resolução.” (MARX, 2020, p. 126) Porém, a ênfase na democracia por parte de Marx é bastante mais clara ao tratar do caso alemão.

Se, ao tratar da França posteriormente, destaca-se que “a burguesia não tem rei; a verdadeira forma de seu domínio é a república” (MARX, 2012, p. 74), em uma situação em que a coroa e a burguesia estão lado a lado (mesmo que de modo tenso), a posição marxiana precisa ser diferente. Pelo que vimos aqui, não é fácil a defesa marxiana da democracia em meio ao processo constituinte. Nosso autor passa pela reconciliação do velho com o novo que marca a miséria alemã, mostra como que a constituinte acaba por se tornar um órgão da contrarrevolução, explicita como que os próprios defensores do terreno do Direito vêm a jogar uma pá de cal nos direitos mais básicos e, por fim, deixa claro que a conformação concreta do Estado alemão está intimamente ligada com a contrarrevolução. A defesa marxiana das possibilidades abertas pela assembleia constituinte caminha lado a lado com sua demonstração de que a verdadeira batalha não se coloca no terreno do Direito. Mesmo ao tratar da realidade alemã, em que os privilégios feudais – principalmente na burocracia, no clero e no exército – ainda são uma realidade, Marx não busca a oposição entre direitos e privilégios como o central.

Por mais que sua análise tenha que passar por isto, ele mostra como que a vitória ou a derrota dos processos de 1848 passa pela oposição, e pelas contradições que marcam esta oposição, entre o terreno do Direito e o da revolução. Seja em um grau de abstração mais alto, como o do *Manifesto*, ou mais concreto, como na *Nova Gazeta Renana*, a análise política marxiana parte da apreensão das determinações da própria realidade. Não se tem um método pronto, ou um esquema supostamente histórico de passos necessários para a supressão do sistema capitalista de produção. A análise da posição de Marx diante do processo constituinte

que segue as revoluções alemãs deixa isto claro.

Bibliografia

- CHASIN, José. *Marx: Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ENGELS, Friedrich. *Nova gazeta renana*. Trad. Livia Cotrim. São Paulo: expressão popular, 2020,
- HOBBSAWM, Eric. *A era das revoluções*. Trad. Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2002.
- LUKÁCS, György. *Destruição da razão*. Trad. Rainer Patriota. Alagoas: Instituto Lukács, 2020.
- _____. *O jovem Marx e outros escritos filosóficos*. Trad. Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.
- MARX, Karl. *As lutas de classe na França*. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.
- _____. *Glosas Críticas Marginais ao Artigo “O Rei da Prússia e a Reforma Social” de Um Prussiano*. Trad. Ivo Tonet. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- _____. *Nova gazeta renana*. Trad. Livia Cotrim. São Paulo: expressão popular, 2020.
- _____. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifest der Kommunistischen Partei*. São Paulo: Metalibri, 2008.
- _____. *Ideologia alemã*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2007
- _____. *Manifesto Comunista*. Trad. Álvaro Pina e Ivana Jikings. São Paulo: Boitempo, 1998 b.
- _____. *O Manifesto Comunista*. Trad. Maria Lucia Como. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998 a.
- SARTORI, Vitor Bartoletti. Política, gênero humano e direitos humanos na formação do pensamento de Karl Marx. In: *Direito e práxis*, v. 11, n. 4. Rio de Janeiro: UERJ.

----- *Entrevista* -----

La Federación Internacional de Trabajadores Sociales (FITS) e los trabajadores sociales en el mundo

Entrevista con Silvana Martinez*
abril de 2022

ENTREVISTADORA:

*Carina Berta Moljo***

Carina Berta Moljo - Querida Silvana: primero queríamos agradecerle por aceptar esta entrevista, estamos muy honrados con la posibilidad de entrevistarle. Nos gustaría que nos cuente que es la FITS, su historia y su configuración actual. ¿Quiénes son los países que componen esta Federación?

Silvana Martinez - En primer lugar, quiero expresar que la agradecida en este caso soy yo, por haber pensado en mí para esta hermosa entrevista y por darme el espacio y la oportunidad de compartir la maravillosa experiencia que ha significado participar activamente, exactamente hace una década, en el ámbito de la Federación Internacional de Trabajadores Sociales. Considero una iniciativa muy importante por parte de ustedes, ya que nuestras organizaciones profesionales forman parte de la historia del Trabajo Social y constituyen espacios políticos-profesionales de resistencias y luchas por la jerarquización de la profesión y la mejora de nuestras condiciones laborales, en el marco de la profundización del orden social vigente: capitalista-patriarcal-colonial-moderno.

Respecto a la pregunta, me parece importante mencionar que la Federación Internacional de Trabajadores Sociales (FITS), es una organización de alcance internacional

* Doctora em Trabajo Social, Profesora en la Facultad de Trabajo Social de la Universidad Nacional de Mar del Plata. Presidente de la FITS Federación Internacional de Trabajo Social. Autora de importantes artículos y libros sobre el trabajo social.

** Professora titular da Faculdade de Serviço Social – UFJF. Doutora em Serviço Social; bolsista produtividade CNPQ, Membro do Grupo de Pesquisa: Serviço Social, Movimentos Sociais e Políticas Públicas, (UFJF).

creada en 1956 en el marco de la 8ª Conferencia Internacional de Trabajo Social celebrada en Munich, Alemania. Su sede está actualmente en Rheinfelden, Suiza y sus miembros son organizaciones profesionales nacionales de trabajadores sociales de cada país que haya solicitado y obtenido su incorporación a la misma. Inicialmente se conformó con 12 organizaciones profesionales de Australia, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Francia, Alemania, Grecia, Italia, Países Bajos, Suiza, Reino Unido y Estados Unidos. En el año 2006 cuando cumple 50 años de existencia, tenía 80 organizaciones y actualmente cuenta con 144 organizaciones miembros de todos los continentes del mundo.

El antecedente de la FITS es el Secretariado Internacional Permanente de Trabajadores Sociales cuya creación se acuerda en el marco de la 1ª Conferencia Internacional de Trabajo Social que se lleva a cabo del 8 al 13 de Julio de 1928 en París. En este mismo evento también se decide la creación de la Asociación Internacional de Escuelas de Trabajo Social y del Consejo Internacional de Bienestar Social. En 1932 un total de 8 organizaciones de Bélgica, Checoslovaquia, Francia, Alemania, Gran Bretaña, Suecia, Suiza y Estados Unidos aprueban el Estatuto del Secretariado. Si bien esta organización tuvo una trayectoria de 20 años entre 1928 y 1948, dejó de funcionar durante la 2ª Guerra Mundial entre 1939 y 1945. Inicialmente el Secretariado funcionaba en Berlín, Alemania, pero en 1933 con la llegada de Adolf Hitler al poder se ve obligada a trasladar su sede a Ginebra, Suiza, y luego a Praga, Checoslovaquia, donde por la situación política del país deja de funcionar en 1948 (Dodds, I. y Johannesen, T., 2006).

Según su Constitución (Estatuto) la FITS es una organización global que tiene por misión la defensa de la justicia social, los derechos humanos y el desarrollo social a través de planes, acciones, programas y la promoción de las mejores prácticas de Trabajo Social en un marco de cooperación internacional. El gobierno de la FITS está conformado por: a) la Asamblea General; b) el Comité Ejecutivo; c) el Presidente/a Global; d) el Vicepresidente Global y e) el Tesorero Global. La administración de la FITS está a cargo de un Secretario General. Además de esta estructura de gobierno y administración, la FITS cuenta con Comités de Trabajo creados por Asamblea para temas específicos (Comité de Derechos Humanos, Comité de Ética y Comité Indígena), con Delegados/as en organismos internacionales y Responsables de acciones, programas o proyectos específicos (Agenda Global, Publicaciones, entre otros).

La Asamblea General se celebra cada dos años y está conformada por todos los miembros plenos en condiciones de votar. Elige al Presidente/a Global y al Tesorero Global con mandatos por cuatro años, pudiendo ser reelegidos por un solo período. El Comité Ejecutivo

está conformado por el Presidente Global, el Tesorero Global, el Presidente y Vicepresidente de para cada una de las 5 regiones geográficas en que está dividida la FITS: África, Europa, América del Norte, América Latina y El Caribe y Asia y Pacífico. Uno/a de los 5 Presidentes/as regionales es elegido/a como Vicepresidente Global, con mandato por 4 años, pudiendo ser reelecto por un período.

El Comité Ejecutivo, el/la Presidente/a Global, el/la Tesorero/a Global y el Secretario General de la FITS se reúnen al menos una vez por año de manera presencial y, además, mantienen reuniones periódicas de manera virtual, para el tratamiento de los temas de la agenda de trabajo, la toma de decisiones y la organización de actividades en el marco de la constitución y el reglamento de funcionamiento que rigen la vida institucional. Algunas de las acciones más importantes que se vienen llevando a cabo son: a) Elaboración y difusión de documentos políticos sobre pobreza, violencia de género, abuso sexual infantil, trabajo infantil, piso para la protección social, acuerdos y tratados internacionales, refugiados e inmigrantes y otras problemáticas sociales; b) Ejecución de la Agenda Global para el Trabajo Social y Desarrollo Social; c) Celebración del Día Mundial de Trabajo Social; d) Apoyo a las organizaciones miembros; e) Elaboración y difusión de pronunciamientos, entre otras actividades.

En el marco de estas acciones y otras actividades desarrolladas a nivel mundial, la FITS mantiene contactos y se ha constituido en una importante instancia de consultas de organismos internacionales: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), Consejo Económico y Social de las Naciones Unidas (ECOSOC); Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia (UNICEF); Organización Internacional del Trabajo (OIT); Organización Mundial de la Salud (OMS); Oficina del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados (ACNUR); Oficina del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos (ACNUDH), entre otros.

CBM - Recordando un poco la historia de los encuentros internacionales hay dos que nos vienen a la memoria, el de Estocolmo, que posibilitó la interlocución de América Latina con el Trabajo Social Radical de Europa y el de Río de Janeiro (2012) donde construimos una propuesta global para la definición del Trabajo Social Internacional. ¿Cuál tu opinión sobre estos encuentros? ¿Destacarías otros?

SM - Efectivamente para mí, esos dos eventos llevados a cabo en el 2012, constituyeron un hito histórico para la profesión por varios motivos: En primer lugar, el Workshop organizado por el CFESS y llevado a cabo en Río de Janeiro en marzo de 2012, fue muy importante en el

marco del proceso de discusión que se venía dando en la Región de América Latina y El Caribe de la FITS en torno a la necesidad de modificar Definición Mundial del Trabajo Social y precisamente fue ese encuentro se generó para llevar una posición unificada en la Asamblea Mundial de la FITS que se llevó a cabo en Julio de ese año en Estocolmo. El Workshop contó con la presencia de Rory Truell, Secretario General de la FITS; Nicolei Paulsen, Presidente de la Región Europa de la FITS; Laura Acotto, Presidenta de la Región América Latina y El Caribe de FITS; Abye Tasse, en representación de la Asociación Internacional de Escuelas de Trabajo Social; Lorena Molina Molina, Presidenta de la Asociación Latinoamericano de Enseñanza e Investigación en Trabajo Social; Silvana Martínez, Presidenta de la Federación Argentina de Asociaciones Profesionales de Servicio Social; Samya Ramos, Presidente del Consejo Federal de Servicio Social de Brasil; Malvina Ponce de León, representante del Consejo Nacional de Trabajadores Sociales de Chile; Analía Fresco, representante de la Asociación de Profesionales de Servicio Social o Trabajo Social del Paraguay; Esterla Barreto, representante de la Asociación Nacional de Escuelas de Puerto Rico; Rodolfo Martínez, Presidente de la Asociación de Asistentes Sociales de Uruguay y representantes de la Asociación Dominicana de Profesionales de Trabajador Social, entre otros. En total hubo 83 participantes.

El significado del encuentro creo que lo sintetiza maravillosamente Samya Ramos (quien era en ese momento Presidenta de CFESS) “Luchamos para que la FITS represente un Trabajo Social en el cual todos tengamos cabida. Estamos aquí para elaborar una propuesta de definición en común, como fruto del proceso histórico que viene siendo construido por los trabajadores sociales de Brasil y de América Latina a lo largo de las últimas décadas”. Como resultado del arduo debate llevado a cabo por los presentes en esos dos días de trabajo, finalmente logramos consensuar la siguiente definición: “El Trabajo Social / Servicio Social es una profesión que se inserta en el ámbito de las relaciones entre los sujetos y entre éstos y el Estado en los distintos contextos sociohistóricos de actuación profesional. Desarrolla una praxis social y un conjunto de acciones de tipo socioeducativo, que inciden en la reproducción material y social de la vida con una perspectiva de transformación social comprometida con la democracia y el enfrentamiento de las desigualdades sociales, fortalecimiento de la autonomía, la participación y el ejercicio de la ciudadanía, en la defensa y conquista de los derechos humanos y de la justicia social”.

Esta definición era una propuesta de definición mundial de Trabajo Social pensada desde América Latina y El Caribe, que fue llevada a la Asamblea Mundial de FITS realizada en Estocolmo, Suecia, el 7 y 8 de Julio de 2012. El problema era que en esta Asamblea se plantean cuatro alternativas diferentes de propuestas: a) dejar la definición vigente sin modificación; b)

propuesta de definición de la Asociación Internacional de Escuelas de Trabajo Social; c) propuesta elaborada por América Latina y El Caribe y d) propuesta de la Federación Internacional de Trabajadores Sociales. Al no llegarse a un acuerdo, se decide continuar con el debate y postergar la aprobación hasta la Asamblea Mundial de FITS llevada a cabo en Melbourne, Australia, el 6 y 7 de Julio de 2014, donde finalmente se aprueba la Definición Mundial de Trabajo Social, que está vigente. Si bien nuestra propuesta no fue aprobada como tal, en los comentarios de la Definición (que los pueden leer en el sitio web de nuestra Federación), se observa una fuerte influencia del pensamiento social latinoamericano que hace que haya valido la pena los años de discusión y reflexión sobre una definición mundial de Trabajo Social que fuera pluralista, inclusiva y representativa de las diversas formas y concepciones de trabajo social y de las diversas realidades históricas de cada país. Problematizar y acordar una nueva definición no era para nosotros/as un problema de lógica formal sino un problema de sentido y significados político-ideológicos de la profesión.

En segundo lugar, en esa misma Asamblea, así como la discusión por la definición mundial de Trabajo Social, se generó una fuerte disputa de sentido en el ámbito de la FITS y el resto de organizaciones internacionales y nacionales de Trabajo Social, la incorporación del Colegio de Profesionales de Trabajo Social de Puerto Rico (CPTSPR) como miembro pleno de FITS fue un hecho que expresó muy claramente la disputa de poder en estos ámbitos y muy especialmente en relación a la Asociación Nacional de Trabajadores Sociales de los Estados Unidos de América. Ésta última rechazó históricamente la incorporación de Puerto Rico, argumentando que al ser este país un “Estado Libre Asociado” a Estados Unidos, los trabajadores/as sociales de Puerto Rico, ya estaban representados por ellos. Se produjo un profundo y largo debate donde los miembros de nuestra región rechazamos el contenido colonialista e imperialista de la posición asumida por la Presidenta de la Asociación Nacional de Trabajadores Sociales de los Estados Unidos de América, argumentando que era inadmisibles viniendo de una trabajadora social. Era evidente que se anteponía la ideología imperialista a los principios democráticos y de reconocimiento de la autonomía de los pueblos sostenidos por el Trabajo Social como profesión. Luego de horas de debates y cuartos intermedios, finalmente fuimos a votación y logramos que la mayoría de los países presentes en la Asamblea nos apoyaran para la incorporación del Colegio de Profesionales del Trabajo Social de Puerto Rico sea un miembro pleno de la FITS. Ganamos la votación e hicimos historia. Sin dudas fue un hecho que desestabilizó la estructura de poder construida en la FITS y que desafió al colonialismo, al imperialismo y al statu quo construido y consolidado en el devenir histórico de la FITS.

En tercer lugar, tal como mencionan ustedes, en el marco de esa Asamblea, se posibilitó un encuentro y un diálogo muy fructífero entre los Trabajadores Sociales de la Región de América Latina (ALC) y el Caribe y los Trabajadores Sociales Europeos que sostienen y luchan por un Trabajo Social Radical. Es decir, un Trabajo Social Crítico que aborde los grandes dispositivos de poder que configuran el orden social vigente desde un pensamiento crítico y un posicionamiento ético-político ante los problemas estructurales y las profundas desigualdades sociales que estamos padeciendo como humanidad. En ese encuentro se tejieron lazos muy fuertes ya que nos sentimos todos/as identificados/as con la necesidad de seguir fortaleciendo un Trabajo Social Crítico a nivel mundial que se contraponga a otras miradas más conservadoras, tecnocráticas, psicologistas y despolitizadas de la profesión. A partir de este encuentro comenzamos a tramar proyectos colaborativos y participación en las actividades que ambos grupos organizamos, con el fin de que el Trabajo Social Crítico tenga mayor influencia e incidencia en las políticas implementadas por la FITS. Por último, en relación a esto, quiero destacar que fue la primera Asamblea Mundial que participaba y que los debates dados por la Región dados en ese marco, generaron el respeto de los/as Trabajadores Sociales presentes (de las otras regiones), y me atrevo a decir que fue el acontecimiento que generó las condiciones históricas para que una Trabajadora Social de América Latina y El Caribe, años más tarde llegue a ocupar el lugar más importante de la organización, como es la Presidencia.

Por supuesto hay otros dos eventos que quiero destacar. La Asamblea Mundial llevada a cabo en Dublín en 2018 en donde por primera vez en la historia de FITS la Región de ALC, llega a través de mi persona, a la Presidencia Mundial, duplicándole en votos a la colega de Rusia, quien también postulaba para el mismo cargo. También en esa Asamblea logramos que se apruebe la creación de la Comisión de Educación de la FITS cuyo coordinador global es Vasilios Ioakimidis, uno de los colegas de máxima referencia del Trabajo Social Radical Europeo, y la Comisión Indígena, conformada por Trabajadores/as Sociales Indígenas de las cinco regiones que conforman la FITS. Esto lo enmarco en el proceso de politización y descolonización del Trabajo Social que nos propusimos desde la Región ALC como parte de nuestro proyecto ético-político.

Por último, quiero destacar que la Asamblea Mundial y la Conferencia Mundial de Trabajo Social que organizó la FITS en el 2020. En estos dos eventos, también pudimos generar las condiciones históricas para la democratización de estos espacios. En este sentido, tomamos la decisión política que la última Conferencia Mundial de Trabajo Social realizada en el mes de julio del año 2020 de manera virtual (producto de la pandemia COVID-19) sea no arancelada. Históricamente, en las Conferencias anteriores, el pago de la inscripción era privativo para unos

pocos, y estos se reflejó en la participación. En efecto, la cantidad promedio de asistentes presenciales era de 2.500 a 3.000 trabajadores/as sociales, mientras que en esta última Conferencia hubieron más de 20.000 participantes de todo el mundo que pudieron acceder a todas las actividades (conferencias, paneles, ponencias, posters, presentación de libros) y al material puesto a disposición.

CBM - ¿Como definirías los principios éticos que guían a los trabajadores sociales en el mundo, amparados en la declaración global de principios éticos del Trabajo Social?

SM - Considero que los principios éticos que guían a los trabajadores sociales del mundo son indispensables para el ejercicio profesional. La ética para el Trabajo Social, es constitutiva de la profesión, no solamente como un conjunto de preceptos moralizantes vinculados al “deber ser” de la profesión, sino fundamentalmente relacionadas con principios que conllevan valores vinculados a la defensa irrestricta y reivindicación de los Derechos Humanos como ejes orientados de nuestras intervenciones sociales y la formación profesional.

Aquí es importante aclarar que cuando hablo de Derechos Humanos, hay al menos dos maneras o claves de lecturas para entender la cuestión de los derechos: una en clave liberal y otra en clave popular. La primera tiene que ver con el surgimiento de este enfoque en el marco de la Organización de las Naciones Unidas y se vincula a una mirada más universalista ligada a normas y protocolos de actuación gubernamental. La segunda vinculada a las luchas populares y conquistas históricas producto de las mismas.

Mi mirada se ubica en esta segunda clave de lectura y da cuenta de que las luchas y disputas de sentido en relación a la profesión y los Derechos Humanos no se dieron por fuera de las luchas populares, no solo en el marco de las dictaduras cívico-militares que se dieron en nuestra Región, sino también en las luchas que llevamos a diario para enfrentar las desastrosas consecuencias del orden social capitalista-patriarcal-colonial que estamos padeciendo. En este sentido, considero que a los principios éticos globales, hay que resignificarlos y cargarlos de contenidos según nuestro propio devenir histórico y nuestras propias luchas y aspiraciones como colectivo profesional, de lo contrario estos principios quedarán en letra muerta o abstracciones vaciadas de sentido.

CBM - ¿Cuál es la importancia de la FITS en la coyuntura actual?

SM - Creo que la importancia de la FITS radica en la posición estratégica que tiene a nivel global. Es una organización que nuclea a más de 4.000.000 de Trabajadores Sociales de

todo el mundo, con mucha trayectoria y un acervo de conocimientos construidos a lo largo de su historia que son muy importantes para dar muchas de las batallas que estamos dando y otras que tenemos por delante. La FITS a partir del proceso de politización que ha tenido en estos últimos años se ha posicionado críticamente en muchos temas regionales y mundiales. También hemos aprendido la fuerza de lo colectivo y nos hemos asociado a muchas otras organizaciones globales del campo de la salud y hemos elaborado un documento que presentamos en la Asamblea de la Organización Mundial de la Salud exigiendo la justa distribución de las vacunas en todos los continentes y la gratuidad de las mismas. Tenemos representantes en distintos organismos mundiales ONU, OIT, UNICEF, etc., y nos reunimos con muchos líderes y funcionarios de estos organismos en donde llevamos el posicionamiento de los trabajadores sociales de los temas de agenda internacional. Pero a su vez tenemos nuestra propia Agenda Global en donde estamos discutiendo precisamente los temas de la coyuntura actual, que nos permitan tener una mirada crítica de la realidad, construir argumentos sólidos y generar herramientas para la lucha y la transformación social.

La FITS, además tiene una tarea muy importante en cuanto a la defensa de las condiciones laborales de los/as Trabajadores/as Sociales, el acompañamiento de los colegas en las luchas que cada colectivo está llevando a cabo a nivel nacional. Hemos estado muy presente en estas luchas. No es lo mismo llevar acciones en soledad a nivel nacional, que estar acompañados, y saber que una organización de este tipo está luchando codo a codo y que respalda los reclamos legítimos de los colegas. Además, es un espacio muy importante de aprendizaje colectivo y muchas experiencias han sido de inspiración para muchas organizaciones miembros. Esto lo expresan y destacan constantemente los representantes de las organizaciones profesionales, como un aspecto muy valioso y positivo por parte de la FITS. Por último, para no extenderme mucho, como toda organización profesional la FITS es un espacio estratégico de resistencia y lucha, de democratización y legitimación de la profesión, de formación a los nuevos cuadros, de acción política, entre otros aspectos.

CBM - Vos sos la primera latinoamericana a ocupar este espacio. ¿Como fue la construcción que permitió que una mujer de América Latina pudiera estar en el cargo más importante de la FITS?

SM - Así es, tengo el orgullo, el honor y también la enorme responsabilidad que implica ser la primera Trabajadora Social de la Región ALC que llega a la Presidencia Mundial de la FITS. Pero, eso no fue por azar, ni meramente producto de atributos personales, sino que fue el

resultado de un largo proceso de luchas y consolidación de un proyecto ético-político de nuestra Región. En este sentido, quiero destacar que desde mediados de la década de 1990, las Organizaciones Profesionales de Trabajo Social de los países de América Latina y El Caribe han llevado a cabo en la región un acelerado proceso de organización y constitución como sujetos políticos y actores gremiales, mediante acciones y construcción de agendas colectivas que implicaron una fuerte construcción de poder, visibilización y presencia de la Región en el Trabajo Social Internacional. Es importante retrotraernos a la historia. En el marco de la profundización del Neoliberalismo en nuestra Región y a partir de la Creación del Mercosur, a principios de 1995, el Comité Mercosur de Organizaciones Profesionales se reúne en Montevideo y fija como lineamiento que cada profesión estableciera contactos y construyera lazos con sus pares de los otros países.

En el caso del Trabajo Social, los representantes de Argentina, Brasil y Uruguay deciden la creación del Comité Mercosur de Organizaciones Profesionales de Trabajo Social/Servicio Social, firmándose primeramente un Protocolo de Intención en noviembre de 1995. En marzo de 1996 se firma el Acta Fundacional e integran inicialmente la organización la Federación Argentina de Asociaciones Profesionales de Servicio Social (FAAPSS), el Conselho Federal do Serviço Social do Brasil (CFESS) y la Asociación de Asistentes Sociales de Uruguay (ADASU). Luego se incorporan, en 1998, la Asociación de Profesionales de Servicio Social o Trabajo Social del Paraguay (APSSTS) y, en el 2006, el Colegio de Trabajadores Sociales de Chile. Desde sus comienzos, este Comité se constituyó en un espacio de discusión, disputas de sentido, construcción colectiva de poder, intercambio de experiencias profesionales, difusión de las realidades nacionales, denuncias de casos de vulneración de derechos, transformándose de hecho en un referente clave del Trabajo Social Latinoamericano y en un legítimo interlocutor del Trabajo Social Internacional. El resultado más importante que ha producido este espacio de construcción colectiva es la aprobación en el año 2000 de los Principios Éticos y Políticos para las Organizaciones de Trabajo Social/Servicio Social del Mercosur. Los temas instalados en la agenda del Comité Mercosur fueron varios y muy importantes, a lo largo de sus 17 años de trayectoria como espacio de construcción colectiva. Se pueden condensar estos temas en dos grupos: a) aquellos relacionados con el colectivo profesional y b) aquellos que se orientan hacia el conjunto de la sociedad. Asimismo, este Comité fue el antecedente que dio origen al Comité Latinoamericano y Caribeño de Organizaciones Profesionales de Trabajo Social (COLACATS).

La creación de esta nueva organización fue un acontecimiento sumamente importante para el colectivo profesional de Trabajo Social latinoamericano y caribeño. Fue producto de un proceso de discusión sobre el sentido del Comité Mercosur en un contexto que había cambiado

profundamente con la instalación de gobiernos latinoamericanos progresistas y la creación de la Unión de Naciones Suramericanas (UNASUR), una organización más amplia que el Mercosur y de naturaleza política y no económica como fue el origen del Mercosur en la década de 1990. La firma del Acta Fundacional se concretó el 29 de mayo de 2013 en la ciudad de Montevideo (Uruguay), en oportunidad de llevarse a cabo el III Encuentro de la Región América Latina y El Caribe de la FITS. Firman el acta los/las representantes de 12 países presentes. De esta manera, se inicia un trabajo conjunto entre la Federación Internacional de Trabajadores Sociales (FITS) Región América Latina y el Caribe (ALC) y COLACATS, que fortalece aún más la voz de nuestra profesión en el concierto de voces internacionales de Trabajo Social, fundamentalmente en el ámbito de la Federación Internacional de Trabajadores Sociales. Una de las acciones más destacables son los pronunciamientos del Trabajo Social de la Región ALC, que visibilizan las consecuencias de las dictaduras militares vividas en la región y sus implicaciones en los Derechos Humanos. Se denuncian las estrategias adoptadas por los gobiernos para invisibilizar la violencia estructural y sus manifestaciones en el marco de la ideología neoliberal dominante en la región; se rechazan las prácticas colonizadoras de Estados Unidos hacia la Región ALC; se reivindica el derecho a la auto-determinación de los pueblos y se ratifica el posicionamiento ético-político del Trabajo Social como profesión orientada hacia las poblaciones vulnerables, los trabajadores y los Derechos Humanos, rechazando las formas individualistas, a-políticas y a-históricas de ejercer la profesión. Asimismo, se destaca la importancia de la articulación entre las unidades académicas y las organizaciones de Trabajo Social, como estrategia de fortalecimiento del colectivo profesional; se rechaza la mercantilización y privatización de servicios sociales como educación, salud, alimentación y vivienda, alertando sobre la pérdida de la legitimidad de lo público para justificar la venta de derechos sociales como mercancías en el modelo neoliberal; se denuncia la precarización de las condiciones de trabajo mediante la flexibilización, los bajos salarios bajos, la eliminación de derechos, la tercerización de servicios, la asignación de funciones relacionadas con el Trabajo Social a personas no capacitadas, entre otros temas. Fue precisamente este trabajo sistemático, colaborativo, articulado y comprometido de nuestras organizaciones profesionales durante más de 25 años, además de los acontecimientos que mencione anteriormente (contado de manera muy sintética), lo que ha permitido la construcción de poder a partir de un proyecto ético-político que se ha ido consolidando en su devenir histórico, generando las condiciones históricas para que la Región ALC se constituya en un fuerte actor-político en la FITS y, de esta manera, lograr en el 2018 llegar a la máxima posición, de esta organización, como lo es la Presidencia Mundial.

CBM - ¿Cuáles son los desafíos que nuestra profesión va a tener que enfrentar en un contexto tan desfavorable a nivel internacional?

SM - Ya sabemos que nadie se salva solo, y en este sentido creo que uno de los grandes desafíos que tenemos como profesión es generar estrategias colectivas y crear las condiciones para la construcción de poder popular. La única manera de afrontar este sistema depredador y enfrentar colectivamente las profundas desigualdades sociales que impactan y padecen millones de seres humanos, es hacerlo de manera articulada con todos los movimientos populares, organizaciones sociales, organizaciones profesionales y académicas, sindicatos, etc.

La historia nos enseña que las conquistas sociales siempre han sido productos de luchas colectivas, no de acciones individuales. Ante la profundización de las desigualdades sociales, que afecta no sólo a la democracia, la paz y la dignidad humana, sino a la vida misma, hoy observamos a muchos pueblos movilizados, un ejemplo muy cercano es lo que ha sucedido el Chile con la denominada “Revuelta” que ha generado cambios profundos en la sociedad chilena, como lograr la Convención Constituyente integrada por pueblos originarios, trabajadores/as y con paridad de género, que está debatiendo una nueva Constitución democrática y pluriversa. Esta Revuelta a despertado la conciencia crítica de un pueblo que estaba adormecido, resignado e inmóvil y generó las condiciones históricas para que un presidente de izquierda ganara las elecciones, luego de décadas de dictadura y Neoliberalismo. Esto nos indica la importancia de ocupar las calles para defender nuestros derechos y exigir transformaciones estructurales. La importancia de la construcción de poder popular, porque ninguna revolución se puede sostener sin un pueblo que sea consciente de sus derechos y protagonista de su destino. En este sentido, el gran desafío es poder descolonizar las subjetividades construidas desde y para la reproducción del Capitalismo, el Patriarcado, el Neocolonialismo, Neoconservadurismo y el Neoliberalismo, entendido no solamente como un proyecto económico, sino fundamentalmente un proyecto filosófico.

Ya lo decía José Saramago “la alternativa al Neoliberalismo se llama conciencia”. Cuando hablo de conciencia no me refiero a la “conciencia” a la que se refiere el psicoanálisis, sino a la conciencia histórica, conciencia de clase, conciencia feminista, conciencia de que somos indoafroamericanos/as. En Trabajo Social, necesitamos formar intelectuales comprometidos con nuestro tiempo y nuestra realidad histórica. No solamente profesionales, técnicos con habilidades y competencias metodológicas, sino fundamentalmente intelectuales con una fuerte formación teórica-epistemológica que interpelen, desnaturalicen las ficciones creadas para sostener el orden social vigente: el individualismo-la competencia-la meritocracia-

la naturalización de las desigualdades sociales. Intelectuales con clara formación política. Porque desde la política y el poder se construye y reproduce el orden social. Intelectuales con una fuerte formación en historia, para que puedan comprender los procesos históricos y develar los entramados, intereses, disputas presentes en procesos de larga duración que fueron configurando el actual patrón de poder mundial. Porque, además, si no conocemos la historia, estamos condenados/as a repetirla. Necesitamos recuperar la memoria larga de los pueblos, porque sin memoria y sin historia nos transformamos en zombis, precisamente lo que buscan los grupos hegemónicos de poder a través de la colonización de la subjetividad es quitarnos la historia y la memoria, entonces perdemos la capacidad de reflexión crítica y por tanto nos dejan sin capacidad de acción e intervención política. Nos dice el Foro Social Mundial que “otro mundo es posible” y creo yo profundamente en eso, sino no podría ser Trabajadora Social ni ejercer mi profesión. En este sentido, siempre digo que, si no te mueve la convicción al menos que te mueva la indignación, pero nunca la resignación. Necesitamos Trabajadores/as Sociales indignados, con mucha formación y con capacidad de lucha.

CBM - ¿Qué mensaje les dejarías a los jóvenes que están entrando en las carreras de Trabajo Social en Brasil y en el mundo?

SM - En principio decirles que hay elegido la profesión más maravillosa que existe, por la enorme potencialidad de transformación que tiene, para el Trabajo Social, como lo decía el Che Guevara “la única lucha que se pierde es la que se abandona” y nosotros jamás hemos claudicado ni abandonado nuestros sueños y esperanza de construir un “mundo donde quepan muchos mundos”. El Trabajo Social latinoamericano y caribeño hoy se encuentra fortalecido y en acelerado proceso de construcción, enriquecido con nuevas ideas y con una multiplicidad de nuevos aportes, reivindicación de los saberes y la memoria larga de nuestros pueblos originarios y reinvención cotidiana de la capacidad de lucha por la liberación y la emancipación y resistencia ante el capitalismo, el patriarcado, la dominación y la colonialidad imperialista. Los invito a sumarse a esta lucha colectiva. El Trabajo Social de Brasil, tiene una larga historia de lucha y es inspiración para muchos países del mundo y me siento muy honrada de tener a grandes colegas del Trabajo Social de Brasil como compañeros/as de luchas. Luchas que hay que sostenerlas y profundizarlas. En este sentido los jóvenes son indispensables ya que serán quienes tomen la posta en este camino de la construcción colectiva, donde se entrelazan las generaciones, las experiencias, los saberes, los derrotos, los fracasos, pero también las conquistas. Por último, decirles que jamás pierdan la alegría, porque como decía un intelectual

argentino “nos quieren tristes para que nos sintamos derrotados. Nada grande se puede hacer sin alegría”.

Para cerrar quisiera agradecerles a ustedes nuevamente por haberme convocado para esta maravillosa entrevista en la que intenté desplegar, a partir de sus preguntas, parte del enorme trabajo colectivo realizado que contiene pasado-presente y futuro de nuestra profesión.

----- *Tradução dos Clássicos* -----

A liberdade comunitária como alternativa ao retrocesso institucional¹

di Franco Basaglia²

[Encontro com os enfermeiros do *Ospedale Psichiatrico di Colorno*³ (Parma) no outono de 1966].

Em 1952, um número especial de "*Esprit*" foi dedicado ao tema "A miséria da psiquiatria" e colaboraram os psiquiatras franceses que, desde então, estavam empenhados na busca de uma nova forma de abordagem institucional do doente mental. Em um artigo sobre a "Condição do doente no hospital psiquiátrico" de L. Le Guillant e L. Bonnafè lemos: "A

¹ Traduzido do original italiano: BASAGLIA, Franco; "La libertà comunitaria come alternativa alla regressione istituzionale"; In BASAGLIA, Franco (A cura di). *Che cos'è la psichiatria?* Baldini & Castoldi: Milano, 1997. Tradução de Ronaldo Vielmi Fortes; revisão de Alexandre Aranha Arbia.

² Franco Basaglia nasceu em Veneza, a 11 de março 1924. cursou medicina na Faculdade de Medicina de Pádua, em 1943. Militou no movimento antifascista e chegou a passar seis meses preso em Veneza, por conta de sua resistência política. A partir de 1949, concentrou seus estudos em psiquiatria. Nos anos sessenta dirigiu o hospital psiquiátrico de Gorizia, onde foi responsável, junto a outros psiquiatras, pelas transformações no tratamento por meios de uma série de mudanças práticas e conceituais, e implementou o processo de desospitalização dos pacientes. Crítico severo do atraso psiquiátrico italiano, Basaglia foi um dos mais destacados expoentes da luta antimanicomial. Dá nome à Lei que, em 1978, decretou o encerramento dos hospitais psiquiátricos italianos. Em julho de 1979 esteve no Brasil para conferências, quando visitou diversos hospitais. Passando pelo hospital psiquiátrico de Barbacena, comparou-o a um campo de concentração, gerando grande repercussão na imprensa brasileira. Faleceu em Veneza, a 29 de agosto de 1980. Para uma biografia de Basaglia, cf. SERAPIONI, Mauro. Franco Basaglia: biografia de um revolucionário. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, Vol. 26, n. 4, out-dez, 2019, p. 1169-1187. [N.R.]

³ Sob a administração de Mario Tommasini, eleito em 1965, o *Hospital Psiquiátrico de Colorno* em Parma, iniciou o processo de abertura de suas portas e de libertação dos doentes, iniciando uma intervenção importante de cunho humano e político. Contrapondo-se ao tratamento que o próprio Tommasini definiu como infernal e violento, efetuou-se a libertação dos doentes promovendo a restauração de seus laços sociais, por meio da abordagem cujos princípios fundamentais baseavam-se na dimensão comunitária e do trabalho. Sob sua influência, em 1967, fez com que a província de Parma custeasse a publicação do livro *O que é a psiquiatria?*, de Franco Basaglia, e montou uma exposição fotográfica com as primeiras imagens dos manicômios italianos, com imagens das cenas psiquiátricas registradas por Carla Cerati e Gianni Berengo Gardin (cf. BASAGLIA, F.; *Morire di classe: la condizione manicomiale fotografata da Carla Cerati e Gianni Berengo*; [Edição original] Torino: Giulio Einaudi Editore, 1969). [N.T.]

condição do doente no hospital psiquiátrico”⁴ não parece ser o efeito de alguma 'maldição'... Se esses doentes são tratados mais duramente que os outros... é em definitivo porque estamos lidando com doentes sem defesa, sem voz e sem direitos. Os loucos são (aos olhos da classe dominante) os negros, os nativos, os judeus, os proletários dos outros doentes. Como eles, são vítimas de uma série de preconceitos e injustiças. Preconceitos e injustiças que, em todo caso, não dizem respeito à natureza da loucura ».

Na Itália, até hoje, uma lei antiga, incerta entre assistência e segurança, piedade e medo, continua a estabelecer os limites além dos quais se cruza a fronteira entre o cidadão que tem - perante a sociedade - o direito de ser defendido, e o paciente que, só como tal, perde esse direito, porque passa a fazer parte das fileiras daqueles de quem a sociedade quer se defender.

«Perigoso para si mesmo e para os outros e para o escândalo público». Esta é a razão pela qual o doente mental entra no manicômio; em um local cuja função é - nessa própria motivação - já especificada como uma ação de proteção, de defesa do saudável diante da loucura e onde o doente assume um papel puramente negativo, como se sua relação com a instituição fosse realizada apenas no nível de sua periculosidade eventual. Disso decorre que, se o doente - antes de ser considerado como tal - deve ser considerado acima de tudo "perigoso", as regras sobre por meio das quais se edifica a instituição que deveria ocupar-se de sua cura não podem ser instituídas senão em função dessa periculosidade e não da doença de que sofre. Por isso, a figura do doente mental, como costuma aparecer em nossos hospitais, é a do homem objetivado em uma instituição, cuja organização e eficiência sempre foram os resultados mais importantes que sua reabilitação.

É supérfluo aqui delongar em descrições - agora óbvias - do estado de passividade, apatia, desinteresse em que vivem os doentes em nossos abrigos. Esse em si reconhecido como uma forma de regressão, que veio a se sobrepor à doença original, devido ao processo de aniquilação e destruição a que os doentes são submetidos pela vida no asilo. Basta dizer que o internado perfeito, no auge dessa carreira, será aquele completamente domado, dócil à autoridade dos enfermeiros e dos médicos; aquele que, em definitivo, não complica as coisas com reações pessoais, mas adapta-se indolentemente à autoridade que o tutela; autoridade que só pela negação de todo impulso e necessidade pessoal de quem lhe é confiado pode ser garantida a eficiência e o bom desempenho da instituição.

Esta é a situação falimentar da psiquiatria institucional tradicional. De quem foi a culpa, neste momento é inútil indagar. Cada sociedade, cujas estruturas são baseadas apenas na

⁴ BONNAFÉ, Lucien; LE GUILLANT, Louis; “La condition du malade à l’Hôpital psychiatrique”; in: *Esprit*, nr. 12, *Misère de la Psychiatrie*, Paris, décembre 1952. [N.T.]

discriminação econômica, cultural e em um sistema competitivo, cria dentro de si áreas de compensação que servem como válvulas de escape para todo o sistema. O doente mental exerce há muito tempo essa tarefa, também porque era um "excluído" "que não podia conhecer por si mesmo os limites de sua doença e, portanto, acreditava - como a sociedade e a psiquiatria o levaram a acreditar - que cada um de seus atos de desafio à realidade a que é constrangido a viver, é um ato doentio, uma expressão da síndrome de que sofre.

Portanto, se por um lado é o sistema social que determina tal situação, por outro, a própria psiquiatria a avalizou cientificamente, reconhecendo o incompreensível do fenômeno psicopatológico como uma monstruosidade biológica que só poderia ser isolada.

Agora, porém, é a psiquiatria, como exigência de verdade científica, que repropõe o problema, não procurando um bode expiatório para descarregar a agressividade acumulada (que ainda nos manteria restritos aos limites de um mundo maniqueísta onde se separa nitidamente o bem do mal), mas na tentativa de encontrar, no cerne da questão, uma solução para os problemas que urgem.

Perante o rosto, alterado pela era das drogas, do doente mental, é de fato a psiquiatria que se recusa a continuar a tratá-lo como um "excluído" de quem a sociedade ainda quer defender-se. E recusa-se a continuar a mantê-lo prisioneiro de fórmulas, rótulos, qualificações que correspondem mais a uma imagem que a própria psiquiatria construiu do homem doente, do que a uma realidade. O "agitado", o "perigoso", o "escandaloso" não correspondem a modalidades humanas cujas motivações mais íntimas queremos conhecer, mas são muito mais categorias cujo sentido é "consumido" e absorvido em uma única realidade: o homem a excluir.

O plano em que a psiquiatria atual se põe é, portanto, antes de tudo, no plano humano e social. Esse requer um tipo de abordagem do doente que, sempre levando em conta a eficácia dos tratamentos biológicos, não esquece que está diante de um homem e não de uma doença à qual seus sintomas aderem, uma categoria na qual trancá-lo, ou uma monstruosidade a ser afastada.

Em 1838, quando não havia ganglioplégicos⁵, nem a psicanálise ainda havia implementado a abordagem psicodinâmica, um corajoso psiquiatra inglês, Dr. Conolly⁶, com a ajuda de trinta enfermeiras, abriu as portas e eliminou as amarras de um hospital psiquiátrico

⁵ Designação dada a um grupo de fármacos que se caracterizam por bloquearem as sinapses do sistema nervoso autónomo (simpático e parassimpático). [N.T.]

⁶ Psiquiatra inglês (1794-1966). Autor do livro *Indications of Insanity*, publicado em 1830. Em 1839, ele foi nomeado médico residente do *Middlesex County Asylum*, onde introduziu o princípio da não contenção no tratamento dos insanos, proposta clínica que tornou prática aceita em toda a Inglaterra. Com outros colegas, foi responsável pela fundação da 'Provincial Medical and Surgical Association', e pela fundação da "*British and Foreign Medical Review*" instituições que publicavam artigos de grande relevância científica na época. [N.T.]

em quinhentos doentes. Ele havia criado intuitivamente o que mais de cem anos depois Maxwell Jones⁷ - também na Inglaterra - teria chamado de "comunidade terapêutica". "O que mais impressiona os homens, mesmo os mais afastados da medicina - escreveu Morel em 1858, depois de visitar a sociedade de Conolly - é a ordem e a disciplina desses asilos, a calma dos doentes e os sentimentos de humanidade que animam os supervisores e enfermeiras de ambos os sexos. Vi doentes andando em longos corredores onde o ar e a luz circulavam livremente; estes corredores sobre os quais se abrem os quartos dos internados são decorados com mesas e flores e levam a salas de reuniões onde se reúnem aposentados de diferentes classes e onde encontram livros, jornais e outras distrações». Tudo isso aconteceu na Inglaterra em 1838*.

Desde então surgiu psicanálise; a antropologia existencial humanizou ainda mais a abordagem da psicoterapia; foram descobertas drogas que podem mudar a face dos doentes mentais; existem experiências comprovadas em países estrangeiros como Inglaterra e França (ainda que em bases diferentes umas das outras) e na Itália, no entanto, ainda estamos ligados a um ceticismo e preguiça que não têm justificativa.

A única explicação pode ser dada em uma chave socioeconômica: nosso sistema social - longe de ser um regime econômico de pleno emprego - não pode se interessar pela reabilitação dos doentes mentais que não poderiam ser acolhidos por uma sociedade, onde não é resolvido o problema do trabalho de seus membros saudáveis.

Nesse sentido, toda exigência de cunho científico por parte da psiquiatria corre o risco de perder seu significado mais importante - sua conexão social - se sua ação dentro de um sistema hospitalar agora em esfacelamento não for acompanhada por um movimento estrutural de base que tem que levar em conta todos os problemas de caráter social que estão ligados à assistência psiquiátrica. Por isso, mesmo a experiência implementada pela comunidade que aqui represento, apesar de ter alcançado resultados inegáveis neste campo, continua a correr o risco de se perder se não encontrar resposta no contexto social em que atua.

Peço desde já desculpa se - no que diz respeito à abordagem do problema psiquiátrico relativo à comunidade terapêutica - vejo-me constrangido a fazer referências a experiências pessoais, sem as quais, por outro lado, o discurso correria o risco de permanecer abstrato e

⁷ Psiquiatra sul-africano (1907-1990), radicado no Reino Unido, considerado ser o criador do conceito de *comunidade terapêutica*. Foi responsável pelo desenvolvimento do modelo inovador de tratamento psiquiátrico que substituiu o antigo conjunto de normas rígidas e aplicações de eletrochoques por psicodramas, discussões sociais, filmes educacionais e opiniões sobre a vida em comunidade. Segundo ele, o ambiente terapêutico constituía um requisito ideal para beneficiar a recuperação do indivíduo, despertando um processo contínuo de reinserção e reeducação sociais para os pacientes. [N.T.]

* Cf. A. PIRELLA e D. CASAGRANDE, "John Conolly, dalla filantropia alla psichiatria sociale", in In BASAGLIA, Franco (A cura di). *Che cos'è la psichiatria?* Baldini & Castoldi: Milano, 1997.

inútil. No entanto, falando de uma experiência cujos resultados nos permitem expor brevemente as bases teóricas em que se baseia nossa abordagem, acho que pode ter o valor de uma negação do senso comum, e pode servir como uma demonstração de que mudanças, mesmo radicais, são apenas possíveis se começarmos a implementá-los.

A comunidade terapêutica apresenta-se como uma comunidade e não como uma aglomeração de pacientes. Como uma comunidade organizada de forma a permitir o movimento da dinâmica interpessoal entre os grupos que a constituem e que apresenta as características de qualquer outra comunidade de homens livres. Essa é a suposição básica.

O que é mais difícil de ilustrar é o conceito de terapêutica relacionado à comunidade. Nem todas as comunidades são, de fato, terapêuticas. Os quartéis, os colégios são organizações de homens "livres" que devem, todavia, subordinar-se às regras da comunidade a que pertencem; regras baseadas na eficiência necessária para o bom desempenho da organização. No entanto, mesmo que essa eficiência seja alcançada apenas pela mortificação individual, ela mina apenas parcialmente a liberdade de seus membros que, fora da própria organização, é consentida uma vida pessoal.

Porém, uma comunidade terapêutica psiquiátrica não poderia partir desses pressupostos. Se os aceitasse, como havia aceitado a organização psiquiátrica tradicional, a mortificação individual dos doentes em nome da eficiência da instituição, da ordem, da segurança geral, reconfirmaria o clima institucional que pretende destruir. Deve, portanto, partir das exigências do doente e a partir daí procurar adaptar à sua volta o espaço vital de que necessita para expandir e concretizar aquele que é a questão principal da comunidade terapêutica: a potência terapêutica que cada um dos membros da comunidade desprende para o outro. Doente, médico, enfermeiro, pessoal administrativo, qualquer um presente na instituição está envolvido na realização dessa tarefa. Tudo está, portanto, orientado para um único objetivo: criar um clima no qual seja possível nos aproximarmos em uma relação humana que, justamente por ser espontânea, imediata e recíproca, torna-se terapêutica.

A descoberta da comunidade terapêutica - implementada por Maxwell Jones em 1952 - parece, portanto, a solução mais óbvia para um tipo de doente que é perturbado, sobretudo, na relação consigo mesmo e com o outro. Mas, se parece tão óbvio na enunciação, revela-se muito mais difícil na sua aplicação prática. Isso significa, de fato, a abertura das portas do hospital psiquiátrico - fechado até agora em um mundo sem contradições porque toda expressão e toda necessidade pessoal foram impedidas - ao mundo da dialética, da oposição, do acordo obtido mediante o convencimento recíproco e não com a prevaricação e a força.

É, portanto, fácil fazer uma falsa imagem da comunidade terapêutica como um mundo

ideal onde todos são bons, onde as relações são marcadas pelo humanitarismo mais profundo, onde o trabalho é altamente gratificante: um pouco como se apresenta suavizado e com uma só face, a realidade da publicidade televisiva, onde somos convidados a participar de uma vida irreal, ideológica e sem contradições.

A comunidade terapêutica quer ser justamente a negação desse mundo ideal. É um lugar onde todos os componentes (e isso é importante) - doentes, enfermeiros e médicos - estão unidos em um compromisso total onde as contradições da realidade representam o *húmus* por meio do qual surge a ação terapêutica recíproca. É o jogo das contradições – mesmo ao nível dos médicos entre si, médicos e enfermeiros, enfermeiros e doentes, doentes e médicos – que continua a quebrar uma situação que, de outra forma, poderia facilmente levar a uma cristalização de papéis.

É óbvio, todavia, que a contestação só pode se mover em um clima de liberdade. E a liberdade tem seus riscos. Colocar uma organização psiquiátrica no desenvolvimento da capacidade de oposição do doente (habilidade pela qual seu ego enfraquecido pode ganhar força), significa ter que destruir qualquer referência ao padrão com que a psiquiatria tradicional a mediu: o perigo, a necessidade de medidas de segurança, considerado terapêutico. A situação é necessariamente invertida: se antes a própria arquitetura do hospital tinha que levar em conta a necessidade de o supervisor vagar o mais longe possível com seu olhar atento, agora deve-se levar em conta a necessidade de manter o mundo privado de cada um, que deve poder existir mesmo em oposição à própria comunidade.

Isso pressupõe, porém, a mudança radical na relação que só pode se basear no autêntico respeito recíproco. Viver dialeticamente as contradições do real é, portanto, o aspecto terapêutico de nosso trabalho. Se essas contradições – ao invés de serem ignoradas ou descartadas programaticamente na tentativa de criar um mundo ideal – são enfrentadas dialeticamente, se as prevaricações de uns sobre outros e a técnica do bode expiatório – ao invés de serem aceitas como inevitáveis – são discutidas dialeticamente, de modo a permitir compreender sua dinâmica interna, então a comunidade se torna terapêutica. Mas a dialética só existe quando há mais de uma possibilidade, ou seja, uma alternativa. Se o doente não tiver alternativas, se sua vida já estiver pré-estabelecida, organizada e sua participação pessoal consiste na adesão à ordem, sem possibilidade de fuga, ele se verá aprisionado no terreno psiquiátrico, assim como se sentiu aprisionado no mundo externo, em que não podia enfrentar dialeticamente as contradições. Como a realidade que ele não podia contestar, a instituição à qual ele não pode se opor lhe deixa apenas uma saída: a fuga para a produção psicótica, o refúgio no delírio onde não há contradição nem dialética.

Em que consiste, então, na prática a diferença entre um instituto que se rege no sentido tradicional e uma comunidade que quer ser "terapêutica"?

Em ambas as instituições, o doente segue o procedimento hospitalar, no sentido de que seu dia ocorre dentro de uma comunidade que deve desempenhar determinadas funções essenciais: comer, dormir, passar o tempo. Na instituição tradicional, porém, fazer o dia passar é um ato puramente passivo, vivenciado como tal por toda a organização: os doentes aguardam a sucessão das refeições, interrompidas por alguma atividade definida como "passatempo"; as enfermeiras deixavam as horas passarem supervisionando. Numa comunidade que se diz terapêutica, cada ato de cada um adquire um significado ativo de estimulação recíproca, precisamente, terapêutico. Isso significa que a cada momento do dia, todo movimento dos membros da comunidade visa a formulação de um clima cujo objetivo primordial é a reconstituição da iniciativa pessoal, da espontaneidade e da capacidade criativa comprometida, inicialmente, pela doença e, posteriormente, destruída pelo instituto. A comunidade terapêutica, portanto, tende a criar uma estrutura – mais psicológica do que material – em que cada um de seus componentes se empenha em estimular o outro, criando a possibilidade de relações interpessoais que, ao mesmo tempo, atendam à necessidade de proteção e tutela recíproca. Nesse sentido, o papel protetor representado no hospital tradicional por grades, por barras, redes que, mesmo aos olhos do doente, adquirem o valor de proteção contra si mesmo – ou no hospital paternalista com a enorme figura do médico a cuja bondade e compreensão o paciente pode se abandonar e se destruir – na comunidade terapêutica é absolvido pela comunidade em que se encontra atuante, num movimento de tensões e contra-tensões, e os papéis dos doentes, dos enfermeiros e dos médicos, continuamente questionados, reconstruídos e novamente destruídos.

Isso é particularmente evidente na reunião comunitária que acontece todas as manhãs em nosso hospital e que representa o campo de provas onde cada componente da própria comunidade se coloca diante do outro e aceita a contestação. Essa reunião plenária diária é, portanto, vivenciada como uma referência psicológica que desempenha uma enorme função protetora. Se, diante das contradições, contrastes, dificuldades pessoais de cada membro da comunidade, cria-se um espaço real no qual as dificuldades e contrastes podem ser discutidos, ora resolvidos, ora esclarecidos, ora compreendidos em sua impossibilidade de solução – junto com os outros –, as contradições e os contrastes são minimizados e desprovidos da carga emocional de que costumam estar imbuídos, justamente porque o doente – e não apenas ele – encontra imediatamente uma abertura, uma saída para canalizá-los, antes de encapsular definitivamente em si mesmo.

Esta é a principal função da reunião da comunidade que serve como o pivô em torno do qual gira toda a vida hospitalar.

Outro elemento em que uma organização psiquiátrica desse tipo difere do hospital tradicional é a chamada "ergoterapia": o problema do trabalho, das atividades por meio das quais estimular doentes apáticos, indiferentes, abúlicos é fundamental. Mas, enquanto no hospital tradicional o trabalho tem o único significado de preenchimento, na comunidade terapêutica deve voltar a ter valor terapêutico, como oportunidade de encontros, relações interpessoais espontâneas e como estímulo à implementação de uma espontaneidade criativa destruída. Mas, além disso, o trabalho pode ter uma função muito importante se se revela como a ocasião capaz de estimular – em pacientes "crônicos" que por anos perderam o senso de seu próprio valor pessoal – uma nova consciência de trabalho, como recusar a compensação como expressão de beneficência gratuita. Somente ao exigir a retribuição como contrapartida lógica do que o trabalhador dá à comunidade, o paciente consegue ser reconhecido em seu valor de troca. Fica assim evidente que o elemento sobre o qual tendemos a alavancar não é tanto a reivindicação salarial em si, mas muito mais o fato de, através de tal tipo de reivindicação imediata, o doente encontrar um reconhecimento, uma confirmação do seu valor pessoal.

Pense, por exemplo, na situação de um doente crônico em um hospital psiquiátrico tradicional. A alternativa que lhe é oferecida é a escolha entre fazer parte do "tamanco humano", a única decoração dos imensos corredores fechados; ou revelar-se colaborativo (o que significa obediente, respeitoso, servil, sucumbido) para ser admitido na equipe de trabalhadores designados para serviços gerais. Ele se vê, portanto, tendo que preferir uma condição subumana, como a da resignação completa à perda de sua individualidade e personalidade, para subsistir. Esse tipo de trabalho, além de alienante para o doente, pois ele se vê contribuindo com as próprias mãos para manter viva a instituição que o segrega, aumenta nele a convicção de fazer parte de uma categoria de sub-homens, para os quais a retribuição do trabalho não corresponde a um direito em relação direta com a prestação real: a mesma participação no trabalho lhe é concedida como "dádiva", em troca ou como prêmio por sua boa conduta e docilidade.

Para o doente que vive em uma comunidade terapêutica, o trabalho, entendido nesse sentido, não deve ter sentido e eu o declaro mesmo que esse fenômeno ainda esteja aqui presente. O hospital não é uma indústria e o trabalho – se for reconhecido como elemento necessário para o doente, como é considerado em qualquer organização hospitalar tradicional – deve, no entanto, ter uma finalidade apenas terapêutica e deve ser realizado apenas para esse fim. A função significativa dessas atividades laborais não pode, portanto, limitar-se à de passatempo, mas deve atuar, sobretudo, como estímulo às relações interpessoais entre os

doentes e revelar-se como ocasião para discussões capazes de alimentar no doente a capacidade de opor-se, de maneira pessoal, para tomar consciência de si mesmo, de suas próprias limitações e das dos outros*.

Isso obviamente requer uma colaboração estreitíssima com o pessoal preparado para sua tarefa. Por isso, a comunidade terapêutica é uma organização que tende a ser horizontal, se comparada à organização hierárquica vertical dos hospitais psiquiátricos tradicionais. Porque cada componente da comunidade é indispensável ao andamento da própria comunidade e deve, por sua vez, poder contar com a colaboração segura de todos.

O primeiro passo – causa e ao mesmo tempo efeito da passagem da condição de custódia para a mais propriamente terapêutica – resulta, portanto, na mudança das relações interpessoais entre os que trabalham no campo. Mudança que, com a variação ou o estabelecimento de motivações válidas, tende a formar novos papéis que não apresentam mais nenhuma analogia com os da situação tradicional precedente. É esse terreno ainda informe, onde cada personagem busca seu papel continuamente destruído e reconstruído, que constitui a base a partir da qual se inicia a nova vida terapêutica institucional.

Na situação comunitária, o médico, acompanhado e interpelado cotidianamente por um paciente que não pode ser afastado ou ignorado, porque está constantemente presente para testemunhar suas necessidades, não pode se refugiar em um espaço que poderíamos definir asséptico, onde pode ignorar a problemática que a doença lhe propõe. Tampouco pode ser resolvida em um generoso dom de si que, por sua inevitável transcendência no papel de "apóstolo" dotado de uma missão, estabeleceria outro tipo de distância e diversidade não menos grave e destrutiva que a precedente. Sua única posição possível resultaria em um novo papel, construído e destruído pela necessidade do doente de fantasiá-lo (ou seja, torná-lo forte e protetor) e de negá-lo (sentir-se forte por sua vez); papel em que a preparação técnica lhe permite – além da relação estritamente médica com o paciente que permanece imutável – acompanhar e compreender as dinâmicas que vêm a ser determinadas, de modo a poder representar nessa relação o polo dialético que controla e contesta como ela é controlada e contestada. A ambiguidade de seu papel permanece, no entanto, enquanto a sociedade não esclarecer seu mandato, no sentido de que o médico tem um papel específico que a própria sociedade lhe fixa: controlar uma organização hospitalar na qual o doente mental é tutelado e curado. Viu-se, no entanto, como o conceito de tutela (no sentido das medidas de segurança necessárias para prevenir e conter o perigo do internado) contrasta fortemente com o conceito

* Cf. A. SLAVICH e L. JERVIS COMBA, "Il lavoro rende liberi?", In BASAGLIA, Franco (A cura di). *Che cos'è la psichiatria?* Baldini & Castoldi: Milano, 1997.

de cura que deveria antes tender para a sua expansão espontânea e pessoal; e como um nega o outro. Como o médico pode conciliar esses dois requisitos, que são em si contraditórios, até que a sociedade esclareça qual dos dois polos (custódia ou atendimento) quer direcionar a assistência psiquiátrica?

A posição da enfermagem é, em certo sentido, menos ambígua. Na situação comunitária, ela se vê diante de motivações para seu trabalho que alteram seu significado mais intrínseco: na verdade, passam de pura custódia (portanto, de uma relação com objetos cuja única motivação é a compensação econômica), a uma finalidade terapêutica que todo ato e cada gesto viriam a se conformar. Em um hospital que está se tornando comunitário, é a própria situação que exige da enfermagem uma capacidade de relação terapêutica para o qual muitas vezes não está preparado. O problema surge, de fato, quando não é possível introduzir novos elementos tecnicamente responsáveis na organização que está mudando, mas deve-se contar apenas com a conscientização gradual por parte do enfermeiro das mudanças das motivações para o seu trabalho e, portanto, na aceitação ou rejeição do empenho terapêutico que tal tipo de motivação necessariamente comporta. Esta é a "crise" de seu papel e a maior dificuldade enfrentada pela comunidade terapêutica: ela está, de fato, necessariamente alicerçada no trabalho essencial dos enfermeiros, cujo papel é completamente transformado pelas novas estruturas que se baseiam em sua total participação. Por outro lado, a consciência gradual por parte dos enfermeiros da mudança nas suas motivações para o trabalho, torna-se ela própria uma fonte de terapêutica no interior da organização, uma vez que a oposição, a contestação, não passam de elementos positivos de esclarecimento, de controle recíproco, que nos salvam do perigo de cair numa nova ideologia.

Até então, apenas marginalmente foi referido o papel do doente e isso porque na estrutura tradicional ele está presente como objeto acessório. Ou seja, seu papel em relação ao médico é essencialmente passivo, numa relação de absoluta dependência de quem representa o papel técnico competente. Paradoxalmente, o médico está intimamente relacionado com a doença do doente, numa espécie de relação em que o paciente desempenha um papel, precisamente acessório.

De fato, se por papel entendemos o complexo de funções através do qual o indivíduo justifica sua presença no mundo, o doente mental – e em particular o hospitalizado em uma instituição tradicional – pareceria completamente privado de ter sido, desde o início, excluído da vida social e tendo-se gradativamente constrangido – para melhor aderir às regras do instituto e, portanto, sobreviver – a confiar nas mãos de quem deveria cuidar dele, como quem não tem poder sobre sua própria vida, nem qualquer papel no mundo. No espaço reduzido

psicologicamente e materialmente que a instituição lhe consente, o doente só consegue sobreviver à sua falta de individualidade por meio de um processo de fantasmática do médico que o justifica, mas que, justamente por isso, continua a mantê-lo preso seu papel de passividade.

É somente passando para a perspectiva comunitária que o doente se vê atuando, ao mesmo tempo, como causa e como efeito da crise geral de papéis no interior da instituição: ou seja, a participação ativa do paciente na vida terapêutica institucional, através do "aproveitamento" da forte componente terapêutica que dele emana, colocou em crise os papéis da equipe. Mas também o tirou do papel tradicionalmente passivo que lhe era habitual, colocando-o numa esfera onde as suas competências ainda não estão totalmente esclarecidas.

Poderíamos começar a dizer – a partir da experiência que estamos tendo – que o papel do doente, no interior de uma instituição tendencialmente comunitária, está mudando qualitativamente. Isso significa que o doente não vem adquirindo mais liberdade, mais autonomia, mais responsabilidade como soma de possibilidades quantitativas que se abrem para ele. Mas que está aprendendo a traduzir essas possibilidades em uma forma pessoal de aproximação, de fato qualitativamente mais evoluída e mais madura, com o grupo em que vive. De fato, no caso dos pacientes de longa permanência institucionalizados, houve uma conquista gradual ou assimilação pessoal das várias etapas da liberalização que – no início da abertura do hospital – só podiam ser vivenciadas como estranhas. A liberdade concedida permanece, evidentemente, propriedade de quem a dá e apresenta-se como uma categoria cujo uso é conhecido, sem poder apropriar-se dela, exceto por um ato de conquista. No caso dos pacientes de longa permanência institucionalizados, é justamente a conquista de seu papel na comunidade a que pertencem que lhes confere a liberdade, obtida com demasiada facilidade no momento da abertura do hospital.

O problema do doente mental que se coloca "agora" em contato com uma situação terapêutica institucional é, naturalmente, bem diverso. Na verdade, ele tem um papel muito específico em relação à doença de que sofre, papel que consiste em seu empenho em superar a ansiedade por meio da produtividade psicótica. Tal papel ativo (embora seja uma atividade psicótica) diminui ou cessa no ingresso na instituição onde, habitualmente, ou o nível de superproteção (leia-se medidas de segurança mais idôneas para garantir a absoluta impossibilidade de agir do internado); ou a relação individual com o médico em nível paternalista, fora da realidade; ou a falta de proteções evidentes do clima comunitário, provocam um ulterior estado de regressão, imediatamente sucessivo ao ingresso.

Ora, a partir desse nível regressivo, a instituição tradicional, sobre a base do regime de

custódia, passa a vincular mais o novo filiado a si mesmo e às suas regras, que será – justamente pela coerção da vida asilar – confirmado em seu sentimento de exclusão e solicitado nas suas defesas psicóticas. A instituição tradicional de base paternalista poderá – através da relação individual com o "bom" médico – culpar mais o paciente, de modo a não lhe permitir outras possibilidades de vida além de suas fantasias psicóticas, exaltadas propriamente pelo clima de falsas tolerância que o circunda.

O que acontece, porém, no momento da fase inicial regressiva de um doente que entrou em situação comunitária? Colocado em um espaço onde a figura do médico não se apresenta como protetora, nem iminente ou coercitiva, o doente se encontra sozinho, no meio de outros doentes. O estado de regressão é anunciado imediatamente: no hospital não há coerções nem mortificações, mas não há sequer uma figura paterna a quem se abandonar para esquecer e se destruir. O doente só se depara com a possibilidade de construir um papel ou rejeitá-lo e sente que – não obstante tender a construir o fantasma do médico que acolhe e absorve tudo em si – o que conta é a presença de outros ao seu redor: presença real, verdadeira, concreta. Por meio de tal presença, ele percebe que é um excluído, mas um excluído em meio a outros excluídos com os quais pode se unir e construir o que jamais seria possível para o doente tradicional: união em grupo para se defender da instituição.

É aí que entram em jogo os papéis do médico e do enfermeiro que devem estar prontos para acolher e estimular o grupo que está se constituindo como altamente terapêutico, ainda que (e sobretudo se) coloca em discussão a sua autoridade, a sua competência técnica, a sua segurança humana.

Nesse sentido, dividir, por parte do médico, o risco da liberdade do doente poderia ser o primeiro passo para se colocar no mesmo plano, porém permanecendo um ato voluntário em que era sempre o médico quem decidia se aceitava ou rejeitava tal risco, mantendo-o à distância do senhor que voluntariamente se torna um democrata. Mas agora, diante de doentes que tomam gradualmente consciência de seu papel e da própria força como grupo que tem a possibilidade de controle recíproco, de interação e, portanto, de ação terapêutica, o médico é posto em discussão e será, em um plano cada vez mais real e menos fantasmático, na medida em que o papel do doente passa, pelo sentimento de pertencimento à comunidade, a sair da serialização institucional, para a constituição de um grupo no qual possa definir e afirmar a legitimidade de sua existência .

Alguns esclarecimentos práticos ainda permanecem.

A organização hospitalar a que me refiro inclui quinhentos e cinquenta doentes, divididos em oito departamentos, dos quais seis estão totalmente abertas. Dois – um masculino

e um feminino perfazendo um total de cerca de cento e setenta pessoas – continuam fechados e acolhem os esquizofrênicos, frenastênicos, organicamente doentes, dementes, gravemente deteriorados, para os quais está sendo elaborado um projeto de abertura gradual nos próximos meses. No entanto, estes dois departamentos ainda fechados marcam o limite da nossa experiência, cujos resultados atuais, no entanto, nos autorizam a prosseguir na direção já traçada. Problemas práticos como pessoal insuficiente, departamentos muito lotados que deveriam ser reduzidos, até agora impediram a abertura completa do hospital.

Esta presença do antigo "manicômio" no interior do nosso hospital é, portanto, a demonstração do ponto a que chegamos. Nossa comunidade é algo que está se movendo, evoluindo dia a dia e que é muito difícil de descrever: é uma situação que não pode ser definida, mas apenas implementada e verificada; onde tendemos a vivenciar o positivo e o negativo como as diferentes faces de um problema que precisa ser dialetizado para ser compreendido. No entanto, o que queremos precisar são os limites alcançados, pois nos recusamos a apresentar uma situação mistificada que – justamente como tal – não teria a mínima utilidade social.

Resta ainda esclarecer o grau de "risco" que uma comunidade assim constituída pode enfrentar. Da nossa experiência nestes cinco anos de trabalho (cujos dados estatísticos iremos recolher noutra local), creio podermos concluir que os inconvenientes foram muito inferiores ao esperado, e diria inversamente proporcionais aos resultados gerais. Isso significa que os riscos existem, mas não excedem os de uma organização psiquiátrica tradicional, construída especificamente para evitá-los. Afinal, todo tipo de abordagem terapêutica os aceita e até agora parece que apenas o psiquiatra ainda não os tratou diretamente, pois os riscos recairiam sobre ele e sobre a sociedade da qual ele é a expressão.

Os inconvenientes que podem ser encontrados podem ser de outra natureza, assim como as contradições da realidade se manifestam com tantas faces. Mas esses se relevam sempre intimamente ligados ao grau de coesão no interior da organização; a estados de tensão não resolvidos; em momentos em que a comunidade não garante um nível de proteção suficiente: são razões que põem em discussão a ação do médico e da enfermagem mais do que a imprevisibilidade do doente e sua doença.

Esta é a conclusão geral da nossa experiência que – iniciada com pouquíssimos médicos e com enfermeiros despreparados para a nova função – vem se concretizando necessariamente abraçando todos os aspectos positivos, positivos e negativos que vieram à tona em uma realidade onde a dialética era programaticamente negada. Para ajudar o doente a enfrentar as contradições do real do qual ele fugiu, não pode ser útil criar um mundo artificial em que tais contradições não existam. Mas se você conseguir aproximá-lo desse mundo contraditório,

acostumando-o a dialetizar suas forças, este será o primeiro passo para a possibilidade, por parte dele, de aceitá-las ou dominá-las.

Todavia, qualquer discurso sobre a doença mental corre o risco de ficar abstrato se você não tentar resolvê-lo ativamente, mesmo por tentativa e erro. É por isso que concluo com as palavras do próprio Bonnafè, a quem me referi no início: "Esta luta contra o 'mito' a partir do qual a loucura se desenvolve ... não será vencida por especulações teóricas, mas por realizações concretas ... Só uma nova abordagem prática nos trará, mostrará a orientação para a qual pode ir a transformação da assistência psiquiátrica, da condição do doente mental na sociedade e que formas ela tomará ». No entanto, o que importa, e aqui concordo plenamente com Bonnafè, é que no caso dos doentes mentais “não é mais um problema técnico, mas uma posição que todos devem assumir: a da cumplicidade ou a da verdade e da ação”.

Janeiro / junho 2022

Serviço Social internacional

O número 22.1 da Revista Libertas está destinado a artigos que estabelece um panorama sobre o Serviço Social no mundo, conferindo especial atenção aos fundamentos sócio-históricos e seus desdobramentos contemporâneos, seja na formação, no exercício ou na organização profissional. Este número conferirá ênfase, ainda, às redes internacionais de pesquisa em Serviço Social, as quais convocamos para socializar as experiências.